organizadores

Isadora de Oliveira Costa e Silva
José Luiz Quadros de Magalhães
Lucas de Alvarenga Gontijo
Mariana Ferreira Bicalho

ANAIS

direitos humanos, crimes de lesa humanidade, regimes de exceção e lawfare

editora D'PLÁCIDO

SUMÁRIO

O DIREITO É PELA JUSTIÇA E PELA PAZ, SENÃO, DIREITO NÃO É! 6

NOTA INTRODUTÓRIA: CONFERÊNCIAS DO II CONGRESSO LATINO-AMERICANO SOBRE DIREITO, MEMÓRIA, DEMOCRACIA E CRIMES DE LESA HUMANIDADE 8

DIREITOS HUMANOS, CRIMES DE LESA HUMANIDADE, REGIMES DE EXCEÇÃO E LAWFARE

A (IM)PRESCRITIBILIDADE DOS CRIMES DE LESA-HUMANIDADE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO 12
Ícaro Fellipe Alves Ferreira de Brito
Maíra Gondim Almeida

CORPO, EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA: UMA LEITURA DA CORPOREIDADE DO TRANSGÊNERO A PARTIR DO DIREITO. 19
Gisleule Maria Menezes Souto
Camila Paula de Menezes Souto

GENOCÍDIO INDÍGENA: POLÍTICA DE EXTERMÍNIO LARVADA DE INTEGRAÇÃO ASSIMILACIONISTA. 29
Cláudio Luiz Gonçalves de Souza

LAWFARE E ESTADO DE EXCEÇÃO PERMANENTE: O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E AS VIDAS MATÁVEIS COMO REFLEXOS DA INTRANSITIVIDADE DO PROCESSO JUSTRANSICIONAL NO BRASIL 39
Iago Eanes Batista Sousa
Adalberto Antonio Batista Arcelo

LEGÍTIMA DEFESA NO PANORAMA DO PACOTE ANTICRIME E A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO 48
Renata Mesquita Rios

PARADIGMA SOBRE A CORRUPÇÃO A PARTIR DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – GT4 DIREITOS HUMANOS, CRIMES DE LESA HUMANIDADE, REGIMES DE EXCEÇÃO E LAWFARE 57
Luciana Sabbatine Neves

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, GENOCÍDIOS ÉTNICOS E HOLOCAUSTO AFRICANO

A BRANQUITUDE E O FAZER DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: REFLEXÕES E APRENDIZAGENS SOBRE O ENCONTRO ENTRE DUAS SUJEITAS DE PESQUISA 66
Paula Gontijo Martins
Alexandre de Pádua Carrieri

A EXPERIÊNCIA DO GENOCÍDIO INDÍGENA BRASILEIRO COMO FUNDAMENTO PARA A TIPIFICAÇÃO DO ECOCÍDIO INDÍGENA 76
Giselle Villela Maletta
Sabrina Durães Veloso Neto

AÇÕES PARA EVITAR A QUEDA DO CÉU 87
Renata Rodrigues Marmol

CIDADANIA RACIAL E INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL NA ADPF 186/DF: A ATUAÇÃO DO 'DEM' COMO UM EXEMPLO DE AUSÊNCIA DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO 94
Felipe Gomes Santiago

DIREITO, MEMÓRIA, PARADOXO E PERTENCIMENTO ANTE OS DEZ ANOS DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL 103
Cleisson Junior dos Santos
Josiane Veridiana Carmelito

O TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO IMPOSTO AOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR 112
Rodrigo de Medeiros Silva
Diógenes V. Hassan Ribeiro

POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM TEMPOS DA COVID-19: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA? 121
Danyele da Silva Machado
Mário Diógenes Garrido Eva

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, MEMÓRIA E VERDADE

"VERDADE 12.528", OS LIMITES DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E OS TEMPOS HISTÓRICOS 136
Natália Aparecida Godoy da Silva
Samuel Torres Bueno

ATOS DE FALA, DEMAGOGIA E NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19 NO BRASIL 145
Lucas de Alvarenga Gontijo
Rafael Augusto Pinheiro Libaneo

A DITADURA MILITAR NA PARAÍBA: A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS E A CAMPANHA DA ANISTIA 152
Janaína Gomes da Silva

A POLÍCIA MILITAR E OS VESTÍGIOS DA DITADURA DE 1964: A INACABADA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO 163
Felipe Amore Salles Santiago
Marcus Vinícius Honório Correia

A REPRESSÃO DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO "DE BAIXO PARA CIMA" 172
Thiago G. Viana

A TEORIA PURA DO DIREITO NO JULGAMENTO DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DA ANISTIA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO VOTO DO MINISTRO RELATOR EROS GRAU 183
Ícaro Fellipe Alves Ferreira de Brito
Maíra Gondim Almeida

DA TRANSIÇÃO INACABADA À CRISE PANDÊMICA: A NEGAÇÃO PERMANENTE DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE PELO ESTADO BRASILEIRO 190
Andrea Schettini
Malu Stanchi

DIREITO AO ESQUECIMENTO: O FANTASMA DA CENSURA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 201
Jamilla Monteiro Sarkis
Paola Alcântara Lima Dumont

DIREITO, COLONIALIDADE E A DISTOPIA PARRESÍASTICA: A NEUTRALIZAÇÃO DISCURSIVA DAS CONTRA-NARRATIVAS DO DIREITO DE FALA DO POVO PRETO 210
Isadora de Oliveira Costa e Silva
Joaquim Leonardo Lopes Louzada de Freitas

DIREITO, MEMÓRIA E DEMOCRACIA: UM ESTUDO DE CASO 219
Ana Cecília de Oliveira Bitarães
Gabriel Oliveira Bitarães de Carvalho

DITADURA, MEMÓRIA E JUDICIÁRIO NO BRASIL: OBSERVAÇÕES A PARTIR DA TEORIA DOS SISTEMAS 226
Luciano Nascimento Silva
Tiago Medeiros Leite

ECOS DA EROSÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA: O CASO TORINI LIDO A PARTIR DE UMA TEORIA CRÍTICA DA CONSTITUIÇÃO 235
Júlia Guimarães

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E O GOVERNO BOLSONARO: UMA TRANSIÇÃO INACABADA COMO PORTA PARA O AUTORITARISMO 246
Felipe Guimarães Assis Tirado
Jessica Holl

O VALOR DA VERDADE FACTUAL NA POLÍTICA: O QUE ISSO TEM A VER COM DEMOCRACIA? 254
Maren Guimarães Taborda
Emmanuel Petersen de Azeredo

TRANSIÇÃO REVERSA (?): REFLEXÃO DA ATUAL OPERACIONALIZAÇÃO DA COMISSÃO DE ANISTIA 263
Isabella Arruda Pimentel

PARRESIA, CENSURA, CINISMO, HATE SPEECH E FAKE NEWS

A DESINFORMAÇÃO E OS RISCOS À DEMOCRACIA: A MANIPULAÇÃO OBSCURA DA VONTADE NOS PLEITOS ELEITORAIS NA ERA DA PÓS-VERDADE 273
Ana Luísa Diniz Silva

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM TEMPOS PANDÊMICOS: ENTRE AS FAKE NEWS E A NOVA CENSURA 283
Marcus Vinicius Quessada Apolinário Filho
Paloma Silveira Pique Dourador

ANGÚSTIA PÓS-MODERNA, EXTREMA DIREITA, FAKE NEWS E CONSEQUÊNCIAS DA NECESSIDADE DE SE ACREDITAR 292
Gracielle Carrijo Vilela

CINISMO, ALTERIDADE E IDENTIDADE: A ATUAÇÃO DE GRUPOS DA FRANÇA E DA ALEMANHA NA CRISE DA GRÉCIA 302
Mariana Porto de Paula
Raphael Luiz Corrêa de Melo

DA MORTE BONITA À ASFIXIA SOLITÁRIA: A GESTÃO DO MORRER NA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL 311
Gisleule Maria Menezes Souto
Rane Ferreira R. H. C. de Morais

LÁPIS VERMELHO E TESOURINHA: A CENSURA AOS LIVROS NO PÓS-1964 322
Guilherme Rodrigues da Silva
Ana Paula Santos Diniz

LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA E DISCURSOS DE ÓDIO: EXISTEM MOTIVOS VÁLIDOS PARA A CENSURA? 331
Bianca Tito

MARIGHELLA, MARIELLE E PARRESIA NO BRASIL: A CONDUTA OMISSA DO ESTADO 339
Roberta C. Mamede
Sofia S. Chagas

NAS TEIAS DA TARÂNTULA: A RESISTÊNCIA E EXTERMÍNIO DE TRAVESTIS E HOMOSSEXUAIS DURANTE E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E A ABERTURA DEMOCRÁTICA 346
Rafael Augusto Pinheiro Libaneo

O DIREITO COMO PROBLEMA TEOLÓGICO: O DIREITO COMO RELAÇÃO 356
Douglas Jorge Arão

RESISTÊNCIA E RECONHECIMENTO EM TORTO ARADO: RECONHECIMENTO, MEMÓRIA E PARRESÍA NA OBRA DE ITAMAR VIEIRA JR 362
Sofia Rocha A. Gontijo

SELETIVIDADE DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA, JUSTIÇA NA AMÉRICA LATINA E DEMOCRACIA

A AUTORIDADE DA COISA INTERPRETADA PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E SEUS REFLEXOS NO DIREITO INTERNO BRASILEIRO 371
Laís Barreto Caldeira

A SELETIVIDADE DAS AGÊNCIAS DE CONTROLE NA REPRESSÃO AO CONSUMO DE DROGAS ILÍCITAS NO BRASIL 381
Glaison Lima Rodrigues
Renato Almeida Feitosa

AS FRAGILIDADES DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NA BUSCA DA DEMOCRATICIDADE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL NO ESTADO DE DIREITO 390
Clarissa Dias Alvarenga
Laís Barreto Caldeira

AS REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA COMO DISPOSITIVOS DE NEUTRALIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUSTRANSICIONAIS 399
Giovanni Fernando de Carvalho Medeiros Cardoso
Adalberto Antonio Batista Arcelo

BOLSONARO E O POVO QUE EXISTE: REFLEXÕES ŽIŽEKIANAS SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIRO 408
Marcus Vinicius Quessada Apolinário Filho

CRIMINOLOGIA E RACISMO: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO POSITIVISMO CRIMINOLÓGICO E SUAS INFLUÊNCIAS NO BRASIL. 415
Marcelo Augusto Amaral de Carvalho

O PONTO CEGO DA JUSTIÇA CRIMINAL: UMA ANÁLISE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB O PRISMA DA NECROPOLÍTICA 423
Mateus Muniz de Souza
Paloma Silveira Pique Dourador

OS REFLEXOS DA SELETIVIDADE PENAL NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E A REAFIRMAÇÃO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL 432
Renato Almeida Feitosa
Glaison Lima Rodrigues

PROMABEN: UM PORTAL BIOPOLÍTICO 442
Bruno de Pinheiro Tavares
Camila Letícia da Silva Azevedo

SALVE JORGE! 452
Jorge Augusto Xavier de Almeida
Camila Silva de Almeida

AUTORES 464

O DIREITO É PELA JUSTIÇA E PELA PAZ, SENÃO, DIREITO NÃO É!

Fomos instados, neste II Congresso Latino-Americano "Direito, Memória, Democracia e Crimes de Lesa Humanidade", a promover profundas reflexões, falas, diálogos, interlocuções e verdades que traduzem o tempo de hoje, refletindo o passado e lançando luzes para futuro.

Refundar, reler e reconstruir nossa identidade marcam a necessidade de um Direito que trabalhe e cumpra expectativas includentes e que lastreie uma sociedade numa opção de Direito que liberte, igualize e solidarize todos irmanados em uma "Casa Comum". Não há espaço para naturalizarmos práticas que façam do Direito o caminho para corroer e corromper a democracia.

A força do Direito, como garantia da democracia, o faz – ou deveria fazê-lo – capaz de absorver tensões internas e externas e responder, com a devida acuidade e celeridade, às demandas e carecimentos por justiça. Comunidades nacionais e internacionais sem bloqueios são imperativo para, na América Latina em que vivemos, termos assegurada a dignidade da pessoa humana e, consequentemente, o bem viver em "comum unidade".

Nossas diferenças, a partir de uma noção de soberania que nos traga ou forje o sentimento de pertença, devem ser reconhecidas para que desfaçam a hegemonia de classes perpetuamente dominantes e as gritantes desigualdades que nos marcam em termos históricos. Superar o fosso da apatia, da intolerância, da descrença e do Direito como lugar de privilégio importa em assegurar o lugar de fala dos oprimidos, em efetiva construção do pluralismo e potencializaria, nos dizeres de Boaventura de Souza Santos, uma nova cultura política emancipatória[1].

Esses olhares e desafios foram descortinados, neste Congresso, em cinco sessões instigantes e densas que deram ensejo a palestras sobre "Justiça de Transição, Memória e América Latina", "Corrupção, Lawfare e Efetividade Democrática"; "Direitos Humanos, diferença e corrosão da democracia", "Exceção, Diferença e Risco: bloqueios internacionais e direitos humanos" e "Justiça de Transição, Memória e o Povo Preto".

Também, em profícua atividade, foram apresentados trabalhos em sua sexta sessão com temáticas que envolviam parresia, censura, cinismo, *hate speech*, *fake news*, justiça de transição, memória, verdade, genocídios étnicos, holoucausto africano, direitos humanos, crimes de lesa humanidade, regimes de exceção e *lawfare*, seletividade dos sistemas de segurança, justiça na América Latina e democracia.

Uma das grandes reflexões que emerge deste Congresso é o fato de que a América Latina ainda tem a imperiosa necessidade de enfrentar o seu passado, entender e explicitar sua identidade no presente e traçar seu caminho para o seu futuro. É imperioso que reveja seu processo de colonização e patriarcalização e discuta a disseminação de narrativas estatizantes que dão vazão à processos de exclusão de minorias, com discursos que subjazem a violência, em especial, contra os povos indígenas e pretos.

Também deixa explicitada a radical brutalização das relações humanas, naturalizada em espaços institucionais, por vezes encampada em governos revestidos de matriz democrática, mas que escancaram vieses populistas ou autocráticos. Esse o paradoxo da democracia, correr o risco de

[1] SANTOS, Boaventura de Souza. Renovar a Teoria Crítica e reinventar a emancipação social. Tradução Mouzar Benedito; São Paulo: Boitempo, 2007

não ser democracia e o papel do Direito, sem dúvida, é expor e enfrentar possíveis simulacros que corroem a democracia por dentro de sua essência.

Ponto de convergência nas discussões eleitas neste Congresso ainda é a necessidade de um Direito que viabilize a força normativa dos direitos humanos e que reconheça diferenças e igualdade entre nações, primando pela soberania, a partir da autodeterminação dos povos. Esse o pressuposto de uma sociedade livre, justa e igualitária como assegurado, no caso brasileiro, em nossa Constituição e da qual todos devemos ser intérpretes[2], o que contribui para uma formação de cidadania plena, dentro de um devido processo legal e compreende processos de controle e *accountability*, gerando uma governança transparente, responsável e sustentável.

Autores e obras, representando marcos teóricos importantíssimos, clássicos e da atualidade, foram pontos de referência e de debates dos participantes. Pensar o Direto, em especial, o Direito da América Latina, envolve uma revisão da literatura com coerência e integridade, pois só assim teremos uma cultura de defesa dos direitos e efetivaremos o conceito de república.

Este Congresso foi resultado de muitas mãos, de um trabalho conjunto e eficaz de vários atores como ANIMA – PUC Minas; Programa de Pós-graduação em Direito – PUC Minas; AJUCH – Academia dos Juristas Católicos Humanistas – Arquidiocese de Belo Horizonte; CAJP - Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz; UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais; FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia; Claretiano – Centro Universitário -- SP; UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; NESP – Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas; ABRA-FI – Associação Brasileira de Filosofia do Direito e Sociologia do Direito; Universidad Nacional Del Comahue; Università Del Salento; Centro di Studi Sul Rischio; Centro de Estudios Institucionales Patagónico; contando ainda com o apoio da Editora D'Plácido. Destaca-se a incursão, vigorosa e plena, dos professores e organizadores Lucas de Alvarenga Gontijo e Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão, pensadores brilhantes, juristas brasileiros que, arregaçando as mangas e junto com uma excepcional equipe, tornaram este Congresso o melhor fruto de reflexões sérias e comprometidas com a justiça e democracia.

Todos os envolvidos contribuíram de forma significativa para o sucesso e a repercussão deste Congresso, considerando que a luta de um é também de todos e como já disse Castells ao investigar processos de transformações sociais: "... na esperança de que essa pesquisa possa contribuir para a tarefa dos que lutam, correndo grandes riscos, por um mundo em que gostaríamos de viver."[3] Seguimos com a convicção de que este Congresso contribuiu para um mundo melhor, perfazendo premissas que compõem também a encíclica *Fratelli Tutti*, irradiando uma plena conversão cultural, social e política e derrubando muros xenófobos.

Que os escritos e as palavras que se seguem sejam para os operadores do Direito, acadêmicos e cidadãos, fontes seguras para conhecermos a nossa história e identidade e ponto de reflexão crítica sob a perspectiva da efetividade da nossa democracia. Temos certeza de que será um marco na consolidação e afirmação dos direitos humanos, da democracia e do pluralismo.

A par de tantos desafios e contribuições que este Congresso provocou e colheu fica aqui uma palavra de esperança e que evidencia a identidade PUC Minas: que suas contribuições operem a favor de um Direito que luta pela justiça e promove a paz.

Esperemos, com muita alegria e coragem, o próximo Congresso!

Novembro 2021
Prof. Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães
Reitor da PUC Minas

---

[2] HABERLE. Peter. Hermenêutica Constitucional – a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição. Tradução Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris; 1997.

[3] CASTELLS, Manuel. Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

NOTA INTRODUTÓRIA: CONFERÊNCIAS DO II CONGRESSO LATINO-AMERICANO SOBRE DIREITO, MEMÓRIA, DEMOCRACIA E CRIMES DE LESA HUMANIDADE

Esta obra reúne artigos científicos decorrentes dos cinco grupos de trabalho do II Congresso Latino-Americano sobre direito, memória, democracia e crimes de lesa humanidade, realizado nos dias 3, 4 e 5 de novembro, em salas simultâneas, na plataforma digital Zoom.

Os grupos de trabalho fizeram parte do II Congresso Latino-Americano sobre direito, memória, democracia e crimes de lesa humanidade, coordenado por docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC Minas, além de discentes da graduação, investigadores do grupo de Pesquisa Teoria Crítica do Direito, da Faculdade Mineira de Direito da mesma Universidade. Mas faz-se oportuno mencionar que o evento contou com a colaboração e participação de professores das Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Centro Universitário Claretiano de São Paulo - SP, Universidad Nacional del Comahue (Argentina), Centro di Studi sul Rischio, da Università de Salento (Itália), Universidad de La Habana (Cuba) e Centro de Estudios Intitucionales Patagónico (Argentina). O evento também se beneficiou do apoio do Sistema ANIMA - PUC Minas, da Academia dos Juristas Católicos Humanistas, da Arquidiocese de Belo Horizonte e da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz. Ainda, foram responsáveis pela organização o grupo de extensão A Luta pelo Reconhecimento dos Direitos Fundamentais das Comunidades Remanescentes de Quilombo, do curso de Direito da Unidade Praça da Liberdade, da PUC Minas e o Núcleo de Pesquisa e Extensão Redes de Direitos Humanos do PPGD PUC Minas.

Em sua sessão de abertura, os participantes do II - Congresso ouviram as palavras do Magnífico Reitor da PUC Minas, professor Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães, quem também prefaciou esta obra. Nos três dias de evento, acadêmicos da comunidade jurídica brasileira e inúmeros estudantes estrangeiros, com ampla participação de latino-americanos, puderam desfrutar de um profícuo debate sobre justiça de transição, corrupção, exceção, diferença e risco. As sessões temáticas possibilitaram discussões sobre o tema da memória, da corrupção, do lawfare e da efetividade da democracia tanto no Brasil quanto na América Latina. Por outro lado, temas como direitos humanos e diferença, arqueados com propostas conceituais como as de exceção e de risco permearam transversalmente os painéis do congresso. Há que se mencionar, também, a singularidade e a importância do derradeiro painel, onde se abordou a escravidão e o genocídio do povo preto na América Latina.

Gostaríamos de agradecer a disponibilidade e contribuição de todos que participaram dos grupos de trabalho e dos conferencistas e moderadores nominalmente: Raffaele De Giorgi, Maria Cecília de Oliveira Adão, Luis Elios Meliante Garcé, Sylvia Steiner, Bárbara Amelize, Wilba Lúcia Maia Bernardes, Maria Esther Martínez Quinteiro, Ana Elisa Liberatore Silva Bechara, José Luiz Quadros de Magalhães, Bertha Maakaroun, Emílio Peluso Neder Meyer, Pasquale Luigi di Viggiano, Ailton Krenak, Javier Espinoza de Los Monteros, Patrus Ananias, Marcelo Raffin, Élio Estanislau Gasda, Yuri Pérez Martínez, Marcelo Galuppo, Maria Zélia Castilho de Souza Rogêdo, Diva Moreira, Lívia Sant'Anna Vaz, Rafael Sanzio A. dos Anjos, Edna Correia de Oliveira e Gil Ricardo Hermenegildo. Todas as palestras e discussões foram essenciais para ampliar o debate

sobre o passado e futuro da América Latina e para abrir caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária.

Consoante às discussões que permearam os painéis do evento, no dia 5 de novembro, o debate continuou nos grupos de trabalho: 1. Parresia, censura, cinismo, hate speech e fake news; 2. Justiça de Transição, memória e verdade; 3. Justiça de Transição, genocídios étnicos e holocausto africano; 4. Direitos Humanos, crimes de lesa humanidade, regimes de exceção e lawfare; 5. Seletividade dos sistemas de segurança, justiça na América Latina e democracia.

Além dos participantes e conferencistas, não poderíamos deixar de agradecer, também, aos funcionários da PUC Minas por todo suporte ao II - Congresso, a revelar o comprometimento e o entrosamento do corpo docente, discente e técnico da Universidade. Já entre os discentes que compuseram a comissão de organização do evento, destacamos e agradecemos o empenho e dedicação de Isadora de Oliveira Costa e Silva, Rafael Augusto Pinheiro Libaneo, Renato Almeida Feitosa, Bruno de Pinheiro Tavares, Júlia Guimarães, Marcelo Augusto Amaral de Carvalho, Roberta Cotta Mamede, Júlia dos Santos Rosa, Laiz Carvalho de Alvarenga, Gabriel Henrique de Souza Moita, Iara Alves Etti Fróes, Sofia Sampaio Chagas, Laís Barreto Caldeira, Arthur Carvalho Pereira e Wanielly Malaquias de Carvalho.

Por fim, faz-se necessário registrar que a presente obra não teria sido possível sem o apoio sempre incondicional e o patrocínio da Editora D'Plácido. A Editora D'Plácido tem sido, há muitos anos, uma grande parceira a fomentar o desenvolvimento das ciências jurídicas mineiras.

O primeiro Congresso Latino-Americano sobre direito, memória, democracia e crimes de lesa humanidade, realizado em 2019, foi marcado por discussões sobre o crescente autoritarismo no Brasil, sem perder de vista a América Latina, tanto sob a perspectiva da efetivação dos direitos humanos, quanto da reelaboração dos conceitos de democracia e soberania popular. Buscou-se, sobretudo, conhecer e refletir criticamente sobre os 40 anos da Lei da Anistia, publicada em 1979. Infelizmente, alguns prognósticos traçados no primeiro Congresso se concretizaram: a crescente usurpação da democracia pelo neoliberalismo, a ascendente erosão das instituições democráticas e a disseminação de mentiras e teorias conspiratórias prejudicaram a consolidação dos direitos humanos e a efetivação da democracia no Brasil, nos últimos anos.

Contudo, o que os conferencistas, professores, pesquisadores e alunos não previam, em 2019, é que se somaria ao panorama de instabilidade política e econômica uma pandemia. A pandemia de Covid-19 foi responsável por ampliar problemas estruturais do capitalismo brasileiro e da América Latina: fome, miséria, desigualdades, intolerância, discriminação, corrupção, desinformação e desrespeito à vida e à memória de mais de 600 mil brasileiros.

Nesse contexto, cada vez mais, se consolida como dever moral, de todo e qualquer pesquisador brasileiro de lutar academicamente e politicamente pela memória e a verdade como alicerces de uma sociedade construída de forma coletiva e pautada pela justiça. As críticas trazidas pelas conferências têm esse objetivo central: colocar em evidência as desigualdades estruturais e os poderes em jogo na sociedade brasileira e internacional, para que se abram caminhos para um futuro por e pelos brasileiros em sua pluralidade, diversidade e riqueza.

Isadora Oliveira Costa e Silva
Investigadora do Grupo de Pesquisa Teoria Crítica do Direito da FMD - PUC Minas.

José Luiz Quadros de Magalhães
Professor da graduação e da pós-graduação em Direito da PUC Minas.

Lucas Gontijo
Professor da graduação e da pós-graduação em Direito da PUC Minas.

Mariana Bicalho
Doutoranda e mestra em Teoria do Direito e da Justiça pelo PPGD da PUC Minas, com bolsa CAPES.

SEÇÃO

DIREITOS HUMANOS, CRIMES DE LESA HUMANIDADE, REGIMES DE EXCEÇÃO E LAWFARE

A (IM)PRESCRITIBILIDADE DOS CRIMES DE LESA-HUMANIDADE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO

Ícaro Fellipe Alves Ferreira de Brito[1]

Maíra Gondim Almeida[2]

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas, considera-se justiça de transição a conjunção de estratégias, ações, políticas e estudos voltados à superação e enfrentamento de um passado de graves lesões a direitos humanos, cometidos em um contexto histórico no passado (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2004).

Nesse sentido, a justiça de transição representa medidas hábeis a reparar, historicamente, a violência massiva contra grupos sociais específicos. Considera-se que a Justiça de Transição possui como objetivos gerais, dentre outros, julgar os autores das violações a direitos humanos, investigar a verdade dos fatos ocorridos no passado, conferir reparações às vítimas dos delitos, reconhecer o direito à memória e promover a reestruturação das instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para tais violações (ACERVO VLADIMIR HERZOG, 2021).

Uma das conquistas da justiça de transição foi a criação do Tribunal Penal Internacional por meio do Estatuto de Roma, incorporado ao ordenamento jurídico pátrio a partir da promulgação do Decreto nº 4.388/2002. Nos termos do artigo 7º, do Decreto, são considerados crimes contra a humanidade:

> [...] qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: a) homicídio; b) extermínio; c) escravidão; d) deportação ou transferência forçada de uma população; e) prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional; f) tortura; g) agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável; h) perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, tal como definido no parágrafo 3º, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste parágrafo ou com qualquer crime da competência do Tribunal; i) desaparecimento forçado de pessoas; j) crime de apartheid; k) outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental (BRASIL, 2002).

[1] Mestrando em Direito pela PUC Minas (Linha Teoria do Direito e da Justiça). Especialista em Direito Processual pela PUC Minas. Advogado. dir.icaro.brito@gmail.com

[2] Advogada e mestranda em Direito no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, vinculada à linha de pesquisa Teoria do Direito e da Justiça e ao grupo de estudos Direito e Razão Prática. gondimmaira@gmail.com

Justamente por configurar delitos de extrema gravidade, a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade, datada de 1968, dispôs acerca da necessidade de os países signatários adotarem medidas para garantir a imprescritibilidade dos crimes de lesa-humanidade. Todavia, é imperioso salientar que o Estado brasileiro não ratificou a Resolução 2391 da ONU, a qual a convenção supramencionada foi publicada.

Na contextualização brasileira, as atrocidades ocorridas durante o regime militar materializaram gravíssimas violações a direitos humanos e, portanto, consubstanciaram um sem-número de crimes contra a humanidade. Nota-se, nesse diapasão, que ao longo do período ditatorial é inegável o enquadramento ao que o Estatuto de Roma considera como crime de lesa-humanidade.

Nessa perspectiva, sob a ideologia da "segurança nacional" e com a legitimação oficial conferida para frear o avanço do comunismo no Brasil, o regime obteve sustentáculo a partir de uma aparente sensação de normalidade da vida política. A abertura democrática brasileira iniciou-se em 1974 e representou uma trajetória acordada, sem que houvesse brusca ruptura do regime militar. Na verdade, a transição partiu de acordos entre as elites políticas dominantes e objetivava, precipuamente, a superação controlada e gradual do regime autoritário marcado pelo período militar (MC ARTHUR, 2021).

Partindo da descrição fática sucinta ora delineada que, em alguma medida, permeia a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153, que tratou da recepção da Lei de Anistia no Brasil, impossibilitando o julgamento dos crimes de lesa-humanidade cometidos durante o período ditatorial brasileiro, bem como permeia a Ação de Extradição (Ext) 1362, é que o presente estudo traz à baila alguns dos reflexos de cada uma das ações analisadas, notadamente quanto à prescitibilidade dos crimes de lesa-humanidade. Isso porque, a partir da investigação conjunta de ambos os precedentes é possível a identificação de um padrão de decisão do STF, no que se refere à imprescritibilidade dos crimes de lesa-humanidade.

Enfim, é o objetivo do presente texto descrever o padrão de julgamento do Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF) no que se refere ao caráter imprescritível dos crimes de lesa-humanidade. Nesse sentido, objetiva-se responder se o STF interpreta pela incorporação da imprescritibilidade, disposta na Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, no ordenamento jurídico brasileiro.

Para tanto, fez-se uso de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, com análise do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 (ADPF 153), de relatoria do Ministro Eros Grau, bem como da Ação de Extradição 1362 (Ext 1362), de relatoria do Ministro Edson Fachin.

2. A PRESCRITIBILIDADE

Ante a Ext 1362 o Supremo Tribunal Federal julgou pedido formulado pelo governo da Argentina contra Salvador Siciliano, cidadão daquele país acusado de sequestrar e assassinar militantes políticos de esquerda na década de 1970, integrante do grupo terrorista denominado Triple A. No início do julgamento, os ministros Edson Fachin (relator) e Luís Roberto Barroso votaram no sentido de deferir o pedido de extradição, sob o entendimento de que os crimes dos quais o extraditando é acusado são imprescritíveis por serem considerados como de lesa-humanidade pela Argentina, contudo, o ministro Teori Zavascki pediu vista e apresentou voto divergente que resultou ao final vencedor, sendo designado como redator para o acórdão.

Do julgamento da Ext 1362, em 2016, com pretensão de ser um resumo dos votos vencedores, resultou a seguinte ementa de acórdão publicada, somente, contudo, em 2018:

> EXTRADIÇÃO REQUERIDA PELA REPÚBLICA ARGENTINA. DELITOS QUALIFICADOS PELO ESTADO REQUERENTE COMO DE LESA-HUMANIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA SOB A PERSPECTIVA DA LEI PENAL BRASILEIRA. NÃO ATENDIMENTO AO REQUISITO DA DUPLA PUNIBILIDADE

(ART. 77,VI, DA LEI 6.815/1980 E ART. III, C, DO TRATADO DE EXTRADIÇÃO). INDEFERIMENTO DO PEDIDO.

1. Conforme pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, "a satisfação da exigência concernente à dupla punibilidade constitui requisito essencial ao deferimento do pedido extradicional" (Ext 683, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, Dje de 21.11.2008). Nessa linha, tanto o Estatuto do Estrangeiro (art. 77, VI), quanto o próprio tratado de extradição firmado entre o Brasil e o Estado requerente (art. III, c), vedam categoricamente a extradição quando extinta a punibilidade pela prescrição, à luz do ordenamento jurídico brasileiro ou do Estado requerente.

2. O Estado requerente imputa ao extraditando a prática de delito equivalente ao de associação criminosa (art. 288 do Código Penal), durante os anos de 1973 a 1975, e, no ano de 1974, de crimes equivalentes aos de sequestro qualificado (art. 148, § 2º, do Código Penal) e de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, do Código Penal). Evidentemente, todos esses delitos encontram-se prescritos, porquanto, desde sua consumação, transcorreu tempo muito superior ao prazo prescricional máximo previsto no Código Penal, equivalente a 20 (vinte) anos (art. 109, I). Não consta dos autos, ademais, que se tenha configurado qualquer das causas interruptivas da prescrição.

3. A circunstância de o Estado requerente ter qualificado os delitos imputados ao extraditando como de lesa-humanidade não afasta a sua prescrição, porquanto (a) o Brasil não subscreveu a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, nem aderiu a ela; e (b) apenas lei interna pode dispor sobre prescritibilidade ou imprescritibilidade da pretensão estatal de punir (cf. ADPF 153, Relator(a): Min. EROS GRAU, voto do Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, Dje de 6.8.2010).

4. O indeferimento da extradição com base nesses fundamentos não ofende o art. 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (Decreto 7.030/2009), uma vez que não se trata, no presente caso, de invocação de limitações de direito interno para justificar o inadimplemento do tratado de extradição firmado entre o Brasil e a Argentina, mas sim de simples incidência de limitação veiculada pelo próprio tratado, o qual veda a concessão da extradição "quando a ação ou a pena já estiver prescrita, segundo as leis do Estado requerente ou requerido" (art. III, c). 5. Pedido de extradição indeferido (BRASIL, EXT 1362, 2018, p. 1).

Interessa especialmente a este estudo tratar sobre a argumentação de que a circunstância de a Argentina, Estado requerente da extradição, ter qualificado os delitos imputados ao extraditando como de lesa-humanidade não afasta a sua prescrição, porquanto o Brasil não subscreveu a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, nem aderiu a ela; e apenas lei interna pode dispor sobre prescritibilidade ou imprescritibilidade da pretensão estatal de punir.

Importante ressaltar que o Supremo Tribunal Federal brasileiro não tratou sobre a qualificação dos delitos imputados ao extraditando como sendo ou não de lesa-humanidade, apenas se limitando, o Supremo, a adotar a qualificação empregada pela Argentina em seu pedido de extradição. Quanto à qualificação dos delitos, o Supremo se limitou a identificar a prática de delito equivalente ao de associação criminosa, cometidos durante os anos de 1973 a 1975, e, no ano de 1974, de crimes equivalentes aos de sequestro qualificado e de homicídio qualificado, de modo que todos esses delitos já estavam prescritos em 2016, ano do julgamento pelo Supremo, sendo que, segundo a legislação brasileira, o prazo prescricional máximo é de 20 anos, de modo que, quanto aos crimes cometidos, por exemplo, em 1975, já haviam se passados 41 anos.

A passagem de um período tão longo certamente foi um dos elementos importantes a influenciar no julgamento, considerando o nexo entre decurso do tempo e perdão (aqui no sentido

comum, não técnico-jurídico), o que parece estar implícito na seguinte passagem do voto do ministro Marco Aurélio:

> O que constato, Presidente? Que, passados quarenta e dois anos, presente a época dos crimes, ainda se tem feridas abertas no país irmão, a Argentina, porque, muito embora os argentinos tenham caminhado também para o perdão, mediante lei de anistia, acabaram por fulminá-la, ao contrário do que ocorreu no Brasil, no que a Lei brasileira nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, foi placitada, embora – creio – ainda pendentes embargos declaratórios, pela maioria dos integrantes no Supremo. Eis a minha crença: a passagem do tempo é importantíssima para ter-se segurança jurídica. Daí os institutos da prescrição, da decadência e até mesmo, o do perdão, estampado em Lei de Anistia (BRASIL, EXT 1362, 2018, p. 144).

Mas o principal argumento pelo indeferimento da extradição, que inclusive parece ocupar a maior parte do voto do relator, consiste em que, no julgamento da ADPF 153, o ministro Celso de Mello já havia consignado em seu voto aquilo que deveria ser adotado como a posição do Supremo, a título de *obiter dictum*, quanto à controvérsia relativa à imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. Em suma, nesse julgado da ADPF 153, segundo o voto do ministro Celso de Mello, dois argumentos se destacaram para a não aplicação, no Brasil, da imprescritibilidade dos crimes de lesa-humanidade: (a) o Brasil não subscreveu a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, nem aderiu a ela; e (b) apenas lei interna pode dispor sobre prescritibilidade ou imprescritibilidade da pretensão estatal de punir (BRASIL, ADPF 153).

3. A NÃO PRESCRITIBILIDADE

Em seu voto como relator, na Ext 1362, considerando que o caso envolvia peculiaridades nunca antes enfrentadas pelo Supremo Tribunal Federal, o ministro Edson Fachin ponderou que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, cuja jurisdição é vinculante para o Estado brasileiro reconheceu, em mais de uma oportunidade, que são inadmissíveis as disposições de prescrição, que pretendam impedir a investigação e punição dos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, como a tortura, as execuções sumárias, extrajudiciais ou arbitrárias, e os desaparecimentos forçados, todas elas proibidas, por violar direitos inderrogáveis reconhecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos. Nos termos de julgados pela Corte, tal proibição decorreria de normas costumeiras de direito internacional, da jurisprudência de organizações internacionais e também da doutrina (BRASIL, EXT 1362, 2018).

Segundo o ministro Edson Fachin, como exemplos dessa prática que reconhece a imprescritibilidade, é possível citar o reconhecimento de jurisdição universal por parte da Espanha a fim de julgar o cidadão argentino Ricardo Cavallo acusado dos crimes de terrorismo, tortura e genocídio. Os fatos teriam ocorrido nos anos finais da década de 70 e o pedido de detenção ocorreu somente em 2000. Estando o acusado no México, foi requisitada a esse país sua extradição, tendo sido deferida. A decisão foi posteriormente confirmada pela Suprema Corte de Justiça da Nação. A Corte Suprema do Chile autorizou, em 2013, a extradição do ex-juiz federal argentino Otilio Romano, acusado de ser cúmplice em diversos crimes qualificados pela lei argentina como sendo de lesa-humanidade. É importante observar, no que tange às decisões de México e Chile, que ambas as nações não são partes da Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes contra a Humanidade (BRASIL, EXT 1362, 2018).

Conforme exposto no voto da ministra Rosa Weber, é verdade que o Brasil não assinou nem aderiu à Convenção sobre a imprescritibilidade dos crimes de guerra e dos crimes de lesa humanidade, certamente porque, quando veio à lume, em nosso país, 1968, coincidiu com o ano da outorga do Ato Institucional nº 5, em plena ditadura militar. Todavia, se, por um lado, o Brasil não é signatário da Convenção, não há como passar ao largo do art. 5º, inciso XLIV, da Constituição Federal de 1988, que estatui: "constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos

armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático" (BRASIL, EXT 1362, 2018).

Ainda segundo a ministra Rosa Weber, tal raciocínio é densificado pela adequada percepção de que se está diante de norma *jus cogens*, em que a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade se encontra inserida como tal, vale dizer, como super norma imperativa de direito internacional insuscetível de ser afastada pelo direito interno, especialmente depois da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969), internalizada no país por meio do Decreto 7.030/2009, segundo o qual *jus cogens* é norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por norma ulterior de Direito Internacional geral da mesma natureza (BRASIL, EXT 1362, 2018).

Interessante destacar que ministra Rosa Weber havia proferido um primeiro voto acompanhando a divergência instaurada pelo ministro Teori Zavaski, mas ao final do julgamento apresento voto escrito acompanhando o relator, assim anotando:

> Ou seja: a regra de imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade é norma imperativa de Direito Internacional geral, haja vista seu reconhecimento como tal pela comunidade internacional dos Estados, conforme jurisprudência amplamente firmada nessa comunidade, exaustivamente exemplificada no voto do Relator. [...] Em conclusão: observo que os crimes de **lesa-humanidade** são normas ***jus cogens***, independentemente de o Estado ter aderido a tratados ou ter internalizado tais normas em seu ordenamento jurídico, e como tais são imprescritíveis, fazendo exsurgir dois tipos de extradição: **(1)** as **extradições requeridas por cometimento de crime contra a humanidade, e portanto, imprescritíveis**;
>
> **(2)** as **extradições comuns, que não se refiram aos crimes contra a humanidade, e portanto sujeitas a todas as demais regras**, como a dupla
>
> tipicidade e a prescritibilidade, tal como esta Casa vem fazendo até então. Justificado o raciocínio decisório nessas premissas, e com base no reconhecimento de se estar diante de um caso de crime de lesahumanidade, a extradição requerida neste autos deve ser deferida, *data venia* dos respeitáveis entendimentos contrários. **É o meu voto reajustado.** (BRASIL, EXT 1362, 2018, p. 186-187).

Vale ainda destacar que a ministra cuidou de explicitar a distinção entre o objeto da ADPF 153 e a Ext 1362:

> Ainda, com o objetivo de esgotar a análise dos casos jurídicos semelhantes, importa observar que não se está aqui a tratar ou fazer ilações sobre a questão da anistia, nem a cuidar de algo que possua ligação, mesmo que remota, com julgamentos prévios, ***e.g.***, o caso da **ADPF 153**, relatada pelo **Ministro Eros Grau, que pertine a outra categoria de fato**. Cuida aqui, friso, de pedido de extradição requerido por conta do cometimento de crime de lesa-humanidade. O caso da ADPF 153 insere circunstância fática e jurídica que exige distinção quanto ao caso presente, a saber, o contexto histórico e político brasileiro, no qual promulgada, por intermédio de processo democrático majoritário, Lei de Anistia bilateral para os crimes políticos e conexos (BRASIL, EXT 1362, 2018, p. 118).

Merece especial destaque a ponderação feita pela ministra Rosa Weber, em seu voto na Ext 1362, quanto ao fato de o Brasil não ter assinado nem aderido à Convenção sobre a imprescritibilidade dos crimes de guerra e dos crimes de lesa humanidade, certamente, na sua visão, por ter coincidido com o ano da outorga do Ato Institucional nº 5.

E é de se questionar como é possível que, passados tantos anos desde o advento da Convenção sobre a imprescritibilidade dos crimes de guerra e dos crimes de lesa humanidade, e de período democrático, o Brasil ainda não tenha encontrado condições políticas favoráveis a internalizar a Convenção no ordenamento jurídico pátrio.

Em 2008, o então Presidente Lula, encaminhou à Câmara dos Deputados texto do projeto de lei (PL 4038/2008) que dispõe sobre o crime de genocídio, define os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra, os crimes contra a administração da justiça do Tribunal Penal Internacional, institui normas processuais específicas, e dispõe sobre a cooperação com o Tribunal Penal Internacional (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

A existência desse projeto inclusive serviu de fundamento no sentido da necessidade de lei interna prever a imprescritibilidade, conforme se nota pela seguinte passagem do voto do ministro Celso de Mello:

> **Isso significa**, *portanto*, **que somente lei interna** (**e não** convenção internacional, **muito menos** aquela **sequer** subscrita pelo Brasil) **pode qualificar-se**, *constitucionalmente*, como **a única** fonte formal **direta**, legitimadora da regulação normativa **concernente** *à prescritibilidade* **ou** *à imprescritibilidade* da pretensão estatal de punir, **ressalvadas**, *por óbvio*, **cláusulas constitucionais** em sentido diverso, **como aquelas** inscritas **nos incisos** XLII **e** XLIV do art. 5º de nossa Lei Fundamental. **É importante rememorar**, neste ponto, **em face** da absoluta pertinência de suas observações, **o registro** feito pelo Professor NILO BATISTA, em *Nota Introdutória* **constante** da obra "**Justiça de Transição no Brasil: Direito**, **Responsabilização e Verdade**" (Saraiva, 2010), **escrita** por Dimitri Dimoulis, Lauro Joppert Swensson Júnior, Antonio Martins **e** Ulfrid Neumann: "*(...)* ***as ações dos 'agentes da repressão política estatal são 'crimes contra a humanidade', e por isso são imprescritíveis e não podem ser anistiados'***. *A* ***refutação de Swensson Junior é implacável****: em primeiro lugar, instrumentos normativos internacionais* ***só adquirem*** *força vinculante* ***após*** *o processo constitucional de internalização,* ***e o Brasil não subscreveu a 'Convenção sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade de 1968 nem qualquer outro documento*** *que contivesse cláusula similar;* ***em segundo lugar****, 'o costume internacional* ***não pode ser fonte*** *de direito penal'* ***sem violação*** *de uma função básica do princípio da legalidade;* ***e****,* ***em terceiro lugar, conjurando o fantasma*** *da condenação pela Corte Interamericana,* ***a exemplo*** *do precedente 'Arellano x Chile',* ***a autoridade de seus arestos*** *foi por nós reconhecida plenamente em 2002 (****Dec. n. 4.463****, de 8 de novembro de 2002)* ***porém apenas*** *'para fatos* ***posteriores*** *a 10 de dezembro de 1998'*." (**grifei**) **Certamente por tal razão**, *de índole eminentemente constitucional*, o Senhor Presidente da República, **acolhendo** proposta interministerial **subscrita** pelos Senhores Ministro da Justiça, Ministro das Relações Exteriores, Ministro Advogado-Geral da União e Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos, **encaminhou**, ao Congresso **objetivo de viabilizar** a implementação, **no âmbito interno**, do *Estatuto de Roma*, **que instituiu** o Tribunal Penal Internacional. **Com tal** finalidade **e** propósito, **o projeto de lei** em questão **não só** tipifica, *dentre outros*, **os crimes** contra a humanidade, **cominando-lhes** penas, **mas também dispõe** *sobre a imprescritibilidade de referidos delitos*, **em regra** que, **inscrita no art. 11** dessa **mesma** proposição legislativa, **possui** o seguinte conteúdo normativo: "***Art. 11****.* ***Os crimes*** *de genocídio,* ***contra a humanidade*** *e de guerra* ***são imprescritíveis e insuscetíveis*** *de anistia, graça, indulto, comutação ou liberdade provisória, com ou sem fiança.*" (**grifei**) **Vê-se** que o *então* Senhor Presidente da República, **consciente** da necessidade de respeitar, **em tema** de direito penal, **o postulado** da reserva constitucional de lei formal, **agiu** de modo **absolutamente compatível com o que dispõe** a Constituição da República (que **somente** admite a lei interna **como única** fonte formal e direta de regras de direito penal), **não obstante** o Brasil houvesse assinado, **em 1998**, o Estatuto de Roma (posteriormente incorporado à nossa ordem interna), **que já definia**, *como imprescritível*, a pretensão estatal de punir **os crimes** contra a humanidade, de guerra **e** de genocídio (BRASIL, EXT 1362, 2018, p. 159-161).

O citado projeto traz em sua mensagem de encaminhamento considerações no sentido de que o Brasil assinou, em 1998, o Estatuto de Roma que cria o TPI, de modo que se faz necessária a regulamentação dos tipos penais criados pelo Estatuto de Roma e ainda não previstos em nosso ordenamento jurídico interno. Com exceção do crime de genocídio, já tipificado em lei própria,

os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade ainda não são previstos em nossa legislação e demandam regulamentação legal. O projeto, contudo, praticamente não teve andamento e não se percebe movimentação política atual para tanto (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

4. CONCLUSÃO

Tem-se, à guisa de conclusão, que o Supremo Tribunal Federal, embora sem unanimidade, rechaça a ausência de prescritibilidade em crimes de lesa-humanidade, argumentando, em especial, que além do Brasil não ter subscrito a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, somente lei interna poderá dispor acerca da pretensão punitiva estatal.

Nesse viés, o padrão de decisão de julgamento do Supremo Tribunal Federal contribui para a inviabilização de uma efetiva justiça de transição quanto aos crimes de lesa-humanidade, o que representa um retrocesso na adoção de medidas aptas a superar um passado de massivas violações de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ACERVO VLADIMIR HERZOG. Memórias da Ditadura. **O que é justiça de transição**. Disponível em: memoriasdaditadura.org.br. Acesso em: 12 jul. 2021.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Convenção sobre a imprescritibilidade dos crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade**. Adotada pela Resolução 2391 da Assembleia Geral em 26 de novembro de 1968. Entrada em vigor: 11 de novembro de 1970. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declarações-e-Tratados-Internacionais-de-Proteção/convencao-sobre-a-imprescritibilidade-dos-crimes-de-guerra-e-dos-crimes--contra-a-humanidade.html. Acesso em: 12 jul 2021.

BRASIL. **Câmara dos Deputados, Projeto de Lei nº 4038/2008**. 2008. Disponível em: www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=410747. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002.** Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Brasília: DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF153/DF.** Relator(a): EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 29/04/2010, DJe-145 DIVULG 05-08-2010 PUBLIC 06-08-2010 EMENT VOL-02409-01 PP-00001 RTJ VOL-00216-01 PP-00011.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal, Ação de Extradição - Ext 1362**. Relator(a): EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 09/11/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 04-09-2017 PUBLIC 05-09-2017 REPUBLICAÇÃO: DJe-175 DIVULG 24-08-2018 PUBLIC 27-08-2018.

MC ARTHUR, Fabiana Godinho. **Justiça de transição: o caso brasileiro**. *In:* Anais do Seminário. Disponível em: www.corteidh.or.cr/tablas/r33108.pdf. Acesso em 13 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies**. 2004. Disponível em: archive.ipu.org/splz-e/unga07/law.pdf . Acesso em: 12 jul. 2021.

CORPO, EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA: UMA LEITURA DA CORPOREIDADE DO TRANSGÊNERO A PARTIR DO DIREITO.

Gisleule Maria Menezes Souto [1]

Camila Paula de Menezes Souto[2]

1. INTRODUÇÃO

Para compreender a construção da fundamentação teórica sobre a dignidade da pessoa humana, é necessário trilhar um caminho desde os primórdios da existência, haja vista que, o tema Direitos Humanos ao longo da história da humanidade tem como marca registrada a contradição; uma vez que, em vários momentos o direito à liberdade, e a própria dignidade humana foram cerceados.

Pode-se dizer, e com razão que ao refletir sobre o ser-no-mundo é necessário compreendê-lo como sujeito de deveres, mas, também de direitos.

Estar no mundo e frequentá-lo é o que, torna todos os sujeitos iguais, igualdade, esta reconhecida não só por Declarações e Convenções Internacionais, bem como, pelo Ordenamento Pátrio que, a partir de 1988, vem criando mecanismos para a inserção de sujeitos antes excluídos socialmente.

No tocante à questão da dignidade humana, este estudo não tem a pretensão de reconstruir detalhadamente a trajetória do conceito e a noção da dignidade humana no pensamento filosófico e jurídico ao longo dos tempos, mas, simplesmente refletir sobre este princípio e, o estar do homem no mundo.

Para delinear o conceito de dignidade humana faz-se, necessário retroceder no tempo até a Grécia Clássica, onde a noção de dignidade humana já se fazia presente, porém esta era atribuída a posição social ocupada pelo sujeito.

A construção do conceito de dignidade humana, enquanto valorização da pessoa humana é sintetizado pela primeira vez por Boécio que buscou identificar o sentido da racionalidade e individualidade como condição primeira de existência.

Destarte, mais tarde a esta noção de dignidade humana incorporou-se, a ideia de liberdade enquanto escolha, pois é a partir das suas escolhas que o ser-no-mundo se constrói enquanto sujeito.

Insta salientar, a importância da posição filosófica Kantiana para a afirmação da ideia de dignidade humana hodiernamente conhecida.

Neste contexto é possível argumentar que, a dignidade humana não é um conceito abstrato, mas, sim real que se faz presente na construção da história de cada uma das pessoas que estão no mundo e o frequentam como é o caso dos transgêneros, que buscam ser incluídos seja pelo nome social ou pela corporeidade em uma sociedade que carrega traços coloniais onde a questão binária é acentuada.

Buscando atender ao objetivo proposto ou seja, discorrer sobre os direitos humanos e a questão do Corpo idealizado: Res(sistência), existência: relatar-se-á por intermédio de realatos a vivencia dos transgêneros no tocante a existência e a busca pelo corpo idealizado em uma sociedade que exclui o diferente e o inclui o igual.

2. DIREITOS HUMANOS: UMA REFLEXÃO FILOSÓFICA : O ESTAR DO HOMEM NO MUNDO

[1] Doutoranda PPGD PUC MINAS, Mestre em Filosofia PUC/SP. Professora

[2] Graduanda em Direito Escola Superior Dom Helder Câmara

E A DIGNIDADE HUMANA

Ao tratar sobre Direitos fundamentais, confronta-se, com a dificuldade de conceituar tal instituto, já que, segundo Sampaio em seu livro *Direitos Fundamentais:* "os direitos fundamentais envolvem um conceito e muitas concepções, divididas entre materiais e formais." (SAMPAIO, 2010, p.21)

Ao longo da história da humanidade, o tema direitos humanos caracterizou-se sob a marca de profundas contradições. De um lado, logrou-se cumprir a promessa, reverenciada pela Revolução Francesa (1789), que vislumbrava a universalização da ideia do ser humano como sujeito de direitos em toda e, qualquer organização social; entretanto, por outro lado, a humanidade sofreu com o surgimento e solidificação dos Estados totalitários, seja de inspiração leiga ou religiosa, fato este que, suprimiu de forma planejada e sistemática os direitos fundamentais e sociais.

Os direitos fundamentais são segundo Bonavides (2005, p.560), "direitos sociais que o direito qualifica como tais", ou seja,

> São todos aqueles que possibilitam ao sujeito ser percebido como ser-no-mundo, neste contexto os direitos fundamentais se vinculam à liberdade e à dignidade humana, enquanto um conjunto de valores históricos e filosóficos nos conduzirá a esse ideal de pessoa humana. (BONAVIDES, 2005, p. 562).

Somos seres que, estamos no mundo e não meros sujeitos pensantes, estar no mundo significa ser sujeito de deveres e direitos, visível e não invisível, a temporalidade é, e foi fundamental para a construção dos direitos fundamentais e sociais, que se enraízam na naturalidade da pessoa humana, cuja essência é a liberdade de construir o seu estar no mundo. "E ser livre é caminhar a via da causação dos próprios atos." (GUIMARÃES, 2007, p.65).

Destarte, direitos fundamentais, sociais e natural encontram-se no mesmo patamar, ou seja, estão intimamente relacionados, "uma vez que, os seus fundamentos se articulam nos mesmos horizontes." (GUIMARÃES, 2007, p.65).

O que denota a humanidade é a diferença. "Mas, o princípio da igualdade pode justificar-se a partir de um dado radical: a presença do homem no mundo. Todo ser no mundo é originariamente igual a partir de sua emergência no mundo." (GUIMARÃES, 2007, p.75).

Portanto, estar no mundo e frequentá-lo, torna todos os sujeitos iguais, devido a sua complexidade e, a sua necessidade de ser compreendido como ser-no-mundo, segundo Souto (2000, p.10) "o homem enquanto sujeito de existência, não deve ser compreendido isoladamente, mas deve ser visto, como ser-no-mundo. O homem encontra-se no mundo: por esta razão não existe sujeito sem mundo e, muito menos mundo sem sujeito." Desta, forma enquanto ser de existência todos são iguais.

> Somos todos iguais. Assim as Convenções Internacionais, os Tratados e as Constituições Nacionais nos informam com toda segurança. Mas, a história da igualdade não vai além do nascimento da pessoa humana, com caracteres comuns aos seres humanos, inclusive com distorções biológicas 'democraticamente' distribuídas a todos, sejam ricos, pobres ou miseráveis. Até aí, igualdade absoluta, ressalvadas apenas as desigualdades originárias das condições sociais favoráveis a uma gestação e a um nascimento mais sadio. Mas, a experiência histórica demonstra, largamente, que condições sociais em pouco contribuem para a história da verdade da pessoa humana. Em síntese, somos todos iguais pelo nascimento. (GUIMARÃES, 2007, p.76).

Poder-se-á afirmar que perante á natureza todos são iguais, detentores dos mesmos deveres e direitos, mas de acordo com Guimarães (2007, p.76), "a igualdade é uma criação espiritual da humanidade para atenuar os sofrimentos decorrentes das naturais desigualdades.". Existencialmente todos são iguais, e compete a cada um ser o construtor da sua própria história a partir das suas escolhas e, dos direitos fundamentais que, lhe são assegurados.

Insta salientar, que não se pretende reconstruir em detalhes a trajetória da noção de dignidade humana no pensamento filosófico ao longo dos tempos na cultura ocidental. Entretanto, é importante destacar que "a ideia de dignidade da pessoa humana hoje resulta, de certo modo, da convergência de diversas doutrinas e concepções de mundo que vêm sendo construídas desde longa data na cultura ocidental". (BITTAR, apud SARLET, 2015, p.32).

Conforme mencionado anteriormente desde dos primórdios da Grécia Clássica a "preocupação" com a dignidade humana já se fazia presente.

No pensamento estoico, preleciona Sarlet (2015, p.33), "a dignidade era tida como a qualidade que, por ser inerente ao ser humano, o distinguia das demais criaturas.".

Neste contexto vislumbra a construção do conceito de dignidade a partir da valorização da pessoa humana, esta valorização encontra-se interligada à racionalidade e a liberdade de escolhas. Segundo Rodrigues (2012), "[...] a verdade empreendida por Boécio desloca o sentido de racionalidade e individualidade como condição primeira, ressaltando a noção de individualidade como o acento na racionalidade da pessoa.".

Segundo Boécio o uso do termo pessoa é restrito ao plano da racionalidade,

> Disso tudo decorre que se há pessoa tão somente nas substâncias, e naquelas racionais, e se toda substância é uma natureza, mas não consta nos universais, e, sim nos indivíduos, a definição que se obtém é a seguinte: 'substância individual de natureza racional'. (BOÉCIO apud RODRIGUES, 2012).

Ao enfatizar a dimensão da natureza racional e individual, neste contexto o homem é visto como ser-no-mundo, ou seja, como ser ético, e político, ser de desejo e paixão, ser de linguagem e responsável por suas escolhas, cujo pressuposto central é a dignidade humana.

Na Renascença, Pico della Mirandola tendo a racionalidade como ponto de partida para a compreensão do sujeito, e seu estar no mundo compreende que, o mesmo é o construtor da sua própria história, e esta construção se efetiva a partir das escolhas, haja vista que, o ser-no-mundo é livre para traçar o seu destino, portanto, é aquilo que deseja ser.

> O homem pode modificar a si mesmo. Liberdade é um poder de ação. Caberá, depois, ao desenvolvimento da filosofia, em reflexão conjunta com a ciência, aduzir outros elementos para completar essa noção de liberdade. Mas o fundamento está posto de maneira sólida. (PICO DELLA MIRANDOLA, 1988, p.22).

Poder-se-á afirmar que, na citação supracitada Pico della Mirandola, expressa o fundamento essencial da dignidade humana, ressaltando que, a liberdade é o elemento primordial para se alcançar a dignidade.

Entretanto, diversos outros pensadores contribuíram para a construção e, delineamento da ideia moderna de dignidade humana, dentre eles poder-se-á citar, o teólogo espanhol Francisco de Vitória conhecido pela sua defesa dos direitos dos indígenas contra os colonizadores espanhóis e portugueses; e o precursor do Iluminismo Samuel Pufendorf.

Na sequência para a afirmação da ideia de dignidade humana como hoje é conhecida, foi fundamental a contribuição de Kant, cuja concepção tem como pressuposto a autonomia ética do ser-no-mundo, haja vista que, a autonomia da vontade, compreendida como a capacidade em determinar-se a si mesmo e agir em conformidade com a lei, é uma característica inerente encontrada nos animais racionais e, que constitui o fundamento da dignidade da natureza humana.

Com base nesta premissa, Kant assevera que,

> O Homem, e, duma maneira geral, como todo ser racional, existe como um fim em si mesmo, não simplesmente como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas ações, tanto nas que se dirigem a ele mesmo como nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado simultaneamente como um fim [...] Portanto, o valor de todos os objetos que possamos adquirir pelas nossas ações

> é sempre condicional. Os seres cuja existência depende, não em verdade da nossa vontade, mas da natureza, têm, contudo, se são seres irracionais, apenas um valor relativo como meios e por isso se chamam coisas, ao passo que os seres racionais se chamam pessoas, porque a sua natureza os distingue já como fins em si mesmos, quer dizer, como algo que não pode ser empregado como simples meio e que, por conseguinte, limita nessa medida todo o arbítrio (e é um objeto de respeito). (KANT,1980 p. 134-35).

Ainda na esteira kantiana, este identifica na pessoa humana uma qualidade peculiar e insubstituível,

> [...] no reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode pôr-se em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto, não permite equivalente, então ela tem dignidade [...] Esta apreciação dá, pois a conhecer como dignidade o valor de uma tal disposição de espírito e põe-na infinitamente acima de todo preço. Nunca ela poderia ser posta em cálculo ou confronto com qualquer coisa que tivesse um preço, sem de qualquer modo ferir a sua dignidade. (KANT, 1980 p. 140).

Diante do exposto é possível afirmar que, a dignidade humana, enquanto característica peculiar do ser-no-mundo, não é fator de barganha, compra ou venda, ou seja, não é possível calcular um preço para a mesma.

Ainda segundo Kant, a dignidade humana deve ser compreendida enquanto um valor intrínseco que concilia e relaciona as noções de autonomia, racionalidade e moralidade concebidas como fundamento e mesmo conteúdo da dignidade da pessoa humana.

Após tecida esta sumária evolução da construção filosófica da dignidade, que encontrou em Kant a sua mais aclamada vertente o fato é que, hodiernamente a dignidade da pessoa humana continua a ocupar um lugar central no pensamento filosófico, jurídico e político.

Mas, em que consiste a dignidade humana?

Para responder a essa indagação é necessário explicitar o que seja a essência do ser-no-mundo.

> A teoria fundamental dos direitos do homem funda-se, necessariamente, numa antropologia filosófica, ela própria desenvolvida a partir da crítica aos conhecimentos científicos acumulados em torno de três polos epistemológicos fundamentais: o polo das formas simbólicas, no campo das ciências da cultura; o do sujeito, no campo das ciências do indivíduo e da ética; e o da natureza, no campo das ciências biológicas. A respeito da dignidade humana, o pensamento ocidental é herdeiro de duas tradições parcialmente antagônicas: a judaica e a grega. (COMPARATO, 1997).

Insta salientar que, para definir a especificidade ontológica do ser-no-mundo sobre a qual funda a sua dignidade, é necessário compreender que algumas características que definem a sua essência a saber, a liberdade como fonte da vida ética, a alteridade, a autoconsciência, a sociabilidade, a historicidade, e unicidade existencial do ser humano são fatores primordiais para a sua construção enquanto sujeito de existência.

Apesar das considerações até agora delineadas lançarem luz sobre o significado e o conteúdo da dignidade da pessoa humana

> [...] não há como negar, que uma conceituação clara do que seja esta dignidade, inclusive para efeitos de definição do seu âmbito de proteção como norma jurídica, revela-se difícil de ser obtida, isso sem falar na questionável (e questionada) viabilidade de se alcançar algum conceito satisfatório do que, afinal de contas, é e significa a dignidade da pessoa humana [...]. Tal dificuldade, consoante exaustiva e corretamente destacado na doutrina, decorre certamente (ao menos também) da circunstância de que se cuida de conceito de contornos vagos e imprecisos, caracterizado por sua ambiguidade e porosidade, assim como por sua natureza necessariamente polissêmica. (SARLET, 2015, p.48-49).

Ainda dentro da dificuldade em conceituar este atributo inerente ao ser-no-mundo, mas com cuidado José de Melo Alexandrino, citado por Sarlet (2015, p.49) evidencia que, "o princípio da dignidade da pessoa humana parece pertencer aquele lote de realidades particularmente avessas à claridade, chegando a dar impressão de se obscurecer na razão directa do esforço despendido para o clarificar."

Diante do exposto, é possível indagar por que é tão complexo conceituar a dignidade da pessoa humana? Para responder ao questionamento proposto poder-se-á citar a argumentação de Michael Sachs citado pelo doutrinador Ingo Wolfgang Sarlet

> Uma das principais dificuldades [...] reside no fato de que no caso da dignidade da pessoa, diversamente do que ocorre com as demais normas jusfundamentais, não se cuida de aspectos mais ou menos específicos da existência humana (integridade física, intimidade, vida, propriedade, etc.), mas, sim de uma qualidade tida como inerente ou, como preferem outros, atribuída a todo e qualquer ser humano, de tal que a dignidade passou a ser habitualmente definida como constituindo o valor próprio que identifica o ser humano como tal, definição esta que, todavia, acaba por não contribuir muito para uma compreensão satisfatória do que efetivamente é o âmbito de proteção da dignidade, na sua condição jurídico-normativa. (SARLET, 2015, p.49).

Ao buscar, uma clarificação a respeito de sua conceituação, a dignidade da pessoa humana é definida como,

> [...] a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando neste sentido, um complexo de direitos e deveres que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da sua própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida. (SARLET, 2015, p.50)

Portanto, poder-se-á argumentar que, a dignidade humana é algo real, faz parte do estar do homem no mundo, possibilitando que, a sua história seja construída a partir das suas escolhas, bem como, de ações direcionadas e efetivadas a partir dos Direitos fundamentais e, que não se diferencia de outros valores e princípios jurídicos.

É consenso entre os doutrinadores do Direito que, os Direitos fundamentais e sociais ganharam notoriedade após o final da Segunda Guerra Mundial. Os direitos fundamentais como leciona Bonavides (2005, p.560), são "direitos que o direito qualifica como tais", neste sentido; "[...] são aqueles direitos que possibilitam ao sujeito ser percebido como ser-no-mundo, neste contexto os direitos fundamentais se vincula à liberdade e à dignidade humana[...]". (BONAVIDES, 2005, p.562).

A liberdade enquanto fator constitutivo da dignidade humanidade já era enunciada de maneira enfática na Revolução Francesa; "A Declaração Francesa de 1789 tinha como escopo o homem e seus direitos fundamentais [...]." (WANDERLEY;SOUTO, 2014, p.156).

A título de exemplificação abordar-se-á de forma sucinta as gerações dos direitos fundamentais.

Os direitos da primeira geração caracterizam-se, como direitos de liberdade e, são nomeados de direitos civis e políticos, tais direitos buscam garantir que, o sujeito seja capaz de escolher dentro as normas previstas as ações que queira praticar, também eleger e ser eleito tendo o bem comum como objetivo central. Neste sentido Bonavides apregoa que,

> Os direitos da primeira geração ou direitos de liberdade têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdade ou atributos da pessoa e ostentam uma subjetividade que é seu traço mais característico; [...] São por igual direitos que valorizam primeiro o homem-singular, o homem das liberdades abstratas, o homem da sociedade mecanicista que compõem a chamada sociedade civil. (BONAVIDES, 2005, p.564).

Independente, da sociedade na qual se encontra, a liberdade é fundamental para que, o ser-no--mundo exerça as condições primordiais que, asseguram a sua existência; A liberdade é a fonte da consciência moral e do senso moral, da faculdade de emitir juízo de valor sobre as ações humanas segundo a polaridade de bem e mal, certo e errado, justo e injusto.

Portanto, a liberdade também implica no fato de que, outrem também deve ser reconhecido como um sujeito livre, ou seja, ter consciência de si e do outro.

> O homem enquanto sujeito de existência, não deve ser compreendido isoladamente, mas deve ser visto como ser-no-mundo. O homem encontra-se no mundo: por esta razão, não existe sujeito sem mundo e muito menos, um sujeito isolado. Ser-no-mundo, entretanto é cuidar. Pelo cuidado, o homem estabelece uma comunicação com o outro, ou seja, através da liberdade, das possibilidades, dos projetos o homem se abre ao mundo [...]. (SOUTO, 2000, p.10).

Estar no mundo e frequentá-lo é fazer escolhas, a liberdade é um poder-ser, haja vista que o homem é o único ser dotado de vontade.

Os Direitos fundamentais elencados na "[...] segunda geração são os direitos sociais, culturais e econômicos, bem como, os direitos denominados coletivos ou de coletividade, surgem atrelados ao princípio da igualdade." (WANDERLEY; SOUTO, 2014, p.156).

Em termos de Direitos, todos os sujeitos são iguais o que diverge é a forma e, aplicabilidade desta igualdade, desde os primórdios da civilização grega até aos nossos dias o debate sobre a igualdade era, foi, e, é tema constante de discussão e tratados jurídicos e filosóficos.

Ademais, o Estado é também conclamado a prestar serviços à sociedade."Os direitos da terceira geração tendem a concretizar-se no fim do século XX, enquanto, direitos que não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de um determinado Estado." (WANDERLEY; SOUTO, 2014, p.157).

Os direitos da terceira geração estão assim elencados: o direito do desenvolvimento, o direito à paz, o direito ao meio ambiente, o direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e o direito de comunicação.

As três gerações de Direito citadas nos leva a concluir que, o ser-no-mundo encontra-se, em um processo constante de transformação, em um estado permanente de feitura, em um eterno devir; mas um devir que, se desenvolve e transforma graças ao princípio da dignidade humana.

Os Direitos Fundamentais enquanto Direito subjetivo permite ao ser-no-mundo ter liberdade de escolhas, dado que por serem subjetivos são,

> [...] o resultado da personalização e positivação constitucional de determinados valores básicos (daí seu conteúdo axiológico), integram, ao lado dos princípios estruturais e organizacionais (a assim denominada parte orgânica ou organizatória da Constituição), a substância propriamente dita, o núcleo substancial, formado pelas decisões fundamentais, da ordem normativa, revelando que mesmo num Estado constitucional democrático se tornam necessárias (necessidade que se fez sentir da forma mais contundente no período que sucedeu à Segunda Grande Guerra) certas vinculações de cunho material para fazer frente aos espectros da ditadura e do totalitarismo. SARLET, 2015, p.60)

Os Direitos Fundamentais ganharam notoriedade a partir de 1948 com a DUDH, que apregoa em seu preâmbulo a necessidade do reconhecimento da dignidade humana, portanto,

> *Considerando* que o reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana é o fundamento da liberdade, justiça e paz no mundo,
>
> *Considerando* que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo no

> qual os seres humanos gozem de liberdade de expressão e de crença e da liberdade do medo e da miséria, foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,
>
> *Considerando* que é essencial, para que o Homem não seja obrigado a recorrer, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão, que os direitos humanos sejam protegidos pelo estado de direito, [...] (DUDH,1948).

Ao abordar a questão do reconhecimento da dignidade humana é necessário observar que, ao longo da história da humanidade, a noção de dignidade humana se entrelaça com os Direitos Fundamentais, neste sentido é necessário classificar os Direitos Fundamentais:

> [...] direitos individuais e coletivos - correspondem aos direitos diretamente ligados ao conceito de pessoa humana e de sua própria personalidade, como, por exemplo: vida, dignidade, honra, liberdade. Basicamente, a Constituição de 1988 os prevê no art. 5º [...];
>
> [...] direitos sociais - caracterizam-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, que configura um dos fundamentos de nosso Estado Democrático, como preleciona o art. 1º, IV. [...]. A constituição consagra os direitos sociais a partir do art. 6º.
>
> [...] direitos de nacionalidade - nacionalidade é o vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo deste indivíduo um componente do povo, da dimensão pessoal deste Estado, capacitando-o a exigir sua proteção e sujeitando-se ao cumprimento de deveres impostos;
>
> [...] direitos políticos - conjunto de regras que disciplina as formas de atuação da soberania popular. São direitos públicos subjetivos que investem o indivíduo no *status activae civitatis*, permitindo-lhe o exercício concreto da liberdade de participação nos negócios políticos do Estado, de maneira a conferir os atributos da cidadania. Tais normas constituem um desdobramento do princípio democrático inscrito no art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal, que afirma que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. A Constituição regulamenta os direitos políticos no art. 14;
>
> [...] direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos - a Constituição Federal regulamentou os partidos políticos como instrumentos necessários e importantes para preservação do Estado Democrático de Direito, assegurando-lhes autonomia e plena liberdade de atuação, para concretizar o sistema representativo. (MORAES, 2006, p.43-44).

Os Direitos Fundamentais elencados possuem uma estreita relação com o princípio da dignidade, uma vez que o primeiro tem como objetivo a proteção essencial do ser-no-mundo, assim ao se exigir a proteção e o respeito a dignidade humana, impõe-se também a proteção e respeito aos Direitos Fundamentais ao ser-no-mundo independente da questão binária haja vista que O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo para tanto nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa.

Existir significa sair da invisibilidade em direção a visibilidade em um primeiro momento o transgênero percorre este caminho quando altera o nome civil pois, o nome civil é um dos principais símbolos da personalidade do indivíduo, capaz de particularizá-lo no contexto da vida social e produzir reflexos na ordem jurídica. Dessa importância resulta que, se o nome civil é sentido pela pessoa como uma carga pesada demais, poderá pleitear sua alteração em juízo. O nome civil integra os direitos da personalidade nos termos do artigo 16 e seguintes do Código Civil, e constitui um

símbolo designativo da pessoa, isto é, como ela é conhecida no meio social e a indicação de sua ancestralidade. Em razão disso, o nome, como atributo da personalidade, está intimamente ligado à dignidade da pessoa humana, de maneira que é por meio dele que ela se projeta, se relaciona e se vê e é vista no meio social. Desse modo, ele deve exprimir uma realidade designativa, ou seja, estar condizente com a realidade vivida pela pessoa, sem artificialismo, e de forma a respeitar sua integridade moral e psíquica.

A título de exemplificação relataremos a história de uma advogada trans e o caminho percorrido para a obtenção do nome social na OAB e, segundo ela o objetivo vem sendo alcançado por profissionais transgêneros.

Segundo relato desde quando assumiu e foi chamada para integrar a comissão de Diversidades e combate á homofobia da OAB começou a se envolver nos eventos realizados e foi justamente em um desses eventos que uma grande mudança aconteceu. "Logo após uma palestra uma advogada da plateia a procurou pois havia feito uma consulta no site da organização a procura do nome da palestrante e não havia encontrado Marcia Rocha nos quadros da OAB e queria entender porque o nome não constava. A palestrante explicou que este era seu nome social e o nome que a OAB colocava em seu quadro era na verdade , o de batismo Marcos Cesar Fazzini da Rocha. Passado o mal-entendido comentou com seu amigo sobre o assunto e sugeriu a solicitação do nome social, uma vez que sempre que se apresentava usava seu nome social Marcia Rocha, o nome condizente a sua imagem feminina, uma vez que sempre falava sobre a importância dos transgêneros serem reconhecidos pela identidade de gênero. Foram três anos de espera, mas em maio de 2016 o assunto foi levado á votação no Pleno do Conselho Federal da OAB, em uma manhã de janeiro de 2017, o nome Márcia Rocha finalmente apareceu no site da organização bem como o recebimento da carteira profissional com o nome estampado, marcando assim, um importante passo na conquista dos direitos trans". (ROCHA, LIVRO ELETRÔNICO, 2017.)

3. TRANSGÊNERO CORPO IDEALIZADO: RES(SISTÊNCIA), EXISTÊNCIA

Para discorrer sobre a questão do corpo idealizado do transgênero faz-se necessário trilhar o caminho da invisibilidade a visibilidade. "Pautada na lógica binária [...] criam-se gavetas que guardam e sujeitam o indivíduo a padrões criados e pré-estabelecidos, identificando-o". (AZEVEDO, 2016, P.68).

A corporeidade tem um papel crucial nesta identificação uma vez que, antes de nascer o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado. Mesmo sendo uma promessa, um devir existe um conjunto de expectativas estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gestos e subjetividades, a história do corpo não pode ser separada ou deslocada de construções de um bio-poder e, o corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção – reprodução sexual. (BENTO, 2017).

E este corpo que constrói e guarda história pode ser descrito a partir do relato de um ser-no--mundo que constrói a sua existência por intermédio da idealização de um corpo. "Passei gilete no corpo todo, brincava de me olhar no espelho com o pênis escondido entre as pernas, forçando dobrinhas nos seios, já quase parecendo senti-los sensíveis, doídos, querendo crescer." (MOIRA, AMARA, 2017. LIVRO ELETRÔNICO).

No dizer de Chauí (2002) aprende-se com Merleau-Ponty que as questões ligadas a existência são interiores a história de cada um onde nascem, morrem e se transformam. Portanto, só é possível compreender o homem, o mundo e a corporeidade a partir das relações tecidas entre eles, pois o homem está no mundo e é nele que se conhece e se constrói enquanto sujeito de existência. A filosofia de Merleau-Ponty coloca o ser-no-mundo em contato com a existência, com a transitoriedade da vida, visando compreender que a corporeidade é um "instrumento" que possibilita "frequentar" o mundo e estrutura o poder-ser da experiência, da percepção e da

consciência por intermédio da construção de um corpo pensado enquanto totalidade, e onde a percepção, a sensibilidade e o pensamento se edificam.

O homem vivencia o mundo e as coisas que nele estão por intermédio de uma relação de engajamento corpo/mundo e tem a liberdade para construir a sua existência e, portanto, o homem pode escolher (REALE; ANTISSERI, 1991), Escolher como e de que forma "vivenciar" a sua corporeidade é construir a existência a partir das escolhas; e, Merleau-Ponty apresenta um percurso onde a questão da corporeidade, existência e escolha caminham de mãos dadas possibilitando ao ser-no-mundo percorrer uma estrada onde as encruzilhadas corpo objetivo, corpo próprio e corpo carne se entrelaçam.

Da perspectiva do corpo sujeito do corpo objeto, á perspectiva da corporeidade, fundada na estesia do corpo, configurando a linguagem sensível confirmam-se as dificuldades do pensamento causal, da dialética cristalizada e da consciência[3] para traduzir as dinâmicas dos "processos" da corporeidade vivenciados pelo ser-no-mundo.

O Corpo é utilizado como manifesto, como um locus de produção de contradiscursos, de reinscrituras á ordem de gênero.

> Adotei o uso de uma faixa larga de gaze presa por esparadrapo, que disfarçava as mamas. Era incomodo, quente, asfixiante e acabava afrouxando pela respiração e indo parar na barriga. Não ia mais á praia, nem á piscina. Botar um maiô, nem pensar. Com a vinda da moda unissex, fui aos poucos deixando de usar roupas femininas, o que me fortalecia levantando a autoestima. Como mulher, era meio estranha. Como homem, parecia um efebo, um gatinho imberbe. (NERY, JOÃO, 2017. LIVRO ELETRÔNICO).

Por intermédio da narrativa poder-se-á perceber que mediante interpretações em atos das normas de gênero, os corpos adquirem sua aparência de gênero, assumindo-o em uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados no tempo. É isso que Butler denominará de performidades de gênero. (BENTO, 2017).

> As performances de gênero seriam ficções sociais impositivas, sedimentadas ao longo do tempo e que gerariam um conjunto de estilos corporais que aparecem como uma organização natural e (daí deriva seu caráter ficcional) dos corpos em sexos. (BENTO, p. 88, 2017).

O sistema binário produz e reproduz a ideia de que o gênero, reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói as sexualidades e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante a importância da dignidade humana como princípio basilar para construção da sua história, parafraseando Sócrates, o homem é o construtor da sua própria história, e esta construção se realizada a partir da liberdade de escolhas cujas ações se direcionam e se efetivam a partir dos Direitos.

A liberdade é fundamental para que o ser-no-mundo exerça as condições que asseguram a sua existência.

Ademais, o transgênero enquanto ser de existência é livre para escolher que nome quer ter ou seja o nome social e o corpo idealizado afinal, todo mundo merece ser feliz com o corpo, o estilo, a orientação sexual e a identidade de gênero que tem, pois os indivíduos dispõem de alguma margem de manobra para decidir se e como darão vazão aos desejos que sentem e dessa forma escolher que corpo quer ter pode significar uma afirmação de pertencimento e uma tomada de posição diante das normas sociais que condenam, hostilizam ou reprimem o diferente.

---

[3] Especialmente na obra Fenomenologia da Percepção Merleau-Ponty relaciona o corpo á perspectiva da consciência, e esta é compreendida como conhecimento do corpo cuja representação é um conhecimento perceptivo possibilitado pelo movimento.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thiago Augusto Galeão de. **Direitos para Alienígenas sexuais.** Rio de janeiro: Lumen Juris Editora, 2017.

BENTO, BERENICE. **A Reinvenção do corpo: sexualidade gênero na experiência transexual.** 3 ed. Bahia; Editora DEVIRES, 2017.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** 30. ed. São Paulo: Imprenta, 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. **Fenomenologia e Diretos Humanos.** Rio de Janeiro: Editora, Lumenen Juris, 2007.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e outros escritos.** Martins Claret. São Paulo, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção.** Trad: Carlos Alberto de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1984

MOIRA, A; ROCHA, M; BRANT, T; NERY, J. W. **Vidas trans a coragem de existir (LIVRO ELETRÔNICO), 2017.**

NOBREGA, T. P. **Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty.** ISSN (versão eletrônica): 1678-4669 Acervo disponível em: www.scielo.br/epsic

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem.** Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.

PICO della MIRANDOLA, Giovanni. **A dignidade do homem.** São Paulo:GRD, 1988.

REALE; ANTISSERI, História da filosofia vol. III. São Paulo: Paulus, 1991.

RODRIGUES, Ricardo Antonio. **Severino Boécio e a invenção filosófica da dignidade humana. periodicos.ufpel.edu.br**/ojs2/index.php/seara**filosofica**/article/... Acesso em16 de jun. de 2015.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos Fundamentais: retórica e historicidade.** 2ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federalde1988.** 10ª ed. rev. atual e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SOUTO, Gisleule Maria Menezes. **Cuidado condição de existência do ser-no-mundo.** PUC-Minas, Enfermagem Revista, v. 6, p. 7-10, 2000.

WANDERLEY;SOUTO. **Filosofia do Direito e Direitos Humanos: Uma proposta de reflexão.** (org. Eduardo Goulart Pimenta). Construindo Relaçoes Juridicas entre o Público e o Privado. Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2014.

GENOCÍDIO INDÍGENA: POLÍTICA DE EXTERMÍNIO LARVADA DE INTEGRAÇÃO ASSIMILACIONISTA.

Cláudio Luiz Gonçalves de Souza[1]

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por fito precípuo, tratar da prática contínua, ora explícita ou velada, da prática do genocídio dos povos indígenas que teve seu início na aurora da modernidade e que, por seu turno, ainda reverbera na pós modernidade que grafa os tempos atuais.

Com efeito, o estudo e a história sobre os povos e comunidades indígenas e sua relação com a terra é muito amplo e, dessa forma, eivado de conexões por meio das quais os sujeitos não são e jamais foram "objetos" e, portanto, carreiam consigo experiências volvidas por distintas, porém, inter-relacionadas formas de dominação.

Essa circunstância se relaciona a uma história que se realiza desde tempos longevos e, lamentavelmente, marcados pelos mais diversos interesses hegemônicos, constituídos em diferentes períodos históricos e refletidos até a nossa contemporaneidade.

Destarte, nota-se que a experiência dos povos indígenas, mormente no Brasil, aglutina em sua mais profunda substância, todos os elementos e variáveis presentes num contexto de colonialismo anteriormente mundializado e, atualmente, marcado pela Colonialidade.

As práticas de genocídio dos povos indígenas perpetua-se sob as mais diversas formas e matizes que, por seu tuno, tem uma terrífica densidade ao exterminar um povo, uma cultura e, sobretudo, o ser humano que não é visto sob os auspícios da alteridade, mas sob o estigma de um "incômodo" que, dessa forma, deve ser extirpado.

Com supedâneo nestes argumentos, o artigo carreira três tópicos relevantes sobre o tema concernente à presença de uma política de extermínio dos povos originários brasileiros, discorrendo sobre o conceito e definição de genocídio em sua primeira abordagem.

Ato contínuo, carreia-se disposições sobre a efervescência da prática de genocídio disfarçada de movimento integracionista que, por seu turno, se acentuou durante o período da Ditadura Militar no Brasil, após o golpe de 1964.

Destarte, o trabalho acadêmico em apreço, dispõe sobre a continuidade dessa afronta aos povos indígenas no atual governo do país que, lado outro, estimula e/ou é conivente com a adoção de uma política de extermínio dos povos indígenas brasileiros que, em sua essência, se manifesta disfarçada de integração assimilacionista, seguida das considerações finais.

2. DA ACEPÇÃO DE GENOCÍDIO E SUA RELAÇÃO COM OS POVOS ORIGINÁRIOS

Dúvidas não sobejam de que o vocábulo "genocídio" significa, em sua substância, a prática de extermínio sistemático de um grupo étnico e, da mesma sorte, a tentativa de destruição de sua cultura.

[1] Doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMINAS, Belo Horizonte, (Brasil). Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMINAS. Advogado. E-mail: claudio.kureco.adv@gmail.com.

Com efeito, o indigitado termo teria sido utilizado pela primeira vez no ano de 1944, oportunidade em que no jurista polonês Raphael Lemkin, de origem judaica, que se interessou pelo genocídio armênio e, em face desse episódio, trabalhou em campanhas na Liga das Nações na tentativa de banir essa prática, ao que ele inicialmente denominou de "barbárie" e "vandalismo" e, da mesma sorte, contribuiu para a construção de leis internacionais, após a Segunda Guerra Mundial, necessárias para prevenir e punir o abominável crime.

Nessa esteira, consoante palavras de POWER (2004, p.p. 66/68), Lemkin necessitava de um novo termo que expressasse o horripilante crime e, com isso, chegou ao vocábulo "genocídio", na medida em que assim narra a autora, *in verbis:*

> Lemkin, ex-aluno de filologia, sabia que a escolha do termo era importantíssima. Avaliou diversos candidatos. "Assassinato em massa" era inadequado, pois deixava de incorporar o singular motivo por trás da perpetração do crime que ele desejava descrever. "Desnacionalização", palavra que havia sido empregada para descrever tentativas de destruir uma nação e aniquilar sua personalidade cultural, não servia porque passara a designar a privação de cidadania. E "germanização', "magiarização" e outras palavras específicas conotando a assimilação forçada de cultura eram impróprias por não poderem ser aplicadas universalmente e por não denotarem destruição biológica. (...) Lemkin percebeu que precisava de uma palavra que não pudesse ser usada em outros contextos (como se usavam "barbárie" e "vandalismo"). Conscientemente, procurou um termo que trouxesse " uma nota de frescor e novidade" e ao mesmo tempo denotasse algo "do modo mais conciso e contundente possivel' (...).A palavra a que Lemkin chegou era um híbrido que combinava o derivativo grego geno, significando "raça" ou "tribo" e o derivativo latino cídio, de *caedere*, significando " ato ou efeito de matar". "Genocídio" era um termo breve, novo e não tendia a ser pronunciado erroneamente. Devido à permanente associação da palavra com os horrores de Hitler, também provocaria calafrios na espinha das quem a ouvissem.

Não obstante, pode-se inferir que a palavra em si se afigurou à época como uma novidade; mas o fenômeno que lhe deu azo já existia há muito tempo e, maiormente, desde à época do Brasil colônia, onde sequer os povos indígenas eram considerados seres humanos.

Nessa linha de pensamento, os portugueses colonizadores que se consideravam superiores em face de uma cultura eurocêntrica que emergia de uma transição da Baixa Idade Média para os primeiros passos da Modernidade, consideravam que os povos indígenas eram seres desprovidos de alma e, portanto, poderiam ser justificadamente subjugados.

Tal indicativo fez com que a própria igreja como instituição de poder tivesse que intervir em favor dos povos indígenas, na medida em que o Papa Paulo III, no ano de 1537, publicou a Bula Papal *"Veritas Ipsum*", reconhecendo que os povos originários eram possuidores de alma, quando nesses termos se expressou:

> Bula Veritas Ipsa: Papa Paulo III,a todos os fiéis Cristãos que as presentes letras virem, saúde, e benção Apostólica. A mesma Verdade, que nem pode enganar, nem ser enganada, quando mandava os Pregadores de sua Fé a exercitar este ofício, sabemos que disse: Ide, e ensinai a todas as gentes. A todas disse, indiferentemente, porque todas são capazes de receber a doutrina de nossa Fé. Vendo isto, e invejando-o o comum inimigo da geração humana, que sempre se opõe às boas obras, para que pereçam, inventou um modo nunca dantes ouvido, para estorvar que a palavra de Deus não se pregasse às gentes, nem elas se salvassem. Para isto, moveu alguns ministros seus, que desejosos de satisfazer a suas cobiças, presumem afirmar a cada passo, que os Indios das partes Ocidentais, e os do Meio dia, e as mais gentes, que nestes nossos tempos tem chegado a nossa noticia, hão de ser tratados, e reduzidos a nosso serviço como animais brutos, a título de que são inábeis para a Fé Católica: e que são incapazes de recebê-la, os põem em dura servidão, e os afligem, e oprimem tanto, que ainda a servidão em que tem suas bestas, apenas é tão grande como aquela com que afligem a esta gente. Nós outros, pois, que ainda que indignos, temos às vezes de Deus na

> terra, e procuramos com todas as forças achar suas ovelhas, que andam perdidas fora de seu rebanho, para reduzi-las a ele, pois este é nosso oficio; reconhecendo que aqueles mesmos Indios, como verdadeiros homens, não somente são capazes da Fé de Cristo, senão que acodem a ela, correndo com grandíssima prontidão, segundo nos consta: e querendo prover nestas cousas de remédio conveniente, com autoridade Apostólica, pelo teor das presentes letras, determinamos, e declaramos, que os ditos Indios, e todas as mais gentes que daqui em diante vierem à noticia dos Cristãos, ainda que estejam fora da Fé de Cristo, não estão privados, nem devem sê-lo, de sua liberdade, nem do domínio de seus bens, e que não devem ser reduzidos a servidão. Declarando que os ditos índios, e as demais gentes hão de ser atraídas, e convidadas à dita Fé de Cristo, com a pregação da palavra divina, e com o exemplo de boa vida.E tudo o que em contrário desta determinação se fizer, seja em si de nenhum valor, nem firmeza; não obstante quaisquer coisas em contrário, nem as sobreditas, nem outras, em qualquer maneira. Dada em Roma, ano de 1537, aos nove de Junho, no ano terceiro de nosso Pontificado.

Todavia, nas palavras de SOUZA (2020, p. 173), pouco ou quase nada adiantou a manifestação do Poder Papal acerca da consideração que se deveria ter com os povos indígenas, uma vez que milhares de índios foram escravizados e mortos pelos portugueses integrantes do Regimento de Tomé de Souza que, no ano de 1548, com a outorga do rei D. João III, já perpetravam genocídios em terras brasileiras contra os povos originários sob a alcunha de "guerras justas".

Destarte, o "genocídio" já existia como mecanismo perverso de dominação em desfavor dos indígenas, porém inominado ou transvestido de uma espúria justificativa para fazer prevalecer a hegemonia da cultura eurocêntrica, despida de qualquer conceito e/ou sentido de alteridade.

A palavra genocídio somente é definida em 1946, quando a Assembleia da ONU-Organização das Nações Unidas, dispôs que o termo significa "*a recusa do direito à existência de inteiros grupos humanos (...) um delito do direito dos povos, em contraste com o espírito e os objetivos das Nações Unidas, delito que o mundo civil condena*" e, para tanto, inseriu a expressão em um projeto de Convenção para tratar do assunto.

Nesse diapasão, o indigitado projeto foi aprovado pela Assembleia Geral, em 09 de dezembro de 1948, e definiu formalmente o crime de Genocídio que, em seu artigo 2º, ressaiu da seguinte forma:

> Artigo II - Na presente Convenção, entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal:
>
> (a) assassinato de membros do grupo;
>
> b) dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
>
> (c) sujeição intencional do grupo a condições de vida pensadas para provocar sua destruição física total ou parcial;
>
> (d medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
>
> (e) transferência à força de crianças do grupo para outro grupo.

Infelizmente, porém, o genocídio contra os povos indígenas brasileiros vêm sistematicamente ultrapassando as barreiras do tempo e contrariando as legislações e preceitos, alçando lamentável destaque durante os "anos de chumbo" quando, sempre em tributo ao capitalismo e ao progresso, muitas vidas indígenas foram sistematicamente destruídas.

3. VIDAS INDÍGENAS DESPERDIÇADAS NA DITADURA MILITAR.

Os registros históricos e as memórias ainda estão vivas para confirmar que, no ano de 1964, um forte coimando militar com o apoio de inúmeros setores da sociedade civil brasileira, temerosos de um suposto "avanço comunista" deram um golpe de Estado, e que de acordo com as palavras de VALENTE (2017, p.9), naquela ocasião, não se sabia quantos indígenas ainda viviam no Brasil.

De acordo com o autor em apreço, os povos originários brasileiros sempre foram alcançados por atividades predatórias impingidas pelo homem dito civilizado ao longo dos séculos, tais como atividades de desmatamentos por madeireiros, a sanha dos garimpeiros em busca de riquezas minerais, invasão de terras de suas ocupações por parte de grileiros, bem como por projetos oficiais do governo militar de "desenvolvimento econômico".

Aduz ainda VALENTE (2017, p.9) que os povos indígenas brasileiros já haviam decidido "fazer as pazes" com o seu neocolonizador que ocupava seus territórios motivados pelo ávido e incontido interesse capitalista, por estarem cientes de suas respectivas limitações e impotência frente ao grande contingente militar e ao poderio bélico e, da mesma sorte, derrotados por verdadeiros genocídios, quando nestes termos exara o autor, *ipsis litteris:*

> "[...] vencidos pelos massacres, pelas doenças e pela fome, acabando por reconhecer sua inferioridade numérica e a inutilidade de suas bordunas, seus arcos e flechas diante de armas de fogo, por fim aceitando a derrota para tentar sobreviver em um novo mundo com novas regras.

Mas mesmo esse reconhecimento e trégua por parte dos povos indígenas em não mais oferecer resistência, não foram suficientes e, até mesmo, agravou a situação de centenas de comunidades indígenas, porquanto os fazendeiros, os garimpeiros e os madeireiros se sentiam à vontade e no direito de impor as "correrias" que, em outras palavras, significavam no escol do autor em comento, verdadeiras "caçadas humanas", repercutindo em covardes genocídios.

Eram considerados os povos indígenas como "arredios" ou "hostis" por parte de seus invasores e subjugadores e, por essa razão, recorriam às forças políticas locais e aos militares que eram "amansadores" de índios, considerados como obstáculos nas "franjas do desenvolvimento" econômico do Brasil.

O que se percebeu e foi, inclusive, registrado no denominado "Relatório Figueiredo", documento oficial do Governo Militar que registrava as condições de vida dos povos originários na década de 1960.

Com efeito, o indigitado relatório tinha por fito a confirmação da visão militar de que todos os procedimentos realizados pelos órgãos administrativos encontravam-se contaminados em face de atitudes pouco republicanas que, nas palavras de SOUZA CRUZ (2018.p.2) sobre o Relatório Figueiredo, assim se expressou *in verbis:*

> Logo, seu desiderato foi a constatação de crimes contra a Administração Pública praticados por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio. Contudo, os trabalhos da Comissão de Inquérito designada para tanto registra uma sequência "quase inacreditável" de barbaridade contra aqueles que supostamente deveriam estar sob o cuidado do Estado.

Observa-se que, infelizmente, o princípio da não-discriminação preconizado no âmbito da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, invariavelmente é posto de lado, conquanto não leva em consideração a máxima da "igualdade de todos" e, dessa forma, vale inferir que se trata de uma consequência lógica da dignidade igualitária do ser humano mas que não é observada, consoante dispõe BONDO (2015, p.p. 12-13), quando desse modo se manifesta:

> Conforme o artigo 1.º, par. 3º, da Carta das Nações Unidas, os artigos 1º e 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e todos os documentos de natureza internacional dos direitos humanos, de entre os quais cumpre destacar o artigo 2º, nº 1, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. O princípio da não discriminação supõe que deve ser dado um cuidado igual a indivíduos em situações iguais e implica a existência de uma norma

> que determine essa igualdade de tratamento. Em geral, a convenção adota uma posição universal e esforça-se por levar em conta todas as formas de discriminação, proibindo a discriminação em razão da raça, sexo, língua, da religião, das opiniões, do nascimento, da origem nacional, de pertencer a uma minoria nacional, da fortuna ou ainda de qualquer outra situação. Garantir o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos sem distinção de raça, sexo, língua ou religião constitui um dos objetivos das Nações Unidas, conforme consagrada na respectiva Carta. O direito a não discriminação e à proibição da discriminação constituem igualmente princípios essenciais consagrados na DUDH, adotada a 10 dezembro de 1948. Vários instrumentos internacionais adotados sob a égide das Nações Unidas visam especialmente promover a igualdade e pelejar a intolerância, como são exemplos: o PIDCP (1966), o PIDESC (1966), a Convenção sobre a Eliminação dos todos os modos de discriminação contra as Mulheres de 1979.

Nota-se que a questão do respeito, da igualdade de direitos e da alteridade, não se verifica e se estabelece como entendimento consensual em todo planeta e, em particular, no Brasil, vez que discursos de ódio e práticas de genocídio contra os povos originários ainda são perpetrados.

4. A POLÍTICA DE EXTERMÍNIO CONTEMPORÂNEA.

Desde o início do atual governo federal comandado pelo presidente Jair Bolsonaro que a situação dos povos indígenas no Brasil vem se agravando a cada dia, em face da postura do líder da nação completamente contrária aos interesses indígenas, com supedâneo em inúmeras declarações de cunho ofensivo e preconceituoso e, da mesma sorte, implementando medidas que ameaçam ou prejudicam de alguma forma os povos indígenas.

São públicas as declarações do atual presidente da República do Brasil em demonstrar o seu incômodo com os direitos constitucionais dos povos indígenas, mormente em relação à ocupação e regularização de seus territórios.

Como controlador do Poder Executivo, deu início a uma clara ofensiva contra os povos indígenas que, por seu turno, se manifestam como estímulos para a repetição de ações com consequências genocidas que foram levadas a efeito durante a ditadura militar. Pode-se exemplificar as várias facetas do genocídio quando os atos de negar-lhes o direito às suas terras; autorizar a exploração e explotação econômica indiscriminada em seus territórios por terceiros representados por grupos empresariais de grande capacidade econômica; assim como forçar-lhes à sua aculturação, e também dificultar-lhes acesso aos meios de subsistência, se evidenciam.

É sabido que em novembro de 2019, o Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos juntamente com a Comissão Arns apresentaram denúncia ao Tribunal Penal Internacional em desfavor do atual presidente do País sob as acusações de prática de "crimes contra a humanidade", assim como de "incitação ao genocídio contra os povos indígenas do Brasil".

Destarte, a APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, em julho de 2020, por meio de seus representantes legais, apresentou denúncia ao Supremo Tribunal Federal também em desfavor do atual chefe do Poder Executivo brasileiro, sob os argumentos de que foi instaurado no Brasil um racismo institucionalizado contra os povos indígenas que, por sua vez, deu origem a um genocídio que se encontra em curso na nação.

Estabelecer uma reflexão sobre a posição dos povos e comunidades indígenas brasileiros na história e no direito é, inicialmente, repensar o modo como os historiadores e os juristas pensam e escrevem ainda hoje sobre suas temáticas.

Com efeito, indigitada reflexão significa estabelecer uma nova visão acerca desses povos originários grafados por inúmeras transformações, significações e ressignificações em seus universos próprios e específicos.

É necessário estabelecer um novo olhar sobre os silêncios que foram infligidos pelos colonizadores e que, da mesma sorte, propaga-se até os dias atuais pelos "neocolonialistas".

Destarte, reconhecer os povos indígenas como sujeitos lídimos do Direito e autênticos na História é realmente admiti-los e inseri-los no contexto histórico, considerando as mais diferentes situações e nos mais variados sistemas culturais em permanente transformação.

Seria leviana, no mínimo, a afirmação denegatória acerca da ausência de exploração, preconceito, descaso e situação de pobreza em que vivem grande parte dos povos e comunidades indígenas que, por seu turno, travam uma hodierna luta histórica para existir.

Nesse sentido, o presente texto tem por fito demonstrar as lutas, as resistências, as diversas adaptações e alianças que foram realizadas pelos povos e comunidades indígenas ao longo de todo o processo de colonização que, na verdade dos fatos, se traduziu em inquestionável "invasão" aos territórios originariamente ocupados pelos indígenas e que, nos atuais avanços da "colonialidade" pelo qual passa o Brasil, se reverbera em verdadeiros genocídios perpetrados em desfavor destes povos.

Essa influência exacerbada do poder do dinheiro impinge tratamento desumano, impiedoso e verdadeiramente "bárbaro" em face dos povos e comunidades indígenas, em que se aniquila a alteridade e atropela todo o sentido de respeitabilidade e dignidade em face do modo de vida destes povos originários.sob a ótica do Direito, da História e da Antropologia.

Destarte, nesses campos de estudo analisa-se o papel do "escravo índio" que, por seu turno, demonstra sua participação ativa e criativa em razão da invasão, ocupação e expansão europeia.

Fica evidenciado que o tratamento e a conduta que são impostas até os dias atuais aos povos e comunidades indígenas, encontram sua gênese desde a colonização, passando pelo Brasil Império em que episódios como a "Guerra dos Bárbaros" representou uma nova forma de atuação e reformulação da política indigenista no século XVII; atravessando o Brasil República; bem como a fase da Ditadura Militar instaurada no país a partir de 1964, até chegar aos dias atuais.

Durante todo esse processo, percebeu-se no Brasil que as teorias antropológicas desenvolvidas durante o século XX, malgrado ocorresse à rejeição dos paradigmas iluministas do século XVIII; assim como dos arquétipos hierarquizantes do século XIX, subsistiram, até os anos de 1970, com a perspectiva do inevitável fim dos indivíduos e da cultura indígena.

Entrementes, em oposição a esse horizonte derrotista, os grupos e comunidades indígenas ressurgiram ou emergiram no Brasil pós-moderno, sob novas classificações operativas que postulam a afirmação de uma identidade étnica e política concebida com supedâneo na resistência e luta contra as imposições e a marginalização social, prescritas de forma renitente por parte da sociedade dominante, para a devida preservação, manutenção e efetivação de seus direitos.

Com efeito, longe tão somente das simplistas configurações de oposição e resistência, o que se quer tornar claro por parte do presente estudo é que ainda existe um forte e visível avanço do processo de "colonização" travestido numa nova forma de "neocolonialismo", por meio do qual os territórios indígenas continuam sendo alvo das insanas e descontroladas investidas dos interesses econômicos, resultando na ação predatória para o locupletamento dos recursos e riquezas naturais, em detrimento ao respeito e dignidade dos povos e comunidades indígenas.

Não obstante, sabe-se que, de acordo com os dados exarados pela CEPAL (2013, p.35), o percentual estimado que corresponde à população indígena mundial é de aproximadamente 5% (cinco por cento) na conjuntura atual, ou seja, cerca de 370 (trezentos e setenta) milhões de autóctones vivem no globo terrestre.

Não se pode negar que esses povos, que se configuram como sujeitos de Direito Internacional, resguardam um trágico passado, calcado, sobretudo, em um infamante derramamento de sangue.

Indigitada tragédia universal consubstancia-se expressivamente na forma de um verdadeiro holocausto efetuado dentro do território, com o escopo de formar uma nação e, ao longo de todo drama, inúmeras vidas foram ceifadas, instituições foram subjugadas, assim como as viabilidades econômica e cultural desses povos foram rompidas. Sabe-se ainda que, na realidade, foram semeados os germes da violência e do sofrimento em grande escala, e todo esse episódio de barbárie remonta

às memórias longínquas e repulsivas de um genocídio, que, a contragosto, ainda se perpetra em diversos Estados da Comunidade Internacional contemporânea.

Infelizmente no Brasil essa realidade não é diferente e, neste aspecto, insta salientar, desde logo, que a população indígena ainda é vítima de muita violência e brutalidade, amargando profundamente as políticas de assimilação e desapropriação, bem como padecendo com a remoção ou realocação forçada, a negação do direito à terra e sofrendo, inclusive, com os impactos causados pelo desenvolvimento incontrolável e com os abusos cometidos pelas forças militares.

Não resta a menor sombra de dúvida de que, atualmente, os autóctones são considerados minorias dentro de determinados Estados, e que a maioria dessas entidades reconhecem, em tese, por meio de Convenções Internacionais, o direito indígena, bem como o dever de respeitá-lo.

Nesse sentido, a sociedade internacional perfilha com alento o direito dos povos indígenas à atenção especial. Todavia, apesar da existência de instrumentos normativos protetivos, verifica-se que os índios não vivem formalmente, nem substancialmente, em situação de igualdade.

A realidade é outra e, os povos indígenas na atualidade são um terço dos mais pobres do mundo e sofrem com condições alarmantes em todos os países Não raras vezes, a questão problemática do genocídio indígena parece ser um assunto relegado no cenário acadêmico e, por isso, as questões ainda recebem um tímido e escasso tratamento jurídico e, por essa razão, se encontram dispersas em publicações, artigos, decisões judiciais e ou entre alguns pareceres jurídicos.

A maioria das informações sobre os índios possui apenas mero teor literário, jornalístico, antropológico e histórico e, por essa razão, a noção que se tem sobre eles e sobre os fenômenos que lhes acometem, algumas vezes, parece ser de natureza insidiosa e dúbia, carregada de armadilhas e sensacionalismo. Por isso, a compreensão dessa problemática se torna uma tarefa tão árdua que, aparentemente, parte significativa das obras jurídicas que destinam sua exclusiva atenção aos povos indígenas, dedica-se a estudar assuntos como autodeterminação, demarcação das terras indígenas, saúde, educação, proteção à identidade, propriedade cultural e intelectual indígena, biodiversidade e comunidades indígenas.

Nessa seara, são poucos os autores e/ou teóricos que decidiram e/ou ousaram discutir, de forma aprofundada, o genocídio dessas populações sob o viés do Direito Internacional e/ou mesmo no âmbito do Direito Interno Brasileiro. Nota-se que a realidade é muito dura e desalentadora e, é de se lastimar, que muito pouco se escreveu e/ou divulgou para explicar e trazer à baila o fenômeno jurídico do genocídio indígena, mormente das etnias brasileiras.

Não se duvida também que o Direito Internacional contemporâneo, que se descortina sobretudo no século passado e no início deste século XXI, é produto de transformações lentas e imperfeitas que, desafortunadamente, não refletem a totalidade das demandas dos povos indígenas.

Os séculos mais recentes arrastam consigo o peso de um saldo indubitavelmente negativo para os índios em todas as arenas, o que permite concluir que os efeitos deletérios de um passado de colonização ainda assombram os povos originários. Com efeito, os interesses daqueles que se manifestam como anti-indígenas atávicos predominam na balança política de diversos Estados da comunidade Internacional, dentre os quais o Brasil.

Não é novidade que o Brasil se manifesta como um protótipo, conforme entendeu o próprio relator especial da ONU- Organização das Nações Unidas que, no ano de 2008, apenas 10 (dez) Unidades da Federação brasileiras dispunham de leis que reconhecem e protegem os direitos indígenas em graus dissipeis e que, por outro lado, tem-se que essas normas são constantemente viciadas por esses próprios Estados Brasileiros.

Deve-se registrar, ainda, que há Estados que não possuem normas adequadas, sendo, muitas vezes, totalmente irresponsáveis para com as obrigações às quais se comprometeram a respeitar no panorama do Direito Internacional em face dos povos originários. Dessa forma, a fragilidade das legislações nacionais brasileiras, seja por oferecer margem a interpretações ambíguas e distorcidas,

seja por comportar certas exceções, conjugada a instrumentos ineficazes de implementação da lei, corroboram exorbitantemente com o ímpeto destrutivo dos inúmeros opressores.

É nesse contexto de sérias violações aos direitos dos povos indígenas, que em nome da modernização, do desenvolvimento e da segurança nacional, revivesce o enredo de um genocídio contra diversos grupos étnicos indígenas.

Estes povos sempre lutando pela sobrevivência, em movimentos tímidos são levados a utilizar-se de determinados instrumentos, tais como a resistência armada, a diplomacia e, às vezes, a tentativa de reconhecimento de seus direitos na justiça, muitas vezes em vão. . Neste aspecto, sobreleva salientar que, nas últimas décadas, os autóctones vem apelando à comunidade internacional, com o objetivo de que o Direito das Gentes possa ser usado como instrumento suscetível de apoiar a sua causa.

Nota-se, portanto, que trabalhar na proteção dos direitos indígenas é como o mito de "Sísifo", ou seja, um trabalho rotineiro e íngreme que se desenvolve em meio a avanços e retrocessos o tempo inteiro. Em outra análise, seria como ter que empurrar constantemente uma rocha para o alto das montanhas, e essa mesma rocha cair, levando a ter que empurrá-la novamente para cima, de forma contínua e sem obter o resultado que se pretende.

Destarte, neste percurso, ao tentar reerguer a rocha novamente para o alto, adquire-se consciência da condição humana do índio e da tragédia que o circunvizinha que, lamentavelmente, é a ameaça de um genocídio constante que sempre lhe espreita.

Entrementes, é necessário continuar sempre a luta e, por isso, os recuos e avanços no tocante às questões indígenas são uma realidade diuturna constante; circunstância essa que nos incita a persistir no compromisso de evidenciar, denunciar e pleitear incessantemente para que, assim, possa prevalecer o Direito dos Povos Indígenas.

Tem-se ainda que, no ano de 2013, o CIMI – Conselho Indigenista Missionário registrou cerca de onze casos envolvendo violência sexual com nove vítimas indígenas brasileiras.Com efeito, em um desses onze casos registrados, uma índia pertencente ao povo Ava-Guarani declarou que foi ameaçada de ser violentada sexualmente por três homens que disseram que não iam admitir a presença indígena naquela região. Em anos anteriores, perfez-se uma amostra de 12 (doze) vítimas de estupro em 2012, 39 (trinta e nove) em 2011, 22 (vinte e duas) em 2010, 9 (nove) em 2008 e 9 (nove) em 2007, e assim por diante.

Num quadro como esse, com certeza, é bem complicado constatar se o genocídio restou configurado ou não, principalmente diante de outras hipóteses de delito que também têm a potência de destruir os grupos étnicos indígenas tanto quanto o crime de genocídio sobre o qual se abordou. São inúmeras as formas de violência perpetradas contra os povos indígenas no Brasil.

Infelizmente, nem todo o assassinato ou massacre de vítimas, lesão corporal, estupro implica, eventualmente, em um genocídio. Mas, se de fato, examinando pormenorizadamente o relatório elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário, constata-se que muitos casos de violência podem se enquadrar nessa categoria de crime *under international law.*

Entretanto, não podemos negar que, em boa dose, as violações apontadas nos relatórios e documentos exarados pelo CIMI – Conselho Indigenista Missionário e outras entidades, referentes aos direitos indígenas dentro do território brasileiro, em comunhão com a omissão do poder público, viabilizam o processo de destruição de tais grupos étnicos, colocando os grupos indígenas em situação de vulnerabilidade, e tornando-os alvos fáceis dos agentes perpetradores do genocídio.

Essa circunstância somente reforça a tese de que os diversos grupos indígenas podem sucumbir, se já não sucumbiram, a um genocídio silencioso, em pleno século XXI, resultado este quer seja da impunidade do Estado brasileiro, quer seja da impotência da comunidade internacional em preveni-lo ou erradicá-lo.

5. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, o presente estudo procura demonstrar a existência do genocídio dos povos indígenas brasileiros, alicerçadas numa política de extermínio que, por sua vez, encontra-se disfarçada de pseudo processo de integração assimilacionista, mas que na verdade visa amparar os interesses econômicos dos grandes conglomerados e poderosos agentes econômicos que, não raras vezes, contam com o apoio e/ou conivência do governo instaurado.

Deve-se ressaltar que está profundamente enganado aquele que pensa que o genocídio dos povos indígenas ocorreu tão somente durante o processo de colonização e formação do Estado Brasileiro. Muito antes pelo contrário, esse fenômeno, considerado como fato típico e ilícito pelo ordenamento jurídico a partir da Carta das Nações Unidas de 1948, repercutiu com grande intensidade no século passado, sobretudo nas décadas de 1960 e 1990, maiormente com a intervenção militar no Brasil.

Infelizmente, trata-se de cenário macabro que, por sua vez, corre o risco de se repetir neste século XXI, em face dos episódios de intolerância que se tem vivenciado no Brasil nos mais recentes anos. Desafortunadamente, este lamentável fato não nos surpreende, porquanto os grupos étnicos indígenas ainda estão longe de viverem numa sociedade livre de tal flagelo, forjado sob a influência de um contexto onde permanecem controvertidos muitos pontos na dogmática do crime de genocídio, e onde seus direitos foram fragilmente incrustados no Direito Internacional e no Nacional.

Destarte, se direcionarmos nossa atenção para a política estatal no que diz respeito às questões que lhes concernem, igualmente, concluiremos que esses são um dos motivos pelos quais ainda não avançamos muito no combate desse horrendo crime.

Por essa razão, emerge a necessidade de se manifestar de forma contundente, por todos os meios, para que o nosso grito inconformado possa ecoar por todos os hemisférios, na esperança de que um dia, se estabeleça o respeito, a dignidade, a alteridade e, sobretudo, possa prevalecer o direito e a justiça.

REFERÊNCIAS

BONDO, Pitra Antônio dos Santos. **Princípio da Não Discriminação.** 2015.p.p.12 e 13. Dissertação (Mestrado em Direito com especialização em Direito Internacional Público e Europeu – Escola de Direito, Católica Porto, Portugal. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/18259/1/FINAL_Tese%20Pitra%20Bondo.pdf. Acesso em 09.Nov.2021.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina. **Os povos Indígenas na América Latina- Avanços na última década e desafios pendentes para garantia de seus direitos.** 2013. p 35 Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf, Acesso em 09.Nov,2021.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados de 2019.** Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf. Acesso em: 09.Nov.2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL **Novo relatório da ONU: povos indígenas e comunidades tradicionais são os melhores guardiões das florestas da América Latina e do Caribe.** 2021. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/123183-novo-relatorio-da-onu-povos-indigenas-e-comunidades-tradicionais-sao-os-melhores-guardioes. Acesso em 09.Nov.2021.

POWER, Samantha. **Genocídio. A retórica americana em questão.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.p. 66/68.

SOUZA CRUZ, Álvaro Ricardo de. **Relatório Figueiredo- Genocídio Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Saraiva, 2018.p.2

SOUZA, Cláudio Luiz Gonçalves de. **O ouro e o outro: da exploração mineral à explotação da dignidade dos povos indígenas.** Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020,p. 173.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas – história de sangue e resistência indígena na ditadura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LAWFARE E ESTADO DE EXCEÇÃO PERMANENTE: O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E AS VIDAS MATÁVEIS COMO REFLEXOS DA INTRANSITIVIDADE DO PROCESSO JUSTRANSICIONAL NO BRASIL[1]

Iago Eanes Batista Sousa[2]

Adalberto Antonio Batista Arcelo[3]

1. INTRODUÇÃO

A justiça de transição possui como base a reconciliação entre sociedade e Estado, na busca pela superação de um legado de violações graves e sistemáticas aos direitos - subjetivos, humanos e fundamentais. Assim, uma das frentes de trabalho dos processos justransicionais reside nos limiares entre enfrentamento, esquecimento, perdão e responsabilização. Objetivamos expor a fragilidade e as limitações do processo justransicional do Brasil, com base na filosofia crítica e decolonial, para demonstrar, em seguida, o impacto em termos de precarização da vida e de desconstituição de direitos e garantias das parcelas mais populares e vulneráveis da sociedade brasileira contemporânea, considerando a dinâmica do sistema penal-carcerário brasileiro. Pretendemos, ainda, ressignificar o conceito de *lawfare* a partir da diferença ou da tradição colonial especificamente brasileira, para indicar que a dinâmica político-jurídica do Brasil contemporâneo corresponde a uma estratégia de combate e, até, de eliminação de subjetividades individuais e coletivas que não se adequam a um certo padrão de normalidade.

No caso brasileiro, a Lei n. 6.683/1979, conhecida como Lei da Anistia, demarca a escolha pelo perdão e pelo esquecimento dos agentes estatais que perpetraram graves violações de direitos, antes mesmo do enfrentamento da memória e da verdade. Tal escolha enfatizou a reconciliação entre as tradicionais elites civis e militares brasileiras e o poder, impossibilitando, por outro lado, que as parcelas populares da sociedade e o Estado consolidassem um liame que fosse capaz de viabilizar uma reconstrução democrática.

Um dos reflexos dessa escolha é percebido no arranjo penal-penitenciário brasileiro, onde o Estado agencia um verdadeiro processo de neutralização de direitos e garantias da população pobre e periférica (WOLFF, 2009), enquanto garante eficientemente a segurança – jurídica e social – das elites patrimonializadas (WACQUANT, 2008). Tal processo ocorre sob as vestes da legalidade e culmina no uso diferencial do direito, já que o discurso jurídico se presta a garantir direitos de alguns, ao custo da vida de tantos outros (MBEMBE, 2016). Outra face que denota a ausência da redemocratização no contexto brasileiro é percebida na maneira em que a legislação de drogas consolida o direcionamento das forças do Estado ao combate do sujeito periférico, valendo-se do eufemismo da "guerra às drogas" (VALOIS, 2019), mesmo em plano de governo progressista

[1] Este trabalho é fruto do Projeto de Iniciação Científica 2021/27230, realizado durante o ano de 2021, através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) da PUC Minas.

[2] Graduando em Direito pela PUC Minas. iagoebs@gmail.com

[3] Mestre e Doutor em Direito (UFMG). Professor da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas. adalbertoarcelo@gmail.com

(KARAM, 2015), através da Lei n. 11.343/2006, caracterizando uma das perspectivas de prática do *lawfare*.

Argumenta-se que a ausência de uma política criminal e transicional, no plano estatal, desponta para a consolidação de práticas discursivas que configuram política penal (BATISTA, 2007), que subjuga e conforma cidadãos ao plano da vida nua – a vida sem valor.

Em um amplo processo de sacerização da vida (LEAL; THIBAU, 2020), o direito e a prestação jurisdicional são instrumentalizados com objetivos claros: excluir, neutralizar e matar o sujeito periférico. Assim, o panorama anterior ao processo de transição é repetido e sofisticado juridicamente, sob as vestes da legalidade e do discurso democrático.

Busca-se, assim, contribuir para a crítica da crise punitiva e punitivista brasileira, que sustentada pela mídia (BATISTA, 2003), força e legitima a incidência do sistema de justiça em sujeitos periféricos, com práticas discursivas que constituem minorias de direitos, utilizando-as como justificativa legal para a consolidação de um Estado de exceção permanente (ARCELO, 2019). Para tanto, utilizamos como metodologia condutora do estudo a revisão bibliográfica, de fontes primárias e secundárias.

2. DESENVOLVIMENTO

Justiça de Transição brasileira

Compreender o processo justransicional de um Estado traz consigo inúmeros obstáculos (MCARTHUR, 2012). Traçaremos um panorama geral do processo justransicional brasileiro com enfoque crítico em questões caras como a justiça, a verdade e a reconciliação, com especial atenção à Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como "Lei de Anistia".

A Lei de Anistia demarca o início jurídico-formal do processo justransicional brasileiro com uma ambiguidade: a luta pela anistia enquanto liberdade despontou na anistia enquanto esquecimento (ABRÃO; TORELLY, 2012). Além disso: no âmbito político, delineou o acordo entre as elites militares e civis e o poder, através de normas jurídicas ambíguas, posteriormente interpretadas em favor de agentes do Estado que perpetraram crimes e graves violações de direitos humanos e fundamentais, configurando um processo justransicional negociado, retirando a sociedade civil e os perseguidos políticos dos debates.

Assim, deparamo-nos com um verdadeiro simulacro (BAUDRILLARD, 1991): a Lei n. 6.683/1979, demarca o início de um processo justransicional que se funda na transação de parcelas de liberdade – para a sociedade civil – em troca da impunidade – para os agentes do Estado -, simulando a reconciliação, que deveria ser a base desse processo.

Dessa concepção, aponta-se o uso do aparato jurídico-normativo como mecanismo que racionaliza, através do perdão e do esquecimento, práticas estatais de violência e perseguição política. Assim, o discurso justransicional incide de modo diferencial entre agressor e agredido, legitimando a agressão pelas vestes da legalidade.

Infere-se que nos situamos perante o uso do Direito que discrimina, compartimentaliza e "[...] permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político." (AGAMBEN, 2004, p.13). Ressalta-se o desenvolvimento precário de uma cultura democrática, que culmina na fraqueza ou na inexistência das instituições democráticas disponíveis para o debate jurídico-político. Sofisticam-se os mecanismos de controle, neutralização e mortificação do sujeito através do uso do Direito, que enquanto instrumento de jurisdição (LEAL; THIBAU, 2020), funda a concepção de quem deve viver ou morrer a partir de critérios biopolíticos (AGAMBEN, 2014).

Afere-se, a partir de então, o nexo entre esse uso altamente discriminante do Direito - não alcançado pelo discurso justransicional - e um permanente estado de exceção no sistema penal-penitenciário brasileiro e no processo de sacerização dos sujeitos periféricos.

Sistema penal-penitenciário

Segundo Zaffaroni, a operacionalização dos sistemas penais, especialmente na América Latina, "[...] nada têm a ver com a forma pela qual os discursos jurídicos-penais supõem que eles atuem" (2001, p.12), perfazendo uma verdadeira situação de crise, diante do esgotamento e das contradições inerentes a esses discursos.

No caso brasileiro, a crise punitiva e punitivista é agravada quando observamos as dificuldades que o Estado encontra na gerência de complexos prisionais (SCOLA, 2009), amplificada pela permanente "tendência de penalização das questões sociais" (WOLFF, 2009, p. 13).

Foucault (2013) compreende que a violência da pena é constitutiva de sua natureza, sendo internalizada pelo sujeito, que tem corpo e subjetividade moldados a partir da punição, e assume a função de um verdadeiro dispositivo (AGAMBEN, 2009). Nesse escopo, o discurso punitivo alimenta uma realidade de violência que transcende a pena, servindo de sustentáculo para o equilíbrio de uma conjuntura socioeconômica (WACQUANT, 2008) e determinando quais corpos são desejáveis e quais devem ser expostos ao poder mortificante (MBEMBE, 2016).

De modo mais grave, aponta-se que a política brasileira tem se subordinado ao discurso legalista (VALOIS, 2019), e que independentemente do espectro político de governo (ZAFFARONI, 2001, p. 13; KARAM, 2015), determina quais serão os comportamentos submetidos à racionalidade penal. Assim, diante de uma "democracia de fachada" (VALOIS, 2019, p. 21) constroem-se contextos normativos que pouco se aproximam do verdadeiro debate democrático, em um plano de sujeição do Estado ao poder de "uma polícia internacional" (VALOIS, 2019, p. 35). Um destes contextos é vislumbrado na Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, denominada "Lei de Drogas", que consolida o direcionamento das forças – administrativas, jurídicas e penais – do Estado ao combate das drogas. Em verdade, quando se fala de guerra às drogas, faz-se o uso de uma figura de linguagem – o eufemismo – que encobre quem é o verdadeiro combatido: o sujeito periférico.

> Eram e sempre serão os desprotegidos, os sem propriedades, os mais vulneráveis à atividade do policiamento de rua, enquanto cientificamente, academicamente, e politicamente só conseguimos enxergar as drogas como problema a ser solucionado por leis, e pela lente turva do proibicionismo. (VALOIS, 2019, p.122)

Quaisquer danos verificados, como frutos do combate às drogas e aos sujeitos periféricos, se tornam "colaterais e comuns" (BAUMAN, 2008, p. 149), consolidando os alicerces de um estado de anulação e suspensão de direitos: um Estado de exceção.

A relevância da legislação de drogas é aferível numericamente: os crimes de tráfico correspondiam a "28% das incidências penais pelas quais as pessoas privadas de liberdade foram condenadas [...]" ou aguardavam julgamento em junho de 2016 (BRASIL, 2017, p. 43). Se diretamente observa-se que 1/3 da inflada população carcerária brasileira incorre em tipificações estabelecidas na lei de drogas, indiretamente:

> A lei penal tida como única solução para se abordar o comércio de drogas não foi criada após o surgimento do tráfico de drogas, esse já se desenvolvia em período bem anterior, mas fez nascer o tráfico ilegal e o crime organizado respectivo, pois, como qualquer comércio, o de drogas requer o mínimo de organização, seja ela legalmente controlada ou não. (VALOIS, 2019, p. 97)

Aqui, demonstra-se a ausência de uma cultura democrática sólida, reflexo de barganhas políticas que se arrastam desde o início do processo justransicional e que não foram alcançadas, em um panorama de retroalimentação da tradição colonial que medeia a construção do Brasil. Nesse sentido, aponta-se a relação entre o capital estrangeiro e a internacionalização do direito penal – em uma cultura legislativa que reflete o denominado "globalismo localizado" (SANTOS, 2009, p. 12) - enquanto aspecto de sofisticação do domínio e da perseguição política, movidos contra minorias. Assim, verifica-se a permanente construção de inimigos do Estado, mesmo não

declarados formalmente, que cumprem a função de serem elementos de coesão e de escape dos reais problemas socioeconômicos qualificados pela punição penal.

A morte social e a vida nua

A desconstituição de direitos e o tratamento jurídico diferencial são elementos que compõem as bases de um estado de exceção. Dessa perspectiva, critérios biopolíticos como raça, cor, gênero (e patrimônio), são inseridos na ordem jurídica com o escopo de estabelecer a divisão entre cidadãos e subcidadãos, ou seja, entre aqueles que terão seus direitos garantidos pelo ordenamento jurídico e seu aparato, e os *homo sacer*, os submetidos a outro tipo de poder, àquilo que Agamben (2014, p.175) denomina "cisão biopolítica fundamental".

A soberania, nesse sentido, se presta a produzir a vida nua, que é aquela em que a ordem jurídica é suspensa e sacralizada – ou seja, retirada do mundo humano e alçada ao mundo divino, para retornar como vida matável. Agamben percebe na vida nua o elemento político originário, que inclui a vida na esfera jurídica:

> A sacralidade da vida, que se desejaria hoje fazer valer contra o poder soberano como um direito humano em todos os sentidos fundamental, exprime, ao contrário, em sua origem, justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono. (AGAMBEN, 2014, p.85)

A lógica da *exceptio* que permeia a figura do *homo sacer* é vislumbrada, então, no sujeito periférico, que passa por um constante processo de sacerização de sua vida (LEAL; THIBAU, 2020), agenciado por dispositivos normativos, já que:

> A vida sacra não pode de modo algum habitar a cidade dos homens: para o devoto sobrevivente, o funeral imaginário funciona como um cumprimento vicário do voto, que restitui o indivíduo à vida normal; para o imperador, o funeral duplo permite fixar a vida sacra que deve ser recolhida e divinizada na apoteose; no homo sacer, enfim, nos encontramos diante de uma vida nua residual e irredutível, que deve ser excluída e exposta à morte como tal, sem que nenhum rito e nenhum sacrifício possa resgatá-la. (AGAMBEN, 2014, p.100)

As bases bio-necro-políticas que determinam a suspensão do direito humano visam, por outro lado, racionalizar o processo de neutralização e mortificação desse sujeito, que é reincluído no ordenamento jurídico como delinquente, indesejável e matável – e acima de tudo, impassível de se sujeitar ao direito humano.

Mbembe (2016) compreende que a base normativa do direito de matar é o estado de exceção e a relação de inimizade. No plano de vida nua a morte orbita em um espaço distinto do direito humano, sendo percebida atualmente como mais um número, exposto e suplicado pela mídia. De tal sorte, o estado de exceção se alimenta do sujeito periférico para determinar os limiares entre a vida desejada e a morte, condicionando a produção normativa e a governamentalidade territorial ao banimento da vida sacra na cidade (AGAMBEN, 2014).

A produção normativa, nesse sentido, objetiva garantir que o direito tutele a vida e os direitos dos cidadãos, ao custo da existência e da morte dos indesejáveis. Assim, tal como na relação de "bando", exposta por Agamben (2014, p.110), a morte do sujeito periférico se torna característica da modernidade:

> A percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou um perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minhas vida e segurança, eu sugiro, é um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade. (MBEMBE, 2016, p. 128-129).

O dispositivo soberano que captura a vida no ordenamento jurídico através de sua exclusão é percebido, sobremaneira, nas condições de precarização de direitos e garantias das populações

periféricas, seja através da relativização de direitos fundamentais na lógica do encarceramento (BORTOLOTI, 2019) ou na dissolução de condições básicas de existência:

> Em sociedades periféricas como a brasileira, o habitus precário, que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isso, sob a forma de uma evidência social insofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da precariedade, é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que o que diferencia substancialmente esses dois tipos de sociedades é a produção social de uma "ralé estrutural" nas sociedades periféricas. (SOUZA, 2003, p. 72).

Não obstante, a desconstituição de direitos que se dá no plano material e consolida o uso discriminante do direito alimenta a crise punitiva que penaliza mais de uma vez o sujeito periférico.

Assim, o recurso ao aparato punitivo é percebido enquanto um pretexto racional, que parte da demarcação para excluir e culmina na inclusão para expor coletividades ao poder mortificante, com escopo na produção normativa, penal e seletiva. A governamentalidade bio-necro-política se dá em plano geopolítico, tanto nas emergências pela humanização universal quanto pelas necessidades do capital.

A justiça de transição aparece nessa equação como a variável que não serviu para balancear: em contraponto ao enfrentamento do legado que fustigou a vida e os direitos de uma geração, faz-se a opção pelo perdão e pelo esquecimento, em um caminho de fomento e de manutenção da colonialidade do poder das elites brasileiras.

2.1. A filosofia social crítica e o pensamento decolonial latino-americano

O pensamento decolonial possibilita uma profunda transformação do direito e do jurídico, posto que assume o direito como muito mais do que aquilo que está nas normas, sendo construído a partir das mais variadas e básicas formas de conhecimento: "perspectivas que surgem nas fronteiras, nas margens", que retratam a emergência de saberes locais até então tidos como "lugares de não pensamento", mas que atualmente se insurgem contra o histórico processo da colonialidade do saber-poder (COLAÇO; DAMÁSIO, 2012, p. 197-198).

Com a sobreposição de tecnologias disciplinares aplicadas aos corpos individuais e de tecnologias regulamentadoras da vida de populações, tem-se uma articulação que, para os propósitos deste trabalho, se materializa na gestão das cidades através de dispositivos de normalização. Segundo Foucault, o elemento que vai circular entre tecnologias disciplinares e tecnologias regulamentadoras, que possibilita um controle simultâneo da disciplina dos corpos e da regulamentação das populações, é a norma (FOUCAULT, 1999).

A sociedade de normalização materializa o cruzamento e o acúmulo entre dispositivos de individualização e dispositivos de massificação, configurando um biopoder, uma governamentalidade biopolítica que incide sobre o corpo e sobre a vida. Mas Foucault acusa uma sutil inversão no âmago do biopoder normalizador: a biopolítica, inicialmente um poder de fazer viver – embora trate-se de processos de normalização da vida – tende a tornar-se um poder de fazer morrer (FOUCAULT, 1999, p. 303-304).

A emergência do biopoder teria inserido o racismo nos mecanismos do Estado. Isso porque, no âmbito de uma sociedade de normalização, a norma não se identifica com as normas jurídicas. A normalização resulta do cruzamento entre dispositivos disciplinares e regulamentadores, dispositivos que atravessam e impactam determinado arranjo social através de relações microfísicas e assimétricas de poder.

Foucault aponta o vínculo que se estabeleceu entre a teoria biológica do século XIX e o discurso tradicional do poder soberano. O autor lembra que o discurso genérico do evolucionismo tornou-se, na Europa do século XIX, uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica e,

principalmente, uma maneira de pensar as relações de colonização, a criminalidade, a loucura e até mesmo a história das sociedades com suas diferentes classes (FOUCAULT, 1999, p. 306-307).

Trata-se da emergência e da afirmação de um paradigma evolucionista como parâmetro para as sociedades de normalização, em suas tecnologias de disciplinarização e de regulamentação: processos de individualização que veiculam o adestramento dos corpos e processos de massificação que induzem formas de vida para populações.

O discurso da análise científica da sociedade se situa no cruzamento da biopolítica e do racismo. Segundo Foucault, foi neste contexto que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental das relações de poder exercidas nos e pelos Estados modernos. Com o racismo se tem uma fratura, um corte no tecido social entre o que deve viver e o que deve morrer: o racismo fragmenta, hierarquiza e discrimina populações que sofrem o impacto do biopoder. O racismo viabiliza um elo biológico entre a vida e a morte: a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior, é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 1999, p. 304-305).

Oportuno se faz, neste momento, considerar que pela perspectiva decolonial o racismo é um elemento constitutivo do poder moderno-colonial, mostrando-se muito mais profundo e, até, enraizado na obsessão universalizante que conforma a razão moderna.

Foucault se indaga o que faz que a população seja percebida não a partir da noção jurídico-política de sujeito, mas como uma espécie de objeto técnico-político de uma gestão e de um governo. A resposta é que a população se caracterizaria pela manipulação do desejo e pela indução à produção de um interesse. A população emerge, no contexto da Europa em processo de industrialização, como um correlato de tecnologias de poder ou, mais especificamente, da governamentalidade biopolítica (FOUCAULT, 2008).

Vem à tona o cenário do saber-poder moderno-colonial, o pano de fundo do fascismo materializado em dispositivos de subalternização da alteridade, embora muito anteriores aos totalitarismos do século XX. Foucault (2008), Agamben (2004) e Mbembe (2018) sintetizam este panorama com os conceitos de sociedade de normalização, de biopolítica, de Estado de exceção e de necropolítica. E o Estado brasileiro contemporâneo atualiza esta síntese levando ao paroxismo a porosidade e a interconexão entre tais conceitos, posto que a seletividade das políticas da vida e da morte das populações atuam de forma a expandir o elemento da subalternização por meio de dispositivos de normalização que multiplicam as vidas nuas.

Subjetividades individuais e coletivas em situação de vulnerabilidade tendem a se fragilizar cada vez mais, transitando do *status* de minorias para o de mortos-vivos. Pelbart (2018) resgata o argumento de Mbembe (2018), que converge com o conceito de sistema-mundo-moderno-colonial, ao demonstrar que a transnacionalização da condição negra, decorrente do então novo epicentro do sistema-mundo, ou seja, da posição nuclear e estratégica assumida pelo Atlântico Norte a partir de 1492, emerge como momento constitutivo da modernidade, caracterizada pela racialização que, no evoluir da modernidade, enfatiza elementos hora étnicos, hora biológicos: biopolítica, estado de exceção e necropolítica vão se perfilando na construção do conceito de raça, um dispositivo de normalização decorrente de uma estratégia de poder-saber que determina verdades e subjetividades.

Historicamente tem-se a construção social e cultural das identidades discrepantes do perfil hegemônico no norte global como raças degradadas por um déficit ontológico. Identidades artificialmente subalternizadas que se concretizam em populações e corpos de extração. Trata-se da sedimentação de uma engrenagem a partir das articulações entre capitalismo, colonialismo/colonialidade e racismo (PELBART, 2018); (MBEMBE, 2018).

No seio dessa engrenagem as instituições políticas e jurídicas, historicamente apropriadas pelas elites coloniais subalternas e subalternizantes negam, em termos práticos, a condição de cidadania e até mesmo a condição de humanidade das parcelas mais populares e vulneráveis da sociedade brasileira. Atualiza-se, assim, o passado colonial que permanece como horizonte de sentido para o aparato político e jurídico que, por sua vez, reproduz um Estado de exceção permanente.

3. CONCLUSÃO

O uso estratégico, discriminatório e seletivo do Direito pelas instituições políticas e jurídicas, de modo a promover, simultaneamente, cidadania para uma certa parcela da sociedade, que assim tem concretizados direitos e garantias, mas também subcidadania para outros contingentes da mesma sociedade, vez que estes são tendencialmente contidos, punidos e excluídos pelo Direito, confirma que o discurso abstrato em torno de um Estado Democrático de Direito, no Brasil atual, tem adquirido a performatividade de um Estado de exceção permanente. Assim o discurso político-jurídico é deteriorado, em termos concretos, pela lógica e pela dinâmica do *lawfare*, que consiste na manipulação estratégica do Direito visando à subalternização, ao silenciamento e até à eliminação das parcelas mais vulneráveis da sociedade brasileira, parcelas artificialmente identificadas como potenciais ameaças à segurança e à ordem social.

A governamentalidade bio-necro-política, nestas reflexões, emerge como diagnóstico crítico da deterioração do Direito pelo *lawfare*. A centralidade da dinâmica jurídica no Brasil contemporâneo, para a determinação da cidadania e da subcidadania, e particularmente para o recrudescimento da precarização da vida das parcelas mais vulneráveis da sociedade, são claros indicativos de um parâmetro bio-necro-político de governamentalidade.

Daí a necessidade de se tratar cuidadosamente da questão da justiça de transição no Brasil, considerando-se que a justiça de transição emerge como um complexo de dispositivos que objetivam conciliar sociedade e Estado, de modo que se supere toda uma tradição de graves e sistemáticas lesões aos direitos humanos e fundamentais a partir da responsabilização do Estado e de seus agentes pelas lesões aos direitos, e do reconhecimento e da reparação dos danos sofridos pelas vítimas.

Tais dispositivos assegurariam uma refundação do pacto entre sociedade e Estado, de modo que os elementos da memória, da verdade, mas também do perdão e do esquecimento, pudessem ser enfrentados, visando à reconciliação e à superação de uma história ou tradição marcada pela subalternização, pelo silenciamento e pela eliminação de contingentes sociais discrepantes do padrão de ordem imposto.

Contudo, o processo justransicional, no Brasil, foi represado e filtrado de acordo com as conveniências das tradicionais elites políticas e jurídicas. Logo, se não chegou a haver um genuíno processo de justiça de transição no Brasil, permanece, na sociedade e no Estado brasileiros, o espectro da colonialidade do poder que, pela lógica da subalternização, do silenciamento e da eliminação das diferenças, esvazia o discurso do Estado Democrático de Direito à medida em que consolida um uso discriminatório do Direito, ou seja, desconstitui direitos e garantias fundamentais com a concretização de um Estado de exceção permanente.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Mutações do Conceito de Anistia na Justiça de Transição Brasileira. **Revista de Direito Brasileira**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 357-379, set. 2012. ISSN 2358-1352. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2668/2562>. Acesso em: 20 nov. 2021. doi:http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2012.v3i2.2668.

ARCELO, Adalberto Antonio Batista. Ativismo decisionista e Estado de Exceção: como a jurisdição constitucional tem rebaixado a promessa de um Estado Democrático de Direito brasileiro a um atual Estado de Exceção. *in* **O estado de exceção entre a vida e o direito**. 1. ed. Belo Horizonte: Initia Vita, 2019. 182 p. ISBN 978-85-9547-050-7. eBook Kindle.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução: Iraci D. Poleri. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004. 142 p. ISBN 978-85-7559-057-7.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua** I. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014. 197 p. ISBN 978-85-7041-829-6.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. ISBN 978-85-7897-005-5.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 11ª edição, 2007, 136 p. ISBN 85-7106-023-1.

BATISTA, Nilo. Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 11, n. 42, p. 242–263, jan./mar., 2003.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Tradução: Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 199 p. ISBN 978-85-378-0066-9.

BORTOLOTI, José Carlos Kraemer. A relativização hermenêutica dos Direitos Fundamentais e o encarceramento no Brasil: o véu do individualismo e o distanciamento do Estado Democrático de Direito. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.14, n.3, 3º quadrimestre de 2019. Disponível em:< www.univali.br/direitoepolitica>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Infopen – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. 2017, Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/infopen-levantamento.pdf.> Acesso em: 14 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão; rev. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 291 p. ISBN 978-85-326-0508-5.

KARAM, Maria Lúcia. A Esquerda Punitiva. **Empório do Direito**, 2015. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/leitura/a-esquerda-punitiva-1508702858>. Acesso em: 07 out. 2021.

LEAL, André Cordeiro; THIBAU, Vinícius Lott. Pandemia e as Matrizes publicísticas do Processo Civil. **Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva**, Belo Horizonte, n. 42, p. 327-340, set/dez 2020. Disponível em: https://revistas.newtonpaiva.br/redcunp/n--42-pandemia-e-as-matrizes-publicisticas-do-processo-civil/. Acesso em: 19 nov. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte e ensaios, [*s. l.*], ed. 32, 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169. Acesso em: 05 out. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. [*S. l.*]: n-1 edições, 2018

MCARTHUR, Fabiana Godinho. Justiça de transição: o caso brasileiro. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 7, p.78-108, jun., 2012.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo:** o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Tradução de Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PELBART, Peter Pál. **O devir-negro do mundo**. In: Revista Cult. São Paulo, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Cuestiones y horizontes. **De la dependência histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO; Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista de Direitos Humanos da Secretaria Especial da Presidência da República**, v. 2, p. 10-17, 2009.

SCOLA, Daniel. RS não é o pior estado em termos de cadeias. Mas tem a pior delas. IHU On--Line, **Revista Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ano IX, n. 460, p. 05-06, 18 mai. 2009. Disponível em: < http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao293.pdf> Acesso em: 19 nov. 2021.

SERRANO, Pedro Estevam; MAGANE, Renata Rossi. **A governabilidade de exceção permanente e a política neoliberal de gestão dos indesejáveis no Brasil**. In: Revista de investigações constitucionais. V. 7, N. 2. Núcleo de investigações constitucionais da UFPR, 2020.

SERRANO, Pedro Estevam. **Estado de exceção e autoritarismo líquido na América Latina**. In: Poliética. São Paulo, V. 8, N. 1, 2020.

SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"?. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, [*s. l.*], n. 53, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/i/2003.n59/. Acesso em: 19 nov. 2021.

VALOIS, Luís Carlos. **O Direito penal da guerra às drogas.** 3. ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. 694 p. ISBN 9788584257386

WACQUANT, Löic. **O lugar da prisão na nova administração da pobreza**. Novos Estudos, São Paulo, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/121356/mod_resource/content/1/Wacquant_O%20lugar%20da%20pris%c3%a3o.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

WOLFF, Maria Palma. A prisão. Uma instituição destinada a segregar, excluir e eliminar. IHU On-Line **Revista Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ano IX, n. 460, p. 10-13, 18 mai. 2009. Disponível em: < http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao293.pdf> Acesso em: 19 nov. 2021.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Tradução: Vânia Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001. ISBN 85-7106-032-0.

LEGÍTIMA DEFESA NO PANORAMA DO PACOTE ANTICRIME E A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO

Renata Mesquita Rios[1]

1. INTRODUÇÃO

O princípio da dignidade da pessoa humana, estampado no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988, se apresenta como fundamento basilar do Estado Democrático de Direitos e deve ser compreendido dentro de um complexo de direitos e deveres fundamentais, que assegure a cada ser humano condições existenciais mínimas para uma vida saudável, participação ativa e corresponsável da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2010, p. 70).

A Carta Magna pressupõe, nestes termos, o respeito e a consideração a cada indivíduo por toda a sociedade e pelo Estado, que possui o dever de zelar pela segurança dos cidadãos, e, principalmente, pela vida, bem jurídico máximo do nosso ordenamento jurídico, inclusive instituído como cláusula pétrea (BRASIL, 1988).

O em. Ministro Alexandre de Moraes, em sua obra "Direito Constitucional, assim conceitua o princípio:

> Um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos e a busca ao Direito à Felicidade. (MORAES, 2017, p. 66).

No âmbito penal, o referido princípio deve abranger tanto a eficiência da lei, quanto a sua aplicação. Neste sentido, o Direito Penal, como *ultima ratio*, também atua como garantidor e realizador da dignidade da pessoa humana e, juntamente com o princípio da legalidade, tipifica as condutas violadoras dos bens jurídicos de revelo, bem como limita o próprio poder punitivo do Estado.

Hodiernamente, a teoria estratificada ou analítica do direito – termo utilizado por Zaffaroni e Pierangeli (2011, p. 393-401) –, baseada na tipicidade objetiva de Beling (1906) e na separação entre ilicitude e culpabilidade defendida por Liszt (1899), conceitua o crime a partir do estudo e identificação da conduta descrita e da análise da ocorrência de fato típico, ilícito e culpável (teoria tripartide).

O fato típico é composto pela conduta – dolosa ou culposa, comissiva ou omissiva -, pelo resultado, pelo nexo causal entre a conduta e o resultado, e, finalmente, pela tipicidade, que pode ser formal e conglobante.

A tipicidade formal refere-se à incriminação pela Lei de determinada conduta, através da criação de um preceito primário e a cominação de uma sanção correspondente, descrita no preceito secundário. Já a tipicidade conglobante divide-se entre antinormatividade e tipicidade material,

[1] Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. *E-mail*: renata.mrios@gmail.com.

de forma que a constatação da ocorrência de um crime pressupõe a adequação de determinado fato ou ato a um tipo legal preexistente e a constatação da violação a um bem jurídico protegido pela norma.

Além disso, pela teoria analítica, mesmo após constatada a conduta típica, ainda deve ser verificada a sua antijuridicidade (ou ilicitude), definida como a contrariedade da conduta humana individual à norma positivada que proíbe (conduta comissiva) ou determina (conduta omissiva) certos comportamentos, sob pena de sanção. Sob este aspecto, por questões de ordem político-criminal, exige-se, ainda, a verificação das excepcionais hipóteses autorizativas do ordenamento jurídico, que excluem a ilicitude, caso preenchidos determinados requisitos.

Neste sentido, ensina Cláudio Brandão:

> A tipicidade é, pois, definida como uma relação de adequação entre a ação humana e a norma do Direito. Só se pode falar em crime se, primeiramente, a ação humana for típica, isto é, adequado ao modelo descrito na Lei.
>
> Ocorre que existem situações típicas que não se constituem crimes. O art. 121 do Código Penal, por exemplo, tipifica a conduta de 'matar alguém'. Mas isso não significa que necessariamente haverá crime todas as vezes que um ser humano matar outro. Dessarte, a tipicidade por si só não é suficiente para dar a ideia de delito.
>
> Quanto o Direito tipifica uma conduta humana é porque ele não quer que a mesma se realize. Isto se comprova pelo fato de o Direito imputar uma pena à dita realização destas condutas. Portanto, toda ação típica é, em regra, contrária ao Direito, ou seja, toda ação típica é em regra antijurídica. A ação típica só não será antijurídica se estiver justificada pelas causas de exclusão da antijuridicidade, as quais estão capituladas no art. 23 do Código Penal (Estado de Necessidade, Legítima Defesa, Estrito Cumprimento do Dever Legal e Exercício Regular do Direito).
>
> O segundo elemento do crime é chamado de antijuridicidade. A antijuridicidade é um juízo de valor negativo ou desvalor que qualifica a conduta típica como contrária ao Direito. (BRANDÃO, 2015, p. 34)

Em conclusão, percebe-se que pela moderna teoria da tipicidade conglobante, na análise da ocorrência do fato típico, além da formalidade para formação do primeiro elemento do crime – em observância ao princípio penal da anterioridade da lei penal, disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº. 2.848/40 -, ainda se exige a comprovação da ofensa a bens de relevo para o Direito Penal e a análise, no caso concreto, da presença ou não de causas excludentes da antijuridicidade, dentre elas, a legítima defesa, que aqui será examinada, tudo isso tendo como norte a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1940).

2. A LEGÍTIMA DEFESA

Dentro do contexto alhures exposto, a racionalidade e a proporcionalidade se apresentam como formas de garantia do indivíduo contra a atuação sancionadora do Estado, e, assim, a par de configurada a tipicidade de determinadas condutas no caso concreto, o artigo 23 do Código Penal dispõe sobre situações que são afastadas a ilicitude do ato: as chamadas excludentes de ilicitude, das quais, dentre elas, especificamente no inciso II, se encontra a legítima defesa, cuja definição encontra-se prevista no artigo 25 do mesmo *codex*, nos seguintes termos "Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem" (BRASIL, 1940).

Através desta previsão legal, o Estado, detentor do monopólio da força, admite contextos em que não possui condições de proteger a tempo e modo o indivíduo, e a ele permite o exercício da autotutela ou da defesa de outrem, sem que isso acarrete punição penal. Zaffaroni, Batista, Ala-

gia e Slokar (2015, p. 06) afirmam que "seu fundamento não é outro senão o direito do cidadão a exercer coação direta quando o Estado não puder proporcioná-la na situação concreta com idêntica eficácia.".

Da simples leitura do tipo permissivo é possível perceber os elementos a configurá-lo, quais sejam, a existência de direito próprio ou alheio; a existência de agressão injusta, atual ou iminente; o uso moderado dos meios necessários; e o *animus defendendi*, na medida em que o agente deve saber que está agindo sob o pálio da legítima defesa (GRECO, 2017, p. 487). Em interpretação, *a contrario sensu*, fica evidente a vedação aos excessos e uso indiscriminado da excludente como mera argumentação defensiva a amparar atuações ilegítimas, que demandam a responsabilização a título de culpa ou dolo, a depender do caso concreto.

Desde a sua primeira menção no Brasil, a legítima defesa se apresenta como fundamento de proteção tanto dos bens jurídicos protegidos pelo ordenamento jurídico vigente, quanto do próprio ordenamento jurídico, que se vê diante de uma agressão legítima. Na era colonial, pelo direito imposto por Portugal através das Ordenações Filipinas, já havia a preocupação com a necessidade de punição do excesso, na medida de sua desproporcionalidade, conforme previsão no Livro Quinto, no Título XXXV:

> Qualquer pessoa, que matar outra, ou mandar matar, morra por ello morte natural. Porém se a morte for em sua necessária defesa, não haverá pena alguma, salvo se nella excedeo a temperança, que deverá, o poderá ter, porque então será punido segundo a qualidade do excesso. (ALMEIDA, 2004, p. 1.184).

Na fase imperial, o Código Criminal de 1830, especificamente no artigo 14, parágrafos 2º ao 5º, ao trazer a legítima defesa também dispôs sobre a imprescindibilidade de preenchimento de requisitos indispensáveis, sob pena de responsabilização pelo crime, ainda que de maneira reduzida, nos termos do seu artigo 18 (BRASIL, 1830). Embora na era da República, o Código Penal de 1890 não tenha trazido aspectos referentes ao excesso no meio empregado para defesa própria ou alheia, dispôs sobre a excludente de antijuridicidade nos artigos 32 e 34, § 2º (BRASIL, 1890); sendo seguido pelo Código Penal de 1940 – contemplado após a consolidação das leis penais de 1932, que manteve a redação do código anterior -, inovando com a menção do excesso na legítima defesa culposa e suas implicações: "se o excesso é conscientemente querido, responde o agente por crime doloso, pouco importando o estado inicial da legítima defesa" (BRASIL, 1940). Já a partir do Código Penal de 1969, as excludentes de ilicitude passaram a ser disciplinadas de maneira mais completa no artigo 30 e seus parágrafos, sendo esclarecidas as formas diversas de configuração do excesso e suas consequências: culposo (*caput*), que admitia a responsabilização do agente, caso o excesso configurasse ato punível a título de culpa; escusável (parágrafo 1º), capaz de afastar a responsabilidade do sujeito que agisse por medo, surpresa ou perturbação do ânimo; e doloso (parágrafo 2º), que impunha a punição do agente, podendo, no entanto, vir a figurar uma causa de diminuição da pena (BRASIL, 1969).

Finalmente, no Código Penal de 1984, nos termos supra expostos, manteve-se a previsão dos excessos doloso e culposo como excessos puníveis, excluindo apenas o excesso escusável:

> Art. 23 (...)
>
> Excesso punível
>
> Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo. (BRASIL, 1984).

No entanto, aquele que se excede por medo, surpresa ou violenta emoção continua a ser amparado pela jurisprudência, sendo esta apenas uma das hipóteses em que o excesso se apresenta justificável pelas circunstâncias concretas do caso, deixando-se de punir situações claramente típi-

cas, em legitimação da violência. Os Tribunais Brasileiros, e até mesmo as novas Leis, vem fazendo deste juízo de ponderação entre a ação e reação uma análise tendenciosa.

3. A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA ATRAVÉS DA LEGÍTIMA DEFESA

A causa de exclusão da ilicitude disposta no artigo 23, II e no artigo 25, ambos do Código Penal (BRASIL, 1940), vem se apresentando, de forma atécnica, como recurso argumentativo para camuflar situações de verdadeira afronta aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção à vida – artigo 5º, XLVII, da Constituição Federal –, e, assim, se tornando um instrumento de legitimação da violência, inclusive estatal (BRASIL, 1988).

Em recente discussão na Corte Suprema, na ADPF nº. 779, sob a Relatoria do em. Ministro Dias Toffoli, foi analisado o uso da descriminante nos casos envolvendo violência doméstica contra a mulher e feminicídio. O pedido ajuizado pelo Partido Democrático Trabalhista, baseado nas inúmeras absolvições de réus amparados sob o pálio da "legítima defesa da honra", resultou na necessidade de interpretação expressa dos dispositivos penais e processuais penais que tratam do instituto da legítima defesa conforme a Constituição Federal, a fim de se afastar o fundamento anacrônico defensivo e eliminar a possibilidade deste embasar a impunidade de delinquentes (BRASIL, 2021).

Neste trabalho, em uma interpretação extensiva dos votos exarados pelos em. Ministros do eg. Supremo Tribunal Federal em defesa, especialmente, dos direitos fundamentais à vida e à dignidade da pessoa humana, se analisa o uso da legítima defesa no contexto recentemente positivado no Código Penal, no parágrafo único do artigo 25, introduzido pela Lei nº. 13.964/19[2], que ampliou aos agentes de segurança pública (artigo 144 da Constituição Federal) as possibilidades de justificação do emprego da violência para repelir "agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes" (BRASIL, 2019).

À primeira vista, a especificidade da justificante se apresenta inócua, na medida em que, além de se enquadrar, em tese, na excludente de ilicitude referente ao estrito cumprimento do dever legal, o contexto previsto também já seria abstratamente abarcado pelo próprio conceito geral de legítima defesa, vez que estaria o agente de segurança pública agindo para defender o direito da vítima refém, em perigo atual ou iminente. Se trataria da hipótese clássica de legítima defesa de terceiro.

Destarte, em uma análise crítica da real intenção legislativa, questiona-se a razão para que o direito atribuído a qualquer cidadão seja posto, de forma especial, aos agentes públicos, mormente porque, como já exposto, este já estaria amparado pelo cumprimento do seu dever jurídico, em atuação, em tese, legítima, em nome do Estado.

Sobre o tema, a lição de Peña:

> O emprego da força por parte de autoridade em cumprimento de suas funções não se ampara na legítima defesa – embora nesses casos a autoridade defenda particulares -, mas sim em outras exculpantes, como o cumprimento de um dever ou o exercício de um cargo. (PEÑA, 1978, p. 104)

O único argumento que se verifica para tornar a atuação dos agentes públicos um caso especial de legítima defesa parece ser a tentativa do Estado de se valer das interpretações abrangentes que vem se adotando nos casos concretos de incidência da descriminante – frise-se em favor de particulares -, permitindo certa discricionariedade e desproporcionalidade na reação, considerando o contexto de intensa perturbação emocional em que os fatos ocorrem.

Isto porque, o excesso punível – previsto abstratamente no artigo 21, § 1º do Código Penal -, tem sido avaliado pela jurisprudência nacional através dos elementos referentes às condições

[2] Parágrafo único. Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

pessoais do particular e às circunstâncias especiais do caso concreto para fins de distinguir o excesso intencional – passível de punição - daquele decorrente de mero erro de cálculo (BRASIL, 1940). (BASILEU GARCIA *apud* VENZON, Altayr, 1989, p. 54). É que, admitida a impossibilidade de ser a ofensa e a repulsa idênticas na prática, imperioso se faz o exame de proporcionalidade dentro das possibilidades fáticas de cada episódio.

Voltando ao novo artigo penal, percebe-se que o contexto em que se configura o risco de agressão, qual seja, vítima mantida refém durante a prática de crimes, já autoriza, por si só, a reação defensiva e, portanto, é capaz de abarcar toda e qualquer situação em que se interprete a existência de pessoas em poder de supostos criminosos. Partindo dessa premissa, questiona-se sobre qual a particularidade estaria o agente de segurança pública autorizado a agir em "legítima defesa", ou se a legitimação seria ampla a todos os casos em que haja restrição da liberdade da vítima. A lei é (intencionalmente) omissa e tão somente confirma a violência estruturada do sistema policial, criando uma situação de permissão abrangente, que abre espaço para que os agentes públicos façam a análise subjetiva sobre a situação concreta e escolha a melhor forma de reação, inclusive com uso deliberado de violência. Estaríamos diante de uma legítima defesa presumida que não possui limites ao excesso. Afinal, quem delimitará a forma de atuação policial na suposta proteção da vítima e julgará eventual desproporcionalidade?

Conclui-se, então, que eventuais excessos ou até mesmo interpretações errôneas sobre o fato concreto serão sempre amparadas pela Lei, sustentada na ideia de que o policial, devidamente treinado, se comportou de forma racional e organizada, o que é uma falácia. O procedimento defendido pelas instituições policiais é em busca de tentar evitar, ao máximo, a lesão ou a letalidade de terceiros, ainda que delinquentes, o que é incompatível tanto com a tese de "legítima defesa presumida", quanto com a própria realidade, que envolve inúmeros casos de abusos do poder.

A toda evidência, a previsão especial servirá como instrumento de impunidade desses abusos - repita-se, sob o pretexto de proteção de vítimas reféns -, os quais, é importante dizer, já vem, infelizmente, sendo culturalmente tolerados no País, que hoje vivencia um verdadeiro estado de exceção. Certamente, o uso do amparo legal na defesa dos agentes de segurança pública estimulará o uso de práticas violentas, já que estas que se tornarão impunes sob o pálio da legítima defesa, desconsiderando que ao agente público se exige uma valoração profissional prévia da violência defensiva necessária, que não admite, em hipótese alguma, discricionariedades.

4. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO ESTADO DE EXCEÇÃO

Não obstante o princípio da dignidade da pessoa humana seja a base teórica do ordenamento jurídico brasileiro, que se percebe na realidade, conforme bem defendido pelo filósofo italiano Giogio Agamben (2004a, p. 11) em sua obra "Estado de Exceção", é a existência de um mundo político-jurídico de segurança jurídica aparente, que disfarça, em verdade, a suspensão da ordem jurídica e dos deveres a ela atrelados.

Em teoria, o estado de exceção é adotado pelos Estados Democráticos em situações excepcionalíssimas de crise política e descontrole institucional, em que se suspende a ordem constitucional para dirimir o conflito, valendo-se de decisões arbitrárias. No entanto, tem se tratado de prática recorrente dos Estados que, sob o argumento de estarem atuando de forma legítima em prol da sociedade, dentro de um contexto emergencial, suspende direitos. Segundo o autor, na prática, o estado de exceção deixa de estar vinculado a um estado de necessidade para se tratar de uma técnica de governo, que impõe uma tomada de decisão baseada em uma suposta emergência do fato gerador de qualquer crise, sem se preocupar com a credibilidade da democracia (AGAMBEN, 2004f, p. 19).

Ocorre que, como bem afirma Carl Schmitt (2006, p. 13), em sua obra "Teologia Política", os efeitos desta decisão atingem as pessoas de forma diferente, já que sob a ótica seletiva do Estado, há aqueles que são apontados como seus inimigos.

No caso do Brasil, em especial no atual governo, com seu discurso punitivista e pró armamentista, diversas são as propostas legislativas, por exemplo, para criação de normas que ampliam o poder dos militares, inclusive de ceifar a vida dos indivíduos, definidos, frise-se, pelos próprios, mas em nome do Estado, como estes inimigos. Criam-se, assim, instrumentos jurídicos permissivos à atuação policial, tal como a denominada "Lei do Abate" (GOMES, 2021) e o instituto da legítima defesa especial que aqui se discute.

Ocorre que as inovações legislativas visam tão somente resguardar os profissionais de segurança pública, sem se preocupar com as consequências nefastas que acabarão por atingir de forma mais incisiva a população periférica, composta, em sua grande maioria, por jovens negros, já que, a toda evidência, estamos inseridos em uma sociedade comprovadamente elitista e racista e há uma parte da população descriminada apenas em razão do seu estereótipo.

Os relatos envolvendo as injustiças raciais vem sendo rotineiramente divulgados pela mídia. Inúmeras são as histórias em que o negro é rotulado como criminoso em conjecturas diversas, com base em meras suspeições e presunções vagas, e sofrem os efeitos destas imputações infundadas. Estas mesmas histórias revelam, como dito acima, que, mesmo quando constatado o equívoco – porque, não raras vezes, o erro se perpetua com grave punição ao inocente, através da prisão ou com a própria vida –, não há qualquer sanção ao rotulador.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 2021 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, além de ter sido apurado que, em 2020, 78,9% das pessoas mortas pela Polícia Civil e Militar no Brasil eram negras (embora elas representem 56% da população brasileira), foi constatada a falta de transparência pelo Poder Público em divulgar essas informações, como parte deste projeto estatal de distribuição da morte sem punição das corporações. Concluiu a pesquisa que "a estabilidade da desigualdade racial inerente à letalidade policial ao longo das últimas décadas retrata de modo bastante expressivo o déficit de direitos fundamentais a que está sujeita a população negra no país" (BUENO, LIMA, 2021, p. 67).

Ainda de acordo com o Anuário:

> (...) O acesso aos direitos civis, os mais fundamentais, é tão regulado por marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, sexualidade, idade, deficiência), que tais representações sociais legitimam mortes, majoritariamente de jovens negros e pobres como se não houvesse direito a não-discriminação, à vida e à integridade física no país. Existe reconhecimento formal dos direitos civis, políticos e sociais destes grupos na letra da lei, mas o abismo entre a formalidade legal expressa no papel e a efetivação real de tais direitos permanece imenso. (BUENO, LIMA, 2021, p. 67-68).

Constata-se, portanto, como bem pontuado pelo documento público, que, embora legalmente previstos, os direitos fundamentais da população negra são suspensos pelos próprios representantes do Estado, que sugerem a ocorrência de uma situação emergencial de controle social para justificarem suas atuações desproporcionais, imediatistas e, consequentemente, ilegítimas.

A título de exemplificação, está o caso de Rodrigo Alexandre da Silva Serrano, negro, garçom, que levou três tiros da Polícia, enquanto aguardava sua família com um guarda-chuva preto em mãos e um suporte para carregar crianças, conhecido como "canguru", que foram confundidos com um fuzil e um colete a prova de balas. Hélio Ribeiro, enquanto pregava uma lona no terraço da sua casa com uma furadeira, também foi morto por policial que confundiu o instrumento com uma arma (e neste caso, o agente público foi absolvido, a pedido do próprio Ministério Público). Evaldo dos Santos Rosa teve seu carro fuzilado por 80 tiros por oficiais do Exército, onde também se encontravam sua esposa e filha, todos negros, tendo sido este caso definido como "engano" pelo então Ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Lado outro, a nível nacional, sem adentrar nas razões da lesividade policial, o percentual de policiais punidos não chega a 10%, segundo o advogado membro do Grupo de Tortura Nunca

Mais e conselheiro do Conselho Estadual de Direitos Humanos (Condepe), Ariel Castro Alves, em entrevista à BBC News Brasil (SOUZA, 2020).

Quando não arquivados – o que ocorre com a maioria -, os casos são encaminhados ao Tribunal do Júri, competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (artigo 125, § 4º da Constituição Federal) (BRASIL, 1988), que é composto por pessoas leigas e comuns e já é palco de absolvições dos policiais pela própria tendência cultural de legitimação das ações da Polícia, defensora da paz social, mormente quando imputa-se a culpa à vítima, apresentando sua vida pregressa desviada e o local dos fatos – em geral, as favelas - como justificantes.

A exemplificar a situação exposta, de acordo com a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, a Corregedoria das Polícias Militar e Civil do Estado, responsável por investigar crimes cometidos pelos policiais, apurou em 2017 e 2018 apenas 3% da totalidade das mortes decorrentes da intervenção policial, e de acordo com a Secretaria de Segurança Pública, o número de policiais presos vem caindo ao longo dos anos, embora o número de homicídios por eles cometidos tenha aumentado, sendo que em 2019 foram 867 vítimas e apenas 35 agentes foram penalizados (SÃO PAULO, 2018).

Logo, a falta de atuação do Ministério Público, a quem cabe o controle externo da atividade policial (artigo 129 da Constituição Federal de 1988) (BRASIL, 1988) e a criação de normas ampliativas do uso da força policial, legitimando abusos, como fez o "Pacote Anticrime", tende a reduzir, ainda mais, esse número de punições.

5. CONCLUSÃO

Em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, o Estado deve atuar para fornecer a todos os cidadãos as garantias mínimas de sobrevivência, zelando pela sua segurança e pela vida. No entanto, a partir de leis penais travestidas do discurso de proteção da sociedade, o fundamento basilar do Estado Democrático de Direito vem se tornando, cada vez mais, apenas um discurso teórico, já que, na prática, o que se vê é a ampliação do poder de polícia com a criação de instrumentos legitimadores da violência estatal contra aqueles intitulados "inimigos do Estado".

A introdução do parágrafo único ao artigo 25 do Código Penal pelo "Pacote Anticrime' (BRASIL, 2019), ao dispor de forma ampla sobre a incidência do instituto da legítima defesa na atuação dos agentes de segurança em defesa de vítimas reféns, se apresenta como mais uma forma de institucionalização do poder de Polícia. Além de ser um estímulo ao uso da força, a possibilidade de se valerem do instituto como justificativa das suas atuações reforça a já existente impunidade dos abusos que são rotineiramente cometidos em desfavor, especialmente, da população periférica, jovem e negra. A toda evidência, o amparo da Lei, que pode ser utilizado como argumentação defensiva, caso interpretações errôneas no contexto previsto chegue às barras do Judiciário - o que dificilmente acontece -, é a própria legitimação da violência do Estado.

No contexto de estado de exceção oculto que vivencia o Brasil, constata-se que da norma que parece ser uma simples abrangência e especificação da justificante da legítima defesa, inestimáveis são as suas perversas consequências implícitas: enquanto os cidadãos marginalizados continuam a serem alvos da sociedade elitista e racista, aos agentes de segurança pública, com base apenas em uma frágil contextualização de presunção de risco de terceiros, haverá a legitimação da impunidade do uso desmedido da violência contra aqueles, de fato, mais vulneráveis.

Estamos diante de uma naturalização da violência policial, de uma "licença para matar" baseada em uma legítima defesa presumida, que repele o receio de ofensa à integridade de alguém, o que não é tecnicamente legítima defesa.

O certo é, que o Direito Penal não pode ser afastado da política criminal adotada pelo Estado. O estudo do Direito Penal deve ser crítico e deve respeitar as regras escolhidas pela sociedade e que estão estampadas na Carta Magna, não podendo servir como salvaguarda de práticas ilícitas. As normas não podem ser instrumentos da legitimação e perpetuação da violência, seja ela qual for,

de forma que toda e qualquer atuação, seja de agente público ou particular, violadora da dignidade da pessoa humana, do direito à vida e da vedação de todas as formas de discriminação, deve ser coibida de maneira eficaz, em defesa da sociedade e da própria ordem jurídica.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Cândido Mendes. **Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal**. Tomo I. 14. ed. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRANDÃO, Cláudio. **Teoria Jurídica do Crime**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, [1988]. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Decreto n.º 847, de 11 de outubro de 1890**. Código Penal. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1890]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 09 out. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 1.004, de 21 de outubro de 1969**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1004.htm>. Acesso em: 09 out. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1940]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 09 out. 2021.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Código Penal. Rio de Janeiro, RJ: presidência da República, [1830]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 09 ou. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 7.209, de 11 de julho de 1984**. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.. Brasília, DF: Presidência da República, [1984]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7209-11-julho-1984-356852-publicacaooriginal-148882-pl.html>. Acesso em: 09 out. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 13.694, de 24 de dezembro de 2019**. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm>. Acesso em: 09 out. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 779. Referendo de medida cautelar. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Interpretação conforme à Constituição. Artigos 23, inciso II, e 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e art. 65 do Código de Processo Penal. "Legítima defesa da honra". Não incidência de causa excludente de ilicitude. Recurso argumentativo dissonante da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF). Medida cautelar parcialmente deferida referendada. Requerente: Partido Democrático Trabalhista. Relator Ministro Dias Toffoli, 15 de março de 2021. **Diário da Justiça**. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755906373>. Acesso em: 02 out. 2021.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 15, Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.

GOMES, Luiz Flávio. **Projeto "anticrime" do governo; legítima defesa ou lei do abate?** Revista Consultor Jurídico, 12 de fevereiro de 2019. Disponível em https://www.conjur.com.br. Acesso em 07 de outubro de 2021.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Parte Geral. 19. ed. Niterói: Editora Impetus, 2017.

LISZT, Franz von. **Tratado de direito penal**. Campinas: Russel, 2003.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PEÑA, Diego M. Luzón. **Aspectos esenciales de la legitima defensa.** Barcelona: Bosh Casa Editorial, 1978.

SÃO PAULO. Secretaria do Estado de Segurança Pública. Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo. **Relatório Anual de Prestação de Contas**, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SCHMITT, Carl. **Teologia Política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SOUZA. Felipe. Mudança na lei deu carta branca para policiais agredirem na periferia, diz advogado. **BBC News Brasil**, 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53506860>. Acesso em: 18 out. 2021.

VENZON, Altayr. **Excessos na Legítima Defesa**. Porto Alegre: Fabris, 1989.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. ***Manual de Direito Penal Brasileiro: volume 1: parte geral***. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Justificação (Primeira Parte). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 116, ano 23, p. 39-76, set-out. 2015.

PARADIGMA SOBRE A CORRUPÇÃO A PARTIR DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – GT4 DIREITOS HUMANOS, CRIMES DE LESA HUMANIDADE, REGIMES DE EXCEÇÃO E LAWFARE

Luciana Sabbatine Neves[1]

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de análise sobre elementos e conceito de corrupção a partir do conceito e tipificação presente da análise sistemática da resolução 1/18[2] da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, combinada à Convenção Interamericana contra a corrupção, Decreto 4.410/2002[3] em contraste com conceito de pessoa e sociedade veiculado por Edgar Morin[4], Max Horkheimer[5], Byung-Chul Han[6] e Bauman[7], principalmente.

Apresentar alguns pontos e paradoxos ao conceito legal e elementos da corrupção, bem como a imbricação simbiótica do tema aos sistemas (ou sub sistemas) dos Direitos humanos e fundamentais, a partir do sistema protetivo internacional regional da Corte e Comissão Interamericana de Direitos Humanos em contraste com a natureza humana (racional/emocional ou emocional/racional), biológica e social (cultural) em Edgar Morin, Max Horkheimer (sociedade das massas e decadência do indivíduo), Byung-Chul Han (*Sociedade da transparência*[8] e *Agonia de eros*[9]), Bauman (com análises veiculados em *Modernidade líquida*[10] e *Retrotopia*[11]) alguns contrastes e paradoxos entre a abordagem legal e a natureza humana; a sociedade; esses são os pontos centrais do presente estudo.

A base teórica para o desenvolvimento do paradoxo dos elementos e conceito de corrupção será o contraponto entre a natureza humana e a sociedade desenvolvidos por Edgar Morin, Max Horkheimer, Byung-Chul Han e Bauman (principalmente) e dispositivos normativos do sistema protetivo internacional de direitos humanos "regional" da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (resolução 1/18 e Convenção Interamericana contra a corrupção: Decreto 4.410/2002), aplicada as teorias de Robert Alexy (ALEXY, 2017), Willis Santiago Guerra Filho (GUERRA FILHO, 2018); Dworkin (DWORKIN, 2020) e Ingo Sarlet (SARLET, 2012) com relação a estruturas dos direitos humanos (e fundamentais) e suas implicações, principalmente.

---

1 Advogada, Professora assistente da Pontifícia Universidade de São Paulo PUCSP e Mestranda do Núcleo de Concentração de Direitos Humanos da PUCSP: luneves@yahoo.com

2 Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **RESOLUCION 1/18 CORRUPCION Y DERECHOS HUMANOS**, http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-18-es.pdf, acesso em 07.11.2021

3 Brasil. **DECRETO Nº 4.410, DE 7 DE OUTUBRO DE 2002.** http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/decreto/2002/D4410.htm, acesso em 07.11.2021.

4 MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 5. ed. Mens Martins: Europa-América, 1991.

5 HORKHEIMER, Max**. Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

6 HAN, Byn-Chul. **Sociedade da Transparência**. Tradução Enio Paulo Giachini. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

7 BAUMAN, Zygmundt**. Retrotopia.** Tradução: Renato Aguiar. São Paulo: Zahar Editora, 2017. BAUMAN, Zygmundt**. Modernidade Líquida.** Tradução: Plinio Dentzien. São Paulo: Zahar Editora, 2001.

8 HAN, Byn-Chul. **Sociedade da Transparência**. Tradução Enio Paulo Giachini. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

9 HAN, Byn-Chul. Agonia de eros. Tradução Enio Paulo Giachini. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

10 BAUMAN, Zygmundt**. Modernidade Líquida.** Tradução: Plinio Dentzien. São Paulo: Zahar Editora, 2001.

11 BAUMAN, Zygmundt**. Retrotopia.** Tradução: Renato Aguiar. São Paulo: Zahar Editora, 2017.

Trata-se de análise e contraste da natureza humana (falha e sujeita a paixões, angustias, medos etc.) e social e como é tratada a questão sob o prisma normativo, em corte metodológico relativo a corrupção.

A metodologia utilizada é a combinação de revisão bibliográfica, descritiva, genealógica e dedutiva.

Os resultados obtidos partem inicialmente da análise da natureza humana tríade em Edgar Morin: pessoa-sociedade-espécie humano; análise e posição ocupada às emoções e sentimentos humanos, inerentes como medo, ambição, cobiça, desejo, da sociedade: a ética e como trata (ou não trata) a questão nos dispositivos legais conceituais e elementos do conceito de corrupção a partir de normatividade de sistema regional internacional e sob a perspectiva dos direitos humanos aplicadas.

Dessa forma, a partir de visões descritas da natureza humana e social depuramos os elementos formativos do conceito de corrupção, apontando alguns de seus paradoxos, a partir dos direitos humanos, sendo o contraste entre a abordagem normativa e filosófica-antropológica o ponto focal da discussão no presente estudo.

Objetivamos com o exposto produzir estudo que se justifica como contribuição reflexiva e crítica acerca da temática; não olvidando que a corrupção tem como efeito a corrosão da própria democracia, pilar de constituição do Estado Brasileiro.

O estudo é composto de introdução e capítulo único, no qual são passados em revista elementos, conceitos e estruturas do conceito de corrupção.

Os principais resultados de pesquisa podem ser assim elencados: a) a pessoa humana é um misto indissociável entre natureza biológica, individuo e sociedade (cultura); b) é ainda a associação de mente/cérebro/cultura, razão/afeto/pulsão; c) as emoções humanas como medo, cobiça e paixões também afetam e influenciam os julgamentos e escolhas; d) vivemos insertos na "sociedade da transparência"; d) a corrupção e seu combate é imbricada ao sistema dos Direitos humanos e e) a partir de alguns paradoxos apontados pelo conceito legal e elementos de conceito da corrupção apontamos falhas ou fraturas normativas sistémicas: para a sua maior concretização é necessária a adoção de políticas públicas multidisciplinares e integrativas não apenas que contemplem áreas do Direito mas de ciências pertencentes a campos variados do conhecimento.

2. CORRUPÇÃO, PESSOA E SOCIEDADE ALGUNS PARADOXOS

O Decreto 4.410/02 define um rol aberto, não taxativo a partir do qual identifica-se condutas corruptivas[12], a Resolução 1/18 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por sua vez, identifica (conceito de formulação primária) em seu primeiro considerando que a corrupção é ato complexo (derivado de junção de tipos penais ou administrativos) que afeta a integralidade

[12] "**Artigo VI Atos de corrupção.** l Esta Convenção é aplicável aos seguintes atos de corrupção: a. a solicitação ou a aceitação, direta ou indiretamente, por um funcionário público ou pessoa que exerça funções públicas, de qualquer objeto de valor pecuniário ou de outros benefícios como dádivas, favores, promessas ou vantagens para si mesmo ou para outra pessoa ou entidade em troca da realização ou omissão de qualquer ato no exercício de suas funções públicas; b. a oferta ou outorga, direta ou indiretamente, a um funcionário público ou pessoa que exerça funções públicas, de qualquer objeto de valor pecuniário ou de outros benefícios como dádivas, favores, promessas ou vantagens a esse funcionário público ou outra pessoa ou entidade em troca da realização ou omissão de qualquer ato no exercício de suas funções públicas; c. a realização, por parte de um funcionário público ou pessoa que exerça funções públicas, de qualquer ato ou omissão no exercício de suas funções, a fim de obter ilicitamente benefícios para si mesmo ou para um terceiro; d. o aproveitamento doloso ou a ocultação de bens provenientes de qualquer dos atos a que se refere este artigo; e e. a participação, como autor, co-autor, instigador, cúmplice, acobertador ou mediante qualquer outro modo na perpetração, na tentativa de perpetração ou na associação ou confabulação para perpetrar qualquer dos atos a que se refere este artigo. 2. Esta Convenção também é aplicável por acordo mútuo entre dois ou mais Estados Partes com referência a quaisquer outros atos de corrupção que a própria Convenção não defina." Brasil. **DECRETO Nº 4.410, DE 7 DE OUTUBRO DE 2002.** http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/decreto/2002/D4410.htm, acesso em 07.11.2021.

dos Direitos Humanos[13], em outras palavras, a simbiótica integralidade de todas as dimensões dos Direitos humanos (e fundamentais em adição), com a possível multiplicidade de atores (agentes corruptivos), derivado, usualmente de esquema organizado decorrente de captação em atividade estatal direta ou indireta com prevalência e quebra da igualdade (principalmente) com preponderância fática de poderio econômico do grupo captor corruptivo, cujo grau do uso de violência, intimidação, coerção e métodos criminosos são mensuráveis a partir de casos reais[14].

O índice de percepção da corrupção[15], uma das principais fontes indicativas da sensação de corrupção, produzido pelo organismo internacional Transparência Internacional, é fonte utilizada na avaliação de riscos e tomadas de decisões por gestores públicos e privados.

O Brasil ocupa atualmente a 94/180 posição (pontuação 38/100) no ranquiamento global, caindo 5 posições desde 2012[16], ocupando posição intermediária (próxima entretanto ao grupo com piores avaliações; diferença percentual do Brasil para o primeiro país do Grupo com pior avaliação 10 pontos percentuais; diferença percentual do Brasil para o último país do Grupo com melhores avaliações 29 pontos percentuais) nos países do bloco Americano ranqueados pela Organização (total de 32 países avaliados), que tem como melhores avaliados: Canada (77/100); Uruguai (71/100); Estados Unidos (67/100); e Chile (67/100); os países com os piores índices de avaliação do Continente são: Nicarágua (28/100); Haiti (18/100); e Venezuela (15/100)[17], pais que figura simultaneamente como ultimo colocado tanto no continente Americano como na posição global geral; com a pandemia pelo vírus COVID 19, nota-se uma dificuldade maior, identifica-se a exacerbação da concentração do poder (econômico e político); a perda da transparência e fragilização da sociedade civil de um modo geral, na participação e acesso a dados oficiais, com especial fragilização dos grupos vulneráveis (mulheres, indígenas, afro-descentes em rol não taxativo)[18].

A regressão também consta do índice da Capacidade de Combate à Corrupção[19], elaborado pela entidade empresarial americana Americas Society/Council of the Americas (AS/COA) e pela consultoria britânica Control Risks, a partir de metodologia que difere do índice de percepção da corrupção, aqui é aplicada análise a partir de 14 critérios de mensuração da capacidade de países latino americanos ao combate à corrupção, dentre as quais: a autonomia das instituições jurídicas; a capacidade do jornalismo investigativo e recursos aplicados no combate à corrupção[20], que

---

[13] "Considerando que la corrupción es un complejo fenómeno que afecta a los derechos humanos en su integralidad –civiles, políticos, económicos, sociales, culturales y ambientales-, así como al derecho al desarrollo; debilita la gobernabilidad y las instituciones democráticas, fomenta la impunidad, socava el Estado de Derecho y exacerba la desigualdad.". Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **RESOLUCION 1/18 CORRUPCION Y DERECHOS HUMANOS**, http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-18-es.pdf, acesso em 07.11.2021

[14] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Pesquisa jurisprudencial. **Corrupção e violência**. https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsphttps://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp, acesso 16.11.2021.

[15] Transparência Internacional. **Índice de Percepção da Corrupção**. https://transparenciainternacional.org.br/ipc/#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Percep%C3%A7%C3%A3o%20da%20Corrup%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20o,%28quando%20o%20pa%C3%ADs%20%C3%A9%20percebido%20como%20muito%20%C3%ADntegro%29., acesso em 08.11.2021.

[16] Índice de Percepção da Corrupção**. Brazil**. https://www.transparency.org/en/cpi/2020/index/bra, acesso em 08.11.2021.

[17] Transparência Internacional. Índice de Percepção da Corrupção. **Regional Overview**. https://www.transparency.org/en/news/cpi-2020-americas, acesso em 08.11.2021.

[18] Transparência Internacional. Índice de Percepção da Corrupção. **Regional Overview**. https://www.transparency.org/en/news/cpi-2020-americas, acesso em 09.11.2021.

[19] AS/COA Americas Society/Council of the Americas. Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC) de 2021**. Relatório**. https://americasquarterly.org/wp-content/uploads/2021/06/CCC_Relatório_Português_2021.pdf, acesso em 16.11.2021.

[20] "Diante desse cenário, a Americas Society/Council of the Americas (AS/COA) e a Control Risks estão publicando a terceira edição do Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC). Lançado pela primeira vez em 2019, o índice avalia a capacidade dos países latino-americanos de detectar, punir e prevenir a corrupção. Em vez de medir a percepção sobre os níveis de corrupção, o Índice CCC avalia e classifica países com base na eficácia com que podem combater a corrupção. Os países com uma pontuação mais alta são considerados mais propensos a ver

destaca o Brasil como um dos países ranqueados com maior queda de pontuação (retrocesso) ao lado do México[21].

O Banco Mundial Banco Mundial apresentou os resultados da pesquisa "*Ética e Corrupção no Serviço Público Federal – a Perspectiva dos Servidores*", realizada entre os dias 27 de abril e 28 de maio deste ano com servidores públicos federais, em 11/11/2021[22], a pesquisa tem como principais resultados a sensação de aumento das atividades corruptivas, destacando-se o fato dos servidores não se sentirem seguros para denunciar as práticas referentes a tais atos, bem como o percentual apontado que a maioria dos casos de corrupção ser sugerida pelo "chefe"; porcentagens de retaliação sofrida após a denúncia.

Horkheimer por sua vez em estudo sobre a "*Ascenção e declínio do indivíduo*"[23], traça análise da sociedade de massas e posição do indivíduo (pessoa), pontuando algumas características sobre a qual se erige a mesma com destaque a concentração do poder, individualismo e lógica utilitarista, sobre o tema destaque-se a passagem: "O individualismo, é o próprio coração da teoria e prática do liberalismo burguês, que vê a sociedade como um todo que progride através da interação automática de interesses divergentes num mercado livre." (HORKHEIMER, 1976, pág. 149). Não vivemos mais insertos em uma sociedade de massas, vivemos a quarta ou quinta onda de revolução, essa tecnológica.

A revolução encabeçada pela tecnologia digital; a quarta revolução industrial[24] ou quinta revolução industrial[25]; a época do "*on line*", "*off line*"; a época do avatar, da liquidez, retrotopia[26] da agonia de Eros[27], da substituição do pessoal pelo virtual, da hipermodernidade[28] ou da modernidade líquida[29], pós-modernidade, com o exacerbamento, potencialização do individualismo, imediatismo, já traçados em Horkheimer, agora descritos como sentença/pena por Byung-Chul Han (qual a ética da Sociedade da Transparência?) e Bauman.

A concentração do poderio econômico e político, bem como os efeitos maléficos ocorridos durante o período pandêmico foi constatada pela própria Transparência Internacional, como pela Americas Society/Council of the Americas (AS/COA) e pela consultoria britânica Control Risks, ainda registre-se os resultados de pesquisa do Banco mundial, nos relatórios mencionados, fato

---

atores corruptos processados e punidos. Uma continuação da impunidade é mais provável em países no extremo inferior da escala. O Índice CCC analisa 14 variáveis, incluindo a independência das instituições jurídicas, a força do jornalismo investigativo e o nível de recursos disponíveis para combater crimes de colarinho branco. O índice se baseia em extensas bases de dados e em uma pesquisa exclusiva conduzida com especialistas em combate à corrupção da Control Risks, do setor acadêmico, da sociedade civil, mídia e do setor privado. Pelo segundo ano consecutivo, o índice abrange 15 países, que juntos representam quase 95% do PIB da América Latina. O país com a pontuação mais alta no Índice CCC de 2021 é o Uruguai (7,80 pontos de um total de 10). O Uruguai foi seguido pelo Chile (6,51), Costa Rica (6,45), Peru (5,66), Argentina (5,16), Brasil (5,07), Colômbia (4,81), Equador (4,77), Panamá (4,55), República Dominicana (4,38), México (4,25), Paraguai (4,08), Guatemala (3,84), Bolívia (2,43) eVenezuela (1,40)". AS/COA Americas Society/Council of the Americas. Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC) de 2021**. Relatório**. https://americasquarterly.org/wp-content/uploads/2021/06/CCC_Relatório_Português_2021.pdf, acesso em 16.11.2021, página 05.

[21] "ALGUNS DOS PRINCIPAIS RESULTADOS: (...) • Entre as quedas mais acentuadas estão os dois maiores países e economias da América Latina, Brasil e México.". AS/COA Americas Society/Council of the Americas. Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC) de 2021**. Relatório**. https://americasquarterly.org/wp-content/uploads/2021/06/CCC_Relatório_Português_2021.pdf, acesso em 16.11.2021, página 05.

[22] Brasil. Controladoria Geral da União. **Avaliação**. https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/11/banco-mundial-apresenta-resultados-de-pesquisa-sobre-201cetica-e-corrupcao-no-servico-publico-federal-2013-a--perspectiva-dos-servidores201d, acesso em 16.11.2021.

[23] HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976, página 139 e seguintes.

[24] SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Editora Edipro Edições profissionais, 2018.

[25] https://newlaw.com.br/sociedade-5-0/ [acesso em 20 de outubro de 2020]

[26] BAUMAN, Zygmundt**. Retrotopia.** São Paulo: Zahar Editora, 2001.

[27] HAN, Byung-Chul, **A Agonia de Eros**. Rio de Janeiro:Vozes, 2017, passim

[28] LIPOVETSKY, Gilles**. Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcarolla Ltda., 2005.

[29] BAUMAN, Zygmundt**. Modernidade Líquida.** São Paulo: Zahar Editora, 2001.

esse que conjugado à ataques a transparência (princípio/ regra constitucional obrigatório para qualquer atividade estatal, *caput* do artigo 37 da CF/88), ocorrido em situação de emergência, que inviabilizam o próprio acesso às informações à sociedade civil como um todo e ainda (mesmo) considerado situação de normalidade a acessibilidade das informações per si – acessibilidade tecnológica, conspiram a favor de grupos corruptores, bem como a própria ausência de maior de integração de áreas de conhecimento em um conjunto robusto e multidisciplinar sobre a temática visando igualmente o engajamento social e exercício de cidadania ativa.

O Decreto 4.410/02 traz como principais pontos para o enfrentamento à corrupção a transparência e participação ativa cidadã, com múltiplas menções a ética. A ética, por sua vez, consiste no estudo do conjunto moral individual/moral; sob perspectiva constitucional podemos trabalhar sob a ótica (corte) da ética constitucional imposta e positivada, a partir da análise dos princípios constitucionais (isso seguindo trilha metodológica positivista, existem outras possibilidades não abordadas no presente).

Leciona Willis Santiago Guerra Filho[30]: os princípios decorrem das valorações conceptuais introduzidas ao Direito e relativizadas como princípios; em outros termos, traduzem expectativas valorativas ao ordenamento, e por via de consequência integram ética e direito, sobre a questão mencione-se igualmente Canotilho[31], Alexy[32] e Dworkin[33].

Dessa forma os nortes e tutela imperativa constitucionalmente determinados e insertos nos artigos 1º a 4º da Constituição Federal de 1988 determinam um primeiro conjunto, destacando-se a dignidade humana e cidadania, intimamente relacionadas entre si, à ética e combate à corrupção; dos sistemas de Direitos humanos; Direitos fundamentais; Direito administrativo e penal decorrem outros, sistemas esses imbricados ao combate da corrupção e muitas vezes colidentes, com os paradoxos do imbricamento, mas em decorrência da natureza do conceito de corrupção como ato complexo inserido no sistema de Direitos humanos, necessário.

A cidadania para ser exercidas nos termos aventados (o combate à corrupção) traz à tona questões tanto protetivas (destacando-se o sigilo, proteção e segurança aos denunciantes, a exemplo da Lei de Proteção às vítimas e testemunhas[34]); acessibilidade tanto atinentes as questões diretas de transparência[35] das informações como ao próprio acesso tecnológico e concreto aos meios de denúncia; ao acesso à educação (em sentido mais amplo que a formação e capacitação de servidores públicos); a formação humana dirigida ao pleno desenvolvimento e seu exercício que concretiza também e permite o exercício ativo da cidadania em educação ética e exercício concreto da cidadania.

Edgar Morin ao traçar e analisar o conceito de pessoa adensa a complexidade das questões tratadas ao expor a multidimensionalidade humana: um conjunto biológico, cultural e racional-emocional; somos parte de nossa cultura concreta vivenciada, pessoas biológicas e um misto racional-emocional inafastável; medo; insegurança; dor; perda e cobiça são sentimentos que nos integram nos compõe influindo (ou sendo afastados) na direção diária dos comportamentos e atitudes, nesse aspecto a pesquisa realizada pelo Banco Mundial identifica claramente e mensura

---

30 GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Processo Constitucional e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Editora Celso Bastos, 2003.

31 CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Portugal: Almedina, 2018.

32 ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**, 2. ed. Tradução: Virgilio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2017.

33 DWORKIN, Ronald**. Levando os direitos a sério**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2020.

34 Brasil. Senado Federal. **LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9807.htm, acesso em 11.11.2021.

35 A exemplo dos Portais de Transparência: **Portal da Transparência do Governo Federal**. http://www.portaltransparencia.gov.br/, acesso em 11.11.2021.

o medo; o medo presente para que uma denuncia seja efetivada, mesmo diante do Estatuto do Servidor Público[36] que a impõe.

Como pessoas frágeis, falíveis precisamos de proteção, de segurança, estabilidade; como cidadãos convocados ao exercício ativo necessitamos de proteção contra grupos criminosos que capturam estruturas essenciais a concretização igualitária da dignidade humana; a captação corruptiva de recursos escassos do Estado representa o sufocamento da dignidade; ao exercício da mesma cidadania, ferramenta de seu combate.

A discussão dessa forma, perpassa aspectos protetivos e formativos nas estruturas existentes e já estabelecidas, há que se levar em conta tanto questionamentos dos valores, da ética social, como aspectos inatos pessoais (como o medo), a partir dos vetores principiológicos de nosso ordenamento, inserido em um sistema internacional, o corte aplicado é o do sistema protetivo internacional regional, urge a implementação concreta de sistema ou seu aprimoramento que priorize a neutralização da violência; coerção; pressão e demais formas de aliciamento dos grupos corruptíveis e sustente a possibilidade do exercício da cidadania ativa ética tanto para servidores públicos como para membros da sociedade civil, com o fortalecimento de rede anticorrupção dentro das estruturas estatais e da sociedade civil; com capacitações tanto para servidores como para membros da sociedade civil e com integração, posta a multidisciplinariedade das questões envoltas.

3. CONCLUSÕES

As conclusões após elaboração do presente estudo apontam tanto nortes atinentes ao combate à corrupção, veiculados nos dispositivos Decreto 4.410/02 e a Resolução 1/18 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos como a adoção necessária e concreta da transparência (caput, art. 37 da CF/88); à ética, aqui em corte considerada os princípios constitucionais postos (rol exemplificativo artigos 1º a 4º da CF/88, destacando-se igualmente os conjuntos normativos *latu sensu* deontológicos dos sistemas de Direito penal, administrativo, fundamentais e humanos) e a cidadania ativa.

Observamos que o Brasil segundo índice de Percepção de Corrupção apresenta gradual declínio no tocante à temática desde 2012, enfrentamos retrocessos, retrocessos e agravamentos esses que se acentuaram durante o período da pandemia COVID 19, especialmente para grupos sociais vulneráveis como mulheres; crianças; indígenas e afro descentes. Os resultados são corroborados pelos resultados de relatório do índice da capacidade de combate à corrupção da Americas Society/ Council of the Americas (AS/COA) e pela consultoria britânica Control Risks, bem como pelos resultados de pesquisa do Banco Mundial.

A revolução tecnológica vivenciada traz paradoxos sociais próprios que traduzem possibilidades e obstáculos; estamos insertos em momento histórico que fortalece o imediatismo, utilitarismo, individualismo e retrotopia ao mesmo tempo que nosso projeto constitucional positivado deontologicamente nos conduz à igualdade; fraternidade ao exercício da cidadania em prol do bem comum.

Como pessoas, somos um misto biológico-cultural-emocional/racional; emoções como medo; insegurança; necessidade de proteção; necessidade de amparo; cobiça; influem diretamente e diuturnamente nosso processo de tomada de decisões; a ausência concreta de proteção às vítimas e denunciantes de tipos de modalidades de corrupção (atividade complexa, formada por ação/ omissões de diversas naturezas); a ausência de estrutura protetiva complexa que assegure o sigilo e proteção (apesar da existência da mencionada Lei de Proteção à testemunha **(**Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.), avanço esse reconhecido não contempla a totalidade de ações necessária para a efetiva e concreta proteção necessária a garantir segurança no exercício da cidadania ativa

[36] BRASIL. Senado federal. **LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990**. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm, acesso em 16.11.2021.

desejado e capaz de concretizar o combate à corrupção, ações essas que devem ser levadas a cabo através de projetos multidisciplinares que contemplem as dimensões expostas.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**, 2. ed. Tradução: Virgilio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2017.

AS/COA Americas Society/Council of the Americas. Índice de Capacidade de Combate à Corrupção (CCC) de 2021**. Relatório**. https://americasquarterly.org/wp-content/uploads/2021/06/CCC_Relatório_Português_2021.pdf, acesso em 16.11.2021.

BAUMAN, Zygmundt**. Retrotopia.** Tradução: Renato Aguiar. São Paulo: Zahar Editora, 2017.

BAUMAN, Zygmundt**. Modernidade Líquida.** Tradução: Plinio Dentzien. São Paulo: Zahar Editora, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 ago. 2021.

BRASIL. **DECRETO Nº 4.410, DE 7 DE OUTUBRO DE 2002.** http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/decreto/2002/D4410.htm, acesso em 07.11.2021.

BRASIL. Senado Federal. **LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9807.htm, acesso em 11.11.2021.

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Pesquisa jurisprudencial. **Corrupção e violência**. https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsphttps://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp, acesso 16.11.2021.

BRASIL. **Portal da Transparência do Governo Federal**. http://www.portaltransparencia.gov.br/, acesso em 11.11.2021.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Avaliação**. https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/11/banco-mundial-apresenta-resultados-de-pesquisa-sobre-201cetica-e-corrupcao-no-servico-publico-federal-2013-a-perspectiva-dos-servidores201d, acesso em 16.11.2021.

BRASIL. Senado federal. **LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990**. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm, acesso em 16.11.2021.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Portugal: Almedina, 2018.

CANOTILHO, J. J. G. et al. Apresentação. In: CANOTILHO, J. J. G. e (org.). SARLET, I. W.; Streck, L. L.; MENDES, G. F. (coord.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva Educação, 2013.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **RESOLUCION 1/18 CORRUPCION Y DERECHOS HUMANOS**, http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-18-es.pdf, acesso em 07.11.2021

DWORKIN, Ronald**. Levando os direitos a sério**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2020.

GUERRA FILHO, Willis Santiago**. Ensaios de Teoria Constitucional**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2018.

HAN, Byn-Chul. **Sociedade da Transparência**. Tradução Enio Paulo Giachini. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HAN, Byn-Chul. **Agonia de eros**. Tradução Enio Paulo Giachini. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

LIPOVETSKY, Gilles**. Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcarolla Ltda., 2005.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 5. ed. Mens Martins: Europa-América, 1991.

SARLET, Ingo Wolfagang. **A eficácia dos direitos fundamentais – Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional, 11 edição, revista e atualizada.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

SARLET, Ingo Wolfagang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988, 10 edição, revista, atualizada e ampliada, terceira tiragem**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Editora Edipro Edições profissionais, 2018.

Transparência Internacional. **Índice de Percepção da Corrupção**. https://transparenciainternacional.org.br/ipc/#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Percep%C3%A7%C3%A3o%20da%20Corrup%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20o,%28quando%20o%20pa%C3%ADs%20%C3%A9%20percebido%20como%20muito%20%C3%ADntegro%29., acesso em 08.11.2021.

Transparência Internacional. Índice de Percepção da Corrupção**. Brazil**. https://www.transparency.org/en/cpi/2020/index/bra, acesso em 08.11.2021.

Transparência Internacional. Índice de Percepção da Corrupção. **Regional Overview**. https://www.transparency.org/en/news/cpi-2020-americas, acesso em 08.11.2021.

Transparência Internacional. Índice de Percepção da Corrupção. **Regional Overview**. https://www.transparency.org/en/news/cpi-2020-americas, acesso em 09.11.2021.

SEÇÃO

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, GENOCÍDIOS ÉTNICOS E HOLOCAUSTO AFRICANO

A BRANQUITUDE E O FAZER DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: REFLEXÕES E APRENDIZAGENS SOBRE O ENCONTRO ENTRE DUAS SUJEITAS DE PESQUISA

Paula Gontijo Martins[1]

Alexandre de Pádua Carrieri[2]

1. INTRODUÇÃO

Este artigo decorre das aprendizagens inerentes à elaboração da tese intitulada: *Por uma administração menor: cartografando vida de mulheres que dançam no bailinho da tia Naná e inventam outras velhices*[3], defendida em junho de 2021. E aqui objetivamos compartilhar e desenvolver teoricamente sobre uma aprendizagem específica: o lugar de mulher branca na pesquisa em ciências sociais aplicadas e sobre as violências usualmente incorridas, caso este lugar não seja pensado criticamente.

Interessada em expandir as possibilidades de invenção, criação, compreensão das possibilidades de nos organizarmos em sociedade, possibilidades até então não autorizadas, como ressaltam Barros e Carrieri (2015), na tese buscamos território não usual para pesquisas em administração – salão de dança para a terceira idade - para buscar pistas, dicas, fissuras, de outras formas de estar e conviver, e que, dessa forma, pudessem ajudar os estudos em administração a tensionar, expandir e reelaborar o que temos como ideais, modelo ou projeções do que seja organização.

A partir do encontro com mulheres que dançam no bailinho da tia Naná[4], forçamos pensamento, buscamos sair da zona de conforto (BETHONICO; ROMAGNOLI, 2016, p. 79). Começamos a frequentar o bailinho, a conversar com as pessoas dali e, pouco a pouco, começamos a ver o que não víamos, ouvir o que não ouvíamos; tecer histórias, cartas e mapas sobre outras formas de ser, estar e habitar com as quais antes não estávamos habituados.

Amparados pelo conceito de *literatura menor* desenvolvido por Deleuze e Guattari (1977), conceito de *gestão ordinária* elaborado por Carrieri (2012, 2014) e pelo conceito de *cuidado menor* defendido por Oliveira (2020), na tese procuramos elencar pistas, dicas, pontos de atenção para a construção de uma administração inventiva, faceira, aberta e atenta às forças que extrapolam as dimensões do planejar, organizar e avaliar, pilares da escola de administração. *Administração menor* que, como as mulheres que dançam, dribla os papéis previamente estabelecidos, dribla as engrenagens para o funcionamento da ordem social a qual pertencemos.

---

[1] Doutora em Estudos Organizacionais e Sociedade pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração/UFMG. Mestre em Filosofia do Direito pela PUC Minas. E-mail: pgontijomartins@gmail.com.

[2] Professor Titular/UFMG. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais/Face/Cad/Cepead. Coordenador do NEOS - Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade. E-mail: aguiar.paduacarrieri@terra.com.br.

[3] Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Administração. Área de concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade.

[4] Baile de cunho beneficente destinado à terceira idade, criado por tia Naná, Maria Godoy Marcondes, em 1989, localizado no centro da cidade de Belo Horizonte, onde senhoras e senhoras dançam das quatro às oito da noite, de terças à sextas feiras. É importante ressaltar que o bailinho da tia Naná se encontra fechado desde março de 2020 devido à pandemia COVID19.

Para Deleuze (1998, 2019), toda forma, qualquer que seja, um corpo, um espaço, um território, é um composto de forças, um composto de relações de forças. As formas estão no plano do visível; já as forças, no plano do invisível. E são estas forças, extrínsecas aos corpos, que estão *entre* os corpos, que *afectam* suas formas, não como afeto, sentimento, emoção, e sim como intensidades e movimentos que modificam/alteram a potência de vida; forças que *afectam*[5] o que um corpo é capaz, fazendo referência direta à filosofia espinozista.

Associado à compreensão da vida como um complexo de forças, temos o conceito rizoma, apresentado por Deleuze e Guattari (2011), no primeiro volume do livro *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Segundo eles, o rizoma é um sistema sem núcleo gerador; sem princípio ou fim. Onde o que existe é movimento e intensidades. O que há são forças que atuam concomitantes de forma complexa. E assim, não há como dividir o que se vê, o que se sente, em categorias dicotômicas, excludentes, como: sujeito ou objeto, conteúdo ou forma, abstrato ou concreto, passado ou futuro, homem ou mulher, verdadeiro ou falso. Interage-se com fluxos de forças imanentes no infinito presente do agora, formados e deformados por complexas relações de diferentes intensidades.

Dessa forma, para Deleuze e Guattari, "tudo é política". As forças que nos compões e nos formam, as forças sociais e econômicas que também nos condicionam, a organização do bailinho e sua estrutura formal, as ações e desejos de vida que percorrem os corpos que dançam. Não há como dissociar macro e micro política. "[…] A macro e a micropolítica estão entrelaçadas e uma perpassa a outra, são inseparáveis pois coexistem" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 82). "A linha de segmentos [macropolítica/modelos e padrões de conduta] mergulha e se prolonga num fluxo de quanta (micropolítico) que não para de remanejar seus segmentos, agitá-los" (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 89). O macro determina, condiciona e vibra no micro, e vice e versa.

Segundo este pressuposto teórico-metodológico, assumimos como campo problemático a experimentação do pensamento como potência na elaboração de mapas cartográficos que visam explicitar o entrelaçamento de forças políticas produzidas e produtoras de mulheres que dançam no bailinho da tia Naná[6]. Objetivamos não apenas explicitar as segmentaridades duras (máquinas abstratas de sobrecodificação), mas, também, e aí se faz a diferença, buscar o tecido molecular em que mergulham os agenciamentos, forças ativas e reativas das quais nos fala Rolnik (2019). Atenção ao indiscernível, ou aquilo que não pode ser centralizado. Atenção "às pequenas imitações, aposições, invenções, matéria sub-representativa" (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 90); ao que vaza, ao que foge, ao que escapa às organizações binárias, ao que escapa à colonização de nossas forças vitais de criação e transcriação.[7]

---

[5] *Afectar.* A partir de então, sempre que utilizarmos esse conceito no texto, nós o destacaremos em itálico para ressaltar sua diferença com o significado da palavra afetar, relacionado a sentimento.

[6] Os primeiros bailes organizados por tia Naná aconteceram em 1989, no edifício JK, centro da cidade de Belo Horizonte. Depois desse local, ocupou diferentes salões no centro da cidade, como na Avenida Afonso Pena, na Rua Espírito Santos e na Rua Rio de Janeiro, onde em 2021 completa sete anos de instalação. Sobre a forma de funcionamento, o bailinho acontece das 16h às 20h todas as semanas, de terça a sexta feira, onde, em média dançam cerca de duzentas pessoas. Toca-se ritmos musicais próprios para a dança em par como soltinho, forró, samba de gafieira, tango, bolero e salsa. Às 18h fazem um pequeno intervalo no qual jogam uma partida de bingo e logo voltam a dançar. As rodadas de bingo foram criadas pelos próprios participantes para financiarem o café, o açúcar e os biscoitos Maria que são servidos religiosamente todas as tardes.

[7] Sobre os efeitos micropolíticos, Suely Rolnik, em seu último livro, *Esferas da Insurreição* (2019), explica que a micropolítica pode ser compreendida como forças ativas e reativas atreladas à vida. As forças ativas seriam as que geram potencialidade de vida, no sentido espinosista, ou seja, potência que se expande dado determinado encontro ou relação, diferentemente do entendimento de potência como princípio ou origem. E as forças reativas, as que, ao contrário, diminuem a potencialidade do viver, "pressionam na direção da conservação das formas em que a vida se encontra materializada" (ROLNIK, 2019, p. 56), diminuem as forças de criação e transcriação (cooperação, criação conjunta) que são inerentes a qualquer processo vital. A microcropolítica ativa estaria conduzida por bússola ética: bússola que orienta as ações do desejo no sentido de uma criação de uma diferença, resposta capaz de gerar novo equilíbrio para a energia vital, ou seja, gerar o que para Deleuze configura-se um acontecimento. E a micropolítica reativa, por sua vez, é conduzida por bússola moral que insiste em se manter em pontos já conhecidos, que expropria força de criação, e ampara-se no medo do desfalecimento, no mal-estar convertido em angústia.

Em outras palavras, o trabalho buscou sustentar a imanência das linhas traçadas no campo, a coexistência de funcionamentos diferentes da realidade: um funcionamento molar, hierárquico e estratificado e um funcionamento conectivo que se liga ao intensivo, à potência da vida, em combate à naturalização e simplificação do ser idoso, da sexualidade, dos papéis de gênero, do horror à velhice, da exclusão social. Buscamos rastrear onde a vida circula. Na dança, na solidariedade, no cuidado, no corpo, ao que circula *entre*, o que afetou o corpo da pesquisadora e os outros corpos ali. As transgressões de um modelo de subjetivação colonizado por forças reativas, forças que conservam as formas às quais estão estruturadas, forças que as individualizam em processos de culpa, isolamento, raiva e introspecção, e passam ou se conectam, também, com forças que criam, reinventam, conectam com outros corpos, integram-se, reinventando os modos de existir de mulheres e de velhas instituídos.

No último e décimo mapa rastreado na tese - o qual trazemos para debate no presente artigo - ressaltamos as aprendizagens resultantes do encontro com Maria Francisca[8]. Mulher negra e pobre, com quem aprendemos que a heteronormatividade (tão presente na divisão sexual do trabalho e na definição da economia do cuidado) e a branquitude (que determina a ocupação dos cargos e funções nas instituições) precisam ser questionadas como norma compulsória, até mesmo no fazer da pesquisa. Norma, segundo Butler (2007), que produz, delimita e condiciona o existir. Norma que institui, padroniza e segmenta classificações. Norma colonial estruturante que invisibiliza, silencia, oprime, apaga, exclui vidas que não cabem em seus padrões. Norma que silencia, exclui e simplifica, branqueia a complexidade inerente à vida - como defendem Deleuze e Guattari.

No que se refere a organização deste artigo, para além desta introdução (1), organizamos os assuntos da seguinte forma: (2) apresentação do caso/encontro gerador dos incômodos que nos forçaram a pensar sobre a branquitude, por meio (2.1) da partilha da escrita do diário de campo do dia três de junho de 2020, e também (2.2) da descrição do encontro com Maria Francisca. (3) Discussão sobre a branquitude e o racismo identificados no fazer da pesquisa. (4) Conclusões e proposições resultantes do processo apresentado.

Ressaltamos que na próxima sessão (2), apresentamos os textos assim como na tese, buscando explicitar as linhas de forças e os rizomas que permearam o campo e o encontro com as entrevistadas, coerente com os marcos teóricos-metodológicos do trabalho. Apesar do formato a seguir não ser usual na academia, foi a partir da explicitação destas linhas de forças e *afecções*, incômodos, provocações, que a discussão teórica explicitada posteriormente se fez possível.

2. APRESENTAÇÃO DO CASO

2.1. Diário de campo do dia 03.06.2020

2h23 am. 38 semanas de gravidez. Eu acordo. Resolvo transformar insônia em escrita. Mudo a ordem das coisas. É sobre isso que quero escrever. Desconforto do que não era até então; e agora, desloca. Faz mover. Pede resposta. Pede pensamento. Como o parto que, desconectado da ideia de origem, pede abertura para transformação e encontro.

Assim foi a conversa com o grupo de mulheres na segunda. Um parto. Do capítulo que apaguei antes da conversa, nasceu potência. Exposição e mutação de onde doeu na pesquisa – das coisas não escritas, das violências cometidas.

Não foi a primeira vez que ouvi sobre roubo de crianças. Mas foi a primeira vez que fui intimada a depor. Francisca me deslocou do lugar de pesquisadora e me convidou a encarnar política. Como resposta, duvido.

Verdade ao não, existe dor e não só dela – mulheres negras, mulheres pobres.

Acusada por depressão pós-parto, levam sua filha. Ela sabe. Ela lembra. A menina é criada perto. Muito perto. Mas só ela sabe. Só ela lembra. Francisca compra um palhaço de brinquedo para a neta que nasceu.

[8] Nome fictício criado para não identificação da entrevistada.

Aqueles palhacinhos que se escondem dentro de um cone. Ela não tem coragem de entregar. Só ela sabe. Só ela lembra. Ela me mostra o palhaço e o guarda.

Além de Francisca, Luzia. Negra, morando na rua, tem gêmeos de parto normal em hospital público da cidade de São Paulo. Na saída, senhora rica tenta levar uma das meninas. Luzia briga, sai fugida, sozinha, com as duas no braço.

Francisca encontra amores no salão. Leva rosas amarelas para os cantores, escreve cartas de amor. Se apaixona pelo entregador de compras do seu bairro. Organiza casamento para diminuir a pena do namorado com quem nunca conversou.

Luzia se transforma em bailarina de gafieira. Viaja dançando em apresentações de campanhas eleitorais. Monta empresa de filmagem de eventos. Devires. Criação de novos corpos. Deixam aqueles que não podem mais ser.

As histórias atravessam meu corpo. Levo nove meses para encontrar a forma de começar. Meu lugar de mulher branca determina distâncias. Fala do que não ouvi, do que não escrevi, sobre a branquitude que me 'priva' dos assaltos diários, do esforço contínuo de resistência.

É disso que se trata das aprendizagens. Aprender a ser outro. Aprender a transformar o desconforto em outra coisa. Aprender a fazer denúncia política enquanto escreve. Contribuir com a vida que pede passagem. Enegrecer meu feminismo.

Sinto as contrações da tese na madrugada. O silêncio da noite ajuda a me concentrar nos microssentidos - com o que é autêntico. Como esse corpo vetor pode contribuir para o comum, é a pergunta.

2.2. O encontro com Maria Francisca

Maria Francisca. Ela me encontra no salão e diz que quer falar, pois tem muitas histórias para contar. Relata que seu sonho é escrever um livro. Marca dia e hora para que eu vá até sua casa. Lá, ela guarda cartas e diários para mostrar.

Três ônibus. Viajo quase duas horas para chegar à casa dela. Expando os limites da cidade que até então conhecia. Francisca me espera na praça em frente à sua casa. Praça que varre, planta, limpa, cuida. Onde recebe suas visitas. Conversamos um pouco ali e logo faz questão de me apresentar sua casa (extensão da praça) e todos seus planos de reforma. Ela foi morar ali devido a um grande amor que conheceu dançando. Ela morava do outro lado da cidade, nem conhecia aquele bairro. Foi sozinha para ficar mais perto dele. O relacionamento terminou, e ela ficou.

Francisca dança desde os 17 anos. Hoje tem 72. A dança perpassa toda sua vida. Sempre dançou. Seu pai era músico e dançarino. Aprendeu com ele. Hoje, com diabetes, dança todos os dias, por gosto e recomendação médica. Entrelaçado à dança, Francisca conta sobre vários relacionamentos que teve. Ela deixa claro que esta é uma dimensão importante para ela na dança. Possui diários e diários sobre seus romances. Escreve quase todos os dias. Faz questão de me mostrar. Sonha em escrever um livro.

Francisca conta sobre alguns casos amorosos relacionados aos bailes que já frequentou. Se entusiasma. Até que parou, ficou uns segundos em silêncio e disse que tinha que me contar uma história difícil. Relata que já tinha vivido muita coisa, mas essa era a mais difícil. Ela me perguntou se podia me contar, e eu disse que sim.

Sobre o que adiantei no diário, ela conta que teve um caso pontual com um homem que trabalhava no mesmo lugar que ela. Saíram para dançar, tiveram relação sexual naquela noite, e engravidou. Ela vivia sozinha com dois filhos e escondeu a gravidez de todas as formas. Diz que era muito magra e que usava roupas largas para esconder a barriga. Ninguém percebeu. Quando começou a sentir as dores do parto, deixou os filhos com a mãe e foi para o hospital. Disse que passou muito mal. Mas que uma das enfermeiras era sua prima e que a ajudou. Disse que o parto foi complicado, ficou internada e teve que tomar medicamentos fortes, que a tiraram do mundo. Quando acordou, não encontrou sua filha. Sabia que era menina. Sua prima lhe disse que, depois do parto, ela havia rejeitado o bebê e que eles encaminharam para adoção. Um casal da própria

família delas iria cuidar da criança. Eles tinham dinheiro e o bebê ficaria bem. Francisca não precisaria se preocupar.

Francisca justifica para mim que, se rejeitou a menina, foi por "essa depressão" que acontece depois do parto. Afirma que ela não se lembrava disso, mas, se foi assim, ela não estava em si. E assim foi. Disse que viu a menina crescer perto dela. Foi criada por um casal de primos que frequentava a casa de sua mãe. Mas que apenas ela, a prima e a outra mãe de sua filha sabiam do acontecido. Mais ninguém. Ela acompanhou de longe o crescimento da moça, a qual teve tudo do bom e do melhor. Agora, recentemente, a moça teve um bebê. Seu netinho.

Ela comprou um presente para ele. Tira do armário um embrulho e me mostra. Um palhacinho, desses que se escondem no cone de papel. Ela não teve coragem de entregar.

Eu pergunto por que ela não fala com a menina, com a família, não sei. Por que não pede ajuda? Ela responde que já passou muito tempo, mais de vinte anos, e que a mãe adotiva já morreu. Hoje, apenas sua prima sabe, mas que está muito doente. Ela suspeita que o pai não sabe de nada. Ela não saberia como provar. E que ela contou essa história para seus filhos. Apenas o mais velho acreditou nela. As duas mais novas não acreditam. Assim que ela segue calada, mas que dói. E que a moça é muito linda. Ela é branca e lembra o pai.

Depois que Francisca me conta essa história, fico sem lugar. Olho em volta. Duvido. Questiono se aquilo seria possível. Fico sem saber o que dizer, o que pensar. Já era tarde, quase hora do almoço. Percebo que preciso ir.

Eu subo no ônibus, confusa e aérea. Viajo outras duas horas até o centro da cidade, onde chego morta de fome. Passo em frente ao salão do bailinho, subo as escadas. Ali se serve almoço até as 14h30, restaurante Cheiro Verde. Almoço e faço questão de me sentar no local onde tia Naná costumava ficar para avistar o salão como um todo. Fico me lembrando da conversa com Francisca, mas não consigo escrever. Extremamente incomodada, não sei o que escrever. Questiono e duvido se tudo aquilo que ela me contou era verdade.

Passado um mês, outro relato sobre roubo de criança depois do parto. Mais uma vez, mulher negra e pobre. Depois, muito depois, em encontro com o grupo Escritas Feministas, compartilho minha inquietação. Minha dificuldade com a escrita dos casos específicos. E, conversando, fica evidente o meu distanciamento, o meu silenciamento branco às denúncias de violências cometidas contra mulheres negras. Era preciso escrever.

3. A BRANQUITUDE NA PESQUISA

Segundo Maria Aparecida Bento (2002a), a branquitude compreende um sistema de valores em que o branco não se identifica com as dores das pessoas negras e coadunam-se entre si no que intitula de *Pacto Narcísico*. Pacto em que o branco silencia, oprime ou distorce situações racistas vivenciadas como se não fosse um problema também seu. E dessa forma, beneficia-se da situação, perpetuando formas de convivência que lhe garantem privilégios materiais e simbólicos, permanecendo confortáveis em suas formas de pensar e fazer o cotidiano.

Identificamos essa branquitude na relação com Francisca. A dúvida, o questionamento, a sensação de não saber o que fazer, a não escrita sobre seu caso, a distância entre as vidas, geográfica e simbolicamente. Três ônibus. Viaja-se quase duas horas para chegar à casa da entrevistada. No entanto, é a branquitude que coloca entre a pesquisadora e Francisca tamanho intervalo que garante o conforto de uma delas continuar a vida tranquilamente, depois de ouvir tal história. A outra não. Branquitude que cria justificativas para suposta impotência ou aceitação, pois as soluções para os casos de racismos ou estão para além das forças das pessoas envolvidas, ou constituem questões muito antigas, de difícil resolução.

Bento (2002a, 2002b) atenta que o racismo é um problema de *relação* atual e cotidiana entre negros e brancos e não apenas de negros, como usualmente se pensa no Brasil. Fetichizam-se e naturalizam-se relações racistas com a justificativa de que são fatalidades da exploração e expro-

priação de vidas negras no passado, que demandarão tempo para serem solucionadas; isentando a concreção de responsabilidades no presente. A autora reitera que é preciso escrever, identificar, marcar, denunciar, explicitar as situações de racismos vivenciadas. O racismo é um problema de branco, e não apenas de negros, um problema atual, e não do passado (BENTO, 2002a, 2002b).

Problema tão atual que, em simples busca no *Google* sobre "adoção ilegal", aparece reportagem recente do Jornal Metrópole (jornal digital pertencente ao Distrito Federal/Brasília), do dia seis de dezembro de dois mil e vinte, sobre adoção ilegal no país. Em pesquisa realizada para a reportagem, ressaltam que a maioria das adoções ilegais ou forçadas se dão dentro dos próprios hospitais, com ajuda dos profissionais de saúde, com mães negras, mães pobres e empregadas domésticas[9]. E que, devido a sua recorrência, casos como os de Francisca e de Luzia são conhecidos como *adoção à brasileira* nos inquéritos judiciais, derivados do *jeitinho brasileiro.*

E sobre este aspecto, o pensamento de Lélia Gonzales é de fundamental importância, ao destacar as especificidades do racismo no Brasil. Para ela, o "racismo latino americano é bastante sofisticado para manter índios e negros na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz; a ideologia do branqueamento" (GONZALES, 2019b, p. 345). O racismo no Brasil estabelecido garante o padrão europeu como superior, correto, verdadeiro, universal. Racismo normativo interiorizado que desqualifica o não branco, mesmo pelas pessoas de cor.

Lélia Gonzales (2019a, 2019b) denuncia que está no micropolítico, nos desejos, ações e pensamentos, a internalização de um ideal de branqueamento que nega a própria cultura. Ideal que reduz significativamente a complexidade da experiência cultural nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos. Experiência cultural de uma *Améfrica Ladina*, diversa, múltipla, inspirados em modelos indígenas e africanos.

O branqueamento faz parte de um reducionismo normatizador que mantém estruturas de dominação e opressão, perpetuando lugares de decisões, ciclos econômicos, relações de trabalho, acessos à educação e à saúde, relações afetivas, ciclos de amizade. Modos de conviver e de compartilhar os resultados dos esforços coletivos. O branqueamento apaga o desenvolvimento de formas alternativas de organização livre, como os quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronagens e *maroon societies* (GONZALES, 2019b). Organizações baseadas na cooperação e na solidariedade, na multiplicidade e na diversidade. Outros referentes.

Ademais, para Lélia Gonzales (2019b), o racismo no Brasil passa por um processo de denegação, referindo-se ao conceito freudiano. Segundo ela, nega-se, com violência, aquilo que mais se deseja. E no caso da mulher negra, perpetua-se amor e ódio pelas figuras que (ainda) representam: a mulata, a mucama, a mãe de leite. Lugares de desejo, dependência, carinho e servidão. Lélia explica que, devido às imagens que estas mulheres ainda carregam (herdam), sobre elas pesam ocupações sociais vinculadas aos trabalhos físicos mais duros, imersas em ciclos de dependência e pobreza que dificilmente as possibilitam escape. Ciclos de perpetuação da pobreza que passam pela negação de moradia, educação e saúde de qualidade, assim como trabalhos pouco ou nada remunerados, que possuem explicações em um tipo de racismo bastante particular. Um racismo que deteriora as raízes culturais dos indivíduos, mina a autoestima, educa para que aceitem lugares subalternos, cria sistemas de seleção racistas, disfarçados por "boa aparência", "nível escolar", ou "mérito".

No encontro com Maria Francisca tanto o *pacto narcísico* quanto a ideologia de branqueamento são vivenciados nos corpos. As forças que compõem as relações racistas de saber, poder e ser geram incômodos nos corpos da pesquisadora e da entrevistada. Detentores do privilégio histórico em ocupar o lugar acadêmico de quem entrevista, duvidamos das histórias, elegemos o que contar, não escutamos, esquecemos o que para alguns não faz sentido. Dessa forma, perpetuamos alguns

[9] Reportagem disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/maes-e-filhos-separados-pela-adocao-ilegal-se-unem-em-buscas-de-familias. Acesso no dia 26/01/2021.

tipos de histórias, simplificamos, apagando vivências e violências que necessitam serem encaradas, responsabilizadas e sanadas.

A ideologia do branqueamento mantêm Maria Francisca no lugar ao qual foi designada. Mulher negra e pobre propensa a ter sua filha roubada no hospital, ser desacreditada por sua família e agora pela pessoa que a entrevista. É preciso olhar criticamente para os papéis que representamos. Olhar criticamente para as relações que perpetuamos como norma, como normal, por vezes tão interiorizados que desapercebidos. No que tange as pesquisas acadêmicas, é preciso olhar criticamente para o que conta uma pesquisa, como o faz, perceber distanciamentos, silêncios, lacunas, o que não é dito. *Aprender a fazer denúncia política enquanto escreve.*

4. NOMEANDO A NORMA: CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES RESULTANTES DOS ENCONTROS EM PESQUISA

Angela Davis afirmou em seu discurso proferido em 1979, em Okland, nos Estados Unidos, que, em uma sociedade racista, não basta não sermos racista, devemos ser antirracistas. Juliana Gonçalves (2018), nos traz uma explicação valiosa, amparada nos percursos construídos por Angela Davis, que nos ajuda a compreender de modo tangível o que constitui esse posicionamento antirracista:

Colocar-se ao lado da luta antirracista é entender que isso é uma questão realmente estruturante, principalmente num país de forte passado colonial e recente passado escravocrata, e que isso não é uma questão de segunda ou terceira necessidade. Para pessoas negras, **o corpo é a primeira fronteira, e o racismo se coloca como algo imperativo nas nossas vidas, que vai nos influenciar do nascer ao morrer**. Ter aliados brancos, pessoas brancas conscientes disso, de seus privilégios, é essencial, porque, como eu disse, há espaços que são tão embranquecidos e tão segregados que os negros nem chegam para ter voz. Nesse sentido, é **importante ter a voz branca tensionando também**. Quando a gente fala, a gente está falando com a nossa adversidade. A voz branca tensionando, na educação, na saúde, no trabalho, ajuda a fortalecer a luta antirracista [...]. Entender que o Brasil é um país extremamente desigual, que a **riqueza ainda está nas mãos de um grupo muito pequeno e completamente embranquecido,** também é importante para ser antirracista. Ser antirracista é prática diária. Não é só dizer não a esse racismo etéreo, é falar não para o **racismo que traz a mortalidade para muitos corpos** (GONÇALVES, 2018, s/p – grifos nossos).

Lia Schucman (2012) ressalta que é condição indispensável identificar o lugar social e subjetivo de onde se age, fala, observa e escreve, para não coadunar com o *pacto narcísico*. Continuaremos perpetuando violências, caso não haja autoavaliação crítica que localize e nos faça responsáveis pelos privilégios dos lugares que ocupamos.

No caso, aprendemos que, como mulher branca, heterossexual, de classe média, não cabe apenas tristeza, culpa ou paralisação, como salienta Djamila Ribeiro (2018). Como atitude feminista, antiracista e anticolonial, cabe responsabilização pela desconstrução cotidiana de relações de opressão naturalizadas como *norma*. Mascaradas, desapercebidas, invisibilizadas pelos modelos universais de humanidade sob os quais fomos forjados. É preciso tensionar contradições, para delas desvelar violências. A branquitude precisa ser questionadas como norma compulsória. Norma colonial que invisibiliza, silencia, oprime, apaga, exclui vidas que não cabem nestes padrões. Branqueia a complexidade.

Judith Butler (2003, 2007, 2018) defende que não há identidade fechada. Dizer o que uma pessoa é, varia consideravelmente segundo o contexto histórico e as interseções raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais discursivamente constituídas. Butler (2007, p. 281) concebe as identidades como práticas, práticas que significam, o que resulta conceber os "sujeitos como resultado de um discurso delimitado por *normas"*. Discursos inscritos nos atos que dão significado ao mundo e que são generalizados nos usos da linguagem. Assim, "atos, gestos e realizações são *performados* no sentido de que a essência ou a identidade que pretendem afirmar são invenções fabricadas e

preservadas mediante signos corpóreos e outros meios discursivos" (BUTLER, 2007, p. 266). Ou seja, segundo a autora, não há definição fechada do que somos ou podemos ser. Os conceitos que utilizamos para nos identificar são resultantes de nossas práticas, de nossas construções diárias que, de tanto dizer, fazer e repetir, não questionamos e naturalizamos sua existência.

Neste sentido, a norma que institui a cor da pele, os hábitos e a cultura a ser habitada e perpetuada. Mina potência ética dos tantos outros modos de existir. E, no encontro aqui exposto, entre as linhas duras capturadas, pudemos perceber a força destas normalizações instituídas. Os enrijecimentos por elas causados. No corpo da pesquisadora, no corpo de Maria Francisca. Como mulheres, como mulheres heterossexuais cisgêneros[10], como perpetuadoras de um modo de existir branco, ocidental, europeu. Normatização que estabelece e estabiliza os seres em seus devidos lugares sociais. Mantém pessoas em seus papéis, limitando vida. Mulheres não brancas desacreditadas, que possuem seus filhos roubados, que perpetuam lugares de trabalho (em casa e fora de casa) que reiteram a imagem e o papel de "prestadora de serviços", mal ou não remunerados.

Assim, Franciscas nos ensinam a repensar a hierarquização de diferenças, a concentração de privilégios, a urgente redistribuição de oportunidades. Histórias como a de Francisca escancaram a branquitude inerente às instituições com as quais nos organizamos em coletivo, evidenciando estruturas normativas que performam um jeito normatizado (branco) de se organizar em sociedade.

É preciso desnudar o silêncio e assim "descolonizar os afetos da branquitude, [...] investigar onde se age pela norma e quais as consequências subjetivas e materiais dessas ações no mundo, visando assumir responsabilidade política por gestar novos mundos e reconhecer novos mundos" (ALMEIDA, 2019, p. 1608). Como ressalta Mombaça (2016), é tão fundamental abraçar a própria violência quanto se tornar responsável por ela.

Com este desafio, escrevemos. Explicitamos nossas contradições. Buscamos aqui compartilhar desvios, explicitando cegueiras comuns no fazer acadêmico. Buscamos evidenciar a complexidade de modos de existir, possibilidades, sofrimentos, caminhos, pois, como afirma bell hooks (2019, p.174), é preciso sair de nossa zona de conforto, explicitar violências, para criar e sustentar vínculos de solidariedade, sem precisar eliminar nossas diferenças. Só assim apostamos na vida. Vida que se faz integrada em sua complexidade e diferença.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Élida Lima. Anti-colonizar os afetos da branquitude no feminismo Brasileiro. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 2, p. 1603-1610, 2019.

ASPIS, Renata Lima. **Fazer filosofia com o corpo na rua: experimentações em pesquisa**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021 (no prelo).

BARROS, Amon; CARRIERI, Alexandre de Pádua. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 151-161, 2015.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. IN: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (Org). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002a.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo. 2002b.

[10] Segundo Brune Bonassi (2017, p. 19), "cisnorma é uma palavra-conceito que vem sendo utilizada a partir da década de 1990 por militantes trans e não bináries em blogs e páginas da internet. Recentemente, a partir de 2011, publicações acadêmicas brasileiras começaram a utilizá-la para descrever a normalidade compulsória, esperada e regulada por instituições religiosas, biomédicas e jurídicas que produzem o entendimento que as pessoas possuem um verdadeiro sexo. Esse sexo será binário, ou homem ou mulher, designado ao nascimento a partir da anatomia (mesmo que a anatomia tenha de ser cunhada), permanecerá imutável no decorrer da vida da pessoa, e será considerado o mais verdadeiro, o mais legítimo, o mais normal, posicionando automaticamente pessoas trans e não bináries como ilegítimas, anormais, delirantes".

BETHONICO, Marina Romagnoli; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Deslocamientos deleuzianos na pesquisa em artes visuais: estratégias para uma práctica híbrida através da imagem. **Revista Digital do LAV**, v. 9, n. 1, p. 63-88, 2016.

BONASSI, Brune Camilo. Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. **Dissertação apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas.** Programa de Pós-Graduação em Psicologia de Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **El género em disputa: El feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Editora Paidós, 2007.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARRIERI, Alexandre. A gestão ordinária. **Tese Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas.** Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2012.

CARRIERI, Alexandre. As gestões e as sociedades. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 21-64, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Curso sobre Spinoza**. Vincennes, 1978 – 1981.3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor.** Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Micropolítica e segmentaridade. IN: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3; tradução de Aurélio Guerra Neto *et al*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Introdução: Rizoma. IN: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1; tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

GONÇALVES, Juliana. Para pessoas negras o corpo é a primeira fronteira. In: BERTONI, Estevão. O que é ser antirracista? Estes 4 ativistas respondem. **Nexo Jornal**, 19 nov. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/19/O-que-%C3%A9-ser-antirracista-Estes-4-ativistas-respondem>. Acesso em 20/03/2021.

GONZALES, Lélia. A categoria politico-cultural da Amefricanidade. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro.** São Paulo: Perspectiva, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. São Paulo: **Fundação Bienal de São Paulo**, 2016.

OLIVEIRA, Luciana da Silva. Por um cuidado menor: mulheres, violências e psicologia(s) feminista(s). **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 Edições, 2019

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & sociedade**, v. 21, p. 166-173, 2009.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Transversalizando as políticas públicas: quando a intersetorialidade se torna rizomática. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 3, p. 421-432, 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. **Tese de Doutorado**. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

A EXPERIÊNCIA DO GENOCÍDIO INDÍGENA BRASILEIRO COMO FUNDAMENTO PARA A TIPIFICAÇÃO DO ECOCÍDIO INDÍGENA

Giselle Villela Maletta[1]

Sabrina Durães Veloso Neto[2]

1. INTRODUÇÃO

Em termos de história brasileira, a chegada dos europeus à América se deu acompanhada da concepção de que os povos originários seriam inferiores e passíveis de extermínio caso não se adequassem aos ditames e anseios dos seus colonizadores, e tal pensamento perdura ao longo da história brasileira.

Mais de quatro séculos depois do início da colonização dos povos indígenas, a ditadura militar apresenta-se como um recente marco de diversos episódios de lesões e ameaças à população indígena e suas formas tradicionais de vida, com cometimento de homicídios em massa, tortura, abuso sexual, entre outros crimes, que eram realizados com apoio ou diante da omissão estatal. As evidências de extermínio desses povos levaram à reflexão acerca da existência de genocídio indígena no Brasil, considerando o cometimento de atos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, o povo e a cultura indígena.

A atualidade da questão indígena é evidenciada ainda mais diante da citação do Brasil pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, neste ano de 2021, por risco de genocídio indígena. A menção da ONU reforça a posição da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, associação nacional de entidades que representam os povos indígenas, que apresentou denúncia, em 2019, perante o Tribunal Penal Internacional (TPI) responsabilizando o Presidente da República Jair Bolsonaro pelo crime de ecocídio, em decorrência de supostos estímulos a práticas contrárias ao meio ambiente, como garimpo ilegal e desmatamento.

O termo ecocídio surgiu na década de 1970, época em que ocorreu o aumento da consciência internacional sobre a necessidade de proteção do meio ambiente, e hoje se caracteriza como uma nova proposta de tipificação de crime contra a humanidade. Tal crime encontra nexo com a prática de extermínio ocasionada pelo genocídio indígena e apresenta-se como ponto de atenção para o século XXI, sendo necessário garantir a proteção dos povos indígenas contra tal prática.

No que se refere à normatização do ecocídio, o marco mais recente é a criação da definição do termo por um Painel Independente de Experts (PIE), composto por doze juristas de todo o mundo, com diferentes saberes e experiência em legislação criminal, ambiental e climática, visando à tipificação penal no Estatuto de Roma, como um quinto crime contra a humanidade. Trata-se

[1] Mestranda na linha "Constitucionalismo Democrático" do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas). Pós-Graduanda em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas). Especialista em Direito Público pela Universidade FUMEC. Graduada em Direito pela Faculdades Milton Campos. E-mail: giselle.villela.maletta@gmail.com. Link para currículo na plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1414352509751300>.

[2] Mestra em Direito Público pela Universidade FUMEC. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: sabrinavelosoneto@gmail.com. Link para currículo na plataforma Lattes: http://lattes.cnpq.br/8013629292885623

de um projeto significativo, que reflete o momento atual caracterizado pela crescente consciência ambiental.

Considerando as discussões doutrinárias internacionais sobre o tema, no desenvolver deste artigo serão apresentados comentários positivos e também destacados pontos de inquietação, com destaque para dois aspectos que causam preocupação quanto à proposta para caracterização do crime, a saber: a incorporação de um elemento antropocêntrico e a exigência de conhecimento acerca da probabilidade de ocorrência de danos graves e generalizados ou de longo prazo ao meio ambiente.

As reflexões do contexto internacional são importantes para o entendimento e consolidação do tema e servirão de base jurídica para a compreensão do desenvolvimento da temática no Brasil, com enfoque na proteção dos povos originários. Recentemente, juristas declararam resistência quanto à tipificação do ecocídio na legislação brasileira, tendo em vista a existência de legislação nacional protetiva do meio ambiente, em especial a Lei dos Crimes Ambientais (Lei n. 9605/1998), e a possível interferência em questões internas dos países por sujeitos internacionais.

De modo geral, considerando que a destruição ambiental em virtude da ação humana traz consequências negativas aos povos indígenas que pertencem culturalmente e dependem substancialmente do ambiente, argumentar-se-á neste artigo que a conscientização e o aprendizado decorrentes do genocídio indígena brasileiro, aliados à experiência internacional sobre ecocídio, direcionam à necessidade de tipificação do crime de ecocídio indígena, efetivando, assim, os direitos desses povos, garantidos nas normativas nacionais e internacionais.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo será estruturado da seguinte forma: o segundo tópico resgatará o percurso histórico de extermínio da população indígena, analisando a postura do Estado brasileiro na defesa desses povos e a sedimentação seus dos direitos nos âmbitos nacional e internacional; o terceiro, apresentará a evolução histórica do processo de reconhecimento do genocídio indígena brasileiro; o quarto, examinará o ecocídio e sua caracterização como um atual e crescente fenômeno de afetação dos direitos indígenas a partir da prática de danos ambientais em massa, verificando criticamente a necessidade e a viabilidade de tipificação do ecocídio indígena como crime no Brasil; por fim, na seção cinco será exposta a conclusão obtida.

2. O EXTERMÍNIO INDÍGENA NO BRASIL

Desde a colonização, as atitudes de extermínio dos povos originários inserem-se no paradigma da eliminação, segundo o qual:

> Os nativos eram vistos como elementos dificultadores da colonização e, quando não se dispunham a ter seu trabalho explorado pela troca de bugigangas de pequeno valor, os portugueses assumiram o papel de destruição de qualquer resistência" (CRUZ, 2018, p. 51).

Esse modelo de extermínio ou escravidão foi acompanhado também pelo paradigma da assimilação cultura, voltado à ação catequizadora dos indígenas, à aculturação e introdução deles na sociedade "branca". Não por outro motivo, o governo brasileiro adotou a assimilação cultural para resolução do "problema indígena" com a criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI em 1910 (CRUZ, 2018, p.61-2).

O Relatório Figueiredo, documento de, aproximadamente, sete mil páginas, elaborado durante a ditadura militar pelo Procurador Jáder Figueiredo e sua equipe, descreve crimes cometidos contra os povos originários, como homicídios em massa, tortura, abuso sexual, crime de redução à condição análoga de escravos, entre outros, que eram realizados com apoio ou diante da omissão do então existente SPI, demonstrando as condições de vida degradantes e violadoras a que eram submetidos os povos originários dentro da política protecionista.

> Esse paradigma persistiu pelo menos até o século XX. A narrativa do Relatório descreve a ação pedagógica dos servidores do SPI aos originários que resistissem aos seus comandos.

> O direito que os missionários arrogavam a si de estabelecer punições físicas contra "índios desobedientes" tornou-se legado que chegou ao Brasil moderno e foi fartamente denunciado pelo Relatório Figueiredo. (CRUZ, 2018 p. 158)

Com o advento da Constituição da República de 1988, a situação se inverte, não é mais o originário que precisa se integrar, mas sim a sociedade que deve perceber o valor da diversidade cultural, dando espaço para o paradigma da alteridade (CRUZ, 2018, p. 69). Todavia, ainda há necessidade de que as normativas sejam postas em prática, reconhecendo os crimes praticados pelo Estado e consolidando sua identidade constitucional, voltando-se agora também para as agressões e impactos causados pela violência das invasões e destruição ao meio ambiente.

3. EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DO GENOCÍDIO INDÍGENA BRASILEIRO

3.1. Genocídio como crime contra a humanidade

A expressão genocídio foi cunhada por Raphaek Lemkin em 1944 para se referir às atrocidades cometidas durante o holocausto visando à eliminação de grupos minoritários. Em 1948, o conceito alcançou *status* jurídico quando a Organização das Nações Unidas, por meio da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, definiu formalmente a indicação do genocídio como crime contra a humanidade e os meios pelos quais tal prática vê-se caracterizada.

A Convenção, promulgada no Brasil por meio do Decreto n. 30.822/1952 e reproduzida, em 1998, no Estatuto de Roma que criou o TPI, estabelece o crime de genocídio como sendo atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. A palavra diz respeito à eliminação de indivíduos que fazem parte de um grupo e não implica apenas na tentativa de aniquilação física de grupos, como também a destruição das instituições políticas e sociais, de cultura, língua, pertencimento a um grupo nacional ou religioso, destruindo sua identidade cultural.

Contudo, a conceituação foi omissa em pontos relevantes, posto que não incluiu o genocídio cultural tal como inicialmente proposto por Lemkin e indicou como sujeitos passivos apenas as pessoas físicas, excluindo previsão de responsabilização dos Estados por condutas comissivas ou omissivas perante grupos minoritários. Essas e outras limitações do paradigma conceitual estabelecido em 1948 restringiram o conceito de genocídio, especialmente no que se refere ao genocídio acometido contra comunidades indígenas, causando reflexos ainda nos dias atuais.

3.2. Reconhecimento do genocídio indígena no Brasil e sua relevância para o ecocídio indígena

O Relatório Figueiredo é o único documento brasileiro que reconhece a prática de tortura realizada por agentes públicos durante a ditadura militar, sendo de extrema relevância para o entendimento acerca do sujeito e do estado nacionais e para a demonstração da ocorrência de genocídio contra os povos indígenas brasileiros. Como consequências diretas do documento, citam-se a repercussão midiática voltada à proteção indígena, a instauração de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito especificamente para estudar a legislação indígena e propor diretrizes para o Brasil, e a extinção do SPI (CRUZ, 2018).

Outros dois casos relevantes são o massacre da Boca do Capacete, de 1988, que deixou quatro indígenas mortos, dez desaparecidos e vinte e três feridos, e o massacre de Haximu, ocorrido em 1993, no qual garimpeiros mataram doze indígenas irnomâmis, sendo este o primeiro caso brasileiro de condenação por crime de genocídio, após confirmação realizada pelo Supremo Tribunal Federal em 2006. Não se tratam de casos isolados, mas sim de reflexos da perpetuação das práticas eliminatórias existentes desde a colonização.

Álvaro Cruz (2018, p. 159) destaca que o reconhecimento estatal de crimes de genocídio praticados contra os povos originários "é elemento fundamental para a consolidação de identidade do sujeito constitucional num Estado que se pretenda como democrático e de direito". A assunção da responsabilidade pelos atos cometidos, assim, é indispensável para a concretização dos direitos dos povos originários.

Além do reconhecimento do genocídio, verifica-se, ainda, imprescindível o reconhecimento da destruição ambiental como também causadora de impacto genocida, visto que, como sugere Arthur W. Galston (*apud* CROOK e SHORT, 2014, p. 307), o meio ambiente pode ser visto como uma vítima de ecocídio da mesma forma que um grupo social de pessoas pode ser visto como vítima de genocídio. Tal pensamento encontra-se em consonância com o pretendido por Lenkim, que apresentou uma gama de métodos e técnicas de genocídio, para além do homocídio, como a destruição cultural, mas que foram removidos do texto final aprovado (CROOK; SHORT, 2014, p. 305).

Ocorre que as ameaças ecológicas e culturais para os povos indígenas exigem que levemos a sério sua situação de vulnerabilidade e passemos a vê-la como genocida. E, considerando a limitação do termo genocídio, imprescindível a tipificação de um novo crime, ecocídio, que seja capaz de abordar crimes ambientais e a gravidade de suas consequências para a humanidade, especialmente para a espiritualidade e vitalidade cultural dos povos indígenas. Nesse sentido, delineada uma compreensão do genocídio e estabelecido seu nexo com o ecocídio, apresentar-se-á a proposta de tipificação do ecocídio indígena no Brasil.

4. A PROPOSTA DE TIPIFICAÇÃO DO ECOCÍDIO INDÍGENA NO BRASIL

4.1. Antecedentes históricos do ecocídio

A história do ecocídio começou a ser desenvolvida a partir do surgimento de uma consciência internacional voltada à proteção ambiental em tempos de guerra. A Convenção sobre a Proibição da Utilização de Técnicas de Modificação Ambiental para Fins Militares ou Quaisquer Outros Fins Hostis, conhecida como Convenção "ENMOD", aprovada em 10 de dezembro de 1976 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e promulgada no Brasil pelo Decreto n. 225/1991, foi a primeira a concentrar-se exclusivamente no valor intrínseco do ambiente, dispondo em seu artigo I:

> Artigo 1.1. Cada Estado Parte nesta Convenção compromete-se a não promover o uso militar ou qualquer outro uso hostil de técnicas de modificação ambiental que tenham efeitos disseminados, duradouros ou graves como meio de destruição, como meio de infligir destruição, dano ou prejuízo a qualquer Estado Parte. (ENMOD, 1976, Artigo I.1)

Outro relevante documento sobre proteção ambiental em termos de guerra é o Protocolo Adicional I da Convenção de Genebra, adotado, em 10 de junho de 1977, pela Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável aos conflitos armados e promulgado no Brasil por meio do Decreto 849/1993. No Protocolo, a proteção do meio ambiente natural contra danos extensos, duradouros e graves alcançou o *status* de norma fundamental, com previsão específica no artigo 35, alínea 3, e proteção antropologicamente orientada no artigo 55 (BRASIL, 1993).

Duas décadas depois, em 1998, o Estatuto de Roma, trouxe a definição das condutas enquadradas como crimes de guerra, prevendo expressamente entre elas, no artigo 8(2)(b)(iv), a criminalização do lançamento intencional de ataque sabendo que o mesmo causará "(...) prejuízos extensos, duradouros e graves no meio ambiente que se revelem claramente excessivos em relação à vantagem militar global concreta e direta que se previa" (BRASIL, 2002). De acordo com esta previsão, não há necessidade de configuração de lesão ao ambiente, bastando o simples conheci-

mento dos possíveis danos advindos do ataque, sendo esta tipificação vista como a primeira regra ecocêntrica (HELLER; LAWRENCE, 2007, p. 3).

Contudo, os documentos acima aplicam-se apenas a conflitos armados internacionais, ignorando danos causados em tempos de paz e danos advindos de conflitos internos. Dessa forma, ações e omissões envolvendo, por exemplo, a gestão de materiais nucleares e minerais e o despejo irregular ou inadequado de petróleo e resíduos químicos no mar, não caracterizam prática criminosa. Ademais, impende destacar a facilidade e conveniência que uma perspectiva militar, de busca da vitória e defesa da vida humana, pode ser utilizada para justificar atos destruidores do meio ambiente, prejudicando, assim, a defesa do bem comum. Justamente essa inadequada relação entre crimes de guerra e os danos causados ao meio ambiente que trouxe à tona a ideia do crime de ecocídio.

4.2. Origem e conceito de ecocídio

O termo "ecocídio" foi introduzido por Arthur W. Galston, um biólogo que propôs à comunidade internacional uma união contra dita prática. Sua ideia foi desenvolvida por Richard Falk, que, em 1973, a partir das consequências advindas da guerra do Vietnã, reconheceu a deficiência do genocídio para abordar crimes ambientais e propôs uma Convenção Internacional sobre o Crime de Ecocídio, defendendo a proibição de guerra ambiental, que inclui uso de armas e táticas militares para destruir o ambiente e as relações entre homem e Natureza, como forma de antecipar danos irreversíveis futuros (FALK, 1973).

Nas décadas de 1980 e 1990 houve um amplo debate sobre a inclusão do ecocídio na lista de crimes contra a paz. O artigo 26 do Projeto de Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade, proposto pela Comissão de Direito Internacional - CDI para a criação de um Tribunal Penal Internacional, previa a criminalização da conduta "do indivíduo que intencionalmente causar ou ordenar a causa de danos generalizados, de longo prazo e graves ao meio ambiente". No entanto, a CDI acabou decidindo remover o Artigo 26 da redação final, revelando a dificuldade em obter o apoio dos Estados no âmbito do Direito Penal Internacional, eis que enseja na persuasão acerca da possibilidade de processo e prisão de cidadãos nacionais fora de sua jurisdição, além de, no caso do ecocídio, esbarrar em interesses político-econômico aversos ao meio ambiente (DRUMBL, 2009).

Ainda assim, organizações não governamentais e ativistas continuaram seus esforços para criminalizar as condutas danosas ao ambiente. O projeto "Stop Ecocide Foundation" (SEF), fundado em 2017 pela advogada ambientalista Polly Higgins (1968-2019) e pela atual diretora executiva Jojo Mehta, é considerado, atualmente, como um centro de comunicações do crescente movimento global para tornar o ecocídio um crime internacional previsto no Estatuto de Roma. Para tanto, o projeto propõe um processo de inserção do ecocídio como crime contra a humanidade em quatro estágios, a saber: (i) Proposta; Admissibilidade; Adoção do Estatuto; e Ratificação, objetivando que, ao final, com a adesão de cada vez mais países, os agentes poluidores sejam direcionados a reduzir as práticas danosas e adotar aquelas que estejam em harmonia com a natureza.

Em termos conceituais, Polly Higgins apresentou, em 2010, uma definição de ecocídio à Comissão de Legislação da ONU a saber: "Ecocídio é a perda, dano ou destruição extensa de ecossistemas de um determinado território(s) ... de forma que o gozo pacífico dos habitantes foi ou será severamente diminuído" (STOP ECOCIDE INTERNATIONAL). Tal definição foi replicada, em 2019, pelo Papa Francisco em seu apelo para que o ecocídio se tornasse um crime.

Recentemente, no final de 2020, a SEF instituiu um Painel Independente de Especialistas (em inglês, Independent Expert Panel - IEP), composto por doze juristas internacionais especialistas de diferentes áreas de atuação para elaborar uma definição para o crime de ecocídio. Em junho de 2021, o texto foi concluído, prevendo a adição de um novo parágrafo preambular, uma emenda ao Artigo 5º (Crimes da Competência do Tribunal) e, ainda, a adição do Artigo 8º, que apresenta

a definição de ecocídio, como "atos ilícitos ou arbitrários cometidos com o conhecimento de que há uma probabilidade substancial de danos graves e generalizados ou de longo prazo ao meio ambiente sendo causado por eles".

A proposta reconhece a ocorrência de danos ambientais em tempos de paz e representa um grande avanço para a consolidação do ecocídio como crime internacional, simbolizando o crescente reconhecimento da comunidade internacional sobre a existência de um ecossistema global, cuja degradação desconhece fronteiras temporais e físicas.

A partir de uma análise cautelosa sobre os termos propostos no Artigo 8º, devem ser feitas algumas considerações. Primeiramente, a previsão de persecução criminal apenas para danos "graves e generalizados ou de longo prazo", limita as hipóteses caracterizadoras do ecocídio, contudo, entendemos que não prejudica a proteção ambiental pretendida. Isso porque encontra-se em consonância com os termos do Estatuto de Roma, o qual estabelece a jurisdição do TPI justamente sobre os "crimes de maior gravidade" que afetem a comunidade internacional no seu conjunto, em complementação às legislações nacionais de cada Estado Parte. Ademais, o preâmbulo do Estatuto reforça a necessidade de restrição terminológica ao reconhecer o dever de combate à impunidade de condutas que choquem a consciência humana e cuja gravidade "constituem uma ameaça à paz, à segurança e ao bem-estar da humanidade", demandando conjuntamente a "adoção de medidas em nível nacional e do reforço da cooperação internacional".

Nesse sentido, verifica-se que a proposta do IEP de criminalização do ecocídio como um quinto crime internacional, buscou atender ao objeto e ao âmbito de atuação do TPI. Ainda que todo e qualquer dano ambiental cause reflexos ao ecossistema comum, seria inviável alargar a interpretação do conceito de ecocídio, sob pena de inviabilizar o próprio mecanismo de gestão e atuação do Tribunal, bem como, eventualmente, afastar o interesse de Estados na sua adesão. O caráter complementar às jurisdições penais nacionais, assim, vê-se justificado e corrobora com o entendimento de que outras formas menos severas de danos ambientais sejam objeto de responsabilização em outros organismos internacionais e/ou no direito interno de cada país.

Um segundo ponto diz respeito às más interpretações advindas do uso das expressões "conhecimento" e "arbitrário" (HELLER, 2021). No que se refere ao elemento psicológico do tipo penal, a expressão "conhecimento" parece não traduzir a vontade do corpo de especialista que propôs o conceito, pois traz ambiguidade interpretativa ao aproximar-se demasiadamente do dolo direito. Considerando os comentários dos especialistas do IEP, seria mais adequado dispor sobre a "consciência de uma probabilidade substancial", por essa expressão aproximar-se de um resultado antecipado, mas não necessariamente pretendido ou conhecido por completo, ou seja, indicar dolo eventual.

Por fim, o IEP dispôs em seus comentários sobre a exigência de prova de que os atos praticados são ilegais ou arbitrários, a fim de equilibrar, em atenção ao conceito de desenvolvimento sustentável, os benefícios sociais e econômicos pretendidos com os danos ambientais acarretados. Essa relação entre ambiente e interesses socioeconômicos como apresentada leva à interpretação problemática de que a sociedade pode se beneficiar de danos ambientais severos, encobrindo a relação fundamental e inseparável entre o bem-estar humano com o bem-estar da Natureza e suavizando as consequências da prática do ecocídio.

Concluindo este tópico histórico-conceitual, verifica-se que a definição de ecocídio elaborada pelo IEP visando à apresentação de proposta de emenda ao Estatuto de Roma, apesar das críticas feitas, apresenta um enorme avanço na promoção internacional da proteção ambiental no âmbito criminal e, como será demonstrado a seguir, apresenta-se como medida positiva a ser implementada no Brasil em prol dos direitos dos povos indígenas.

4.3. Ecocídio dos povos originários

A crescente consciência ambiental demonstra existir outro formato de eliminação indígena que não apenas a do sentido clássico de genocídio, vez que as queimadas ilegais, o avanço da exploração de recursos minerais e do desmatamento, e a poluição, aliadas a invasões de terras e outros fatores prejudiciais ao meio ambiente de origem humana, contribuem efetivamente para o desmonte ambiental e, consequente, extermínio da população indígena tradicional, seja ele físico, cultural ou espiritual.

Na década de 1970, a ditadura militar fazia sua grande intervenção na maior floresta tropical do mundo, a Amazônia, utilizando-se do slogan de campanha "Toque sua boiada para o maior pasto do mundo". O objetivo do governo militar era levar desenvolvimento para o interior do país e acreditava-se que a transformação da floresta em pasto para agropecuária era o caminho.

Após a redemocratização, o desmatamento reduziu significativamente, contudo, a atuação estatal continua a ameaçar o ambiente e os povos indígenas. A construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, autorizada pelo Decreto Legislativo n. 788/2005, por exemplo, trouxe impactos ambientais, sociais e culturais aos povos indígenas locais, com destaque para a ocorrência de mudança de hábitos alimentares, aumento de bebidas alcoólicas, subnutrição em virtude do abandono da agricultura, aumento de doenças crônicas e sexualmente transmissíveis e de casos de prostituição entre índias, entre outras consequências apontadas pelo Ministério Público Federal, nos autos da ação civil pública n. 0003017-82.2015.4.01.3903, como causadoras de etnocídio.

No atual governo do Presidente da República Jair Bolsonaro, o discurso que apresenta o desmatamento como fonte de crescimento econômico retornou e, em 2020, o índice de desmatamento na Amazônia cresceu 30%, batendo o recorde dos últimos 10 anos. Neste ano de 2021, o Brasil foi citado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas por risco de genocídio indígena, reforçando a posição da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, associação nacional de entidades que representam os povos indígenas, que denunciou, em 2019, perante o TPI, o Presidente da República Jair Bolsonaro pelo crime de ecocídio, em decorrência de supostos estímulos a práticas contrárias ao meio ambiente, como garimpo ilegal e desmatamento, bem como pela inviabilização de demarcação de terras indígenas.

A história e, infelizmente, a atualidade brasileira revelam a existência de um Estado brasileiro opressor, que pelos atos e omissões de seus agentes públicos pratica o extermínio da população indígenas em suas características materiais, culturais e religiosas. Nesse sentido, o reconhecimento da ocorrência de genocídio indígena representa um avanço em prol da efetivação dos direitos indígenas, mas ainda é insuficiente diante dos danos ambientais ocasionados, sendo necessário o reconhecimento também do ecocídio indígena.

4.4. Atual registro da proteção dos povos indígenas na legislação brasileira e a necessidade de tipificação do crime de ecocídio indígena

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou um conjunto normativo que consolida e reafirma os direitos indígenas, inclusive prevendo em capítulo específico (Capítulo VIII - Dos Índios) importantes disposições em relação à temática. No artigo 231 e parágrafos, por exemplo, são reconhecidos o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam e o direito à diversidade étnica e cultural, referente à "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições", enquanto que a legitimidade para defesa de seus direitos e interesses em juízo encontra-se prevista no artigo 232.

A nova ordem constitucional, pós-ditadura, simboliza o rompimento da lógica tutelar do Estado que considerava os povos e comunidades indígenas incapazes de exercer o pleno domínio da capacidade civil e pleitear seus direitos, ao valorizar e reconhecer a autonomia desses povos, cabendo ao Estado a garantia do exercício de tais direitos.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, incorporada pela legislação brasileira por meio do Decreto nº 5051/04, revogado pelo Decreto n.

10.088/2019, reconhecendo as aspirações desse povo a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, também reflete o fim da tutela e afirma que é dever dos Estados a realização da consulta prévia, livre e informada, em caso de medidas legislativas ou administrativas que afetem os povos indígenas, além de reconhecer a igualdade dos povos e o respeito aos valores, práticas e instituições desses povos, entre outros.

No mesmo sentido, a Declaração das Nações Unidades sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2007, reafirma a necessidade de eliminação de toda forma de discriminação e opressão e reconhece a importância da promoção e proteção dos direitos e das liberdades dessas comunidades. No preâmbulo, as injustiças históricas como resultado, entre outras coisas, da colonização e da subtração de suas terras, territórios e recursos, são apontadas como motivo de impedimento para o exercício, em especial, do seu direito ao desenvolvimento, em conformidade com suas próprias necessidades e interesses.

No que diz respeito à vinculação desses povos com a Natureza, ambas as normativas internacionais possuem disposições específicas voltadas ao reconhecimento e salvaguarda do meio ambiente dos territórios habitados pelos indígenas. Na Convenção 169 da OIT, é imposta a necessidade de adoção de medidas especiais para a salvaguarda do meio ambiente dos povos indígenas (artigo 4º, 1), cabendo aos governos adotar medidas em cooperação, inclusive através das fronteiras, com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam (artigo 7º, 4, e artigo 32), bem como zelar para que as atividades de desenvolvimento estatal sejam precedidas de estudos ambientais para avaliar os impactos possíveis de ocorrer sobre esses povos (artigo 7º, 3).

A Declaração da ONU, por sua vez, reconhece expressamente que o respeito aos conhecimentos, às culturas e às práticas tradicionais indígenas contribui para o desenvolvimento sustentável e equitativo e para a gestão adequada do meio ambiente, e que cabe ao Estado a adoção das medidas apropriadas para mitigar suas consequências nocivas no plano ambiental (artigo 32, 3). Completa afirmando que os povos indígenas têm direito à conservação e à proteção do meio ambiente e da capacidade produtiva de suas terras ou territórios e recursos (Artigo 29. 1).

Na legislação brasileira, apesar de não haver disposição expressa reconhecendo o vínculo dos indígenas e comunidades indígenas com a Natureza, tanto a Constituição da República de 1988 quanto o Estatuto do Índio (Lei n. 6001/73) apresentam disposições referentes às terras tradicionalmente ocupadas. Segundo previsto no art. 231 da CR/88, essas terras são inalienáveis e indisponíveis, sendo caracterizadas por serem aquelas que possuem habitação permanente, bem como "as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Ocorre que não há qualquer previsão nas legislações criminal, ambiental ou indigenista brasileiras voltadas à criminalização específica de condutas realizadas contra o meio ambiente quando há potencial de ocorrência de danos severos, generalizados ou de longo prazo, como propõe a definição de ecocídio. O caso do desastre do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, o maior desastre ambiental, social e econômico já visto no Brasil e um dos maiores no mundo, ocorrido em 2015, é um caso exemplar para se demonstrar a omissão da legislação brasileira.

À exceção dos crimes de homicídio e lesão corporal ocorridos apenas com relação a pessoas próximas ao local do rompimento, os crimes imputados aos causadores do dano possuem a pena máxima cominada de até seis anos, não havendo qualquer previsão legal de crime que, de fato, reflita na tipologia e/ou na pena a severidade do ato praticado e de todos os danos socioambientais e socioeconômicos causados, bem como tutele as especificidade e vulnerabilidades das populações indígenas frente aos impactos. Cabe destacar que, de acordo com a Análise do Cadastro Socioeconômico pela Fundação Getúlio Vargas, até dezembro de 2019, 8.334 pessoas atingidas pelo desastre declararam-se como população indígena.

Desse modo, especialmente diante da intrínseca vinculação entre povos indígenas e Natureza, vislumbra-se a importância da conceituação e tipificação do ecocídio no Brasil, tanto por meio da ratificação da proposta de quinto crime contra a humanidade no Estatuto de Roma, quanto por medida de iniciativa nacional, à exemplo da Assembleia Nacional da França, que, em 17/04/2021, aprovou a tipificação criminal de ecocídio para casos graves de dano ambiental, passíveis de pena de até 10 anos de prisão e multa de 4,5 milhões de euros.

Impende destacar que o entendimento não é pacífico no Brasil. Para Édis Milaré (MIGALHAS, 2021), a lei ambiental brasileira é completa e avançada, sendo desnecessária nova tipificação no ordenamento jurídico internacional. Todavia, entendemos necessário aprender com o passado da história brasileira, manchada pelos casos de genocídio indígena, para exigir do Estado a implementação de ações de consciência ambiental para prevenir novos danos, entre as quais a tipificação do crime de ecocídio, que traz como um de seus principais benefícios, o efeito dissuasório. Entendemos, ainda, pela possibilidade de agravamento da pena do ecocídio quando houver afetação direta a comunidades indígenas, tendo em vista a bela e única ligação que possuem com a Natureza, tipificando-se, assim, o ecocídio indígena.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, resgatou-se o percurso histórico de extermínio da população indígena, destacado a necessidade de reconhecimento, pelo Estado brasileiro, dos atos de extermínio cometidos, desde a colonização e, especialmente, durante a ditadura, contra os povos indígenas, para que seja possível a consolidação do Estado Democrático de Direito.

A evolução histórica do processo de reconhecimento do genocídio indígena brasileiro demonstra um primeiro passo voltado ao reconhecimento dos direitos dessa população, contudo, a limitação do conceito reconhecido internacionalmente e replicado na legislação brasileira revela a necessidade de introdução de um novo crime, que seja capaz de tutelar os impactos ecológicos e culturais causados pela destruição ambiental. Isso porque, os povos indígenas tem uma conexão física, cultural e espiritual com suas terras e a com natureza que os cerca, experimentando uma morte social e cultural quando são retirados à força de seu ambiente.

Nesse sentido, examinou-se, na sequência, a proposta apresentada pelo Painel Independente de Especialistas da "Stop Ecocide Foundation" de reconhecimento do ecocídio como quinto crime do Estatuto de Roma. Apesar das críticas pontuais ao conceito apresentado, verificou-se possível e desejável o reconhecimento do crime internacionalmente. Ademais, considerando que não há qualquer previsão nas legislações criminal, ambiental ou indigenista brasileiras voltadas à criminalização específica de condutas realizadas contra o meio ambiente quando há potencial de ocorrência de danos severos, generalizados ou de longo prazo, como propõe a definição de ecocídio, caberia ao Brasil tipificar, mediante proposta legislativa interna, à exemplo da França, o crime de ecocídio.

É preciso aprender com o passado da história brasileira, manchada pelos casos de genocídio indígena, para exigir do Estado a implementação de ações de consciência ambiental para prevenir novos danos, com destaque para aqueles causados às comunidades indígenas, tendo em vista a bela e única ligação que possuem com a Natureza, tipificando-se, assim, o ecocídio indígena.

REFERÊNCIAS

AMBOS, Kai. **Protecting the Environment through International Criminal Law?** EJIL:-Talk!, 29 de junho de 2021. Disponível em: < https://www.ejiltalk.org/protecting-the-environment-through-international-criminal-law/ > Acesso em: 15.10.2021

Análise do Cadastro Socioeconômico. Fundação Getúlio Vargas. Dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_analise-do-cadastro-socioeconomico > Acesso em: 01.11.2021

BRASIL. Decreto n. 225, de 7 de outubro de 1991.**Promulga a Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and225-91.pdf> Acesso em: 03/10/2021.

BRASIL. Decreto 849, de 25 de junho de 1993.**Promulga os Protocolos I e II de 1977 adicionais às Convenções de Genebra de 1949, adotados em 10 de junho de 1977 pela Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável aos Conflitos Armados.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0849.htm > Acesso em: 03/10/2021.

BRASIL. Decreto 4388, de 25 de setembro de 2002. **Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm > Acesso em: 03/10/2021.

BRASIL. DECRETO 30.822, de 06 de maio de 1952. **Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Genocídio. Rio de Janeiro.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1952/D30822.html > Acesso em: 03/10/2021.

Brasil é citado na ONU por 'risco de genocídio' indígena. Redação RBA. 28 de junho de 2021. Governo Bolsonaro. Disponível em: < https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/06/brasil-citado-onu-risco-genocidio-indigena/ > Acesso em: 03/10/2021.

Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. 27 de junho de 1989. Disponível em: < https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf> Acesso em: 05.10.2021

Crime de genocídio já foi aplicado no Brasil por massacre indígena. Consultor jurídico. 15 de julho de 2020. Crime a Humanidade. Disponível em: < https://www.conjur.com.br/2020-jul-15/crime-genocidio-foi-aplicado-brasil-massacre-indigena > Acesso em: 03/10/2021.

CROOK, Martin; SHORT, Damien. Marx, **Lemkin and the genocide–ecocide nexus, The International Journal of Human Rights,** p. 298-319. 23 Jun. 2014. Disponível em: < https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13642987.2014.914703?needAccess=true > Acesso em: 02/10/2021

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **Relatório Figueiredo: genocídio brasileiro.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

Desmatamento na Amazônia cresce 30% em 2020 e bate recorde dos últimos dez anos. Imazon. 18 de janeiro de 2021. Disponível em: < https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-cresce-30-em-um-2020-e-bate-recorde-dos-ultimos-dez-anos/ > Acesso em: 15.10.2021

Ditadura Militar no Brasil queria transformar Amazônia em pasto. Combate ao racismo ambiental. 23 de abril de 2021. Disponível em: < https://racismoambiental.net.br/2021/04/23/ditadura-militar-no-brasil-queria-transformar-amazonia-em-pasto/ > Acesso em: 10.10.2021

DRUMBL, Mark A., **Accountability for Property Crimes and Environmental War Crimes: Prosecution, Litigation, and Development, International Center for Transitional Justice** 11 (2009): 1–33. Disponível em: < https://dice.univ-amu.fr/sites/dice.univ-amu.fr/files/public/ra_2016-2017_final.pdf > Acesso em: 15.10.2021

Ecocídio: França aprova tipificação de crime graves contra o meio ambiente. ClimaInfo. 20 de abril de 2021. Disponível em: < https://climainfo.org.br/2021/04/19/ecocidio-franca-aprova-tipificacao-de-crime-graves-contra-o-meio-ambiente/ > Acesso em: 1.10.2021

FALK, Richard A. **Environmental warfare and ecocide facts, appraisal and proposals.** RBDI, 1973-I. pg. 1-27. Disponível em: http://rbdi.bruylant.be/public/modele/rbdi/content/

files/RBDI%201973/RBDI%201973-1/RBDI%201973.1%20-%20pp.%201%20%C3%83%-C2%A0%2027%20-%20Richard%20Falk.pdf > Acesso em: 20.10.2021

HELLER, Kevin, **Skeptical Thoughts on the Proposed Crime of 'Ecocide' (That Isn't), OpinioJuris,** 23.06.2021. Disponível em: <https://opiniojuris.org/2021/06/23/skeptical-thoughts-on-the-proposed-crime-of-ecocide-that-isnt/ > Acesso em: 10.10.2021

HELLER, Kevin & LAWRENCE, Jessica. **The Limits of Article 8(2)(b)(iv) of the Rome Statute, the First Ecocentric Environmental War Crime. Georgetown International Environmental Law Review (GIELR)**, Vol. 20, 2007. Disponível em: < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=979460> Acesso em: 10.10.2021

Independent Expert Panel for the Legal Definition of Ecocide. Commentary and core text. June 2021. Disponível em: < https://static1.squarespace.com/static/5ca2608ab914493c64ef1f-6d/t/60d7479cf8e7e5461534dd07/1624721314430/SE%B1Foundation%B1Commentary%B1and%B1core%B1text%B1revised%B1%281%29.pdf> Acesso em: 10.10.2021

Making ecocide a crime. Stop Ecocide International. Disponível em: < https://www.stopecocide.earth/making-ecocide-a-crime.> Acesso em: 10.10.2021

Nações Unidas. **Declaração das Nações Unidades sobre os Direitos dos Povos Indígenas.** 2007. Disponível em: < https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf> Acesso em: 05.10.2021

Polly Higgins. **Stop Ecocide International.** Disponível em: <https://www.stopecocide.earth/polly-higgins >. Acesso em: 10.10.2021

Você sabe o que é ecocídio? Advogado explica crime e tipificação. Migalhas. 19 de julho de 2021. Direito ambiental. Disponível em: < https://www.migalhas.com.br/quentes/348769/voce-sabe-o-que-e-ecocidio-advogado-explica-crime-e-tipificacao > Acesso em: 03/10/2021.

AÇÕES PARA EVITAR A QUEDA DO CÉU

Renata Rodrigues Marmol[1]

1. DESCOBRINDO O ENCOBRIMENTO

Assim como ensina Chomsky, aqueles que pretendem entender o passado e moldar o futuro devem prestar muita atenção não apenas a prática atual, mas também à estrutura ideológica que sustenta presente (CHOMSKY, 2002, p.24). Ou, em outras palavras, entender como algumas histórias são repetidas para justificar ações para expropriar e exterminar povos. Inclusive, desqualificando humanos da própria noção de 'povo' e encriptando o poder nas mãos de poucos.

O povo constitui o fundamento ontológico de legitimidade do Estado Moderno e Estado Liberal de Direito, todavia esse Estado como se fundou, opera sob a condição de reduzir o povo à impotência absoluta, sua ocultação e até aniquilação. A história do Ocidente foi, e ainda é, escrita sob o signo da dominação política, cultural e econômica, bem como todos os desastres humanitários que o Estado criou como condição de subsistência, toda a crueldade da desigualdade de capital, escravidão e colonialidade, só podem funcionar sob a condição inexorável de eliminação ou neutralização do povo, especialmente, os povos da floresta.

A adoção de modelos de identidade significa duas coisas correlacionadas: primeiro, que a política serviu como uma linha rígida para demarcar a vida; segundo, que para pertencer a um corpo político, todo indivíduo, precisa, antes de se tornar sujeito, antes de exercer sua própria diferença, antes de ser, deve estar de acordo com as qualificações de identidade estabelecidas por um modelo invisível (transcendente). Para o *potestas* continuar ocupando o lugar central do poder deve simular a democracia e, portanto, necessariamente, criptografar o poder. Isso é, o poder, quando intervém de modo a separar política e democracia, o faz ao dissimular a própria democracia, através da construção de totalidades falsas sobre o significado de 'povo'. Com efeito, essa construção ocidental de política encriptada subsiste produzindo "verdades" por meio de suas subjetivações e, para tanto, depende de uma condição: a neutralização absoluta, se não a destruição, da diferença, e no caso específico, da população indígena. (SANÍN-RESTREPO, 2017, pp.2-3)

A criptografia, assim, opera onde quer que haja exclusão da política e o poder é elevado a um conceito transcendente. Consiste em uma forma primária de "solidificação" de poder com base na proibição da criação, acesso e uso de qualquer forma de comunicação através do estabelecimento de modelos transcendentes e linguagens inescrutáveis. Criptografia é a negação do político através de estratificações e ocultação da linguagem e aparece na proibição imposta a muitos de nomear e entender o mundo através de seus próprios termos, através de sua própria produção de diferenças (SANÍN-RESTREPO, 2017, pp.4-5). O que a criptografia nega é a possibilidade de que a diferença seja a ideia reguladora do mundo. É mais que uma manobra para confundir a linguagem, é uma operação de poder para dominar a realidade. A criptografia é, enfim, o monopólio que um grupo hegemônico exerce sobre a realidade, apropriando-se da subjetivação que se subtrai dela própria. (SANÍN-RESTREPO, 2017, pp.7-8)

[1] Mestre em Teoria do Direito e da Justiça pela PUC-MG. Especialista em Direito Constitucional. Advogada. Licenciada em Letras e Literaturas. E, sobretudo, alguém que acredita no poder de contar outras histórias.

A encriptação do poder, em outras palavras, é a encriptação da história. É o fechamento das possibilidades de outras alternativas.

A consequência da história única é isto: rouba a dignidade às pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade partilhada. Realça aquilo em que somos diferentes em vez daquilo em que somos semelhantes. As histórias são importantes. Muitas histórias são importantes. As histórias têm sido usadas para desapropriar e prejudicar. Mas as histórias também podem ser usadas para dar poder e para humanizar. As histórias podem quebrar a dignidade de um povo. Mas as histórias também podem reparar essa dignidade quebrada (ADICHE, 2009). Descriptografar o poder e abrir espaços para as pessoas poderem contar sua história, a história que querem criar.

A descriptografia não se trata de extrair o verdadeiro significado de uma proposição controlada por um determinado contexto, mas de descobrir como esse determinado contexto, esse "jogo de linguagem", foi construído através de uma exclusão primordial da diferença. Descriptografar é reverter a exclusão como a principal forma de dominação e reabilitar a democracia como o único espaço concebível da política e a única ordem da verdade. Descriptografar é tornar a linguagem possível, é reconhecer que o poder como dominação depende exclusivamente do bloqueio do acesso político. (SANÍN-RESTREPO, 2012)

Esse bloqueio do acesso político remonta ao Brasil Império, em que o encobrimento ou exclusão da população indígena e seus direitos no principal documento jurídico do país, a Constituição (em 1824), onde sequer são mencionados, demonstra a intenção de consolidar a ideia de nação brasileira a partir de determinado 'povo'. Ironicamente, o 'povo' brasileiro, protegido, detentor de direitos, consistia nos descendentes europeus, e, o Estado brasileiro procurava se identificada a fisionomia estrangeira, negando o reconhecimento dos donos originários desses territórios.

> A exclusão dos povos indígenas no principal documento do país poderia estar relacionada a diversos interesses, pois a sua ausência pode contribuir para sua anulação enquanto questão identitária para implementação da unicidade do conceito de nação. Não foi por falta de conhecimento da existência dos povos indígenas, fora só o reconhecimento de que estes não estavam dentro do planejamento. A tentativa da construção de uma nação brasileira esteve atrelada à formação territorial. Ao compreendermos que a formação dos territórios no Brasil foi produto das relações sociais, os sujeitos que construíram para a regularização fundiária, por meio da Lei de Terras que, ao instituir as terras devolutas de domínio público e ao estipular a propriedade privada, iniciou o processo de mercantilização das terras. Isso ocasionou uma incessante busca por parte do governo imperial para ampliar os domínios públicos. Diante disso, se intensificou a expansão territorial, em conformidade com os avanços econômicos e, consequentemente, aconteceram mais invasões aos territórios indígenas. (SIMÕES, 2021, p.161-162)

Encobrimento, invasão e dizimação, têm sido a base de consolidação do território brasileiro, ações que, inclusive, foram patrocinadas e promovidas pelo Estado.

> ficou evidenciado que no período do Brasil império a expansão territorial foi fator determinante na expropriação dos territórios dos povos indígenas, desconstituindo suas formas de ser e viver, suas territorialidades. O Estado teve papel fundamental e ativo nessa descaracterização e em nenhum momento se mostrou ativo para a proteção dos donos originários. Nessa perspectiva, o Estado foi conivente com a aniquilação/dizimação de diversos povos indígenas, não os considerando como sujeitos de direito, perpassando a esfera de inúmeras violações. (SIMÕES, 2021, p.163)

Isso revela, além da encriptação do poder, do acesso ao político e do próprio reconhecimento da humanidade das populações indígenas, um nítido racismo de Estado que qualifica a vida, e exclui quem não atende aos padrões estabelecidos. Alguns dos efeitos dessas histórias (mal) contadas serão abordados a seguir.

2. OS EFEITOS DAS HISTÓRIAS (MAL) CONTADAS: RACISMO DE ESTADO, GENOCÍDIO ÉTNICO, ESGOTAMENTO DA NATUREZA

Incialmente, como dispõem Bicalho e Gontijo, seguindo o esteio de Foucault, racismo, em sentido amplo, vai se desenvolver nas sociedades modernas que funcionam baseadas no biopoder, portanto é um fenômeno do Estado moderno. E prosseguem:

> Mas a adição da palavra Estado ao conceito de racismo modifica sua semântica. Se pensa o racismo de Estado sob a perspectiva interna de uma população, de uma massa de indivíduos organizada como povo, de membros de uma nação, de um Estado. Sob essas circunstâncias, o racismo decorre de uma ameaça à sobrevivência dessa massa enquanto coletividade. Essa ameaça, como explica Foucault, não é, sob a égide biopolítica, o perigo da invasão de uma raça estrangeira que viria a conquistá-la ou mesmo aniquilála, mas as diferenças internas dentro de um povo, suas cisões demográficas. Por isso, o racismo de Estado funciona a partir da fratura, da divisão que cinde um povo ao meio e estabelece um conflito. (GONTIJO e BICALHO, 2019, pp.256-247).

Existe, assim, a construção de uma ampla rede de dominação, inclusive cultural, em que qualquer modo de vida diferente da hegemonia capitalista neoliberal é sumaria e consistentemente, fraturado, inferiorizado e reprimido. As sociedades passam a se articular por hierarquização de raças e ideologias dentro da nação. Nesse sentido, o racismo se revela como uma técnica de poder, uma estratégia capitalista amparada, para não dizer promovida, pelos Estados Modernos. (Marmol, 2021)

> Ao longo da modernidade política, essa fratura vai permitir que a escravidão física seja substituída pela escravidão psicológica, sem eliminar a dominação e exclusão no plano cultural. A dominação no plano cultural, por sua vez, vai permitir a expansão e aperfeiçoamento da dominação no plano econômico. Isso porque a dominação de uma classe econômica é vivificada ideologicamente por toda sociedade, por seus valores, hábitos sociais, forma de reprodução social. Trata-se da desqualificação racista do inimigo no interior dos Estados nacionalizados, da purificação das raças no interior dos Estados nacionais. (GONTIJO e BICALHO, 2019, p.230)

Quando transformamos, por meio de histórias repetidas, um certo grupo em inimigo, retiramos dele sua humanidade, sua dignidade, legitimidade. Depois disso, exterminar e expropriar está plenamente justificado.

Assim, opera-se uma intensa desqualificação e opressão do povo em geral, das minorias, dos povos nativos, que resistem face às intensas investidas do capital, e, seja defendendo contra os avanços da mineração, agropecuária ou garimpo padecem das epidemias e espingardas dos brancos, esse povo da mercadoria, que só sabe devastar e retalhar as florestas desde que chegaram.

> Já foram demais os nossos que morreram das epidemias *xawara* espalhadas pelos brancos. Nós, que somos o que resta dos nossos maiores, queremos voltar a ser tão numerosos quanto eles foram antigamente. Não queremos mais ficar morrendo antes da idade. Queremos nos extinguir só quando tivermos nos tornado velhos de cabeça branca, já encolhidos, descarnados e cegos. Queremos que o ser da morte, que chamamos *Nomasiri,* e o da noite, *Titiri,* só nos façam desaparecer quando tiver realmente chegado a hora. Então, ficaremos felizes de morrer, pois teremos vivido bastante tempo, como acontecia com nossos antepassados, antes de encontrarem os brancos. (KOPENAWA, 2015. p. 251)

Os povos da floresta nutrem uma relação simbiótica com seus territórios que vai além da exploração dos recursos para sua subsistência. Trata-se, na verdade, do reconhecimento de que a *Pachamama* consiste em um organismo vivo e por isso deve ser respeitado e protegido, inclusive juridicamente.

> A maior contribuição que os povos da floresta podem deixar ao homem branco é a prática de ser uno com a natureza interna de si. As tradições do Sol, da Lua e da Grande Mãe en-

> sinam que tudo se desdobra de uma fonte única, formando uma rama sagrada de relações e inter-relações, de modo que tudo se conectada a tudo. O pulsar de uma estrela na noite é o mesmo do coração. Homens, árvores, serras, rios e mares são um corpo, com ações interdependes. Esse conceito só pode ser compreendido por meio do coração, ou seja, da natureza interna de cada um. Quando o humano das cidades petrificadas largar as armas do intelecto, essa contribuição será compreendida. Nesse momento, entraremos no ciclo da unicidade, e a terra sem males se manifestará no reino humano. (JECUPÉ, 2020 p.64)

Conforme ensina Jecupé (2020, p.13), "uma palavra pode proteger ou destruir alguém; o poder de uma palavra na boca é o mesmo de uma flecha no arco". Além das ações, são também de palavras que a história é feita. E muitas vozes corajosas se levantaram para pronunciar as palavras angustiadas, cheias de dor e preocupação com a Mãe Terra e com seus filhos. Dentre essas vozes um pajé Yanomami, Davi Kopenawa, que alertou sobre os 'buracos no céu' (o rompimento da camada de ozônio) decorrentes da fumaça da civilização. Alertou sobre como, ao dizimar a floresta e seus povos, o céu pode desabar.

Em termos 'científicos', seria dizer que todo o modo de vida da civilização tem conduzido ao colapso social, ambiental e climático (RAWORTH,2019). A adoção de um modelo de mentalidade, da assunção de apenas um tipo de história têm conduzido a humanidade à (auto) destruição. E, a principalmente, à destruição e extermínio daqueles que defendem a natureza, aqueles que não compactuam com o saqueamento da *Pachamama*.

Da consciência e dessa proteção da natureza que os povos da floresta empreendem, decorrem numerosas lutas, e, igualmente, os massacres que sofrem por defender a terra que os pertence e sustenta as estruturas do céu. Os episódios são vastos, desde o 'descobrimento', depois com a divisão do Brasil pelos (e entre) os 'capitães do mato' que a história oficial chamaria de bandeirantes. E, seja para explorar o ouro, os minérios, agronegócio, eles se mantêm, inadmissivelmente, presentes. Exemplos emblemáticos são o caso yanomami (o massacre Haximu) e do povo guarini kaiowá, além de tantos outros que revelam a sistemática de extermínio, de genocídio étnico, de afronta à humanidade e degradação da natureza.

Estes são alguns dos efeitos das histórias (mal) contadas, páginas dolorosas na história da humanidade que precisam ser gravadas, para que, além da consciência de sua existência, sejam transformadas. Como dizia Pepe Mujica *"quando precisamos de grandes mudanças, as ideias precisam ser sentidas"*. A consciência da opressão, da injustiça, da barbárie, é o primeiro passo para a transformação. E, seguido a isso descriptografar acessos, permitir que as histórias sejam contadas significa abrir a possibilidade que no futuro outras melhores sejam vividas. Histórias que nos ofereçam outro modelo de vida e que ensejem ações para evitar a queda do céu.

3. AÇÕES PARA EVITAR A QUEDA DO CÉU

Se o poder é a capacidade de contar uma história tornando-a definitiva e, considerando que as histórias têm sido usadas para exterminar e expropriar, abrir espaços para que outras sejam ditas, ouvidas, é reconhecer a dignidade de toda memória cultural e conhecimento que vem sendo encoberto.

> A essa memória cultural, por ser muito diferente de sua ideia de história, os estudiosos chamaram de "mitos". E registraram muitos mitos indígenas, que expressam não a invenção de um povo, mas uma voz distante no tempo, no qual tenta traduzir aproximadamente fatos, ocorrências, transformações, mutações do homem e da natureza. Tal memoria tem sido muito abalada nos últimos quinhentos anos não tanto pela influencia que pode ter recebido de fora, mas principalmente pelo fato de ter sido negada e pelo fato de os antigos terem passado um longo período de guerras , mortes, fugas, escravização. (JECUPÉ, 2020, p. 62-63)

Para aqueles que duvidam de que tais mudanças possam ser efetivadas, cita-se o Estado plurinacional, que reassume o papel regulador tanto para recuperar os antigos direitos sociais diminuídos

quanto para confirmar os novos direitos sociais e coletivos (à água, à segurança alimentar, entre outros) juntamente com os direitos da natureza, refletindo novas concepções de direitos e aspirações de uma vida boa, de um *buen vivir,* de diferentes tradições culturais. (SANTOS, 2010, p.13)

As Cartas constitucionais da Bolívia (2009) e Equador (2008) partem de um paradigma diverso do constitucionalismo (neo)liberal que sempre privilegiou o indivíduo como único sujeito de direitos e obrigações. Dentro do reconhecimento dos direitos coletivos, chega-se à proclamação dos direitos da natureza, da *Pachamama*[2], contendo os demais direitos. Instaura-se uma cosmovisão emergente que pretende reconstruir a harmonia e equilíbrio da vida, e esta é a resposta das comunidades destas regiões: o paradigma do *Buen Vivir.* Na Bolívia se utiliza o termo *Vivir Bien* e no Equador *Buen Vivir* (*suma qamaña* em aymará e *sumak kawsay* em quéchua) para designar o paradigma indígena de vida harmoniosa entre os humanos e a natureza. Diametralmente oposto ao paradigma mercantil, antropofágico atual que tem levado à devastação da natureza e da vida. O vanguardismo sul-americano no reconhecimento normativo e consagração constitucional da *Pachamama* resultam das persistentes lutas camponesas e indígenas bem como os movimentos sociais dos referidos países. (ZAFFARONI, 2011).

Tais movimentos mostram como transformações aparentemente utópicas são necessárias e concretizáveis. O Estado Plurinacional mostra que "o diverso não é necessariamente desunido, o unificado não é necessariamente uniforme, o igual não é necessariamente idêntico, o diferente não é necessariamente inferior ou superior" (SANTOS, 2010, p.133). Assim refuta as teses conservadoras do "choque de civilização" em que não é possível a coexistência intercultural igualitária, ao contrário, das dualidades, uma vez reconhecidas como diferenças iguais, emergem criativas soluções conceituais, teóricas e políticas. (SANTOS, 2010, p.60)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma história única há muito vem sendo contada. Uma história de "descobrimento" e não de invasão, uma história de "progresso" e não de devastação, uma história de "crescimento" e não de dizimação.

Histórias servem, como os mitos antigos, para imprimir um certo tipo de racionalidade, de lógica, e, assim, conduzir os comportamentos, a praticar ações. Ações que tem abalado as estruturas do céu, que, se cair, afetará a todos nós.

Pela lógica mercantil, capitalista, neoliberal, a natureza e todos os seres viventes são tão somente recursos e matérias-primas a serem explorados. E, nessa lógica, guiada pelo valor central de obter lucro, tem-se que tudo vale para alcançá-lo. Vale subsalários, vale corrosão de direitos fundamentais individuais e sociais, vale o esgotamento da natureza, e, vale o genocídio étnico que muitas populações vêm sofrendo sistematicamente. Todavia essa (i)lógica procura disfarçar que os efeitos afetam a todos.

Especificamente no que se refere ao genocídio indígena e à expropriação de territórios, estes efeitos resultam em derrubar as estruturas do céu. Significa destruir um conhecimento ancestral que sustenta a consciência de integração com a natureza, *La Madre Tierra*, conhecimentos estes que

---

[2] "Art. 71. *La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos*" (EQUADOR. **Constitución de la República del Ecuador.** Registro Oficial, n. 449, 20 out. 2008. Disponível em: https://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/c onstitucion_de_bolsillo.pdf. Acesso em: 4 fev. 2021.).

"*Dejamos en el pasado el Estado colonial, republicano y neoliberal. Asumimos el reto histórico de construir colectivamente el Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, que integra y articula los propósitos de avanzar hacia una Bolivia democrática, productiva, portadora e inspiradora de la paz, comprometida con el desarrollo integral y con la libre determinación de los pueblos. Nosotros, mujeres y hombres, a través de la Asamblea Constituyente y con el poder originario del pueblo, manifestamos nuestro compromiso con la unidad e integridad del país. Cumpliendo el mandato de nuestros pueblos, con la fortaleza de nuestra Pachamama y gracias a Dios, refundamos Bolivia."* (BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado.** 2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf. Acesso em: 4 fev. de 2021. Preâmbulo.)

decorrem toda a ecologia. À violência e extermínio contra os habitantes da floresta e sua cultura, segue a destruição da natureza, o lar de todos. O resultado é a (auto) destruição.

Tudo isso decorre das histórias (mal) contadas. Histórias de separação entre indivíduos e o ambiente que o circunda. Por isso, é cada vez mais necessário criar espaços para entrar em contato com outras histórias há tempos invisibilizadas, conhecimentos antigos que demonstram nossa interdependência enquanto sociedade, a possibilidade de outros modos de vida e, formas de manter a estrutura do céu, de manter viva *La Madre Tierra*. E então, difundir e aplicar estes conhecimentos para, quem sabe, agir de modo a evitar a queda do céu.

Importante lembrar que todo brasileiro descende, material ou simbolicamente, dos *brasis,* esse povo vermelho como a terra, como o sangue. Por isso todas as violências e genocídios perpetrados nos atingem, porque nós também somos esse povo. Assim, conhecer a(s) nossa (s) verdadeira história (s), ancestral e presente, nos permite reconectar com a humanidade que nos une e com a natureza a qual estamos ligados.

Ao resgatar a humanidade podemos resgatar a dignidade e, o testemunho é o caminho para a cura e para a sensibilização da sociedade. A sociedade faz a política, e, na política é possível abrir espaços para que a história seja contada, e outras, melhores, sejam vividas.

Poder contar outra história, com dizia Krenak, é o meio de adiar o fim do mundo, mas, significa também um caminho para a Vida. Contar outra história é o caminho para construir outro presente. Já que, como nos ensina o Cacique Seattle, *decidimos apenas sobre nosso tempo,* podemos decidir sobre um presente alicerçado na solidariedade humana e em sua relação com a natureza, como exemplifica o constitucionalismo pluranacional, o *Buen Vivir,* em que é possível reconhecer e (con) viver com a diferença, com a diversidade que nos nutre e, mais do que isso, nos mantêm vivos abaixo do céu.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **El buen vivir en el camino del post-desarrollo:** una lectura desde la Constitución de Montecristi. Quito: Fundación Friedrich Ebert, 2010.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma História Única**. TED: Ideas Worth spreading. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?langu age=pt#t-4829. Acesso em: 13 fev. 2021.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 24.

GONTIJO, Lucas A; BICALHO, Mariana F. Paradoxos da modernidade capitalista: racismo, Estado e biopoder. *In:* LIMA, Bárbara N.; GONTIJO, Lucas A.; BICALHO, Mariana F. (org). **Cuba--Brasil:** Diálogos sobre democracia, soberania popular e direitos sociais. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.v. 2.

JECUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. 2. Ed. São Paulo: Peirólopolis, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARMOL, Renata Rodrigues Marmol. **A retomada da (subversiva) solidariedade como alternativa ao neoliberalismo: soluções na sociedade do risco.** São Paulo: Editora Dialética, 2021.

RAWORTH, Kate. Doughnut Economics for a Thriving 21st Century. **[**Entrevista cedida a Tine Hens]. **Green European Journa**l, 13 mar. 2019. Disponível em: https://www.greeneuropean-journal.eu/doughnut-economics-for-a-thriving-21st-century/. Acesso em: 15 fev. 2021.

RAWORTH, Kate. **Economia Donut:** uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

SANÍN-RESTREPO, Ricardo S. Cinco tesis desde el Pueblo oculto. **Oximora Revista Internacional da Ética e da Política,** n. 1, p. 10-39, outono 2012. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/oximora/ar ticle/view/5245. Acesso em: 15 dez. 2020.

SANÍN-RESTREPO, Ricardo. **Notas Sobre el Significado de la Encriptación del Poder Como el Filo de la Navaja de lo Político.** 2017. Disponível em: < https://www.academia.edu/34340556/Notas_Sobre_el_Significado_de_la_Encriptaci%C3%B 3n_del_Poder_Como_el_Filo_de_la_Navaja_de_lo_Pol%C3%ADtico > Acesso em jan/2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina Perspectivas desde una epistemología del Sur.** Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

SIMÕES, Bruna M. Machado. **A formação territorial dos povos indígenas no Brasil Império: uma discussão sobre ausência de direitos.** São Paulo: Editora Dialética, 2021.

ZAFFARONI, Euggenio Raúl. ***La Pachamama y el humano.*** Buenos Aires: Colihue, 2011. Disponível em: https://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/obrasjuridicas/oj_2018080 8_02.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

CIDADANIA RACIAL E INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL NA ADPF 186/DF: A ATUAÇÃO DO 'DEM' COMO UM EXEMPLO DE AUSÊNCIA DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Felipe Gomes Santiago[1]

1. INTRODUÇÃO

Os chamados "Estatutos do Sangue" providos dos ideais Ibéricos – portugueses e espanhóis – do século XIV, exerceram grande influência para a instituição do racismo na sociedade moderna. O objetivo desses estatutos se mostrou no ato de garantir uma limpeza de raças ou uma "pureza de sangue" não somente do ponto de vista de classes sociais, mas também racial (SOUZA, 2008, p. 92 *apud* BOXER, 1981, p. 242). Tendo em vista a judeofobia histórica que moldou a percepção do local cujo os judeus deveriam ocupar na estrutura social, o tratamento que os mesmos foram submetidos acabou em ser influenciado pelos estigmas que os assombravam. Nesse momento, Maria Tucci Carneiro (2000, p. 7) sustenta que o referido tratamento fora caracterizado por etapas de conversão ao cristianismo, expulsão e eliminação dos núcleos sociais.

Dentre os propósitos dos "Estatutos do Sangue", estava disposto o impedimento de que Judeus pudessem ocupar cargos públicos e administrativos, visto que os referidos cargos somente poderiam ser exercidos por cristãos de sangue puro (SOUZA, 2008, p. 84). Diante de tal fato, é possível constatar a condição subalterna e vulnerável desses povos que acabaram em serem transferidos para as margens da sociedade. Não obstante a necessidade comprobatória da situação de cristão para os candidatos aos ditos cargos administrativos, também eram negados tal acesso aos "cristãos-novos"[2], negativa que fora estendida posteriormente aos mulatos e negros, que também foram considerados uma nova classe de cristãos e/ou raças infectadas (CALAINHO, 1992, p. 39).

Acontece que, os "Estatutos do Sangue" acabaram em serem importados às Américas, sobretudo para contexto da América Latina, por meio da colonização dos povos originários latino-americanos. Nessa conjuntura, o rol de atingidos pela denominação de raças infectadas foi significativamente expandido, o que serviu de instrumento para nobreza e para a burguesia manterem o *status quo* de dominação e repressão, dada a estrutura social do Antigo Regime (SOUZA, 2008, p. 99). Isto posto, surge uma legislação discriminatória que justificou, por muitos anos, medidas de segregação racial e social imposta aos negros (CARNEIRO, 2005, p. 28). Legislação essa, que justificara a escravização de povos africanos e indígenas por séculos a fio.

Frente as explanações sobre a origem do racismo na sociedade latino-americana, sobretudo no contexto brasileiro, nota-se a presença de um racismo estrutural que impõe desafios diários aos negros em qualquer relação social que, por ventura, venham se envolver. Nesse sentido, Adilson

[1] Mestrando em Direito pelo PPGD "Novos Direitos, Novos Sujeitos" da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista FAPEMIG. Contato: felipe.santia@hotmail.com

[2] Sobre a nomenclatura "cristãos-novos": "os cristãos-novos passaram a ser discriminados na vida pública e religiosa, considerados como 'filhos da maldição', supostamente obstinados no ódio à Fé Católica e na promoção dos 'grandes males' e 'blasfêmias contra o Reino'. Seu 'sangue impuro' transformava-os em um grupo de párias, tomando o lugar dos judeus enquanto foco de estigma e perseguição, expressos num rol de medidas legais que só tendeu a aumentar a partir do século XVI, generalizando-se, portanto, os estatutos de pureza de sangue no mundo lusitano que iriam englobar todas as instituições portuguesas." (CALAINHO, 1992, p. 38-39)

José Moreira[3] propõe eliminar os mecanismos de exclusão do racismo estrutural – responsáveis pela produção das desvantagens sistêmicas enfrentadas por minorias – por meio de sua vasta obra, que revisita institutos tradicionais do direito, quais sejam a Hermenêutica Jurídica, interpretação constitucional e políticas de ações afirmativas de assistência aos negros no Brasil.

Sendo assim, em "Pensando como um negro: ensaio de hermenêutica jurídica" o referido autor procura trabalhar com uma forma de "desvelamento" do sentido das normas jurídicas, para assim sustentar uma nova tendência de interpretação do direito, baseada no reconhecimento da condição do negro como subalterno (MOREIRA, 2017). Na eminência da falta de representatividade dentro e fora das instituições que compõem a estrutura do Estado, faz-se necessário "pensar como um negro" afim utilizar da hermenêutica jurídica para problematizar e questionar como a forma de agir do jurista branco/hetero/cis de classe média alta impacta na justiça social.

Falar sobre racismo estrutural será de extrema importância para fazer com que o leitor incorpore a pauta da luta antirracista. Contudo, é necessário entender que o processo de discriminação não ocorreu somente no lapso temporal da escravidão[4]. Pelo contrário, pode-se constatar com a implementação de legislações como a Lei da Vadiagem, que o Estado brasileiro adotou medidas de discriminação que culminaram em um encarceramento em massa da população negra, mantendo o estigma que envolve a raça no Brasil. Isto posto, Adilson José Moreira (2020, p. 536) defende que o racismo não deve ser visto apenas como uma questão comportamental de sujeitos racistas com discursos pontuais, mas sim como um mal institucionalizado.

Ao discorrer sobre o fator institucionalizado do racismo, é possível identificar agentes presentes no ordenamento jurídico que se fazem de conceitos universais, homogêneos e formais de igualdade para dificultar o acesso às ações afirmativas e, tentar alcançar a igualdade a partir de métodos de meritocracia ainda mais desiguais (MOREIRA, 2017, p. 398). Os referidos agendes de fazem de seu direito fundamental de liberdade de expressão para levantar argumentos falaciosos que prejudicam a efetivação de ações afirmativas de equidade social. Tal argumento é evidenciado pelo estudo de caso que pretende-se abordar, qual seja a propositura da ADPF 186/DF pelo Partido Democratas (DEM). Para tanto, com o auxílio da tese do mito da democracia racial será possível elucidar falhas institucionais providas de ideologias liberais, baseado na premissa de que membros de grupos minoritários possuem uma compreensão diferenciada das normas jurídicas. Finda-se assim, um novo viés interpretativo das normas jurídicas, sobretudo das normas constitucionais.

2. CIDADANIA COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL ESTRUTURANTE

Excluídos de atos de respeitabilidade social e oportunidades materiais, a população negra se encontra em uma relação de extrema disparidade perante os demais. Se necessário, uma linha de saída e uma linha de chegada pode ser traçada para exemplificar o que ocorre em um processo seletivo. Seja pelo estigma carregado na cor da pele de um negro, ou pela sua condição social pelo qual, não só ele, mas seu antecedentes foram designados é possível identificar uma disparidade

[3] Adilson José Moreira, é um grande jurista constitucionalista negro ativista pela igualdade racial dentro e fora das ciências jurídicas. O autor é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, sendo bolsista do CNPq, além de ser mestre em Direito Constitucional pela UFMG e mestre em *Master of Laws* pela *Harvard Law School*. Ainda, o autor é doutor em Direito Constitucional pela UFMG com estágio doutoral sanduíche na Faculdade de Direito da Universidade de Yale e doutor em *Juridical Sciences* pela *Havard Law School*.

[4] Nesse sentido, explanou o então Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República do Brasil em 2008: "A obra abolicionista, no entanto, não está completa. Nossos ancestrais negros, embora libertos da escravidão, não receberam da sociedade ou do Estado os instrumentos que lhe permitiriam a verdadeira emancipação. O fim da escravidão não resolveu a questão dos negros e negras brasileiros que, retirados de sua terra natal, sem possibilidade de retorno, depararam-se com uma nação construída com o seu trabalho, mas que não os aceita. Privados do acesso à saúde pública, aos bens materiais e culturais e, principalmente à educação, os negros e negras de então não atingiram a plena cidadania." (ALBUQUERQUE; SANTOS, 2008, p. 32).

qualificadora na formação dos negros enquanto cidadãos. Para tanto, Adilson José Moreira sustenta, tendo em vista sua condição como negro, na primeira pessoal do plural que:

> Somos pessoas estruturalmente excluídas porque nossa submissão tem sido parte integrante do projeto político deste país ao longo de toda a sua história. Não recebemos o mesmo apreço cultural porque não somos valorizados da mesma forma que os membros do grupo racial dominante; não possuímos as mesmas condições de existência porque somos sempre excluídos de oportunidades materiais. (MOREIRA, 2017, p. 397).

Como oportunidades materiais, a exclusão em processos seletivos para vagas de emprego – que deveria ser instrumento de qualificação e inserção de cidadãos na esfera social – pode ser um exemplo de como o racismo acaba em se tornar processos de marginalização. A marginalização dos corpos negros se mostra presente na sociedade como um reforço da estratificação hierárquica de raças[5]. Com a influência do racismo estrutural, a marginalização tem sido considerada como um obstáculo significativo para a construção de uma sociedade democrática, uma vez que promove a criação de subclasses sociais de pessoas excluídas da plena participação social (MOREIRA, 2020, p. 535).

As ditas subclasses sociais regularmente são denominadas como "minorias", no que concerne aos grupos de pessoas em situações de vulnerabilidade. Por sua vez, tal nomenclatura pode ser comumente associada em um viés quantitativo, onde a população negra em condição minoritária acaba em ser considerada como uma pequena classe de sujeitos inseridos em um contexto social majoritariamente branco. Tal alegação pode soar ofensiva, na medida que pode intensificar as justificativas das relações de dominação e subordinação eminentes. Por sua vez, minorias tem um significado analítico em um contexto histórico e social. São grupos de pessoas em situação de opressão e menor representatividade, não possuindo direitos assegurados enquanto o lado dominante possui (LOPES, 2019, p. 42).

Entretanto, a perspectiva da luta antirracista deve ser justificada tanto no plano individual quanto no plano político, uma vez que o último detém função destinada àqueles que se beneficiam da concentração de oportunidades, ou melhor, privilégios (MOREIRA, 2020, p. 537). São eles quem tem o poder de mudança, e na ausência de representatividade, o legislador que "pensa como negro" pode contribuir nas questões que envolvem a referida pauta. Contudo, uma das principais formas de discriminação que os corpos negros sofrem, se mostra na dificuldade de serem reconhecidos como sujeitos políticos, como pessoas que têm o exercício da cidadania constitucionalmente protegido, o que os colocam na condição de sujeitos subordinados (MOREIRA, 2017, p. 397).

Ao levar em consideração a condição da população negra como subalterna, e tendo como parâmetro acórdãos prévios que citam o termo, Adilson José Moreira propõe o conceito de "Cidadania Racial" como um "postulado interpretativo do princípio da igualdade" (MOREIRA, 2017, p. 1054 *apud* ÁVILA, 2003, p. 87 – 100). A cidadania se mostra como um conceito de grande relevância em função do papel estrutural que ocupa no Direito Constitucional, sendo utilizada em controles de constitucionalidade e influenciando na interpretação e aplicação de todas as normas jurídicas que afetam direta ou indiretamente o *status* social dos membros desses grupos (MOREIRA, 2017, p. 1055).

O racismo não possui uma forma estática, sempre existe formas de variação em que é possível identifica-lo de novas formas, todavia, seu objetivo central é justamente manter os privilégios do grupo racial dominante (MOREIRA, 2017, p. 1054). Dessa forma, princípios não podem serem interpretados de forma taxativa afim de manter essa relação. Nesse momento, o Estado deve reconhecer sua função reguladora e agir na eliminação dessas relações de dominação visíveis

[5] Sobre o processo de estratificação social, Adilson Moreira (2020, p. 537) vai mais ao fundo ao dizer: "(...) a estratificação social é um processo que precisa ser socialmente legitimado, tendo em vista a incongruência entre valores democráticos e a persistência de desigualdades sociais." (MOREIRA, 2020, p. 537).

e veladas, como pode-se observar ações omissas providas de métodos interpretativos meramente procedimentais que não são compatíveis com a instituição de um Estado Democrático de Direito.

Portanto, contar com o amparo de Cidadania Racial será trabalhar com uma ferramenta constitucional, para além de um princípio de política pública que irá mudar os rumos das instituições estatais que, a partir de então, deverão assumir sua função reguladora para assim, obrigar as mesmas a implementarem medidas destinadas à proteção e emancipação de minorias raciais (MOREIRA, 2017, p. 1056). As discussões acerca da dimensão material e a procedimental do princípio da igualdade, nas perspectivas interpretativas contemporâneas, são legitimadas por esse "postulado interpretativo utilizado por nossos tribunais em decisões sobre a legalidade de ações afirmativas" (MOREIRA, 2017, p. 1084). Ainda, se é para discorrer sobre a legitimação da aplicação desse princípio, pode-se sustentar esse argumento no compromisso constitucional com a erradicação da marginalização.

3. PENSANDO COMO UM NEGRO: O LUGAR DA RAÇA NA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA

A construção de uma interpretação inclusiva se mostra como uma grande preocupação dos teóricos liberais, em busca de uma teoria da justiça como em John Rawls[6] (1921-2002) ou até mesmo no que concerne aos feitos de Rainer Forst[7] sobre os limites da tolerância, ao levar em consideração a capacidade moral de cada indivíduo inserido em determinado contexto histórico e cultural. Em contrapartida, na obra "Pensando como um negro: ensaio de Hermenêutica Jurídica", Adilson José Moreira se faz do método *storytelling* para tentar resolver as lacunas deixadas pela teoria liberal, uma vez que "embora essa seja a preocupação de muitos autores liberais, a proposta de transformação social não pode estar baseada em uma visão meramente teórica do que seja a exclusão" (MOREIRA, 2017, p. 396).

O fato é que, para Adilson José Moreira (2017, p. 396), a relevância do método do *storytelling* se mostra na premissa de que membros de minorias detém uma compreensão diferenciada das normas jurídicas, tendo em vista suas experiências de vida. Isto posto, o texto supracitado inicia-se com um prólogo que relata toda a vivência de seu pai como um negro na sociedade, o que acabou em influenciar, e muito, suas próprias vivências pessoais. O pai de Adilson, apesar de aposentado, trabalhou e continuou a trabalhar muito durante a vida, e diante de um estado de ingenuidade, Adilson sempre gostou de ouvir suas histórias e o considerava um herói.

Com o passar dos anos, Adilson saiu desse estado de ingenuidade perante a "romantização" das discriminações raciais e sociais que havia percebido que seu pai sofria e passou a contesta-las. Sendo vítima de um racismo estruturante da sociedade, o pai de Adilson começara a trabalhar desde os nove anos de idade, não por vontade própria, mas sim para ajudar no sustento do lar, ocupando um lugar de trabalho manual e informal desde sua infância, típico de sujeitos que não são aptos para ocupar o núcleo social e são jogados para as margens da sociedade. Tal condição leva o negro marginalizado para um estado de vulnerabilidade extrema, uma vez que, ao restar apenas trabalhos

---

[6] John Rawls (1921-2002) foi o responsável por romper com os limites impostos pelos bens absolutos da tradição contratualista dos séculos XVII e XVIII. Sua maior contribuição para a Filosofia moral e política, assim como para a Teoria do Direito foi Uma Teoria da Justiça de 1971. Nessa obra, o autor se objetivou criar uma teoria da justiça que combinaria dois pilares necessários para uma boa vida na modernidade, quais sejam a Liberdade individual e a Igualdade entre indivíduos (RAWLS, 2000, p. 9). Para Rawls, a liberdade é considerada um valor supremo da vida humana, a igualdade se mostra como um valor fundamental na convivência política. Sendo assim, uma das características principais de uma sociedade democrática moderna é o reconhecimento do fato do pluralismo de formas de vida, qual seja um fato essencial para efetivação dos princípios de justiça que vão estruturar a sociedade (RAWLS, 2002, p. 94).

[7] Rainer Forst agrega a discussão ao expor a tolerância como um princípio político e uma regra vinculante para a vida em sociedade. O ponto central defendido por ele está em ir além das características conflitantes do conceito de tolerância, para assim, sustentar a existência de uma tensão que extrapola a justificação individual para atingir uma ordem social. Tal ordem social deve ter como compromisso político a realização de fins sociais como a governabilidade, a estabilidade social e a abertura de possibilidades discursivas (FRONZA JÚNIOR, 2018, p. 67).

manuais e informais, muitas vezes esses sujeitos se encontram sem respaldo jurídico. Os referidos relatos pessoais encontrados no texto, sob o método do *storytelling*[8], se mostra como um pressuposto básico para entender o que é pensar como um negro, visto que "pensar como um negro" significa, primeiramente, reconhecer o lugar do negro como um subalterno (MOREIRA, 2017, p. 396).

À vista disso, deve-se desconfiar do ideal individualista e cruelmente positivista que pode ser encontrado no discurso de muitos juristas brancos. Lê-se como juristas brancos, aqueles ditos que chegaram em sua posição de destaque, com o auxílio de seu privilégio social que mantém o *status quo* de dominação e repressão para com os corpos negros. Os referidos juristas brancos são também, na maioria das vezes, heterossexuais, cisgênero e de classe média alta, e se fazem de seu cargo de poder perante a sociedade para contribuir nessa lógica de repressão velada, se fazendo de princípios constitucionais abrangentes para sustentar uma igualdade formal. Eles partem do pressuposto de que vivemos em uma sociedade na qual as pessoas possuem as mesmas oportunidades, e por essa razão, a igualdade deve ser posta de forma unânime (MOREIRA, 2017, p. 399).

Comprova-se a existência dessas ações na Apelação Cível No. 024070612809[9] do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, mas especificamente no voto de Maurílio Almeida de Abreu, onde foi declarado a inconstitucionalidade de programas de ações afirmativas baseado no argumento de que a exclusão social dos negros decorre de problemas de classe social e não de racismo. Para Adilson (2017, p. 399), "a defesa da igualdade também pode ser uma estratégia de dominação", além de que o autor constata que o Estado Liberal é um Estado racial, e por essa razão, a igualdade formal de oportunidades nunca pode se concretizar. Isso porque, as oportunidades sociais estão inteiramente concentradas nas mãos dos membros da classe dominante, transformando a meritocracia em um argumento hipócrita e a igualdade formal em um mito liberal (TELLES, 2005, p. 139; JACCOUD, 2008, p. 97).

O formalismo jurídico não é uma ideologia promissora positiva para se interpretar o mundo. Nesse sentido, um jurista "negro" não pode se deixar encantar por esse formalismo, dado o prévio conhecimento de que juízes também são agentes ideológicos (MOREIRA, 2017, p. 402). De uma vez por todas, os princípios constitucionais abrangentes servem para que os juristas possam interpretar normas sob métodos cognitivos que possam estar internalizados no processo de socialização concernentes à uma sociedade multiplural.

4. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL NA ADPF 186/DF

Ajuizada no ano de 2009 pelo Partido Democratas (DEM), a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186 teve o propósito de questionar o sistema de cotas raciais adotado pela Universidade de Brasília (UnB), programa que reservara 20% das vagas de seu processo seletivo para candidatos afrodescendentes, o que prejudica a efetividade do objetivo de sustentar a justiça como equidade e fazer da sociedade brasileira uma sociedade mais justa e solidária. Dentre os argumentos sustentados na petição inicial, é possível destacar o argumento falacioso sobre o princípio constitucional da igualdade exigir um tratamento simétrico entre negros e brancos porque os membros desses grupos estão igualmente situados.

Mais uma vez, o *storytelling* encontrado nas produções de Adilson José Moreira (2017) serão de extrema importância para exemplificar que tais argumentos saem do fórum discursivo e penetram

[8] O Storytelling é uma metodologia de aprendizado ativo. De acordo com Marcelo M. Valença e Ana Paula Balthazar Tostes (2019), o storytelling é caracterizado com o uso de narrativas com significado social ou cultural, que tem como objetivo promover a reflexão acerca de conceitos e valores, de forma a consolidar essas ideias abstratas por meio da percepção da relevância e significância de tais conceitos e valores a um grupo de indivíduos, que no caso do presente texto seriam indivíduos que compartilham da mesma condição marginalizada de serem negros. No storytelling é comum se fazer de recursos de memória, para transmissão de valores e uso de personagens para evidenciar narrativas que descreverão lições sobre comportamento.

[9] Para tanto, ver: BRASIL. Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Apelação Cível No. 024070612809, Órgão Julgador: 4a. Câmara Cível, Voto: Maurílio Almeida de Abreu, 15/12/2009

na esfera pública, por meio de juristas munidos da igualdade formal. Logo no prólogo da produção "Pensando como um negro: ensaio de hermenêutica jurídica", Adilson Moreira relata uma experiência vivenciada em um debate sobre legalidade de medidas de inclusão racial. O referido debate fora organizado entre conservadores e progressistas para compor a mesa, e no decorrer de suas explanações Adilson acabou sendo interrompido diversas vezes. As intervenções partiam de alegações sobre as ações afirmativas serem largamente ineficazes pois só beneficiavam a classe média negra, além da raça ser uma categoria biológica que não deve ser relevante para a adoção de políticas públicas (MOREIRA, 2017, p. 394).

Diante de tal relato, é de fácil indagação como lideranças conservadoras, dotadas de discursos falaciosos e banalizadores estão em voga. Seja pela presença de um chefe do Poder Executivo[10] que pouco flerta com os ideais progressistas da Constituição da República de 1988, seja no legislativo com a omissão de tratativas das demandas sociais. Contudo, perante o estudo de caso que se desenvolve na presente pesquisa, é possível refletir acerca do surgimento e permanência desses agentes banalizadores na sociedade. Para tanto, será necessário discorrer sobre o histórico de quem propôs a ADPF 186/DF, qual seja o Partido Democratas (DEM).

5. DE "ARENA" PARA "DEM": UM EXEMPLO DE AUSÊNCIA DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Aliado ao argumento de que o sistema de cotas no Brasil pode criar um modelo de Estado racial[11], o Partido Democratas (DEM) se mostrou contra a política de ações afirmativas que havia sendo aplicada na Universidade de Brasília (UNB) em 2009. Por essa razão, faz-se necessário revisitar as origens e propostas do referido partido, afim de elucidar sua postura análoga aos juristas brancos que tanto Adilson José Moreira alerta.

Apesar de ter sido criado em 28 de março de 2007, o Partido Democratas tem suas origens datadas de 1966 sob o nome de Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O partido Aliança Renovadora Nacional havia sido instituído pelo Ato Institucional nº2 (AI-2) em 1965, ato institucional que eliminou todos os partidos políticos pré-existentes e instituiu dois partidos afim de transparecer um ideal de oposição. Entre os dois partidos, o ARENA ficou conhecido ao longo da história com o "partido dos militares" ou "partido da situação", enquanto o MDB exercia um papel de oposição (BRITO, 1981, p. 220). O bipartidarismo foi uma estratégia dos militares com objetivo de enfraquecer os grupos políticos de oposição, o que facilitou o controle e a repressão (BRITO, 1981, p. 221).

Por sua vez, em janeiro de 1980 o ARENA é rebatizado como Partido Democrático Social (PDS). Como sucessor direto do ARENA, qual seja o braço direito dos militares, o PDS foi o destino das principais lideranças que apoiavam o regime militar. Com o discurso de ser um "partido da reforma e da transformação" o PDS propunha a implantação de uma "democracia social" no Brasil, contudo, suas características providas da ditadura nunca o deixaram, o que demonstra que suas intenções não condiziam com a realidade (LEAL, 2012).

Diante da formação da Aliança Democrática entre a Frente Liberal e o PMDB, assim como a eleição de Tancredo Neves em 1985, o Partido Democrático Social foi obrigado a reunir forças com a ajuda do "centrão" para atuar na Assembleia Nacional Constituinte. Mesmo assim, com o passar do tempo a relevância do PDS acabou em se esvair, o que resultou em uma adaptação do partido com uma nova nomenclatura, qual seja Partido da Frente Liberal (PFL) em 24 de janeiro de 1985. Por fim, o PFL se manteve por um período entre 1985 até 2007, quando acabou em se

[10] Para tanto, ver: DOS REIS, Talita Ferreira de Brito. Bolsonaro governa para uma minoria. JUSTIFICANDO: Mentes inquietas pensam direito. Brasil, 1 de julho de 2019. Disponível em: http://www.justificando.com/2019/07/01/bolsonaro-governa-para-uma-minoria/ . Acesso: 02/08/2021.

[11] Para tanto, ler o argumento firmado pela advogada do DEM Roberta Kaufmann: "A imposição de um modelo de Estado racializado traz consequências perversas para a formação da identidade de uma nação. Criam-se identidades paralelas, bipolares, e não um sentimento de cultura nacional." (BRASIL, 2009, p. 29). BRASIL. Partido dos Democratas. Petição Inicial, Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 186, 20.07.2009

tornar o Partido Democratas (DEM). Contudo, a perda da presidência da república de seu maior aliado – o PSDB – em 2002, trouxe novos desafios para sua resistência. Sendo assim, foi em 2007 quando o PFL se rebatizou como Democratas (DEM), com o objetivo de renovar-se diante do eleitorado brasileiro em situação de transformação.

Constata-se pois, que os autores da ADPF nº 186/DF tem um longo histórico de ações baseadas no conservadorismo, para além de suas alianças. Suas origens antidemocráticas e seus desdobramentos, demonstram ideologias datadas do golpe de 1964 que podem influenciar, e muito, a efetivação de direitos já devidamente estabelecidos. Todo o histórico do Partido Democratas é um belo exemplo de como o processo de redemocratização do Brasil não fora plenamente efetivado, uma vez que se mostra como um acordo dilatório que mantem acessa a chama do autoritarismo (MEZAROBBA, 2006, p. 109). Nesse sentido, Glenda Mezarobba (2006) considera que, no contexto brasileiro, o processo de transição política entre a ditadura de 1964 e a promulgação da Constituição da República de 1988 como um método de esquecimento. Finda-se, com a transição, a presença de um compromisso dilatório com o passado autoritário brasileiro que disfarça a real identidade nacional para com sua Carta Magna.

Ainda, ao considerar a Constituição como um sistema de direitos e não como uma legislação extremamente formal, Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira defende um modelo de democracia "sem espera", onde a justiça de transição seria como "um processo constituinte democrático de longo prazo", na proeminência de tratar a Constituição "como projeto aberto e permanente de construção de uma sociedade de cidadãos solidários, livres e iguais" (CATTONI, 2010, p. 228-229). Sendo assim, fica evidente que a presença dos agentes por trás do Partido Democratas é um exemplo de ausência de justiça de transição. Tal constatação aliada à tese de Adilson José Moreira, com a Cidadania Racial como um princípio constitucional estruturante perante as demandas presentes na sociedade, assim como a presença de juristas que "pensam como um negro", vão acabar em proporcionar uma justiça social mais estridente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao utilizar como parâmetro a condição do negro como subalterno, sempre marginalizado pelo racismo estrutural inerente ao contexto brasileiro, a tese de Adilson José Moreira vai de encontro ao ponto sobre como deve ser tratado a discriminação racial sistemática. Sob o olhar da Cidadania Racial – princípio interpretativo já previamente utilizado nos tribunais brasileiros em decisões sobre a legalidade de ações afirmativas – constata-se que além de ser um princípio de políticas públicas, ele é um princípio com uma dimensão ética capaz de proporcionar condições para que seja atingida a solidariedade social, com a eliminação de estigmas culturais providos da experiência colonial do Brasil – como os "Estatutos do Sangue" que estimulam, por séculos, a marginalização dos corpos negros.

Tendo em vista a existência de um princípio constitucional estruturante que revisa a abrangência do princípio básico da igualdade, quando utilizado conjuntamente com o princípio da cidadania racial por um jurista que "pensa como um negro", será possível atingir um *status* social nunca antes atingido. O jurista que "pensa como um negro" identifica a situação de vulnerabilidade das relações entre o privilégio branco e a opressão negra, e assim trata os desiguais na medida de suas desigualdades. Nas palavras de Adilson José Moreira, "um jurista que pensa como um negro precisa interpretar a igualdade tendo em vista as relações de poder que estruturam os lugares sociais dos diferentes grupos raciais" (MOREIRA, 2017, p. 417).

Ao levar em consideração a propositura da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186/DF que buscou declarar a inconstitucionalidade de ações afirmativas que haviam sido inseridas em processos seletivos na Universidade de Brasília, é possível identificar agentes análogos a situação descrita por Adilson Moreira como "juristas brancos" que, por ventura, tem históricos datados do período da ditadura militar. Tal fato evidencia o argumento de Glenda Mezarobba so-

bre a transição da ditadura militar de 1964 para a democracia em 1988 ter sido um compromisso dilatório que mantém atuante resquícios antidemocráticos. Para tanto, o problema supracitado pode ser tratado como um processo aberto e longo de redemocratização.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcia Maria; DE SOUSA, Francisca Ilnar. **Efetivação do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas: uma abordagem sócio jurídica.** Fortaleza: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios. Da definição à aplicação dos princípios**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BRASIL. Partido dos Democratas. Petição Inicial, Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 186, 20.07.2009

BRASIL. Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Apelação Cível No. 024070612809, Órgão Julgador: 4a. Câmara Cível, Voto: Maurílio Almeida de Abreu, 15/12/2009

BRITO, Luís Navarro de. **O bipartidarismo nas eleições de 1978**. In: FLEISCHER, David V. org. **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Univ. de Brasília, 1981. v. 1. p. 220-239.

BOXER, C. R. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

CALAINHO, D. **Em nome do Santo Ofício: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial**, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

CARNEIRO, Maria Tucci. **Preconceito racial em Portugal e no Brasil colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARNEIRO, Maria Tucci. **Holocausto: crime contra a humanidade**. São Paulo: Ática, 2000. (Coleção História em Movimento)

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Democracia sem espera e processo de constitucionalização: uma crítica aos discursos oficiais sobre a chamada "transição política brasileira"**. BRASIL. Comissão de Anistia. Ministério da Justiça. Revista Anistia Política e Justiça de Transição. N. 3 (jan./jun. 2010). Brasília: Ministério da Justiça, 2010, p. 200-230.

DOS REIS, Talita Ferreira de Brito. **Bolsonaro governa para uma minoria**. JUSTIFICANDO: Mentes inquietas pensam direito. Brasil, 1 de julho de 2019. Disponível em: http://www.justificando.com/2019/07/01/bolsonaro-governa-para-uma-minoria/ . Acesso: 02/08/2021.

FRONZA JUNIOR, Edegar. **Tolerância a um conceito em disputa: uma nova perspectiva a partir do pensamento de Rainer Forst**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Florianópolis, 2018.

JACCOUD, Luciana (org.). **A construção de uma política de igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos.** Brasília: IPEA, 2009.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O curioso caso do PMDB: Digressões sobre Benjamin Button e o cenário das eleições municipais.** Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política Ano IV, Número VI, Setembro de 2012, 2012.

LOPES, Ana Maria D´Ávila. **Proteção e implementação dos direitos das minorias culturais.** In: BAHIA, Alexandre; COSTA, F.V.; GOMES, M. F. (orgs.). Gênero, sexualidade e direitos fundamentais para além do binarismo. Porto Alegre: Fi, 2019, p. 38-55. Disponível em: https://www.editorafi.org/747hermeneutica

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro - a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro**. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2006.

MOREIRA, Adilson. **Pensando Como Um Negro: ensaio de hermenêutica jurídica.** Revista de Direito Brasileira, v. 18, n. 7, p. 393-421, Set./Dez. 2017.

MOREIRA, Adilson. **Cidadania Racial**. Quaestio Juris, vol.10, n. 02, 2017, p. 1052-1089.

MOREIRA, Adilson José. **Tratado de direito antidiscriminatório**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e de Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Brasília: Instituto Teotônio Vilela; São Paulo: Editora Ática, 2002.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. **Uma trajetória racista: o ideal de pureza de sangue na sociedade ibérica e na América portuguesa.** Politeia: Hist. e Soc, v. 8, n. 1, p. 83-103, 2008.

TELLES, Edward. **Race in another America: the significance of skin color in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 2004. 334 p.

VALENÇA, Marcelo M.; TOSTES, Ana Paula Balthazar. **O Storytelling como ferramenta de aprendizado ativo.** Carta Internacional, v. 14, n. 2, 2019.

DIREITO, MEMÓRIA, PARADOXO E PERTENCIMENTO ANTE OS DEZ ANOS DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

Cleisson Junior dos Santos[1]

Josiane Veridiana Carmelito[2]

1. INTRODUÇÃO

O objetivo geral do presente trabalho é analisar o Direito, Memória, Paradoxo e Pertencimento numa perspectiva crítica e filosófica à luz dos dez anos do Estatuto da Igualdade Racial no Brasil (Lei 12.288/10. Optou-se pela revisão bibliográfica como a metodologia para desenvolver o presente trabalho.

É indispensável para estudo proposto, compreender direito e memória, mormente no que diz respeito a sua repercussão nas relações sociais e raciais. Nesse sentido, o Estatuto da Igualdade Racial traz o conceito de discriminação racial para o efeito da lei, a saber, no art. 1º, parágrafo único, inciso I:

> Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se: I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada. (BRASIL, 2010).

A aplicação do direito e memória nos atos de violência praticados em desfavor da população negra é evidente quando se analisa as manifestações organizadas de protestos contra estes atos, uma vez que, não são mais toleráveis, tanto no ponto de vista moral, quanto legal.

As práticas de violações de direitos contra negros vêm sofrendo grande repudio da sociedade organizada, dos juristas, filósofos da modernidade, dos movimentos organizados, sendo que a partir do advento do Estatuto da Igualdade Racial passa a ser crime várias ações que antes até mesmo para o direito era aceitável.

O reflexo imoral do racismo estrutural, pode ser visto na memória do povo, como algo profundo, entranhado na raiz do povo brasileiro, Almeida (2018, p.15) traz essa informação esclarecendo:

> (...) que as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade.

O que se destina a lei é fazer com que a população negra esteja em pé de igualdade de direitos em relação aos não negros. O desenvolvimento de consciência racial para ruptura com o imaginário que perpetua a ausência de participação da pessoa negra no trabalho, políticas públicas, saúde e beleza, cultura e educação, em outros inúmeros espaços que agora se impõe por meio da lei, ordenando pelo imperativo legal uma reflexão mínima, e assim romper o aparelhamento de

[1] Mestrando em Direito – PPGD PUC Minas (Bolsista Institucional) – cleisson.santos@sga.pucminas.br

[2] Advogada. Especialista em Direito do Trabalho pelo IEC - PUC Minas - jveridiana@gmail.com

controle e manutenção das estruturas de poder e privilégios de um determinado grupo, que se esforçam e se reproduzem de inimagináveis maneiras e sofisticação.

Lélia Gonzalez, quando escreve sobre democracia racial ela cita que o racismo e discriminação racial são coisas bem concretas e responsáveis por desigualdades terríveis. Que segundo a autora aquele papo de "exige-se boa aparência" nos anúncios de emprego, pode-se traduzir por: "negra não serve", para cargos como de secretárias, recepcionistas de grandes empresas entre outros serviços que fogem a invisibilidade, que trabalhadora negra só deixavam o lugar da "cozinha". Que o aquele chamado "não tem nem voz", infundiram para um levante, aqui fala-se da Lei 12.288/10, e confirma suma importância para reavaliar as instituições. Assim tenta trazer, brancos e negros a imanar e lutar contra formas de opressão colonialistas, respeitando as diferenças para uma grande transformação social efetiva e igualitária desse país.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Os principais aspectos do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10)

Pode-se afirmar que o século XXI inaugurou um período marcado pela luta e mobilização das organizações negras, as quais impulsionaram a adoção de medidas positivas, objetivando a criação de condições materiais de igualdade, inclusive no ordenamento jurídico nacional, como a proposta do Estatuto da Igualdade Racial, em junho de 2000.

Dez anos depois, em 20 de julho de 2010, no governo do Presidente Lula, foi sancionada a Lei 12.288, que instituiu o denominado Estatuto da Igualdade Racial. O referido dispositivo legal possui sessenta e cinco artigos, os quais foram divididos em 04 títulos (BRASIL, 2010).

Em certa medida, a aprovação do estatuto representa um importante momento no aperfeiçoamento da sociedade brasileira, já que proporciona a população negra do Brasil, a igualdade de oportunidades, a prevenção dos direitos étnicos individuais e coletivos e o combate a toda e qualquer forma de discriminação. A carta de motivos da lei, ressalta que seu texto se coloca como sendo uma das mais importantes ações afirmativas em prol da comunidade afro-brasileira, pois resgata de forma oficial a contribuição histórica da etnia à constituição da nacionalidade.

O Estatuto dentre outras coisas, prevê a efetivação da igualdade de oportunidade, defesa dos direitos e combate a discriminação e outras formas de intolerância relacionada à etnia negra. O seu texto ainda destaca que é dever do Estado e da sociedade garantir amplamente a igualdade de oportunidades aos indivíduos, independentemente da etnia a qual o indivíduo pertença (BRASIL, 2010).

Alguns pontos trazidos pelo diploma legal são importantes de serem analisados, para que a seguir possamos traçar a discussão que se pretende com esse trabalho.

No Título I há as disposições preliminares, o objetivo geral, a definição de conceitos importantes para a compreensão e aplicação do estatuto, tais como, discriminação racial, desigualdade racial, desigualdade de gênero e raça, população negra, políticas públicas e ação afirmativa (BRASIL, 2010).

O art. 1º apresenta o fundamento maior da lei, qual seja, "garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica" (BRASIL, 2010).

Na sequência, o mesmo título descreve que discriminação racial ou étnico-racial é toda a distinção, restrição ou preferência baseada na cor, raça, descendência ou origem nacional ou étnica que possa anular o restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outra área da vida pública ou privada.

No que se refere a desigualdade racial, de acordo com o estatuto, pode ser definida como sendo toda a situação injustificada que diferencie o acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em razão de raça, cor, descendência ou origem nacional ou

étnica. A desigualdade de gênero e raça foi abordada como uma assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais. População negra, consoante a norma, é o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas.

O Estatuto da Igualdade Racial define também que políticas públicas são as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais. No que que tange a ações afirmativas, esclarece que os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção de desigualdades raciais e para a promoção de oportunidades.

Percebe-se que no título I da Lei, há uma definição quanto ao dever do Estado e da própria sociedade em garantir a igualdade de oportunidades, sendo que todo cidadão brasileiro, independente de etnia ou da cor da sua pele, deve ter direito à participação na comunidade, pincipalmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas.

O primeiro Título do Estatuto ainda evidencia a necessidade de se eliminar os obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que por vezes, impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada, conforme dispões o art. 4º:

> Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas as reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas, pública e privada, durante o processo de formação social do país (BRASIL,2010).

Já o título II, é composto por seis capítulos que versam acerca dos direitos fundamentais, sendo eles: educação, cultura, esporte, lazer, liberdade de crença, livre exercício dos cultos religiosos, bem como acesso à terra, à moradia, ao trabalho e aos meios de comunicação.

> Art.9º: A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira (BRASIL,2010)

De acordo com o segundo Título, para o cumprimento de tais direitos, os governos federal, estadual e municipal devem promover ações que viabilizem o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer para que ocorra a promoção social e que a cultura negra faça parte da cultura de toda a sociedade. Houve a determinação da obrigatoriedade do estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, sendo tais conteúdos ministrados em todo o currículo escolar.

> Art.12: Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra (BRASIL,2010).

A Lei 12.888/10 ainda deixa evidente que a cultura deverá ser garantida e preservada. O poder público assegurará o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação negra, bem como preservará os documentos e dos sítios referentes à história de antigos quilombos. Haverá pleno acesso da população negra ao esporte e ao lazer, e a capoeira reconhecida como desporto de criação nacional, consoante os arts. 21 e 22 (BRASIL, 2010).

O Capítulo 3 do Título II, defende as liberdades de crença e livre exercício dos cultos religiosos para os afrodescendentes e elucida que o poder público adotará medidas necessárias para o combate à discriminação de seus seguidores.

O Capítulo IV dispõe que à população negra , são assegurados os direitos à terra e à moradia nas áreas urbana e rural. No que se refere ao acesso à terra, o art. 27 fala: "O poder público elaborará e implementará políticas públicas capazes de promover o acesso da população negra à terra e às atividades produtivas no campo". No que tange ao direito a moradia, os arts. 35 a 37 colocam a obrigação do poder público em proporcionar o direito à moradia adequada (BRASIL, 2010).

Ainda, deve-se frisar que o capítulo V define que o poder público, para o direito ao trabalho, promoverá ações que assegurem as oportunidades no mercado de trabalho, inclusive adotando a

promoção de igualdade nas contratações do setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas, conforme dispõe os §§ 1º e 3º do art.39. O mesmo capítulo expõe o direito aos meios de comunicação para que seja valorizada a herança cultural e assegurada a participação da população negra em empregos tais como de ator, figurante e técnicos (BRASIL, 2010).

Na sequência, temos o Título III, que é dividido em 5 capítulos, e versa acerca do Sistema Nacional da Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), que tem como principais objetivos:

> Art.48 I – promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas; II – formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra; III – descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais; IV – articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica;V – garantir a eficácia dos meios e instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas (BRASIL,2010).

O Capitulo IV do mesmo Título, estabelece a instituição de ouvidorias nos âmbitos dos Poderes Legislativo e Executivo, "para receber e encaminhar denúncias de preconceito e discriminação com base na etnia ou cor e acompanhar a implementação de medidas para promoção da igualdade" (art. 51). Estabelece medidas para que sejam cumpridos os direitos inerentes à etnia negra. Além disso, o capítulo assegura às mulheres negras que estejam em situação de violência, o acesso à assistência física, psíquica, social e jurídica (BRASIL, 2010).

O financiamento das iniciativas de promoção da igualdade racial está delineado no Capítulo V do Título III. Nesse sentido, nos termos do art. 56, na implementação dos programas e das ações constantes dos planos plurianuais e dos orçamentos anuais da União, deverão ser observadas as políticas de ação afirmativa e outras ações que tenham por meta a promoção da igualdade e oportunidades e a inclusão do negro na sociedade brasileira.

Por fim, temos as o Título IV, que traz as disposições finais do Estatuto da Igualdade Racial, as quais evidenciam que as medidas instituídas na lei não excluem outras que beneficiem a população negra que tenham sido ou que venham a ser adotadas nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal. Além disso, as disposições finais impõem responsabilidade ao Poder Executivo Federal para a criação de instrumentos para a eficácia social das medidas adotadas pela lei.

Nesse sentido, é notório que o Estatuto da Igualdade Racial cumpre sua função material de ação afirmativa no que se refere a população negra, sendo ao menos em termos formais/legais, medida que tenta proporcionar à população negra o Brasil a efetivação da igualdade de direitos, defesa de seus interesses, história, e principalmente diminuição do racismo.

Torna-se fundamental, o acesso a memória como intensão de mudança, o que a classe dominante, o movimento de reconhecimento como coletivo ao qual se pertence e se ver como sujeito humano, irromper com o processo de subalternização imposto pelo grupo dominante que perpetua a indiferença em relação ao negro o arremessando ao paradoxo, o viés que naturaliza a sensação de integração e ao mesmo tempo rejeição, no caso sócio racial.

Diante as informações constituem explicação plausível a desmistificação paradoxal, uma vez que, o sistema age como instrumento que proporciona um nível sofistico para perpetuação estratégica de manutenção de benefícios a um grupo dominante o que dificulta o progresso social a fim de extinguir as desigualdades raciais.

2.2. O pertencimento e a memória do povo negro: O Estatuto da Igualdade Racial como marcador de inclusão sócio racial e a desmistificação paradoxal

O ato de escrever remete a tornar-se sujeito, romper com à posição em que o negro foi arrastado, abandonar a "máscara" que impede o negro de interromper a posição que não o representa, um ciclo infernal, o da subalternidade, (KILOMBA, 2019, p.28).

Falar é ato de resistência, ato que se entende que o outro terá de ouvir, definitivamente o Estatuto da Igualdade Racial é o ato de falar, formal, que o branco tem que ouvir, cumprir.

É a materialização dessa ruptura com essa "máscara", com esse manto, que tenta manter, encobrir, o negro em posição de inferioridade. O desconforto que a Lei em comento disciplina e fomenta, o sujeito negro manifestar-se por si, cobrando seus direitos estatutários, que impõe como norma jurídica o respeito aos direitos para todos, enfaticamente para que esse respeito se normalize e perpetue. (Kilomba, 2019, p.33)

Esses propósitos de disputa dos movimentos sociais compreendem o reconhecer a si mesmo, refletindo no sentimento de pertencimento, se desdobrando em um esforço na manutenção da raça, que pudesse romper com o passado, e alicerçar o respeito frente a imposição do cumprimento da lei, e chamar a responsabilidade social acerca do reconhecimento da população negra como ser de direito e pertencente ao todo.

Quando da representação da "máscara" no livro Memória da Plantação ferro forjado para impedir o debate da mulher negra, escravizada, no livro a autora, impõe uma mudez, entende-se a ideia da "máscara" como um meio de silenciamento, ausência de troca, de reconhecimento da população negra, negação da humanidade do outro, o único reconhecimento é do projeto estrutural que perpetua na atualidade, silenciamento, da própria humanidade do negro.

A grande amplitude de direitos reverberada a partir da Lei 12.288/10, traz esse viés que interliga com o que direciona essa conscientização coletiva capaz de fazer com que o sujeito negro seja ouvido, essa fala da verdade na reivindicação de diretos.

Esse controle do poder de fala, faz com que não chegue a mensagem ao receptor, e esse espaço de fala que torna o sujeito negro como instrumento de reconhecimento, uma vez que, não se pode falar, o negro reivindica e move a estrutura, mas se não há uma estrutura que permite? (KILOMBA, 2019, p. 38)

Por essa razão, visualizar novas estruturas contendo múltiplos marcadores para reconhecer os direitos da população negra, a igualdade formal, ou seja, perante a lei, no campo jurídico a "máscara" violenta do silenciamento do sujeito negro, confirma a luta do sujeito negro para mudar a forma material de como os direitos foram encarados, sem abertura. Neste interim, a Lei regulamenta a sua voz, a sua fala, para ser sujeito humano, ser visto como humano, e de forma marcante impor o mecanismo de pertencimento, autor de si, que interage com o todo, na participação social de diretos.

É nesse sentido de construção que a memória está relacionada, essa descoberta de ser de direitos, pois até hoje existe uma ligação ao fato de que a negritude é socialmente construída como algo de negativo. Essa angústia marcada na legislação busca romper com o passado que se pretende descontruir. Ligar o passado para uma adesão coletiva popular social positiva da imagem do povo negro, pela ancestralidade, e o não esquecimento das lutas perpetradas, e dessa união buscar a proteção do corpo negro que mesmo após o Estatuto está em risco.

Adilson Moreira, em seu livro, Pensando como um Negro, relata que nunca via pessoas negras na televisão, ou em locais importantes, que pessoas brancas só tinham admiração pelo *Pelé,* que quando o autor, por suas boas notas escolares, mesmo diante um elogio por essas notas, o tentavam humilha-lo (Moreira, 2019). Essa percepção de não pertencer, Moreira reverbera quando cita sobre comentários irônicos sobre ele, negro, por ter aspirações que somente estava destinada aos brancos. Esse imaginário segregacionista, não faz a sociedade prosperar e se transformar.

O reconhecimento dos vínculos entre as pessoas negras, mesma experiência, usando fenótipos como solidariedade cultural, que para Moreira afirmar a identidade negra é uma ação política, base para a construção de solidariedade entre minorias, e se instalar confusão entre direito e política, o direito não pode ser uma forma neutra, o direito deve ser pensando como um propósito central,

qual seja, alcançar a justiça social, aqui evidenciado pela Lei 12.288/10 como instrumento de inclusão social racial negra.

Com um conjunto de políticas de ações afirmativas, que contemplam a população negra, as comunidades tradicionais de matriz africana e os quilombolas conforme descrito no tópico anterior, o Estatuto arrisca corrigir disparidades históricas no acesso a direitos que ainda não são plenamente desfrutados por toda a população brasileira.

O povo negro, há muito não consegue de forma ampla se sentir pertencente e com suas memórias preservadas. Em seu livro, Tornar-se Negro (1983), a Psiquiatra e Psicanalista Neuza Santos traz uma série de reflexões a respeito dos fatores de neuroses e outras doenças psíquicas ocasionadas às pessoas negras no Brasil, em decorrência de suas compulsões de ajuste aos padrões estéticos e comportamentais do mundo branco.

Em outras palavras, a autora exerce uma análise dos efeitos do racismo antinegro na formação da subjetividade das pessoas negras no Brasil, especificamente a partir da evidenciação da incidência de neuroses e adoecimentos psíquicos diversos à população negra em ascensão ou em busca de distinção social rumo ao mundo dos brancos.

Neuza Santos (1983) nos contextualiza a angústia do preto na busca constante por ser reconhecido em uma sociedade cujo racismo antinegro é algo eclipsante. Desse modo, doentiamente, todos os esforços do negro em humanizar-se, em tornar-se gente traduzem-se psiquicamente em dor e negação egodistônica, por meio de sucessivas tentativas frustradas de construção identitária do falso inútil ideal de ser branco.

A autora esclarece que tal ideal perverso advém de um contexto cultural e histórico em que os negros, originalmente na condição de africanos escravizados–definidos e reduzidos como de outra raça–foram relegados a papeis de inferioridade e subalternidade à humanidade branca. De fato, o limiar existencial do negro define-se na formação da sociedade brasileira–a partir das condições como ele deve tratar o branco: que é o ser ao qual tudo se deve conceder. Entre amor, frustração e recalque, é estabelecido ao negro o lugar do ódio e da negação, onde a sua subjetividade se define entre a admiração e a veneração aos brancos e a abjuração a tudo o que remete aos outros negros.

Assim, Neuza Santos (1983) afirma que nesse limbo de rejeição, lhe são introjetados, ao negro, a feiura, a ruindade, a sujidade, a suscetibilidade, o ressentimento, a frustração, o superpotente e o exótico.

Neuza Santos (1983) nos fala ainda que, mesmo alguns atributos supostamente positivos e, em contrapartida, comumente conferidos aos negros em superioridade aos brancos, tais como a sensualidade, a sensibilidade, a musicalidade, o ritmo, a extraordinária potência, o desempenho sexual e a resistência física são, na verdade, expedientes de um perverso enquadramento racial. No fundo, ser sensual, potente, ter ginga, ritmo, musicalidade e ser atlético não são elogios ao negro, mas formas de aprisionamento de sua subjetividade a qualidades consideradas irracionais, primitivas, animalizadas, próximas à natureza ou à selvageria, em oposição à racionalidade e ao refinamento cultural e civilizacional do branco.

Diante de tudo isso, é quase impossível que o negro, inadvertidamente, não tome então o branco como ideal de referência, de aceitação ou de negação de si diante do mundo (que inquestionavelmente é branco, como parece convir à cultura, à economia, à ciência e à religião dominante. Para ser humano o negro precisa, pois, assimilar o máximo possível do branco, e tudo o que lhe for espontaneamente negro deve ser refreado, medido, contido, a fim de que ele não coloque o seu projeto de humanidade a perder. Com ênfase, desde muito cedo, o negro aprende diretamente pela família, e indiretamente pela escola e a sociedade, como se comportar, como conter a sua negrura, como apresentar-se diante da sociedade (branca) a fim de obter e administrar chances reais de reconhecimento.

Ao se analisar os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2018, demonstra reveladores os inúmeros recortes que trazem dados de pessoas pretas quando

se comparadas com a pessoas não pretas, marcam de forma categórica o Brasil que reproduz e retroalimenta sistematicamente a opressão e segregação do povo negro, mesmo após 133 anos da abolição formal da escravidão. Nesse sentido, a perpetuação do "negro escravo" de sua inferioridade e o "branco escravo" de sua superioridade", (Fanon, 2008, p.74)

De Giorgi, (2006 p.114), em relação a aderência da tolerância social ao direito, assevera:

> Do mesmo modo, a sociedade não tolera que alguém não possa ter acesso ao direito ou que dele se subtraia para ter direito. Inclusão significa que se pode ter direito somente através do direito, significa que alternativas são excluídas e que, portanto, direito produz direito, assim como poder elimina poder.

Nessa toada vislumbra-se o manto que esconde ou tenta esconder a ausência de responsabilização e de compromisso no combate ao racismo, mesmo após o advento do Estatuto de Igualdade Racial, este com mínimas mudanças, pois nada profundas e garantias pouco visíveis adveio porque o povo não tolera mais não ter direito.

Conforme depreende o filósofo Silvio de Almeida representatividade não é presença, a dialética dessa formalização revestida de Estatuto de Igualdade Social, bem como a democracia constitucional racial formal, vem ao ponto de concluir que, essa estrutura dá ao sujeito negro a impressão, sensação de estar dentro, pertencer e ato contínuo, diante os marcadores do IBGE, facilmente se deduz que estes sujeitos não pertencem, são corpos socialmente marginalizados. Essas contribuições na luta antirracista, promulgação do Estatuto, sobrepostas por deveres legais, isenta o complexo sistema de responsabilização.

O avanço legislativo é evidente na Lei 12.288/10, batizasse como progresso a partir da perspectiva do avanço da memória, discurso que Di Giorgi (2006, p.75) corrobora "porque a memória não pode nunca parar, nós pensamos que o tempo seja contínuo, sem interrupção, e que, neste tempo, se enquadram os eventos que se seguem sem nenhuma interrupção".

Dessa forma, é inegável a superação legislativa em combate aos elementos de exclusão do povo negro, imprescindível a junção do privado e do público, na ampliação do sistema antirracista no caminho para a modernização, uma sociedade que visa progresso, não se pode tolerar as memorias preconceituosas de antes.

Entende-se que o preceito legal tem como objetivo central, em inúmeros pontos, na busca pela integração social da população negra, consegue trazer a sensação de pertencimento, mas de fato a realidade cotidiana experimentadas através das violências cotidianas transparece a esse público a sensação de exclusão.

E ser excluído com as inúmeras práticas antirraciais, não ser incorporado de fato ao sistema, não faz sentido e esse é ponto negativo, o que contrapõem a proposição legal sob estudo. Neste sentido Di Giorgi, (2006, p.71) prolata "o princípio da inclusão é, de fato, um paradoxo: ele oculta o fato que a outra parte está incluída, justamente, porque está excluída. O paradoxo precisa da permanência da assimetria e do seu contínuo restabelecimento".

E para desmitificar esse paradoxo arquitetado na política de promoção da igualdade racial inicialmente e fundamentalmente é preciso superar as resistências que existem e retomar a discussão sobre a reformulação da Lei, com a definição de orçamento próprio para a promoção da igualdade racial, por meio da aprovação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial (SADER, 2016).

Ainda hoje, o Estatuto tem seu efeito em grande medida, fragilizado justamente por uma falta de dotação orçamentária que assegure a execução e o acompanhamento das políticas previstas na Lei. Após dez anos de tramitação, o texto final, aprovado pelo Congresso Nacional, em 2009, excluiu a proposta de criação de um fundo orçamentário específico para a promoção da igualdade racial, a exemplo do que existe nas políticas de proteção à criança e ao adolescente e ao idoso (SADER, 2016).

Nesse aspecto percebemos que a política de igualdade racial ainda inviabiliza por exemplo, a população negra, através de políticas públicas implementadas pelo Estado, tenha sua memória e pertencimento protegidos. Hoje, o que se tem é a possibilidade de previsão de recursos para essas políticas nos Planos Plurianuais (PPA) e nas Leis Orçamentos Anuais (LOA), o que é insuficiente para a implementação de políticas públicas permanentes de alcance nacional.

O Estatuto da Igualdade Racial se mostra como um importante alicerce jurídico para que as políticas de igualdade racial sejam cumpridas pelo poder público nas três esferas governamentais, e nesse sentido o próprio individuo negro se sinta verdadeiramente pertencente a uma sociedade democrática e igual, em que o sujeito negro não é, ser diferente.

3. CONCLUSÃO

Mesmo sendo inegável o avanço da questão racial, após três séculos, ela ainda se faz presente no cotidiano da sociedade, como marcador de desigualdade, apesar da evolução/revolução ocorrida desde da escravidão, transcendendo pela abolição da escravatura, movimentos negros e seus reforços para alcançar conquistas, para ser reconhecido como sujeito, e de direitos. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10) não se limitou somente a nortear as políticas públicas para a população negra, mas também impôs ao Estado o dever de aferir a eficácia social das mesmas.

A memória nos liga a um movimento de garantias fundamentais para o combate ao racismo estrutural. Nesse aspecto, ao fazer uma abordagem crítica sobre a tolerância de abusos e violações de direitos ao povo preto e evolução social através do tempo, com o advento da lei 12.288/10, repudia-se a criminalização e banalização do corpo negro em vários aspectos, principalmente àqueles de cunho religiosos, culturais, estéticos, no mercado de trabalho, objetificação e sexualização, projeta-se a partir dali o resgate aos documentos da história negra, e romper outros vários obstáculos históricos que tentam invisibilizar a população negra.

Segundo Weber, quando grupos minoritários se agrupam, sentindo-se pertencentes a um lugar, precisam ser vistos como parte integrante do todo para garantia de sua existência étnica ou racial. A crítica se instala a partir do pertencimento, pois conforme vão se acirrando as violências raciais, mesmo após o advento da lei 12.288/10, em sentido oposto, temos o paradoxo, que traz a sensação de fazer parte e ao mesmo tempo estar excluído, e não ser visto como "igual", estruturalmente projetado por ausência de criação de um fundo orçamentário específico para implantação das políticas étnico raciais.

Percebe-se que inicialmente, a lei tinha como objetivo em inúmeros pontos a busca pela integração social da população negra, e de forma ilusória trazer a sensação de pertencimento e igualdade. Porém, a realidade mostra-se completamente diferente. Povos negros ainda são assolados por discriminações das mais diversas formas e sofisticação possíveis.

A sociedade tem cada vez mais se mostrado como sendo essencialmente de paradoxos. Paradoxos estes que apresentam desafios constantes para a efetivação dos direitos humanos, para o estabelecimento da igualdade entre os seres e o convívio harmônico e equilibrado. Ao mesmo tempo que se avança no reconhecimento de direitos, nasce, em contraposição, uma forte tendência para a sua supressão, sob o argumento de conservação da família, dos bons valores e da ordem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

BRASIL. **Lei Nº 12.288, de 20 de Julho e 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em 28 de out. 2021.

DE GIORGI, Raffaele. **Direito, Tempo e Memória**. Trad. de Guilherme Leite Gonçalves - São Paulo : Quartier Latin, 2006.

FANON, Frans. ***Pele negra, máscaras brancas***. Trad. Renato da Silveira. Salvador 2008.

GONZALEZ, Lélia, Por um feminismo afro-latino-americano:ensaios, intervenções e diálogos, organização Flávia Rios, Márcia Lima, 1ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Editora de livros Cobogó, Rio de Janeiro, 2019.

MAGALHÃES, Juliana Neuenschwander. **Os Paradoxos do Direito e da Democracia**. Revista da Faculdade Mineira de Direito.V.22 N.43. Disponível em:< file:///C:/Users/Dell/Downloads/20806-Texto%20do%20artigo-78906-1-10 20191209%20(1).pdf>. Acesso em 04 de out. de 2021.

MARLI, Irene. IBGE mostra as cores da desigualdade. Ed. Revista Retratos. 2019. Disponível em:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade. Acesso em 21 de novembro de 2021.

MOREIRA, Adilson José, **Pensando como um negro: ensaio de hermenêutica jurídica**. São Paulo, 2019.

SADER, Emir. **O Brasil que queremos.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2016. 270 p.

SANTOS, Neuza Souza. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascenção Social**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia.** (Translated, Edited and with an Introduction by H.H. Gerth and C. Wright Mills). Publicado em 1946 pela Oxford University Press, Inc. Traduzido da sexta impressão (Galaxy Book), 1963.

O TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO IMPOSTO AOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

Rodrigo de Medeiros Silva[1]

Diógenes V. Hassan Ribeiro[2]

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa a discutir se práticas do poder público, por vezes, em parceria com particulares, junto aos povos indígenas do Rio Grande do Sul, no período da Ditadura Civil-Militar, podem ser classificadas no que hoje se considera trabalho análogo ao escravo. As referências para tanto serão as normas internacionais sobre o trabalho forçado, a legislação brasileira e julgados.

Os fatos a serem analisados serão buscados em bibliografia pertinente e em documentos oficiais, que abordaram a situação destes povos, quais sejam: material sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional de 1968; Relatório Final da CPI de 1977; e material da CPI de 1967/68 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; e o 2º Volume do Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Além destes documentos, outros produzidos pela sociedade, como Relatórios elaborados pelo Conselho Missionário Indigenista (CIMI) e entrevistas publicadas com missionários indigenistas, que atuaram no respectivo estado no período.

Sabendo-se que, historicamente, por muito tempo, a política indigenista visou àassimilação, àintegração para utilizar os indígenas como mão de obra barata ou escrava, o trabalho demonstrará que o período de exceção não só deu continuidade, como intensificou em determinado momento estes expedientes. A instrumentalização da força de trabalho dos indígenas, combinada com a apropriação de suas terras, estava presente na guerra justa deflagrada por D. João VI contra os Botocudos; na criação do órgão indigenista, já na República, como Serviço de Proteção aos Índios e de Localização do Trabalhador Nacional (SPILTN); e na política de arrendamento das terras indígenas no Sul do país, dentre outros episódios. Na verdade, como assevera Lucas Fucci Amato (2018, p.134), a partir da Lei dos Índios 1570, manteve-se no Brasil um regime de escravidão controlada dos indígenas, a época da colônia, idéia que ainda não foi, totalmente, superada por alguns setores, no presente, ou na história recente.

---

[1] Doutorando em Direito e Sociedade na Universidade La Salle; mestre em Direitos Humanos pela UniRitter, Porto Alegre/RS (2019), na condição de bolsista Capes; é especialista em Direito Civil e Processual Civil, pelo Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC), em Porto Alegre-RS (2016); graduou-se em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor), Fortaleza/CE (2003); e é membro da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (Renap).

[2] Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1987), mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2001), doutorado em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2006) e pós-doutorado pelo Centro de Estudos Sociais (CES)/FEUC/ Universidade de Coimbra, Portugal (jan. 2017). Magistrado entre 1989 e 2021 no TJRS, exerceu o cargo de desembargador na Terceira Câmara Criminal e integrou o Órgão Especial do Tribunal Pleno, por eleição. Atualmente é professor titular do PPGD/Mestrado e Doutorado da Unilasalle/Canoas (Justiça e Sociedade / Acesso à Justiça, e professor de Direito Constitucional da graduação em Direito e de Cursos de especialização no Unilasalle/Canoas.

Importante que a sociedade conheça estes fatos e reflita sobre eles, para que possa haver uma justa reparação. Práticas como estas refletem no presente, mantendo estes povos em situação de vulnerabilidade, expondo-os a contínuas violações de direitos. Um exemplo disto é a prática, hoje inconstitucional, de arrendamento das terras indígenas no Rio Grande do Sul, que ainda ocorre. Justiça, memória e verdade servem para superar crimes e conflitos que se perpetuam no tempo e fazer com que o país, realmente, faça-se inclusivo, para modos de vida diversos, bem como garanta o respeito aos costumes e tradições dos povos originários, como determina o ordenamento jurídico brasileiro.

2. OS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO SUL E TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO DURANTE À DITADURA

Importante dizer que as violações sofridas pelos indígenas não iniciaram com o Golpe de 64 e nem cessaram com a redemocratização. Mas pela sua feição autoritária e medidas de exceção, acabou por intensificar algumas práticas que ainda trazem problemas no presente. Há denúncias de diversas ações e omissões criminosas cometidas pelos governos militares. Foram expulsões e arrendamentos das terras indígenas, assassinatos, torturas, prisões ilegais, cerceamento do direito de ir e vir, proibição de falar a língua e dos usos e costumes, destruição de florestas de araucárias e introdução do cultivo de soja, por exemplo. Inclusive, há dois procedimentos abertos, visando à reparação e responsabilização, incluindo do trabalho análogo ao escravo, no Ministério Público Federal (PP - 1.29.000.004606/2018-88) e na Defensoria da União (PAJ nº. 2021/026-01505).

O *habitus* colonizador, ampliado no Regime Militar, de conquista de terras para o mercado e submissão de povos para mão de obra ou extermínio, levou a reprodução do trabalho análogo ao escravo. Logo no início da Ditadura, com o Relatório Figueiredo, esta prática, não só no Rio Grande Sul é constatada. Certo que a Comissão de Inquérito presidida pelo Procurador Federal Jáder Figueiredo foi criada para atingir os governos anteriores, de oposição à Ditadura. Contudo, terminou descobrindo que estes crimes continuavam a ser perpetrados:

> O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de compatível com a dignidade humana (CORREIA, 1967, p.2).

Da leitura do Relatório final Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1967/1968), conclui-se que os indígenas do Estado se encontravam em situação de grande vulnerabilidade, com perdas de suas terras e estas sendo exploradas e degradadas por terceiros (SILVA, 2019, s/p). Um quadro avassalador, que deixou estas pessoas mais suscetíveis de terem sua mão de obra explorada.

A CPI de 1968, da Câmara dos Deputados, também encontrou os indígenas expulsos de suas terras e numa situação, a partir do arrendamento de suas terras a particulares, de dependência de recebimento de comida do poder público, num quadro similar campo de concentração. Isto pode ser verificado nas imagens colhidas pelo filme "Índios, memórias de uma CPI", de Hermano Penna (2013, s/p), em que mostra os chamados "panelões", no qual formam uma fila enorme para receberem alimento de baixa qualidade, pois não mais podem viver conforme seu modo de vida, confinados em toldos indígenas, enquanto avança a retirada de pinheiros e a agropecuária em suas terras.

Um ponto em comum aos trabalhos da Comissão do Ministério do Interior, que produziu o Relatório Figueiredo e as duas CPIs acima referidas, é que não puderam gerar nenhum efeito, pois o período subsequente foi de endurecimento da Ditadura e maior propaganda do Regime, pelo "milagre econômico" (1969 a 1973), no qual se aumentou a injustiça e a desigualdade social, com mais concentração de terra e renda. O Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968, trouxe medidas autoritárias de exceção e prejudicou diretamente os trabalhos da Comissão da Câmara,

pois não conseguiu terminar os seus trabalhos, pela cassação dos mandatos dos parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao Regime.

A CPI de 1977, já num período de declínio da Ditadura, pode comprovar a exploração das terras indígenas, sem que se revertesse os ganhos para estas comunidades. Ainda comparando-se com os relatórios produzidos pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) a época, e, conforme, relatos de indígenas e missionários que foram no presente entrevistados, verifica-se que ocorreu trabalho análogo ao escravo, em benefício dos governos militares e seus parceiros. Infelizmente, uma prática comum dos agentes dos governos militares:

> O General Bandeira de Mello, em 1966 foi assessor técnico do Sindicato das Mineradoras do Estado do Rio de Janeiro, e em 1969 foi trabalhar no Ministério do Interior, dirigindo a Divisão de Segurança de Informação (DSI). Assim que entrou nesta pasta criou a Assessoria de Segurança e Informação (ASIS) na FUNAI. Posteriormente, chefiou a FUNAI de 1970 à 1974 (FUNAI, 2021, s/p), período em que ocorreram diversas denúncias contra o órgão de favorecimento à particulares e empresas. Ao sair da FUNAI, em 1974, tornou-se diretor vice-presidente da Empresa de Mineração Badin Ltda., diretor-presidente da Cia. Mineradora Piracema S.A. e diretor-presidente da Sociedade de Mineração Apolo S.A.(-VALENTE, 2017, p.84 e 85).

Nesta CPI, o Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), era o General Ismarth de Araújo Oliveira. Ele admitiu à Comissão que havia ganhos econômicos em alguns postos indígenas, dentre extração de madeira e cultivo de soja, em Chapecó (SC), Mangueirinha (PR), Palmas (PR), Guarapuava (PR), Guarita (RS) e em Nonoai (RS) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978, fls.333).Apontava ainda, que se lucrou com o desmatamento em outros locais, mas que estariam desativados. No Rio Grande do Sul seriam o Posto Indígena de Nonoai (Cr$ 60.550,00) e Posto Indígena de Ligeiro (Cr$ 262.003,94) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978, fls. 335).

Entretanto, ao que ficou evidenciado em outros depoimentos e documentos é que os ganhos foram maiores e em mais terras indígenas. Além de não serem revertidos para as comunidades indígenas como um todo, deixava um passivo socioambiental e foi às custas, em determinados casos, de trabalhos forçados ou análogo ao escravo:

> Em fevereiro de 1975, Egydio fez, na condição de secretário executivo do Cimi, uma viagem para conhecer postos indígenas no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. No retorno a Brasília, elaborou um relatório que enviou a Ismarth, par a sua "especial atenção". Os Kaingangue eram "explorados como mão de obra barata em alguns postos" e por colonos e madereiros. Os Xokleng "resistiram mais violentamente à invasão de suas terras", mas encontravam-se em situação semelhante à dos Kaingangue. Eles "abandonaram a cultura original quase que totalmente, devido, entre outros motivos, à atuação da Assembleia de Deus, seita bastante proselitista". Estre os líderes indígenas, Egydio encontrou "desespero, que se extravasava nas arruaças internas, na cachaça, nas ameaças de uns com os outros, nas frequentes prisões e espancamentos" (VALENTE, 2017, p.241-242).

Outro documento do CIMI demonstra que toda esta exploração não era revertida às aldeias e propunha que 45% ficassem com a comunidade indígena de onde provinha; que 45% fosse revertido a projetos em outras áreas indígenas; e 10 % , então, para a FUNAI (SILVA, 2021, p.15). O indigenista Egydio Schwade, em entrevista para o Fórum Justiça (FJ)[3], afirmou que no Sul do Brasil, a Ditadura, nas áreas dos Kainang, aproveitou para produzir grãos, escravizando os indígenas em suas próprias terras (LIEBGOTT; SILVA, 2021, s/p). O período que sucedeu ao AI5 (1968), a

[3] O Fórum Justiça é um espaço aberto a movimentos sociais, organizações da sociedade civil, setores acadêmicos e agentes públicos do sistema de justiça para discutir coletivamente política judicial com redistribuição e reconhecimento de direitos e participação popular, enfatizando a justiça como serviço público. Destina-se a estimular o debate em torno da política judicial no Brasil, tendo em vista o contexto ibero latino-americano (FÓRUM JUSTIÇA, 2014, s/p).

década de 70, foi um dos mais nefastos para os povos originários, principalmente, pelo incentivo de projetos de desenvolvimento nacional, ainda animados pelo dito milagre econômico:

> A ocidentalização dos povos e terras "descobertos" acompanhou-se dos efeitos comuns que, repetidamente, as diversas políticas e ciclos de modernização impuseram aos povos autóctones – inclusive após as independências nacionais e mesmo em experiências recentes (como o período ditatorial do "milagre econômico" no Brasil): não apenas a dizimação física e a desagregação social e cultural mas, sobretudo, a sua subintegração como mão de obra explorada na agricultura latifundiária fundada pelos colonizadores ou, futuramente, sua migração para os centros urbanos e proletarização (AMATO, 2018, p.135)

Os desdobramentos, a continuação das violações do período e não superação da concepção colonial, ainda são sentidos hoje, com processos de demarcação inconclusos (KERVALT, 2019, s/p), ou nem iniciados (VELLEDA, 2021, s/p) e ainda conflitos provocados pela introdução do agronegócio da soja em terras indígenas (LACERDA, 2021, s/p), com a inconstitucional prática de arrendamento (FRENTE PARALEMENTAR INDÍGENA, 2021, s/p). A reparação às pessoas e comunidades indígenas que sofreram pela imposição de trabalhos forçados ou análogos ao escravo faz-se necessário, por uma questão de justiça. Mas ocorrendo, também possuirá um caráter pedagógico para a sociedade brasileira e suas instituições, no sentido de demonstrar um caminho inclusivo de sua pluralidade, não apenas vendo de forma instrumental estas terras e seus povos.

3. A REPARAÇÃO QUE SE IMPÕE: A IMPOSSIBILIDADE DA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE FRATERNA, PLURALISTA[4] E SEM PRECONCEITOS SE NÃO HOUVER MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

A ideia de memória, verdade e justiça faz-se necessária, precisa ser efetivada, para a construção de uma sociedade justa e solidária, na qual se erradique a pobreza e desigualdades sociais, sem preconceitos e discriminação, objetivosfundamentais da República Federativa do Brasil (artigo 3º, I, III e IV, da CF). Relembrar períodos violadores, como o da exploração da mão de obra dos indígenas do Rio Grande do Sul, durante a Ditadura Civil-Militar, esclarecer a verdade sobre as relações sociais ali constituídas, ajudará a compreender melhor os atuais e conflitos ea se fazer justiça no presente:

> Quando se fala em sociedades fraturadas por processos de violações de Direitos Humanos e Fundamentais que permanecem alienadas do que passou com seus pares, familiares, amigos, afetos, etc., por ausência de políticas públicas restauradoras da verdade e da justiça, não se está focando, em especial, o âmbito penal e indenizatório, mas aquele que diz com direitos e garantias majoritários e contramajoritários da Sociedade Civil em saber sobre os fatos que macularam a República e a Democracia. A fratura, aqui, é cívica e de Direitos, não importa se afeta diretamente algumas centenas de pessoas, uma vez que milhões sequer se interessam pelo tema (LEAL, 2012, p.11-12).

Como dito, são inúmeros crimes cometidos neste período, podendo muitos deles serem enquadrados como lesa humanidade, genocídio ou etnocídio[5]. Aqui se propõe a tratar, especificamente, do trabalho análogo ao escravo, que também é um dos crimes contra a humanidade, previsto no Estatuto de Roma (artigo 7º, c). Assim foi o trabalho realizado pelos indígenas do Rio grande

[4] Preâmbulo: Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988, s/p).

[5] Ainda que não exista, do ponto de vista jurídico, o crime de etnocídio no Brasil.

do Sul, para o governo ou particulares, trabalhos forçados, em condições, muitas vezes, insalubres, precárias, degradantes e que os ganhos não foram revertidos para a maior parte de suas aldeias.

Um dos valores fundamentais, constitutivos da República Federativa do Brasil é o valor social do trabalho (artigo 1º, IV, CF). A Constituição de 1946, vigente no primeiro período da Ditadura, estabelecia que ordem econômica deveria valorizar o trabalho humano, e que este deveria possibilitar a existência digna (artigo 145, § único), inclusive, previa direitos trabalhistas (artigo 157), os quais para os indígenas não eram observados. A Constituição de 1967 dizia que ordem econômica tinha como princípio a valorização do trabalho como condição da dignidade humana (artigo 157, II) e assegurava direitos aos trabalhadores e trabalhadoras (artigo 158). E a Constituição de 1969 repetia a anterior, nos artigos 160 e 165, respectivamente. Importante salientar já há muito vigia a Consolidação das Leis do Trabalho- CLT (Decreto-Lei nº 5.452 de 1º maio de 1943).

O Código Penal, em vigor desde 1940, previa como crime reduzir alguém à condição análoga à de escravo (artigo 149). Posteriormente, por redação dada pela Lei nº 10.803/2003, detalha-se mais, descrevendo-o como trabalho forçado ou jornada exaustiva, a sujeição a condições degradantes, incluindo a restrição de locomoção. Exatamente a situação pela qual passavam os indígenas do Rio Grande do Sul, durante os governos militares, em especial, na década 70:

> [...]Eli Fidelis era criança, mas relatou os trabalhos forçados, dos quais eram obrigados a participar crianças, mulheres e pessoas de idade, da mesma maneira. Contou sobre os castigos físicos e que nem a produção nem o rendimento ficavam com a Aldeia. Provavelmente, quem se beneficiava, de alguma forma, era o chefe do posto da FUNAI, um não índio. O mesmo que indicava quem iria ser o "coronel", o cacique dentre eles.
>
> Nesta época, Eli morava numa aldeia em Nonoai-RS, mas nunca pôde ir em Chapecó-SC, por exemplo, que ficava próximo, pois havia forte restrição de saída de indígenas na aldeia. Precisavam de uma portaria, que limitava o direito de ir e vir. Desobedecendo, sofriam castigos físicos. Quem fugia ou saía sem portaria procurava não falar em sua língua, para não serem descobertos[...] (SILVA, 2018, s/p)

A época existia a Convenção nº 101 da OIT, de 1957, a qual estabelecia que o trabalho devia ser protegido e observada a legislação social do país, quando possível (artigo 3º). Também falava na melhoria das condições de vida e trabalho (artigo 6º), o que a Ditadura e seus parceiros só fizeram piorar, com o seu projeto de desenvolvimento nacional e política de integração. Outros artigos também falavam na proteção dos direitos dos trabalhadores (artigos 15 e 26). A atual Convenção nº 169 da OIT também garante esta proteção, nos artigos 5º, 7º, 20 e 30. A organização para o trabalho que a Ditadura promoveu para estes povos, visando atender ao mercado, violava este tratado, pois desagregava as comunidades, desrespeitando as tradições e culturas, antes integradas ao meio ambiente:

> Artigo 30
>
> 1. Os governos deverão adotar medidas de acordo com as tradições e culturas dos povos interessados, a fim de lhes dar a conhecer seus direitos e obrigações especialmente no referente ao trabalho e às possibilidades econômicas, às questões de educação e saúde, aos serviços sociais e aos direitos derivados da presente Convenção.
>
> 2. Para esse fim, dever-se-á recorrer, se for necessário, a traduções escritas e à utilização dos meios de comunicação de massa nas línguas desses povos.

É sabido da polêmica existente no Judiciário brasileiro, em face da Lei da Anistia. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) não reconhece validade a esta norma, tanto que decidiu pela reabertura dos processos judiciais no Caso Herzog e outros Vs. Brasil (CIDH, 2018, p.40), e, anteriormente, no Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") Vs. Brasil (CIDH, 2010, p.54-68). Entende-se que guarda razão a CIDH, ainda compreendendo que, no caso do

trabalho análogo à condição de escravo dos indígenas do Rio Grande do Sul, cabe a interpretação na qual a anistia concedida pela Lei nº 6.683/79 contempla somente os crimes praticados com fundamento em atos de exceção (Atos Institucionais e Complementares) e não aqueles regrados pela legislação comum, como já decidiu o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao reconhecer a não prescrição de crimes contra à humanidade (Processo nº 0104222-36.2014.4.02.0000 - TRF2 2014.00.00.104222-3) (TRF2, 2014, s/p).

Apesar do entendimento do Supremo Tribunal Federal, contrário à Corte Interamericana de Direitos Humanos (AGÊNCIA ESTADO, 2010, s/p), vem se admitindo nos tribunais brasileiros a abertura de processos, quando se trata de crimes lesa-humanidade, previsto no Estatuto de Roma, por se compreender que não cabe, nestes casos, a prescrição:

> Porém, é significativo assinalar que, após o retorno à democracia, abriu-se espaço para que o país avançasse na proteção aos direitos humanos. Apesar de não ter ainda ratificado a referida convenção sobre imprescritibilidade dos crimes de guerra e dos crimes contra humanidade, o Brasil, por meio do Decreto Legislativo no 112, de 6 de junho de 2002, aprovou o texto do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Nele é contemplada inequivocamente a imprescritibilidade dos crimes de competência daquele Tribunal, ou seja, os crimes de genocídio, contra a humanidade, de guerra, e de agressão (artigo 5º). Por certo que o Tribunal Penal Internacional só será competente para julgar os autores de crimes cometidos após a entrada em vigor do Estatuto, mas aqui o relevante é constatar que o Congresso Nacional, ao adotar o texto do Estatuto, reconheceu o princípio de direito internacional de imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade e formalmente o integrou ao nosso ordenamento. Lembremos que o Estatuto de Roma é também tratado internacional em matéria de direitos humanos, que não fora aprovado pelo quórum especial previsto no art. 5§ 3º da CF, logo, assume o caráter de norma supralegal, cuja consequência é a paralisação da lei ordinária nacional, no caso a aplicação dos dispositivos referentes à prescrição para os crimes de lesa-humanidade. Desta forma, a imprescritibilidade dos crimes contra humanidade não é em nada incompatível com a Constituição Federal, que, inclusive, atesta que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II da CRFB) (SCHREIBER, 2019, p.33).

Importante haver o devido processo, com o contraditório e a ampla defesa, mas que possam ser pedagógicos, no sentido de não se estimule o retorno de práticas similares. O retrospecto brasileiro, quanto à responsabilização por trabalho análogo à condição de escravo é baixo, de apenas 4,2%, segundo estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (COSTA, 2021, s/p). Ela aponta que, entre 2008 e 2019, ocorreram 3.450 operações de fiscalização e combate à violação dos direitos dos trabalhadores, tendo sido 2.679 réus autuados e apenas 112 condenações definitivas. Com certeza, deve-se à naturalização de determinadas práticas, devido ao Brasil ter se constituído em cima de mão de obra escrava. Por isso, a relevância da repercussão geral reconhecida (tema 1.158) da matéria discutida na RE 1323708, a ser julgado pelo STF, para tratar dos requisitos necessários para a configuração do trabalho análogo ao escravo.

Em relação aos indígenas do Rio Grande do Sul, faz-se necessário o andamento dos procedimentos abertos no Ministério Público Federal e n Defensoria Pública da União. A demora é prejudicial à apuração, reparações e responsabilizações devidas. Como visto, a exploração das terras indígenas, durante à Ditadura, traz problemas ainda hoje. A atuação do Poder Judiciário pode contribuir com a superação de crimes não reconhecidos e que se estendem no tempo.

4. CONCLUSÃO

O trabalho análogo à condição de escravo, a que foram submetidos os povos originários do Rio Grande do Sul, no período da Ditadura Civil-Militar, demonstra um *habitus*colonizador não superado. A sua intensificação durante a década de 70 foi fruto do projeto nacional eleito pelo

Regime e as condições dadas pelo endurecimento da Ditadura, mesmo havendo inúmeros documentos oficiais e da sociedade civil constatando as violações sofridas.

Pairam dúvidas sobre os números trazidos pelo General Ismarth Oliveira, Presidente da FUNAI, à CPI de 1977, da Câmara dos Deputados, sobre ganhos com os postos indígenas, pois estariam aquém do real. Mas isto é algo que deve ser apurado em processo judicial. Em todo caso, os valores adquiridos com a derrubada das florestas e com a agropecuária ali exposto podem servir de parâmetro para indenizações coletivas, quando devidamente atualizados. Contudo, uma possível condenação do poder público e de particulares à reparar aldeias exploradas e quem foi posto a trabalhar em condição análoga a de escravo, reveste-se de suma importância, por uma questão de memória, verdade e justiça. Contribuirá para superar injustiças históricas, tornar o país mais inclusivo e plural, indicando que caminho não se deve mais seguir.

É crucial que se entenda pela imprescritibilidade de crimes contra à humanidade, como estes, já reconhecida por alguns julgados, como do TRF2, trazido neste trabalho. O Brasil não pode continuar convivendo com esta impunidade e mais que isto, sem a reparação dos povos originários da terra que contribuíram e contribuem para constituição do país e sua pluralidade. Urge uma mudança de práticas violadoras, ainda aceitas, estimuladas e encobertas como a do trabalho análogo ao escravo, pelo que se percebe da baixa responsabilização dos que cometem tal crime.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. **STF defende Lei da Anistia após decisão sobre Araguaia.** Disponível em: https://www.istoedinheiro.com.br/stf-defende-lei-da-anistia-apos-decisao-sobre-araguaia/. Acesso em: 16 nov 2021. Publicado em: 15 dez 2010.

AMATO, Lucas Fucci. **Direito, cultura e direitos**. São Carlos: J. A. Consultores, 2018.

BELFORTE, Andila Inácio. A trajetória da liberdade. In: Projeto de Formação de Professores. **Cadernos de Educação Escolar Indígenas-** 3º grau indígena. V.1. N.1. Barra do Bugres: Unemat, 2002.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** Relatório. Volume II. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 11 maio 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 nov 2021. Publicado em: 05 out 1988.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Resolução nº 172/1978:** CPI- Reservas Indígenas. Brasília: Congresso Nacional, 1978.

CIDH. **Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") Vs. Brasil.** Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. Acesso em: 16 nov 2021. Publicado em: 24 nov 2010.

_____.**Caso Herzog e outros Vs. Brasil**. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/corte-reabrir-investigacao-herzog.pdf. Acesso em: 16 nov 2021. Publicado em: 15 mar 2018.

CORREIA, Jáder de Figueiredo. **Relatório Figueiredo**. Brasília: Ministério do Interior, 1967.

COSTA, Samuel. **Apenas 4,2% de acusados por trabalho escravo são punidos, revela estudo da Federal de Minas.** Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/trabalho-analogo-escravidao-baixa-condenacao-justica-pesquisa-trabalho-escravo-na-balanca-da-justica-ufmg/. Acesso em: 16 nov 2021. Publicado em: 03 fev 2021.

FÓRUM JUSTIÇA. **Sobre o Fórum Justiça**. Disponível em: https://forumjustica.com.br/sobre-o-forum-justica/. Acesso em: 15 nov 2021. Publicado em: 05 set 2021.

FRENTE PARLAMENTAR INDÍGENA. **Procurador do MPF diz que arrendamento de terras indígenas é excrescência inconstitucional.** Disponível em: http://frenteparlamentarindigena.com.br/procurador-do-mpf-diz-que-arrendamento-de-terras-indigenas-e-excrescencia-inconstitucional/. Acesso em: 15 nov 2021. Publicado em: 04 mar 2021.

KERVALT, Marcelo. **RS é o Estado com mais áreas em estudo de demarcação de terras indígenas.** Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2019/01/rs-e-o-estado-com-mais-areas-em-estudo-de-demarcacao-de-terras-indigenas-cjr0ym6bz01uw01uka7a3w22y.html. Acesso em: 15 nov 2021. Publicado em: 18 jan 2019.

LACERDA, Nara. **Cimi e Apib relatam tortura e assassinatos em Terra Indígena Serrinha, no Rio Grande do Sul.** Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/10/17/cimi-e-apib-relatam-tortura-e-assassinatos-em-terra-indigena-serrinha-no-rio-grande-do-sul. Acesso em: 15 nov 2021. Publicado em: 17 out 2021.

LEAL, Rogério Gesta. **Verdade, memória e justiça:** um debate necessário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

LIBGOTT, Roberto Antonio; SILVA, Rodrigo de Medeiros. **A questão indígena e a Ditadura Civil-Militar:** O Fórum Justiça no Rio Grande do Sul publica esta série de entrevistas com missionários que se colocaram ao lado da causa indígena e dos povos originários. Disponível: https://forumjustica.com.br/a-questao-indigena-e-a-ditadura-civil-militar-o-forum-justica-no-rio-grande-do-sul-publica-esta-serie-de-entrevistas-com-missionarios-que-se-colocaram-ao-lado-da-causa-indigena-e-dos-povos-originario/. Acesso em 05 out 2021. Publicado em 08 mar 2021.

_____. **O Fórum Justiça no Rio Grande do Sul publica uma série de entrevistas sobre a questão indígena e a ditadura civil-militar.** Conheça a entrevista com Alberto Capucci. Disponível em: https://forumjustica.com.br/a-questao-indigena-e-a-ditadura-civil-militar-no-rio-grande-do-sul/. Acesso em: 05 out 2021. Publicado em: 08 mar 2021.

_____. **Entrevista com Juracilda Veiga, indigenista que atua junto às comunidades do Sul do Brasil.** Disponível em: https://forumjustica.com.br/entrevista-com-juracilda-veiga-indigenista-que-atua-junto-as-comunidades-do-sul-do-brasil/. Acesso em: 05 out 2021. Publicado em: 08 mar 2021.

_____. **Entrevista com o professor Wilmar Da Rocha D'Angelis, especialista em línguas indígenas.** Disponível em: https://forumjustica.com.br/entrevista-com-o-professor-wilmar-da-rocha-dangelis-especialista-em-linguas-indigenas/. Acesso em: 05 out 2021. Publicado em: 08 mar 2021.

_____. **Jussara Rezende, missionária e integrante do CIMI, relata como foi a questão indígena durante a Ditadura Civil-Militar.** Disponível em: https://forumjustica.com.br/jussara-rezende-missionaria-e-integrante-do-cimi-relata-como-foi-a-questao-indigena-durante-a-ditadura-civil-militar/. Acesso em: 05 out 2021. Publicado em: 08 mar 2021.

OLIVEIRA, Amanda Gabriela Rocha. **Povos indígenas e ditaduras de segurança nacional no Cone Sul:** o caso dos Kaingang no Rio Grande do Sul (1963-1988). Instituto de Filosofia e CiênciasHumanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: URGRS, 2020.

PENNA, Hermano. **Índios, memória de uma CPI.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qlayUPFEIBI. Acesso em: 11 maio 2021. Publicado em: 7 jun 2013.

SCHREIBER, Simone. **Processo nº 0500068-73.2018.4.02.5106**. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/voto-vista-simone-schreiber-julgamento.pdf. Acesso em: 16 nov 2021. Publicado em: 2019.

_____. **Os indígenas do Rio Grande do Sul e a Ditadura Militar.** Disponível em: http://www.forumjustica.com.br/pb/tematicas/os-indigenas-do-rio-grande-do-sul-e-a-ditadura-militar/. Acesso em: 18 dez 2020. Publicado em: 11set 2018.

SILVA, Rodrigo de Medeiros. **Ditadura no RS:** Denúncia de trabalhos forçados e outras violações (petição). Disponível em: https://racismoambiental.net.br/2021/03/15/ditadura-no-rs-denuncia--de-trabalhos-forcados-e-outras-violacoes/. Acesso em 15 nov 2021. Publicado em: 15 mar 2021.

_____.**Fórum Justiça protocola no MPF material e informações sobre violações aos povos indígenas do Rio Grande do Sul durante Ditadura Civil-Militar.** Disponível em: https://cimi.org.br/2019/12/forum-justica-mpf-material-informacoes-violacoes--povos-indigenas-rs-ditadura-civil-militar/. Acesso em: 14 nov 2021. Publicado em: 11 dez 2019.

STF. **RE 1323708.** Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6163329. Acesso em: 16 nov 2021. Publicado em: 2021.

TRF2. **Processo nº0104222-36.2014.4.02.0000 (TRF2 2014.00.00.104222-3).** Disponível em: https://www10.trf2.jus.br/portal?q=Crimes+contra+humanidade&site=v2_jurisprudencia&client=v2_index&proxystylesheet=v2_index&filter=0&getfields=*&lr=lang_pt&oe=UTF-8&ie=UTF-8&output=xml_no_dtd&requiredfields=%28%28NumProcessoPublico%3A01042223620144020000%29%7C%28numero_cnj_judici%3A01042223620144020000%29%7C%28NumProcesso%3A01042223620144020000%29%29&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&adv=1&base=JP-TRF&entsp=a&wc=200&wc_mc=0&ud=1. Acesso em: 16 nov 2021. Publicado em: 17 set 2-014.

VELLEDA, Luciano. **Melo entrega projeto para Fazenda Arado e MPE pede suspensão da análise na Câmara.** Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/10/melo-entrega-projeto-para-fazenda-arado-e-mpe-pede-suspensao-da-analise-na-camara/. Acesso em: 15 nov 2021. Publicado em: 07 out 2021.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM TEMPOS DA COVID-19: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA?

Danyele da Silva Machado[1]

Mário Diógenes Garrido Eva[2]

1. INTRODUÇÃO

Desde o início da pandemia de Covid-19 no Brasil, em março de 2020, o país vivencia crise sanitária e humanitária. Devido à inexistência de vacinas e de tratamentos eficientes para a doença desencadeada pelo coronavírus, inicialmente, o distanciamento social tornou-se a resposta mais eficaz para combater a propagação do vírus e a progressão da pandemia, tendo sido aplicado mundialmente.

O sistema educacional brasileiro vivenciou os impactos deste isolamento social, que implicou a suspensão das atividades escolares presenciais e o afastamento de milhões de estudantes das salas de aula, sendo necessário o estudo da reformulação desta política pública, ou melhor, das medidas adotadas emergencialmente, sobretudo pelas consequências que, inevitáveis, são sentidas de diferentes formas, conforme se observa a desigualdade que assola este país e, individualmente, o estudante.

"Ligado a tudo isso temos o fator do racismo estrutural, que silencia o grande impacto da pandemia na vida de alguns sujeitos, como negros e indígenas, pessoas que em grande maioria vivem com difícil acesso a serviços públicos e direitos sociais" (COSTA, MARTINS, 2020, p. 201).

Neste interim, manifesta-se o papel da educação na configuração das desigualdades raciais e sociais, dado que, conforme ensina Lima (2015, p. 29), a compreensão desta vinculação permeia a elucidação de dois aspectos analíticos que, embora sejam antagônicos, são complementares: "A educação é o principal mecanismo de superação das desigualdades e ao mesmo tempo atua como um mecanismo de reprodução das mesmas"; a depender, na concretude fática, das políticas educacionais adotadas e concretizadas pelo Estado.

Notória e difundida é a perspectiva de que a educação é o principal meio que pode alterar a vinculação entre a origem social do indivíduo e o seu destino de classe. Contudo, para a sua constatação fática, a estrutura de oportunidades sociais deve estar configurada no sistema de ensino e na forma de disponibilização da educação aos membros do corpo social, já que "As desigualdades educacionais se instauram na medida em que as condições de acesso à educação, assim como sua permanência no sistema escolar, distinguem grupos socialmente discriminados, transformando oportunidades em privilégios" (LIMA, 2015, p. 29).

De encontro à perspectiva inclusiva, Bourdie (2007, p. 58-59) alerta que o sistema escolar legitima a transmissão da herança cultural, mantendo papel de conservação social, pois trata as desigualdades reais, econômicas e sociais, como "distinção de qualidade", ou seja, desigualdades de mérito, sob as aparências de equidade formal.

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC Minas. Bolsista CAPES/PROEX. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: danyele.machado@sga.pucminas.br.

[2] Mestrando do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC Minas. Especialista em Direito Público. Advogado. E-mail: mariodiogenes@gmail.com.

"Desse modo, as desigualdades estruturais, econômicas e sociais do Estado, [...] tendem a subsistir na educação escolar e conformar os alunos nos parâmetros dessa desigualdade estrutural, apesar do grande esforço equalizador que a educação escolar promove" (CHIZZOTTI, 2020, p.15).

Esmiuçar, então, a relação entre as políticas públicas educacionais emergenciais e os impactos para a população negra significa entender qual o atual efeito do ensino público para uma das populações mais afetadas pela pandemia, por meio do desemprego, fome, precarização do trabalho e ausência de moradia, considerando a função emancipatória da educação ou a função de reprodução e estagnação social.

Importa destacar, nesta toada, que a referência, metodológica, à população negra parte do critério de autodeclaração como parâmetro de identificação, entendendo-se como "o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga, segundo o art. 1°, IV da Lei n° 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial.

A compreensão do impacto social da educação é indispensável para se analisar o ambiente do ensino público pandêmico, em relação às questões de inclusão racial, já discutidas antes do período de calamidade.

2. O ACESSO DO ESTUDANTE NEGRO À EDUCAÇÃO PREVIAMENTE À PANDEMIA

"Nos últimos anos, o Brasil vinha avançando, lentamente, na garantia do acesso de cada criança e adolescente à Educação. De 2016 até 2019, o percentual de meninas e meninos de 4 a 17 anos na escola vinha crescendo no País" (UNICEF, 2021, p. 4), porém, as desigualdades subsistiam e a disparidade racial merecia atenção e resposta pública.

Cordeiro (2017, p. 22) assevera que a educação brasileira, sob uma lógica capitalista de mercado e focada apenas no mérito escolar, sem se atentar que a raça e a classe se interseccionam, provoca o aprofundamento da vulnerabilidade social e da desigualdade racial, por não considerar as diversidades dos estudantes.

Embora nos últimos anos se possa afirmar a universalização do ingresso no nível fundamental[3], conforme se depreende da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no 2º trimestre de 2019, a população negra, composta por pretos e pardos, ainda sofre os efeitos de "[...] uma estrutura de poder e projeto de segregação social, [...], que impõe os modelos discursivos-políticos da modernidade, junto ao modelo universal do homem branco, que tem a dominação cultural, da informação e conhecimento a partir das colonizações" (COSTA, MARTINS, p. 202). Este modelo colonial pode ser apreendido nos índices menores de acesso e manutenção da educação dos negros, em face da população branca.

"Em números absolutos, crianças e adolescentes de 4 a 17 anos autodeclaradas (os) pretas(os), pardas(os) e indígenas excluídos da escola somam 781.577, correspondendo a 71,3% de crianças e adolescentes fora da escola" (UNICEF, 2021, p. 27).

Conforme o PNAD (IBGE, 2019), as pessoas negras com idade acima de 25 anos superam as brancas quanto à falta de instrução, assim, 8,6% das pessoas negras, em face de 3,9% de pessoas brancas. Do mesmo modo, dentre aquelas que não completaram o ensino fundamental, os negros são maioria, com 36,2%, contra 27,6% dos brancos. Já quanto ao ensino médio completo, as percentagens se aproximam, logo, 27,5% dos negros e 27,3% dos brancos concluíram esta etapa. Todavia, quando se averigua a referência do ensino superior já concluído, 24,9% dos brancos finalizaram, em face de apenas 11% dos negros (IBGE, 2019). Perceba que apesar de os grupos preto

[3] Do mesmo modo Lima (2015, p. 30): "Somente muito recentemente foi possível falar de universalização do ingresso no nível fundamental (mas com problemas de evasão e progressão escolar); o acesso tanto ao Ensino Médio quanto ao Ensino Superior está se ampliando, embora com muitas desigualdades sociais e raciais".

e pardo se beneficiarem da expansão do acesso, ainda se encontra fortes desigualdades raciais no contexto escolar.

O dobro de estudantes negros não completou o ensino médio, na idade adequada, de 15 a 17 anos, em comparação com os alunos brancos, assim, 4,3% de brancos não frequentaram ou não concluíram a etapa, em face de 8% da população negra. Sobre a conclusão do ensino médio até os 17 anos de idade, a discrepância se mantém, pois 79,6% dos estudantes brancos completaram contra 66,7% dos estudantes negros. As taxas de escolarização no nível superior, dos estudantes de 18 a 24 anos, são menores e mais desiguais se comparadas ao ensino médio, assim, 35,7% de estudantes brancos finalizaram o ensino superior em face de 18,9% de negros, nas idades correspondentes (IBGE, 2019).

Dado também preocupante é o de pessoas de 25 a 29 anos, por referência de atividade desempenhada, assim, em 2019, 19,3% dos brancos em face de 28,9% dos negros não estudavam e não estavam ocupados (IBGE, 2019). Observa-se que quase um terço da população negra, composta por pretos e pardos, de 25 a 29 anos, não estudavam ou exerciam alguma atividade econômica em 2019, evidenciando-se alto grau de marginalização social.

Estes índices demonstram a necessidade de se pensar e discutir a questão do acesso dos negros aos meios educacionais e às formas de manutenção destes nos estudos, como forma de emancipação social e eliminação do racismo estrutural. Sabe-se que desde os anos 2000 discute-se medidas inclusivas, como a universalização dos ensinos fundamental e médio e políticas de bolsas e cotas para o ensino superior.

A par da universalização dos ensinos fundamental e médio, as ações afirmativas por meio de bolsas em instituições privadas e cotas em universidades públicas são os meios atuais mais utilizados pela população negra para sua inserção no ensino superior.

Lima (2015, p. 35) sobreleva que ações afirmativas são um conjunto de medidas, públicas e privadas, que objetivam a promoção de ações de caráter redistributivo ou de reconhecimento da participação e importância de grupos minoritários na sociedade brasileira, sendo as cotas raciais um dos modelos vigentes, não se restringindo ao ensino superior.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), prescreve critério social e racial para o estabelecimento das cotas, quando do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Além do critério de estudo em escola pública, as vagas serão, consoante o artigo 3°, preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, em relação à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Sobre os efeitos da lei, Senkevics e Mello (2019, p. 194) realizaram pesquisa, baseada em dados oficiais, e concluíram que entre 2012 e 2016, a participação de estudantes pretos, pardos e indígenas de escolas públicas passou de 27,7 para 38,4% (aumento de 39%). Conforme a PNAD (IBGE, 2019), no ambiente da educação superior pública, havia equilíbrio quanto às pessoas que frequentavam estas instituições, assim, 49,9% negras e 48,7% brancas.

Godoi e Santos (2021, p. 19) atestaram que a Lei n° 12.711/2012 surtiu efeitos palpáveis e muito positivos, mas ainda insuficientes para se dar por terminada a missão histórica das ações afirmativas no ensino superior brasileiro. Um dos objetivos não cumpridos é "[...] a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei no 13.005/2014) a qual determina que, até 2024, deve-se buscar atingir uma taxa líquida de matrícula na educação superior de 33%". Como já citado, conforme PNAD (IBGE, 2019), a taxa líquida de matrícula, segundo as idades adequadas, foi alcançada para os estudantes brancos, assim, 35,7%, mas estão bem afastadas para a população negra, com 18,9%.

Além da política de reserva de vagas, o PROUNI – Programa Universidade para Todos, instituído pela Lei n° 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005), garante a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais quando do ingresso na graduação, em instituições privadas de

ensino superior. Em seu artigo 7°, o legislador destacou a obrigação do percentual de bolsas de estudo destinadas aos portadores de deficiência ou autodeclarados indígenas e negros, sendo no mínimo igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade federativa, segundo último censo do IBGE.

Almeida (2017, p. 100) preconiza o caráter inclusivo do PROUNI para com a população negra e de baixa renda, pois, ainda que o critério do PROUNI, inicialmente, seja a renda[4], existe uma inter-relação entre renda familiar, cor/raça e escola pública. Este autor constata, após análise de dados do Ministério da Educação de 2016, sobre o ano de 2014, que a distribuição de bolsas do PROUNI em função da raça/cor, contemplava 50,8% de população negra (parda e preta) e 45,8% da população branca (ALMEIDA, 2017, p. 97-98).

Do mesmo modo que nas instituições de ensino superior públicas, nas privadas, havia maior integração da população negra, dado o percentual de 47,0% de negros que frequentavam as instituições em face de 52,1% de brancos, conforme o PNAD (IBGE, 2019).

Pelo exposto, as ações afirmativas, corporificadas pelas políticas de bolsas e cotas para a educação superior, implicaram efeitos positivos para a educação. Todavia, sem olvidar dos dados iniciais deste capítulo e da Meta 12 do PNE, que demonstram disparidade entre brancos e negros, e a fim de afastar a falácia de que a inclusão de minorias, como a população negra, no ambiente da educação, já satisfaz a igualdade buscada, faz-se necessário conscientizar-se dos obstáculos ainda não alcançados, bem como planejar o presente e o futuro, sabedor das hodiernas adversidades.

Neste sentido, o período pandêmico trouxe novas problemáticas a respeito do acesso da população negra à educação, e das políticas públicas educacionais adotadas no período de calamidade, as quais trazem reflexos diversos, a depender da realidade de cada estudante.

3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA?

Costa e Martins (2020, p. 205) ratificam que evidenciar a educação antirracista no contexto da pandemia, torna dizível e passível de concretizar reflexões, práticas e estratégias de superação das dificuldades da educação e da escola no pós-pandemia.

"Na ausência de vacinas e de tratamentos eficazes para a COVID-19, instituições científicas e a OMS afirmaram que o distanciamento social era a medida mais recomendável para conter o avanço da pandemia" (GALZERANO, 2021, p. 126). Isso significou, na seara educacional, o afastamento de milhões de estudantes das aulas presenciais[5] e a adaptação da política educacional no país.

Após o Decreto Legislativo nº 6 de 2020 (BRASIL, 2020a), o qual reconheceu o estado de calamidade pública, os entes federativos expediram normas suspendendo as atividades escolares presenciais, ao passo que o governo federal, diretamente ou por meio do Ministério da Educação (MEC), emitiu normativos e orientações, a fim da adequação escolar. *A priori*, a Medida Provisória nº 934 de 2020 (BRASIL, 2020c), convertida na Lei n° 14.040, de 18 de agosto de 2020 (BRASIL, 2020b), dispensou, excepcionalmente, a obrigatoriedade do cumprimento do mínimo de dias letivos no ano de 2020 na educação básica e no ensino superior, além de a legislação permitir o uso de tecnologias da informação e comunicação.

---

[4] "Cabe precisar que a seleção não funciona como o sistema de cotas raciais (cor/raça) tal qual é utilizado nas universidades federais e estaduais, no qual o estudante que se declara negro (cota racial) concorre à parte do chamado "sistema universal". No ProUni, tal reserva deve se enquadrar nos limite de renda estipulado (para as bolsas integrais, o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais de 50%, de até três salários mínimos por pessoa) e ter sido aluno da escola pública ou bolsista na rede particular durante o ensino médio. *Esses critérios todos seguem, independentemente de outros atributos" (*ALMEIDA, 2017, p. 100).

[5] Durante a pandemia, o isolamento social como forma de conter a disseminação do novo coronavírus, disposto no artigo 3º da Lei 13.979/2020, alterou uma das bases que sustentava o desenvolvimento dos estudantes e seu bem-estar, a relação professor-conhecimento-aluno (FIRMINO, FERREIRA, p.7).

Depreende-se das regulamentações do Ministério da Educação (MEC) o interesse do órgão acerca da manutenção do serviço de educação, como se percebe pelo Parecer do Conselho Nacional da Educação/CP nº 5, de 28 abril de 2020 (BRASIL, 2020d), que orientou a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para cumprimento da carga horária mínima anual, e pelo Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de junho de 2020 (BRASIL, 2020e).

Também orientou a reposição da carga horária, prevista no Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020 (BRASIL, 2020f), que definiu as diretrizes nacionais para a implementação da Lei nº 14.040 de 2020, prescreveu que a reorganização do calendário escolar é de competência de cada sistema de ensino, e possibilitou o cumprimento da carga horária mínima por meio de 3 alternativas: I – reposição da carga horária de modo presencial ao final do período de emergência; II – cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais; e III – cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação), realizadas de modo concomitante com o período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades[6].

Observa-se que o intuito de continuidade do serviço educacional não inquiriu a condição das escolas públicas e dos estudantes se ajustarem às adversidades que a pandemia impôs, logo, "As medidas emergenciais deslocam a atenção das finalidades da educação ao não estarem nem preocupadas com a aprendizagem e nem com os alunos, senão em garantir a manutenção de um serviço" (FIRMINO, FERREIRA, 2020, p. 11-12).

Além de aspectos formais, como a reorganização do calendário escolar, tendo em vista a suspensão das aulas presenciais, o governo federal permitiu o uso de tecnologias da informação e comunicação, como medida para possibilitar o processo de aprendizagem.

Contudo, controversa é a adoção do ensino remoto, tendo em vista a estrutura diversa das escolas, a condição de acesso e manutenção dos estudos pelos estudantes e a falta de preparo de muitos professores para a atuação on-line.

> No caso das atividades remotas, os insumos necessários consistem no acesso a uma série de aparatos técnico-tecnológicos como: computadores e/ou smartphones ou qualquer tela que permita aos estudantes assistirem e interagirem, minimamente, com os professores e que possam realizar as atividades propostas; o acesso à internet de velocidade capaz de promover uma conexão estável; sem contar na necessidade de um ambiente que permita o bem-estar do aluno, um espaço doméstico adequado, silencioso e confortável. O acesso a tudo isso também vale para os professores, são condições imprescindíveis para se ensinar à distância (FIRMINO, FERREIRA, 2020, p. 9-10).

Estas circunstâncias não foram avaliadas anteriormente à tomada de decisão e as escolas tiveram de se adaptar, tomar decisões, sem qualquer amparo governamental, já que os normativos exprimiam orientações, sugestões, possibilidades, sem examinar vicissitudes, adversidades e diferenças resultantes de regiões e desigualdades econômicas, sociais e raciais.

"Com escolas fechadas, quem já estava excluído ficou ainda mais longe de seu direito de aprender. E aqueles que estavam matriculados, mas tinham menos condições de se manter aprendendo em casa – [...] – acabaram tendo seu direito à educação negado" (UNICEF, 2021, p. 4).

Veja-se a discrepância de acesso ao celular, que estava presente nos domicílios de 94% dos brasileiros em 2019, conforme PNAD (IBGE, 2019), pois dentre os estudantes, enquanto 92,6% da rede privada tinham telefone móvel celular para uso pessoal, este percentual era de apenas 64,8%

[6] "As recomendações de organismos internacionais, traduzidas para a realidade brasileira pelas instituições privadas, foram atendidas pelos pareceres elaborados pelo CNE: utilização de diferentes materiais e recursos pedagógicos (mediados ou não pelo uso das TICS), foco no ensino remoto e flexibilização curricular, com base nas competências consideradas mais essenciais – no caso brasileiro, expressos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)" (GALZERANO, 2021, p.128).

entre aqueles da rede pública. Segundo a pesquisa, dentre os equipamentos utilizados para acessar a internet no domicílio, o uso do celular alcança quase a totalidade dos domicílios (99,5%).

Especificamente, quanto à internet, presente em 82,7% dos domicílios do país, em 2019, do percentual de pessoas que a utilizaram, 88,1% era do grupo dos estudantes. Quando se considera a rede de ensino, observam-se importantes diferenças no uso da internet dos estudantes do país. 98,4% dos estudantes da rede privada tiveram acesso à internet, já entre os alunos da rede pública, o percentual é de 83,7% (IBGE, 2019).

Grande parte dos estudantes que não acessaram a internet era do ensino público, 95,9%, e os motivos para a não utilização eram, principalmente, questões financeiras (45,9%) e indisponibilidade do serviço nos locais que costumavam frequentar (11,4%) (IBGE, 2019).

A pesquisa não contemplou o critério racial como parâmetro, mas "Não podemos naturalizar a diferença do impacto da raça nessas circunstâncias, aqui pensadas sob o viés da educação, pois ele não atinge da mesma forma brancos, negros e indígenas (parte mais representativa das raças no Brasil), [...]" (COSTA, MARTINS, 2020, p. 207). "Crianças e adolescentes pretas(os), pardas(os) e indígenas são a maioria dentre as(os) excluídos da escola durante o ano letivo de 2020, o primeiro da pandemia" (UNICEF, 2021, p. 49).

Para evitar a sobreposição da desigualdade, "[...] o Estado deve elaborar uma base comum de conhecimentos, atitudes e responsabilidades, indispensáveis a todo cidadão e a toda sociedade, prescrito nacionalmente e [...] garantir a igualdade de chances e oportunidades educacionais, culturais e políticas" (CHIZZOTTI, 2020, p. 9), o que não ocorreu.

É nítida a discrepância de realidades desconsideradas. Como se afirmar a educação no contexto pandêmico, que cumpra as finalidades constitucionais de pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, se a igualdade formal imbuída nos regulamentos não abarca a desigualdade social, racial e econômica.

Embora as normas tenham caráter orientativo, a maioria das escolas adotaram o meio remoto. No bojo do relatório do Parecer CNE/CP n° 6, de 6 de julho de 2021 (BRASIL, 2021), o Conselho Nacional de Educação sobreleva levantamento realizado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) entre janeiro e fevereiro de 2021, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Itaú Social, sobre a realidade da escola pública no ano de 2020. Com dados de 3.672 (três mil seiscentas e setenta e duas) secretarias municipais de educação (dois terços dos municípios do país), o estudo mostra que 92% delas funcionaram apenas por meio de ensino remoto, enquanto 8,1% adotaram o ensino híbrido (intercalando atividades presenciais e não presenciais).

Na mesma pesquisa, as secretarias de educação evidenciaram que os maiores desafios foram o acesso dos estudantes à internet e as dificuldades da infraestrutura escolar. Em uma escala de 1 a 5, em que 5 indicava a maior dificuldade, quase metade das redes (48,7%) assinalou os níveis mais altos (4 e 5) no tocante à internet; 40% (quarenta por cento) fizeram o mesmo em relação à necessidade de adequações de infraestrutura (BRASIL, 2021).

Faltou unidade na coordenação educacional[7], que estudasse as diversidades e oferecesse respostas concretas e reais, para o contexto pandêmico, pois o ambiente remoto de aulas não funciona devidamente, ou não funciona para todos, se não há disposição de internet e materiais para

[7] "Oficialmente, o Ministério da Educação (MEC) tem o papel de coordenação da política nacional de Educação e de articulação dos diferentes níveis e sistemas de ensino, com função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais, sendo responsável por estabelecer diretrizes nacionais e dar assistência técnica e financeira aos governos subnacionais, conforme dispõe a Constituição Federal (inciso XXIV do art. 22 e art. 212) e a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (art. 8º e 9º)" (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 43). "Especialistas apontam que caberia à instituição, pelo menos: i) adotar uma proposta de metodologia de ensino à distância que considerasse diferenças regionais e socioeconômicas; ii) coordenar a difusão de metodologias bem-sucedidas de ensino à distância que poderiam ser adotadas por estados e municípios; iii) realizar parcerias, junto ao setor privado, para ampliar e garantir a conexão à internet para os estudantes, especialmente os de mais baixa renda e nas regiões mais carentes" (REDE, 2020, p. 4).

acesso adequado. Perceba que além dos atos formais, não houve apoio material ou investimento financeiro em estrutura ou acesso dos estudantes aos bens necessários ao ensino remoto, por parte governamental.

Não obstante os sistemas de ensino públicos da educação básica não possuírem meios de "[...] garantir a segurança alimentar dos alunos, prover equipamentos para os estudantes acompanharem as aulas remotas ou investir em plataformas digitais e ferramentas do ensino mediado por tecnologia durante a pandemia, o MEC amargou a pior execução orçamentária da década [...]" (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 43-44), deixando 1,1 bilhão de investimentos na Educação Básica serem remanejados para outras pastas.

> O último Relatório Bimestral da Execução Orçamentária do MEC, publicado pelo Todos Pela Educação, constatou que, em 2020, a pasta teve a pior execução orçamentária da década, executando um montante inferior ao pago no longínquo 2010.
>
> [...]
>
> Ademais, a baixíssima execução das despesas discricionárias, ao longo do ano, levou o Ministério da Economia a enviar Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN) cancelando recursos da Educação Básica.
>
> Ao todo, R$ 1,4 bilhão foram cancelados, sendo R$ 1,1 bilhão referente a despesas para Educação Básica. Os recursos foram destinados ao orçamento de outras pastas, como o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Regional, da Infra - estrutura e de Minas e Energia" (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021, p. 43-44).

"A paralisia do Ministério da Educação deixou sem suporte adequado a rede de ensino e agravou as desigualdades regionais. Milhões de estudantes ficaram sem acesso às atividades de aprendizagem, a maioria de negros e/ou residentes das regiões Norte e Nordeste" (REDE, 2020, p.12).

A par da dicotomia entre a continuação formal do calendário escolar, aulas remotas com acesso limitado aos estudantes, ausência de investimento em infraestrutura e acesso e ausência de controle do aprendizado[8], o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, forma de avaliação utilizada pelos estudantes que desejam cursar o ensino superior, público ou privado, por meio de ingresso via cotas ou bolsas, respectivamente, foi aplicado, sem medida de isonomia adotada.

Nítida é a ideologia de meritocracia que paira sobre a educação neste país, "[...] em especial nesse momento, predominando um pensamento que só alimenta as desigualdades e não considera que os alunos que prestam esse exame, partem de condições totalmente diferentes para estudo" (COSTA, MARTINS, 2020, p. 207).

> Foi necessária grande movimentação social, judicial e legislativa para que a prova fosse adiada e feita uma consulta aos inscritos de em qual nova data poderiam ser realizadas as provas. Mesmo assim, sabemos que o impacto na organização dos estudos e no acesso a cursinhos populares vai ser sentida por uma maioria negra periférica, que já se sente a margem de acessar o ensino superior (COSTA, MARTINS, 2020, p. 207).

Em face do cenário retratado, afirma-se que a distinção de realidades sociais, raciais e econômicas brasileiras foi desconsiderada no contexto do ensino público pandêmico, sendo a população negra esquecida e menosprezada, por políticas educacionais homogêneas, que não se atentaram para a diversidade do país, bem como não consideraram a necessidade premente de investimentos em acesso à educação de pardos e pretos, no contexto do racismo estrutural, exacerbado pela

[8] A educação como serviço transparece nos atos normativos com o aval para continuarem as atividades escolares de modo remoto, ainda que essas sejam executadas sem a garantia do mínimo de condições. A aprendizagem passa a ser secundarizada e seguir com as atividades pedagógicas representa o atendimento às obrigações burocráticas do Estado como, cumprir o calendário escolar e a agenda de avaliações, inclusive isso está balizado pelo Parecer nº 9/2020 do CNE (FIRMINO, FERREIRA, 2020, p. 12).

pandemia. "Esses efeitos se farão sentir, especialmente, na competição por vagas nas escolas, nas universidades e no mercado de trabalho" (REDE, 2020, p. 13).

A conjuntura pandêmica implica ponderar e redirecionar questões importantes da educação brasileira, com o intuito de não retroceder os avanços e os acessos já alcançados e romper com o status da homogeneidade perniciosa das atuais políticas educacionais. Firmino e Ferreira (2020, p. 12) asseveram que se tem dois caminhos a se percorrer: ou se assegura a todos o integral acesso aos meios necessários e inclusivos ao ensino público remoto, o que se revela irrealizável, dado o contexto de exclusão social, racial e econômico do país; ou se dedique a delinear medidas concretas para os diversos problemas que se estabelecerão na educação pós-pandemia. "Tudo isso, sem perder de vista as finalidades da educação escolar preconizadas por lei".

Neste interim, o silêncio da pauta antirracista no contexto do ensino pandêmico destoa do caráter democrático do direito à educação e enfraquece a luta contra o racismo estrutural que assola este país e faz com que a população negra seja a mais afetada com a falta de políticas educacionais, concretamente inclusivas.

4. POR QUE A POPULAÇÃO NEGRA É A QUE MAIS PERDE COM A FALTA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS?

Diante do contexto apresentado, não há dúvidas de que a população negra brasileira carece de reconhecimento e justo respeito quando do entendimento das suas dificuldades e lutas vivenciadas no âmbito social de inferiorização e precarização de sua existência. Sem esgotar a matéria, com base na obra *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*, do Giorgio Agamben (2007), apresenta-se perspectivas filosóficas para essa compreensão, a fim de desvendar o porquê da perpetuação da vulnerabilidade racial em tempos tão adversos, considerando que a pandemia de COVID-19 foi capaz de apontar diferentes resultados em frente ao cenário educacional brasileiro.

Primeiramente, é importante elucidar o conceito expresso pelo autor sobre o que é a vida nua. Essa definição sobreleva a "*vida matável e insacrificável"* do *Homo Sacer,* com a perspectiva de que a vida humana é inserida no ordenamento com o único sentido de sua própria exclusão (AGAMBEN, 2007, p. 16). Assim, o modo de representação da existência pelo estado de exceção, permite que, ao mesmo tempo, o poder capture a vida e a exclua como forma de manutenção do controle político. O *Homo Sacer* retrata uma vida destituída de direitos, atrelada a alguém que pode ter a sua vida perdida, sem atribuir a punibilidade ao Estado (2007, p. 189), dado ser possível eliminar vidas que não estejam alinhadas com o sistema político, justificando a exclusão do diferente.

Agamben (2007, p. 90) define essa vida pertencente a um *bando soberano* que se impõe diante de uma decisão que invalida a lei no estado de exceção e assim o aplica à vida nua, consolidando o abandono realizado pelo poder político às vidas que carecem de direitos fundamentais. O autor contextualiza que "soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera" (AGAMBEN, 2007, p. 91).

Excluída das medidas emergenciais do ensino, a população negra brasileira, marginalizada e dependente das ações sociais, sobrevive na seara hodierna com a expectativa de adentrar, cada vez mais, no ambiente educacional, por meio das políticas públicas de inclusão. Antes do cenário de pandemia, era perceptível os passos dados rumo a sua inserção social, sem desconsiderar o abismo que persiste em comparação com a população branca.

Todavia, com as ações governamentais desconectadas durante a pandemia, que ignoraram a fragilidade dos negros diante das alternativas remotas de educação, sobretudo com o reforço do argumento de que não existe diferença entre raças no Brasil, o povo negro continua a sofrer com o vilipêndio de suas vidas, mantendo-se aquém das estruturas que permitem a aprendizagem remota, ou seja, estão despidos do seu direito à educação.

Francilene Cardoso (2018, p. 951) é categórica ao afirmar que o capital é o principal responsável pelo aumento das desigualdades para os negros na sociedade, bem como ressalta que o capitalismo permitiu, ao longo da história, a destruição dessa população, relacionando-os a uma mercadoria. A autora (2018, p. 953), baseada na teoria Marxista do capital, considera que esse sistema gera competição na produção de valor, promovendo, assim, a diminuição da quantidade de força de trabalho existente, dado a implementação de tecnologias que sejam capazes de substituí-la.

A força de trabalho que, dispensada devido à evolução da capacidade produtora, cria a população excedente e se configura perante o acúmulo e concentração de riquezas nas mãos de poucos. A criação dessa massa sobrante é a razão pela qual justifica-se a vulnerabilidade da população negra na sociedade, pois

> [...] quando há o aumento da produtividade, a capacidade do capitalismo absorver trabalho produtor de valor se reduz, e a força de trabalho disponível torna-se cada vez mais desnecessária, causando o desemprego, subempregos, sujeitos supérfluos, massa sobrante crescente, reconfigurando o exército industrial de reserva que vai mudar sua composição interna - o capital vai precisar de um pequeno núcleo de trabalhadores muito qualificados, em alguns momentos emprega um número maior e o que sobra é um grande número de massas humanas. O resultado desse processo será a crise e o colapso do sistema (CARDOSO, 2018, p. 954).

Políticas educacionais para a população negra, em especial no momento da pandemia, justificam-se para que não se perpetue a existência de massas sobrantes na sociedade, que historicamente, são criadas pela ausência de qualificação de uma população a margem de melhores oportunidades. Cardoso (2018, p. 957) aduz que "o capitalismo é violência, é genocídio e envolve variados fenômenos antinegros nos níveis estrutural, sociocultural, simbólico e físico".

Agamben, que aproveita o conceito de biopolítica de Michel Foucault para dar origem a sua concepção sobre a vida nua, também considera a existência da exclusão sob a perspectiva do capital.

> Em particular, o desenvolvimento e triunfo do capitalismo não teria sido possível, nesta perspectiva, sem o controle disciplinar efetuado pelo novo biopoder, que criou para si, por assim dizer, através de uma série de tecnologias apropriadas, os "corpos dóceis" de que necessitava (AGAMBEN, 2007, p. 11).

Veja-se que a exclusão é a forma de se manter "higienizado" o sistema político capitalista, atribuindo pertencimento e eliminação à vida nua. Os corpos dóceis, derivados do capitalismo, reforçam a dualidade entre pertencimento e eliminação, ou melhor, entre exclusão por inclusão, e podem ser verificados na concretude educacional, já que diante das medidas inclusivas adotadas anteriormente à pandemia, embora não satisfatórias, lembre-se dos dados escolares e da Meta 12 do PNE, nada foi realizado quanto à isonomia no ensino público, no período de calamidade, em prol do combate à desigualdade racial, implicando a exclusão pela concepção falsa de suficiência das medidas inclusivas já tomadas[9]. A igualdade formal atribuída aos corpos dóceis reforça as desigualdades e o racismo estrutural que viola a existência da população negra.

Reforce-se a dicotomia da exclusão por inclusão diante da manutenção do ENEM, em 2020, apesar das dificuldades de acesso e aprendizagem dos estudantes das escolas públicas, em geral, pretos e pardos. Em face da política pública de inclusão, que permite acesso ao ensino superior, por meio de bolsas e cotas, não se assegurou igualdade de chances e oportunidades, no período pandêmico, haja vista que o estudante negro, em sua maioria, não conseguiu participar das aulas remotas, não se conectou com o professor, que transmite o conhecimento, não teve acesso ao seu direito humano e fundamental à educação.

[9] A relação entre exclusão por inclusão, nesta seara, fortalece o discurso da tokenização, o qual se evidencia quando se alega "[...] que já há negros no espaço e, portanto, não são necessárias práticas inclusivas, como também quando aponta negros no espaço para contradizer e desautorizar alegações de práticas institucionais racistas" (GODOI, SANTOS, 2021, p. 27).

A aparência de pertencimento e inclusão dos negros na sociedade é mantida, por meio do acesso à educação, porém, esta nunca esteve tão longe de sua função emancipatória. Agamben (2007, p. 16) corrobora esta percepção, afirmando que "a política existe porque o homem é o vivente que, na linguagem, separa e opõe a si a própria vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela numa exclusão inclusiva".

Outrossim, além de a pandemia de COVID-19 ser fator de afastamento da população negra do ambiente educacional, emerge outra ameaça às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A Lei n° 10.639, de 09 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), que tornou obrigatória a temática "História e Cultura Afro-Brasileira", hoje sofre grande pressão para ser revogada. O artigo 26-A, §1° da legislação, além de garantir na educação brasileira o estudo da cultura negra, bem como a sua formação na sociedade, desenvolve tal estratégia para resgatar e valorizar o povo negro nas áreas social, econômica e política.

Oliveira (2020, p. 13) relaciona a tentativa de revogar a norma supracitada ao argumento atualmente defendido no âmbito público, acerca da consideração das questões raciais como "vitimismo" de classe, alinhadas com um projeto de "neoconservadorismo fascista". Derrubar as principais políticas educacionais que visam conferir à coletividade o conhecimento sobre as causas de aprisionamento, exploração e escravização da população negra é manter esses povos sob o domínio do sistema político, permitindo que eles continuem desnudos de políticas emancipatórias.

O enfraquecimento da pauta antirracista fortalece o discurso do mito da democracia racial, baseada na teoria da colonialidade do ser, explicitando Oliveira o significado do "não ser" da população negra:

> [...] não tem capacidades cognitivas, não tem autoridade política, não é autorizado a ocupar certos espaços, enfim, ao negro, especialmente as mulheres negras em muitos momentos, são somente uma mercadoria, objeto de desejos sexuais ou herdeiro de um tempo de escravidão que, por sua natureza não humana, não conseguiu superar (OLIVEIRA, 2020, p. 23).

Esta percepção sobre o povo negro agride a capacidade de sobrevivência deste dentro do sistema já estabelecido para efetivar desigualdades. O racismo velado, por vezes, é ignorado pelo povo branco que não entende a necessidade de estabelecer políticas educacionais a fim de proporcionar direitos equiparados, observando a deficiência histórica apresentada até o momento presente. Oliveira (2020, p. 24) ratifica que a luta contra o racismo, considerando que o cotidiano o nega, de modo sem precedente, é um trabalho duradouro e que os anseios da luta antirracista não serão atingidos em curto prazo.

À luz do exposto, constata-se, retomando o entendimento de Agamben (2007), que se a vida nua é a captação do ser enquanto integrante do sistema político, mas que pode ser eliminado a todo momento, o atual contexto fático evidencia que a vida negra é, analogicamente, a vida nua que precisa ser massificada para o posterior afastamento da sociedade, já que se torna verdadeira massa sobrante do capital. Enfraquecer as estruturas de ensino, que preservam a sua cultura e defendem a sua permanência no sistema de aprendizagem, desconsiderando as necessidades existenciais dos negros, permite que estes se afastem das demais estruturas de poder, impossibilitando-os de resistir enquanto população dependente de políticas educacionais de reparação histórica e intensificando as linhas abissais e desproporcionais que os separam da população branca.

Agamben (2007) apresenta solução ou proposição inicial para que as vidas nuas possam realmente deixar de ter a sua vida sendo utilizada para caracterizar estado de exceção:

> [...] Até que, todavia, uma política integralmente nova – ou seja, não mais fundada sobre a *exceptio* da vida nua – não se apresente, toda teoria e toda praxe permanecerão aprisionadas em um beco sem saídas, e o "belo dia" da vida só obterá cidadania política através do

> sangue e da morte ou na periferia insensatez a que a condena a sociedade do espetáculo (AGAMBEN, 2007, p. 19).

Longe de exaurir os motivos de a população negra ser a mais prejudicada com a falta de políticas educacionais, percebe-se que a sociedade brasileira carece de educação para transformar a realidade de dominação sofrida por essas vidas e diminuir as desigualdades que ainda são profundas. Cardoso (2018, p. 964), motivada pela interpretação sobre o desmantelamento da polução negra, assevera que, por consequência da exploração do capital e da massificação de sua população, a única alternativa reproduzida é a "opressão, o genocídio, o encarceramento em massa, a militarização, etc".

A pandemia de COVID-19 e a inércia do sistema político, acerca da garantia da isonomia na educação brasileira, prejudicaram de forma significativa os negros, despidos de políticas públicas emergenciais, estas baseadas no pensamento ideológico da igualdade formal, ignorando-se o racismo estrutural, reconhecido pela exploração, vulnerabilidade e necessidade de reparação histórica da população negra.

5. CONCLUSÃO

O Brasil, em tempos de pandemia, tem enfrentado desafio constante para que a educação continue em desenvolvimento, utilizando-se de práticas de ensino remotas, recursos tecnológicos, internet, etc. Contudo, olvidou-se de que esse acesso não é disponível a todos, mormente para a população negra, que foi a mais afetada com as consequências econômicas impostas à sociedade, ao mercado e às formas de interação social. O presente estudo se voltou para o povo que mais sofre com as desigualdades em termos educacionais, diante da realidade que já os excluía de oportunidades, quando comparado com as classes dominantes, no que diz respeito às formas de obtenção do conhecimento.

Antes do período pandêmico, percebeu-se a existência de políticas afirmativas educacionais, que consideraram o critério racial, sendo essas as formas mais utilizadas pela população negra para ser conhecida dentro do sistema de ensino. Por meio de resultados obtidos pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), foi possível visualizar a inserção da população negra, por meio da Lei nº 11.096/2005, nas instituições privadas de nível superior, e também os efeitos obtidos pela Lei nº 12.711/2012, quando do estabelecimento de cotas para o ingresso no nível técnico médio e no ensino superior público federal. Os resultados foram positivos, apesar da necessidade de mais inclusão para a população negra no sistema educacional nacional.

No contexto da pandemia, que ocasionou o afastamento dos estudantes das salas de aula, devido às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), observou-se a produção de atos regulamentares do governo federal, em especial do Ministério da Educação (MEC), para a reorganização formal do calendário escolar e a autorização do ensino remoto, mas pouco se fez a fim do acesso da população mais vulnerável aos recursos tecnológicos, como internet, equipamentos, computadores, etc., para que a universalidade dos estudantes pudessem continuar a aprendizagem escolar. Constatou-se a ausência de atuação do Estado, com o intuito de suprir a falta de estrutura das escolas e as dificuldades de acesso dos estudantes, a fim do prosseguimento das aulas concretamente. Essa abstenção prejudicou os estudantes das escolas públicas, em geral pretos e pardos, em 2020, na avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que foram submetidos às provas sem o devido preparo.

Reverberando o cenário de desvantagem da população negra em face da população branca, buscou-se interpretar o porquê de o povo negro ser o que mais perde com a falta de políticas educacionais. Por meio de viés filosófico, fundamentado na análise da obra *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*, do autor Giorgio Agamben, analisou-se a vida nua que reflete a vida da população negra brasileira, quando comparada, por analogia, a uma existência que se transforma em

política para ser, simultaneamente, incluída e excluída do sistema ao qual pertence e do qual não se pode sair. A estrutura criada serve para condenar a vida nua a um destino de pertencimento e, ao mesmo tempo, de exclusão do sistema político e do reconhecimento desse povo como sujeito de direitos fundamentais.

Portanto, demonstra-se que a abstenção do Estado, em tempos hodiernos, implica a exclusão de oportunidades de equiparação educacional para a população negra brasileira, fazendo crescer uma massa sobrante vulnerável ao capitalismo, principalmente durante a pandemia, na qual pouco se fez para garantir isonomia no ensino, considerando a função emancipatória da educação. Como ponto propositivo, urge-se a necessidade de criação de políticas educacionais voltadas para a população negra, a fim de recompor o lapso de tempo desprendido desta atenção, porque as vidas negras importam.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 207 p.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. PROUNI e o acesso de estudantes negros ao Ensino Superior. **Revista Contemporânea de Educação**. vol. 12, n. 23, p. 89 -105. jan./abr. 2017.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, p. 39-64. 2007.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.** Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Diário Oficial da União, Brasília. (2020a). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020.** Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Diário Oficial da União, Brasília. (2020b). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14040.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020.** Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União, Brasília. (2020c). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm>. Acesso: 15 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 5, de 28 abril de 2020.** Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, (2020d). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação **Parecer CNE/CP n° 6, de 6 de julho de 2021**. Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. Brasília, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=195831-pcp006-21&category_slug=julho-2021-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de junho de 2020**. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, (2020e). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=147041-pcp009-20&category_slug=junho-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020**. Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, (2020f). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=160391-pcp015-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CARDOSO, Francilene. Racismo e Necropolítica: a lógica do genocídio de negros e negras no Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, 2018. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9828/5782>. Acesso em 19 jul. 2021.

CHIZZOTTI, Antonio. As finalidades dos sistemas de educação brasileiros. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 55, p. 1-19, e-19288, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/19288/12485> Acesso em: 20 jun. 2021.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. **Políticas de Ação Afirmativa**: implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS. Tese (Doutorado) – Universidade Católica Dom Bosco. Doutorado em Educação. Campo Grande, 262 p. 2017.

COSTA, Fernanda Carla da Silva; MARTINS, Viviane Lima. Vidas negras importam? A urgência de pensar a educação antirracista frente aos impactos da pandemia de COVID-19. **Dialogia,** São Paulo, n. 36, p. 200-212, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n36.17917>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FIRMINO, Simone Gomes; FERREIRA, Gustavo Lopes. A educação na pandemia do novo coronavírus: uma excepcionalidade ou uma prioridade? **Itinerarius Reflectionis,** [S. l.], v. 16, n. 1, p. 01–24, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/65388>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. CENPEC Editorial. Abr.

2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao--escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

GALZERANO, Luciana Sardenha. Políticas educacionais em tempos de pandemia. **Argumentum.** Vitória, v. 13, n. 1, p. 123-138, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/argumentum.v13i1.33045>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. **Revista de Informação Legislativa**: **RIL,** Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 1135, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11>. Acesso em: 15 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados>. Acesso em: 15 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

LIMA, Márcia. Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil. **Cadernos Adenauer**. Rio de Janeiro, v. 16, p. 27-43, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Opção decolonial e antirracismo na educação em tempos neofascistas. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 32, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/881>. Acesso em: 20 jul. 2021.

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA. Boletim n° 22. Sem diretrizes para o ensino remoto e a volta às aulas, governo Federal repete na educação a tragédia da saúde. Milhões de crianças ficaram em casa sem atividades escolares e os mais pobres perderam até 50 dias letivos de aula. **COVID-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade.** REDE. 28 ago. 2020. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/boletins/boletim-22/sem-diretrizes-para-o-ensino-remoto-e-a-volta-as-aulas-governo-federal-repete-na-educacao-a-tragedia-da-saude-milhoes-de-criancas-ficaram-em-casa-sem-atividades-escolares-e-os-mais-pobres-perderam-a/>. Acesso: 15 jun. 2021.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 184-208, abr./jun. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cp/v49n172/1980-5314-cp-49-172-184.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **2º Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já**. Todos Pela Educação: São Paulo, 73 p, fev. 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/02/2o-Relatorio-Anual-de-Acompanhamento-do-Educacao-Ja_final.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SEÇÃO

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, MEMÓRIA E VERDADE

"VERDADE 12.528", OS LIMITES DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E OS TEMPOS HISTÓRICOS

Natália Aparecida Godoy da Silva [1]

Samuel Torres Bueno [2]

1. JUSTIÇA TRANSICIONAL, TEMPO PRESENTE E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

A "justiça de transição" ou "justiça transicional" abriga um conjunto de medidas voltadas para o tratamento de questões relativas à violações aos direitos humanos e um campo de estudos sobre tal temática, que envolve diversas disciplinas (PINTO, 2013; SCHETTINI, 2021). Ela pode ser definida, então, como "[...] a concepção de justiça associada com períodos de transformação política, caracterizadas por respostas legais no confronto com irregularidades dos regimes repressivos antecessores". (TEITEL, 2003, p.69 *apud* BEVERNAGE, 2018, sem paginação).

Embora as origens da justiça de transição moderna possam ser identificadas no fim da Primeira Guerra Mundial, ela assumiu novos contornos após 1945, passando a ser reconhecida como "[...] extraordinária e internacional" (TEITEL, 2003, p.70 *apud* BEVERNAGE, 2018, sem paginação). Essa nova fase da justiça de transição converge com o reconhecimento de um passado que não passou para familiares de mortos e desaparecidos políticos e outras vítimas de violações aos direitos humanos cometidas durante totalitarismos, ditaduras, regimes de segregação e conflitos internos (BEVERNAGE, 2018).

Nestas conjunturas, a justiça transicional[3] se torna uma alternativa a outros tipos de justiça, a exemplo da criminal e da social, que encontram dificuldades para se estabelecerem em momentos nos quais não se pode verificar uma cisão definitiva entre um governo de exceção e um novo governo democrático (BEVERNAGE, 2018). Via de regra, a solução empregada para se tentar remediar os dilemas das transições políticas reside na criação de comissões da verdade: organismos temporários e destituídos de poderes judiciais e que se voltam prioritariamente para o exame em torno de contextos que tornaram possíveis as violações aos direitos humanos, com o intuito de estabelecer a verdade em torno destes fatos. Geralmente, as comissões visam a produção de um relatório com o resultado das investigações e recomendações para a prevenção de novos regimes de exceção (BEVERNAGE, 2018; SCHETTINI, 2021).

Tais organismos, além de inquirir o horror, proporcionam que os Estados reconheçam oficialmente que foram autores de violações de direitos humanos (BEVERNAGE, 2018). A partir de finais dos anos 1990, as comissões da verdade foram instaladas em uma miríade de países, entre

[1] Licenciada, bacharela e mestra em História (UFJF). Atualmente, doutoranda em História Social (UFF). Pesquisadora no grupo de pesquisa "Observatório do Tempo Presente", coordenado pela profa. Dra. Angélica Müller e pela profa. Dra. Francine Iegelski, no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: nataliajfmg@gmail.com

[2] Licenciado em História (UFV), mestre em História (UFOP). Atualmente, doutorando em História (UFMG). E-mail: samueltorresbueno@gmail.com

[3] Vale frisar que a justiça transicional, para Eneá de Stutz e Almeida (2021) está estruturada em quatro pilares: o par memória e verdade; a reparação; as reformas institucionais e a justiça, e mais especificamente a persecução de quem esteve por detrás de massivas violações de direitos humanos. Destarte, esses eixos são interdependentes e complementares, não sendo possível estipular uma hierarquia entre eles.

os quais, latino-americanos (SCHETTINI, 2021). No Cone Sul, o caso brasileiro evidencia o caráter tardio da Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011, quase trinta anos após a saída do último militar do poder. [4]

A lei de Anistia, aprovada em 1979 (Lei nº 6.683) é um marco fundamental para se compreender os limites do processo transicional no país. Embora a lei tenha tornado possível o retorno dos exilados políticos (GOIRAND; MÜLLER, 2020), ela anistiou militares e outros responsáveis pela repressão e não abrangeu os opositores envolvidos em "crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal" (HOLLANDA, 2013, p. 102). A lei também dificultou a ocorrência de rupturas simbólicas com o passado recente autoritário, limitando, assim, a reconciliação nacional, preconizada por perpetradores e variados setores políticos e da sociedade civil (HOLLANDA; PERLATTO, 2017). E por isso, a busca pela verdade em relação ao passado foi deslocada para familiares de mortos e desaparecidos políticos, vítimas e setores "sensibilizados pela violência passada", que se voltaram, por exemplo, para a produção de dossiês, como "Brasil: Nunca Mais", em 1985 (HOLLANDA, 2013 p.104-105).

A despeito do passar do tempo e dos questionamentos de familiares de mortos e desaparecidos políticos, a legitimidade da anistia a perpetradores e agentes do Estado foi reconhecida pela Carta Constitucional, em 1988 e pelo Supremo Tribunal Federal em 2010, em debate sobre a revisão daquela parte da legislação, proposto pela Ordem dos Advogados do Brasil, em 2008 (HOLLANDA; PERLATTO, 2017; GOIRAND; MÜLLER, 2020). Outra singularidade da experiência brasileira diz respeito à ordem da aplicabilidade das políticas de justiça de transição no país. Diante da impossibilidade de garantir o direito à verdade e à justiça, o Estado priorizou a implementação de políticas de reparação às vítimas e familiares de mortos e desaparecidos políticos, substituindo assim, a ordem geralmente esperada para a implementação da justiça transicional: verdade, justiça e reparação (HOLLANDA; PERLATTO, 2017).

As medidas de reparação começaram a ser desenhadas a partir de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com a aprovação da Lei de Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº 9.140) que criou a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Naquele momento, se indenizaram 136 familiares de mortos e desaparecidos e a CEMDP ficou responsável por acompanhar solicitações de pedidos de reparação financeira apresentadas por familiares de mortos ou desaparecidos entre 1961 e 1979, em decorrência de causas não naturais e em dependências de polícia (HOLLANDA, 2013). Em 2002, no final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, se aprovou a Comissão de Anistia (Lei nº 10.559), que estendeu o recorte de abrangência para o período entre 1961 e 1988, uma demanda dos familiares e se voltou para o exame dos pedidos de reparação e implementação destas (GOIRAND; MÜLLER, 2020; HOLLANDA, 2013).

A criação de uma comissão da verdade era uma pauta antiga de segmentos da sociedade civil, sobretudo familiares de mortos e desaparecidos políticos e outras vítimas da ditadura (WEICHERT, 2014). Em 2008, o governo apresentou uma proposta, durante o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, que também previa a extinção de leis derivadas daquele período (QUINALHA, 2013). A ideia foi recebida com desagrado por setores de direita, militares e segmentos internos ao governo, instigando, nos anos seguintes, mudanças em seu texto original. Entre estas, está a suspensão de termos como "[...] pessoas que praticaram crimes de lesa humanidade", "[...] responsabilização criminal sobre casos que envolvam atos relativos ao regime de 1964 - 1985" e o alargamento do recorte de abrangência do PNDH III e da comissão a ser criada para o período entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, datas de promulgação de duas últimas constituições aprovadas em períodos democráticos (QUINALHA, 2013, p.195).

[4] Em outros países da América Latina, como o Chile e a Argentina, estas comissões da verdade foram criadas durante o começo das transições políticas (WEICHERT, 2014), sendo possível reconhecer também significativos avanços na responsabilização judicial dos agentes da repressão. (GOIRAND; MÜLLER, 2020).

As alterações também visavam permitir a continuidade dos debates sobre a comissão, sem dissensos entre familiares de mortos e desaparecidos políticos, militares e setores com vínculos com a ditadura. Tais mudanças descontentaram familiares e vítimas, que viram, inicialmente, na Comissão a ser criada, um mecanismo de estímulo à justiça em relação ao passado, embora tais organismos não tenham poderes de fazer justiça, ou pelo menos a justiça dos tribunais. (QUINALHA, 2013).

A repercussão negativa do PNDH III entre setores ligados ao regime ditatorial evidencia os impasses para se romper com os pactos firmados durante a transição política, mesmo passados trinta anos desta e o predomínio de tais setores na definição das decisões relativas ao passado recente (QUINALHA, 2013). Seguindo aquelas mudanças, o anteprojeto de criação da Comissão foi construído em 2010 e votado no Congresso e no Senado no segundo semestre de 2011.[5] Em 18 de novembro de 2011, a então presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou a "Comissão Nacional da Verdade", por meio do Decreto-Lei nº 12.528.[6] Na mesma data, também foi sancionada a Lei de Acesso às Informações Públicas (Decreto-Lei nº 12.527), que assegurou o acesso aos documentos referentes ao período da ditadura (BRASIL, 2014).

Enquanto um organismo sem poderes judiciais, a Comissão se voltou para a busca dos fatos relativos às graves violações aos direitos humanos que ocorreram entre 1946 e 1988, concentrando suas atividades na produção de um relatório com os resultados das investigações e recomendações (BRASIL, 2011). As atividades ocorreram entre maio de 2012 e dezembro de 2014, a partir de um corpo de sete membros e de uma ampla rede de pesquisadores, colaboradores, grupos da sociedade civil e instituições (BRASIL, 2014).

O seu trabalho foi acompanhado de perto por vítimas da ditadura, familiares de mortos e desaparecidos políticos, forças de direita e de esquerda, militares, intelectuais, imprensa e organismos de defesa dos direitos humanos, estimulando assim, um amplo debate público sobre o passado recente (HOLLANDA, 2013; PERLATTO, HOLLANDA, 2017). Nesse processo, se insere a produção de "Verdade 12.258", em outubro de 2013. O documentário foi dirigido por Paula Sacchetta e Peu Robles e construído a partir de entrevistas de ativistas dos direitos humanos, familiares de mortos e desaparecidos políticos, ex-opositores políticos, camponeses, membros da CNV e estudiosos da justiça transicional.

Partimos da hipótese de que as afirmações dos/as entrevistados/as dessa obra audiovisual apontavam os dilemas enfrentados por essa comissão diante da tímida justiça transicional brasileira e já demonstravam críticas recorrentemente direcionadas a esse órgão após a entrega do seu informe derradeiro. Para compreender tais limites em conjunto com as falas do documentário, propomos ser necessário uma abordagem interdisciplinar, que congregue o exame de aspectos institucionais da justiça transicional (mais pesquisados nas áreas do Direito e da Ciência Política) e os estudos sobre a memória, com foco nas disputas em torno das tensões entre lembrança e esquecimento, frequentes na História e na Sociologia (PINTO, 2013).

Conforme propõe o historiador Berber Bevernage (2016; 2018), ao invés de se pensar que nesses contextos de transição política, há uma oposição da lembrança versus o esquecimento, o que acontece é uma contenda entre duas formas de recordação baseadas em tempos históricos

---

[5] Na conjuntura de redação do projeto de lei, a Corte Interamericana dos Direitos Humanos divulgou, em novembro de 2010, um parecer sobre o desaparecimento forçado de 61 pessoas na guerrilha do Araguaia ("Caso Gomes Lund e outros- Guerrilha do Araguaia *vs* Brasil") como resultado de uma solicitação feita por familiares de vítimas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2009. No documento, a Corte enfatizou a responsabilidade do Estado brasileiro por tais desaparecimentos e a incompatibilidade da Lei da Anistia com a Convenção Americana de Proteção aos Direitos Humanos (HOLLANDA; PERLATTO, 2017). Ademais, ressaltou a necessidade de uma investigação sobre as violações aos direitos humanos cometidas durante a ditadura militar e que embora saudasse a criação de uma comissão da verdade no país, esta não "se confunde ou mesmo substitui o dever de promover justiça penal" (CORTEIDH, 2010 *apud* QUINALHA, p. 198).

[6] BRASIL, Decreto-lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, p.5, 18 nov.2011. Disponível em: https://bityli.com/YzjZSb. Acesso em 13 out.2021.

antagônicos. Se por um lado, há uma acepção que reforça a separação passado e presente, por outro, há outra tendência que acentua a proximidade do ontem com o hoje. A primeira noção, visível no texto das comissões da verdade, se identifica com a defesa feita pelo Estado e pelos próprios perpetradores da manutenção das leis de Anistia e a segunda noção se relaciona com as iniciativas das vítimas, que se mobilizam para explicitar o quanto as marcas concretas e simbólicas do pretérito violento constituem elementos centrais do tempo corrente.

Deste modo, procuramos compreender como essas concepções de tempo podem ser reconhecidas no documentário em questão e em que medida permitem compreender os limites do trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

2. "VERDADE 12.258" E OS TEMPOS HISTÓRICOS

Os processos de justiça transicional instigam cruzamentos e disputas entre memória, história e direito (SCHETTINI, 2021). A história começa a ser evocada pelos operadores de tribunais e comissões da verdade e também por alguns historiadores, que vêem na disciplina a potência de fornecer suporte à "[...] gestão de conflitos e de reconciliação" (BEVERNAGE, 2018, sem paginação). Ademais, o discurso histórico também é objeto de uso por familiares de mortos e desaparecidos políticos, vítimas e ativistas dos direitos humanos, embora de maneira distinta dos operadores das comissões da verdade.

Segundo Bevernage (2016; 2018), o tipo de história empregado nas comissões da verdade corresponde àquilo que se convencionou chamar de "discurso histórico moderno", marcado pela cisão do pretérito com o hoje em nome da legitimidade científica. Embora muitas comissões da verdade reconheçam, mesmo que de forma latente, que o passado segue vivo, elas recorrem à escrita moderna da história para negar ou encobrir a presença incômoda deste passado no presente e criar um sentido de passado encerrado e distante, visto como condição necessária para o estabelecimento de um novo tempo democrático, porém protegido o máximo possível de questões espinhosas trazidas pela irrupção do pretérito conflituoso e sensível.

Tal configuração de tempo se aproxima daquela compartilhada por perpetradores e forças políticas ligadas ao regime repressivo, que postulam uma reconciliação forjada pela amnésia e pelo olhar direcionado ao futuro, enquanto o passado traumático e doloroso permanece sem uma resolução à altura dos problemas causados pela violência. No ambiente das comissões da verdade, tal leitura também pode se desdobrar em uma predisposição, ainda que implícita de classificar as vítimas "rancorosas" como sujeitos anacrônicos, enclausurados no passado e que simbolizam um entrave para o futuro nacional (BEVERNAGE, 2016; 2018). O processo de redemocratização brasileiro e a criação da Comissão Nacional da Verdade são acontecimentos emblemáticos para pensar tais entrecruzamentos entre tempos históricos, visto o caráter tardio desta comissão e sua costura em meio a acordos e limites, que traduzem, em certa medida, os pactos firmados no processo transicional (HOLLANDA; PERLATTO, 2017).

Iniciando a análise do filme,[7] destacamos a fala do procurador da República Marlon Weichert, um dos entrevistados, que observa que as graves violações de direitos humanos impactam a sociedade como um todo, o que nos permite reconhecer a importância das comissões da verdade para a garantia dos valores democráticos (VERDADE 12.528). Outra afirmação que vai ao encontro dessa perspectiva é de autoria de Franklin Martins, que salienta como a CNV surgiu em um instante muito posterior ao fim da ditadura, o quanto o direito à informação a esse período foi sonegado[8] e que a CNV poderia tentar saldar essa dívida com o encobrimento da nossa história recente:

[7] Importante destacar que os diretores do filme, Paula Sacchetta e Peu Robles integravam a FEP, Frente de Esculacho Popular, que no contexto da CNV, realizou atos conhecidos como "escrachos". Estes consistem em manifestações que procuraram chamar atenção da sociedade para a responsabilidade de algozes, como a fixação de faixas em frente às residências destes. Paula Sacchetta é, inclusive, uma das idealizadoras da FEP (SANZ, 2013).

[8] Ressaltamos, nessa linha, que o direito de saber a "verdade" sobre o passado foi classificado pela ONU, em 1999, como um direito inalienável (BEVERNAGE, 2016).

> Olha, a Comissão veio muito tarde, em primeiro lugar [...] isso é uma coisa grave porque passado esse tempo todo, o país não tem a ideia da [...] imensidão da dor das famílias que perderam pessoas e que até hoje muitas vezes, não sabem em que circunstâncias. (VERDADE 12.528).

Outro testemunho que se liga à urgência de se revelar a verdade é o do escritor Marcelo Rubens Paiva, filho do ex-deputado cassado e morto Rubens Paiva, "[...] A gente não sabe de muitos detalhes [...] Esse é um grande problema dos familiares dos desaparecidos, entendeu? E por isso a comissão da verdade é tão importante" (VERDADE 12.528). A instauração da CNV estaria vinculada à necessidade de se estabelecer aquilo que Hannah Arendt (1996) denomina de "verdade factual" que corresponde àqueles fatos que não podem ser alterados pela vontade ou pela opinião de quem quer que seja.

O filme também procura colocar em evidência os desapontamentos de familiares de mortos e desaparecidos políticos, vítimas e ex-opositores políticos com os encaminhamentos dos trabalhos da Comissão. Bernardo Kucinski fala:

> O que me deixou assim surpreso foi a decisão da Comissão de trabalhar em sigilo. Ora, uma Comissão da Verdade que trabalha escondendo a verdade é uma contradição, porque se a Comissão não tem finalidades processuais [...] os testemunhos tinham que ser públicos, se possível, até televisados e o povo todo assistir [...] Eu espero muito pouco da Comissão da Verdade. Eu temo um resultado até negativo se depois no futuro, vão dizer: 'O que mais vocês querem? Vocês já não tiveram a Comissão da Verdade? " (VERDADE 12.528).

Berber Bevernage (2018) sublinha uma questão parecida com uma das alegações de Kucinski: há o receio de que as comissões da verdade sejam parte de uma tática do silêncio, já que após a vigência das comissões, a discussão acerca dos crimes de lesa humanidade pode ser solapada pelo Estado e pela sociedade. O argumento de Kucinski também vai de encontro à uma limitação da CNV: a sua dificuldade em estabelecer canais de diálogo com familiares de mortos e desaparecidos políticos e ativistas dos direitos humanos e o sigilo adotado na condução de grande parte das atividades (HOLLANDA, 2013), aspecto que a diferenciaria de experiência de comissão da verdade sul-africana, na qual os vitimados e agentes do apartheid eram convocadas a dar seus testemunhos publicamente (BEVERNAGE, 2018).

Frisamos ainda os depoimentos de Regina Berbet, irmã de Ruy Carlos Vieira Berbet, um desaparecido, e de Vera Paiva, filha de Rubens Paiva. Regina afirma o seguinte: "[...] o emocional acabava, tem horas, se sobrepondo ao racional. Então, a gente falava: não, uma hora ele vai aparecer" (VERDADE 12.528). Por sua vez, Vera declara: "[...] O enterro, ele serve pra a gente se despedir, e quem tem alguém desaparecido [...] sente que ao aceitar, mata. Se eu decidisse que meu pai tinha morrido, eu era cúmplice do assasinato" (VERDADE 12.528). Os dois trechos acima se referem ao fato de que as famílias de pessoas desaparecidas são privadas da possibilidade do luto, e se o decorrer "normal" da morte envolve um corpo a ser sepultado, quando há a ausência deste corpo, pode-se pensar que o desaparecimento trata-se de uma "morte inconclusa" de acordo com a percepção de Catela (2001). Cabe também indicar, conforme diz Bauer (2014) que o desaparecimento consistiu no dispositivo violento mais sofisticado do terror das ditaduras no Cone Sul, porque se trata de um óbito sem sepultura, e se não há um corpo, não há responsáveis nem vítimas e logo não há um crime.

O filme também procura abordar as violações sofridas por camponeses, na região do Araguaia, que ofereceram comida e abrigo aos guerrilheiros que foram para a região no episódio rememorado como a "Guerrilha do Araguaia". Segundo Maria Rita Kehl, psicanalista, integrante do Colegiado da CNV,

> Todos [os camponeses] contam a mesma coisa: que na tortura, o exército perguntava: 'Você tem que dizer onde estão os terroristas'. [...] E aí eles criaram a seguinte resposta: 'A gente

> não conhece nenhum terrorista. O pessoal que tava aqui só fazia bem pra gente. Se tem alguém fazendo terror aqui são vocês" (VERDADE 12.528).

Diversos camponeses abordam as violências sofridas, as sequelas deixadas e também suas leituras e expectativas em relação a impunidade dos perpetradores e à ausência de corpos dos desaparecidos da região, à luz daquele contexto dos trabalhos da CNV, conforme pode ser visto na fala de "seu" Pedro:

> O Exército cometeu um grande erro com relação aos camponeses aqui. Havia como pegar os inimigos deles sem precisar nos prejudicar [...] Mas você acha que o Exército vai mostrar onde enterram? Não vai. Não vai porque não é de interesse do Exército. (VERDADE 12.528)

A inserção da narrativa dos camponeses no documentário permite problematizar representações conservadoras acerca da repressão desencadeada pelo Estado durante a ditadura, como a premissa de que a ditadura militar reprimiu poucas pessoas, sendo estas "comunistas ou subversivos" e que a sociedade "em seu conjunto, mantivera-se a salvo de todo tipo de violência. " (SCHETTINI, 2021, p.22).

É necessário reconhecer que as violações aos direitos humanos atingiram segmentos diversificados da sociedade não necessariamente ligados às organizações armadas e revolucionárias e ao meio estudantil, entre os quais, setores historicamente marginalizados e que continuam sofrer perdas e violências no tempo presente, como mulheres, povos originários, LGBTQIA+, negros, populações de favelas e periferias, camponeses, trabalhadores, entre outros (SCHETTINI, 2021). Os setores citados acima geralmente não encontram tanto espaço na historiografia e na memória social em comparação com outros sujeitos, quase sempre homens brancos e universitários, e deste modo, esses grupos sofrem com aquilo que Vinyes (2015) chama de "privatização da memória": a clausura de determinadas recordações no âmbito privado que enfrentam impedimentos para chegar até o mundo público. Dito de outro modo, o ato de manter certas memórias privadas faz com que elas sejam afastadas da construção de uma história coletiva e assim, as demandas desses segmentos excluídos encontram barreiras para influenciarem os debates no espaço público.

Em seguida, enfatizamos outra fala de Marcelo Rubens Paiva, "Então, eu acho que essa Comissão da Verdade foi a Comissão que se pôde fazer, entendeu? Não é a Comissão perfeita, não é a Comissão que deveria ter sido feita. É a que se pôde fazer na negociação" (VERDADE 12.528). Essas palavras também revelam que nenhum grupo ficará contente com o desfecho das comissões da verdade, já que os apoiadores do regime opressivo exibirão a retórica do "revanchismo" e as vítimas irão se decepcionar, conforme diz Weichert (2014). E essa diferença de atitudes se relacionaria, segundo à nossa inferência, àquilo que Bevernage (2016; 2018) indica: os algozes e as pessoas vitimadas se guiam por temporalidades opostas. Neste sentido, passados quase trinta anos do fim daquele regime, a CNV, construída em meio a acordos e conflitos, responderia a estes limites do processo transicional brasileiro e às dificuldades de propor uma justiça de transição efetiva, que englobe a memória, verdade, justiça e reparação. Feito o exame de algumas afirmações contidas em "Verdade. 12.258", passaremos à análise do trabalho da CNV, seus desdobramentos no contexto político recente e possíveis diagnósticos da conjuntura.

3. A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

O mandato legal da Comissão Nacional da Verdade e os seus trabalhos se encerraram em dezembro de 2014, após prorrogação de seis meses do prazo, aprovada pela presidenta Dilma Rousseff, em dezembro de 2013 (BRASIL, 2014). Como é de praxe nas comissões da verdade, as atividades da CNV concentram-se na construção de um relatório final. O documento foi entregue em dezembro de 2014 pelos membros da CNV à presidenta Dilma Rousseff, em uma cerimônia fechada e se organizou em três volumes, contabilizando mais de 4.300 páginas (WEICHERT, 2014).[9]

[9] O relatório final pode ser acessado integralmente em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/

O primeiro volume dedicou-se a abordar a construção da ditadura, as estruturas da repressão, as conclusões das investigações e recomendações. Neste fascículo, a CNV constatou que as graves violações de direitos humanos eram um padrão muito bem coordenado e uma política de Estado, rebatendo, assim, as alegações propagadas pelas Forças Armadas de que houve "excessos" (WEICHERT, 2014). Ademais, foram listados 377 perpetradores, apenas implicados em mortes e desaparecimentos ou aqueles casos emblemáticos de torturas. Portanto, não há, no relatório, a listagem dos agentes envolvidos em prisões ou em sessões de torturas que não foram tratadas como "casos emblemáticos" (WEICHERT, 2014).

No campo das recomendações, destacam-se a necessidade de responsabilizar judicialmente tais perpetradores; que o perdão/esquecimento das ações perpetradas por estes seja retirado das disposições da Lei de Anistia; que as Forças Armadas reconheçam sua responsabilidade na prática de graves violações aos direitos humanos durante a ditadura e que as instituições de segurança públicas e escolas militares sofram reformas, com o objetivo de torná-las mais democráticas (WEICHERT, 2014). Outra percepção da CNV tratou-se da inferência de que ainda hoje o Estado Brasileiro segue violando os direitos humanos, já que apesar da inexistência da perseguição política, as torturas e até execuções e desaparecimentos, infelizmente, não são incomuns. Porém, não há no informe da CNV um estudo sistemático sobre tais práticas no tempo corrente (WEICHERT, 2014; SCHETTINI, 2021). Esta lacuna nos leva a outro ponto da narrativa do relatório: quem são as vítimas das violações aos direitos humanos examinadas pela CNV.

O segundo tomo se divide em nove capítulos e disserta, respectivamente, sobre a violência dirigida a militares de esquerda, trabalhadores, povos originários, camponeses, cristãos, estudantes e professores universitários, LGBTQIA+ e as temáticas da colaboração de civis com o golpe de 1964 e com a ditadura e a resistência a este regime (WEICHERT, 2014). Grande parte destes temas não recebeu um tratamento sistemático no primeiro volume e camponeses e povos originários, sobretudo, não foram abordados no último fascículo, que contém perfis dos 434 mortos e desaparecidos políticos que conseguiram serem reconhecidos pela Comissão (SCHETTINI, 2021). E nesse sentido, podemos considerar que em alguma medida, a CNV não rompeu totalmente com a "privatização da memória" dessas populações e dividiu as vítimas da ditadura em duas tipologias, aquelas abordadas no primeiro volume (militantes políticos, membros de partidos e organizações de esquerda) e aquelas apresentadas no segundo fascículo, como trabalhadores, camponeses, povos originários e LGBTQIA+ (SCHETTINI, 2021).

Ademais, foram silenciados das pesquisas da Comissão e, consequentemente, do rol de vitimizados, habitantes de favelas e zonas periféricas, a população negra e " [...] as vítimas dos assassinatos e desaparecimentos, perpetuados por esquadrões da morte, formados clandestinamente por militares e policiais" (SCHETTINI, 2021, p.23). Desta forma, há um número maior de mortos e desaparecidos políticos, bem como de outras vítimas da ditadura do que o apurado pela Comissão e considerando que camponeses, trabalhadores, povos originários, LGBTQIA+, negros, habitantes de periferias e favelas, dentre outros são vítimas cotidianas de violações aos direitos humanos, tais lacunas do relatório revelam os impasses para se concretizar um novo tempo e se estabelecer um *nunca mais*, [10] lema tão caro às comissões da verdade (SCHETTINI, 2021).

Passados seis anos da entrega do relatório da CNV, nos deparamos com um cenário onde não foi e não é possível fundar um novo tempo. Na conjuntura posterior ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e à ascensão do atual governo, vemos de acordo com Almeida (2021), uma "justiça de transição reversa[11]", que vai além de uma categoria que identifica o retrocesso nas

[10] Sobre o debate em torno do nunca mais, trazemos a contribuição de Schettini (2021, p.17): "[...] o questionamento do "nunca mais" não diz respeito "à sua concepção enquanto bandeira de luta de movimentos sociais (algo recorrente no Brasil e que lhe confere múltiplos sentido), mas sim ao seu uso pelo Estado e por mecanismos oficiais de justiça enquanto meio de demarcação da violência a ser relegada ao passado. "

[11] Para ilustrar essa "justiça de transição reversa", Almeida (2021) cita dois casos. O primeiro refere-se à construção do Memorial da Anistia Política, uma parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Ministério

medidas de reparação no que diz respeito ao nosso último período ditatório. Trata-se de um termo que se refere à atual sucessão de episódios de arbitrariedades que colocam em risco a passagem para um Estado democrático do Brasil. O descaso pela justiça transicional (iniciada no nosso país na década de 1990 e que prosseguiu até meados dos anos 2010 com a CNV e as comissões da verdade a nível estadual e municipal) não prejudica "apenas" as tarefas de compensação relativas ao passado, mas também favorece a presença de autoritarismos no presente.

A omissão da presença do passado no hoje só serve para acumular injustiça, postergar e suprimir o debate sobre as responsabilidades de delitos atrozes. Isto sugere que a narrativa das comissões da verdade, em consonância com uma transição conservadora, acaba corroborando a ação de "deixar o passado no passado" e se traduzindo na ausência de uma efetiva responsabilização ética, política, coletiva e individual. Cabe lembrar também, conforme nos diz Bevernage (2014) *apud* Schettini 2021, que "[...] a falta de um olhar crítico sobre o presente pode gerar um duplo registo pelo qual condena-se moralmente o passado e mantém-se um total inércia em relação às violências perpetradas no presente. " (BEVERNAGE, 2014, *apud* p.20; SCHETTINI, 2021, p.13).

À guisa de conclusão, é viável conjecturar, partindo dos testemunhos de "Verdade 12.528" mencionados nesse trabalho que embora as comissões da verdade sejam fundamentais, elas não são as únicas medidas que compõem a justiça transicional. Logo, se deve buscar a concretização de outras tarefas (a responsabilização dos agentes civis e estatais; a reformulação dos modelos de segurança; a criação de espaços de memória; programas de educação em direitos humanos; a identificação dos restos mortais, etc.), assim como alerta Weichert (2014). Deste modo, os testemunhos de "Verdade 12.528" demonstram que apesar do reconhecimento dos aportes da CNV, a qualidade democrática demanda outras políticas que dizem respeito ao "acerto de contas" com os efeitos duradouros do regime ditatorial, inclusive aquelas que valorizem o tempo histórico das memórias das vítimas e que enfatizem os indeléveis desafios causados pelo passado sensível no tempo presente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Enéa de Stutz e. Justiça de transição reversa. *In*: _____ (org.). Justiça de transição e democracia. Salvador, Soffia 10, Assessoria Socioculturais e Educacionais, 2021. Disponível em: https://bityli.com/ej27SL. Acesso em: 5 nov. 2021.

ARENDT, Hannah. Verdad y política. **Entre el pasado y el futuro**: Ocho ejercicios sobre la reflexión política. Ediciones Península, Barcelona, 1996, p.239-278.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina**: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória. 2ª edição. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado:** tempo e justiça. Trad. André Ramos e Guilherme Bianchi. Serra: Editora Milfontes, 2018. E-book Kindle.

_____. Un pasado desde el presente. La historia y la política del tiempo en la justicia transicional. **Revista Colombiana de Educación**, n.71, p. 25-51, jul.-dez. 2016. Disponível em: https://bit.ly/3H7B4R4. Acesso em: 2 out. 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Comissão Nacional da Verdade**: Relatório. Brasília: CNV, 2014. 976 p. Disponível em: https://bityli.com/4743Hz. Acesso em: 13 nov. 2021.

_____. **Decreto-lei nº 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da

Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da União:

da Justiça. O Memorial deveria estar aberto ao público em 2014 e hoje, o projeto encontra-se seriamente ameaçado de não ser concluído. O segundo diz respeito à reformulação da Comissão da Anistia que sob o atual Ministério da Mulher, Família e Direito, teve as suas ações de reparação aniquiladas. Além disso, muitos dos conselheiros que desde 2019 integram essa Comissão são negacionistas e saudosistas da ditadura e desautorizam muitos pedidos de indenizações por parte das vítimas, pois essas, para esses novos comissionados, seriam parte de "grupos terroristas".

Seção 1, Brasília, DF, p.5, 18 nov.2011. Disponível em: https://bityli.com/YzjZSb. Acesso em 13 out.2021.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e Memória**. A Reconstrução do Mundo dos Desaparecidos na Argentina. São Paulo: Hucitec, 2001.

GOIRAND, Camille; MÜLLER, Angélica. Mémoire historique et réconciliation. La Commission nationale de la vérité au Brésil, un révélateur des enjeux multiples des processus de justice transitionnelle. *In:* GOIRAND, Camille; MÜLLER, Angélica. **Documenter les violences**. Mémoire et usages publics du passé dans la justice transitionnelle. 1. ed. Paris: Iheal, 2020. Disponível em: https://bityli.com/sOWjje. Acesso em: 8 nov. 2021.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Sobre as políticas de justiça e reparação no Brasil. **Insight Inteligência**. Rio de Janeiro, v. 61, p. 100-111, abr-jun.2013. Disponível em: https://bityli.com/QFIFoc. Acesso em: 13 out. 2021.

_____; PERLATTO, Fernando. Entre a reconciliação e a justiça: a Lei da Anistia diante das Comissões da Verdade. In: ARAÚJO, M. P; PINTO, A. C (Org.). **Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos**. Pernambuco: Editora Universitária de Pernambuco (EDUPE), 2017, v.1, p.16-30.

PINTO, António Costa. O passado autoritário e as democracias da Europa do Sul. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomares; _____. (orgs). **O passado que não passa:** A sombra das ditaduras na Europa do sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.17-46.

QUINALHA, Renan. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a "teoria dos dois demônios". **Revista Jurídica da Presidência**. Brasília, v. 15, n. 105, p.181- 204, fev.-mai. 2013. Disponível em: https://bityli.com/Dt1pHG. Acesso em: 15 out. 2021.

SANZ, Raphael. Verdade 12.528: a importância de apurar fatos obscuros da nossa história. **Correio da cidadania**. São Caetano do Sul, SP, 12 dez. 2013. Disponível em: https://bityli.com/XVBEtH. Acesso em: 08 nov. 2021.

SCHETTINI, Andrea. O que resta da Comissão Nacional da Verdade?: A política do tempo nas comissões da verdade. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, 2021, Ahead of print, Disponível em: https://bityli.com/aUBarj. Acesso em:15 out. 2021.

VERDADE 12.528. Direção e produção de Paula Sacchetta e Peu Robles. Estúdio CANOA; João e Maria.doc. Brasil, 2013. Disponível em: https://bit.ly/3Ag0Duw. Acesso em: 23 set.2021.

VINYES, Richard. Sobre Vítimas e Vazios, Ideologias e Reconciliações, Privatizações e Impunidades. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs). **História e Memória das Ditaduras do Século XX.** Volume 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 224-244.

WEICHERT, Marlon Alberto. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. **Projeto História (PUCSP)**, São Paulo, v. 50, p. 86-137, 2014. Disponível em: https://bityli.com/7FpRe9. Acesso em: 2 out. 2021.

ATOS DE FALA, DEMAGOGIA E NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19 NO BRASIL

Lucas de Alvarenga Gontijo[1]

Rafael Augusto Pinheiro Libaneo[2]

1. INTRODUÇÃO

Todas as vezes que determinada comunidade política enfrenta problemas ou se vê submetida a níveis preocupantes de risco é prudente que se faça análises das causas que a levaram a colocar em perigo a conservação de seus cidadãos ou a estabilidade de suas condições estruturantes. Por vezes, essas análises se demonstram complexas e exigem múltiplas perspectivas.

É amplamente reconhecido, em âmbito global, que o atual governo federal brasileiro, isto é, exatamente aquele sobre o qual recai o dever de proteger e garantir a vida de sua população, adotou políticas contrárias ao exercício dessa proteção ou até mesmo expos deliberadamente sua população à contaminação em massa pelo vírus Covid-19.

Em busca de desvendar algumas das causas que teriam contribuído para essa aparente contradição política, o presente artigo perspectiva que tal negligência ou eventual dolo decorre da subjetivação neoliberal. Para tanto, investigar-se-á como as democracias liberais se revelam frágeis à permeação de interesses recônditos, que facilmente se infiltram em ações políticas governamentais.

Entretanto, a detecção dessa causa motriz [subjetivação neoliberal] para o dissenso experimentado pelo Brasil, que ao invés de proteger sua população logrou fazer exatamente o contrário, expô-la ao perigo e consequentemente à morte, abre muitos plexos a serem analisados, pois se pulverizam em ampla rede de sintomas e efeitos que deveriam ser investigados para justificar e explicar como o neoliberalismo propicia a necropolítica. Assim, o *problema-tema* desse artigo seria demasiadamente amplo e será preciso ajustá-lo a uma perspectiva exequível no espaço usual de um artigo científico.

Propõe-se, então, que eminente escrito se ocupe, prioritariamente, da análise crítica das técnicas de discurso que propiciam governar pelo avesso: desgovernar a comunidade política. As hipóteses a serem pautadas decorrem da investigação das categorias retóricas da demagogia e do cinismo, em sentido lato.

Feitas essas considerações, chegar-se-á ao núcleo da proposta: contribuir para o debate no campo da teoria social do direito, com ênfase na perspectiva política, a prescrutar que interesses subjazem as estratégias discursivas que fazem uso constante de demagogia, da disseminação de *fake News* e da violência discursiva, sendo que essas três categorias constituem, em última análise, formas de distorção da verdade por parte de agentes políticos. Talvez, uma pergunta que ajudaria a fechar o obturador que foca os interesses deste artigo seria: Quais os efeitos práticos da demagogia como meio de se fazer política para manipulação dos cidadãos/eleitores?

[1] Doutor e Mestre em Filosofia do Direito pela UFMG. Professor da graduação e do programa de pós-graduação em direito *stricto sensu* da PUC Minas. Professor titular de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito Milton Campos.

[2] Analista Internacional formado pela PUC Minas. Graduando em direito pela PUC Minas.

A hipótese a ser sustentada é a de que a demagogia, a desinformação propositada e a violência discursiva, em âmbito macro político, são funcionais para a manutenção de uma crise estrategicamente articulada a serviço do neoliberalismo. Isto é, há uma estratégia retórica em curso e seus efeitos são conscientes e planejados.

Em uma pesquisa mais ampla, seria oportuno diferenciar as categorias conceituais *cinismo, falácia, hipocrisia, demagogia, mentira* e *dissimulação*. Neste artigo, por questões de objetividade, todas essas categorias de discurso serão representadas pelo termo *demagogia*. Não obstante, há três expressões que não podem estar reunidas numa só categoria e precisam, desde já, serem diferenciadas, a saber: *fake News*, no sentido de disseminação proposital de desinformação em massa e *violência discursiva*, no sentido de ato de fala ofensivo ou desconcertante que causa perplexidade e rompe a possibilidade de *entendimento*[3]. Todavia, essas três categorias discursivas estruturantes da pesquisa são *atos de discurso*.

A demagogia contribui para a formação da sociedade da insegurança, caracterizada pela instabilidade das relações sociais e contribui para o aumento da anomia generalizada na esfera pública. Por outro lado, o uso reiterado de *fake news* e a prática de atos de fala violentos são, ainda que paradoxais, ainda comunicações políticas, de modo que contribuem para o alargamento da erosão de códigos e valores sociais como estratégias deliberadas a obstar o *entendimento*.

A segunda parte desta introdução dedica-se a uma breve sugestão de como o uso da demagogia, de *fake news* e violência discursiva foram práticas adotadas pelo governo federal brasileiro deliberadamente, no contexto do enfrentamento da pandemia do Covid-19:

> **a)** Demagogia: As habituais atitudes negacionistas frente à realidade da pandemia do Covid-19 revelaram-se como estratégias discursivas para manter a economia funcionando como se nada estivesse acontecendo. Incentivar a população a ir às ruas para manutenção de seus postos de trabalho, em contínuo contato social, esconde uma postura alinhada à descartabilidade da vida humana. A forte resistência ao uso de máscaras protetivas, a tentativa de minimizar os efeitos da contaminação pelo vírus, a defesa dos tratamentos precoces e preventivos sem qualquer consistência científica e a divulgação de uma pesquisa supostamente feita pelo Tribunal de Contas da União a indicar sobre notificação de mortes em decorrência do covid-19 são alguns exemplos de práticas demagógicas, estrategicamente articuladas para desinformar, confundir e expor a população ao perigo.
>
> **b)** *Fake News*: Houve constante dissenso entre a realidade experimentada e as notícias perpetradas não somente pelo chefe do poder executivo, como também pelos seus correligionários que ocupam cargos públicos eletivos ou de confiança no governo federal. Insta ressaltar que, para além da produção de *fake news* relacionadas à pandemia de coronavírus, elas também atacaram os demais poderes da república brasileira, representando um ataque direto à democracia.
>
> Assim, notícias como a inseminação de *micro chips* contidos no líquido vacinal, o ataque infundado à vacina brasileira (CoronaVac), o risco de uma eventual mutação genética dos indivíduos vacinados [mutação para a forma de jacarés] ou até a suspeição do uso de indígenas como cobaias afastaram, consideravelmente, a população dos postos de vacinação, diminuindo o ritmo de combate à pandemia. É mister salientar que, a partir das posturas de membros do governo federal e políticos de sua base aliada, a sociedade civil, mais especificamente os apoiadores do atual presidente, atuaram como uma caixa de ressonância para com a veiculação de notícias falsas, garantindo o sucesso da estratégia de gerar desinformação e confusão.

[3] Aqui se emprega a palavra entendimento no sentido construído por Jünger Habermas, em sua teoria do agir comunicativo (HABERMAS, 1996).

c) *Violência Discursiva*: As agressões verbais proferidas pelo presidente da República contra jornalistas que lhe faziam perguntas indesejáveis durante a pandemia revelam a erosão da urbanidade e do tratamento respeitoso, mas, para além disso, rompem com a possibilidade de entendimento, construindo uma cortina de fumaça capaz de dissimular a falta de resposta ou mesmo provocar uma mudança de assunto, deixando, assim, a pergunta sem resposta.

Num segundo sentido, discursos de ódio foram usualmente perpetrados sob o manto da liberdade de expressão, relativizando-a para que, assim como fez o presidente, também fizessem os seus apoiadores já que sentiam-se legitimados pela imagem emanada de seu líder, disseminando amplamente uma falsa e pretensa sensação de legalidade. As constantes ameaça do uso das forças armadas para barrar as ações dos governadores e prefeitos, as constantes agressões aos jornalistas, as declarações em tom de ironia sobre as famílias vitimadas pelo Covid-19 e, ainda, os muitos ataques à líderes da comunidade civil e organizações internacionais que buscavam agir em prol do combate à pandemia, revelam a articulação generalizada da agressividade e violência do discurso político. Tal violência discursiva também se atrela a propagação de notícias falsas, no que tange ataques diretos a grupos socialmente vulneráveis como, por exemplo, portadores de HIV, expostas a uma lógica nefasta e bio-necro-política. Além disso, valendo-se de discursos anticientíficos a atrelar a vacinação à contaminação pelo vírus HIV, fala essa composta por uma estratégica que implícita segregação.

Por fim, em sua terceira e última parte, resta a essa introdução mencionar que a costura final desta pesquisa perspectiva a hipótese de que o tema da descartabilidade da vida humana como efeito perverso da subjetivação neoliberal é que explica, em derradeira análise, as práticas demagógicas levadas a efeito pelo governo federal brasileiro. O que está por detrás da aparente contradição política de não prevenção do coronavírus é incentivar a população brasileira a seguir produtiva, trabalhando, em pleno contato social, apesar do perigo de morte ou de sequelas temporárias e permanentes.

Por certo, não se trata de um fenômeno peculiar do Brasil ou do seu respectivo governo, mas constitui uma das fragilidades das democracias liberais: a eventual ascensão do fascismo estrutural. Portanto, sustentar-se-á que tal estratégia discursiva não é inédita em termos macro políticos, mas guarda estreita semelhança com as práticas fascistas, colocadas em curso na Alemanha e na Itália, nas décadas de 20 e 30 do século XX. Nesse sentido, a hipótese final deste artigo sustenta que o Brasil enfrenta, desde o processo eleitoral que levou Jair Bolsonaro ao cargo de mandatário máximo da Nação, incidências e manifestações do que tem sido nominado por fascismo estrutural, um dos perigos que não podem ser afastados da teoria política das democracias liberais.

2. OS ATOS DE FALA E A CATEGORIA RETÓRICA DA DEMAGOGIA

A dimensão dos atos de fala em sede da macro política brasileira no contexto da Pandemia do Covid-19 abre perspectivas para se empreender uma investigação das estruturas discursivas que subjazem as formas de expressão do governo federal brasileiro buscando desnudar que motivações levam a tais posturas discursivas.

Partindo do pressuposto de que o fenômeno democrático depende sobremaneira da transmissão de informações, exposição de motivos e esclarecimentos à população cidadã, faz-se relevante a análise da discursividade empreendida pelo governo federal como expressão de extrema direita, em contexto político global, quando viu-se desencadear uma série de líderes políticos com postura semelhante.

A modo de trazer alguns exemplos, há que se pensar na Itália, que viveu o período do *Movimento Cinco Estrelas* e hoje conta com o partido designado pelo nome *Liga* de Matteo Salvini. A *Liga* conta com a contribuição financeira e suporte de Steve Bannon, ex-estrategista de Donald

Trump, a promover redes sociais a impulsionar o populismo de direita no mundo. Recentemente, a *Liga* se aliou, entre outros, à *AfD*, que representa a extrema direita na Alemanha. Sua líder eminente, reconhecida por reafirmar crenças nazistas, Alice Weidel esteve no Brasil em 2021 e foi recebida por Jair Bolsonaro. Ainda nesta mesma direção política, acusado de fazer uso constante de fake-news, como, por exemplo, ligar a religião islâmica à pedofilia e à prática de roubos, o finlandês Jussi Halla-aho compõe mais um dos quadros da extrema direita europeia, ao lado do atual presidente da Hungria Viktor Órban, representante maior do partido *Fidesz* ou Santiago Abascal, líder do partido *Vox*, na Espanha, ou ainda, Marine Le Pen, criadora da *Frente Nacional Francesa* que hoje rebatizada por *Agrupamento Nacional*.

Algo comum às práticas políticas usadas pela extrema direita hoje é causar perplexidade pela violência e, muitas vezes, até imoralidade de suas posturas. A perplexidade, muitas das vezes, resulta em certa estagnação e apatia dos grupos sociais e políticos que deveriam reagir. Se a hipótese sugerida de que a demagogia é a forma deliberada pelo governo federal brasileiro para atingir seus objetivos, parece fundamental compreender os meandros dessa estratégia.

A categoria retórica da demagogia é estudada como expressão que se revela através de uma racionalidade de duplo nível. Isso é, a intenção do locutor está em um plano enquanto sua expressão instala-se em outro plano. Há, nessa categoria retórica insinceridade, mascaramento. Mas até aí não se visualiza nada essencialmente novo, políticas falaciosas ou dissimuladas usualmente podem ser detectadas e desmascaradas. Entretanto, o ponto é que não se trata tão somente de insinceridade, mas de uma técnica inovadora de se produzir dissenso. O que o governo brasileiro está disposto a fazer é provocar a erosão dos códigos de comunicação e entendimento, é desmantelar a possibilidade de racionalidade em âmbito macro político. O efeito imediato de sua ação é produzir uma espécie de cortina de fumaça em decorrência do choque que proporciona.

Outra questão relevante é a percepção, com base em autores como Theodor Adorno, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Hannah Arendt, Vladimir Safatle, entre outros, que a teoria política contemporânea deve se atentar para a possibilidade do fascismo estrutural, capaz de se aninhar na estrutura das democracias liberais. Nesse sentido, há que se debruçar sobre a ideia de democracia e seus eventuais obstáculos. Hoje, ao lado do muito debatido conceito *pós-verdade*, tornou-se fértil as discussões ao entorno do conceito *pós-democracia*. Sob esse espectro perscruta-se quando as democracias se encontram suspensas ou até mesmo extintas, mas sob a aparência de normalidade e pleno exercício. Sobre a crise que as democracias liberais têm experimentado há, contemporaneamente, considerável literatura a respeito. Livros como o de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, sob o título de *Como as democracias morrem* (2018); ou *Como a democracia chega ao fim*, de David Runciman (2018); *A morte da verdade* de Michiko Kakutani e inúmeros outros trabalhos publicados nesse sentido, muitos deles latino-americanos, a engrossar a literatura sobre a relação entre pós-verdade e democracia. Em especial, um livro que trabalha a relação entre cinismo e política é o proposto por Giuliano Da Empoli, sob o nome de *Os Engenheiros do Caos*.

Se a democracia é um sistema político totalmente dependente do entendimento, compreender as estratégias discursivas implementadas por seus agentes políticos é buscar compreender suas entranhas, portanto, a investigação justifica-se. Por outro lado, acredita-se que seria possível esclarecer, ao menos em alguns aspectos, os atos de fala do governo federal ao procrastinar ou até mesmo esquivar-se do combate ao morticínio causado pela pandemia. A hipótese da adoção de uma postura necropolítica justificar-se-ia ao tentar revelar qual racionalidade estaria oculta na aparente inconsistência ou leviandade dos seus atos de fala. Ao que se pode agora sustentar, não se trata de ações estúpidas ou inconsequentes, mas de uma estratégica eficaz e perniciosa, que se elabora por meio de mascaramentos, a dissimular suas forças recônditas a serviço do mercado.

3. CONCLUSÕES AFERIDAS SOBRE O ESPECTRO DA DEMAGOGIA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA DELIBERADA:

Procurando contribuir para o debate a que muitos pesquisadores das ciências sociais e do direito têm travado acerca da Pandemia do Covid-19 sobre as possíveis causas de como foi possível essa engenharia necropolítica ter ido tão longe, com efeitos tão devastadores, sem que a população brasileira tenha conseguido reagir de modo a impedir tal catástrofe, o presente artigo passa a tecer suas hipóteses. A opção pela estratégica política demagógica logrou eficácia em seu desígnio que supõe dividir o corpo social brasileiro a produzir este efeito estagnante, mesmo diante de tamanha necessidade de reação rápida e efetiva.

Portanto, para dissecar essa afirmação elaborada de forma ampla, faz-se necessário dividi-la em, ao menos, três sub hipóteses:

A primeira hipótese a ser sustentada consiste em constatar que as práticas discursivas insinceras, isto é, uso de atos de fala de duplo nível [quando a intenção não corresponde com a expressão], como acontece na demagogia, no cinismo, na dissimulação, na hipocrisia, por exemplo, são, de fato, estratégias de se fazer política da nova extrema direita e tem seus efeitos calculados.

O segundo esclarecimento consiste em afirmar que as práticas discursivas demagógicas, que por sua vez têm ambiente favorável quando os códigos e valores sociais encontram-se fragilizados, corroboram para o desenvolvimento do neoliberalismo. Neste sentido, supõe-se também que a subjetivação neoliberal opera por meio de descensos e por meio de desestabilizações do espaço público.

A razão neoliberal se transformou em uma das maiores investigações da teoria política nas últimas décadas. Compreender seus processos de subjetivação torna possível estruturar uma rede de possibilidades sobre as motivações dos exercícios de poder político e sua permeação em todo o corpo social, a constituir não só uma razão-mundo, mas a demarcar a subjetividade de uma nova postura humana sobre a terra, o que Michel Foucault cunhou por *homo oeconomicus*. É certo que a razão neoliberal pretende transformar toda e qualquer forma de razão em mercado. Nesse sentido, acompanhando o autor do Collège de France, "é essa multiplicação da forma 'empresa' no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade" (2008, p. 203). Mas para o triunfo dessa empreitada, a estratégia é propiciar a falência de qualquer outra razão senão a razão neoliberal. O neoliberalismo é, portanto, uma forma organizativa do mercado que opera pela desorganização de toda possibilidade de entendimento, de razoabilidade. É quase uma anti-razão, um anti-planejamento e por conseguinte "o *homo oeconomicus* vai dever o caráter positivo do seu cálculo a tudo o que, precisamente, escapa ao seu cálculo" (FOUCUALT, 2008, p. 378). Essa mesma preposição teórica sustentada por Foucault encontra respaldo em Pierre Dardot e Christian Laval: a razão neoliberal desestrutura o espaço político e, a partir de seus escombros, faz-se avançar. O não planejamento, o não cálculo ou, ainda, a irresponsabilidade e a desestabilização do espaço político de maneira inconsequente são estratégias do avanço do mercado pleno e total. Como dispõem os autores de *A nova razão do mundo*: "a sociedade neoliberal em que vivemos é fruto de um processo histórico que não foi integralmente programado por seus pioneiros; os elementos que a compõem reuniram-se pouco a pouco, interagindo uns com os outros, fortalecendo uns aos outros (2016, p.24). Com efeito, postula-se que o neoliberalismo causa a erosão dos códigos e valores sociais, de modo a fomentar uma sociedade acrítica, onde só o câmbio por riquezas importa. Em tais condições degradantes, devido aos efeitos da anomia e da incapacidade de entendimento social, a comunidade política se vulnerabiliza frente ao poder econômico, deixando prostrar suas possibilidades de resistência à nova razão-mundo da concorrência total, do atomismo social constituído tão somente da lógica do individualismo absoluto: tudo é concorrência.

> Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à

> concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa, essas são as etapas pelas quais se realiza a extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo (DADOT, LAVAL, 2016, p. 379).

A terceira proposição consiste em responder se essas formas dissimuladas de se fazer política guardam relação com o fascismo estrutural, sendo que tais práticas teriam a capacidade de se aninhar dentro das democracias liberais, assemelhando-se a ação de um vírus a destruí-las. A hipótese se confirma. Operar a partir da descartabilidade da vida, sem medir eticamente suas consequências, isto é, agir de maneira absolutamente despudorada quando o elemento em jogo, a vida humana, aproxima-se muito do que pode ser entendido como fascismo estrutural. Sustenta-se, então, que a abertura que as democracias liberais proporcionam para a potência fascista tem espaço em momentos de crise política e medo generalizado. Circunstâncias que foram propiciadas pela pandemia, sem deixar de saber que o Brasil já vinha numa trajetória de avanço de políticas neoliberais desde o golpe de Estado que depôs a presidenta Dilma Rousseff.

Perspectivando a fragilidade das democracias liberais se explica, ao menos em parte, a catástrofe humanitária que se abateu sobre o Brasil durante a Pandemia do Covid-19. Tal tática discursiva não é inédita em termos macro políticos, mas guarda estreita semelhança com as práticas fascistas, experimentadas pela Europa na primeira metade do século XX.

Portanto, a hipótese fundadora deste artigo pode ser assim resumida: a demagogia, a disseminação de *fake news* e a violência discursiva, tanto na macro como na micropolítica, são funcionais para a manutenção de uma crise estrategicamente articulada que favorece ao avanço do neoliberalismo. O artigo buscou, portanto, tratar das relações existentes entre essas categorias retóricas e a ordem econômica neoliberal, de modo a compreender suas interações.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, título original: The origins of totalitarianism, traducción de Roberto Raposo, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal, título original: Eichmann in Jerusalem, tradução de José Rubens Siqueira, 21ª reimpresión, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARISTÓTELES. **A Política**, São Paulo: Atena Editora, 1960.

AUSTIN, John L., **Philosophical papers**, London, Oxford, New York: Oxford University Press, 1970.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**, Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

CARDOSO, Vera Alice. **A investigação e as reinvenções da democracia**. IN: CUNHA, Eleonora Schettini Martins, MENDONÇA, Ricardo Fabrino (Orgs.), Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais, Editora da UFMG, 2018.

CROUCH, Colin. **Posdemocracia**, Madrid: Taurus, 2004.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins, MENDONÇA, Ricardo Fabrino, **Teorias Democráticas**: Múltiplos olhares sobre um fenômeno em mutação, IN: CUNHA, Eleonora Schettini Martins, MENDONÇA, Ricardo Fabrino (Orgs.), Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais, Editora da UFMG, 2018.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal, título original: La nouvelle raison du monde essai sur la Société néolibérale: tradução de Mariana Echalar, São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix, **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia, título original: L´Anti-Oedipe, tradução de Jayme Salomão, Imago Editura, Rio de Janeiro, 1976.

FINCHELSTEIN, Frederico, **Uma breve história das mentiras fascistas,** tradução Mauro Pinheiro, Vestígio Editora, São Paulo, 1º edição, 2020.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**, título original Naissance de la biopolitique, tradução de Bernardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES, Wilson. **Por que a comunicação é tão importante quando se pensa a democracia?** (In:) MENDONÇA, Ricardo; CUNHA, Eleonora Schettini (org.), Introdução à Teoria Democrática: Conceitos, histórias, instituições e questões transversais, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

HABERMAS, Jünger. **O que é pragmática universal?**, título original Was heisst Universalpragmatik?, tradução de Paulo Rodrigues, contido na publicação Racionalidade e Comunicação, Lisboa: Edições 70, 1996.

JAKOBS, Günther. **O Direito Penal do Inimigo**, tradução Gercélia Batista Mendes, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump, tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte, título original: The death of truth, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel., **Como as democracias morrem**, título original: How democracies die, tradução de Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta Linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**, São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PACHUKANIS, Evguiéni. **Facismo**, tradução de Paula Vaz de Almeida, Editora Boitempo, 2020.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**, São Paulo: Boitempo, 2008.

SEARLE, John R., **Speech acts**: an essay in the philosophy of language. Melbourne/NY: Cambridge Univiservity Press, 1996.

SEARLE, John R. **Intentionality**: an essay in the philosophy of mind, United Kingdom: Cambridge Univiservity Press, 1983.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**, título original Philosophische Untersuchungen, tradução de José Carlos Bruni, São Paulo: Editor Victor Civita (coleção Os Pensadores), 1975.

A DITADURA MILITAR NA PARAÍBA: A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS E A CAMPANHA DA ANISTIA

Janaína Gomes da Silva[1]

1. INTRODUÇÃO

O processo de luta pela defesa dos direitos humanos na Ditadura Militar do Brasil começou a ser delineado principalmente por meio da mobilização de familiares de mortos e desaparecidos políticos juntamente com organizações de direitos humanos formadas no decurso das décadas de 1970 e 1980.

Tal resistência procurou conquistar o apoio da comunidade internacional, assim como de setores nacionais, para a causa dos direitos humanos, a partir de denúncias das vítimas e de seus parentes nos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, na Comissão de Justiça e Paz, no Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR) ou nas sessões públicas do Tribunal Russell II[2], ocorridas entre 1974 a 1976, na Itália, com o objetivo de julgar os crimes cometidos pelas ditaduras latino-americanas (LIBERATO, 2019).

O surgimento de movimentos de defesa dos direitos humanos no país, sobretudo na década de 1970, está relacionado à solidariedade oferecida por segmentos religiosos, em especial, a ala progressista da Igreja Católica; por advogados e juristas que compuseram a Comissão de Justiça de Paz e Centros de Defesa dos Direitos Humanos; e pela mobilização em busca de justiça de familiares e vítimas da ditadura.

Nesse contexto, é criado na Paraíba o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, em 1976, por iniciativa do Arcebispo do Estado, Dom José Maria Pires. O Centro contou com a coordenação do advogado e ex-preso político Wanderley Caixe, e atuava em favor dos perseguidos políticos, prestando assistência jurídica, bem como na resolução de conflitos urbanos e rurais.

A pesquisa documental - realizada no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba - e bibliográfica demonstra que a Igreja paraibana teve um papel fundamental na resistência à ditadura e na defesa dos direitos humanos no Estado. Segundo Nunes, a instituição:

---

[1] Doutoranda e Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Graduada e Mestra em História pela UFPB. Professora da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. E-mail: janaina_gomes_13h @hotmail. com.

[2] Tribunal de opinião, privado, criado para analisar e julgar os Estados ditatoriais presentes na América Latina entre as décadas de 1960 e 1970. O Tribunal foi constituído por cidadãos de diversas nacionalidades que adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos e documentos congêneres como base normativa para avaliar as práticas de ditadores do continente americano. O nome Russell é uma homenagem ao filósofo inglês Bertrand Russell, organizador do primeiro evento em 1966, que contou com a mediação do filósofo e escritor francês Jean- Paul Sartre. O propósito com a fundação do Tribunal era influenciar a opinião pública internacional para promover ações que buscassem garantir o respeito aos direitos humanos, além de instalar um tribunal internacional permanente para punir aqueles que praticassem crimes contra a humanidade. Para mais informações, ver: LIBERATO, Rogério. O Tribunal Russell II e o julgamento da Ditadura civil-militar brasileira (1964-1974). **Revista de trabalhos acadêmicos-campus Niterói**, América do Norte, 1, mar. 2019. Disponível em: http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=view&path%5B%5D=7393&pat h%5B%5D=4157. Acesso em: 05 de agosto de 2021.

> Atuava através de vários organismos [...], como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, que foi um dos primeiros do gênero no país, coordenado pelo militante político ligado à luta de resistência ao regime militar, o advogado Wanderley Caixe, que posteriormente, em 1985, vai ser candidato a prefeito de João Pessoa pelo PT. E através de organismos de base que objetivavam a reorganização dos movimentos populares, tais como: Ação Católica Rural (ACR), Movimento de Evangelização Rural (MER), no campo; e Pastoral da Juventude, Pastoral Operária, Comunidades Eclesiais de Base [CEB's], Ação Católica Operária (ACO), etc., na zona urbana. (NUNES, 2009, p. 79).

O Arcebispo Dom José foi uma das maiores lideranças do movimento de defesa dos direitos humanos no Estado da Paraíba durante a Ditadura, chegando, inclusive, a fazer críticas contundentes contra o regime militar. Sua ação pastoral ficou conhecida por "Do Centro para margem", título de sua principal obra. Essa frase traduz sua opção pela defesa dos marginalizados, dos perseguidos políticos, das pessoas mais simples.

Entre as ações desenvolvidas pelo clero católico no Estado estão: o movimento de educação popular com o objetivo de reduzir o índice de analfabetismo; campanha para promover a construção de moradias populares; campanha de arrecadação de recursos para amenizar os efeitos da seca; campanha pela anistia dos presos políticos, dentre outros projetos sociais (SILVA, 2019). Em virtude de sua intensa atividade pastoral, Dom José era considerado um desafeto dos militares, pois trabalhava em consonância com a filosofia da Teologia da Libertação (CAMILO, 2011).[3]

A Arquidiocese da Paraíba, além de defender os direitos civis e políticos dos cidadãos, colaborou com a promoção da justiça social, ajudando movimentos populares urbanos e rurais. Os religiosos Dom Paulo Evaristo Arns (Arcebispo de São Paulo), Dom Hélder Pessoa Câmara[4] (Arcebispo de Olinda e Recife) e Dom José Maria Pires, reconhecidos ícones de resistência ao regime militar, mantinham laços de amizade e, sempre que possível, trabalhavam em conjunto na luta pela defesa dos direitos humanos, seja fazendo visitas a presos políticos, seja intercedendo por aqueles perseguidos. Conforme pode-se observar nesta declaração feita pelo Arcebispo da Paraíba:

> Em 1976, por ocasião dos dez anos de minha presença na Paraíba, Dom Paulo Evaristo Arns veio a João Pessoa inaugurar o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos criado no Brasil. [...] A Igreja na Paraíba procurou ser um espaço de liberdade para quem se colocava do lado dos oprimidos. Ela se tornou 'a voz dos que não tinham voz' e ocupou o lugar de instância crítica do Governo, função que devia ser dos Sindicatos e dos Partidos políticos, instituições silenciadas e continuamente vigiadas (RIBEIRO, 2005, p. 143).

No tocante à Campanha da Anistia, o clero paraibano auxiliou as organizações sociais da causa, como o núcleo estadual do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e os núcleos de João Pessoa e de Campina Grande do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). De acordo com a documentação do SNI, a Igreja cedia espaços físicos para as reuniões das entidades e promovia atos públicos em prol da anistia ampla, geral e irrestrita. Ademais, seus membros costumava visitar presos políticos e denunciar publicamente casos de maus-tratos e torturas nos prisioneiros.

2. AS ORGANIZAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA PARAÍBA

[3] Teologia da Libertação é um movimento religioso e social que surgiu na Igreja Católica na década de 1960, e que mediante uma análise crítica da realidade buscou auxiliar as camadas populares e oprimidas a lutarem por seus direitos. Para mais informações, ver: CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. **A Teologia da Libertação no Brasil:** das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. Artigo científico publicado no II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais. Goiânia: UFG, 2011. Disponível em: https://files.cerco mp.ufg.br/weby/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf. Acesso em: 05 de agosto de 2021.

[4] Em reconhecimento aos relevantes serviços prestados, Dom Hélder Câmara recebeu o título de Patrono dos Direitos Humanos do Brasil. BRASIL. **Lei Federal nº 13.581**. 26 de dezembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13581.htm. Acesso em: 07 de agosto de 2021.

Na Paraíba, a primeira organização em defesa dos direitos humanos foi composta por padres idosos, conhecido por "Grupo dos Notáveis", a qual tinha por atribuição localizar e visitar prisioneiros políticos. Segundo Dom José, "a visita deles confortava o preso, que, geralmente, ficava incomunicável, e tranquilizava a família, que assim podia ter a certeza de que ele estava vivo e não estava sendo torturado" (RIBEIRO, 2005, p. 160).

Sobre a questão dos presos políticos, há registros na imprensa paraibana de visitas do Arcebispo a presídios para verificar a condição dos encarcerados:

> O arcebispo Dom José Maria Pires afirmou ter mantido contatos com presos políticos, mas desmentiu a acusação do ex-deputado Marcos Tavares de que estaria envolvido com membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). [...] Várias vezes o religioso visitou a Penitenciária Regional de Presidente Venceslau [...], onde manteve contato com dominicanos presos, além da Penitenciária de Itamaracá, onde se encontrou com presos políticos da Paraíba. (Jornal *O Norte*. **Dom José desmente acusação**. João Pessoa, 20 de maio de 1975).

Por conseguinte, identifica-se nessa e em outras matérias jornalísticas a imagem de uma Igreja preocupada com a causa dos direitos humanos. Nesse sentido, o clero paraibano, sob a liderança de Dom José Maria Pires, fomentou a criação de diversos projetos sociais com o objetivo de promover os direitos fundamentais do povo, sobretudo daqueles mais carentes, mediante: a Equipe de Promoção Humana, em 1971; o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), em 1976[5]; o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH), em 1979; o Centro de Direitos Humanos, Assessoria e Educação Popular (CDDH-AEP), em 1980; o Serviço de Educação Popular (SEDUP), em 1981, este último, fundado pelo Bispo da Diocese de Guarabira, Dom Marcelo Pinto Carvalheira junto com a freira Maria Valéria Rezende (MARLENE et al, 2020).

No tocante à Equipe de Promoção Humana, esta tinha o objetivo de prestar atendimento aos moradores de comunidades periféricas e campesinas em relação aos problemas de saúde, moradia e educação. Seus principais integrantes foram: Frei Anastácio, Frei Hermano José, Irmã Marlene Burgers, Genaro Ieno Neto e Gláucia Maria de Luna Ieno (PEREIRA, 2012, p. 119).

A Equipe de Promoção Humana desenvolvia um trabalho interdisciplinar. Parte dos agentes pastorais acompanhavam os camponeses nas questões agrícolas, outros auxiliavam nas comunidades, impulsionando o acesso a condições de saneamento básico, e também havia aqueles responsáveis por tratar da dimensão religiosa.

Dentre todas as iniciativas desenvolvidas pelo clero paraibano, a organização que teve mais destaque foi o CDDH, primeiro do gênero criado no Brasil, em 1976, por Dom José Maria Pires, com o objetivo de prestar assistência jurídica ao povo, defender os direitos humanos e denunciar os casos em que se constatassem violações a tais direitos.

O Arcebispo conta em seu livro *Do centro para a margem* que a ideia de criar o CDDH se fortaleceu após a XIII Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, ocorrida em 1973. As resoluções finais desse encontro orientavam os bispos a se mobilizarem para defender os direitos humanos que vinham sendo violados pelo Estado brasileiro. Naquela ocasião, segundo Dom José, foi levantada a sugestão para que cada diocese organizasse um órgão a fim de promover os direitos do cidadão (PIRES, 1978).

A convite do Arcebispo, o Centro foi coordenado pelo advogado e ex-preso político Vanderley Caixe[6],que em entrevista a Marcos José Lima Filho conta como foi o primeiro contato com o religioso:

> Conheci D. José Maria Pires na Penitenciária de Presidente Venceslau, juntamente com Dom Thomas Balduíno e Dom Waldir Calheiros, que vieram em visita aos seis presos políticos – Frei Beto, Frei Yves, Frei Fernando, Manuel Porfírio, Maurice Politi e eu. Nós havíamos

[5] Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. **Relatório do decênio:** 1966-1976.

[6] Natural de Ribeirão Preto (SP). Esteve preso entre 1969 a 1974, porque participou de uma organização clandestina cuja atividade era combater à Ditadura.

> sido removidos do convívio com outros presos políticos de São Paulo, porquanto achavam que estimulávamos greve de fome em protesto contra o governo militar. Havia o risco de nos fazerem 'desaparecer'. Desse modo, cada Bispo assumiu a padrinhagem de um preso político. Ficávamos em correspondência uma vez a cada quinze dias. O meu padrinho foi o Arcebispo da Paraíba (LIMA FILHO, 2016).

Quando saiu da prisão, em 1974, Caixe passou a trabalhar no escritório de Advocacia do jurista Heráclito Fontoura Sobral Pinto, no Rio de Janeiro, na defesa dos direitos dos presos e perseguidos políticos. Lima Filho menciona que, naquela época, a sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), era no Rio. Então, em 1975, numa das visitas de Dom José à "cidade maravilhosa" em virtude das reuniões da CNBB, o religioso convidou o advogado para jantar e propôs que coordenasse o CDDH, em João Pessoa (DUARTE, 2015).

No regimento interno do CDDH, disponível no Arquivo da Arquidiocese, consta como atribuições da organização:

> 1º. Orientar e encaminhar pessoas, grupos e entidades para as instituições que devem prestar assistência jurídica e para os outros órgãos conforme as necessidades;
>
> 2º. Acompanhar o desenrolar desses casos numa orientação permanente, no sentido de exigir respostas desses órgãos;
>
> 3º. Levar o povo a agir coletivamente na luta pelos seus direitos;
>
> 4º. Informar às pessoas e grupos que procuram o CDDH sobre a existência de grupos acompanhados pela pastoral, com os quais possam se entrosar;
>
> 5º. Capacitar pessoas através de cursos e informações para o trabalho no campo dos direitos humanos;
>
> 6º. Reforçar as denúncias do povo, apoiar as lutas populares e denunciar arbitrariedades;
>
> 7º. Informar a opinião pública sobre a violação dos direitos humanos através de qualquer meio de comunicação;
>
> 8º. Divulgar leis e publicações a nível popular, através do centro de documentação e informação popular da arquidiocese;
>
> 9º. Ter a documentação da caminhada do povo na luta pelos seus direitos, para que a mesma seja usada em função desta luta;
>
> 10º Fazer ligação com outros centros de defesa e relacionar-se com outros órgãos de finalidades semelhantes.
>
> 11º. Procurar manter em dia com a legislação e a jurisprudência e acompanhar o processo de elaboração das leis, no sentido de informar e pressionar, procurando impedir aprovação de leis injustas (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. **Regulamento do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba**, setembro de 1979).

Conforme o depoimento de Dom José, o CDDH surge em virtude da necessidade de ter um órgão para prestar assessoria jurídica aos trabalhadores rurais e dar assistência aos presos políticos, mas com o tempo o Centro incorporou outros nichos de atuação no Estado paraibano.

É preciso lembrar que, na década de 1970, havia uma série de conflitos no campo na Paraíba por causa da concentração fundiária. Diante dessas contendas, desenvolve-se demandas por parte de camponeses pela busca de efetivação dos direitos humanos. Dom José, então, entrou em cena com os agentes pastorais para auxiliar os agricultores. Consequentemente, a atuação do Centro gerou reação da Secretaria de Segurança pública do Estado, que se aliou a grandes proprietários

rurais da região para culpabilizar os agentes pastorais pela agitação que ocorria no campo, pois estes apoiavam a luta dos camponeses.

Consoante as palavras do Arcebispo: "a defesa dos direitos humanos se concentrava nas pessoas que estavam sendo mais oprimidas. (...) O Centro, ao assumir a defesa de um determinado direito, o fazia com a preocupação de que as pessoas se tornassem agentes de uma transformação social" (MARLENE et al, 2020, p. 174). Portanto, o CDDH também procurava orientar o requerente a tomar consciência de sua situação e adotar uma postura de luta por seus direitos.

O Centro, inicialmente, fora composto por Dom José, Vanderley Caixe, Henrique Estevão, Luiz Couto, Irmã Marlene e Antônio Heliton, de acordo com o registro da Ata de reunião de 25 de setembro de 1979[7]. Com o passar do tempo, esse núcleo dirigente foi incorporando outros membros, tanto clérigos quanto laicos. Segundo Caixe, a organização trabalhava para dar assessoria jurídica e educacional ao povo paraibano e, muitas vezes, o extrajurídico predominou sobre o jurídico (CAIXE, 1981).

O relatório do decênio de 1966 a 1976 atinente às atividades da Igreja no Estado informa que o CDDH pratica o direito para a promoção do homem, subtraindo-o da injustiça pela qual sofre por causa das estruturas sociais violadoras. Destarte, o Centro se dividia em três departamentos: o jurídico, o psicológico e o espiritual, com prevalência do primeiro setor. Conforme o documento, no tocante à esfera jurídica o Centro desempenhava as funções de:[8]

1. Orientar juridicamente os casos de violação de direitos;

2. Divulgar leis a nível popular por meio de cartilhas pelo boletim;

3. Intervir nos casos mais urgentes, quando solicitado;

4. Acompanhar equipes pastorais, desde que solicitado, para orientação jurídica e outros encaminhamentos legais.

À vista disso, é possível ter uma dimensão sobre o procedimento do órgão no cotidiano. De acordo com Moreira e Targino:

> Naquela época, marcada pelo medo e pela violência do latifúndio e da repressão policial, o CDDH distinguiu-se como um baluarte forte e destemido, que mereceu o respeito não só dos trabalhadores, mas também de segmentos da sociedade civil comprometidos com a democratização do país e com a justiça social no campo (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 310 apud SILVA, 2019, p. 173).

O jornal *O Norte,* em matéria datada de 13 de novembro de 1976, informa que o Centro estabelece vínculos de parceria com outras entidades nacionais e internacionais, como a OAB, a ONU, o Serviço Internacional de Paz e Justiça, na luta pela defesa dos direitos humanos. E acrescenta:

> O Centro foi criado com o propósito de suprir deficiências que os trabalhos pastorais enfrentavam na sua missão. A Igreja da Paraíba é uma das que se define em favor das classes mais pobres, fazendo um trabalho de orientação, defesa e denúncia. [...] Quando uma pessoa sofre as consequências de um ato arbitrário, por qualquer motivo, aí entra o CDDH, prestando orientação jurídica, interferindo direta ou indiretamente até neutralizar os atos de força. É neste contexto que o Centro surge como uma pequena luz, onde o povo sabe que pode encontrar um guia de orientação e proteção. Disse o seu coordenador: é exatamente por essa função que o órgão vem encontrando resistências e críticas dos poderosos, gerando preocupação em autoridades, civis, militares e judiciárias, de que isso seja agitação ou subversão, ou mesmo perturbação da ordem. (Jornal *O Norte.* **Igreja enfrenta luta de Direitos Humanos e orienta eleitores**. João Pessoa, 13 de novembro de 1976).

[7] Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. **CDDH:** Ata de reunião. 25 de setembro de 1979.
[8] Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. **Relatório do decênio:** 1966-1976.

Um outro dado importante expresso no restante da notícia é que em poucos meses de fundação a organização analisou mais de duas mil denúncias. Isso demonstra o quão frequente e alarmante eram os casos de violações de direitos humanos no Estado paraibano naquela época. Logo, o Centro foi uma peça fundamental na luta pela efetivação de justiça.

A entidade, pioneira no Brasil, produziu milhares de fichas de atendimento durante os anos que esteve em funcionamento. Segue abaixo o quadro de registro referente a 1976:

Pastas de atendimento do CDDH	Quantidade de fichas
Zona rural - despejos, invasões de propriedade, desapropriação de terra e arrendatários proibidos de plantarem ou criarem animais etc.	134
Zona urbana - ações de moradores, despejos etc.	116
Casos extras - intimações pela PF, presos políticos.	73
Jurídicos diversos - indenização de acidentes, expedição de documentos, transferência de propriedades etc.	24
Pasta de Previdência social - pensão junto ao INPS, auxílio doença, aposentadoria etc.	25
Pasta trabalhista - direito trabalhista, revisão de aposentadoria, tempo de serviço etc.	19
Pasta penal - homicídios, presos políticos, prisão ilegal, maus tratos, tortura etc.	10
Total	401
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1976.	

A partir dos dados apresentados pode-se verificar a natureza dos casos que eram acompanhados pela equipe do Centro. Durante o período que esteve em atividade, o ano de 1976 foi o que mais apresentou fichas de registro de atendimento, no total 401. Nos anos seguintes, a média variou de 50 a 150 casos por ano, até 1995, quando em virtude da aposentadoria compulsória de Dom José Maria Pires no cargo de Arcebispo da Paraíba esse trabalho social realizado pela Arquidiocese é encerrado.[9]

No lugar do CDDH foi criada a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA), que oferece apoio e capacitação jurídica, destacando-se na promoção do acesso à justiça mediante a educação popular. A referida instituição continua em funcionamento até a atualidade.

Durante as duas décadas que esteve em funcionamento, o CDDH buscou solucionar os problemas enfrentados pelo povo paraibano. A entidade tomou para si as preocupações que afligiam as camadas populares, tanto urbana quanto rural. O papel da Igreja, enquanto instituição defensora dos direitos humanos, foi de fomentar o empoderamento de setores sociais marginalizados, trans-

[9] Com o término das atividades do CDDH, em 1995, Vanderley Caixe retorna para sua cidade natal, Ribeirão Preto, em São Paulo, onde permanece trabalhando na defesa dos direitos humanos até sua morte, em 2012.

formando-os em sujeitos da própria história. Os agentes pastorais instruía as pessoas a exercerem sua cidadania, a lutarem por seus direitos e serem participantes ativos do processo político e social.[10]

Outro órgão importante que surgiu por meio de um desdobramento do CDDH foi o Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Assessoria e Educação Popular (CDDH-AEP), em julho de 1980. Ao sair do CDDH, Vanderley Caixe criou esta entidade voltada para a assessoria jurídica de sindicatos de trabalhadores rurais. Caixe justificou sua fundação em virtude da necessidade de reforçar as organizações de classe, de proporcionar cursos de formação para mulheres e trabalhadores do campo, de prestar atendimento jurídico gratuito a pessoas físicas e jurídicas (sindicatos), dentre outras atribuições. De acordo com a "Carta de Princípios", a instituição visava:

> 1. Ser um serviço em defesa dos direitos humanos, na conquista da democracia e pela justiça social;
>
> 2. Exercer esse serviço junto à classe trabalhadora, a outros setores marginalizados e explorados da população e às demais camadas sociais interessadas na democracia e justiça social;
>
> 3. Exercer esse serviço, inclusive, junto aos grupos, organizações de base, entidades e principalmente as organizações de classe, propiciando meios para elevar o seu nível de consciência e fortalecendo-as;
>
> 4. Prestar serviços de assessoria, consultoria e postulativa; realizar ações de denúncias, informações simples e trabalhos técnicos, pesquisas e outras, desde que se enquadrem aos objetivos definidos na Carta de Princípios e nestes Estatutos;
>
> 5. Para a consecução dos seus objetivos e finalidades, o CDDH/AEP promoverá cursos, conferências, publicações e outras formas de intervenção no espaço cultural da sociedade;
>
> 6. Tendo em vista os seus objetivos e finalidades, o CDDH/AEP intercambiará com outras entidades civis nacionais e/ou internacionais, estabelecendo convênios, propondo projetos e repasse de informações;
>
> 7. Assessorar técnica e financeiramente pequenas atividades comunitárias (MARLENE et al, 2020, p. 176).

O referido Centro formou cinco grupos de direitos humanos que foram distribuídos em várias cidades do Estado paraibano. Tais equipes organizavam encontros com trabalhadores, prestavam assessoria jurídica a presos políticos, a encarcerados por crimes comuns, a prostitutas, aos camponeses etc. Além disso, segundo informações do Relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa, o órgão participou de campanhas por questões salariais, contra a Lei de Segurança Nacional, pela libertação dos padres e camponeses do Araguaia, pela defesa do ensino público, dentre outras ações relacionadas com a promoção da educação popular (MARLENE et al, 2020).

Outros órgãos voltados para a defesa dos direitos humanos foram criados no Estado por iniciativa de Dom Marcelo Pinto Carvalheira, enquanto bispo da Diocese de Guarabira e, posteriormente, como Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, como: o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH), o Projeto Educativo do Menor (PEM) e o Serviço de Educação Popular (SEDUP). (SILVA, 1992)

3. A CAMPANHA PELA ANISTIA NA PARAÍBA

[10] Sobre a inserção da Igreja Católica na sociedade paraibana, ver o relatório elaborado pelos agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), em: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8. 1979, p. 14. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/79000609/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_79000609_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

Em 1975, a assistente social e advogada Therezinha Godoy Zerbini fundou o Movimento Feminino pela Anistia - MFPA. A fim de mobilizar a criação de núcleos estaduais, ela visitou várias cidades do país, dentre as quais João Pessoa. De acordo com registros da imprensa na época, o Movimento Feminino visava a pacificação da família brasileira. Segundo a presidente Zerbini, o objetivo da entidade era alcançar a paz, a concórdia e a união do povo brasileiro (ZERBINI, 1979).

Num manifesto publicado no jornal *O Norte* Zerbini conclamou as mulheres paraibanas a unirem-se a causa da anistia, nos seguintes termos:

> Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a Anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade imperiosa da Anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da Nação.[11]

No Estado, o movimento, mesmo com dificuldades, foi se fortalecendo e com os esforços de Maria José Limeira Ferreira, Maria de Fátima Cardoso, Maria dos Anjos Mendes Gomes, Ayala de Almeida Rocha e Maria das Graças Leite de Souza é criado o MFPA na Paraíba, em 22 de agosto de 1978,[12] em ocasião da visita da presidente nacional da entidade, Therezinha Zerbini, à João Pessoa. A sede do núcleo estadual era na residência de Maria José Limeira Ferreira, localizada no conjunto Costa e Silva, na rua Severino de Albuquerque Lucena, nº 332.[13]

Logo após sua fundação, o SNI passou a vigiar a entidade. A partir de documentos elaborados pelo 1º Grupamento de Engenharia e Construção, datados de 1978, identifica-se o perfil das dirigentes do MFPA da Paraíba:

> **Maria José Limeira Ferreira**, jornalista e ex-editora do semanário *O Momento*. Simpatizante da atividade pastoral desenvolvida por Dom José Maria Pires.
>
> **Ayala de Almeida Rocha**, companheira de Vanderley Caixe, coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. A nominada é uma das responsáveis pela tensão social gerada entre proprietários e moradores das Fazendas Macatu e Alagamar.
>
> **Maria dos Anjos Mendes Gomes**, Mestranda em Letras pela Universidade Federal da Paraíba.
>
> **Maria de Fátima Cardoso**, irmã do "terrorista" José Calixtrato Cardoso Filho, preso político na Penitenciária Barreto Campelo.
>
> **Maria das Graças Leite de Souza**. [Sem informações].[14]

A documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI)[15] relaciona integrantes do MFPA com agentes pastorais do clero paraibano. Em determinada passagem do documento, ao se referir à militante Maria José Limeira Ferreira, o órgão de informação ressalta que ela é "admiradora da ação desenvolvida por Dom José Maria Pires".

---

[11] Jornal *O Norte*. **MFPA chega em João Pessoa.** João Pessoa, 19 de março de 1976.

[12] Ainda nesse ano, no âmbito da luta pelos direitos da mulher, foi criado o Centro da Mulher de João Pessoa, que em 1980 foi denominado Grupo Feminista Maria Mulher. Cf. NUNES, 2015.

[13] CEVPM, 2017, p. 630 et seq.

[14] Informação nº 382/119, de 08 de outubro de 1979. MFPA/PB. Arquivo Nacional. Cópia digitalizada e disponível no Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba – CEVPM/PB. Localizado na Fundação Casa José Américo de Almeida, em João Pessoa.

[15] SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Movimento Feminino pela Anistia - Núcleo da Paraíba** (informação confidencial), nº 035/ac/79, de 13 de março de 1979. Documento disponível no Arquivo da CEVPM/PB.

Entre as ações do MFPA no Estado paraibano estava a articulação com outros núcleos estaduais, com o partido da oposição (MDB) e com a ala progressista da Igreja Católica. Além disso, as associadas da entidade visitavam centros universitários para ministrar palestras, participar de conferências e debates; compareciam em Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa; e organizavam campanhas de coleta de assinaturas para angariar apoio à causa.[16]

A atuação do MFPA representou a organização de parte da sociedade civil paraibana comprometida em ajudar os prisioneiros políticos e a lutar pela defesa dos direitos humanos. No início de 1978, com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), no Rio de Janeiro, o MFPA passou a contar com a colaboração dessa nova entidade, que surgiu para ampliar o movimento pela anistia.[17]

O CBA também contou com o apoio da Igreja Católica, que disponibilizava espaços da instituição para a realização de encontros do Comitê. Sobre a anistia, o Arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires declarou:

> 'A anistia, além de ampla, geral e irrestrita, deve ser recíproca, isto é, tanto para os que foram torturados como para os torturadores' – disse o arcebispo ao analisar o tema, que entre outros, foi debatido pelos dirigentes da CNBB com o presidente João Baptista de Figueiredo. Prosseguiu afirmando que ainda não viu justiça social dentro da propalada abertura que o presidente da República pretende implantar no Brasil 'pois se houvesse um pouco de justiça, não haveria greves, despejo de agricultores de suas terras e outras coisas'.[18]

Sendo assim, o papel da Igreja foi de cooperar para a construção de uma lei de anistia que fosse viável para aquele contexto de abertura política. Pois uma posição radical que beneficiasse apenas os torturados, provavelmente, enfrentaria resistência por parte do Poder Executivo que, por sua vez, precisava de garantias antes de devolver o governo aos civis.

A documentação do SNI revela que na Paraíba a Igreja Católica dava suporte às organizações de anistia. Essa informação é corroborada por Eleonora Soares em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa:

> O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese teve um papel fundamental nisso [no CBA]. Tinha Rosa Godoy, Joselita, Dos Anjos, Ayala Rocha [esposa de Vanderley Caixe], Socorro, Joana Neves. As reuniões eram realizadas na Arquidiocese com o apoio de Dom José e Dom Marcelo Pinto Carvalheira.[19]

O objetivo da campanha pela anistia realizada no Estado paraibano era de mobilizar segmentos da sociedade – como camponeses, professores, estudantes – para pressionar o governo a aprovar uma lei de anistia ampla, geral e irrestrita, bem como reivindicar a libertação dos presos políticos paraibanos situados na Penitenciária de Itamaracá.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, em virtude dos fatos mencionados, pode-se concluir que no Estado da Paraíba houve a criação de diversas organizações de Direitos Humanos implantadas sob o fomento da Igreja Católica, sendo a principal delas o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), um dos primeiros do gênero fundados no Brasil.

No tocante aos movimentos pela anistia na Paraíba percebe-se, por meio do levantamento documental e bibliográfico, que foram bastante atuantes na sociedade de modo que suas ações não passaram despercebidas pelos órgãos de vigilância do Regime Militar. O trabalho dos integrantes da campanha pela anistia consistiu principalmente em arregimentar o apoio de setores civis da região, como políticos, religiosos, professores, estudantes, trabalhadores, jornalistas e membros de movimentos sociais para o programa da anistia política.

[16] SILVA, 2019, p. 74.
[17] CEVPM, 2017, p. 633.
[18] Jornal *A União*. **D. José: a anistia deve ser recíproca**. João Pessoa, 30 de maio de 1979.
[19] CVM, 2020, p. 178.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **Relatório do decênio**: 1966-1976.

_____. **Relatório da Ação Pastoral da Arquidiocese da Paraíba** (APA). 1976.

_____. **CDDH**: Ata de reunião. 25 de setembro de 1979.

_____. **Regulamento do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba**, 1979).

A UNIÃO. **D. José: a anistia deve ser recíproca**. João Pessoa, 30 de maio de 1979.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.581.** 26 de dezembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13581.htm. Acesso em: 07 de agosto de 2021.

CAIXE, Vanderley. Os conflito de terra no estado da Paraíba. O caso Alagamar. In: **Cadernos Estudos Regionais.** NIDHIR, v. 4, nº 4, João Pessoa, 1981.

CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. **A Teologia da Libertação no Brasil:** das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. Artigo científico publicado no II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais. Goiânia: UFG, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf. Acesso em: 05 de agosto de 2021.

DUARTE, Thamara Maria Maia. **A caminhada do primeiro centro de defesa dos direitos humanos no Brasil:** Terra, justiça e liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba. Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Relatório final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. NUNES, Paulo Giovani Antonino et al. João Pessoa: A União, 2017.

LIBERATO, Rogério. O Tribunal Russell II e o julgamento da Ditadura civil-militar brasileira (1964-1974). **Revista de trabalhos acadêmicos-campus Niterói**. América do Norte, 1, mar. 2019. Disponível em: http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=view&path%5B%5D=7393&path%5B%5D=4157. Acesso em: 05 de agosto de 2021.

LIMA FILHO, Marcos José de Oliveira. Os primeiros passos de um advogado popular após sua prisão política pela ditadura. Entrevista com Vanderley Caixe. **Revista Insurgência**. Brasília, 2016, ano 2, nº 2, v. 2, p. 14-17.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. **Fundo:** Serviço Nacional de Informações (SNI)

– BR DFANBSB V8. 1979, p. 14. Disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional

(SIAN) vinculado ao Ministério da Justiça e Cidadania, em: http://imagem.sian.an.gov.br

/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/79000609/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_79000609_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Estado versus sociedade civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979). **Prima Facie**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. João Pessoa, jan. /jun. 2009. p. 57-84.

_____. Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo G. A.; SILVA, Rodrigo F. De Carvalho. (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba:** história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015, p. 78-118.

O NORTE. **Dom José desmente acusação**. João Pessoa: 20 de maio de 1975.

O NORTE. **MFPA chega em J. Pessoa.** João Pessoa, 19 de março de 1976.

O NORTE. **Igreja enfrenta luta de Direitos Humanos e orienta eleitores**. João Pessoa, 13 de novembro de 1976.

PEREIRA,Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação:** ação pastoral e política em Dom José Maria Pires (1966-1980). Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa: UFPB/CCHLA, 2012.

PIRES, Dom José Maria. **Do Centro para a margem.** João Pessoa: Acauã, 1978. PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa.** ALMEIDA, Marlene Costa et al. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes. **Dom José Maria Pires:** uma voz fiel à mudança social. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Movimento Feminino pela Anistia - Núcleo da Paraíba** (informação confidencial), n° 035/ac/79, de 13 de março de 1979. Documento disponível no Arquivo da CEVPM/PB.

SILVA, Janaína Gomes da. **A Igreja Católica e a Ditadura Militar na Paraíba:** uma história de luta pela defesa dos Direitos Humanos nos anos da distensão política (1974-1979). Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa: UFPB/CCHLA, 2019.

SILVA, José Ramos Barbosa da. **Assessoria e Movimento Popular:** Um estudo do Serviço de Educação Popular (SEDUP). Dissertação de Mestrado em Educação. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1992.

ZERBINI, Therezinha Godoy. **Anistia:** Semente da liberdade. São Paulo, 1979.

A POLÍCIA MILITAR E OS VESTÍGIOS DA DITADURA DE 1964: A INACABADA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Felipe Amore Salles Santiago [1]

Marcus Vinícius Honório Correia [2]

1. INTRODUÇÃO

Além de ter representado um episódio antidemocrático no cenário brasileiro, a ditadura instalada em 1964 interferiu de forma significativa no organismo da polícia militar daquela época, principalmente em razão da adesão à ideologia e estrutura militarizada das Forças Armadas do Estado caracterizada pela submissão aos preceitos do combate, o que resultou em uma significativa mudança de postura da instituição, transformando-a em um instrumento preparado para guerrear e destinado a eliminar um inimigo previamente definido e identificado.

Das posturas adotadas pela polícia durante a ditadura militar, algumas persistem até os dias atuais, mesmo após o Brasil passar por um processo de redemocratização em 1984, onde, supostamente, realizou a chamada justiça de transição, o que justifica a análise pretendida.

Frente a tal condição, levanta-se o seguinte questionamento, que nada mais é que o problema do presente estudo: a democratização do país com o advento da Constituição da República de 1988 processou uma justiça de transição integral em relação à polícia militar ou ainda angaria um sistema apegado a um regime com vestígios autocráticos?

Considerando que o objetivo do trabalho é identificar as mudanças implementadas pelo regime ditatorial e as ações realizadas pela atual polícia militar, no primeiro momento será contextualizado o fortalecimento das Forças Armadas perante as instituições policiais estaduais durante o período militar brasileiro, abordando-se as principais mudanças que favoreceram a vinculação do patrulhamento ostensivo das cidades ao Exército, bem como a questão do desquartelamento, o fortalecimento do armamento que dispunha e o endurecimento das táticas de investigação e prevenção.

Posteriormente será investigado quais resquícios destas posturas antidemocráticas ainda persistem na atualidade, mesmo após mais de trinta anos do processo de redemocratização brasileiro.

Seguindo a pesquisa, apresentar-se-á ações e dados relacionados à polícia militar em atuação, ponderando, ao final, sobre a temática da justiça de transição e a sua importância para o Estado Democrático de Direito.

A presente pesquisa foi realizada respeitando o método de pesquisa bibliográfica, revisitando diversas obras, artigos acadêmicos e textos sobre o período militar, bem como sobre a composição e postura das Forças Armadas e polícias estaduais, além de Direito, Justiça e Memória para tratar sobre a questão da justiça de transição.

2. O GOLPE DE 64 E O FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR

[1] Mestrando em Direito, na Linha de pesquisa: Intervenção Penal e Garantismo, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG.

[2] Mestrando em Direito, na Linha de pesquisa: Intervenção Penal e Garantismo, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG.

Importante ressaltar de imediato que não se pretende com o capítulo em questão o aprofundamento no que se refere a todo o desenrolar do golpe de 64 – Ditadura Militar – em seu contexto histórico, mas tão somente desenhar o que realmente foi o episódio antigovernista e de que maneira acabou impactando em toda a estrutura da polícia militar que se tem nos dias atuais em exercício no país.

Como sabido, após a junção de civis e militares, unidos pelo discurso do anticomunismo, houve no final de março de 1964 a concretização do golpe de Estado que projetou a subida dos militares ao governo da nação (NAPOLITANO, 2014).

A partir de uma crise política que vinha se desenvolvendo em anos anteriores, como também pela interferência de parte da imprensa e da linha liberal-conservadora que nunca aceitou o voto popular, o nacionalismo econômico, a agenda distributiva e a presença dos movimentos sociais trabalhadores e das massas (NAPOLITANO, 2014), foi possível a concretização de uma rebelião militar representada por movimentação de tropas, cerco da sede do poder constitucional e deposição forçada do presidente eleito João Goulart.

A ascensão das Forças Armadas ao poder impactou diretamente as estruturas basilares das polícias militares estaduais, vez que, no respectivo momento da história, foram condicionadas ao Exército, o que as conferiu uma ideologia militarizada caracterizada pela submissão aos preceitos da guerra, condicionando a saída do aquartelamento até então submetidas, deixando de desenvolver uma função secundária no que correspondia à segurança pública interna, e se lançando às ruas para realizar o papel do policiamento ostensivo, sob o argumento – ainda que demagogo – de que a repressão seria a resposta capaz de gerar segurança à sociedade.

O referido desquartelamento foi, inclusive, o que possibilitou a criação do Departamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI, composto por membros das Forças Armadas, das polícias militares, civis e federais, que atuavam em conjunto em operações externas, ampliação da repressão, prisões, investigações, interrogatório, análise de informações etc. (LAZZARI DA SILVEIRA, 2014), corroborando assim o avanço na atuação e importância das polícias militares.

Valente explica que naquela época as polícias militares detinham como função ações voltadas a vigilância de "pontos sensíveis" como estações, torres de transmissão de energia, instalações de tratamento de água etc., tendo recebido esse impacto em sua composição muito pelo fato de disporem de um armamento mais apropriado à repressão das supostas perturbações ocorridas, bem como por possuírem um contingente de homens mais expressivo do que aquele tido pelas Forças Armadas (VALENTE, 2012).

Esta transição é evidenciada a começar pela Constituição de 1967 que previa em seu artigo 13, § 4º, as polícias militares como instrumentos objetivados a garantir a manutenção da ordem e segurança interna.

Seguindo a mesma linha foi o Decreto-Lei nº 667/69 que cuidou de reorganizar as polícias militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, submetendo-as ao Exército, estabelecendo de forma clara a exclusividade das referidas no policiamento fardado preventivo, ostensivo e planejado.

A roupagem imposta e essa vinculação ao Exército geraram nas polícias militares a submissão aos preceitos de uma guerra a ser enfrentada e vencida, ou seja, havia um inimigo a ser combatido, o que acabou por transformar as ruas em verdadeiros campos de batalhas responsáveis por efeitos desastrosos, principalmente para a parte mais vulnerável da sociedade como bem elucida Napolitano:

> Além disso, ocorreu outro processo paralelo: a militarização da segurança pública, organizada para o combate à guerrilha. A subordinação das polícias militares estaduais ao comando do Exército, sob a tutela da Inspetoria Geral das Polícias Militares, faz parte deste processo. (...) Na prática, a repressão às guerrilhas de esquerda criou uma nova cultura policial, baseada na autonomia e na impunidade dos agentes diante de flagrantes violações das leis, como o

> extermínio. A tortura já era uma prática policial antiga, mas foi aperfeiçoada no contexto da repressão política. Nem a Justiça, por displicência ou lentidão, nem a sociedade, por impotência ou conveniência, controlaram o monstro em sua infância. A isso, somou-se o preconceito social e racial explícito ou latente, que tolerava violência no controle social dos pobres e marginais. (...) A tecnologia já havia se disseminado, potencializada agora pela lógica militar de combate ao crime personificada nas PM e suas tropas de elite: o bandido é inimigo, atua em um território que deve ser identificado, ocupado tática ou estrategicamente, para permitir o cerco e o aniquilamento do indivíduo criminoso ou de potenciais criminosos identificados como "suspeitos" (NAPOLITANO, 2014).

Dessa forma, é inegável a considerável interferência do golpe militar antigovernista de 1964 nas atribuições e na própria estrutura das polícias militares dos Estados, que só então passaram a assumir definitivamente o papel de busca pela garantia da ordem pública, em total contrassenso com as pretensões anteriores que detinha.

3. RESQUÍCIOS DA DITADURA NAS ESTRUTURAS DA POLÍCIA MILITAR

Imaginava-se que com o fim da ditadura toda e qualquer ação tomada naquela época seria fielmente superada em busca de um processo transicional pleno, entretanto, não é o que se atesta em relação às polícias militares e seu avanço durante o período em que perdurou o golpe.

Embora o país não esteja inserido nas amarguras da ditadura militar, ainda se identifica a mantença de atributos estruturais policiais conferidos por normas legais da época, bem como a ideia de existência de uma guerra e de um inimigo a serem combatidos com o uso da força, como por exemplo, a denominada guerra contra o tráfico de drogas, contra movimentos de ocupação etc., mesmo tais ideais não coadunando com o viés democrático proclamado pela Constituição da República de 1988.

O apego ao perfil militar daquela época muito se dá pela existência dos discursos da insegurança e de que somente por meio do aumento da repressão policial, com o fortalecimento da sua estrutura – homens, armas, inteligência etc. – é que se alcançará a paz social, o que na verdade representa apenas a segregação daqueles que se encontram à margem e nada mais.

Não obstante os argumentos citados, tem-se que a própria legislação do país não foi capaz de superar a mentalidade antidemocrática imposta à polícia militar durante o golpe, vez que institucionalizada com os parâmetros da ditadura e por manter a permissividade quanto a realização de ações autoritárias e antigarantistas.

A começar pela Constituição da República de 1988, promulgada com a responsabilidade de conferir democracia ao Estado brasileiro, assegurando aos cidadãos o exercício e a não violação de direitos, é possível notar a existência de resquícios da polícia militar instituída na ditadura:

> A Constituição de 1988 cometeu o erro de reunir no mesmo Título V ("Da Defesa do Estado e das Instituições"), três capítulos: o capítulo I ("Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio"), o capítulo II ("Das Forças Armadas") e o capítulo III ("Da Segurança Pública"). Nossos constituintes não conseguiram se desprender do regime autoritário recém-findo e terminaram por constitucionalizar a atuação de organizações militares em atividades de polícia (Polícia Militar) e defesa civil (Corpo de Bombeiros), ao lado das polícias civis. As polícias continuaram constitucionalmente, mesmo em menor grau, a defender mais o Estado que o cidadão (ZAVERUCHA, 2010).

Conforme extraído do capítulo anterior, a principal interferência do golpe militar nas polícias militares se deu em sua estrutura e atuação, fazendo com que tais deixassem de exercer uma função secundária de vigilância e, então, fossem submetidas ao controle do Exército – gerando uma ideia

de existência de uma ameaça externa – e passassem a desenvolver uma ação ostensiva nas ruas, o que, após a vigência da Constituição de 88, manteve-se inalterado.[3]

Outra prova do não rompimento com a ditatura é o Decreto-Lei nº 667/69, responsável pela reorganização das polícias militares que ainda se encontra em vigência, trazendo em seu bojo dispositivos que garantem às polícias a utilização de armamento de guerra como lança-rojões, armas automáticas coletivas, veículos blindados e equipados, dentre outros.

E sobre essa afabilidade, vale a transcrição:

> Pode-se dizer que o constituinte, em grande medida, preservou o modelo estabelecido durante a ditadura, ignorando a contradição deste com o Estado democrático de Direito e perdendo a oportunidade de superar os vários debates existentes sobre o tema, como a questão do caráter militar da PM e a dicotomia das polícias estaduais, por exemplo. Podemos dizer que a transição democrática é um processo inacabado, já que o país insiste em preservar um modelo de polícia que ainda está fortemente atrelado à defesa do Estado e à ideia de segurança nacional e não à defesa do cidadão. As metáforas cotidianas ligadas à segurança são ainda militares: combater o crime, ocupar a favela etc. (VALENTE, 2012).

A polícia militar da ditadura ainda se perpetua nos dias atuais, o que possibilita o surgimento de riscos e a realização de violações em relação àqueles a quem se destina o uso da força, pois a herança de um período tão sombrio quanto o existente em 64 é incompatível com os basilares de uma sociedade democrática.

4. AÇÕES MILITARES EXERCIDAS NA ATUALIDADE

Abusos, violências, denúncias de tortura, grupos de extermínio, perseguição, ameaças etc. são práticas que estiveram presentes no período militar brasileiro, o que, infelizmente, ainda se perpetuam no modelo contemporâneo sob a ótica de eliminação de um inimigo interno (SOUZA, 2011), legitimadas pelo discurso da ordem onde a violência é ação permitida:

> Parcela muito significativa, se não majoritária, da sociedade brasileira – atravessando todos os estratos sociais - rejeita visceralmente a noção de direitos universais e divide binariamente os seres humanos em "cidadãos de bem" (ou "cidadãos" tout court), merecedores de direitos, e "não- cidadãos", aqueles que "fizeram por desmerecer" qualquer espécie de direito ou de proteção legal. Num gradiente de autoritarismo, essa moral binária (...) oferece suporte à continuidade das práticas policiais ilegais, em nome da pretensa necessidade de se travar uma "guerra" sem trégua, por todos os meios, contra o crime e a desordem (VALENTE, 2012).

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2018 o Brasil registrou 6.175 mortes cometidas pela polícia, um aumento de 20% em relação ao ano anterior, chegando a 6.351 mortes no ano de 2019, sendo que, 80% das vítimas eram negras.[4]

Em 2020 o Brasil atingiu o maior número de mortes em decorrência de intervenções policiais, somando 6.416 vítimas fatais, representando uma média de 17,6 mortes por dia, sendo que, desse total, 72,7% das mortes foram de autoria da polícia militar.[5]

Outras práticas continuam vivas dentro da polícia militar, vez que foram mapeadas 58 ocorrências de violência ou tortura praticadas por policiais no primeiro semestre de 2020, havendo pelo menos um registro em cada Estado da federação, onde 68% dessas eram negras e residentes de bairros periféricos, o que pode ser confirmado pelo seguinte episódio:

---

[3] Art. 144. (...) § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; § 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

[4] ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2021, p. 59.

[5] Idem, 2021, p. 60.

> "Eu pensei que eles iam me matar. Era muita pancada na cabeça", conta W.F.G., de 27 anos, que foi espancado e torturado por policiais na madrugada do último dia 14 de junho, no Jaçanã, zona norte de São Paulo. Embora dissesse aos policiais que não era bandido – "eu sou trabalhador, eu sou trabalhador", gritava durante a sessão de tortura filmada por moradores da comunidade – o pizzaiolo não conseguiu se livrar da surra com socos, pontapés e pauladas. Depois da repercussão das imagens, oito agentes que integravam a operação foram presos. Na delegacia, ameaçado por policiais, a vítima não denunciou as agressões, que só vieram à tona após a divulgação das filmagens. "Eles [policiais] fizeram várias ameaças (PIRES, 2020).

Um levantamento realizado pelo Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro também se encarregou de mostrar que o órgão recebeu mais de 1.000 denúncias de tratamentos desumanos contra pessoas presas, sendo que, em média, pelo menos 3 presos são torturados por dia (PIRES, 2020).

Não bastasse o exercício abusivo e autoritário vindo do corpo militar e aplicado nas ruas em razão do ideal ostensivo carregado, nota-se um crescimento exponencial no número de militares ocupando cadeiras políticas.

Em 2018, 73 foram os policiais e militares – assim declarados – eleitos para a ocupação de cargos nas Assembleias, Câmara dos Deputados e Senado (GELAPE; MORENO; CAESAR, 2018). Nas eleições municipais de 2020 foram eleitos 50 prefeitos e 809 vereadores ligados à área militar (LIMA, 2020).

Embora tenham se elegido por meio do voto e não por um golpe como na ditadura, nota-se um aumento considerável de militares investidos principalmente nos cargos do Legislativo, o que facilita a aprovação de pautas que reforçam o viés militarizado praticado hodiernamente, como a ampliação do direito ao porte de armas, excludente de ilicitude etc.

O que se vislumbra da combinação polícia e política é o fortalecimento das características arrebatadas do golpe militar, ao contrário de se propor uma superação ampla daquele modelo que já foi entendido como não padrão, isto é, como inadequado a uma democracia.

5. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Uma ditadura que se estendeu por 21 anos seguidos só chegou ao seu suposto fim após um longo processo de negociação em que a anistia aos crimes com motivação política foi ampla, garantindo, dessa forma, segurança a todos que atuaram durante o período.

A Lei nº 6.638/79 – Lei da Anistia – foi gestada durante a presidência do último militar no poder, o então Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, responsável por estipular as regras para esse processo transicional no Brasil.

O resultado desta gestação realizada ainda no regime militar é explicado pela pesquisadora Glenda Mazerobba:

> Embora de grande significado no processo de democratização do país, a Lei nº 6.683 se deu basicamente nos termos que o governo queria, mostrou-se mais eficaz aos integrantes do aparato de repressão do que aos perseguidos políticos e não foi capaz de encerrar a escalada de atrocidades iniciada com o golpe de 1964. Em outras palavras, à Lei de Anistia ficou restrita aos limites estabelecidos pelo regime militar e às circunstâncias de sua época (MEZAROBBA, 2006).

Considerando que esse processo de superação do regime ditatorial acabou sendo efetivado de forma negocial entre militares e civis, surge o questionamento se efetivamente o Brasil passou por uma justiça de transição no que tange às práticas da ditadura quando da realização da sua redemocratização.

Em termos didáticos, a justiça de transição pode ser entendida como um conjunto de ações que devem ser realizadas em um período pós-conflito com o objetivo de reconhecimento das vítimas, o reestabelecimento da confiança da sociedade nas instituições e o comprometimento do

Estado com a efetivação e proteção de direitos, sendo que, para ser efetiva, deve adotar medidas eficazes em relação a responsabilização, a garantia de estabilidade, a promoção de políticas de memória e a democratização. (MEZAROBBA, 2006).

Ao se tratar da justiça de transição, necessária uma abordagem concernente àquilo que se entende por memória que, para Dantas, assim se define: "A memória é a capacidade humana de reter e evocar experiências, permitindo a consciência da passagem do tempo, além de conferir ao indivíduo e à coletividade um passado singular que os caracteriza" (DANTAS, 2008).

Para Aristóteles "não existe memória do presente no presente, pois o presente é objeto apenas de percepção, e o futuro de expectativas, porém o objeto da memória é o passado. (ARISTÓTELES, 1989).

Neste ponto é importante pontuar que a memória é um princípio explicativo, onde tanto os indivíduos, a sociedade/sistema sociais, e também o Direito inventam uma memória (DE GIORGI, 2006).

Dessa forma, a memória individual surge com a capacidade que cada ser humano possui em guardar as experiências que viveu ou transmitiu, sendo fisiológica o resultado de complexos processos bioquímicos que modulam e modificam o nível de consciência do indivíduo, seja por fatores hormonais, idade, enfermidades e até mesmo pela nutrição. A memória traz para o indivíduo a consciência de sua subjetividade, o que garante a sua inserção no corpo social através da identificação cultural (DANTAS, 2008).

Já em relação à memória coletiva, Fabiana Santos Dantas discorre da seguinte forma em sua tese de Doutorado:

> No âmbito social, a memória compartilhada resulta de uma necessidade de associação dos indivíduos, formada a partir de afinidades e transmitida pela comunicação, com o intuito de obter apoio mútuo. A falta de memória coletiva levaria à destruição dos valores, crenças e normas de conduta forjadas no curso da História de cada povo, minando assim o alicerce das suas instituições (DANTAS, 2008).

Em atenção à definição de Dantas, atesta-se que a Lei nº 6.683/79, ao garantir uma espécie de anistia ampla ao envolvidos no golpe de 1964, representa um exemplo fidedigno de como um conjunto normativo pode gerar a falta de uma memória coletiva.

A opção do Estado brasileiro pela reconciliação e pacificação nacional impôs que os perseguidos e os mortos pelos agentes estatais durante a Ditadura Militar fossem taxados de vítimas sem algozes, favorecendo a manutenção da imagem dos militares como agentes da lei que apenas praticaram um mal necessário, enquanto quem estava do outro lado da trincheira aparece muitas vezes como bandido, subversivo e baderneiro. (DANTAS, 2008).

Essa visão que fica na memória é trabalhada na teoria dos dois demônios, uma teoria exculpatória, dominante nas Forças Armadas brasileiras e em alguns setores da sociedade civil, onde se estabelece uma equiparação ética de responsabilidade entre militares e militantes de esquerda, igualando os que lutavam contra o regime com aqueles que praticaram as barbáries, justificando assim a impunidade dos agentes repressivos, marcando a transição política por um processo inacabado, sem uma real ruptura. (BARBOSA, 2014).

Analisando os quadros do Executivo Nacional, nos deparamos com Ministros militares da ativa ou da reserva que compuseram também as forças armadas no período militar, como demonstra a reportagem da Folha de São Paulo ao apontar onde estava cada um na época da ditadura, como por exemplo, o General Augusto Heleno, um dos mais radicais do governo Bolsonaro, que concluiu a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) em 1969, e em 1977 assumiu o cargo de assessor do ministro do Exército Sylvio Frota. (GIELOW, 2020).

O cenário atual brasileiro demonstra que a justiça de transição foi feita de maneira incompleta, e que a sombra do período autoritário ainda persiste nos nossos dias atuais, além de manter privilégios aos militares acusados de crimes na ditadura e suas famílias, como revela a reportagem do

EL Pais sobre o pagamento de 1,2 milhões de reais por mês a 73 viúvas e filhas desses servidores estatais. (FONSECA; OLIVEIRA; RIBEIRO, 2021).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo após mais de 30 anos da redemocratização, um questionamento é sempre presente em diversas pesquisas sobre o tema: O Brasil está livre dos resquícios da ditadura militar?

A resposta apesar de ser aparentemente simples, necessita de um aprofundamento no debate, afinal de contas, se observado apenas o aspecto da violência das forças policiais contra determinada parte da população não é possível chegar a tal conclusão.

Entretanto, além das práticas desenvolvidas nos porões da ditadura e perpetuadas nos dias atuais através de torturas e desaparecimentos, fundamental a identificação se de fato houve um processo transicional por parte do Estado no corpo social.

Uma sociedade sem memória está fadada a repetir a história, e esse é justamente o efeito gerado após uma transição negociada, onde os agentes estatais responsáveis por ações de tortura e morte acabam não sendo responsabilizados por seus atos.

A falta da memória coletiva gera um prejuízo enorme para a sociedade em que está inserida, uma vez que parte da população passa a não ter uma visão sobre os acontecimentos da época, sendo que, em relação ao episódio da ditadura, acaba por permitir a propagação de uma visão de que os militares agiram para salvar o país de uma ameaça comunista, sendo os oposicionistas subversivos e bandidos perigosos que mereciam uma ação ríspida por parte do governo.

Discursos dessa natureza são facilmente identificados no cenário nacional, como aquele proferido pelo – naquela época – Deputado Federal Jair Bolsonaro ao homenagear o torturador Coronel Brilhante Ustra em sua oratória no ato de Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, vítima do referido golpe militar.

Ainda, permite a mantença do afago à militarização imposta durante o regime que é o que avaliza/legitima as práticas de inúmeras ações autoritárias e abusivas por parte da polícia, além de permitir, tendo em vista a guerra que imaginam existir, a busca por mais poder, mais armamento, mais tecnologia e mais mortes.

Assim, é possível comprovar a hipótese inicial de que o Brasil não promoveu uma verdadeira justiça de transição em relação à toda a barbárie praticada durante a ditadura armada em 1964, principalmente se analisadas as características e as ações da instituição polícia militar da sociedade do presente.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil:** estudos sobre Justiça de Transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ARISTOTELES. **On Memory and Reminiscence.** In Works of Aristoteles. Chicago: University of Chicago Press, 1989. Tradução Fabiana Santos Dantas.

BARBOSA, Alessandra de Abreu Minadakis. **Direito à memória e a construção da verdade possíve**l. *In:* XIII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/UFSC: MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, 2014, Santa Catarina; MEYER PFLUG, Samantha Ribeiro; DUTRA DOS SANTOS, Rogério (orgs.).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 01 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 out. 2021.

DANTAS, Fabiana Santos. **O Direito Fundamental à Memória**. Tese de Doutorado. UFPE. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4176/1/arquivo6343_1.pdf/>.

DE GIORGI, Raffaele. **Direito, Tempo e Memória**. Trad. de Guilherme Leite Gonçalves. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

FONSECA, Bruno; OLIVEIRA, Rafael; RIBEIRO, Raphaela: Governo paga 1,2 milhão de reais por mês a herdeiras de militares acusados de crimes na ditadura. **EL País.** São Paulo: 06 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-06/governo-paga-12-milhao-de-reais-por-mes-a-herdeiras-de-militares-acusados-de-crimes-na-ditadura.html/>. Acesso em: 12 out. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo, 2021.

GELAPE, Lucas; MORENO; Ana Carolina; CAESAR, Gabriela. Número de policiais e militares no Legislativo é quatro vezes maior do que o de 2014. **G1**. São Paulo: 08 out. 2018. Disponível em: < https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/numero-de-policiais-e-militares-no-legislativo-e-quatro-vezes-maior-do-que-o-de-2014.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2021.

GIELOW, Igor: Ditadura formou geração de militares que hoje povoam governo Bolsonaro. **Folha de São Paulo.** São Paulo: 27 jun. 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/ditadura-formou-geracao-de-militares-que-hoje-povoam-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 11 out. 2021.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas:** O novo urbanismo militar. Tradução Alyne Azuma. 1. ed. São Paulo: Boi Tempo, 2016.

KARAM, Maria Lúcia. **Sem o fim da "guerra às drogas" não haverá desmilitarização.** Disponível em: <https://desmilitarizar.files.wordpress.com/2015/02/maria-lucia-karam-sem-o-fim-da-e2809cguerra-c3a0s-drogase2809d-nc3a3o-haverc3a1-desmilitarizac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

LAZZARI DA SILVEIRA, Felipe. **Os (in)visíveis resquícios da ditadura no sistema de segurança pública:** reflexões sobre a desmilitarização da polícia como medida indispensável para a neutralização dos dispositivos autoritários no Estado Democrático de Direito. *In:* XIII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/UFSC: MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, 2014, Santa Catarina; MEYER PFLUG, Samantha Ribeiro; DUTRA DOS SANTOS, Rogério (orgs.).

LIMA, Renato Sérgio de. Policiais e Militares elegeram 50 prefeitos e 809 vereadores. **Piauí.** São Paulo: 16 nov. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/policiais-e-militares-elegeram-50-prefeitos-e-807-vereadores/>. Acesso em: 15 out. 2021.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro**. São Paulo: FAPESP, 2006. p. 147.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

NUNOMURA, Eduardo. **Marcas Profundas.** Pesquisa FAPESP, ed. 218, abr. 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/marcas-profundas/>. Acesso em: 18 out. 2021.

OLIVEIRA, Luciano. **Ditadura Militar, Tortura e História:** a "vitória simbólica" dos vencidos**.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 26, nº 75. 2011.

PIRES, Breiller. Entre a vida e a morte sob tortura, violência policial se estende por todo o Brasil, Blindada pela Impunidade. **EL País.** São Paulo: 30 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-30/entre-a-vida-e-a-morte-sob-tortura-violencia-policial-se-estende-por-todo-o-brasil-blindada-pela-impunidade.html/>. Acesso em: 02 nov. de 2021.

QUADRAT, Samantha Viz. **A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil--militar no brasil (1964-1985).** *In:* Varia História. Vol. 28, Nº 47, Belo Horizonte, 2012.

RODRIGUES, Vicente; BOLONHA, Carlos. **Justiça de transição, direitos Humanos e direitos Fundamentais: novo campo de estudos, debates e ação.** *In:* XIII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/UFSC: MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, 2014, Santa Catarina; MEYER PFLUG, Samantha Ribeiro; DUTRA DOS SANTOS, Rogério (orgs.).

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar:** segurança pública e direitos humanos. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, Reginaldo Canuto de; ALMEIDA DE MORAIS, Maria do Socorro. **Polícia e Sociedade:** uma análise da história da segurança pública brasileira. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

VALENTE, Júlia Leite. **"Polícia Militar" é um oximoro:** A militarização da segurança pública no Brasil, Marília, 2012.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações Civil-Militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira de 1988. *In:* TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

WACQUANT, Loïc. **Rumo à militarização da marginalização urbana.** *In:* Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Ano 11, números 15/16, Rio de Janeiro: Revan, 2007.

A REPRESSÃO DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO "DE BAIXO PARA CIMA"

Thiago G. Viana[1]

1. INTRODUÇÃO

O modelo de justiça transicional brasileiro prezou pelo aspecto normativo-institucional, alijando do debate várias vítimas das violações de direitos na ditadura militar, dentre elas as pessoas sexodissidentes. Parte-se, então, do seguinte problema: em que medida a justiça de transição "de baixo para cima" propicia compreender o silenciamento no processo transicional brasileiro da repressão, promovida pela ditadura contra pessoas sexodissidentes?

Optou-se, metodologicamente, pela análise de caráter qualitativo, de cunho bibliográfico e documental, dos relatórios das comissões da verdade de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Comissão Nacional da Verdade (CNV) referentes à perseguição de pessoas sexodissidentes para compreender em que medida e porque tão tardiamente se tratou das violências materializadas pelo "cisheteroterorismo" (AGUIAR, 2020) da ditadura.

Estabeleceu-se como objetivo geral compreender, a partir da justiça de transição "de baixo para cima", de que modo a invisibilização promovida pelo modelo justransicional clássico quanto à repressão de pessoas sexodissidentes na ditadura militar impactou na construção da "cidadania precária" (BENTO, 2014) de pessoas LGBTI+ no Brasil ao considerar as críticas e propostas da justiça de transição "de baixo para cima".

Primeiramente, aborda-se o conceito tradicional de justiça de transição e seus principais elementos. Em seguida, traça-se um panorama da violência perpetrada nos anos de chumbo contra as pessoas sexodissidentes e, ao final, investigam-se os impactos dessa repressão na garantia de direitos para a população LGBTI+ brasileira.

2. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: CONCEITO E SEUS PRINCIPAIS ELEMENTOS

A superação de um regime autoritário é um tema candente no Direito e na Ciência Política, em especial porque diz respeito aos meios pelos quais uma sociedade busca superar um regime autoritário ou conflito armado e construir um Estado Democrático de Direito. Esse processo, permeado pela influência de múltiplos fatores de diversas naturezas, é objeto de estudo recente e ainda envolto em controvérsias.

No tocante ao aspecto histórico, Jon Elster (2006) identifica elementos do que hoje se chama de justiça de transição nas medidas tomadas após dois governos autocráticos no século IV a. C., em Atenas, quando teve que lidar com a transição. Ruti Teitel (2011), por sua vez, sustenta que já é possível identificá-la de forma embrionária apenas no contexto após a I Guerra Mundial. Louis

[1] Doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor da graduação e pós-graduação de Direito da UNDB – Centro Universitário, do Centro Universitário Estácio São Luís e da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão. Integrante do Grupo de Pesquisa Justiça de Transição, vinculado ao programa de Pós-Graduação em Direito da UnB. Assessor técnico (PGJ/MA). E-mail: thiagogviana88@gmail.com

Bickford (2004), por fim, defende que somente a partir da Segunda Guerra Mundial é que, de fato, se pode falar na existência da justiça de transição.

Adota-se aqui a perspectiva genealógica de Ruti Teitel (2011, p. 136 e ss.), que identifica três fases no desenvolvimento da justiça de transição: a) o primeiro se dá após a Segunda Guerra Mundial, marcado pelo julgamento de Nuremberg; b) o segundo tem início com o fim da Guerra Fria, ao final da década de 80; c) e, por fim, a terceira fase ocorre até o final do século XX, quando a própria justiça de transição se consolida como um paradigma do Estado de Direito num contexto de forte globalização e frente às "condições de marcada violência e instabilidade política", as quais, ainda hoje, podem ser observadas em diversos países.

Para Renan Quinalha (2014, p. 255), a justiça de transição se define como:

> [...] conjunto de medidas tomadas por parte do estado e/ou pelos atores da sociedade civil para consumar uma efetiva democratização das instituições e práticas de uma sociedade, após um contexto de violações graves de direitos humanos, com o objetivo de restabelecer a coesão social e a confiança dos cidadãos nas instituições estatais e nas regras do direito.

A justiça de transição, desse modo, está estruturada basicamente nos seguintes eixos: a) justiça – centrada na responsabilização penal dos agentes do Estado que perpetraram as violações de direitos; b) verdade – objetiva o restabelecimento da verdade dos fatos relativos aos crimes cometidos no regime autoritário; c) memória – foca no resgate tanto das vítimas quanto no esclarecimento acerca da dinâmica da repressão, publicizando tais questões; d) reparação – do ponto de vista material (indenizações) e simbólico (construção de monumentos, por exemplo), esse eixo reconhece oficialmente o caráter odioso das violações de direitos das vítimas; e) reforma institucional – aqui se repensa a estrutura do Estado, notadamente das forças de segurança, de modo a não mais permitir que novas experiências autoritárias se repitam.

Estudiosos do tema falam em "dimensões", em "elementos-chave" da justiça de transição: justiça, busca da verdade, reparação, reformas institucionais e reconciliação. Independente de como são chamados esses elementos, há um fio condutor comum entre eles:

> Ainda que não se possa, de antemão, traçar um rol taxativo dos elementos constitutivos deste conceito de justiça transicional, que varia a depender da perspectiva adotada e da realidade analisada, há um sentido mínimo e um traço comum nessa diversidade de experiência. As visões tradicionais identificam um corpo e medidas e mecanismos cuja recorrência sugere tratarem-se de aspectos definidores de uma autêntica justiça de transição, decorrendo, daí a dimensão normativa geralmente presente nesse conceito. (QUINALHA, 2013, p. 138).

Os mecanismos manejados no processo transicional, assim, são:

> [...] entendidos como uma forma de, a um só tempo, dar extensão retroativa e prospectiva ao Estado de Direito, compensando e reparando as violações do passado, restabelecendo os efeitos típicos do Estado de Direito, especialmente a igualdade perante a lei e a previsibilidade do sistema jurídico, de modo a garantir a não repetição da violência e evitar a existência, na sociedade que entende fundar uma democracia constitucional, de um "espólio autoritário", composto por atos que não podem ser submetidos ao controle de legalidade do judiciário e pessoas que não podem ser processadas. (ALMEIDA; TORELLY, 2010, p. 51).

Importante destacar que a segunda fase, na qual o Brasil se insere, é marcada pelo "crescimento da ideia de reconstrução nacional" por diferentes compreensões atreladas a uma "comunidade política particular e suas condições locais" (TEITEL, 2011, p. 138). A participação de vítimas e seus familiares no processo de transição é outro importante fator a ser aqui considerado.

3. A REPRESSÃO SEXUAL NOS ANOS DE CHUMBO

Em se tratando do Brasil, em 1º de abril de 1964, quando o presidente João Goulart foi deposto e os militares tomaram o poder, teve início a ditadura militar, que durou cerca de 25 anos.

A "página infeliz de nossa história", nos dizeres de Chico Buarque, foi cenário de 20 mil pessoas torturadas e 434 mortas ou desaparecidas. (JANSEN, 2019).

A ditadura militar brasileira, para além de um Estado autoritário, foi marcada por uma "[...] ideologia da intolerância materializada na perseguição e tentativa de controle de grupos sociais tidos como desviantes", com destaque para as violações de direitos pautadas pelo viés das homossexualidades, já que a figura do homossexual representaria um "inimigo interno". Este, a qualquer custo, precisava ser enfrentado para "[...] salvaguardar a 'segurança nacional', a 'família tradicional' e os 'valores' da sociedade brasileira, [...] [num apelo a] uma sociedade marcada por um conservadorismo no campo dos costumes e da sexualidade." (QUINALHA, 2014, p. 247).

Quanto ao fato de que a "[...] homossexualidade não chegou a ser a razão principal para a detenção, repressão e tortura dos opositores à ditadura", é inegável o vínculo construído na doutrina de segurança nacional entre as homossexualidades e a subversão de que supostamente planejava instaurar o comunismo no país. Daí a base ideológica que subsidiou a política estatal de perseguição às homossexualidades (COWAN, 2014, p. 32).

É certo que a estigmatização das homossexualidades existia há muito no país, desde os tempos coloniais; no entanto, mesmo antes do golpe de 64, os segmentos conservadores da sociedade já alimentavam sua rejeição contra a ideia de que as homossexualidades eram um atentado à "família e aos bons costumes" (TREVISAN, 2018), como bem demonstrou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Movido por um discurso moralizante e supostamente protetor da sociedade, o poder punitivo estatal foi movido contra esse setor específico da sociedade, promovendo censura e prisões. A contravenção penal de vadiagem (art. 59, do Decreto-Lei nº 3.688/41 – Lei das contravenções penais) foi um dos mais utilizados na época para prender homossexuais dos grandes centros urbanos, promovendo uma limpeza e suposta segurança (QUINALHA, 2021, p. 187). No Código Penal Militar, à época do AI-5, foi criado o delito de pederastia no Código Militar, tipificado no art. 235, com menção expressa ao ato libidinoso "homossexual", já tendo o STF reconhecido sua incompatibilidade com a Constituição de 1988 em 2015 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 291).

Renan Quinalha (2021, p. 39) propõe duas hipóteses principais sobre a repressão sexual na época: a existência de um conjunto articulado e coerente de "políticas sexuais da ditadura", responsável pela formatação de um complexo aparato moral controlador das práticas e identidades; mesmo no processo de liberalização, há um recrusdescimento desse controle moral para compensar a abertura política com uma "devoção à tradição e aos valores conservadores". O autor prossegue explicando que optou por agrupar os documentos analisados em quatro dimensões centrais, vale dizer, "violência policial nas ruas, vigilância do nascente movimento homossexual, perseguição a seus veículos de expressão e comunicação censura e cerceamento da produção cultural"[2], o que dá um panorama do promovendo "cisheteroterorismo" (AGUIAR, 2020) da ditadura militar contra as pessoas sexodissidentes.

[2] Como o próprio autor alerta na obra e na tese de doutorado que a ela deu origem, há uma outra dimensão: a da perseguição contra civis e militares acusados de serem homossexuais na administração pública direta e indireta. A título de exemplo, cita-se o Habeas Corpus nº 54.482/SP, julgado em 01 de junho de 1976, em que o paciente fora um primeiro-tenente do exército condenado em segunda instância pela incursão no crime de pederastia passiva (art. 197 do Código Penal Militar de 1951), tendo perdido sua patente e cargo e cumprindo pena de oito meses de detenção, pela "'cabal comprovação de que seria homossexual', num procedimento cuja produção de provas era, então, questionada pelo mesmo (sic). O ministro Thompson Flores - relator, na época – não conheceu do recurso, mas 'apenas para argumentar' proferiu consideração sobre a prova pericial que examinava o ânus do militar, considerado pela perícia como 'infundibuliforme, duvidoso', o que para o Tribunal foi considerado prova irrefutável da homossexualidade do indiciado. Interessante ressaltar já que o recurso não seria conhecido, que a consideração feita 'apenas para argumentar' em verdade entra na análise do exame pericial realizado sobre o ânus do paciente, considerado pelo formato 'duvidoso' provável como parte do corpo de um homossexual." (OLIVEIRA, 2012, p. 79).

Dentre os casos de perseguição policial nas ruas, destaca-se em São Paulo a "Operação Limpeza" (logo depois chamada de "Operação Rondão") em 1980: sob o comando do delegado Wilson Richetti, contou com, aproximadamente, 120 agentes de segurança pública, entre delegados e investigadores, atuando 24h por dia. O saldo, em apenas um dia de duração, foi de 172 pessoas presas, dentre homossexuais, prostitutas e travestis, afinal as batidas da operação ocorriam justamente nos espaços de sociabilidade ou de trabalho dessas pessoas (QUINALHA, 2021, p. 67).

No tocante à vigilância do nascente movimento homossexual, em 04 de julho de 1976, panfletos assinados pela "UHB" (União dos Homossexuais Brasileiros), sem qualquer outra identificação, convidavam para a realização do I Congresso do Homossexual Brasileiro nos jardins do Museu de Arte Moderna (MAM), também com o objetivo de instituir o Dia do Homossexual. No entanto, a participação foi tímida, dentre outros fatores, pelo assustador aparato policial que se fez presente para supostamente garantir a "ordem e tranquilidade" e a proteção dos participantes do evento: a Operação Salto-Alto contou com 20 carros, dentre estes 8 camburões, e 70 homens da polícia (QUINALHA, 2017, p. 231-232).

Relativamente à perseguição a seus veículos de expressão e comunicação, censura e cerceamento da produção cultural, pode-se citar a censura à escritora Cassandra Rios (pseudônimo de Odette Pérez Ríos), uma *bestseller* que teve 36 livros de conteúdo erótico lésbico censurados, além do expurgo de programas de TV, como o de Clóvis Bornay, ícone de concursos de fantasias carnavalescas, Clodovil Hernandez, costureiro de mulheres da elite, e Denner Pamplona Abreu, costureiro e estilista, por conta de seus trejeitos considerados femininos (QUINALHA, 2021, p.188 e ss.).

4. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO PARA QUEM?

O modelo tradicional de justiça de transição, como já dito, é marcado pela tônica normativa e universalista que desconsidera diversas peculiaridades de cada sociedade pós-conflito.

Josef Kohout, Pierre Seel e Rudolf Brazda[3] foram três homens *gays* sobreviventes do nazismo, enviados para campos de concentração com base no parágrafo 175 do Código Penal alemão, o qual punia os atos sexuais entre homens, com pena aumentada para dez anos pelo regime nazista. Cada um deles era exemplo de uma "vida indigna de ser vivida" (*lebensunwert*), o que se fez concretizar com a perseguição de cerca de 100 mil homossexuais, especificamente motivada por sua condição sexual. Uma vez assinalados pelo triângulo rosa em suas roupas, eram submetidos à tortura, empalamento, estupro e experiências "médicas" (lobotomia, castração etc.) para "cura", as quais resultavam em doenças, mutilações e morte (VIANA, 2020, p. 316-318 e ss.).

Apesar da intensa e violenta perseguição pelo regime nazista, o *status* de vítimas homossexuais, contudo, foi reconhecido somente na década de 80.

As leis que puniam a sodomia continuaram vigentes na Alemanha, França e em outros países após a derrocada do regime nazista. Somente após décadas de reivindicações e denúncias, especialmente com a Revolta de Stonewall[4], foi que paulatinamente as referidas leis foram sendo revogadas, alguns direitos foram conquistados e os três sobreviventes puderam, enfim, testemunhar (VIANA, 2020, p. 318, 324 e ss.). As vítimas homossexuais do nazismo e sua memória puderam ser reconhecidas em alguns países a partir de 1987, quando foi inaugurado o "Homomonument", o primeiro monumento do mundo em homenagem às vítimas homossexuais do nazismo em Amsterdã.

---

[3] Seel revelou sua história com a autobiografia "Eu, Pierre Seel, deportado homossexual", de 1994, e Rudolf Brazda, com o livro "Triângulo Rosa – um homossexual no campo de concentração nazista" de 2008, mas o papel de pioneiro coube a "*Männer mit dem rosa Winkel*" ("Os homens do triângulo rosa") em 1972, relatando a vida de Josef Kohout.

[4] Em junho de 1969, a polícia efetuou uma violenta batida no bar *Stonewall Inn*, no bairro nova-iorquino de Manhattan. A batida encontrou resistência por parte dos frequentadores do bar, sobretudo *drag queens*, e por vários dias se protegeram com barricadas. A Revolta de Stonewall foi considerada o marco inicial da luta no mundo pela igualdade de direitos para as pessoas LGBTI+.

Como se vê, relativamente a pessoas cuja sexualidade, identidade ou expressão de gênero destoasse da "norma", o modelo tradicional de justiça de transição mostrou-se um fracasso, impactando diretamente na garantia de direitos no contexto pós-autoritário. No Brasil, indígenas, mulheres, negros foram segmentos, além das pessoas sexodissidentes, que tiveram um reconhecimento tardio e/ou insuficiente da específica perseguição pela ditadura militar.

Em resposta a esse modelo, a partir do livro "*Transitional justice from below: grassroots activism and the struggle for change*" ("Justiça de transição de baixo para cima: ativismo de base e a luta por mudança", em tradução livre), organizado por Kieran McEvoy e Lorna McGregor (2008), entende-se a "justiça de transição 'no chão' das comunidades ou organizações que foram diretamente afetadas pelo conflito violento'", incluindo, assim, "[...] tanto a crítica à justiça de transição 'de cima para baixo' [...] e uma exploração da práxis dos atores da base que assumiram eles próprios as responsabilidades da transição." (McEVOY; McGREGOR, 2008, p. 2, 5, tradução nossa).

Longe de ser uma proposta que implique o abandono dos postulados da justiça transicional "vinda de cima", o que se pretende com a justiça de transição "de cima para baixo" é que as instituições possam

> [...] melhorar *o que* fazem, a pensar mais profundamente sobre o *porquê* o fazem e a explorar maneiras pelas quais [...] se ampliar o empoderamento e incentivar a *participação* daqueles que foram mais diretamente afetados pelo conflito (McEVOY; McGREGOR, 2008, p. 5, tradução nossa).

Kieran McEvoy (2008) foca suas críticas na centralidade do Direito nos processos de transição, bem como no papel dominante interpretado pelas instituições estatais, elites e especialistas que tendem a "[...] ver vítimas ou comunidades afetadas pela violência como eleitorado que devem ser administrados, ao invés de cidadãos a quem eles devem responder, torna-se tudo muito real". (MCEVOY, 2008, p. 28, tradução nossa).

Sustenta-se, por fim, ressignificar o processo transicional a partir de uma abordagem crítica da justiça transicional, entendida sob os preceitos do direito penal internacional e local, da criminologia e da imposição do discurso jurídico sobre os direitos humanos, concebida a partir de uma perspectiva altamente liberal e pouco emancipatória.

Lorna McGregor (2008) denuncia a tônica eurocêntrica do Direito internacional e suas imposições no processo transicional. Para ela, os direitos humanos e toda a produção jurídica liberal do Direito internacional consubstanciam um projeto cultural eurocêntrico que é desconexo da realidade socioeconômica e cultural das comunidades e Estados que atravessam a transição. Para tanto, considerando que uma das "falhas mais marcantes de uma série de modelos de justiça transicional resultantes de decisões de política nacional tem sido o 'silenciamento' ou a distorção da experiência de grupos tradicionalmente subalternizados" (McGREGOR, 2008, p. 57, tradução livre), propõe-se: mudar as percepções estadocêntricas da transição; avaliar e incluir os interesses e propostas surgidas em nível local; democratizar processos de transição, incluindo participação popular, mesmo aqueles mais técnicos; e reconceituar múltiplas estratégias de justiça transicional que não atendem às necessidades das comunidades e vítimas de violência e repressão.

Lundy e McGovern (2008), por fim, questionam as premissas estabelecidas pela comunidade internacional e pela ONU[5] sobre os processos de transição. Para eles, os atores internacionais centraram o processo de transição em vários elementos fundamentais: a justiça e/ou a implementação de reformas jurídicas que conduzam à imposição de um Estado de Direito forte, regido pelos princípios de direito eurocêntrico e liberal, reconstrução econômica, etc., distanciando-se dos interesses e propostas das comunidades locais e das vítimas de várias violações de direitos e violência extrajudicial, perpetradas pelo regime autoritário que se está superando.

[5] Relatório do Secretário-Geral S/2004/616, de 23 de agosto de 2004.

Se é verdade que o contexto do processo transicional da Alemanha no pós-nazismo ou do conflito armado na Colômbia são radicalmente distintos do contexto brasileiro após o fim da ditadura, também o é o fato de que as homossexualidades se mostram um marcador social da diferença que possibilita apreender "algumas generalidades recorrentes em cada experiência ou seja, 'tentar identificar padrões recorrentes de comportamento'" (QUINALHA, 2013, p. 165).

Nos trabalhos da Comissão da Verdade e da Reconciliação do Peru, o tema apareceu quase por acaso, sendo que, salvo a Comissão da Verdade do Equador, é marcante a "ausência de uma reflexão e de experiências práticas de políticas de reparação que adotem um recorte LGBT". (QUINALHA, 2014, p. 263).

Com base no arcabouço até aqui construído, a presente pesquisa traz para o centro do debate a necessidade de que a justiça de transição – sob a perspectiva "de baixo para cima" – incorpore a temática LGBTI+, tal como já se discute na América Latina, notadamente na África do Sul e na Colômbia.

Nesse sentido, vale destacar que, em novembro de 2017, foram acrescentados mais nove princípios aos direitos declarados nos chamados Princípios de Yogyakarta[6], destacando-se aqui o Princípio 37, que inclui uma série de deveres estatais:

> O DIREITO À VERDADE
>
> Toda vítima de uma violação dos direitos humanos com base na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais tem o direito de saber a verdade sobre os fatos, circunstâncias e razões pelas quais a violação ocorreu.
>
> O direito à verdade inclui uma investigação eficaz, independente e imparcial para estabelecer os fatos e inclui todas as formas de reparação reconhecidas pelo direito internacional. O direito à verdade não está sujeito a prescrição e sua aplicação deve ter em mente sua natureza dual como um direito individual e o direito da sociedade em geral de saber a verdade sobre eventos passados.
>
> OS ESTADOS DEVEM:
>
> A. Adotar disposições legais para fornecer reparação às vítimas de violações com base na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais, incluindo desculpas públicas, eliminação de condenações criminais relevantes e registros, serviços de reabilitação e recuperação, compensação adequada e garantias de não recorrência;
>
> [...] D. Adotar e implementar integralmente procedimentos para estabelecer a verdade sobre as violações com base na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais;
>
> [...] F. Garantir que, além de vítimas individuais e suas famílias, as comunidades e a sociedade em geral possam realizar o direito à verdade sobre as violações sistêmicas dos direitos humanos com base na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais, respeitando e protegendo o direito à privacidade dos indivíduos;
>
> [...] H. Garantir que os fatos e verdades da história, causas, natureza e consequências da discriminação e violência em razão da orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais sejam disseminados e adicionados aos currículos educacionais com vistas a alcançar uma consciência objetiva do tratamento anterior dispensado a pessoas com base na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais; [...] (THE YOGYAKARTA PRINCIPALS PLUS 10, 2017, p. 14, tradução nossa).

[6] O documento é resultado de uma reunião de especialistas no ano de 2006, em Jacarta (capital da Indonésia), e, embora careça de caráter jurídico, representa uma criativa releitura dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos relativamente à diversidade sexual e gênero.

Essa negligência a respeito da repressão autoritária da ditadura quanto às sexualidades dissidentes teve como legado o acirramento da moralização das sexualidades e dos comportamentos. Daí o fato de o Movimento Homossexual Brasileiro (assim denominado à época) ter surgido tardiamente no Brasil, com a instalação do grupo "Somos – Grupo de Afirmação Homossexual" em 1979, que não teve uma longa duração por uma série de fatores, dentre eles as discordâncias políticas entre a nova e a velha esquerda dos setores progressistas (TREVISAN, 2018, p. 313).

A partir dos anos 80, o impacto da epidemia do HIV/AIDS no movimento homossexual foi avassalador, reacendendo a ligação entre homossexualidade e doença. Era a "peste gay", como ficou conhecida.

Considerando a importância da participação de movimentos sociais no processo transicional, esse contexto social e político teve influência direta na participação do Movimento Homossexual Brasileiro, a começar pela Assembleia Nacional Constituinte, onde, embora tímida, a participação encarnada pelo militante Herbert Daniel se deu por meio de uma campanha da ONG Triângulo Rosa para inserir "orientação sexual" dentre os motivos proibidos de discriminação no texto constitucional, o que acabou por não ter êxito.

Em que pese a Comissão da Verdade no Brasil ter sido instalada apenas em 2012, a justiça de transição "de baixo para cima" serve como ferramenta de análise porque, como sustenta Arthur (2011, p. 78-79), quando se compreende o que se quer dizer com "transição", esclarece-se o que foi considerado uma medida da justiça apropriada". Então é possível refletir "como isto pode ter moldado entendimentos a respeito de quais tipos de justiça reivindicados eram considerados legítimos ou ilegítimos num período de transição".

A inserção do tema das homossexualidades nos trabalhos das comissões da verdade foi um processo. Foram realizadas duas audiências públicas: a primeira, "Ditadura e homossexualidade: a resistência do movimento LGBT", foi fruto da articulação da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", em 26 de novembro de 2013; a segunda foi realizada pela CNV e pela Comissão da Verdade paulista, em parceira com o Memorial da Resistência, no dia 29 de março de 2014. De ambas foram elaborados relatórios, os quais aqui também servem como dados para a pesquisa.

Dentre as recomendações da CNV, as mais importantes e aqui pertinentes são: criminalização da LGBTIfobia, legislação que garanta a livre identidade de gênero, a construção de lugares de memória ligados à repressão e à resistência das homossexualidades durante a ditadura, pedidos de desculpas oficiais do Estado em ato público pelas violências perpetradas, reparação às pessoas perseguidas e prejudicadas pelo Estado por sua sexualidade e convocação dos agentes públicos mencionados para prestarem esclarecimentos sobre os fatos relativos à repressão do segmento (BRASIL, 2014, p. 310). A construção de lugares de memória pela repressão ligada às homossexualidades na ditadura militar e os pedidos de desculpas oficiais do Estado pelas violências, cassações e expurgos, considerados materializadores da reparação simbólica, não foram implementados. A reparação às vítimas da política sexual, por sua vez, também não foi realizada.

Como defende Quinalha (2013), a deficitária implementação dos eixos da memória e verdade, marcantes na experiência transicional brasileira, podem repercutir, como de fato o fazem, nas decisões políticas e no nível de participação política, prejudicando a consolidação da democracia e, por conseguinte, aumentando o risco de ressurgirem regimes autoritários.

Considerando a intensa e louvável participação de entidades de defesa dos direitos de pessoas LGBTI+ como *amicus curiae* e o papel contramajoritário que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem desempenhado na acertada visão de Jane Reis Pereira (2016, p. 138, *passim*), o papel de impulsionador dos direitos fundamentais possui problemas quanto ao "déficit democrático" da decisão e, ainda, a "possibilidade de uma decisão desfavorável – ou de uma não-decisão – cristalizar uma situação de desproteção de direitos, tornando-a mais difícil de reverter", além dos relativos à própria LGBTIfobia estrutural do sistema de justiça.

No contexto internacional, dois casos recentes quanto à garantia de direitos apenas no Judiciário são emblemáticos nesse sentido: nas ilhas Bermudas (possessão britânica no Atlântico), após a aprovação do casamento de pessoas do mesmo sexo pelo Tribunal Supremo em 2017, a decisão foi derrubada, em 2018, por uma lei, e com largo apoio da sociedade conservadora e cristã; nos EUA, a recente indicação da juíza Amy Coney Barrett, de perfil conservador, para a Suprema Corte acendeu o sinal de alerta no país, já que, recentemente, dois juízes conservadores do tribunal teceram ácidas críticas à decisão histórica *Obergefell v. Hodges* de 2015, que garantiu o casamento igualitário em todo o território nacional, e um deles chegou ao ponto de declarar que a referida decisão "continuará a ter 'consequências desastrosas para a liberdade religiosa'"[7]. (TAYLOR, 2020).

Especificamente no Brasil, como exemplos concretos dos riscos apontados, pode-se citar: desde novembro de 2015, o ministro Luiz Fux pediu vistas do recurso sobre o uso de banheiros conforme a identidade de gênero autopercebida e, até hoje, não devolveu para a conclusão do julgamento; a decisão de um juiz federal, com liminar posteriormente confirmada em sentença, suspendendo uma resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe a chamada "cura *gay*" e autorizando tal prática a pretexto de garantir a liberdade científica e de pesquisa.

No mais, há riscos quanto à possibilidade de que os direitos até hoje conquistados no STF sejam fruto de revisão futura em eventual composição conservadora da Corte.

Se, como diz a máxima arenditiana, a cidadania consiste no direito a ter direitos", é de se perguntar quais direitos e, mais ainda, de que forma eles são garantidos de modo a legitimamente se poder falar em cidadania razoavelmente garantida, especialmente num país tradicionalmente cristão e de laicidade frágil.

Assim, optou-se pela adoção da categoria analítica de "cidadania precária", que representa:

> [...] uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como "corpo político". No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo. (BENTO, 2014, p. 167).

Com efeito, basta observar que, a cada resultado positivo para a garantia de direitos da população LGBTI+ no STF, houve o correspondente *blacklash* no Parlamento e nos setores conservadores da sociedade, a exemplo da união estável entre pessoas do mesmo sexo, que foi atacada pelos Projetos de Decreto Legislativo (PDC) nº 224 e 325, ambos de 2011, os quais pretendiam sustá-la. Além disso, citam-se as manobras legislativas quanto ao mito do "*kit gay*", da "ideologia de gênero", Estatuto da Família etc.

Nesse contexto, os riscos se agravaram quando se verifica, desde 2015, sobretudo na atual gestão do governo Bolsonaro, o desmantelamento dos pilares do processo transicional brasileiro, uma verdadeira "justiça de transição reversa":

> [...] todos os retrocessos observados no Brasil a partir de 2015 e intensificados a partir de 2019 estão desconstruindo os avanços muito arduamente conquistados a partir da Constituição Federal, e podem levar ao desmonte do Estado Democrático de Direito. Estão vigentes, assim, os mecanismos da justiça de transição, mas estão sendo distorcidos e descaracterizados, constituindo uma verdadeira justiça de transição reversa. [...] no campo das políticas de memória e verdade, quase todas as políticas públicas foram interrompidas ou descaracterizadas a partir de 2015. Assim ocorreu com a construção do Memorial da Anistia Política, antes programado para ser inaugurado no final de 2014, coincidindo com o ano

[7] Os juízes fizeram suas críticas por ocasião do julgamento do caso de Kim Davis, uma ex-funcionária do condado de Kentucky, que se recusou a registrar o casamento de casais do mesmo sexo após a decisão de *Obergefell* alegando liberdade religiosa, o que foi noticiado com bastante repercussão nacional e internacional.

> em que completou cinquenta anos do golpe de Estado, numa parceria entre o Ministério da Justiça e a Universidade Federal de Minas Gerais. Corre-se o risco de total perda de todo o dinheiro público investido, além do principal prejuízo que é a não existência do Memorial. [...] os novos conselheiros são pessoas que não reconhecem o golpe de Estado em 1964, além de proclamarem que alguns torturadores foram heróis e vez por outra chamarem os requerentes presentes às sessões de apreciação dos seus pedidos de anistia política de "terroristas". Esta é a subversão completa da Comissão de Anistia e, por conseguinte, do mandamento constitucional. (ALMEIDA, 2021, p. 269 e ss.).

Tal estado de coisas leva a concluir que a cidadania de pessoas LGBTI+ no Brasil se trata, de fato, de uma "cidadania precária". Esta, para ser superada, demanda da sociedade civil organizada um projeto político de ação permanente e concreta na fiscalização de políticas públicas implementadas pelo Poder Público e de ocupação de cargos no Legislativo e Executivo, de modo que o Estado cumpra o seu dever constitucional de efetivamente garantir direitos fundamentais sem qualquer tipo de discriminação, em especial contra pessoas LGBTI+.

5. CONCLUSÕES

A ditadura militar brasileira promoveu, como se sabe, um complexo e denso aparato de perseguição política de seus "inimigos" além dos opositores políticos do regime, dentre ele as as pessoas sexodissidentes, cuja sexualidade, expressão e identidade de gênero ofendia, na mentalidade ideológica do regime, a moral e os bons costumes, devendo, portanto, ser reprimida. O reconhecimento da violência sofrida por esse segmento na época. É tardio e/ou insuficiente.

Primeiramente, abordou-se o conceito tradicional de justiça de transição e suas controvérsias, bem como os eixos que a compõe, conforme diversas contribuições de estudiosos do tema, destacando-se seu forte teor normativo-institucional.

Em seguida, teceram-se considerações acerca do arcabouço ideológico da ditadura militar que ligava a doutrina da segurança nacional à defesa da moral e dos bons costumes e mreação á suposta aliança de pessoas sexodissidentes com os "subversivos" e as pessoas sexodissidentes para instaurar o comunismo. A intensa perseguição se deu em várias frentes, tais como a violência policial nas ruas e a repressão à incipiente mobilização enquanto movimento social.

Por fim, conclui-se o fato de o modelo clássico de justiça de transição focar no âmbito normativo-institucional e alijar do processo transicional segmentos que sofreram diretamente violações, como as pessoas sexodissidentes, somente por conta de sua condição. Como efeito concreto e direto, tem-se a tímida participação do segmento na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, quando houve forte resistência de constituintes conservadores e religiosos, se faz sentir até hoje. Mesmo com mais de três décadas após a redemocratização, sequer existe lei protetiva específica para o segmento. As conquistas junto ao STF, dados os riscos de retrocesso em caso de mudança de composição da Corte e da desmobilização da sociedade civil organizada, além da marcante omissão do Poder Legislativo, somente demonstram a "cidadania precária" das pessoas LGBTI+ no Brasil.

O Movimento LGBT brasileiro apropriar-se do debate acerca da temática da justiça de transição é das tarefas essenciais para se compreender o atual estado de coisas e pensar, no e para além do Direito, os meios de superá-lo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rafael dos Reis. **O estado policial-securitário e as violências anti-*queer* no Brasil**: a governamentalidade sexual da ditadura civil-militar à redemocratização (1964-1985). 2020. 256 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020. Disponível em: http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/12042. Acesso em: 30 set. 2021.

ALMEIDA, Eneá de Stutz e. Justiça de transição reversa. *In*: ALMEIDA, Eneá de Stutz e (org.). **Justiça de transição e democracia**. Salvador, BA: Soffia, 2021. p. 252-283. *Ebook*.

ALMEIDA, Eneá de Stutz e; TORELLY, Marcelo. Justiça de Transição, Estado de Direito e Democracia Constitucional: Estudo preliminar sobre o papel dos direitos decorrentes da transição política para efetivação do estado democrático de direito. **Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 2, n. 2 p. 36-52, jul./dez. 2010. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/8111. Acesso em: 30 set. 2021.

ARTHUR, Paige. Como as "transições" reconfiguram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição. *In*: REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 73-133.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197. Acesso em: 30 set. 2021.

BICKFORD, Louis. Transitional Justice. *In*: **The Encyclopedia of Genocide and Crimes Against Humanity**. Volume III. Nova Iorque: MacMillan, 2004. p. 1045-1047.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade ideologia e "subversão" no regime militar. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora da UFSCar, 2014. p. 27-52.

ELSTER, Jon. **Rendición de cuentas**: la justicia transicional en perspectiva histórica. Buenos Aires: Katz, 2006.

JANSEN, Roberta. Human Rights: 434 pessoas mortas ou desaparecidas e 20 mil torturadas na ditadura. **O Estado de São Paulo**, 27 mar. 2019. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,human-rights-watch-ditadura-no-brasil-torturou-20-mil-pessoas-434-foram--mortas-ou-desapareceram,70002770377. Acesso em: 30 set. 2021.

LUNDY, Patricia; MCGOVERN, Mark. The role of community in participatory transitional justice. *In*: MCEVOY, Kieran; MCGREGOR, Lorna (Org.). **Transitional Justice from Below**: Grassroots Actvism and the Struggle for Change. Oxford and Portland, Oregon: Hart, 2008. p. 47-75.

McEVOY, Kieran; McGREGOR, Lorna. The Transitional Justice from below: an agenda for research, policy and praxis. *In*: McEVOY, Kieran; McGREGOR, Lorna (orgs.). **Transitional Justice from Below**: Grassroots Actvism and the Struggle for Change. Oxford and Portland, Oregon: Hart, 2008. p. 1-14.

MCEVOY, Kieran. International Law as a "Tiered Process": Transitional Justice at the

local, national and International level. *In*: MCEVOY, Kieran; MCGREGOR, Lorna (Org.). **Transitional Justice from Below**: Grassroots Actvism and the Struggle for Change. Oxford and Portland, Oregon: Hart, 2008. p. 47-75.

MCGREGOR, Lorna. The Transitional Justice from below: an agenda for research, policy and praxis. *In*: MCEVOY, Kieran; MCGREGOR, Lorna. (Org.). **Transitional Justice from Below**: Grassroots Actvism and the Struggle for Change. Oxford and Portland, Oregon: Hart, 2008. p. 1-14.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. **Direitos sexuais de LGBT* no Brasil**: jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário, 2013. (Coleção Diálogos sobre a Justiça).

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. O Judiciário como impulsionador dos direitos fundamentais: entre fraquezas e possibilidades. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, v. 29, p. 127-157, 2016. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/23669/16724. Acesso em: 30 set. 2021.

QUINALHA, Renan Honório. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014. p. 245-271.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/pt-br.php. Acesso em: 10 jul. 2021.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

TAYLOR, Jeff. How safe is gay marriage? Advocates fear increasingly conservative court. **NBC News Digital**. New Jersey, oct. 2020. Disponível em: https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/fight-against-gay-marriage-still-alive-well-u-s-advocates-n1242272. Acesso em: 14 out. 2020.

TEITEL, Ruti. Genealogia da Justiça Transicional. *In*: **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Félix Reátegui (coord.). Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VIANA, Thiago Gomes. (In)Justiça de transição: Um estudo acerca da questão LGBTI a partir do livro "Eu, Pierre Seel, deportado homossexual". *In*: LARA, Caio Augusto Souza; MINHOTO, Antonio Celso Baeta (Coords.). **Constituição e democracia II**. Florianópolis, SC: CONPEDI, 2020. p. 314-334. Disponível em: http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/olpbq8u9/2m21xmhd/khjai8uuYa85kZ0I.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

A TEORIA PURA DO DIREITO NO JULGAMENTO DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DA ANISTIA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO VOTO DO MINISTRO RELATOR EROS GRAU

Ícaro Fellipe Alves Ferreira de Brito[1]

Maíra Gondim Almeida[2]

1. INTRODUÇÃO

A relevância e a robustez teórica do pensamento kelseniano é inegável na cultura jurídica. Nesse diapasão, as contribuições da teoria pura do direito são vivas e pulsantes, representando a forte expressão do positivismo jurídico.

Conforme sustenta Eros Grau, "o direito positivo é contraditório: está a serviço do modo de produção social dominante e, concomitantemente, consubstancia a derradeira garantia de defesa das classes subalternas" (GRAU, 2013, p. 12). Justamente considerando esse aspecto contraditório do positivismo jurídico, é que se pretende investigar a incorporação da teoria de Kelsen na realidade brasileira, mais especificamente no julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 que declarou a constitucionalidade da Lei da Anistia, adotando como recorte metodológico o voto do ministro relator Eros Grau.

O presente artigo dividir-se-á em dois capítulos centrais. Isso porque se identificou que o voto de relatoria do ministro Eros Grau obteve, principalmente, dois eixos temáticos argumentativos que se alinham à teoria pura do direito.

Nesse sentido, o primeiro capítulo tratará da compatibilização do pensamento kelseniano ao voto do ministro no que se refere à necessidade de separação entre direito e justiça. E o segundo capítulo abordará os contornos da teoria da interpretação de Hans Kelsen e sua recepção no voto proferido pelo ministro.

2. SEPARAÇÃO ENTRE DIREITO E JUSTIÇA

Visava a ADPF 153, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a não recepção do § 1º do artigo 1º da Lei nº 6.683/79[3], conhecida como Lei da Anistia, pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2010).

[1] Mestrando em Direito pela PUC Minas (Linha Teoria do Direito e da Justiça). Especialista em Direito Processual pela PUC Minas. Advogado. dir.icaro.brito@gmail.com

[2] Advogada e mestranda em Direito no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, vinculada à linha de pesquisa Teoria do Direito e da Justiça e ao grupo de estudos Direito e Razão Prática. gondimmaira@gmail.com

[3] Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. § 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

Isso porque, em síntese, não haveria compatibilização do texto da Constituição Federal com a anistia de agentes responsáveis pela perpetração de crimes não políticos. Ademais, eventual recebimento do artigo supra, no ordenamento jurídico pátrio, representaria ofensa aos princípios da dignidade da pessoa humana, do regime democrático e republicano, bem como ao dever do Poder Público de não ocultar a verdade (BRASIL, 2010).

Destarte, pediu-se a interpretação conforme a constituição para declarar que a anistia não fosse ampliada para os crimes comuns conexos aos políticos, nos termos do § 1º do artigo 1º da Lei nº 6.683/79, bem como a não recepção da referida lei pela CF (BRASIL, 2010).

Partindo para investigação do voto de relatoria do ministro Eros Grau, um dos pontos de destaque da argumentação foi a necessidade de distinção entre a história política e o direito, no ato de interpretação do dispositivo em questão.

Nessa perspectiva, analisando a argumentação da arguente acerca da ofensa da isonomia, no que se refere à equiparação da anistia dos crimes políticos aos crimes comuns, o ministro sustenta que é legitimidade do legislador não só tratar desigualmente os desiguais, como também os anistiar ou não, na medida em que há desigualdade na prática dos crimes políticos e crimes conexos (BRASIL, 2010).

Na verdade, tal como delineado supra, considera-se que é justamente função do legislador, no ato de criação da norma, determinar as nuances do conteúdo na norma positivada.

Nota-se, no voto do relator, forte percepção de que a transição para a democracia, no contexto e realidade histórica da época, se materializou também por meio da Lei da Anistia. Nesse prisma, ainda que se questione, na atualidade, se foi ou não o melhor caminho, é preciso racionalizar e compreender que foi esse o caminho político viável e possível à época.

Com efeito, considerando a referida lei como imprescindível para o processo histórico de superação da fase ditatorial, o ministro Eros Grau salienta:

> Há quem se oponha ao fato de a migração da ditadura para a democracia política ter sido uma transição conciliada, suave em razão de certos compromissos. Isso porque foram todos absolvidos, uns absolvendo-se a si mesmos. Ocorre que os subversivos a obtiveram, a anistia, à custa dessa amplitude. Era ceder e sobreviver ou não ceder e continuar a viver em angústia (em alguns casos, nem mesmo viver). Quando se deseja negar o acordo político que efetivamente existiu resultam fustigados os que se manifestaram politicamente em nome dos subversivos. [...] É inadmissível desprezarmos os que lutaram pela anistia como se tivessem feito, todos, de modo ilegítimo. [...] O que se deseja agora, em uma tentativa, mais do que de reescrever, de reconstruir a História? Que a transição tivesse sido feita, um dia, posteriormente ao momento daquele acordo, com sangue e lágrimas, com violência? Todos desejavam que fosse sem violência, estávamos fartos de violência (BRASIL, 2010, p. 37-38).

Ademais, para sustentar a ofensa ao preceito fundamental da dignidade da pessoa humana, pelo § 1º do artigo 1º da Lei nº 6.683/79, salientou a Ordem dos Advogados que: "força é reconhecer que o Estado instituído com a liquidação do regime militar nasceu em condições de grave desrespeito à pessoa humana, contrariamente ao texto expresso da nova Constituição Federal [...]" (BRASIL, 2010, p. 20).

No que se refere à necessidade de análise em separado do direito e da política, Eros Grau aduz:

> Trata-se, também neste ponto, de argumentação exclusivamente política, não jurídica, argumentação que entra em testilhas com a História e com o tempo. Pois a dignidade da pessoa humana precede a Constituição de 1988 e esta não poderia ter sido contrariada, em seu artigo 1º, III, anteriormente a sua vigência. A arguente desqualifica fatos históricos que antecederam a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei n. 6.683/79 [...]. A inicial ignora o momento talvez mais importante da luta pela redemocratização do país, o da batalha da anistia, autêntica batalha. Toda a gente que conhece nossa História sabe que esse acordo político existiu, resultando no texto da Lei nº 6.683/79. [...] a formidável luta pela

> anistia é expressiva da página mais vibrante de resistência e atividade democrática da nossa História (BRASIL, 2010, p. 21-22).

Outro ponto que merece destaque se refere à conexão legal estabelecida no § 1º do artigo 1º da Lei nº 6.683/79, em que é materializada a extensão da anistia aos crimes comuns relacionados com os crimes políticos ou praticados por motivação política, nesse viés, Eros Grau sustenta:

> Essa expressão, crimes conexos a crimes políticos, conota sentido a ser sindicado no momento histórico da sanção da lei. Sempre há de ter sido assim. A chamada Lei da anistia diz com uma conexão sui generis, própria ao momento histórico da transição para a democracia. Tenho que a expressão ignora, no contexto da Lei n. 6.683/79, o sentido ou os sentidos correntes, na doutrina, da chamada conexão criminal. Refere o que "se procurou", segundo a inicial, vale dizer, estender a anistia criminal de natureza política aos agentes do Estado encarregados da repressão. [....] A Arguente tem razão: o legislador procurou estender a conexão aos crimes praticados pelos agentes do Estado contra os que lutavam contra o Estado de exceção. Daí o caráter bilateral da anistia, ampla e geral (BRASIL, 2010, p. 26).

Nota-se, nesse sentido, que o ministro relator fundamenta seu discurso numa necessária separação entre política e função jurisdicional, na medida em que a conexão sui generis nada mais representou que a materialização do ato de vontade do legislador na produção da norma jurídica.

No que se refere à adesão à necessidade de descortinar aspectos subjetivos ao desenvolvimento da ciência do direito, o ministro Eros Grau sustenta:

> Estamos, todavia, em perigo quando alguém se arroga o direito de tomar o que pertence à dignidade da pessoa humana como um seu valor (valor de quem se arrogue a tanto). É que, então, o valor do humano assume forma na substância e medida de quem o afirme e o pretende impor na qualidade e quantidade em que o mensure. Então o valor da dignidade da pessoa humana já **não será mais valor do humano**, de todos quantos pertencem à humanidade, **porém de quem o proclame conforme o seu critério particular. Estamos então em perigo, submissos à tirania dos valores** (BRASIL, 2010, p. 23, grifo nosso).

Assim, a ameaça é eminente quando estamos submetidos à valoração particular do que é legítimo ou não. Ou, ainda, sujeitos a critérios de justiça valorados por ideologias particularizadas.

Nesse sentido, pondera Kelsen:

> A ideologia encobre, porém, a realidade, na medida em que – com a intenção de conservar a realidade, defendê-la – a transfigura, ou – com a intenção de atacar a realidade, destruí-la e substituí-la por outra – a desfigura. Toda ideologia tem sua raiz no querer, não no conhecimento, e sua origem em certos interesses, mais precisamente, interesses diversos do interesse na verdade (KELSEN, 2021, p. 25).

Destarte, disto depreende-se que em sendo justiça um critério relativo, não se mostra viável utilizá-la como padrão absoluto para valorar determinada ordem positiva. Assim, "[...] Devemos ter presente, porém, quando apreciamos 'moralmente' uma ordem jurídica positiva, quando a valoramos como boa ou má, justa ou injusta, que o critério é um critério relativo" (KELSEN, 2009, p. 76). E, ainda, "[...] significa que a validade de uma ordem jurídica positiva é independente da sua concordância ou discordância com qualquer sistema moral" (KELSEN, 2009, p. 76).

Conclui-se, nesse diapasão, conforme sustenta o argumento do ministro Eros Grau, que "o fato, porém, de o conteúdo de uma ordem coercitiva eficaz poder ser julgado como injusto, não constitui de qualquer forma um fundamento para não considerar como válida essa ordem coercitiva" (KELSEN, 2009, p. 55).

Nessa perspectiva, a doutrina de Kelsen, tal como o voto de relatoria do ministro, rechaça tanto critérios eminentemente políticos quanto critérios morais, no ato de criação do intérprete. É o que se passa a desenvolver.

3. A TEORIA DA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA

A teoria pura do direito tem por objeto o direito positivo em geral, isto é, se volta a conhecer o que é e como é o direito em abstrato, sem se ater às particularidades deste ou daquele direito de um determinado país, "Contudo, fornece uma teoria da interpretação" (KELSEN, 2009, p. 1).

O fenômeno da interpretação na teoria pura do direito não se limita à interpretação levada a efeito pelos juízes, mas sim envolve todos aqueles com competência para aplicar o direito. Nas palavras de Kelsen:

> Quando o Direito é aplicado por um órgão jurídico, este necessita de fixar o sentido das normas que vai aplicar, tem de interpretar estas normas. A interpretação é, portanto, uma operação mental que acompanha o processo da aplicação do Direito no seu progredir de um escalão superior para um escalão inferior. Na hipótese em que geralmente se pensa quando se fala de interpretação, na hipótese da interpretação da lei, deve responder-se à questão de saber qual o conteúdo que se há de dar à norma individual de uma sentença judicial ou de uma resolução administrativa, norma essa a deduzir da norma geral da lei na sua aplicação a um caso concreto. Mas há também uma interpretação da Constituição, na medida em que de igual modo se trate de aplicar esta - no processo legislativo, ao editar decretos ou outros atos constitucionalmente imediatos - a um escalão inferior; e uma interpretação dos tratados internacionais ou das normas do Direito internacional geral consuetudinário, quando estas e aqueles têm de ser aplicados, num caso concreto, por um governo ou por um tribunal ou órgão administrativo, internacional ou nacional. E há igualmente uma interpretação de normas individuais, de sentenças judiciais, de ordens administrativas, de negócios jurídicos, etc., em suma, de todas as normas jurídicas, na medida em que hajam de ser aplicadas (KELSEN, 2009, p. 387).

Sem negligenciar as particularidades com que cada ordenamento jurídico pode se estruturar, Kelsen buscou teorizar sobre o fenômeno da interpretação/aplicação do direito em abstrato, vislumbrando um sistema bifásico em que num primeiro momento se identifica as possibilidades válidas de interpretação e num segundo momento o agente competente escolhe uma dentre as normas possíveis, respeitando-se, pois, a vontade do legislador, de modo que a operação metal envolvida no ato de aplicação do direito envolve um ato de conhecimento seguido de um ato de vontade. Com efeito,

> Assim como da Constituição, através de interpretação, não podemos extrair as únicas leis corretas, tampouco podemos, a partir da lei, por interpretação, obter as únicas sentenças corretas. De certo que existe uma diferença entre estes dois casos, mas é uma diferença somente quantitativa, não qualitativa, e consiste apenas em que **a vinculação do legislador sob o aspecto material é uma vinculação muito mais reduzida do que a vinculação do juiz, em que aquele é, relativamente, muito mais livre na criação do Direito do que este** (KELSEN, 2009, p. 392, grifo nosso).

Considerando o já dito anteriormente, no que concerne à necessária separação do direito das ideologias políticas, ao fim e ao cabo, da justiça, o ministro Eros Grau, quando da análise do ato de interpretação da Lei nº 6.683/79, argumenta:

> No estado democrático de direito o Poder Judiciário não está autorizado a alterar, a dar outra redação, diversa da nele contemplada, a texto normativo. Pode, a partir dele, produzir distintas normas. Mas nem mesmo o Supremo Tribunal Federal está autorizado a reescrever leis da anistia (BRASIL, 2010, p. 38).

Isso porque, conforme já delineado, tem-se que a Lei da Anistia foi resultado de um acordo político que limitou a atuação da função jurisdicional e, portanto, não competiria ao Poder Judiciário revisá-lo, ainda que o julgador avalie negativamente a escolha política (BRASIL, 2010).

Além disso, no que tange à necessidade de interpretar-se segundo o contexto ao qual a norma jurídica está inserta, o ministro relator aduz:

> É a realidade histórico-social da migração da ditadura para a democracia política, da transição conciliada de 1979 que há de ser ponderada para que possamos discernir o significado da expressão crimes conexos na Lei n. 6.683. É da anistia de então que estamos a cogitar, não da anistia tal e qual uns e outros hoje a concebem, senão qual foi na época conquistada. Exatamente aquela na qual, como afirma inicial, "se procurou" [sic] estender a anistia criminal de natureza política aos agentes do Estado encarregados da repressão. [...] há de ser interpretada a partir da realidade no momento em que foi conquistada (BRASIL, 2010, p. 33-34).

Nesse prisma, a interpretação jurídica: "parte da compreensão dos textos normativos, da realidade e dos fatos, [...] e finda com a escolha de determinada solução para ele, consignada na norma de decisão" (BRASIL, 2010, p. 32).

Ademais, ao sustentar que a interpretação do direito possui caráter constitutivo, na medida em que representa a criação de normas jurídicas aplicáveis ao caso concreto, a partir dos textos normativos gerais, Eros Grau (BRASIL, 2010) nada mais fez do que incorporar a teoria da interpretação jurídica de Hans Kelsen, desenvolvida na teoria pura do direito.

Nessa perspectiva, o ministro sustenta que:

> As normas resultam da interpretação e podemos dizer que elas, enquanto textos, enunciados, disposições, não dizem nada: elas dizem o que os intérpretes dizem que elas dizem (BRASIL, 2010, p. 16).

Ainda nessa linha de entendimento vale citar a mesma visão do ministro relator em sua obra doutrinária: "[...] o juiz quando decide aplica a lei, criando, porém, dentro dela, uma norma jurídica individualizada" (GRAU, 2013, p. 27).

Imperioso salientar que no ato de produção da norma jurídica individualizada existem várias possibilidades de criação. "Sendo assim, a interpretação de uma lei não deve necessariamente conduzir a uma única solução como sendo a única correta, mas possivelmente a várias soluções [...]" (KELSEN, 2009, p. 390). Com efeito,

> Dizer que uma sentença judicial é fundada na lei, não significa, na verdade, senão que ela se contém dentro da moldura ou quadro que a lei representa – não significa que ela é *a* norma individual, mas apenas que é *uma* das normas individuais que podem ser produzidas dentro da moldura da norma geral (KELSEN, 2009, p. 391).

Para Kelsen, a interpretação feita pelo juiz é a autêntica interpretação jurídica da ciência do direito. Assim, "o preenchimento da chamada lacuna no Direito é uma função criadora do Direito que somente pode ser realizada por um órgão aplicador do mesmo" (KELSEN, 2009, p. 395).

Discorrendo acerca de tais interpretações, Kelsen preleciona:

> A interpretação jurídico-científica não pode fazer outra coisa senão estabelecer as possíveis significações de uma norma jurídica. Como conhecimento do seu objeto, ela não pode tomar qualquer decisão entre as possibilidades por si mesma reveladas, mas tem de deixar tal decisão ao órgão que, segundo a ordem jurídica, é competente para aplicar o Direito (KELSEN, 2009, p. 396).

Portanto, a interpretação jurídica é um ato de vontade, pelo qual o intérprete perfaz uma escolha dentre as possibilidades interpretativas da mesma norma jurídica (KELSEN, 2009).

E foi justamente seguindo os contornos da teoria da intepretação jurídica de Kelsen que o ministro Eros Grau fundamentou o deslinde de seu voto. Assim, retomando a argumentação supra, de que eventual revisão da Lei da Anistia haveria de se materializar por meio do Poder Executivo, Eros Grau conclui:

> Eis o que se deu: a anistia da lei de 1979 foi reafirmada no texto da EC 26/85, pelo Poder Constituinte da Constituição de 1988. [...] a nova Constituição [re]instaurou em seu ato originário. [...] O texto da lei ordinária de 1979 resultou substituído pelo texto da emenda constitucional. [...] A Emenda Constitucional n. 26/85 inaugura a nova ordem constitucional. [...] Daí a reafirmação da anistia da lei de 1979 já não pertence à ordem recaída. [...] Afirmada a integração da anistia de 1979 na nova ordem constitucional, teremos que sua adequação à Constituição de 1988 resulta inquestionável (BRASIL, 2010, p. 43-44).

Destarte, cumprindo o papel de intérprete autêntico, na linguagem kelseniana, no ato de produção da norma jurídica individualizada, Eros Grau respalda seu ato de vontade no fato de a Lei da Anistia se amoldar nos ditames da Emenda Constitucional n. 26/85, nos termos do artigo 4º, §1º[4]. E, alinhando-se ao pensamento kelseniano, de que a necessária separação de aspectos ideológicos e morais da função jurisdicional limita o judiciário de avaliar sobre a justiça em se punir ou não as atrocidades ocorridas durante o regime ditatorial, Grau simbolicamente conclui seu histórico e controverso voto ponderando "[...] que a decisão pela improcedência [...] não exclui o repúdio a todas as modalidades de tortura, de ontem e de hoje, civis e militares, policiais ou delinquentes" (BRASIL, 2010, p. 45).

4. CONCLUSÃO

A presente investigação pretendeu observar se é possível sustentar que o ministro Eros Grau, no voto de sua relatoria, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153/DF, alinha-se ao pensamento kelseniano, sob o enfoque da teoria pura do direito.

Para tanto, perfez-se uma análise do voto proferido pelo ministro relator Eros Grau com vistas a verificar quais seriam os pontos de contato da argumentação utilizada na fundamentação de voto com a doutrina positivista de Hans Kelsen, à qual o ministro afirma ser adepto, inclusive possuindo obra doutrinária nesse sentido, embora não tenha citado expressamente o pensamento de kelsen nesse seu voto.

Conforme exposto, ao longo do presente trabalho, constataram-se duas principais linhas argumentativas que tocavam os ensinamentos kelsenianos, sendo elas: o argumento baseado na necessária distinção entre direito e justiça/moral e a teoria da interpretação jurídica adotada pelo relator.

Conclui-se que, assim como Kelsen, o ministro Eros Grau sustenta uma linha de entendimento que prioriza a compreensão do direito separada de ideários eminentemente políticos e morais. Isso porque os aspectos da história política devem ser mensurados fora da esfera do direito.

Além disso, o ministro salienta que aspectos subjetivos de interpretação, numa busca por justiça, podem fadar toda uma sociedade à tirania de valores, na medida em que a atribuição de sentido é particularizada e parcial.

Finalmente, no que tange à interpretação jurídica, o ministro Eros Grau vai ao encontro do que Kelsen preleciona, ao suscitar que a decisão judicial é ato de vontade, ao qual o intérprete volitivamente opta pela criação da norma jurídica individual, estando adstrito a escolher uma norma válida dentro da moldura em que são encontradas as escolhas possíveis fixadas pelo legislador, especialmente a partir da emenda constitucional nº 26/85.

É possível sustentar, por todo o exposto, que de fato há alinhamento da fundamentação do voto de relatoria do ministro Eros Grau à teoria pura do direito de Hans Kelsen.

REFERÊNCIAS

[4] Art. 4º É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares. § 1º É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985**. Convoca Assembleia Nacional Constituinte e dá outras providências. Brasília: DF: Congresso Nacional, 1985. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc26-85.htm. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Brasília: DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF153/DF**. Direito administrativo e outras matérias de direito público; garantias constitucionais; anistia política. Relator: Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, julgado em 29 de abril de 2010. DJe n. 145. Divulgação 05/08/2010. Publicação 06/08/2010. Ementário n. 2409 – 1. Disponível em: redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960. Acesso em: 13 jul. 2021

GRAU, Eros Roberto. **Porque tenho medo dos juízes**: a interpretação/aplicação do direito e os princípios. 6. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2013.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**: introdução à problemática jurídico-científica. Tradução e estudo introdutório Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução João Baptisma Machado. 8. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

DA TRANSIÇÃO INACABADA À CRISE PANDÊMICA: A NEGAÇÃO PERMANENTE DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE PELO ESTADO BRASILEIRO

Andrea Schettini[1]

Malu Stanchi[2]

1. INTRODUÇÃO

Inserido no campo teórico e prático da Justiça de Transição, este trabalho pretende refletir sobre como o Poder Judiciário nacional tem aceitado ou rejeitado o uso do conceito de crime contra a humanidade para qualificar delitos perpetrados por agentes de Estado no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985). A pesquisa busca, mais especificamente, analisar as decisões judiciais proferidas no âmbito das ações penais oferecidas internamente pelo Grupo de Trabalho Justiça de Transição do Ministério Público Federal (GTJT/MPF), a fim de desenvolver três reflexões centrais sobre: (i) as formas e as estratégias de negacionismo do Poder Judiciário brasileiro – que não dá nome à violência (nega o emprego da categoria de crime contra a humanidade), insere-a em um passado juridicamente inalcançável (defende a prescrição) e impõe o esquecimento jurídico do ilícito (reforça a anistia) – ; (ii) os limites e as potencialidades da responsabilização penal no processo de construção de uma memória coletiva compartilhada sobre a "violência intolerável"; e (iii) as conexões entre as lacunas da justiça de transição brasileira e a gestão oficial da pandemia da COVID-19 no Brasil.

A hipótese central deste estudo sustenta que a forma como o Poder Judiciário nacional aborda o conceito de crime contra a humanidade expõe algumas das principais lacunas da Justiça de Transição brasileira e que tais lacunas falam não somente do passado, mas sobretudo da violência de Estado no presente. Violência esta que incide até hoje sobre certos corpos, majoritamente negros e pobres, e que ganha contornos ainda mais específicos no contexto atual da pandemia da COVID-19. Com efeito, um dos processos históricos que legitima e permite a atual gestão da pandemia no Brasil – gestão esta que também vem sendo qualificada a partir da categoria de crime contra a humanidade (VENTURA, 2021) – é precisamente a ausência de um processo de acerto de contas com o passado violento. À luz das considerações desenvolvidas pela Professora Deisy Ventura, sustenta-se que "a pandemia é [também] um problema de justiça de transição; é um problema de memória, verdade, justiça e reparação"[3].

Sendo assim, esta proposta divide-se em três partes. A primeira delas aborda a centralidade do conceito de crime contra a humanidade para o processo de judicialização da justiça de transição

[1] Doutora em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio em cotutela com a Université Paris Nanterre (França). Professora do Departamento de Direito da PUC-Rio. Pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos e do Núcleo Democracia e Forças Armadas (NEDEFA) da mesma instituição. Foi pesquisadora da Comissão Nacional da Verdade e assessora da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. E-mail: andrea-schettini@puc-rio.br.

[2] Articuladora política do Observatório de Direitos Humanos – Crise e Covid-19. Pesquisadora do IPEA no projeto "Processamento Criminal da Tortura no Brasil". Especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: malustanchi@gmail.com.

[3] Ver mais em DEPARTAMENTO DE DIREITO DA PUC-Rio. **Debates sobre Memória, Verdade e Justiça:** Estados de negação. 22 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KlR47t5sSG4. Acesso em: 10 out. 2021.

brasileira. Esta qualificação é outorgada aos delitos perpetrados durante a ditadura militar brasileira tanto pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), no caso Herzog e outros vs. Brasil (2018), como também pelo Ministério Público Federal (MPF), em denúncias criminais oferecidas internamente. Para além de afastar os institutos da prescrição e da anistia, o conceito de crime contra a humanidade lança luz à gravidade de crimes perpetrados por agentes estatais no âmbito de uma política de Estado (o que inclui uma ação financiada, permitida e estruturada por um Estado).

A segunda parte apresenta os principais argumentos, encontrados nas decisões judiciais proferidas no âmbito das ações penais oferecidas internamente pelo Grupo de Trabalho Justiça de Transição do Ministério Público Federal (GTJT/MPF), a respeito da categoria de crime contra a humanidade. A partir da reprodução dos argumentos encontrados na jurisprudência, apresentamos as principais teses jurídicas utilizadas pelos magistrados nacionais para afastar a incidência da categoria de crime contra a humanidade nos delitos perpetrados por agentes de Estado no contexto ditatorial.

A terceira parte pretende, enfim, desenvolver as reflexões enunciadas logo ao início desta proposta. Em primeiro lugar, buscamos demonstrar, a partir das decisões judiciais mapeadas, as diferentes estratégias negacionistas do Poder Judiciário que se recusa a dar nome à violência pretérita, inserindo-a em um tempo passado supostamente superado e obrigatoriamente esquecido. Em segundo lugar, apontamos alguns dos limites e potencialidades da justiça penal para a construção de memórias socialmente compartilhadas. Trata-se de refletir, por um lado, sobre o papel tão necessário quanto insuficiente da responsabilização penal no âmbito da Justiça de Transição e, por outro lado, da contribuição da justiça penal para o combate a políticas negacionistas. Por fim, trata-se de refletir sobre o emprego do conceito de crime contra a humanidade no contexto da pandemia a fim de examinarmos as conexões entre as lacunas transicionais brasileiras e a gestão desumana da pandemia no Brasil.

2. O CONCEITO DE CRIMES CONTRA A HUMANIDADE E SUAS POTENCIALIDADES NOS CENÁRIOS INTERNACIONAL E NACIONAL

Cumpre, inicialmente, justificar a centralidade da qualificação de crimes contra a humanidade aos delitos perpetrados durante a ditadura militar brasileira, suscitando algumas das principais definições do conceito em âmbito internacional e a mobilização da categoria nas disputas internas para responsabilização dos perpetradores dos assassinatos, torturas, prisões ilegais, desaparecimentos forçados, violências sexuais, dentre outros crimes praticados pelos agentes do Estado no decurso do regime autoritário.

O artigo 7º do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional definiu quais condutas seriam consideradas crimes contra a humanidade, bem como os requisitos conjunturais para sua categorização:

> Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "crime contra a humanidade", qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: a) Homicídio; b) Extermínio; c) Escravidão; d) Deportação ou transferência forçada de uma população; e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional; f) Tortura; g) Agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável; h) Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, tal como definido no parágrafo 3o, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste parágrafo ou com qualquer crime da compe-

> tência do Tribunal; i) Desaparecimento forçado de pessoas; j) Crime de *apartheid;* k) Outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental.

A definição jurídica de crime contra a humanidade, portanto, aporta rol exemplificativo - ou seja, não exaustivo - de atos ilícitos inseridos em conjuntura sistemática ou generalizada de ataque contra a população civil, fruto de uma política de Estado ou de uma organização para a manutenção dessa política.

A vedação aos crimes contra a humanidade foi cunhada de forma expressa pela Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e Contra a Humanidade, da ONU, datada de 26 de novembro de 1968. Contudo, importante sublinhar que, em virtude da gravidade dos crimes contra a humanidade, à sua proibição foi definido caráter *jus cogens*, o que implica: i) sua vedação é norma imperativa e indisponíveis, prescindindo da aquiescência dos sujeitos de direito internacional para sua eficácia, obrigatoriedade; ii) a norma só pode ser modificada por uma norma ulterior de direito internacional geral que tenha o mesmo caráter (CORTE IDH, 2018, para. 230); iii) a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e Contra a Humanidade apenas ratificou princípios pré-existentes na ordem internacional; iv) a projeção da proibição dos crimes contra a humanidade nas ordens jurídicas internas, em virtude de seu caráter j*us cogens*, se deu antes mesmo de sua convencionalização.

Neste sentido, e considerando as possíveis contribuições do conceito para eventual responsabilização internacional de Estados, a Corte IDH promoveu um movimento vanguardista de aplicação da categoria ao Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) (CORTE IDH, 2006 e 2018). Isso porque, originalmente, o conceito de crime contra a humanidade relacionava-se diretamente ao repertório do Direito Internacional Penal. Mediante a aplicação da categoria de crimes contra a humanidade no DIDH, a Corte IDH desenvolve análises importantes sobre o conceito: além de reforçar o caráter imprescritível destas violações – sendo vedado invocar o princípio do *ne bis in idem*, leis de anistia ou quaisquer outros artifícios para isentar a investigação e sanção dos responsáveis, sendo de responsabilidade dos Estados a investigação e punição dos crimes contra a humanidade – o Tribunal ainda reforça que os crimes contra a humanidade não são um tipo penal em si, mas uma qualificação de atos ilícitos já tipificados nos ordenamentos jurídicos nacionais (CORTE IDH, 2018, para. 308):

> Concretamente, a primeira obrigação dos Estados é evitar que essas condutas ocorram. Caso isso não aconteça, o dever do Estado é assegurar que essas condutas sejam processadas penalmente e seus autores punidos, de modo a não deixá-las na impunidade. Mesmo quando determinadas condutas consideradas crimes contra a humanidade não estejam tipificadas formalmente no ordenamento jurídico interno, ou que, inclusive, sejam legais na legislação doméstica, isso não exime de responsabilidade a pessoa que cometeu o ato, de acordo com as leis internacionais. Ou seja, a inexistência de normas de direito interno que estabeleçam e punam os crimes internacionais não exime, em nenhum caso, seus autores de responsabilidade internacional e o Estado de punir esses crimes. (CORTE IDH, 2018, para. 231)

A mobilização do conceito, consequentemente, consubstancia-se também em uma possibilidade alargada de pôr em relevo, nos cenários internacional e nacional, a gravidade dos crimes perpetrados pelos agentes estatais no contexto de políticas sistemáticas financiadas, autorizadas e estruturadas pelo próprio Estado, como no caso da ditadura militar brasileira. Tanto o é que, no caso Herzog e outros vs. Brasil (2018), a Corte IDH outorga a qualificação de crimes contra a humanidade aos delitos perpetrados durante a ditadura militar brasileira e a categorização é empregada também pelo Ministério Público Federal (MPF), em denúncias criminais oferecidas internamente.

3. O PODER JUDICIÁRIO NACIONAL E O USO DO CONCEITO DE CRIMES CONTRA A HUMANIDADE PARA A QUALIFICAÇÃO DOS DELITOS PERPETRADOS DURANTE A DITADU-

RA MILITAR BRASILEIRA

O Grupo de Trabalho Justiça de Transição (GTJT) da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) foi instituído em 2012 (mediante a Portaria 21 do mesmo órgão), tendo como um de seus principais objetivos a persecução penal dos perpetradores de graves violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da ditadura militar brasileira. A criação do Grupo foi impulsionada pela condenação do Brasil na Corte IDH, decorrente das violações ocorridas no contexto da Guerrilha do Araguaia (CORTE IDH, 2010), a qual impôs obrigações de investigação, punição e reparação a serem implementadas pelo Estado brasileiro.

Dessa forma, e mediante a criação do GTJT, foram propostas 51 ações penais internas relacionadas aos crimes contra a humanidade no contexto da ditadura militar brasileira[4], objeto de investigação do Grupo de Pesquisa e Estudo sobre Sistema Interamericano de Direitos Humanos (GEP-SIDH) do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio, no qual as autoras do presente escrito atuam como coordenadoras, na pesquisa intitulada "A Judicialização da Justiça de Transição no Brasil e o Uso do Conceito de Crimes contra a Humanidade: Uma análise empírica das ações penais oferecidas pelo Grupo de Trabalho Justiça de Transição do Ministério Público Federal por crimes perpetrados por agentes de Estado no período da ditadura militar brasileira (1964-1985)."[5].

Mediante o estudo das denúncias criminais oferecidas pelo MPF e das decisões judiciais na esfera de cada caso, realizou-se um mapeamento dos posicionamentos dos magistrados federais, das Turmas dos Tribunais Regionais Federais e do Tribunais Superiores - Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) - diante da tentativa do *parquet* de categorização das violações no âmbito da ditadura militar brasileira como crimes contra a humanidade. Cabe, neste ponto, destacar a natureza das decisões judiciais analisadas: (i) recebimento ou rejeição da denúncia; (ii) Recurso em sentido estrito; (iii) *Habeas Corpus*; (iv) Recurso Especial; (v) Recurso Extraordinário; (vi) Reclamação Constitucional; (vii) Embargos de declaração; (viii) Embargos infringentes; (ix) Recurso Ordinário.

A pesquisa do GEP-SIDH, através da sistematização dos fundamentos de direitos articulados pelos magistrados para contemplar o rejeitar o uso do conceito de crimes contra a humanidade nos casos em questão, elencou cinco teses jurídicas que perpassam as decisões judiciais e revelam conflitos e dissonância entre a atuação do Poder Judiciário nacional e as obrigações internacionais assumidas pelo Estado brasileiro. Em virtude da extensão argumentativa de cada uma das teses jurídicas identificadas pelo estudo, serão destacadas três delas neste escrito, devido a sua recidiva e centralidade nas decisões analisadas: i) O conceito de crime crime contra a humanidade não pode ser empregado para qualificar os delitos perpetrados por agentes de Estado no contexto da ditadura militar; ii) Os crimes perpetrados por agentes de Estado no contexto da ditadura militar são passíveis de prescrição; iii) A anistia concedida pela Lei n. 6.683/79 incide nos crimes contra a humanidade[6].

3.1. Primeira tese: o conceito de crime crime contra a humanidade não pode ser empregado para qualificar os delitos perpetrados por agentes de Estado no contexto da ditadura militar

[4] As referidas 51 ações penais foram propostas até 30 de junho de 2021, marco temporal de levantamento para o escopo da pesquisa realizada pelo GEPSIDH. Isto é, novas denúncias podem ter sido oferecidas após a data mencionada.

[5] A pesquisa encontra-se disponível do sítio virtual: https://www.jur.puc-rio.br/ndh-publicacoes/. Acesso em: 19 de nov. 2021.

[6] Para maior aprofundamento sobre as cinco teses jurídicas mapeadas pelo GEP-SIDH, acesse o relatório da pesquisa "A Judicialização da Justiça de Transição no Brasil e o Uso do Conceito de Crimes contra a Humanidade: Uma análise empírica das ações penais oferecidas pelo Grupo de Trabalho Justiça de Transição do Ministério Público Federal por crimes perpetrados por agentes de Estado no período da ditadura militar brasileira (1964-1985)." na íntegra em: https://www.jur.puc-rio.br/ndh-publicacoes/. Acesso em: 19 de nov. 2021.

A jurisprudência majoritária, em caminho oposto ao DIDH e à jurisprudência da Corte IDH, entende que o conceito de crime contra a humanidade não pode ser empregado para qualificar os delitos perpetrados por agentes de Estado no contexto da ditadura militar. Os principais argumentos aventados pelos juízos suscitam a violação ao princípio da legalidade em caso de aplicação da categoria de crime contra a humanidade, afinal não há lei interna tipificando a conduta. Apesar de não haver lei penal expressamente tipificando os crimes contra a humanidade, a Corte IDH já assentou o entendimento de que os crimes contra a humanidade não são um tipo penal em si mesmo, conforme supramencionado, categorizando-os como qualificação de condutas criminosas já tipificadas pelos ordenamentos jurídicos internos.

Para afastar a aplicação do conceito de crimes contra a humanidade, os juízos nacionais também afirmam que os crimes da ditadura não seriam "autênticos" crimes contra a humanidade. Algumas decisões judiciais realizaram, destaca-se, uma comparação do contexto ditatorial brasileiro com outros contextos e conflitos históricos ao redor do mundo, para, ao final, concluirem não ser possível afirmar que os crimes da ditadura constituem "autênticos" crimes contra a humanidade:

> Primeiramente, sobre o alegado 'caráter sistemático e generalizado dos ataques cometidos por agentes da ditadura militar contra a população brasileira', tal argumento não se sustenta para o fim pretendido, ou seja, para afastar a extinção da punibilidade dos fatos, ao se caracterizar o fato como crime de lesa humanidade. Encontramos, com muito mais propriedade, um exemplo de ataque generalizado à população, com a certeza de se estar diante de um autêntico crime de lesa-humanidade, no genocídio ocorrido em Ruanda em 1994, onde as estatísticas apontam o extermínio, em alguns meses, de centenas de milhates de pessoas, variando os números entre 5000.000 mil e 1 milhão de vítimas. Outro exemplo é o chamado genocídio armênio, ocorrido no início do século passado, para o qual se aponta a ocorriencia de 600.000 a 1.800.000 vítimas." (1ª Vara Criminal, do Júri e das Execuções Penais da Justiça Federal em São Paulo, Ação Penal 0007502-27.2015.4.03.6181, Decisão de rejeição da denúncia, Juiz Federal Alexandre Diaferia, São Paulo, 10 de agosto de 2015)

Por fim, algumas decisões também compararam, em termos quantitativos, o número de mortes no Brasil no presente em relação ao tempo da ditadura militar. Assim o fizeram não com o intuito de criticar a violência no presente, mas para argumentar não ter supostamente havido, no contexto ditatorial, ataques sistemáticos e generalizados contra a população brasileira:

> E se nos restringirmos apenas ao número de pessoas mortas, o que dizer de um dado estatístico que aponta a morte de mais de 62 mil pessoas no Brasil durante o ano de 2016? Tal cifra indica a grande violência e medo com que a população tem de aprender a conviver nos tempos presentes. Estaríamos, então, diante de uma situação análoga à de uma guerra? E quais as providências que o Estado brasileiro deve tomar para fazer cessar esse mal? Há risco de o Brasil ser responsabilizado em âmbito internacional à conta de tal dado estatístico, já que o compromisso assumido é o de proteger e assegurar a vida do ser humano? Poderia o popular leigo, de mediano conhecimento, afirmar que é bem mais 'perigoso' viver nos dias atuais do que na época do regime de exceção? Tais provocações têm a mera finalidade de proporcionar uma reflexão mais detida e contextualmente mais ampla sobre o tema. Existe, portanto, uma distância muito expressiva entre essa suposta 'vitória' do regime de exceção e a afirmação de que havia 'ataques generalizados contra a população brasileira': não se pode dizer que a repressão a opositores do regime de exceção, por mais dura que tenha sido, tenha se estendido à grande massa da população brasileira. O argumento peca pelo caráter hiperbólico e não é suficiente para os fins pretendidos". (1a Vara Criminal, do Júri e das Execuções Penais da Justiça Federal em São Paulo, Ação Penal 0007502-27.2015.4.03.6181, Decisão de rejeição da denúncia, Juiz Federal Alexandre Diaferia, São Paulo, 10 de agosto de 2015).

3.2. Segunda tese: os crimes perpetrados por agentes de Estado no contexto da ditadura

militar são passíveis de prescrição

Também em patente descumprimento das disposições e obrigações de DIDH assumidas pelo Brasil, bem como à jurisprudência da Corte IDH, os precedentes judiciais internos sustentaram que os crimes perpetrados por agentes de Estado no contexto da ditadura militar são passíveis de prescrição. No escopo desta segunda tese, foram diagnosticados argumentos defendendo que a inexistência de lei penal interna que preveja a imprescritibilidade de crimes contra a humanidade respalda a prescrição, destacando o fato de que o Brasil não ratificou a Convenção da ONU sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade. De acordo com a Corte IDH, contudo, esse documento apenas ratificou princípios pré-existentes na ordem internacional, possuindo caráter meramente declarativo, o que implica que os Estados devem implementá-lo independentemente de terem-no ratificado, conforme também suprarreferido.

Para corroborar a tese, algumas decisões internas ainda afastaram expressamente a incidência da Convenção Americana sobre Direitos Humanos bem como da jurisprudência da Corte IDH (inclusive em caso de condenação contra o Estado brasileiro), rejeitando o argumento, desenvolvido no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, segundo o qual as graves violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade, praticados por agentes de Estado no período ditatorial brasileiro, são imprescritíveis. Neste sentido, veja-se:

> Especificamente quanto à recente condenação do Estado Brasileiro, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, pela falta de investigação, julgamento e punição dos responsáveis pela tortura e assassinato do jornalista Vladimir Herzog, é certo que, de fato, o estado brasileiro foi omisso nos 20 anos que se seguiram ao terrível crime narrado. No entanto, não significa que o Estado pode agora ressuscitar sua pretensão punitiva penal, fulminada há muito pelo instituto da prescrição, bem como pela mencionada decisão política soberana de conceder anistia aos crimes políticos da época. Tal decisão, repise-se, já está consolidada na ordem jurídica nacional, sobretudo após a declaração de constitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal". (1a Vara Criminal Federal de São Paulo, Ação Penal 5001469-57.2020.4.03.6181, Decisão de rejeição da denúncia, Juiz Federal Alessandro Diaferia, São Paulo, 04 de maio de 2020).

3.3. Terceira tese: a anistia concedida pela Lei n. 6.683/79 incide nos crimes contra a humanidade

A jurisprudência majoritária nacional ainda entende que a anistia concedida pela Lei 6.683/79 (Lei de Anistia) incide nos crimes perpetrados por agentes de Estado no contexto da ditadura militar (mesmo em casos de crimes contra a humanidade). Dentre os argumentos que sustentam tal tese, destaca-se o entendimento de que a anistia seria uma causa extintiva de punibilidade. A Lei de Anistia brasileira teria, nesse sentido, produzido a extinção da punibilidade dos fatos ocorridos no período da ditadura militar ou, nas palavras utilizadas por algumas das decisões judiciais, o "esquecimento jurídico do ilícito"[7].

Isto é, a maioria dos juízos criminais que apreciaram as denúncia apresentadas entendem que, a partir da entrada em vigor da Lei de Anistia, tornou-se impossível a persecução penal de condutas atribuídas à agentes de Estado no contexto ditatorial (como assassinato, tortura e desaparecimento forçado de pessoas, por exemplo). Esgarçando ainda mais a fundamentação jurídica para o afastamento da responsabilização dos agentes de estado perpetradores de violações no contexto da ditadura militar brasileira, a jurisprudência majoritária ainda interpretação literal ao Art. 1º, caput da lei de anistia, afirmando que a extinção da punibilidade teria contemplado não apenas os crimes políticos, como também os crimes a estes conexos praticados entre 02 de setembro 1961 e 15 de

[7] *Vide* 1ª Vara Federal de São Paulo, **Ação Penal 0012647-98.2014.4.03.6181**, Decisão de rejeição da denúncia, Juiz Federal Fábio Rubem David Müzel, São Paulo, 30 set. 2014.

agosto de 1979. Prevalece, então, uma compreensão ampla acerca do que seriam os crimes conexos aos crimes políticos, de modo a incluir em seu escopo crimes comuns praticados por agentes do Estado (crimes estes que são internacionalmente qualificados como graves violações de direitos humanos ou crimes contra a humanidade).

Há ainda decisões que consideram a Lei de Anistia como um "concerto político", "pacto conciliatório"; "medida de consenso"; "pacificação social"; "acordo político"; "processo amplo e negociado"; "acordo social"; e "ponte de ouro"[8]. Os juízos sustentaram, ainda, que a Lei de Anistia seria uma espécie de "perdão para ambas as partes" e que, portanto, ao se compatibilizar e ponderar os princípios de direito internacional em consonância com os princípios e regras de direito interno, tal diploma legal deveria preponderar, posto representar um suposto acordo entre "os dois lados da disputa":

> O segundo aspecto é que a anistia é um perdão para ambas as partes, que não pode ser vista como via única, e pior do que isso, não pode ser invocada mais de 30 (trinta) anos depois, para beneficiar um dos lados, quando, na verdade, a sociedade acordou em perdoar. Aliás, assim o fez, porque ambas as partes se sentiram vítimas (os militares e os chamados 'militantes'), pois entendiam que estavam em meio a uma guerra. [...] "E finalizo dizendo que o perdão é um dos pilares de Deus para recompor as relações conturbadas do ser humano. Reabrir um caso, 43 (quarenta e três) anos depois do ocorrido sem a prova da presença física do corpo da vítima (se sequestro ou homicídio) é, no mínimo, uma atitude contrária aos interesses da sociedade brasileira que não dará bons exemplos aos mais jovens se assim o fizer, em nenhuma de suas vertentes. Para mim, tal intento nada mais é do que uma tentativa de vingança institucional. Quando o Brasil votou a Anistia não se imaginou que tempos depois haveria uma tentativa de não aplicá-la a uma das partes por motivos políticos. O Judiciário não é um órgão estritamente técnico, mas também não é um órgão puramente político, para ficar sujeito às mutações e às circunstâncias tópicas do comportamento político do País." (TRF-2, 1a Turma Especializada, ReSE 0801434-65.2013.4.02.5101, Acórdão, Relator Des. Fed. Paulo Espirito Santo, 30 de outubro de 2013).

A ADPF 153 também é reiteradamente suscitada como um dos principais fundamentos jurídicos para a aplicação da Lei de Anistia. Na referida ação – a qual atribui-se eficácia *erga omnes* e efeito vinculante aos demais órgãos do Poder Judiciário brasileiro –, o STF declarou a validade da Lei de Anistia, reconhecendo a sua recepção pela CF/88. Nesse sentido, na maioria das decisões, os magistrados se apoiam na ADPF 153 para rejeitar as denúncias oferecidas pelo MPF ou não dar provimento aos recursos em segunda instância (quando interpostos em favor do recebimento da denúncia). Os mesmos sustentam que não podem decidir de forma diferente ao que foi julgado pelo STF na referida ação, em razão da eficácia *erga omnes* e do efeito vinculante da ADPF (decorrentes do art. 10, §3º, da Lei 9.882/99).

4. DA TRANSIÇÃO INACABADA À CRISE PANDÊMICA

Essa terceira e última parte pretende desenvolver três reflexões, construídas a partir da leitura das decisões judiciais acima apresentadas. Em primeiro lugar, sustentamos que as decisões judiciais, proferidas no âmbito das ações penais que versam sobre crimes perpetrados no contexto da ditadura militar, revelam uma série de estratégias negacionistas por parte do Poder Judiciário brasileiro. Em segundo lugar, entendemos que tal análise revela a função tão necessária quanto insuficiente da responsabilização penal no âmbito do enfrentamento a discursos negacionistas e da construção de memórias socialmente compartilhadas. Por fim, compreendemos que o estudo das referidas decisões do Poder Judiciário revelam conexões importantes entre as lacunas transicionais e a gestão desumana da pandemia da COVID-19 no Brasil.

---

[8] Ver, como exemplo, TRF-3, 11a Turma, **Rese 0011528-34.2016.4.03.6181**, Acórdão, Relator Des. Fed. José Lunardelli, São Paulo, 22 de janeiro de 2019.

Sobre o primeiro ponto, identificamos, à luz do "inventário de negações" (COHEN, 2008, p. 77), proposto por Stanley Cohen, formas de negação não apenas da responsabilidade dos agentes de Estado, como também das próprias vítimas (por vezes, sequer consideradas sujeito de direitos)[9]. O discurso oficial, por meio do Poder Judiciário, opera sobretudo através de uma espécie de "negação interpretativa", por meio da qual nega a violência pretérita através da recusa de lhe dar um nome e uma interpretação jurídica. Os fatos históricos – assassinatos, estupros, desaparecimentos forçados, torturas, dentre outros – não recebem a necessária tradução jurídica nem como crimes tipificados internamente, nem como uma grave violação de direitos humanos ou um crime contra a humanidade.

Com efeito, são três as principais estratégias negacionistas identificadas. A primeira consistiu na recusa do Poder Judiciário de dar nome à violência pretérita, ao defender majoritariamente a tese de que a categoria de crime contra a humanidade não pode ser empregada para qualificar os crimes perpetrados por agentes de Estado no período ditatorial. Interessante notar que o Poder Judiciário utilizou-se não somente de argumentos jurídicos contrários ao DIDH, como também atuou por meio de eufemismos e "comparações vantajosas" (COHEN, 2008, p. 111). Algumas decisões judiciais, apontadas acima, trouxeram, por exemplo, dados numéricos da violência de Estado no presente ou mesmo compararam o contexto ditatorial brasileiro com genocídios ocorridos em outros países, a fim de unicamente legitimar e naturalizar a violência de Estado perpetrada no contexto ditatorial como algo supostamente "menos grave". A segunda estratégia consistiu na inserção da violência de Estado em um passado juridicamente inalcançável, em razão da defesa pela jurisprudência majoritária da tese da prescrição dos crimes de Estado perpetrados por agentes de Estado no contexto ditatorial. Já a terceira estratégia consistiu, por sua vez, na imposição do "esquecimento jurídico do ilícito", na medida em que o Poder Judiciário brasileiro, ao reforçar a validade da Lei de Anistia, estabeleceu que as condutas praticadas no período da ditadura – por mais reprováveis que possam ser – não poderão ser criminalmente analisadas.

Sobre a segunda reflexão, é preciso dizer que o Poder Judiciário em geral, e a justiça penal em especial, cumpre um papel importante, ainda que limitado, no processo de construção de uma memória coletiva compartilhada sobre a "violência intolerável" (IMBLEAU, 2004, p. 177). Quando tais órgãos concluem que graves violações de direitos humanos foram perpetradas durante regimes autoritários e reconhecem que vítimas foram torturadas, mortas, forçosamente desaparecidas ou ilegalmente presas, produzem o que podemos chamar por "verdades", cuja função central é estabelecer algum nível de consenso político sobre a violência intolerável. São verdades que podem vir a contribuir para um registro histórico e jurídico dos crimes pretéritos, para a reparação das vítimas e para a construção de uma memória socialmente compartilhada e minimamente estável sobre o passado violento.

Por um lado, o Poder Judiciário cumpre uma função importante ao realizar uma espécie de tradução jurídica da violência e dos traumas vivenciados por uma sociedade, seja através do processo ou da própria sentença, por exemplo. O reconhecimento jurídico da violência – realizado por meio de conceitos como crime contra a humanidade – é fundamental para o combate a discursos negacionistas e para a construção de uma memória socialmente compartilhada sobre a violência pretérita. E, nesse sentido, destaca Ignatieff, a justiça penal formal costuma ser uma esfera considerada mais eficaz em afastar posturas negacionistas precisamente porque confere legitimidade probatória a fatos anteriormente negados (IGNATIEFF, 1996, p. 113).

Por outro lado, contudo, a responsabilização penal, embora necessária, nunca é nem jamais será suficiente para a construção de uma memória compartilhada sobre a "violência intolerável".

[9] Um exemplo emblemático é a decisão de rejeição da denúncia do caso de Inês Etienne, na qual o magistrado concluiu sua fundamentação sugerindo que Inês Etienne não seria digna da proteção dos direitos humanos. Vide: 1ª Vara Federal de Petrópolis, **Ação Penal 0170716-17.2016.4.02.5106**, Decisão de rejeição da denúncia, Rio de Janeiro, 6 de março de 2017.

As memórias sobre períodos de violência estão em constante conflito. Nesse sentido, o Poder Judiciário pode e deve contribuir para a construção desse "consenso mínimo da violência intolerável em uma sociedade", mas sua atuação deve ser pensada em conjunto com um arcabouço muito mais amplo para dar suporte às memórias. A estabilidade da memória sobre a violência pretérita depende necessariamente de uma série de arcabouços e suportes materiais, bem como de um trabalho ativo de recordação, perpassando desde as lutas sociais e a implementação de políticas de memória, até o reconhecimento oficial da violência nas diferentes instâncias do Estado brasileiro.

Por fim, nossa terceira e última reflexão busca relacionar as lacunas da justiça de transição brasileira – sobretudo do ponto de vista da responsabilização penal de agentes do Estado – ao contexto atual da pandemia da Covid-19. Trata-se de uma reflexão em construção que não pretende encerrar o diálogo ou apontar qualquer diagnóstico fechado sobre este tema. Sabemos que ainda há muito a ser investigado e analisado a respeito da gestão desumana da pandemia no Brasil[10](VENTURA et. al., 2021, p.2206-2257). Além disso, é preciso apontar que traçar tal relação não implica estabelecer conexões simplistas e pré-determinadas de causa e efeito entre o passado (ditatorial) e o presente (pandêmico). Implica, mais precisamente, reconhecer continuidades, interrupções e reconfigurações da violência de Estado.

À luz das considerações da professora Deisy Ventura, sustentamos que a atual gestão da pandemia no Brasil – qualificada como um crime contra a humanidade pela referida autora (VENTURA et. al., 2021, p.2206-2257) – é também um problema de memória, verdade, justiça e reparação[11]. E isso sobretudo por duas razões. Primeiramente, foi através de estratégias negacionistas, como aquelas ainda hoje operadas pelo Poder Judiciário brasileiro, que se reabilitou na esfera pública e na política, agentes de Estado (como integrantes das Forças Militares) envolvidos na prática de graves violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade. Não é um acaso o fato de assistirmos mais recentemente a um processo de militarização da política no Brasil, processo esse que atingiu contornos extremamente críticos no contexto da gestão da pandemia da COVID-19.

Em segundo lugar, é preciso dizer que um dos processos político-jurídicos que permitiram que o Estado brasileiro adotasse uma política oficial e deliberada de "imunidade de rebanho por contágio", responsável pela morte de milhares de pessoas, sem qualquer forma de responsabilização posterior, foi precisamente a ausência de responsabilização no âmbito da justiça de transição brasileira. Como bem aponta Deisy Ventura, o fato de agentes oficiais anunciarem publicamente tal estratégia, não voltarem atrás e não serem responsabilizados por isso só é possível quando pensado à luz das lacunas de nosso processo de justiça de transição[12]. Esta afirmativa, é preciso esclarecer, não implica traçar um vínculo de causalidade imediata entre a violência da ditadura e a do presente, discurso que tende a ignorar, por exemplo, a herança colonial e escravocrata da sociedade brasileira e a desconsiderar inúmeras rupturas e reconfigurações da repressão do Estado brasileiro, que mata e tortura mais hoje do que durante o regime militar. Trata-se, na verdade, de compreender que as disputas em torno da memória e da verdade do passado ditatorial não perderam seu sentido de existência na realidade brasileira atual. Ao contrário, revelam-se de fundamental importância para compreendermos a gestão desumana da pandemia da COVID-19, bem como muitas de suas graves consequências.

---

[10] A título informativo, consultar os relatórios e informes produzidos pelo Observatório de Direitos Humanos - Crise e Covid-19, que trazem dados e números inéditos sobre a gestão da pandemia no Brasil, disponíveis em: https://observadhecovid.org.br/pesquisas/. Acesso em: 19 nov. 2021.

[11] As considerações referenciadas da professora Deisy Ventura podem ser acessadas em DEPARTAMENTO DE DIREITO DA PUC-Rio. **Debates sobre Memória, Verdade e Justiça:** Estados de negação. 22 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KlR47t5sSG4. Acesso em: 10 out. 2021.

[12] As considerações referenciadas da professora Deisy Ventura podem ser acessadas em DEPARTAMENTO DE DIREITO DA PUC-Rio. **Debates sobre Memória, Verdade e Justiça:** Estados de negação. 22 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KlR47t5sSG4. Acesso em: 10 out. 2021.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da responsabilização penal no âmbito do processo de judicialização da Justiça de Transição brasileira revela que o Poder Judiciário nacional encontra-se em patente violação às normativas e entendimentos jurisprudenciais do DIDH, especialmente no que se refere a não aplicação do conceito de crimes contra a humanidade para caracterizar as violações perpetradas por agentes de Estado ao longo da ditadura militar brasileira. Por conseguinte, o judiciário nacional também encontra-se em mora por desconsiderar as consequências jurídicas suscitadas por tal categoria, quais sejam: a imprescritibilidade dos crimes perpetrados e a impossibilidade de aplicação da lei de anistia para a promoção da desresponsabilização dos agentes perpetradores das violações. Deste modo, a conduta do judiciário, frisa-se, atenta expressamente contra as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos nos casos Araguaia e Herzog[13].

A atuação do Poder Judiciário, além de caminhar em direção oposta ao DIDH, expõe algumas das principais lacunas da justiça de transição brasileira, lacunas essas que falam não somente do passado ditatorial, mas sobretudo da violência de Estado no presente. Este artigo, ao se debruçar sobre as decisões judiciais proferidas nas ações penais oferecidas contra agentes de Estado responsáveis por crimes no contexto ditatorial, pretendeu demonstrar, por um lado, a problemática e insuficiente atuação do Poder Judiciário, incapaz de combater discursos negacionistas e contribuir para a construção de memórias compartilhadas sobre a violência pretérita. Por outro lado, buscou refletir sobre a relação entre a atual gestão da pandemia no Brasil e a ausência de um processo de acerto de contas com o passado violento, concluindo que a pandemia é também um problema de justiça de transição.

REFERÊNCIAS

COHEN, Stanley. **States of denial:** knowing about atrocities and suffering. Cambridge, UK; Malden, MA. Polity Press, 2008.

CORTE IDH. **Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile**. Sentença de 26 de setembro de 2006

CORTE IDH. **Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010.

CORTE IDH. **Caso Herzog e outros Vs. Brasil**. Sentença de 15 de março de 2018.

DEPARTAMENTO DE DIREITO DA PUC-Rio. **Debates sobre Memória, Verdade e Justiça: Estados de negação**. 22 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KlR47t5sSG4. Acesso em: 10 out. 2021.

GEP-SIDH/NDH(PUC-RIO). **A judicialização da Justiça de Transição no Brasil e o uso do conceito de crime contra a humanidade:** Uma análise empírica das ações penais oferecidas pelo Grupo de Trabalho Justiça de Transição do Ministério Público Federal por crimes perpetrados por agentes de Estado no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Relatório de

[13] "Em ambas as sentenças, a Corte IDH declarou que o Estado brasileiro era responsável pela violação de direitos humanos das vítimas, em razão da aplicação da Lei de Anistia e de outras excludentes de responsabilidade proibidas pelo Direito Internacional em casos de graves violações de direitos humanos ou crimes contra a humanidade perpetrados no período da ditadura militar, tendo determinado que o Estado tem o dever de conduzir eficazmente, perante a jurisdição interna, a investigação dos fatos e a responsabilização penal dos agentes envolvidos em crimes durante a ditadura." em GEP-SIDH/NDH(PUC-RIO). **A judicialização da Justiça de Transição no Brasil e o uso do conceito de crime contra a humanidade:** Uma análise empírica das ações penais oferecidas pelo Grupo de Trabalho Justiça de Transição do Ministério Público Federal por crimes perpetrados por agentes de Estado no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Relatório de pesquisa, Julho 2021. Disponível em: https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/08/Relato%CC%81rio-de-Pesquisa-A-Judicializac%CC%A7a%CC%83o-da-justic%CC%A7a-de-transic%CC%A7a%CC%83o-no-Brasil-e-o-uso-do-conceito-de-crime-contra-a-humanidade.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

pesquisa, Julho 2021. Disponível em: https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/08/Relato%CC%81rio-de-Pesquisa-A-Judicializac%CC%A7a%CC%83o-da-justic%CC%A7a-de-transic%CC%A7a%CC%83o-no-Brasil-e-o-uso-do-conceito-de-crime-contra-a-humanidade.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

IGNATIEFF, Michael. **Articles of faith**, Wounded Nations: overview, 1996.

IMBLEAU, Martin. Initial truth establishment by transitional bodies and the fight against denial, in: SCHABAS, William; SHANE, Darcy. **Truth commissions and courts:** the tension between criminal justice and the search for truth, Criminal Law Forum, Dordrecht, 2004.

OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS - CRISE E COVID-19. **Pesquisas e Informes**. Disponível em: https://observadhecovid.org.br/pesquisas/. Acesso em: 19 nov. 2021.

VENTURA, Deisy; PERRONE-MOISÉS, Cláudia; MARTIN-CHENUT, Katia. Pandemia e crimes contra a humanidade: o "caráter desumano" da gestão da catástrofe sanitária no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 3, 2021.

DIREITO AO ESQUECIMENTO: O FANTASMA DA CENSURA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Jamilla Monteiro Sarkis[1]

Paola Alcântara Lima Dumont[2]

1. INTRODUÇÃO

> "Brasil, 1958.
>
> A indústria automobilística lança o primeiro carro.
>
> João Gilberto grava o primeiro disco. Nasce a Bossa Nova.
>
> O povo se diverte com as chanchadas da Atlântida.
>
> Adalgisa Colombo vence o concurso Miss Brasil.
>
> A tenista Maria Esther Bueno vence o Torneio de Wimbledon.
>
> O país está feliz.
>
> 29 de junho, Rua Miguel Lemos. Um grupo de jovens torce pela seleção brasileira na final da Copa do Mundo. [...] O Brasil vence a Suécia por 5 a 2 e, pela primeira vez, é campeão mundial de futebol.
>
> 15 dias depois da festa da vitória, uma tragédia choca o país.
>
> Uma jovem de 18 anos é jogada de um prédio em Copacabana.
>
> O nome dela: Aida Curi.[3]"

As palavras acima transcritas são narradas nos primeiros minutos do programa "Linha Direta Justiça", exibido pela Rede Globo em 2004. O quadro era transmitido mensalmente pela emissora carioca, com reconstituições e entrevistas sobre crimes de grande repercussão nacional.

Em um dos seus episódios, o jornalístico dedicou-se a reviver o homicídio de Aida Curi, jogada do décimo segundo andar de um prédio depois de ter sido estuprada e torturada por três homens.

[1] Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), com bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora Adjunta do Instituo Brasileiro de Ciências Criminais em Minas Gerais (IBCCRIM). Professora do Centro Universitário Estácio em Belo Horizonte. Advogada Penalista. Currículo *Lattes:* http://lattes.cnpq.br/5715311540839235. *E-mail:* jamilla.sarkis@gmail.com.

[2] Mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Especialista em Direito Penal Econômico pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e em Ciências Criminais pela Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais (ESA-MG). Currículo *Lattes:* http://lattes.cnpq.br/3952748127831088. *E-mail*: paolaa.dumont@gmail.com.

[3] O vídeo está disponível no *YouTube*: https://www.youtube.com/watch?v=-0EaMgW9-no. Acesso em: 15 nos. 2021.

Após contato para informar sobre a exibição do programa, a produção da Globo foi notificada pelos familiares da vítima, na tentativa de impedir a exibição do quadro. Em vão: o caso foi ao ar, com cenas que reconstruíam – num misto de bizarrice e mau gosto – os fatos com grande requinte de detalhes, desde a semelhança física entre a vítima e a atriz escalada para representar a jovem vítima, até os gritos ensurdecedores que invadem a tela na cena que reconstitui o lançamento de Aida Curi, do alto de um prédio em Copacabana.

Irresignados com a conduta da emissora que, especialmente tratando-se de um serviço público em concessão, não deveria lucrar com a dor daqueles que perderam seus entes queridos, os dois irmãos de Aida Curi ingressaram com ação por danos morais no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O pedido foi negado em primeira e segunda instâncias e, igualmente, julgado improcedente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

No Supremo Tribunal Federal, o caso ensejou a criação de um novo tema de Repercussão Geral (número 786), relacionado à possível aplicação de um direito da personalidade até então reconhecido no Brasil – o direito ao esquecimento - na esfera civil quando for invocado pela própria vítima ou pelos seus familiares.

O presente trabalho busca discutir um dos principais fundamentos adotados pelo Supremo Tribunal Federal na decisão que por maioria, deu razão à Globo, fixando tese no seguinte sentido de ser "incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e licitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais"[4].

Isto porque, durante o julgamento, pôde-se perceber que o direito ao esquecimento foi tratado como uma espécie de censura, capaz de colocar em risco as árduas conquistas democráticas, em especial a liberdade de expressão. Diante disso, a hipótese a ser aqui desenvolvida vai no sentido de que o histórico recente de censura e perseguição aos veículos de imprensa contribuiu para que Corte Constitucional entendesse pela prevalência do direito à informação em detrimento do direito de ser esquecido, fazendo com que a memória coletiva – entendida como componente da dignidade humana – fosse posta em oposição aos direitos da personalidade.

Pretende-se, nesse sentido, discutir se tal oposição é, de fato, necessária, ou se haveriam formas para que ambos os interesses pudessem coexistir em harmonia. Remete-se, então, o leitor ao precedente alemão conhecido como "Caso Lebach", julgado pelo Tribunal Constitucional Federal (*Bundesverfassungsgericht*) em duas diferentes ocasiões.

Para tanto, metodologia proposta, para além de uma revisão bibliográfica, se valerá da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), método trifásico que consiste *(i)* na definição de uma unidade de análise, qual seja, a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário nº 1.010.606; *(ii)* na determinação das categorias de análise, relacionadas com o direito ao esquecimento, à memória e a censura; *(iii)* na seleção de amostra do material de análise, com a colação de trechos do julgamento que se mostram relevantes para o estudo.

2. AFINAL, POR QUE LEMBRAR E QUANDO ESQUECER?

2.1. Memória como direito

A memória, como escreve Maurice Halbwachs (2006), é um fenômeno coletivo, originado a partir das relações mantidas entre os indivíduos e grupos. Exatamente por isso, o sociólogo francês defende que só é possível ao sujeito construir e acessar memórias na condição de membro de um grupo que o ultrapassa, não só em termos quantitativos, mas também qualitativos.

Como atributo coletivo, a memória é importante ferramenta na consistência de vínculos sociais, na definição indenitária e no desenvolvimento da mentalidade compartilhada por um grupo. Nesse

[4] Sobre o julgamento, veja-se: https://www.conjur.com.br/2021-fev-11/direito-esquecimento-incompativel-constituicao-stf2. Acesso em: 15 nov. 2021.

aspecto, são as lembranças o fruto de um processo coletivo, caracterizadas como reconhecimento e reconstrução. No plano do reconhecimento, as lembranças dão suporte ao sentimento daquilo que "já foi visto"; no plano da reconstrução, resgatam acontecimentos e vivências do passado para aproveitar suas experiências em circunstâncias atuais, além de destacá-los em relação a uma massa de acontecimentos.

Com efeito, apesar do resgate de fatos passados, a memória se dá no presente, recriando ficcionalmente algo que já aconteceu (VON SPERLING; GONTIJO, 2013, 112). Esse é, de acordo com Paul Ricoeur (2007), um importante fator que diferencia os homens dos animais: apenas o ser humano é capaz de sentir o tempo - seja evocar lembranças, seja ao buscar recordações.

Ao diferenciar, com base na tipologia de Ricoeur, os conceitos de lembrança e recordação, Felipe Von Sperling e Lucas Gontijo (2013, p. 112) esclarecem que as lembranças constituem simples retenções de fatos passados, enquanto as recordações buscam atribuir uma finalidade às memórias. A título de exemplo, os autores mencionam o livro "Brasil: Nunca Mais", de Paulo Evaristo Arns, escrito com o objetivo de trazer à público detalhes sobre os crimes cometidos por órgãos de repressão durante a Ditadura Militar; trata-se, pois, de uma recordação que, embora dolorosa, se fez necessária a fim de que os atos do passado jamais voltassem a se repetir – "Não se poderia esquecer para que nunca mais se acontecesse" (VON SPERLING; GONTIJO, 2013, 113).

Trazendo à tona as teorias de Halbwachs (2006) e Ricoeur (2007) sobre a memória, o que se verifica é que, dada a sua importância para a construção indenitária de um povo, a memória é "a essência do que se lembrar" (VON SPERLING; GONTIJO, 2013, 114). Como ato coletivo, a memória é carregada de intenções – e são estas que precisam ser desveladas quando se defende a prevalência das recordações sobre os direitos da personalidade: afinal, lembrar para quê? Esta é a pergunta que orienta e tonifica o tema.

2.2. Esquecimento como direito

Diferente da memória - tema tratado desde o primórdio dos tempos pelas mais diversas disciplinas, o esquecimento como direito é tema relativamente novo (VIANNA; SARKIS, 2020, p. 140) e tem sua raiz nos casos criminais[5], como parcela importante do direito das pessoas condenadas à ressocialização (SCHREIBER, 2013, 170). Sem qualquer pretensão de reescrever a história ou apagar fatos acontecidos, o direito ao esquecimento objetiva garantir a possibilidade de se discutir e regulamentar o uso dado a fatos pretéritos, principalmente a forma e a finalidade como serão lembrados e relembrados, a cada caso concreto e em ponderação com o exercício de outros direitos, como a liberdade de informação e imprensa (SCHREIBER, 2013, 171).

Em sua principal concepção, o esquecimento está atrelado à tutela da personalidade, cujos desafios se mostram cada vez mais potencializados pelos meios de comunicação e pela *internet* (LUZ; DUARTE, 2019, p. 75). Se relaciona com os direitos à privacidade, à intimidade, à imagem, ao nome, à honra e à reputação, os quais asseguram ao indivíduo o domínio sobre a essência de suas mais importantes características (DOTTI, 1980, p. 23).

Conforme explica Anderson Schreiber (2013, pp. 05-09), os direitos da personalidade enfrentaram muita resistência ao longo da história; inicialmente, em decorrência do pensamento liberal e, depois, pela falta de consensos e definições sobre suas características. Na experiência jurídica

[5] O primeiro caso no qual o direito ao esquecimento for reconhecido ocorreu na Califórnia, no início da década de 1930: "No ano de 1931, o caso Melvin versus Reid traçou as silhuetas e o conteúdo do que hoje se entende por direito ao esqueci-mento. Nele, Gabrielle Melvin ajuizou ação em face de Dorothy Reid após aprodução e o lançamento do filme "The Red Kimono", baseado na vida de Mel-vin, uma ex-prostituta que havia sido absolvida, em 1918, da acusação de homi-cídio que vitimara um de seus clientes Naquela oportunidade, a Corte reconheceu os danos causados pela divul-gação do filme que retratava o passado de Melvin, garantindo a ela o "direito àfelicidade" e de viver plenamente a sua vida sem quaisquer tipos de interferênciasou ataques contra seu passado" (VIANNA; SARKIS, 2020, p. 140).

contemporânea, ganham protagonismo somente quando reconhecida a importância da dignidade da pessoa humana.

E, com o direito ao esquecimento, a resistência não tem sido pouca. A partir de uma análise perfunctória de sua importância na perspectiva democrática, o esquecimento tem sido desprezado quando em conflito com a liberdade de imprensa ou o direito à informação (VIANNA; SARKIS, 2020, 144), em exercício de ponderação principiológica tão simplista que embasbacaria até o próprio Robert Alexy.

O problema, todavia, não pode ser encarado pela perspectiva do confronto intransigente entre público e privado. E é por isso que a doutrina tem proposto certos critérios para solucionar, concretamente, casos nos quais o direito ao esquecimento se relaciona com o interesse coletivo. Pablo Martinez (2014) relaciona três deles: o primeiro, vinculado ao caráter público das pessoas envolvidas ou do local dos fatos; o segundo, atrelado à ocorrência de crimes; o terceiro, associado à importância histórica.

Nenhum destes critérios está imune a críticas (VIANNA; SARKIS, 2020, p. 146), mas – pelo menos – poderiam parametrizar a tomada de decisões em casos difíceis relacionados ao direito ao esquecimento. Para o Supremo Tribunal Federal, porém, todos foram afastados: entendeu-se que o esquecimento, por si, seria premissa incompatível com o Estado de Direito.

3. RECORDAR PARA NUNCA ESQUECER: A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Em março de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o Recurso Extraordinário nº 1.010.606, cujo objetivo principal versava sobre o (não) reconhecimento do esquecimento como direito. O acórdão foi prolatado, por maioria, nos termos do voto do Ministro Relator José Antonio Dias Toffoli, vencidos ministros Kassio Nunes Marques, Edson Fachin e Gilmar Mendes[6].

A decisão, prolatada mais de 16 anos depois dos fatos que deram origem ao processo, manteve o entendimento das instâncias inferiores no sentido de que os familiares vivos de Aida Curi não sofreram danos morais com a exibição do programa "Linha Direta Justiça". Contudo, a leitura do acórdão, em seu inteiro teor, deixa claro que a Corte Constitucional inovou[7] ao definir o direito ao esquecimento como incompatível com o Estado Democrático de Direito: a uma, por falta de previsão expressa na Constituição da República de 1988 e/ou na legislação infraconstitucional; a duas, porque restringe, de modo constitucionalmente ilegítimo, as liberdades fundamentais de expressão e de informação.

Para este trabalho, a discussão deve refletir sobre o segundo fundamento adotado pela Corte. Até porque, a bem da verdade, o fato de não haver previsão expressa no texto constitucional ou infraconstitucional[8] deixou de ser problema para o Supremo Tribunal Federal em outras circunstâncias. Cita-se, aqui, a mais recente, que equiparou o crime de injúria racial ao crime de racismo[9] para fins de imprescritibilidade e inafiançabilidade mesmo quando a Constituição é clara ao atribuir tais características somente a este.

No caso do direito ao esquecimento, o que chama a atenção é o argumento utilizado pelo Tribunal Federal para defender que, quando em conflito com direitos da personalidade, sempre devem prevalecer as liberdades de expressão e informação – estas, sim, absolutizadas. Para a maioria

---

[6] A íntegra do acórdão está disponível em: https://bit.ly/3ALQ4QX. Acesso em: 17 nov. 2021.

[7] Fala-se em inovação porque o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o próprio caso Aida Curi, reconheceu a existência do direito ao esquecimento, limitando sua negativa à aplicação concreta por entender que os fatos estariam sob domínio público. Nesse sentido, veja-se. Acórdão disponível em: https://bit.ly/3nyZawp. Acesso em: 17 nov. 2021.

[8] Para refutar a tese de que o ordenamento jurídico infraconstitucional não reconhece o direito ao esquecimento, Ingo Wolfgang Sarlet e Arthur Ferreira Neto (2019), mencionam os artigos 748 do Código de Processo Penal, 202 da Lei de Execuções Penais, 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente, 43 do Código de Defesa do Consumidor e 3º do Marco Civil da Internet.

[9] A íntegra do acórdão está disponível em: https://bit.ly/30Gi6k3. Acesso em: 17 nov. 2021.

do colegiado, a grande repercussão do crime que vitimou Aida Curi torna-o fato histórico, sendo que a passagem do tempo não poderia obstar sua divulgação.

Haveria, portanto, um direito puro à memória, cuja exploração por parte da imprensa não poderia ser impedida, vez que violadora do direito à livre expressão e da liberdade de informação. Mais que isso, o esquecimento – motivado por dores individuais – jamais poderia sacrificar o direito coletivo à memória.

A construção do raciocínio por parte do Supremo Tribunal deriva do conceito de Maurice Halbwachs, para quem a memória seria elemento integrante da sociedade e fundamental para a sua construção histórica e identitária:

> Contar e recontar narrativas sobre o passado está relacionado à própria noção de identidade e coesão das sociedades humanas. Sem risco de errar, pode-se dizer que o interesse em histórias trágicas é um traço universal das sociedades humanas. Isso porque essas histórias nos colocam em contato, ainda que por meio de narrativas de ruptura, com valores fundacionais das sociedades humanas, com a tessitura da nossa identidade coletiva: a crença compartilhada em valores como a busca por justiça, a misericórdia, a indignação e a perplexidade em face da crueldade e da brutalidade. Estudos sobre a inter-relação entre memória individual e memória coletiva revelam que "*nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos*"[10].

A partir disso, depreende-se que o direito ao esquecimento não permite "transformar a realidade em virtude do transcurso do tempo, simplesmente apagando o acesso à memória coletiva de fatos concretos e reais que ocorreram"[11]. Assim como o passado, as memórias coletivas seriam indeléveis, posto que partes indissociáveis da sociedade.

Essa proteção à memória coletiva e à sua recordação (na expressão de Ricoeur) pela imprensa, ainda que por tempo indeterminado, tem razão de ser. Se constrói, objetivamente, diante do cenário constitucional brasileiro de recente democratização. Como notou Daniel Sarmento, "[u]ma das características mais nefastas do regime autoritário, da qual o constituinte quis se desvencilhar, foi o desprezo às liberdades comunicativas" e, até por isso, "[a]s liberdades de expressão e de imprensa receberam proteção especialmente reforçada" no texto da Constituição.

O fantasma da censura, acorrentado às décadas de regime ditatorial altamente repressivo e autoritário vividas pelo Brasil, assombrou também o Supremo Tribunal. Em letras negritadas, com máximo destaque para a relevância da afirmação, o voto condutor do acórdão, prolatado pelo Ministro Relator, registra:

> [D]eve-se priorizar: o complemento da informação, em vez de sua exclusão; a retificação de um dado, em vez de sua ocultação; o direito de resposta, em lugar da proibição ao posicionamento; o impulso ao desenvolvimento moral da sociedade, em substituição ao fomento às neblinas históricas ou sociais. Máxime em sistemas jurídicos com acanhada tradição democrática, essa ordem de precedência deve ser observada[12].

Em outro trecho, do acórdão, a Ministra Cármen Lúcia é ainda mais direta ao comparar o direito ao esquecimento com a censura. Em referência à música "Aquarela do Brasil", composta por Ary Barroso em 1939, afirma que "Oitenta e dois anos depois, alguém me pede que feche a cortina do passado"[13]. Além disso, a Ministra define o direito ao esquecimento como um "desaforo jurídico" para a sua geração, que lutou pelo direito da população de conhecer e lembrar do seu passado:

> Em um País de triste desmemória como o nosso, Presidente e Senhores Ministros, discutir e julgar o esquecimento, como direito fundamental, no sentido aqui adotado, de alguém

[10] Página 174 do Acórdão, com extrato do voto da Ministra Rosa Weber.
[11] Página 131 do Acórdão, com extrato do voto do Ministro Alexandre de Moraes.
[12] Página 83 do Acórdão, com extrato do voto do Ministro Dias Toffoli.
[13] Página 209 do Acórdão, com extrato do voto da Ministra Cármen Lúcia.

> poder impor silêncio ou até segredo de fato ou ato que poderia ser de interesse público, que é de relevância pública, pareceria - se existisse essa categoria no Direito, e não existe - um desaforo jurídico para minha geração, porque o Brasil é um país pelo qual a minha geração lutou pelo direito de lembrar. [...] Lutamos, no Brasil, pelo direito de lembrar, lembrar até para esquecer, para refazer a história, reconstruir, para não mais permitir, a partir do observado, sabido e experimentado, o que tenha sido cruel, desventuroso, humanamente impróprio[14].

Aqui, novamente, o conceito do direito à memória coletiva, como parte integrante da história de um povo, surge para afastar o direito individual ao esquecimento – este, visto como se forma de censura fosse, nos mesmos moldes daqueles atos que outrora impediam a livre manifestação dos cidadãos.

O que se percebe, a partir da amostragem representativa do julgado aqui analisado, é que o Supremo Tribunal Federal deixou de reconhecer o esquecimento como direito constitucional, relacionado aos demais direitos da personalidade, por relacioná-lo à repressão que o Brasil enfrentou no regime ditatorial, cujas marcas sangrentas continuam a manchar a história e a identidade do país.

4. A MEMÓRIA DO QUÊ E O ESQUECIMENTO DE QUEM

Toda repulsa à censura é legítima. Negar o passado significa perpetuá-lo, com todos seus erros e danos: jamais se pode cogitar reescrever a história.

O direito ao esquecimento, todavia, não deve ser, necessariamente, catalisador para censuras, negações ou remendos da memória coletiva. Diferente daquilo que decidiu o Supremo Tribunal Federal, parece ser possível coexistir, em uma mesma esfera de direitos, o esquecimento com as liberdades de informação e expressão que trazem à tona fatos do passado.

É o que evidencia a experiência alemã, país em que o direito ao esquecimento tem recebido destaque desde a década de 1970 – menos de 30 anos após a queda do Terceiro Reich, do qual se destaca, entre outras características, o forte apelo à censura, na ocasião controlada pelo Ministro Joseph Goebbels (OLIVEIRA; CASTRO, 2015, p. 126). Em 1973, chegava ao Tribunal Constitucional Federal (*Bundesverfassungsgericht*) a primeira versão do caso Lebach.

Em 1969, o pequeno povoado de Lebach, no oeste da República Federal da Alemanha, foi surpreendido com o violento latrocínio ocorrido em um depósito de armas, cujas vítimas fatais foram dois soldados que vigiavam o local. No ano seguinte, os dois principais acusados pelo crime foram condenados à prisão perpétua e um terceiro acusado foi condenado a seis anos de prisão, diante de sua participação limitada aos atos preparatórios.

Anos depois, na iminência da soltura do terceiro acusado – que já havia cumprido sua pena - a emissora de televisão ZDF, em razão da grande comoção pública que circundava o caso, produziu um documentário sobre o crime. No programa, seriam exibidos nomes e fotos dos acusados, bem como feita uma reconstituição do crime e da vida pessoal dos envolvidos, inclusive abordando supostas relações amorosas entre eles.

Prestes a retomar sua vida em liberdade, o terceiro acusado pleiteou em juízo uma liminar para impedir a transmissão do programa, ao argumento de que o referido documentário lesaria seus direitos de personalidade e dificultaria sua ressocialização. O Tribunal Estadual de Mainz e, em seguida, o Tribunal Superior de Koblenz, não acolheram o pedido, entendendo que o requerente havia se tornado uma personalidade da história recente do país em função da sua participação no crime.

Cuidava-se, pois, de um conflito entre a liberdade de imprensa e os direitos de personalidade. Foi interposto Recurso Constitucional, chegando a Corte Superior à conclusão de que, apesar de a divulgação de noticias sobre crimes graves ser do interesse de informação da opinião pública, deveria prevalecer no caso concreto a proteção da personalidade e o direito à ressocialização. Como consequência, o Tribunal decidiu proibir a exibição documentário.

[14] Páginas 209-210 do Acórdão, com extrato do voto da Ministra Cármen Lúcia.

O julgamento do caso Lebach transformou-se em verdadeiro paradigma, tanto por versar sobre o direito ao esquecimento, quanto por adotar como metodologia de decisão a ponderação, realizada de acordo com a situação concreta (ALEXY, 1993, p. 98). Já os fatos delituosos, naturalmente, caíram no esquecimento. Pelo menos, até 1996.

Décadas depois do crime, outro canal de televisão – SAT 1 – produziu uma série de reportagens sobre crimes de grande repercussão nacional, sendo que um dos programas teria como objeto o latrocínio ocorrido em Lebach. Diferente da primeira oportunidade, a emissora SAT 1 foi mais cuidadosa com a produção do jornalístico: alterou o nome dos condenados pelo crime e das vítimas, além de ter preservado suas imagens.

Novamente, o terceiro acusado pelo crime – anos depois de cumprir sua pena – se opôs à exibição do programa. A alteração do contexto fático, porém, fez com que o Tribunal Constitucional entendesse pela ausência de violação aos direitos de personalidade, ao argumento de que não se verificaram ameaças ao livre desenvolvimento do indivíduo ou prejuízos à sua ressocialização.

Apesar de, à primeira vista, soarem contraditórias, as duas decisões lavradas pelo Tribunal alemão são coesas entre si. Em ambos os julgamentos, prevaleceram os direitos da personalidade sobre as liberdades de informação e expressão. A diferença está em um ponto que, para a matéria do direito ao esquecimento, é sepulcral: aquilo que pode ser objeto de recordação para a memória coletiva.

De fato, em Lebach I e Lebach II, o *Bundesverfassungsgericht* promoveu a tutela dos direitos individuais. Da primeira vez, ao impedir a exibição do programa televisivo; na segunda, ao permitir a exibição sem menção a nomes ou utilização de imagens. A diferença, efetivamente, está no objeto do direito ao esquecimento, que não recai sobre os fatos criminosos em si, mas sobre o contexto e as pessoas envolvidas.

O direito à memória coletiva foi assegurado, de forma irrestrita, pela informação veiculada sobre os fatos criminosos. De idêntico modo, os direitos da personalidade foram garantidos, a partir da omissão de informações pessoais dos envolvidos.

Como corolário dos direitos da personalidade, o esquecimento não pode ser visto em conflito com as liberdades informativas ou expressivas. É possível recordar de fatos, sem menção às pessoas envolvidas.

Assim como o documentário sobre o crime de Lebach foi exibido na Alemanha, o programa "Linha Direta Justiça" poderia ter sido exibido pela Rede Globo sem qualquer violação aos direitos das pessoas envolvidas. A mesma história poderia ter sido contada sem que fotos de Aida Curi e seus familiares fossem mostradas em rede nacional, sem que a cena em que a jovem é brutalmente assassinada fosse reproduzida em detalhes, sem que os gritos e dores da vítima fossem novamente sentidos por seus familiares.

A censura, como limitadora da memória coletiva, não se mostra presente no caso Lebach ou no caso Aida Curi. Impor limites à imprensa, quando o assunto são casos reais, não prejudica a finalidade da memória e nem a formação da identidade social. Pelo contrário, não há reafirmação democrática mais intensa que aquela garantidora dos direitos individuais.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar o conteúdo da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento que rejeitou o direito ao esquecimento e afirmou sua incompatibilidade com a Constituição da República de 1988. Em especial, pretendeu compreender o motivo pelo qual o esquecimento, como corolário dos direitos da personalidade, teve negada a sua vigência no caso Aida Curi, a ponto de ser extirpado do ordenamento jurídico brasileiro.

O que se verificou, nesse contexto, foi que a Suprema Corte brasileira compreendeu o direito ao esquecimento como projetor da censura e, consequentemente, em oposição às liberdades de informação e imprensa. Ao invés de se consagrar como elemento da personalidade, o esquecimento foi alçado à posição antagônica – potencializadora da violação de direitos fundamentais.

A construção do julgado, por sua vez, é esclarecedora naquilo que se refere aos motivos pelos quais o esquecimento deixou de ser direito para tornar-se inconstitucional: para a maioria do Tribunal, o direito à memória coletiva – conquista árdua e recente - deveria prevalecer sobre qualquer outro.

Aqui, objetivou-se demonstrar que o extremo do raciocínio não se sustenta democraticamente. Partindo do conceito de memória coletiva como elemento formador da identidade social (HALBWACHS) e da recordação como forma de se atribuir uma finalidade à memória (RICOEUR), demonstrou-se que o esquecimento não deve ser visto como uma limitação ao direito à memória, mas como uma forma de equilibrar a recordação com a personalidade daqueles indivíduos nela envolvidos.

Os precedentes alemães Lebach I e Lebach II, nesse ponto, concretizam a proposição. Evidenciam que as perguntas a serem feitas, no melhor estilo *shakespeariano*, nem sempre são "recordar ou não recordar?" ou "esquecer ou não esquecer?", mas sim "recordar de quê e esquecer de quem?". Mostram, ainda, que ao contrário da narrativa consignada pelo Supremo Tribunal, o esquecimento não está sempre em conflito com as liberdades de informação e imprensa, podendo ser equilibrados - de modo a permitir a difusão da informação sem, necessariamente, agredir direitos da personalidade das pessoas mencionadas.

Conquanto a censura – como limitadora das liberdades de informação e imprensa – seja sempre indigna e antidemocrática, o direito ao esquecimento não pode ser com ela confundido. Os fantasmas da repressão e do autoritarismo assombram e assombrarão o ordenamento jurídico brasileiro por muitos anos – efeito natural da trágica ditadura militar, cuja recente ascensão ao Estado de Direito ainda não é capaz de superar. Não devem, todavia, servir como mote para afastar direitos individuais que não colocam em risco a memória coletiva e a garantia social de recordação.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

BARDIN. Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

DOTTI, René Ariel. *Proteção da vida privada e liberdade de informação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LUZ, Aleff Schmid da; DUARTE, Bruno Ferreira Montenegro. O direito ao esquecimento como limitação à liberdade de expressão. *Brazilian Applied Science Review*, 2019.

MARTINEZ, Pablo Dominguez. *Direito ao esquecimento*: proteção da memória individual na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2014.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes; CASTRO, Jetur Lima de. Enfoques da revolução francesa, nazismo e ditadura militar no Brasil: repressão e censura à informação. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação*, 2015.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang e NETO, Arthur Ferreira. *O direito ao "esquecimento" na sociedade da informação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018

SARMENTO, Daniel. Liberdades Comunicativas e "Direito ao Esquecimento" na ordem constitucional brasileira. Parecer Jurídico. *Revista Brasileira de Direito Civil*, 2016.

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da personalidade*. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

VIANNA, Túlio; SARKIS, Jamilla Monteiro. Direito ao esquecimento em casos criminais. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, 2020.

VON SPERLING, Felipe Campos; GONTIJO, Lucas de Alvarenga. A dialética das tradições que fundamentam o direito: estudo sobre a memória e justiça de. *Duc In Altum*, 2013.

DIREITO, COLONIALIDADE E A DISTOPIA PARRESÍASTICA: A NEUTRALIZAÇÃO DISCURSIVA DAS CONTRA-NARRATIVAS DO DIREITO DE FALA DO POVO PRETO

Isadora de Oliveira Costa e Silva[1]

Joaquim Leonardo Lopes Louzada de Freitas[2]

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem a pretensão de condicionar uma vertente analítica das questões controvertidas que versam sobre a universalidade, da tradição político-filosófica ocidental que (re) constrói, regularmente, a racionalidade colonial. Racionalidade esta, que através de seus consectários-lógicos inviabiliza o exercício da parresía pelo povo preto brasileiro. Desse modo, pretende-se, então, expor a construção racializada e a performatividade do direito hegemônico brasileiro que sanciona instrumentos estratégicos de dominação. Estes, viabilizadores da contínua condição subalternização dos corpos pretos, impossibilitando o direito de fala no âmbito social e político-jurídico, além da insurreição de saberes e poderes ancestrais pretos na realidade material e simbólica.

A partir da realidade brasileira, base analítica determinante deste artigo, o intuito é de desnudar como as teorias eurocêntricas dão subsídios para a difusão de uma uni-racionalidade colonial e a subjetivação de verdades anti-plurais, que institui procedimentos jurídicos-sistêmicos epistemicidas. Ademais, com a memória seletiva do sistema-mundo-moderno-colonial conceberam-se aparatos ideológicos-hegemônicos que inibem uma efetiva justiça de transição e, concomitantemente, redirecionam o projeto universalizado de subjetivação da branquitude. Isto posto, são suprimidos os direitos humanos e fundamentais, além de incapacitada a edificação de subjetividades, memórias e a insurreição dos povos pretos, historicamente subalternizados.

A tradição político-filosófica, sob o mito da democracia racial e edificado pela tradição colonial, sistematiza, estrutura e desenvolve técnicas discursivas para a confecção e operacionalização, na dinâmica político-jurídica, de verdades universalizadas. Além disso, distorce o exercício da parresía e, consequentemente, desestrutura as subjetividades e deslegitima os processos contra-coloniais com o intento de implicar na manutenção do status quo de dominação.

Dito isso, a tradição colonial se protrai no tempo, na medida em que a branquitude, detentora dos instrumentos dos poderes político-jurídicos, articula seus interesses hegemônicos para firmar o projeto de embranquecimento étnico-racial. Sendo assim, o Estado de Direito Democrático brasileiro é usurpado a partir da negação de direitos humanos e fundamentais com o amparo do Estado de exceção. Culmina-se, portanto, na perpetuação do apagamento das subjetividades ancestrais pretas e na construção privilegiada de um direito de fala pela branquitude que, incutida na colonialidade, produz o silenciamento dos povos pretos.

[1] Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC- MG). O enfoque das pesquisas dar-se-ão nas áreas de filosofia do direito, sociologia jurídica, direitos humanos fundamentais, democracia, interserccionalidade e decolonialidada.

[2] Graduando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). A experiência e o enfoque de pesquisa concentram-se nos campos da Colonialidade/Decolonialidade, Necropolítica, Estado de exceção, Direitos humanos e Raça.

Em conformidade com o supracitado, ressalta-se que o objetivo desse artigo é expor o caráter discriminatório do direito hegemônico brasileiro, tensionado pelo racismo estrutural, erguido através do genocídio histórico, físico e simbólico, constituído para retroalimentar a antiga Ordem racial. Expor, minuciosamente, com a filosofia crítico-decolonial, como a colonialidade interdita a efetivação dos direitos humanos e fundamentais da justiça de transição, articulando conceitos como *parresía*, discurso, tradição e subjetividade humana.

2. A DOMINAÇÃO TEÓRICO-PEDAGÓGICA E POLÍTICO-JURÍDICA COMO SUBSÍDIO À VERDADE COLONIAL E AO ATO PARRESÍASTICO

Inicialmente, o intento é proporcionar a exposição da tradição colonial e suas dominações teórico-pedagógicas que influenciam, vigorosamente, a utilização e efetivação concreta da parresía e da edificação de verdades coloniais. Em decorrência disso, a tradição colonial dilui-se no horizonte brasileiro e na utilização do discurso verdadeiro para a atuação nas organizações político-jurídicas. É inevitável refutar o subsídio epistemológico teórico-pedagógico colonial, que propicia vazão ao direito de fala. Pois, as problemáticas que circundam o discurso e o ato parresíastico na estrutura colonial de uma sociedade, tornam-se inevitavelmente, substâncias para viabilizar uma análise crítica dos campos discursivos que carregam em si, estruturas cristalizadas advindas de um processo formativo ideológico colonial.

O intuito não é desvalidar e deslegitimar os conhecimentos constituídos no centro do sistema-mundo, pois o atributo excludente de saberes e poderes tem seu pertencimento inerente ao centro global e não é tolerado na filosofia crítico-decolonial. A produção e disseminação dos discursos têm um subsídio teórico-ideológico, visto que a ideologia não consiste na representação da realidade, mas é, em essência, uma representação da relação que o ser social detém com a realidade material (ALMEIDA, 2021). Assim, a desconsideração sistemática das subjetividades humanas do povo preto, como estratégia ideológica da universalização das teorias eurocêntricas filosóficas e sociológicas, dissemina uma tradição colonial destrutiva, rotineiramente importada para as periferias do sistema-mundo-moderno. Por sua vez, tais estratégias têm como atributos fundamentais os saberes e poderes eurocêntricos, que dinamicamente assimilam as realidades materiais e, por fim, levam à subsunção do outro, processo institucionalizado pelo direito hegemônico, e portanto, instrumentalizam a condição humana do povo preto. Nesse contexto, serão executadas duas digressões, filosófica e sociológica, que demonstram a incorporação da tradição colonial que invade o campo da formação do discurso verdadeiro e inibe a praticabilidade do ato parresíastico, fragilizando o povo preto.

A primeira digressão dar-se-á ao campo de atuação filosófica. Com isso, é necessário explicar nesse momento, mesmo que ainda superficialmente, o que é entendido como parresía. Em suma, a parresía traduz-se no ato/fato de insurgir através da fala, pronunciar com franqueza, assumindo as consequências político-sociais e o risco sob aquilo que foi enunciado ao interlocutor. Assim, o sujeito parresiasta, habitante da realidade que lhe é proclamada, traz consigo as memórias do seu povo e, a partir da sua criação de saberes, representa a matriz da sua subjetividade através do discurso.

Refletindo sobre as dimensões do ato parresíastico, deve-se compreender como a tradição político-filosófica colonial se reafirma diante da subjetividade hegemônica, visto que

> O sábio é clarividente: vê com absoluta claridade. 'A salvação se alcança pelo conhecimento', segundo a tragédia, e por isso o oráculo socrático de 'conheça-te a ti mesmo' é tão ontológico como 'o eterno retorno do mesmo' de Nietzsche. Por fim, 'o mesmo' permanece 'o mesmo'; 'o ser é' resume toda ontologia. Diante do ser não há outra coisa a fazer senão contemplá-lo, especulá-lo, extasiar-se diante dele, afirma-lo e tragicamente permanecer na passiva autenticidade (*Eigentlichkeit*) favorável para o dominador; mortal para o dominado (DUSSEL, 1997, p. 56)

A primeira universalização encontra-se na expressão "conheça-te a ti mesmo", já que a ontologia ocidental possui a perspectiva colonial da conservação do mesmo, portanto, ao dizer "o ser é", é o ser que está enquadrado na subjetividade e na tradição colonial. Nesse contexto, é condicionado à exclusão, o modo de ser-saber-fazer preto no campo da subjetividade humana, pois as subjetividades pretas, ao demonstrarem seus aspectos plurais, impelem rasuras e ruídos à Ordem colonial. Isto posto, para exercer a parresía, no interior das engrenagens coloniais, um dos pressupostos é conter em si as condições, físicas e simbólicas, constitutivas da branquitude, nesse caso, humanidade. A segunda digressão é sociológica, a racionalização/burocratização da vida social weberiana. Em princípio, essa racionalização pressupõe uma subjetividade simbólica, considerada no imaginário colonial como impessoal. Esse processo de uma racionalização social possui alicerce na modernidade e, no âmago dessa racionalização, estão contidas as ambivalências e paradoxos sistêmicos que constituem a violência simbólica aos subjugados, afastando sua condição humana. Ao propiciar essas duas digressões, nota-se que a universalização do "conheça-te a ti mesmo" e a racionalização social weberiana, são algumas das inúmeras ideologias que dão subsídio para a construção e retroalimentação de uma tradição, que preconiza uma subjetividade derivada da uni-racionalidade e uma suposta impessoalidade. Portanto, tais aparatos-ideológicos infligirão implicações no direito brasileiro por sustentar uma práxis anti-plural e instrumental.

É nítido que a incorporação destas dominações teórico-pedagógicas são agentes que subvertem o discurso parresíastico. Os juízos de certezas, discursivamente materializados, formam um atributo predominante e fundamental na essência de funcionamento da subjetividade colonial, da tradição anti-plural e do direito hegemônico, sendo esse atributo a subsunção do outro como si mesmo. Neste sentido, ao considerar a realidade ideológico-material na qual está inserido o sujeito preto, o parresiasta colocado em posição instrumentalizada, sofre a incidência perversa do sistema epistemológico colonial, impedindo-se assim, a praticabilidade do discurso paressiástico.

3. O RACISMO ESTRUTURAL COMO INTERDITÓRIO À DEMOCRACIA E AO ATO PARRESÍASTICO

Constatou-se, anteriormente, que a dominação teórico-pedagógica, com subsídios epistemológicos, concebeu poder à tradição colonial que interfere no direito e na subjetividade humana. Todavia, na medida em que o preto parresíasta não é observado como humano, preconiza-se a inaplicabilidade do ato parresiástico, invisibilizando a insurreição e os seus efeitos simbólicos ante a naturalização da violência contra o sujeito-norma inimigo.

Ao apreender a dinâmica racializada da democracia brasileira, nota-se que os cenários raciais interferem, diretamente, nas atuações das instituições político-jurídicas. A parresía consiste no ato de fala incorporado em uma realidade instituída, sendo essencial suscitar que, este é o ato de dizer toda a verdade, exercido pelos mais fracos diante os mais fortes. Dito isso, advoga-se que a parresía não pode ser confundida com um exercício de poder (FOUCAULT, 2010). É evidente que a parresía é constituída por um ato político atemporal, portanto, o dizer-a-verdade se modifica, historicamente, na medida em que se relaciona o ser social com a realidade. Entretanto, ao analisar o ato parresíastico na dinâmica brasileira racializada é notório que a construção da raça, enquanto manifestação de poder - e aqui, poder enquanto potência discursiva de modificação da realidade - , faz com que a enunciação parresíastica incorpore, e, portanto, se comporte como uma manifestação dessa potência, precisamente por exercer uma interferência direta no campo existencial do ser. Logo, as práticas discursivas contém o poder de transformação, tanto material quanto simbólica.

As relações racializadas nas dinâmicas político-jurídicas, frutos da branquitude, enquanto sistema racial (re) organizador e distribuidor do poder, pressupõem, em certa medida, a incontestabilidade das relações sociais vividas comunitariamente pelo povo preto e ainda promovem a redução de sua(s) complexidade(s). Dessa forma, a branquitude e as relações racializadas perpetuam a Ordem colonial intacta, de forma a afetarem o exercício do dizer-a-verdade, tornando a parresía num ato

conjuntural e circunstancial. Portanto, é preciso analisar os principais pressupostos político-jurídicos que dão vazão ao ato parresíastico, com o intento de diluir as simplificações e as irrefutabilidades hegemônicas: a democracia, o jogo de ascendência e superioridade ao exercer o ato parresíastico diante os outros, o dizer-a-verdade e, por fim, o exercício livre do direito a palavra (FOUCAULT, 2010).

A parresía deduz um campo discursivo democrático para seu pleno exercício, porém tal discussão não inclui a raça como principal eixo (re) distribuidor do poder, pois observa-se a ausência das interseções raciais, o que inviabiliza a consolidação dos pressupostos parresíasticos. Atrelado à colonialidade, o racismo estrutural desumaniza o povo preto e impossibilita o uso da parresía, uma vez que o ato de dizer a verdade é um ritual discursivo que direciona sua insurgência na materialidade. Têm-se na democracia a outorga do direito de fala, teoricamente paritário entre os sujeitos, mediante a dialética entre Direito e Democracia. Contudo, o Brasil, historicamente, foi erguido através da recepção e materialização de aparatos-ideológicos coloniais que auxiliaram a consolidar o Estado e suas transições, nos moldes escravistas.

Assim, percebe-se como a democracia, relativa ao direito do povo preto, é instituída através de um processo mascarado de racismo estrutural e condicionado pelo direito hegemônico, como instrumento colaborador e legitimador do sistema de opressão racial. A democracia racial trata-se de um aparelho ideológico-hegemônico de dominação teórico-pedagógica incutida, no âmago da dinâmica político-jurídica, que contém em seu discurso a recusa de conflitos raciais. Contudo, "não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica e cultural" (MOURA, 1994, p. 160).

Para que a democracia racial alcance êxito no seu objetivo, executam-se rituais e regras restritivas que a Ordem do discurso colonial impõe. É manifesto que nas engrenagens da democracia racial são determinadas circunscrições e limites de correlações que visam manter a validade ideológica da unidade discursiva em vigor. Dito isso, esta unidade interdita e repele o signo racial parcialmente, pois admite a existência de uma "diversidade racial", mas nega seu atributo de poder e efeitos epistemicídas em detrimento dos subjugados. Essa interdição é essencial para o funcionamento do mito da democracia racial, porque a existência do signo racial como manifestação de poder causaria rasura no sistema-mundo-moderno-colonial instaurado pela branquitude. Além disso, para propiciar o apagamento do povo preto, a branquitude manuseia o discurso de democracia racial para dissimular a realidade brasileira, enquanto suprime os corpos e o saber-poder ancestral dos povos pretos. Diante disso, a interdição discursiva sobre a raça mantém a integridade de um aparelho hegemônico de dominação, (re) produtor da sofisticação do projeto de limpeza étnico-racial. Neste sentido visa-se o embranquecimento ideológico, estético, pedagógico e político-jurídico, mediante a universalização de saberes e poderes coloniais. Pois, para viabilizar um efetivo projeto de limpeza étnico-racial na suposta democracia racial, utilizou-se também de

> Outros dos mitos de conveniência inventados para mitigar a consciência da culpa do opressor e minimizar acusações contra ele, é um mito que apregoa um alto grau de bondade e humanidade na escravidão praticada na Católica América Latina: as colônias espanholas e portuguesas. Nestas, o caráter do regime escravocrata seria o oposto daquele existente nas colônias inglesas na América, especialmente nos Estados Unidos. Este mito, tão propagado no séculos passados, ainda hoje tem seus adeptos (NASCIMENTO, 2016, p. 62)

De conseguinte, observa-se que, para dar continuidade ao embranquecimento e propiciar a neutralização e o apagamento do povo preto, a branquitude desfruta do racismo como condição estruturante da ordem social brasileira que impregna e inibe as idealizações democráticas; com a instauração da ideologia hegemônica de existência de uma democracia racial, fabricam-se identidades compostas pela colonialidade. A identidade pressupõe a absorção de uma cultura, nesse caso, colonial, que, por sua vez, constrói uma subjetividade preta estratégica, que impede a insurgência de sujeitos, tradições e ancestralidades pretas. Portanto, é patente a degradação do primeiro pres-

suposto para o exercício do ato parresíastico, posto que não há constituído, no Brasil, concepções democráticas que abarcam a complexidade de uma ordem racializada.

A edificação, no Brasil, de uma subjetividade humana eurocentrada é absorvida pelo ethos brasileiro influenciando os seguintes pressupostos parresíasticos: o jogo de ascendência e superioridade, o dizer a verdade e o exercício livre do direito de fala. As subjetividades pretas são reduzidas a uma uni-subjetividade metamorfoseando os pretos em farrapos humanos, pois são aqueles que apresentam uma forma humana desfigurada, modificada pela degradação dos corpos, ou seja, o infra-humano (MBEMBE, 2018). O jogo de ascendência e superioridade parresíastico em colisão com a dinâmica social e político-jurídica produz, a princípio, os efeitos esperados, pois a ascendência parresíastica emite um risco de dizer a verdade. Com isso, a tradição colonial incute estratégias de extermínio no ato da insurgência e manifestação do ser social, visto que ao remontar relações estruturalmente racistas torna-se explícito uma vulnerabilidade do sujeito ao insurgir. Desse modo, a insurreição do povo preto na dinâmica colonial dura enquanto o ato é proferido. Por isso, trata-se de uma ascendência simbólica utilizada pela Ordem colonial, oportunamente, para identificar, colonizar e exterminar com o estado de exceção e a necropolítica os que colidem diretamente com a Ordem colonial.

No momento em que o sujeito (re) produz um ato parresíastico é lançado ao sistema-mundo-moderno-colonial um discurso insurgente condicionado a uma estrutura sistêmica que legitima a padronização do saber-poder colonial. Dito isto, tal estrutura sistêmica usufrui do direito hegemônico para outorgar a marginalização das práticas parresíasticas amparado por um discurso de segurança direcionado à manutenção da ordem pública, social e econômica, com o intuito de resguardar a integridade da Ordem colonial já posta. Com essa postura, o Estado de exceção contribui para a marginalização dos parresíastas pretos, visto que:

> estar-fora e, ao mesmo tempo pertencer: tal é a estrutura topológica do estado de exceção, e apenas porque o soberano que decide sobre a exceção é, na realidade, logicamente definido por ela em seu ser, é que ele pode também ser definido pelo oximoro êxtase-pertencimento. (AGAMBEN, 2004, p. 57)

Isto posto, a construção de um estado de exceção ocorreu concomitantemente ao estado de direito, pois a tradição colonial busca por meio da guerra e da produção discursiva de um inimigo fictício viabilizar a integridade da Ordem hegemônica. Em conformidade com a dinâmica excepcional na qual o vivente preto é rejeitado, nota-se que o paradoxo de estar-fora e pertencer possibilita a efetivação projeto de limpeza étnico-racial e sua regularização no interior do ordenamento jurídico supostamente democrático. Pois, a exceção nos discursos se tornaram fluidas, incorporando nas dinâmicas político-jurídicas e obstruindo a possibilidade de identificar os discursos excepcionais e neutralizá-los. Desse modo, o paradoxo do estado de exceção confecciona duas ordens vigentes que se entrecruzam e, nas suas interseções, adquirem o status da contradição de estar-dentro e fora ao mesmo tempo. Portanto, os pressupostos parresíasticos de insurgência, do dizer a verdade e do direito livre de fala do povo preto são arremessados à margem da sociedade mediante um projeto hegemônico étnico-racial por atos que estão localizados no exterior da ordem democrática, mas que são validadas por força de lei. Diante disso, o paradoxo excepcional legalizado corrobora para o enfraquecimento dos atos parresíasticos e justransicionais.

Os atributos coloniais que são comuns à soberania estão além do estado de exceção, já que o necropoder modifica a suspensão e excepcionalidade dos direitos em um estado consumado de execução dos corpos. O poder soberano, com a figura de um inimigo fictício, instaura uma violência contratual estabelecida nas circunscrições soberanas (MBEMBE, 2018). Assim, na realidade necro-estatal, a população negra que em maior parte habitam as comunidades consideradas periféricas, enfrentam um tratamento sob a ótica colonial. Sendo as relações racializadas reduzidas ao escopo de interesses soberanos, o preto é conservado no status de corpo-objeto com sua hu-

manidade negada e sem desfrutar da assimilação social como parte do povo. Os espaços sociais são transformados em local de constante estado de alerta e as garantias legais são suprimidas pela Ordem da exceção.

Os pilares constitutivos da soberania exercida pela branquitude, as sintomáticas chacinas articuladas, inclusive sob uma realidade pandêmica, desvelam o modo de atuação ainda adotado, pelas instituições que regem o sistema contemporâneo brasileiro, dito democrático. O discurso hegemônico adotado pelas instituições do Estado, justificador da existência de valores, ideais e ainda um princípio motor universalizado para se auto-sustentar, centraliza tais narrativas na exploração material e subjetiva dos corpos. De acordo com Silvio Almeida (2021, p. 91) a definição de Estado fornecida por Joachim Hirsch, configura-se na "condensação material de uma relação social de força". Em decorrência disso, o preto no cenário brasileiro, situa-se na composição quase totalizante, da margem, enfraquecida pela estrutura social que integra através de todas as suas instituições regulamentadoras, a política de morte e silenciamento sistêmico, herdados da colônia.

Ao analisar o direito como mecanismo de poder para o exercício da soberania, o Estado tem o aparato sustentado na sua formalidade, sendo o poder um dos elementos estruturantes para a funcionalidade da norma, uma vez que, esta sem o exercício coercitivo das ferramentas do direito, não passaria de uma "abstração sem realidade", como define Silvio de Almeida.

> Essa concepção do direito alarga as possibilidades de compreensão do fenômeno jurídico, para além do legalismo e do normativismo positivista. O direito, portanto, apresenta-se como aquilo que Michel Foucault denominou como "mecanismo de sujeição e dominação", cuja existência pode ser vista em relações concretas de poder que são inseparáveis do racismo, como nos revelam cotidianamente as abordagens policiais, as audiências de custódia e as vidas nas prisões (ALMEIDA, 2019, p. 135).

A já ilustrada ilusória democracia racial, adotada de forma discursiva na tentativa de uniformização do tratamento sistêmico-jurídico dos povos pretos no país, ignora de forma ampla e universalista as perspectivas ocasionais e as realidades subjetiva dos corpos pretos, desconsiderando como a experiência de vida das humanidades racializadas, interferem diretamente em como o pacto institucionalista do direito com o estado democrático vai ser aceito e, principalmente, vivido.

De forma ampla, trata-se então, de como os mecanismos de subsunção do outro são legalmente re-produzidos e como os direitos das pessoas pretas são amplamente negligenciados. Como exposto, o que há no fundamento da sociedade brasileira, é a sistematização para a retirada da memória, da subjetividade e do direito político de fala dos sujeitos historicamente subalternizados. Assim, o poder racial desenvolvido e aplicado na realidade do Estado brasileiro, fragiliza a parcela da sociedade que está destinada ao tratamento de controle e vigilância constante. Além de um projeto político, também como um projeto econômico, a operacionalização da supressão dos direitos fundamentais surge a partir da necessidade do sustento de uma ordem discursivamente democrática, que na superfície da garantia constitucional positivada, atribui força aos mecanismos institucionais para servir-se de um estado de exceção.

Com isso, faz-se questionável a existência de uma democratização das relações políticas, a partir de uma justiça de transição, uma vez que os corpos alvos da estrutura do permitir e fazer morrer, não conseguem atuar perante à realidade da necropolítica e muito menos se sustentar, ao se confrontar com os aparatos políticos-jurídicos-sociais existentes, que deslegitimam a subjetividade simbólica e menosprezam o direito de fala. Assim, os riscos enfrentados pelos povos pretos ao proferirem a parresía significam, em sua ampla condição, um fazer morrer pelo Estado, que não foi estruturado para garantir direitos aos povos racializados.

Sob uma perspectiva prática, torna-se de difícil localização quais os caminhos que o ato de dizer a verdade consegue ecoar e ainda, quem são os parresiastas que o proferiram. O direito à narrativa da verdade, na realidade estruturante que foi exposta, estará sempre fragilizado na boca do povo preto, uma vez que o necropoder, controla e elimina aqueles que propõem uma insurgência.

A parresía, no Estado Democrático de Direito, para grande maioria da população brasileira, não significa apenas um ato de coragem, expressa sistematicamente a morte, a desarticulação e a opressão de si e dos seus, a partir da perspectiva que, as mudanças políticos-raciais, somente ocorreriam pelo desmonte articulado do projeto de limpeza étnico-racial.

4. A DISTOPIA DA PARRESIA DEMOCRÁTICA E A PEDAGOGIA DO SUJEITO

A concretização da distopia do momento do ato da parresía, se dá quando entende-se que não há possibilidade iminente do parresiasta negro dentro da realidade "democrática" brasileira, sobreviver e usufruir das subjetividades da sua verdade, uma vez que a verdade insurgente é perigosa à estrutura colonial e o Estado como já visto, está disposto a sufocar tal ato. Estruturalmente, o privilégio epistêmico perpetuado pela branquitude, deslegitima os saberes e subjetividades pretas retirando a oportunização da experiência de outros tipos de conhecimento, tendo o estado democrático em sua constitucionalização, o direito à liberdade de expressão como uma falácia paradoxal, portanto, propala a opressão e a exploração dos corpos.

O espaço verdadeiramente democrático desenvolve-se como um espaço de trocas e oportunidades de contrabalancear a todo momento as estruturas institucionalizadas. Contudo, a fragilidade da democracia brasileira permite, como já exposto, as brechas criadas pelo estado de exceção e a oportunização do exercício da necropolítica. Foucault analisa a parresía democrática como sendo um lugar perigoso (FOUCAULT, 2011), entretanto, tem-se exposto que a democracia deveria ser um espaço seguro e de privilégio para a existência do parresiasta. Em uma estrutura democrática, não cabe a hierarquização dos conhecimentos e o estabelecimento de qual verdade deve ser escutada, assim a parresía democrática deve ser um direito indisponível. O direito à liberdade e à fala devem ser assegurados pelos mecanismos institucionais e não usurpados para manter a cristalização dos privilégios. É exposto, até esse momento da análise, a preocupação de não se garantir o direito à fala dentro de uma estrutura social e ainda, o quão importante é, que a democracia e as estruturas democráticas sustentem e protejam aqueles que proferem o ato da verdade.

As identidades sociais dos povos pretos, precisam em uma realidade plural reverberar e sobreviver perante as suas vertentes. O que ocorre na contemporaneidade do Brasil, é a destruição massificada dos símbolos, dos atos, dos ritos e dos conhecimentos resistidos pela população preta. Têm-se, de fato, um esforço ampliado para a exterminação dos direitos e atos de verdade, trazendo no registro da memória vozes empilhadas nas vielas das comunidades, silenciadas estrategicamente nas mãos de entes estatais.

Nesse contexto, a palavra parresía remete à origem grega e, em consequência, uma epistemologia universalizada que conflita com as concepções africanas. Dito isso, parresía necessita de uma (re) significação a partir de uma expressão ou palavra que tenha subsídio de uma epistemologia africana como, por exemplo, *"emi ni oro ti o ti enu re jade"*. Tal expressão significa na literalidade "eu sou a palavra lançada pela sua boca" que faz menção ao Orixá Exu do panteão africano e as tradições permeadas por cosmovisões africanas. As divindades africanas, sobretudo Exu, contribuíram para que as tradições africanas fossem anti-dogmáticas, concebendo a linguagem e as palavras concepções divergentes da ordem colonial. As tradições africanas recepcionam a contradição humana e não tentam uniformiza-la como a lógica colonial. Portanto, as tradições subjugadas, nesse caso, as tradições africanas, são fundamentais pela dinâmica pluriversal disposta para estruturar atos de insurgências e transgressões com um caráter significativo e transformador. Ademais, "a reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida" (RIBEIRO, 2019, p. 42).

Na intenção de estruturar confluências que desembocam em alternativas para a efetivação dos processos justransicionais no Brasil em relação ao povo preto, serão utilizadas concepções filosóficas derivadas de epistemologias africanas. A eliminação das línguas africanas propiciaram perdas culturais com o processo de domesticação dos corpos, contudo, as concepções africanas

retratam a linguagem como (re) produtora do deslocamento e da transformação. Desse modo, as linguagens dos povos pretos não se exteriorizam somente através de signos, mas pela transportação dos conhecimentos, expressões, sentimentos e símbolos ancestrais. Apesar de tais conhecimentos e discursos contra-coloniais se manifestarem através de uma imposição linguística, os saberes e poderes africanos anti-dogmáticos produzem brechas na rigidez do discurso colonial para insurgir e dissipar a linguagem ancestral.

As filosofias africanas mantêm uma relação íntima com a ancestralidade que se proliferam a partir de um discurso aberto e plural. Em contrapartida da tradição colonial as filosofias ancestrais mantêm entendimentos de memória e tempo com uma capacidade pluriversal. As filosofias ancestrais remontam a continuidade da memória preta ao tempo e, desse modo, empregam os conhecimentos antepassados para além do que se percebe no presente. A importância estrutural da ancestralidade ao povo preto, é propiciar acesso a mecanismos de resistência do passado e suas atualizações no contemporâneo. Portanto, constata-se que a relação com a ancestralidade produz estruturas para a população preta resistir, preservar seus saberes e poderes, além de atuar sobre a possibilidade de uma efetiva justiça de transição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas considerações é possível concluir alguns pontos pertinentes que circundam esse artigo. Entende-se também a complexidade da problemática e há consciência que as modificações na realidade são graduais. Primeiramente, é necessário considerar que, os aparatos-ideológicos instaurados pela branquitude e recepcionados com êxito por uma epistemologia colonial, precisam ser sucateados. Diante disso, a construção de saberes e poderes encontrará nas tradições africanas dinâmicas pluriversais propícias para a existência do direito de fala e dos conhecimentos ancestrais pretos.

Na medida em que a democracia contemporânea se desenvolve, as formas de governo de si e dos outros incluídas na sociedade se complexificam. Assim, a intenção de assegurar direitos em um Estado Democrático, deve ser constantemente analisada por uma ótica decolonial-crítica e interseccional. Com a adoção deste viés analítico, as produções de conhecimento não irão subsidiar as opressões teóricas e práticas construídas sob o grau zero do conhecimento. Isto posto, o direito brasileiro precisa aderir ao movimento de descolonizar as relações jurídicas para evitar produzir a constante uniformização dessas relações. Pois o direito deve regulamentar tais modificações e principalmente acompanhá-las, para que de forma pluriversal, consiga englobar as complexidades da humanidade.

O propósito da construção de uma pedagogia do sujeito a partir de tradições africanas anti-dogmáticas, possibilitam dinâmicas inclusivas e abertas às outras epistemologias. As tradições africanas produzirão legitimidade aos discursos contra-coloniais do povo preto de maneira mais abrangente. Ademais, as experiências e subjetividades daqueles que proferem os atos de fala serão consideradas. Frisa-se, também, que o intuito não é instituir uma nova ordem cristalizada, mas considerar os saberes existentes com a ausência de hierarquizações que atribuem valores de inferioridade ou de superioridade. Portanto, este artigo compreende a relevância da decolonialidade, enquanto teoria e prática, para dissolver as formas hegemônicas e opressoras de se pensar a realidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. 2.ed – São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural.** -São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

DUSSEL, Enrique. D. **Filosofia na América Latina:** filosofia da libertação. São Paulo: Loyola, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da Verdade:** O Governo de Si e dos Outros II: Curso no collége de France (1983-1984). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros:** Curso no Collège de France (1982-1983). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. -São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução: Renata Santini. In: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. Nº 32, Dezembro 2016. – Rio de Janeiro, 2018.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 3ª ed.- São Paulo: Perspectivas, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo:Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

DIREITO, MEMÓRIA E DEMOCRACIA: UM ESTUDO DE CASO

Ana Cecília de Oliveira Bitarães[1]

Gabriel Oliveira Bitarães de Carvalho[2]

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir de uma revisão bibliográfica propositiva, juntamente a estudo de caso, este artigo se propõe a fazer uma análise da aplicação do Direito à Memória ao crime que ficou conhecido por Chacina de Unaí, que ocorreu em 28 de janeiro de 2004, levando ao assassinato de auditores fiscais que estavam em operação na cidade, frequentemente invocada à época em denúncias de trabalho escravo.

Por mais que o Direito à Memória tenha uma trajetória de aplicação para crimes cometidos no período da Ditadura Militar, a transição para um efetivo Estado Democrático de Direito prescinde não apenas a promulgação de Constituição, como também elementos da Justiça de Transição. Esses elementos dizem respeito a busca pela verdade, memória, justiça e assegurar o respeito às instituições democráticas, que cumprem o papel de asseguradoras da paz social e da liberdade, em um verdadeiro processo de construção.

O bárbaro crime é sintomático de uma sociedade que precisa fazer valer a Justiça de Transição. O assassinato dos membros da Auditoria Fiscal do Trabalho em exercício de seu ofício, por serem contrários às inspeções, demonstra claro ataque às instituições democráticas, representadas pelos servidores que estavam apenas cumprindo a lei e suas funções, como se na propriedade privada dos mandantes não houvesse lei, não houvesse respeito às pessoas trabalhadoras do local e às autoridades democráticas.

Assim, embora já tenha ocorrido o julgamento e condenação, os mandantes continuam impunes, mesmo depois de 17 anos do massacre, podendo levar ao esquecimento de um crime desorientador da ordem democrática e constitucional.

Para desenvolver o objeto ao qual se propõe, este artigo primeiramente faz uma análise do período pós democracia ao qual vivemos, que, especificamente no Brasil, é somado a negligência de se substanciar elementos da Justiça de Transição, trazendo ao debate o aniquilamento do próprio processo de se democratizar as instituições e a sociedade.

Em seguida, toma-se como análise a importância do direito à memória de um povo, aliada ao direito à justiça e à verdade, pilares da Justiça de Transição.

Por fim, estuda-se a relação de todo esse contexto ao crime da Chacina de Unaí, remetendo à importância da resolução da lide, a qual ainda não teve seu trânsito em julgado.

2. ARQUITETURA SOCIAL: A PÓS DEMOCRACIA

Desde a ditadura, nefasta imposição ao povo brasileiro nas décadas de 60, 70 e 80, foi estabelecida uma nova ordem na democracia contemporânea, a qual o poder político e econômico se aproximam e quase voltam a se identificar, sem pudor. Com decisões políticas e jurídicas sendo

[1] Mestra em Direito do Privado, na linha "Trabalho, Democracia e Efetividade", com Distinção Magna Cum Laude pela PUC/ MG (2021). Bacharel em Direito pela PUC/MG (2018). Advogada. Autora de Artigos Científicos.

[2] Acadêmico em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

tomadas em favor das grandes corporações transnacionais, dos mercados e das agências de classificação, surge uma nova concepção do regime democrático, a "pós-democracia" (CASARA, 2018).

Vislumbrada e sustentada pela primeira vez no livro "*Postdemocracy*", do cientista político inglês Colin Crouch, o termo é entendido que há o pleno funcionamento (formal) das instituições democráticas (eleições, liberdade de expressão etc.), mas no qual a dinâmica democrática progressivamente desaparece (CASARA, 2018). Para essa concepção de pós-democracia, é entendido que os valores democráticos estão sucumbindo em detrimento dos interesses de pequenos grupos, os quais não possuem legitimidade.

Para coibir o aniquilamento dos valores concretos, é de suma importância, acima de qualquer juízo, evocar a história para o plano presente, tornando evidente e transparente todas as ações que, de alguma maneira, contribuíram para as mazelas sociais. Tal processo pode ser entendido como a aquiescência universal ou individual de relembrar um fato, constituindo o direito à memória (DINIZ, 2018).

Corroborando a necessidade de recordação, conhecimento e justiça como ferramenta do direito, é colocada em evidência mais uma manifestação da falência da plena democracia. Mesmo diante de atrocidades há tanto tempo impunes, como a chacina de Unaí, crime que levou ao assassinato de quatro membros do Ministério do Trabalho em ação de combate ao trabalho análogo à escravidão, foi concebida mais uma deliberação em favor dos que agem contra o estado, contra a liberdade e contra o direito.

Sob esse prisma, considerando o Direito à Memória como ferramenta primordial para formação de uma plena democracia e viabilizador da coibição do aniquilamento de valores concretos, o presente ensaio tem o objetivo de relatar a importância da memória de um povo, com a ligação da democracia e do Direito do Trabalho, buscando sempre a justificativa em casos de afronta ao estado democrático de direito brasileiro.

3. DIREITO À MEMÓRIA E NECESSIDADE DE MEMÓRIA DE UM POVO

Partindo da gênese escassamente explorada pela justiça, no regime militar brasileiro, encontramos raízes fortemente penetradas no pensamento coletivo, as quais louvam um ideal de pátria distorcido perante a uma verdadeira violação dos direitos humanos.

Em 28 de agosto de 1979, após grande mobilização da sociedade civil para coibir injustiças punitivas da ditadura, o presidente João Batista Figueiredo promulgou a lei nº 6.683, popularmente conhecida como a "Lei da Anistia". Na prática, o verdadeiro intuito da sanção não era uma benfeitoria popular, mas sim um ideal estratégico de impunidade, haja vista que foi concedido indulto tanto para os tiranos, quanto para as vítimas da supremacia estatal.

Nesse cenário, militares envolvidos em atrocidades como tortura, estupro e execuções nunca sofreram qualquer tipo de investigação relacionada aos seus delitos, contribuindo para o desmantelamento do povo sobre o que de fato aconteceu no Brasil entre 1964 e 1985.

O fim da ditadura, promulgação da Constituição, não construiu imediatamente uma sociedade democrática. Para estabelecimento pleno de uma sociedade nesse sentido, foi e continua sendo preciso toda uma movimentação, em um processo democrático social, se valendo de estruturas da Justiça de Transição.

Paulo Abrão e Amarílis Bush Tavares (2015, p. 11), nos ensinam que são pilares da Justiça de Transição o direito à memória, à reparação, à verdade, à justiça e a reforma das instituições. Essas formas são, portanto, essenciais para passagem do mencionado processo democrático, como um movimento contínuo, para manutenção dos valores da democracia.

Dentre esses pilares, o direito à memória, objeto deste artigo, é bastante evocado para o trágico período da Ditadura Militar. A partir deste direito, é possível pensar na construção de sentidos e direitos às mencionadas vítimas de tortura, estupros e homicídios, dentre outros crimes por serem contrários ao regime ditatorial.

A memória, nas palavras do Dicionário Aurélio (p. 547, 2008), diz respeito a lembrança, reminiscência ou recordação de determinado fato, ato, pessoa ou objeto. E mais do que isso, a memória, por mais que se remeta a um passado, ela se dá no momento presente, pois o momento que flexionamos o verbo de recordar, formando nossa memória, ocorrendo justamente no tempo real do presente (GONTIJO; SPERLING, 2013, P. 111).

Em uma sociedade instituída por um Regime Democrático de Direito, regida por uma Constituição, permeada por princípios democráticos, faz-se necessária a construção de sua identidade e memória a partir dessas estruturas.

Quanto a memória, especificamente, podemos construi-la pelo Direito, dado que este é um grande catálogo de tradições, materializador de um percurso histórico de sentidos de uma determinada sociedade, quando democrática.

Assim, a tentativa de construção dessa memória pode ser veículo catalisador de uma "identidade cidadã, de autorrespeito e democrática" (GONTIJO, SPERLING, 2013, p. 122), essencial para construímos melhores horizontes no presente, se pensando em um futuro de paz social, efetivação de direitos e igualdade material.

Contudo, como mencionado, para alcançar esse horizonte, é preciso manter, fortalecer e rememorar as circunstâncias passadas nesse período, em um verdadeiro processo, sempre invocando a verdade, justiça e memória de um período obscurecido.

Sob esse prisma, a memória é primordial no processo de evolução social. O esquecimento institucionalizado implica na repetição de "velhos erros que aparentemente condenam a sociedade brasileira à estagnação política e à falta de cidadania" (DANTAS, 2008, P. 19).

Sendo a memória "quadro de referências que permite identificar os problemas e construir possíveis soluções, legando às gerações futuras a possibilidade de aperfeiçoar as instituições sociais e políticas (DANTAS, 2008, p. 19)" , é indubitável a necessidade de trazer à tona o máximo de fatos possíveis, seja através da comissão da verdade ou até de novas ferramentas jurídicas, para apurar o que foi colocado debaixo dos panos no regime militar e, assim, solucionar os imbróglios que constituem o raso imaginário social a respeito da ditadura.

A memória, portanto, é vital ao processo de construção de um futuro digno do direito e das instituições democráticas, sendo uma grande ferramenta para rememorar a sociedade de percalços passados, com fins a construir um futuro com melhores horizontes.

Sobre a memória, ainda, essa pode situar de forma catalogada, materializada, mas a construção mais importante talvez seja a presença intersubjetiva no coletivo social brasileiro do que foi o passado, trazendo consciência ao presente, de forma a assegurar um melhor futuro. Essa presença intersubjetiva pode ser tida como um bem jurídico de natureza imaterial, portador de referência a memória, adentrando-se ao que dispõe o Art. 216 da Constituição Federal:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza **material** e **imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à **memória** dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira(...) (BRASIL, 1988)

O Supremo Tribunal Federal, no Rcl 11949 também já se posicionou favorável ao direito à informação de delitos cometidos à época, por integrar patrimônio jurídico de todo cidadão: "O direito à informação, a busca pelo conhecimento da verdade sobre sua história, sobre os fatos ocorridos em período grave contrário à democracia, integra o patrimônio jurídico de todo cidadão, constituindo dever do Estado assegurar os meios para o seu exercício." Desse modo, a memória de um povo é bem jurídico a ser protegido, que deve ser substanciada com a verdade, justiça e democracia, principalmente em um contexto pós democrático, ao qual deve se valer da justiça de transição.

O Brasil, entretanto, ainda precisa caminhar muito para ampliar o alcance social da construção da memória coletiva, respeitando as instituições democráticas e aos direitos nelas assegu-

rados. A Justiça de Transição faz parte disso. Evocar as violações de direitos humanos da história brasileira é necessário para tratar nossa sociedade. É um componente estratégico de uma política de transformação para a restauração da justiça, para a reconciliação e para a manutenção da paz (BICKFORD, 2004).

Nosso modelo de justiça de transição, entretanto, é ineficiente. Soares (2010) traz importantes considerações sobre o modelo:

> o Estado Brasileiro optou, até o presente momento, por um modelo de justiça de transição que se afasta do processo penal e do enfoque punitivo dos autores das atrocidades. A Lei de Anistia brasileira (Lei n° 6.683/79) tem tido uma interpretação que dificulta a responsabilização criminal dos agressores, por isso, não há precedentes de julgamento penal dos agentes do Estado autores de torturas, homicídios, sequestros, desaparecimentos forçados e outros graves crimes tipificados como crimes contra a humanidade. A responsabilização penal pelos atos cometidos é considerada essencial para atenuar o sentimento de injustiça e pode contribuir para cicatrizar as feridas e para consolidar a democracia e a cultura de respeito aos direitos humanos.

Mesmo com muitas as incoerências, nota-se mínima evolução nas abordagens do Estado Brasileiro na elucidação da justiça de transição. Dentre as ações realizadas, estão:

> a) a abertura de vários arquivos do período; b) a atuação da Comissão Especial de Mortos Desaparecidos (Lei 9.140/95), que tem um acervo importante sobre vítimas e sobre as atrocidades sofridas; c) o trabalho da Comissão de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça (Lei 10.559/02), que também reúne relevante material; d) a publicação do livro Direito à Memória e à Verdade, lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República em 2007; e, mais recentemente, em 2009, e) a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado Memórias Reveladas, institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional; e f) a instituição, por Decreto Presidencial, do 3º Programa Nacional de Direito Humanos – PNDH (SOARES, 2010).

Dada a relativa progressão na reabilitação social da impunidade e opressão, é posto em evidência, novamente, a inserção do Direito à Memória como ferramenta primordial da formação de uma plena democracia, da plenitude da justiça e da coibição do aniquilamento de valores concretos. A memória de um povo é um bem jurídico a ser protegido, que deve ser substanciada com a verdade, justiça e democracia, principalmente em um contexto pós democrático, ao qual deve se valer da justiça de transição.

4. UM OLHAR SOBRE A CHACINA DE UNAÍ E EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A proteção do Direito à Memória tem ligações sensivelmente profundas com a história do Direito do Trabalho e a história da Democracia, dado que temos como fundamentos da República o valor social do trabalho e da dignidade da pessoa humana, tal como previsto na Constituição Federal.

Além disso, a história da democracia é uma história estreitamente ligada a história do Direito do Trabalho. O enfraquecimento do regime ditatorial, durante a década de 1980, tem grande relação com inúmeros movimentos grevistas e sindicais, que contavam com a mobilização em grandes proporções de trabalhadores, mormente a greve dos metalúrgicos do ABC Paulista. Esses movimentos eram contrários a política de precarização do trabalho da época, a desvalorização salarial, a exclusão econômica e a rejeição do controle autoritário do estado (ALMEIDA, 2017, P. 113-114).

Nesse sentido, a Constituição de 1988 materializou grandes direitos do e ao trabalho em reflexo a toda essa mobilização dos trabalhadores, em processo de "constitucionalização" do Direito

do Trabalho no Brasil. Cléber Lúcio de Almeida e Wânia Guimarães Rabêllo de Almeida (2017, p. 117) nos ensinam sobre essa materialização:

> Ao adotar a **democracia como sistema de governo** (art. 1º, parágrafo único) e reconhecer **o direito dos trabalhadores à livre associação para fins lícitos** (art. 5º, XVII), à **criação de associações e de cooperativas** (art. 5º, XVIII), de participar da conformação da ordem jurídica, por meio da **negociação coletiva** (art. 7º, XXVI), à **criação de sindicatos, à sindicalização, à desfiliação sindical** (art. 8º) e à **greve** (art. 9º), a Constituição de 1988 reconhece o que Miguel Angel García Herrera denomina **subjetividade política da classe trabalhadora**, "por meio dos direitos de participação, associação, reunião, greve e negociação coletiva. Estes direitos constitucionais são a base dos partidos políticos de esquerda e sindicatos cujos esforços confluíram para alcançar a transformação social por meio da luta democrática, eleitoral e sindical" (HERRERA, 2015, p. 53).

> A nova postura adotada pela Constituição de 1988, segundo Márcio Túlio Viana, pode ser explicada por três fenômenos dos anos 80: "a) **o fortalecimento do sindicato, não só pelo aumento do parque industrial e das cidades, como em razão de um forte movimento de bases, que destruiu velhas lideranças, criou as primeiras centrais sindicais e se uniu à sociedade civil na luta contra a ditadura**; b) o próprio fim da ditadura, que provou uma reação diametralmente oposta, de valorização dos direitos humanos, inclusive os de 'segunda geração'; c) a percepção, por parte do movimento sindical, da existência de uma forte pressão 'flexibilizadora' nos países centrais, e a consequente tentativa de proteger as próprias normas de proteção contra eventuais alterações" (VIANA, 2007, p. 182-183).

Com a Constituição Federal protetora do trabalho e do trabalhador, talvez possa sugerir que estejam os direitos do trabalho bem assegurados. Contudo, a realidade nos mostra o contrário. Cada vez mais precarizado o trabalho está, com amplas reformas laborais no intuito de institucionalizar a precariedade, a flexibilização e a informalidade. Disparam-se ataques ideológicos contrários à Justiça do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho e às Delegacias do Trabalho, em função de auditoria.

O ataque ideológico pode se manifestar com declarações, entrevistas, provocações. Mas pode vir também na forma de homicídio. Em 28 de janeiro de 2004, grupo estrategicamente articulado com pistoleiros e mandantes fazendeiros apossados financeiramente, colocaram fim a vida de quatro membros do Ministério do Trabalho, sendo eles os três Auditores Fiscais e o motorista, que estavam fiscalizando fazendas da cidade de Unaí com denúncias de trabalho escravo. O crime ficou conhecido por Chacina de Unaí (SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO, 2021).

O motivo do cometimento do crime foi justamente o ofício constitucionalmente desempenhado pelos servidores. A situação demonstra uma clara "ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático", já que colocaram fim a vida de auditores fiscais em exercício de suas atividades, em ataque à instituição democrática de auditoria, provocando, para além disso, consequências danosas às quatro famílias que se despediram de seus respectivos pais, maridos e filhos que foram trabalhar e não voltaram mais.

Desse modo, o crime demonstra ser umas das maiores barbáries da pós democracia, período ao qual, como mencionado, sucumbe-se valores democráticos em detrimento a interesses de pequenos grupos que não possuem legitimidade. Os articuladores homicidas, em delírio de que seriam donos da lei, das instituições democráticas, da forma como bem quisessem alocar mão de obra, em condições de escravidão, cometeram, portanto, crime contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, que é assegurado na Constituição Federal como crime imprescritível e inafiançável:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à

> liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

Ainda que tenha sido um crime contra o estado democrático de Direito, com tipificação no Código Penal e imprescritibilidade protegida pela Constituição Federal, já se contabiliza 17 (dezessete) anos de impunidade contra os causadores dessa barbárie, com os autos hoje tramitando na segunda instância da Justiça Federal.

Esse emblemático caso é sintomático de uma sociedade que precisa se valer dos elementos de Justiça de Transição para alcançarmos efetivamente, de maneira formal e material o Estado Democrático de Direito. Esse alcance deve se dar a partir da construção da memória coletiva sobre a importância do respeito às instituições democráticas e aos direitos nelas assegurados.

O processo ainda pender trânsito em julgado e fadar ao esquecimento do nefasto crime, com tantas camadas de complexidade e crueldade, diz muito também sobre uma sociedade que banaliza a vida, banaliza as condições de trabalho e banaliza as instituições democráticas, em verdadeiro rompimento de elo entre os pares de uma sociedade, que devem ter como objetivo comum o alcance de aprimoramento de pilares dessas dimensões.

Essa situação remete ainda a Banalização da Injustiça Social, conceito trazido por Christophe Dejours (2007, p. 112 e 113) sobre a banalização orquestrada e institucionalizada da prática do mal, a partir de diversas metodologias – teimosia, obediência, ausência de espírito crítico (...) – mas sempre a partir de ações, na qual a omissão pode ser também um ato. Talvez a situação a qual mais remeta a esse quadro foi a vitória nas urnas das eleições municipais de um dos suspeitos como prefeito, no ano do cometimento do crime (SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO, 2021).

Assim, valendo-se da memória, verdade e justiça, um povo efetivamente será apossado de seu passado, construindo no presente memória e pontes para o futuro. Construir memória sobre a Chacina de Unaí é construir conhecimento sobre um presente que precisa romper com a demagógica democracia que vivemos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela observação dos aspectos analisados, é de derradeira necessidade para a sustentação da plena democracia a evocação do Direito à Memória. Considerando o período de pós democracia no qual vivemos no Brasil, acrescido de uma negligência na progressão da justiça transicional, é de suma relevância o debate sobre o aniquilamento do próprio processo de se democratizar as instituições e a sociedade.

A Chacina de Unaí é um grande exemplo do momento jurídico, social e político brasileiro. Embora desafastada da Lei de Anistia, há elementos trágicos que demonstram resquícios de uma democracia demagógica, afastada dos ditames da Justiça de Transição: 17 anos de impunidade. Mandantes recorrendo a penas centenárias em liberdade. O grande mandante, sob a ótica do Ministério Público, eleito para prefeito da cidade, com foro privilegiado. Componentes que parecem absurdos, mas que são apenas mais alguns comparados a notória desordem no Brasil. Nesse sentido, esse emblemático caso é sintomático de uma sociedade que precisa se valer dos elementos de Justiça de Transição para alcançarmos efetivamente, de maneira formal e material o Estado Democrático de Direito.

Com a Justiça de Transição assegurada, estamos de portas abertas para alcançarmos, com efetividade, de maneira formal e material, o Estado Democrático de Direito, representando a uma maior harmonia entre sociedade, justiça e política, assegurando o Brasil a uma efetividade democrática.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; TAVARES, Amarílis Busch. **Passado, Presente e Futuro:** o papel democrático dos direitos da transição. *IN*: Sousa Junior, José Geraldo de (et all). O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América. 1. ed. – Brasília, DF: UnB, 2015.

ALMEIDA, Cleber Lucio de. **Direito do Trabalho e Constituição:** A Constitucionalização do Direito do Trabalho no Brasil. São Paulo: LTr, 2017.

BICKFORD, Louis**. Enciclopedia MacMillan del Genocidio y Crímenes de lesa humanidade**. Justicia Transicional. 2004

BRASIL. **Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência, 1979.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Rcl 11949**. Relator: Cármen Lúcia, Brasília, 16 de março de 2017.

CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático:** neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis.3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DANTAS, Fabiana Santos. **O direito fundamental à memória**. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DINIZ, Ricardo Martins Spindola. **Direito como memória:** tempo e violência às margens de Hannah Arendt. 2018. 323 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GONTIJO, Lucas Alvarenga; SPERLING, Felipe Campos Von. A dialética das tradições que fundamentam o direito: estudo sobre a memória e justiça de transição. **Revista Duc In Altum**-Caderno de Direito, vol. 5, nº 8, jul-dez. 2013.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO. Chacina de Unaí: **Histórico e cronologia**, 2021. Disponível em: https://sinait.org.br/docs/historico_da_chacina_de_unai_-_atualizado_27012021.pdf

SOARES, Inês Virginia Prado. **Dicionário de Direitos Humanos**. Escola Ministério Público da União. 2010.

DITADURA, MEMÓRIA E JUDICIÁRIO NO BRASIL: OBSERVAÇÕES A PARTIR DA TEORIA DOS SISTEMAS

Luciano Nascimento Silva[1]

Tiago Medeiros Leite[2]

1. INTRODUÇÃO

O mundo científico é construído a partir de observações. O ser humano ao observar o seu entorno e tudo aquilo que consegue observar constrói seu mundo. O mundo do observador constituiu suas verdades, que por sua vez, são suas criações, suas invenções. O observador significa o sistema que observa. As verdades do observador constroem realidades do mundo, das ciências, da sociedade. A operação de observar é realizada por meio da atuação da memória do observador e sua realização somente é possível por causa da existência entre passado e futuro, existência do tempo. A democracia brasileira observa os crimes da Ditadura Militar, ocorridos entre os anos 1964 e 1985, ao mesmo tempo em que observa as decisões do Judiciário e de cortes internacionais no passado próximo, e questiona: o Judiciário decide em conformidade com um futuro democrático? As graves violações foram democraticamente apreciadas pelo Judiciário brasileiro? Como a memória pode atuar nas decisões do Judiciário brasileiro sobre fatos passados?

Com este artigo tem-se como objetivo observar a Memória do Direito sobre os crimes da Ditadura Militar e as decisões do Judiciário brasileiro na redemocratização. As conceituações sobre Memória do Direito e sua relação com o tempo e a verdade, destacadamente a partir das observações de Niklas Luhmann, Raffaele De Giorgi e outros autores. Metodologicamente, serão realizadas observações sobre observações já realizadas, documentos e decisões judiciais. O método adotado será o dialético, buscando criar conclusões a partir das observações realizadas. Como técnica de pesquisa e procedimentos será utilizada pesquisa bibliográfica e documental.

Conceituar a observação não é tarefa fácil, há muito os observadores da Teoria dos Sistemas tentam pensá-la. Quando falamos em observação, nos deparamos com um primeiro problema: a distinção entre observar e observador. O processo de comunicação é complexo e improvável. Mas a comunicação entre os sistemas relaciona os observadores. Relaciona os sistemas. O processo de construção do conhecimento é sistemático, portanto via comunicação e observação. No entanto a linguagem e a comunicação dependem de uma função inerente ao observador: a memória. Memória é a mesma coisa de recordação ou será esquecimento? Os sistemas possuem memória. E onde está a memória? Em todos os lugares. A atuação da memória está presente nas observações, comunicações e linguagens.

O Brasil passou por 20 anos de Ditadura Militar (1964-1984). Ainda existem várias vítimas e vários desaparecidos opositores ao regime. O Direito Internacional Interamericano busca amenizar as consequências desses atos através da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Sistema Interamericano de proteção aos Direitos Humanos. No caso brasileiro, a

[1] Professor do curso de graduação em Direito (UEPB). Professor dos cursos de mestrado e doutorado (PPGCJ e PPGDH/UFPB). Pós-Doutor em Sociologia do Direito (UNISALENTO/ITÁLIA).

[2] Professor dos cursos de graduação em Direito (UNIFIP e FCST). Doutorando em Ciências Jurídicas (PPGCJ/UFPB). Mestre em Direito Humanos (PPGDH/UFPB). Advogado.

Memória do Direito Interamericano atua por um lado e a Memória do Direito nacional por outro. Essas políticas fazem parte do campo da Justiça de Transição. O artigo inicialmente apresenta o conceito de Memória do Direito para os autores da Teoria dos Sistemas, observando a conceituação do observador e do observar para o mundo científico. Posteriormente observa o comportamento do Supremo Tribunal Federal em algumas decisões e, por fim, apresenta reflexões sobre a decisão judicial como sistema e sua atuação a partir da Memória do próprio STF.

2. O OBSERVADOR E A MEMÓRIA COMO FUNÇÃO DO OBSERVAR

A observação é a construção do mundo do observador. Quando se observa, constrói-se seu mundo. O mundo do observador é a construção de sua verdade. A verdade do mundo é aquilo que ele observa. O observador somente observa aquilo que ele consegue observar. Os sistemas são observadores. Nas observações de um observador, os observadores de valor estimável para ele possuem espaço dedicado e de referência em suas observações. Mas conceituar a observação não é tarefa fácil, há muito os observadores da Teoria dos Sistemas tentam cria-la. Quando falamos em observação, deparamo-nos com um primeiro problema: a distinção entre observar e observador. Luhmann (2010a) explicou que observar é uma operação, enquanto o observador é um sistema. Para este mesmo autor, os sistemas podem ser psíquicos, biológicos ou sociais (LUHMANN, 2010a). Dessa forma, ao observar, o observador realiza uma operação, pois se trata de um sistema que possui diferença entre o que o define como sistema e seu entorno. Esta operação, no entanto, necessita de outra operação: a memória. O observador pode observar de forma psíquica, quando, por exemplo, o professor De Giorgi observa os alunos em uma sala de aula e os alunos observam o professor Nascimento. Outra forma de observação é a observação social, quando a interação observa os alunos que observam o professor como centro de discussão. A observação social observa a observação psíquica, sendo o inverso também possível. Ele observa a si mesmo (auto-observação) e também observa outros sistemas (hetero-observação) (LUHMANN, 2010a). Quando o professor De Giorgi é observado, os discentes (sistemas), por exemplo, observam ele e suas observações sobre outros observadores. A observação faz parte do processo de comunicação do sistema com seu meio externo. A comunicação aqui é um elo necessário entre o sistema e o entorno, entre os observadores e aquilo que é observado.

O processo de comunicação é complexo e improvável. Mas a comunicação entre os sistemas relaciona os observadores. Relaciona os sistemas. O processo de construção do conhecimento é sistemático, portanto via comunicação e observação. Luhmann e De Giorgi (2003, p. 68) consideram a linguagem como meio fundamental da comunicação: o meio fundamental da comunicação, aquilo que garante a regular *autopoiese* da sociedade é a linguagem. A linguagem do observador constrói o processo de comunicação dos sistemas. No entanto, a linguagem e a comunicação dependem de uma função inerente ao observador: a memória. Mas o que é a memória? Memória é a mesma coisa de recordação? Ou a memória será esquecimento? Quando se caminha pela *Piazza Santo'Oronzo*, em Lecce, ou pela Pirâmide do Parque do Povo, em Campina Grande, o observador percebe uma comunicação histórica daquele monumento. Pode o observador recordar dos outros momentos observados naquela praça ou naquele parque, como também recordar as observações que buscam recordar o momento do passado daqueles monumentos. Esta função é a memória? Então a memória é recordação? Sem dúvidas um conto que bem explica o que é a memória é *Funes, el memorioso*, de Jorge Luis Borges (BORGES, 1969). Na prosa, Irineu Funes era um jovem que perde sua memória ao cair do cavalo e bater a cabeça numa pedra. Mas diferente de todas as outras estórias, ele não perde a capacidade de recordar, mas de esquecer. Funes não consegue esquecer. Todos os momentos do dia estão na sua mente como se exatamente tivesse acontecido. Sentia-se sufocado, pois não conseguia esquecer. Funes morre de uma congestão pulmonar por não aguentar não esquecer. *Yo recuerdo* - não tenho direito de pronunciar esse verbo, somente um homem na terra teve esse direito - inicia seu conto Jorge Luis Borges (1969). O primeiro verbo do

conto é um paradoxo. Realmente Irineu Funes recordava. Mas o fato de recordar e não esquecer fazia de Funes um homem sem tempo, sem memória. Assim, explica De Giorgi, o que explica que os monumentos como a *Piazza Sant'Oronzo* e a Pirâmide do Parque do Povo são monumentos mais de esquecimento do que de recordação:

> Na realidade, Ireneo morreu porque ele não pode viver. Ele não pode viver porque não tem tempo; não tem tempo porque não tem presente e não tem presente porque não pode fazer distinções. Ele morreu, pois é incapaz de construir o tempo: não pode ativar, operativamente, a possibilidade de distinguir entre o tempo dos eventos perceptivos e o tempo de sua reativação seletiva, por meio de seu sistema nervoso. Não tem condições, portanto, de construir uma memória (DE GIORGI, 2006a, p. 41).

Assim, sem poder esquecer, Funes não conseguia construir uma recordação cronológica das ações, não conseguia diferenciar o que ocorreu pela manhã ou pela tarde, naquele mesmo dia ou no dia anterior, Funes não possuíam tempo. O indivíduo possui a memória individual. Os sistemas possuem memória. "A memória é uma função que se desenvolve quando o organismo, ou melhor, o sistema observa as relações entres seus estados e as conecta" (DE GIORGI, 2006a, 46). Sendo assim, a memória atua como sistema de esquecimento e de recordação. Para recordar e construir tempo, a memória esquece tudo que precisa para selecionar exatamente aquilo que busca recordar. A memória é uma função do sistema, presente no indivíduo, na Política, na Sociologia, no Direito etc. Contudo, a memória não resgata o passado, não recria exatamente o que aconteceu. Até por ser pressuposto, para a própria atuação da memória, o esquecer para recordar, a memória necessita do esquecimento. Vernant (*apud* DE GIORGI, 2006a, p. 64) ressalta que a memória não conduz à exploração do passado e nem mesmo à construção de uma arquitetura do tempo. "Ela, acrescentamos nós, realiza uma reintrodução do tempo no tempo; é a construção de um segundo tempo". Nesse sentido, os sistemas atuam com a memória numa releitura do passado.

Em aspectos jurídicos, a memória do sistema Direito atua diretamente nessa construção de passado: a Memória do Direito. O processo em si é uma reconstrução de passado, uma reconstrução de uma verdade reconstruída. E quando se reconstrói uma verdade, os riscos são iminentes. Não existe memória da reconstrução do passado, a memória é a construção do presente pelo observador. O presente como diferença entre passado e futuro. O observador observa o passado e busca construir comunicação para o futuro incerto e inexistente. E onde está a memória? Em todos os lugares. Em toda observação, comunicação e linguagem do observador existe a função memória. Não como função neurofisiológica, mas como função das estruturas dos sistemas. Dessa forma explicou De Giorgi:

> *Da ciò seguono due conseguenze di grande rilevanza. La prima è che memoria, come riferimento ad esperienze proprie passate, è um costrutto di um osservatore. E quindi non c'è una funzione neurofisiologica che si possa chiamare memoria e si possa intendere como "deposito, serbatoio di rappresentazioni dell'ambiente che possano essere richiamate per differenti ocasioni". La seconda conseguenza è questa: che la memoria è dappertutto. Essa è nella struttura "dello schema di collegamento e nelle modalità operazionali di tutti i punti nodali del reticolo"* (DE GIORGI, 2006b, p. 155).

Se a memória é complexa e imprevisível é presente a existência do risco. A reconstrução do passado, pela memória, a reconstrução de um novo passado, pelo observador, possui o risco de não corresponder com as verdades já existentes. E tratando-se de processo, de regras jurídicas, de decisões judiciais, da Memória do Direito, podem-se criar amplas complexidades ao sistema Direito e ao sistema sociedade.

3. MEMÓRIA DO DIREITO E DITADURA NO BRASIL: O PARADOXO DA JURISPRUDÊNCIA

Aury Lopes Jr., explicando o paradoxo do ritual judiciário, observa que este ritual é "um juiz julgando no presente (hoje) um homem e seu fato ocorrido num passado distante, com base

em prova colhida num passado próximo e projetando efeitos (penas) para o futuro" (LOPES JR., 2015, p. 351). À luz do que já se foi observador, a memória do julgador, que nessa ocasião é a memória do próprio Direito (jurisprudência/decisão judicial), reconstrói um fato que não é mais o mesmo reconstruído, na busca pela aplicação de uma determinada pena ao indivíduo acusado. Esse trabalho de reconstrução de um fato, que não é mais o mesmo fato, e aplicação ao acusado, que não é mais o mesmo no momento do fato, gera um risco que pode ser incalculável e perigoso ao Direito e, principalmente, ao sistema social. O Brasil passou por 20 anos de Ditadura, num governo autoritário militar (1964-1984). Ainda existem várias vítimas e vários desaparecidos opositores ao regime. Tal governo não atuou isolado na América do Sul, compondo com outros governos autoritários militares, como os da Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai, um plano de ação e repressão conjunta, denominado Plano Condor. O Direito Internacional Interamericano busca amenizar as consequências desses atos através da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e o Sistema Interamericano de proteção aos Direitos Humanos.

No caso brasileiro, a Memória do Direito interamericano atua por um lado e a Memória do Direito nacional por outro. Importa aqui observar os caminhos percorridos até a atualidade, pela Memória do Direito interamericano e a memória do Direito brasileiro. Desde o acórdão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 153 (ADPF – 153) no Supremo Tribunal Federal, em 2010, que o julgamento e punição dos agentes que cometeram crimes durante o Regime Militar brasileiro tornou-se tarefa difícil e complexa. Neste mesmo ano o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos[3] pelo assassinato e desaparecimento de cerca de 70 pessoas que participaram do conflito denominado Guerrilha do Araguaia. A partir do julgamento da ADPF 153 e da sentença da Corte IDH, surgem debates, seminários, congressos, trabalhos e teses sobre a aplicabilidade da justiça criminal a esses determinados casos de graves violações de direitos humanos.

Não custa lembrar que desde a Lei nº 6.683 de 1979 (Lei da Anistia) a sociedade brasileira busca construir uma política de superação ao período de medo e autoritarismo implantado pelos governos militares (1964 – 1985), tendo importante suporte jurídico e político à implantação da Constituinte de 1987/1988 e a entrada em vigor da atual Constituição Federal, em 1988. Os governos que sucederam implantaram, a partir de políticas públicas e legislação específica, medidas iniciais que possibilitaram a sociedade brasileira, juntamente com a sociedade civil organizada, tentar superar as recordações e sequelas que ainda permaneceram do regime. Mesmo sendo considerada a Lei da Anistia marco inicial de um processo de Justiça Transicional, como aponta Abrão (2012), as políticas do Estado brasileiro para alcançar os elementos necessários a uma efetiva Justiça somente surgiram após o início da década de 1990. Com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995), Comissão da Anistia (2001), 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) e Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), por exemplo, o Brasil possibilitou a sociedade brasileira efetivar um trabalho de reparação aos danos sofridos pelas vítimas do regime castrense; criar políticas de recordação dos abusos ocorridos, fomentando a reconstrução histórica dos fatos ocorridos; reformar as instituições públicas que ainda carregam sequelas ideológicas do autoritarismo, para uma prática da administração pública de forma democrática conforme a lei; e, por fim, permitir a possibilidade jurídica de submissão dos casos dos graves crimes contra opositores do regime e demais graves violações aos direitos humanos, ocorridos pelos mecanismos estatais ou a serviço deles, ao crivo do poder judiciário brasileiro.

Essas políticas fazem parte do campo da Justiça de Transição, como explicam Méndez (2011) e Quinalha (2013). Sendo assim, importa analisar a jurisprudência dos tribunais internacionais de Direitos Humanos quanto à aplicação da justiça criminal ou da possibilidade de anistia dos agentes que praticaram tais crimes na Ditadura brasileira. Percebe-se assim, um conflito entre a posição da

[3] Caso Gomes Lund e outros Vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acessado em: 21 nov 2021.

Suprema Corte brasileira e as Cortes Internacionais, colocando o Brasil como um fora-da-lei no direito internacional. Noutro momento o Supremo Tribunal julgará o recurso impetrado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que questiona o julgamento da ADPF 153. A Suprema Corte brasileira terá que optar por manter a decisão já proferida ou atender as exigências internacionais, particularmente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nesse ínterim, O Ministério Público Federal provocou o Poder Judiciário, denunciando acusados de sequestros e ocultação de cadáveres de vítimas ainda desaparecidas por agentes das forças de repressão do regime militar brasileiro. Contudo, parte dessas denúncias tiveram como resultado sentenças absolutórias, tendo como fundamento teses confusas e não aceitáveis no campo do Direito Penal. Um caso que serve de exemplo é a denúncia do Coronel Ustra, que inicialmente, por meio de processo judicial, teve declarada sua autoria em crimes contra opositores do regime. O Ministério Público Federal de São Paulo apresentou denúncia contra Ustra por crime de sequestro e ocultação de cadáver. No entanto, o Juiz da 5ª Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo entendeu por absolvê-lo argumentando que o crime de sequestro e o crime de ocultação de cadáver são crimes permanentes e instantâneos, portanto prescritíveis. Para a classificação penal da execução dos crimes, crimes permanentes e instantâneos são classificações distintas. Também foi confusa a decisão da ADPF 153 por parte do STF, que fundamentou o acórdão num possível acordo histórico entre vítimas e agentes repressores da ditadura. Tese de frágil fundamentação para o mundo jurídico, que inclusive, não foi argumento suscitado pelos autores da ação, principalmente quanto ao tema dos direitos inerentes às vítimas do Regime Militar brasileiro. O que se percebe é que os membros do Poder Judiciário e os teóricos da teoria do Direito tentam criar falsos argumentos para não julgar e punir (ou ainda dificultar que haja julgamento e punição) aos agentes perpetradores de graves violações aos Direitos Humanos durante a Ditadura Militar.

4. ESQUECER/OCULTAR QUANDO NÃO SE QUER LEMBRAR: A MEMÓRIA DO STF

Quais teses são apontadas, quais argumentos cabíveis ou não no processo penal e Direito Penal material e outras teses utilizadas fora do campo do direito que sirvam para condenar ou absolver os acusados de crimes e graves violações nos anos de Regime Militar? Há algum tempo a Suprema Corte brasileira vem tomando decisões confusas e inesperadas tanto para o mundo jurídico, como para a sociedade brasileira. Quais são os argumentos que o Poder Judiciário, por meio de sua memória, vai buscar para aplicar o direito? Como explica De Giorgi (2006a), o direito possui sua memória. Com sua função, a memória permite que o sistema jurídico invente uma nova realidade. Assim, O STF ao fundamentar num acordo político a anistia aos criminosos do Regime Militar, mesmo o Direito Internacional interamericano e os tribunais internacionais proibirem este tipo de anistia, cria, com novos fundamentos, uma nova realidade, que possibilita perdoar os agentes criminosos do governo ditatorial. Como a memória para De Giorgi (2006a) não é somente recordação, mas a função de esquecer e recordar, o Direito esquece cada vez mais, construindo para si uma realidade. Ao anistiar os agentes criminosos da ditadura militar brasileira, o Supremo Tribunal Federal esquece o Direito Internacional que o Brasil ratificou e faz parte, como também, os princípios fundamentados na sua Constituição Federal, para construir sua decisão.

Em 2015 o Supremo Tribunal Federal, julgando a omissão do Poder Executivo brasileiro em relação ao sistema penitenciário, decidiu pela intervenção do Judiciário na competência do Poder Executivo, com fundamento na tese do Estado de Coisas Inconstitucional. Entendeu a Suprema Corte brasileira que no caso de omissão da atuação do Poder Executivo em seus deveres, o Poder Judiciário poderia atuar, pois assim determina a Constituição Federal brasileira. Porém, reconhecer competência que a Constituição Federal determina a outro Poder não seria contra a mesma Constituição? Pode o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição brasileira, decidir algo contrário à Constituição? De Giorgi, Faria e Campilongo tomaram posição contrária ao Estado Constitucional de Coisas, observando a incompetência de tal decisão:

> Num país marcado pelos sem-teto, sem-saúde, sem-educação e sem-segurança, o conceito de ECI despreza o fato de que o sistema jurídico não tem estruturas, meios e organizações que lhe permitam corrigir essas mazelas por sentenças judiciais. Proferidas as decisões com base nesse conceito, quem as executará? O guarda da esquina? O vereador do bairro? Se a fonte jurídica da autoridade – a Constituição – é ameaçada pelo ECI, o que dizer da autoridade daqueles que podem aplicar o conceito? Quais seriam os limites e os mecanismos de controle desse poder? (DE GIORGI; FARIA; CAMPILONGO, 2015).

Nada leva a crer que o Poder Judiciário será mais atuante que o Poder Executivo, ou que sua honestidade é superior a qualquer outro Poder ou sistema. O futuro é incerto. Percebe-se aqui que o Supremo Tribunal decidiu, e vem decidindo, conforme sua memória, conforme o seu Direito. E aí se encontra um paradoxo do Direito, pois quando a Suprema Corte brasileira toma decisão, mesmo contrário ao Direito, torna-se Direito, torna-se válido.

5. DECISÃO JUDICIAL, MEMÓRIA DO DIREITO E TEORIA DOS SISTEMAS: OBSERVANDO O JUDICIÁRIO BRASILEIRO

O ato de decidir possui relação com os sujeitos em lide, mas também é um ato de relação com o sistema social. A decisão judicial é distinta dos demais tipos de decisão por ser produzida por uma autoridade designada para o exercício dessa função, o (a) juiz (a) em sentido amplo. A decisão como parte do sistema jurídico cumpre a função de contingenciamento das complexidades da sociedade com o Direito, na sua função autopoiética, de reprodução, autoreferência e reflexão dos seus elementos fundamentais, observa Silva (2015), aqui para a Teoria dos Sistemas, mas a decisão jurídica também, em sentido amplo, pode ser observada pela Teoria da Escolha Racional e da Teoria dos Jogos, ainda observa Monteiro (2006). O decidir jurídico esteve presente no desenvolvimento e afirmação dos Direitos Humanos, que tomou forma após a Segunda Guerra Mundial e a construção normativa do Direito Internacional dos Direitos Humanos juntamente com o Sistema Global de sua proteção. Contudo, essa construção foi realizada com a atuação da memória das graves violações aos Direitos Humanos. Com a positivação destes direitos em direitos fundamentais nos países de cultura jurídica ocidental, estes se tornaram instituições de controle intelectual da positivação jurídica (LUHMANN, 2010b)[4] e da decisão judicial. Contudo, esta construção necessitou trabalhar a memória das graves violações aos direitos humanos buscando a superação destes. A memória pode ser entendida como forma objetiva de um determinado povo sobre sua reprodução social (REÁTEGUI, 2011) ou como função cognitiva de um sistema e seus subsistemas (DE GIORGI, 2006b). Em outras situações a memória atua sob a forma de estruturas herdadas do sistema social[5]. A memória coletiva e individual atua tanto para a construção de direitos e cidadania como para a negação dos abusos ocorridos. Numa perspectiva sistêmica, a memória é uma produção do sistema, das relações da comunicação deste com seu entorno. Portanto, o Sistema Social, a Economia, a Política, o Direito e outros possuem memória[6]. Assim, a memória como

---

[4] Luhmann (2010b, p. 85) considera os direitos fundamentais com uma instituição que fundamenta as Constituições e cumpre a função essencial para o Estado: "*Si, a partir de la teoría funcional de sistemas, se pudiera esclarecer que los derechos fundamentales no son simplemente normas supra-positivas de proveniencia misteriosa que la naturaleza impone al Estado como derecho, sino que cumplen una función esencial para el Estado, entonces esto sería también um importante aporte al entendimiento global del sistema político de nuestro orden social y su Constitución jurídica*".

[5] Explica Reátegui (2011, p. 362) sobre a relação entre memória e sociedade: "Ela não é necessariamente um conjunto de enunciados sobre fatos concretos, mas sim um conjunto de disposições assentadas em uma coletividade que orienta as pessoas a perceber os fatos de um modo específico. Na esfera da violência armada e das massivas violações de direitos humanos, esta seria a diferença entre uma memória que descreve fatos e responsabilidades concretos e uma percepção geral do passado que orienta a ver a violência coo uma fatalidade".

[6] Para De Giorgi (2006b, p. 46): "A memória é, então, um *modus operandi* que continuamente é definido e redefinido pelo modo de funcionamento do sistema e que, ao mesmo tempo, redefine este modo de funcionamento. A memória é um fenômeno correlato que acompanha as operações do sistema. A memória permite um exame contínuo e consistente das operações do sistema. A temporalidade do sistema é produzida através da memória. Ela produz

produção do sistema, enseja o entendimento de que se deve compreender a existência e atuação nas operações do Direito da memória do direito e, também, da memória dos direitos humanos. Esta última com influência na construção da normatização de direitos e na aplicação da decisão judicial.

A memória e normatização dos Direitos Humanos possuem suas características globais e regionais, e, especialmente, no caso do continente americano com fortes características dos regimes autoritários, observa Piovesan (2011)[7]. As ciências jurídicas e seus observadores não podem negar a existência do desenvolvimento colonial deste continente, inclusive possuindo papel de combate ao colonialismo ainda presente, observa Zaffaroni (2016)[8]. A Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em 2005, aprovou resolução reconhecendo o Direito à Verdade[9]. Apesar de o Direito à Verdade e a Memória do Direito serem coisas distintas possuem a semelhança de atuarem com a memória e o Direito, portanto, com a decisão judicial. Essa decisão judicial, especificamente em matéria criminal é elemento necessário a um efetivo processo de Justiça Transicional. Não sendo um procedimento fácil, foi adotado nos processo de Nuremberg e Tóquio, após a Segunda Guerra Mundial, mas ainda de atuação difícil nos países latino-americanos, ou extremamente limitados, pelas condições concretas desses países, observa Cueva (2011). A Justiça de Transição é consensualmente conceituada como o conjunto dos mecanismos jurídico-políticos nos momentos de transformações política, que, contemporaneamente, buscam enfrentar as violações de Direitos humanos realizadas pelos regimes de exceção, ensina com suas observações Almeida (2014). Para Abrão (2012) a Justiça de Transição possui quatro dimensões fundamentais: a reparação das vítimas, o fornecimento da verdade e a construção da memória, a reforma das instituições que perpetraram violações aos direitos humanos e a regularização da justiça e a igualdade perante a lei, para o trabalho proposto por este projeto, é a atuação da justiça criminal diante dos fatos passados no Brasil. Cabe ainda destacar a atuação da decisão judicial.

Não existem fórmulas para a atuação da Justiça Criminal na Justiça de Transição. Cada país deve desenvolver suas formas. Os julgamentos podem contribuir para o esclarecimento da verdade e igualdade perante o Direito, contudo, podem ocorrer de como fachada e numa verdade artificial (MÉNDEZ, 2011), contribuindo ou não para a prevenção de crimes no futuro[10]. A decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2010, e a Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no mesmo ano, trouxe um paradoxo e a busca de novos paradigmas para a Justiça Criminal brasileira, principalmente porque na sentença do Caso Gomes Lund contra o Brasil, a Corte IDH destacou a necessidade de se investigar as graves violações aos Direitos Humanos, como os desaparecimentos forçados, as execuções extrajudiciais e a tortura. Tal decisão implica na aplicabilidade do Controle

o tempo do sistema, pois permite que ele saiba que todas suas operações são frutos de si mesmas, ou melhor, que ele, sistema, é determinado por si mesmo".

7 Explica detalhadamente Piovesan (2011, p. 123) as características do sistema interamericano de Direitos Humanos: "A análise do sistema interamericano de direitos humanos demanda seja considerado o seu contexto histórico, bem como as peculiaridades regionais. Trata-se de uma região marcada por elevado grau de exclusão e desigualdade social, ao qual somam democracias em fase de consolidação. A região ainda convive com as reminiscências do legado dos regimes autoritários ditatoriais, com uma cultura de violência e impunidade, com baixa densidade de Estados de Direito e com a precária tradição de respeito aos direitos humanos no âmbito doméstico".

8 Aponta Zaffaroni (2015, p. 122) as tarefas dos juristas na América Latina: "*La más importante tarea que tiene po delante el derecho latinoamericano, es la de asumir la necesidad de reforzar su papel de instrumento de lucha contra el colonialismo, formar juristas populares en esta línea, contribuir a despertar a nuestras poblaciones de la ensoñación televisiva, erigirse en un freno al actual genocidio por goteo, asegurar los derechos elementares de los habitantes, jugarse decididamente por el modelo de sociedad inclusiva y, para todo eso, otorgar prioridad doctrinaria e jurisprudencial al derecho al desarollo humano, intimamente conglobado com el derecho a la vida individual y colectiva de la humanidad en el planeta*".

9 ONU. Comissão de Direitos Humanos, "O direito à verdade" resolução 2005/66. 20 de abril de 2005.

10 Ao discorrer observações, Méndez (2011, p. 217) diz que: "não é confiável fundamentar uma punição com a concepção de que ela poderá dissuadir futuras violações, porque não se pode prever o futuro comportamento de atores relevantes. As sociedades podem somente esperar que a punição detenha o transgressor, assim como outros potenciais ofensores, mas nunca poderá presumir que uma dissuasão ocorra".

de Convencionalidade, sustenta Weichert (2011)[11]. Contudo, o controle de Convencionalidade e o controle de Constitucionalidade deverão ser aplicados pelos tribunais e juízes no Brasil para uma efetiva Justiça de Transição dos crimes do passado, implicando tais decisões não só no sistema jurídico, mas também na realidade social, como observa Luhmann (2005). A sentença da Corte IDH traz uma nova complexidade para o sistema jurídico brasileiro e a possibilidade de julgamento dos perpetradores de graves violações aos Direitos Humanos durante a Ditadura por uma revisão da Lei da Anistia, à luz desta Corte, e por uma adequação do sistema brasileiro ao sistema internacional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema Direito produz decisão judicial. O Direito diz o que é o Direito. A Memória do Direito produz comunicação com todo o seu entorno e com o sistema social. Da mesma forma que o professor De Giorgi produz a comunicação e constrói sua realidade em suas aulas, o Judiciário produz a sua realidade. A decisão judicial produz Direito. No caso brasileiro, o Supremo Tribunal Federal tem produzido sua realidade em acordo com a Constituição do Brasil, o Direito Internacional e suas próprias decisões. Como também, pode-se bem observar, que em sentido contrário, em desacordo com a Carta Constitucional, as normas e decisões internacionais e seu próprio Direito.

Estamos diante de um paradoxo. Quando a decisão judicial constrói sua realidade contrária às normas constitucionais ou legais, constrói uma nova realidade, portanto, um novo Direito. Qual o risco disso pra o Direito e para o sistema social? É de se bem observar. Mas, sem dúvidas, observamos que a memória é fundamental para a atuação do Direito, a memória deve ser sempre observada. Com sua função, a memória permite que o sistema jurídico invente uma nova realidade. A decisão como parte do sistema jurídico cumpre a função de contingenciamento das complexidades da sociedade com o Direito, na sua função autopoiética de reprodução, autoreferência e reflexão dos seus elementos fundamentais. A Memória do Direito não atua para ser democrática ou não, mas para estabilizar as demandas do sistema social. Atua tanto para consolidar os Direitos Fundamentais consagrados na Constituição brasileira, com o reconhecimento da verdade das vítimas do Regime Militar e a efetiva investigação, julgamento e punição dos responsáveis por violações de Direitos Humanos no período, como também, para estabilizar o sistema social e o sistema Direito na perspectiva do esquecimento e ocultação desses atos, mantendo a impunidade e anistia dos autores dessas violações. A Memória do Direito é a memória do sistema Direito. Enquanto a memória do sistema política não reconhecer que a impunidade das violações durante a Ditadura Militar não constrói o sistema democracia, o Estado Constitucional de Direito no Brasil não seguirá sua efetivação.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo. Para Romper o medo e o silencio: por que questionar a Lei da Anistia? In: ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso (Orgs.). **Os direitos da transição e a democracia no Brasil:** estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.0

ALMEIDA, Eneá Stutz e. Direito è justiça. A questão dos civis que atuaram na ditadura brasileira. *In*: TOSI, Giuseppe (et al.). **Justiça de Transição**: direito à justiça, à memória e à verdade. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

[11] WEICHERT (2011, p. 229-230) explicando sobre o Controle de Convencionalidade observa que: "no que diz respeito ao aparente conflito entre a decisão do STF na ADPF 153 e a sentença da CIDH no Caso Gomes Lund quanto à validade da anistia para agentes públicos autores de crimes durante a repressão à dissidência política, os órgãos internos de persecução penal, para discernirem qual delas seguirão (se a do STF ou a da CIDH), devem observar os limites da competência de cada um dos tribunais. Assim, se os crimes estiverem vinculados a 'violação aos direitos humanos', deverão ser examinados sob o pálio da decisão da CDH. Nessa situação, não se aplica a decisão do STF, dada a especial competência da CIDH. Porém, nos delitos que não se refiram a 'violações aos direitos humanos', prevalece o efeito vinculante do julgamento da ADPF".

BORGES, Jorge Luiz. **Funes, o Memorioso**. In: Borges, Jorge Luiz. **Ficções**. Porto Alegre: Globo, 1969.

CUEVA, Eduardo González. Até onde vão as comissões da verdade? *In*: REÁTEGUI, Félix (Org.) **Justiça de transição**: manual par a América Latina. Brasília: Comissão da Anistia, Ministério da Justiça, 2011.

DE GIORGI, Raffaele. **Direito, tempo e memória**. São Paulo: Quartier Latin, 2006a.

DE GIORGI, Raffaele. **Temi di filosofia del diritto**. Lecce: Pensa MultiMedia, 2006b.

DE GIORGI; FARIA; CAMPILONGO. **Estado de coisas inconstitucional**. São Paulo: Estadão, 2015. Disponível em: http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,estado-de-coisas-inconstitucional,10000000043. Acessado em: 16 jul 2016.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva, 2015.

LUHMANN, Niklas. El derecho como sistema social. *In*: DIEZ, Carlos Cómez-Jara (Ed.). **Teoría de sistemas y derecho penal**: fundamentos y posibilidades de aplicación. Granada: Comares, 2005.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2010a.

LUHMANN, Niklas. **Los derechos fundamentales como institución**. Ciudad del Mexico: Oak Editorial, 2010b.

LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffael. **Teoria della società**. Milano: FrancoAngeli, 2003.

MÉNDEZ, Juan E. Responsabilização por abusos do passado. In: REÁTEGUI, Felix (Org). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília & Nova Iorque: Comissão da Anistia do Ministério da Justiça; Centro Internacional para a justiça de transição, 2011.

MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Fundamentos para uma Teoria da Decisão Judicial**. Manaus: Anais COMPEDI, 2006. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/claudia_servilha_monteiro.pdf. Acessado em: 03 jul 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direito humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas europeu, interamericana e africano. São Paulo, Saraiva, 2011.

QUINHALHA, Renan Honório. **Justiça de transição**: contornos do conceito. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, Luciano Nascimento. Niklas Luhmann. Il diritto come sistema autopoietico. *In*: LEMOS, Jonas; SILVA, Luciano Nascimento (Orgs). **Luhmann e gli osservatori**. Lecce: Pensa Multimedia Editore, 2015.

REÁTEGUI, Félix. As vítimas recordam. Notas sobre a prática social da memória. *In*: REÁTEGUI, Félix (Org.) **Justiça de transição**: manual par a América Latina. Brasília: Comissão da Anistia, Ministério da Justiça, 2011.

ZAFFARONI, Engenio Raúl. **El derecho latino-americano en la fase superior del colonialismo**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Madres de Plaza de Mayo, 2015.

WEICHERT, Marlon Alberto. A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a obrigação de instituir uma Comissão da Verdade. In: GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (Org). **Crimes da Ditadura Militar**: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

ECOS DA EROSÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA: O CASO TORINI LIDO A PARTIR DE UMA TEORIA CRÍTICA DA CONSTITUIÇÃO

Júlia Guimarães[1]

1. INTRODUÇÃO

A decisão do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153/DF foi paradigmática para o ordenamento jurídico brasileiro, visto que estabeleceu a recepção constitucional da Lei de Anistia de 1979 (BRASIL, 2010). Contudo, essa decisão representou um grande retrocesso nos termos de uma Justiça Transicional, uma vez que barrou as possibilidades de persecução penal dos agentes de Estado perpetradores de graves violações dos direitos humanos, caminhando contrariamente ao rumo traçado pelas legislações internacionais das quais o Brasil é signatário e à ruptura representada pela Constituição de 1988 em relação à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Nesse sentido, a decisão na ADPF nº 153/DF se colocou não somente enquanto um desrespeito em relação às vítimas da ditadura e seus familiares, mas, sobretudo, enquanto uma projeção política e jurídica dos anos que viriam (MEYER, 2021).

A eleição de Jair Bolsonaro no ano de 2018 significou também a eleição de uma proposta autoritária de governo baseada em uma narrativa distorcida e negacionista da ditadura civil-militar brasileira. Fazendo jus às polêmicas falas em defesa de torturadores e do governo golpista de 1964, Bolsonaro deu ordens, no ano de 2019, para que se fizessem "as devidas comemorações" do dia 31 de março de 1964, que, de acordo com o então Porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo de Barros, representaria um dia comemorável para o presidente - que não via a data como um golpe, mas como salvação da democracia brasileira contra a ameaça comunista (BRASIL, 2019b).

As falas do Porta-voz da Presidência da República causaram um alarde em parte da sociedade, que enxergou nessa fala a primeira institucionalização de uma narrativa golpista. Membros da sociedade civil, instituições e órgãos públicos manifestaram não somente por meio de notas, mas por meio de ações populares, civis e mandados de segurança para que as comemorações não fossem realizadas sob a fundamentação de improbidade administrativa, da violação aos direitos à memória e à verdade, bem como da inconstitucionalidade da ordem exarada pelo Presidente da República.

É nesse contexto que o Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática do Ministro Gilmar Mendes em sede de mandado de segurança, entendeu pela possibilidade da referida comemoração, uma vez que, nos termos da decisão, o Estado Democrático de Direito garantiria a pluralidade de visões, incluindo a pluralidade de visões sobre a natureza dos fatos ocorridos em 31 de março de 1964. Desse modo, seria possível compreender a data enquanto uma revolução e - referendando a polêmica fala do então Ministro Presidente Dias Toffoli, que inclusive é mencionada na decisão –

[1] Mestranda em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisadora bolsista da CAPES, bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), pesquisadora associada ao Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG (CJT-UFMG), integrante do grupo de estudo CONAPRES--Constitucionalismo e Aprendizagem Social. Escreve a coluna "Entre direito(s) e autoritarismo(s)" no site História da Ditadura.

enquanto um movimento (BRASIL, 2019a). Apesar de não conhecer do remédio constitucional[2], a decisão entrou no mérito da questão e, ao considerar a possibilidade de comemoração, abriu as portas para o exercício do negacionismo histórico pelo Governo Federal, bem como incidiu em grande violação constitucional, já que o projeto constitucional inaugurado pela Constituição de 1988 rompe claramente com o período ao qual se pretendeu comemorar[3].

No ano de 2020 a mesma polêmica em torno da comemoração do dia 31 de março veio a público. Dessa vez coube ao Supremo Tribunal Federal decidir sobre a manutenção ou não de nota comemorativa que já constava no site eletrônico do Ministério da Defesa. Em decisão monocrática em sede de medida de Suspensão de Liminar 1.326, o Ministro Dias Toffoli entendeu pela possibilidade de manutenção da referida nota no site sob a argumentação de que não caberia ao Poder Judiciário decidir sobre a qualificação de fatos históricos, de que a proibição da veiculação da nota se configuraria enquanto censura e de que o Ministério da Defesa seria competente para emiti-la (BRASIL, 2020a).

Assim, em sentido similar à decisão do Ministro Gilmar Mendes, a decisão do Ministro Dias Toffoli possibilitou a institucionalização do negacionismo sobre a ditadura civil-militar brasileira e incidiu em grave violação à ordem constitucional – visto que essas decisões representam a possibilidade da celebração de atos de violência e barbárie cometidos pelo Estado brasileiro contra seus cidadãos. É importante frisar que a Constituição de 1988 é um projeto constitucional que se coloca claramente contra a defesa de períodos de exceção, sendo que sua elaboração se deu justamente em contraposição ao período anteriormente vivido e que se permitiu, e ainda se permite, a comemoração.

Essas decisões podem ser consideradas tributárias daquilo que Emílio Peluso Neder Meyer diagnosticou, na atual ordem jurídica brasileira, como uma erosão constitucional. De acordo com o autor, o processo de erosão diz respeito a um período de estresse ou instabilidade constitucional que teria se iniciado no ano de 2014 a partir da não aceitação do resultado eleitoral pelo candidato Aécio Neves. O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff seria outro sinal de erosão das instituições brasileiras, uma vez que esse não teria seguido o devido processo necessário ao feito. Ocorre que esse processo de erosão constitucional atingiu seu ponto de culminância a partir da eleição de Jair Bolsonaro (MEYER, 2021), mas, o que seria essa erosão?

A erosão constitucional diz respeito a um processo prolongado no tempo em que a Constituição é desafiada em seu nível normativo, institucional e identitário, bem como no nível de direitos e garantias fundamentais. Não se trata de um processo abrupto de ruptura constitucional tal como o representado pelo golpe civil-militar brasileiro de 1964, que se configurou como um colapso autoritário. A erosão constitucional diz respeito à violação do projeto constitucional de maneira lenta e gradual sem que se atinja o sistema constitucional por inteiro, tal como pode ser identificado nas duas decisões do Supremo Tribunal Federal mencionadas anteriormente.

---

[2] O mandado de segurança não foi conhecido, ou seja, não teria o seu mérito analisado por faltar a ele "ato coator de autoridade que determine a competência do Supremo Tribunal Federal" (BRASIL, 2019a, p. 20). De acordo com a argumentação desenvolvida, só seria objeto de mandado de segurança os atos de autoridade pública que produzissem efeitos imediatos, sendo que a fala do Porta-Voz não se configurou enquanto tal já que essa seria um mero ato de opinião. Todavia, essa argumentação pode ser questionada, visto que as falas emitidas por (e enquanto) Porta-Voz da Presidência da República, ainda mais levando em conta que essa fala foi emitida em coletiva de imprensa, são falas institucionais e que vinculam a administração pública, não sendo meros atos de opinião. Quanto à não produção de efeitos imediatos desse ato, a argumentação se mostrou equivocada pelo desenrolar dos fatos, já que no dia 31 de março de 2019 foi efetivamente publicada uma nota comemorativa ao Golpe Civil-Militar de 1964.

[3] Para uma análise da decisão em questão sob a perspectiva de uma Teoria Crítica da Constituição, ver em: GUIMARÃES, Júlia. Interpretações em disputa sobre o golpe civil-militar de 1964 no Mandado de Segurança 36.380/DF. *In*: XI CONGRESSO INTERNACIONAL ABRASD – SOCIOLOGIA JURÍDICA HOJE: Cidades inteligentes, crise sanitária e desigualdade social, 2020, Porto Alegre. **Anais do XI Congresso Internacional da ABraSD: trabalhos completos**. Porto Alegre: 2020. p. 1071-1079.

Levando em conta essas considerações, este artigo pretende demonstrar, sob viés de uma Teoria Crítica da Constituição (CATTONI DE OLIVEIRA, 2017), esse processo de erosão constitucional (MEYER, 2021) a partir de um caso concreto, qual seja, do Caso Torini (BRASIL, 2021a) em que o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, para além de reformar a sentença que condenava a União ao pagamento de indenização ao ex-preso político Antonio Torini, considerou que, ao lutar contra a ditadura, Torini teria assumido o ônus de todas as violações praticadas pelo Estado contra ele, bem como considerou-o criminoso ao se opor ao sistema repressivo vigente.

2. O CASO TORINI

Antonio Torini foi um preso político da ditadura brasileira que foi submetido durante o ano de 1972, ou seja, durante o Governo Médici, aos centros de tortura mais conhecidos do regime, quais sejam, DOPS e DOI-CODI, por violação à Lei de Segurança Nacional. Então ferramenteiro da Volkswagen na cidade de São Bernardo do Campo, Torini foi preso no dia 02/08/1972 nas instalações da montadora e encaminhado, em seguida, para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da cidade de São Paulo e posteriormente removido para o Destacamento de Operações de Informação dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército de São Paulo em 19/09/1972, conforme disposições do relatório do Inquérito Policial Militar (IPM) lavrado por agentes da ditadura (BRASIL, 2021b).

Em relação a essas informações, é necessário fazer alguns adendos preliminares. A prisão em questão foi ilegal, vez que ocorreu sem mandado judicial ou ordem escrita de autoridade competente e sem flagrante delito (BRASIL, 2021b). Além disso, tanto o DOPS quanto o DOI-CODI, foram conhecidos centros de tortura da ditadura civil-militar brasileira, sendo comandados pelos notórios torturadores do regime, sendo eles, respectivamente, Sergio Paranhos Fleury e Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Com base no IPM lavrado, Torini foi acusado pela Justiça Militar por violação ao artigo 43 do Decreto-Lei nº 898 de 1969, mais conhecido como Lei de Segurança Nacional, que foi imposto com base nos Atos Institucionais nº 5 e nº 12 (AI-5 e AI-12). A incidência do preso político nesse artigo, conforme dispõe o IPM em questão, se deu por sua participação em reuniões do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na montadora, bem como pelas contribuições financeiras que Torini realizou ao partido. Após o cumprimento da pena, Torini continuou a ser perseguido pelo regime, já que constava na lista de pessoas banidas e monitoradas pelo Estado brasileiro. Além disso, o ex-ferramenteiro foi demitido e ficou desempregado até o seu falecimento em 06/04/1998 (BRASIL, 2020b).

Ocorre que, no ano de 2020, a viúva de Antonio Torini requereu na Justiça Federal indenização pelos danos morais sofridos em virtude da prisão, tortura e perseguição a seu marido durante a ditadura civil-militar brasileira, tendo seu pedido acatado pelo juiz de primeira instância. Em sentença prolatada pelo Juiz Federal José Denilson Branco no dia 04 de novembro de 2020, o pedido em questão foi julgado procedente, havendo a condenação da União Federal ao pagamento do montante de R$ 150.000,00 a parte autora.

Todavia, a parte autora recorreu da referida decisão requerendo a majoração do quantum indenizatório fixado, sendo essa apelação contrarrazoada pela União Federal.

É nesse contexto que surge o objeto da análise a que se propõe este trabalho: o acórdão exarado pela Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região (TRF-3)[4].

Tendo como relator o Desembargador Federal Johonsom Di Salvo, a decisão foi, em termos gerais, no sentido de reforma da sentença e de improcedência do pedido da autora, não cabendo,

[4] Este artigo foi finalizado no dia 29 de abril de 2021. A decisão analisada data do dia 05 de março de 2021, sendo interpostos Embargos de Declaração pelo Ministério Público Federal em 22 de março de 2021. Após a apresentação desse recurso, que requereu, dentre outros pontos, a intervenção do MPF no feito, a última tramitação disponível para consulta pública ocorreu no dia 27 de abril de 2021, informando que o processo estaria concluso para decisão.

assim, quaisquer indenizações à parte requerente. Todavia, o que se pretende discutir neste trabalho é o que subsidiou tal decisão, ou seja, a argumentação que norteou o indeferimento do pleito autoral.

Desse modo, passa-se a breve exposição dos principais pontos da decisão, que serão analisados no próximo tópico a partir de uma teoria crítica da constituição.

O acórdão, antes mesmo de considerar o pleito improcedente, já afirma que o Poder Judiciário não seria guiado por decisões administrativas tais como a da Comissão de Anistia que considerou Torini anistiado, bem como expõe que a indenização por danos morais pleiteada foi "tardiamente cogitada pela viúva e os filhos de Antonio Torini" (BRASIL, 2021a). Essa exposição antecede a óbvia afirmação que viria em seguida: "o pedido é improcedente e a sentença deve ser reformada" (BRASIL, 2021a).

Posteriormente a essas colocações, a decisão inicia uma espécie de construção do "personagem" Antonio Torini, a ver:

> A inicial acusa agentes públicos federais de prisão, processo e julgamento de Antonio Torini, líder de **movimento esquerdista** incrustrado na fábrica da Volkswagen do Brasil, movimento esse que pretendia subverter o regime vigente a partir de 1º de abril de 1964 e substitui-lo por um governo comunista, com as linhas gerais do Programa Socialista para o Brasil, elaborado pela organização revolucionária marxista Política Operária (Polop). Esse movimento, conforme diz a inicial a certa altura era o **MOVIMENTO PELA EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO (MEP)** (...)[5] (BRASIL, 2021a).

Ao colacionar um trecho sobre o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), a decisão negrita a parte em que se diz que o movimento era de orientação armada, caricaturando seu "personagem" como um criminoso e infrator da ordem jurídica do regime. É nesse ponto que a decisão apresenta seu ponto mais polêmico e, adiantando as considerações do tópico a seguir, de maior violência à Constituição de 1988: "Está claro que Antonio Torini colocou-se, ativamente, contra a ordem então vigente e que suas ações e condutas amoldavam-se a delitos previstos pela legislação que - mal ou bem - representava o direito repressivo vigente" (BRASIL, 2021a)

Desse modo, a decisão constata a necessidade de respeito ao que chama de "direito repressivo vigente" e parece a todo momento justificar a prisão de Antonio Torini, já que, em seguida, lança os argumentos de que as condutas praticadas por Torini se amoldavam aos crimes previstos na Lei de Segurança Nacional, que o seu crime foi julgado segundo a Constituição Federal vigente e que ele seria de fato um infrator pois foi anistiado.

> Esse era, em brevíssima síntese, o panorama jurídico da época, que Antonio Torini voluntariamente pretendeu enfrentar.
>
> Isto é dito para que fique claro que a prisão, a incomunicabilidade, o julgamento e o banimento sofridos por Torini eram as consequências jurídicas de seus atos que tendiam à implantação de uma ditadura comunista no Brasil, em confronto com a opção política vigente.
>
> Logo, não há espaço para indenização do agente dessas condutas a ser paga, via judicial, pela União, eis que o infrator das leis vigentes era Antonio Torini, vinculado a movimentos e partidos defensores da ditadura do proletariado (BRASIL, 2021a).

O acórdão referenda, mais uma vez, a absurda argumentação que, ao que parece, se coloca enquanto tese norteadora da decisão: quem se colocou contrariamente à ditadura, assumiu os riscos de se submeter aos seus "rigores".

> Dessa maneira, não se pode indenizar a suposta "dor moral" de quem se submeteu aos rigores das leis vigentes pela própria vontade consciente, sabendo que infringia a legislação penal

[5] Optou-se pela manutenção dos grifos que compõe a decisão, já que eles fazem parte da construção argumentativa do acórdão.

> da época, onde a investigação, o processo e o julgamento eram as consequências legais, sem falar nas consequências da condenação penal (BRASIL, 2021a).

Posteriormente a essa colocação, a decisão se envereda para outro aspecto. Há a argumentação de que apenas seriam cabíveis a estipulação de danos morais nos casos em que houve a prática de tortura. Todavia, pontua a decisão que, no caso em comento, a parte autora não teria provado o fato constitutivo de seu direito, ou seja, não teria provado a prática de tortura contra seu falecido marido mesmo com a juntada ao processo de uma "enxurrada de documentos que demonstram somente que o mesmo foi processo[6] e preso porque conspirava contra a ordem jurídica vigente, intentando implantar o comunismo no Brasil" (BRASIL, 2021a). Sobre essas considerações, transcreve-se o trecho:

> Portanto, a única prática estatal - e assim venho considerando há muito tempo - que ensejaria mais uma indenização em favor de Torini e sua família, seria a prática de **tortura**, que nem mesmo a Constituição autoritária de 1969 permitia.
>
> Sucede que não há qualquer prova nos autos de que, encarcerado, Antonio Torini sofreu as "bárbaras" torturas que a inicial imputa aos agentes da União.
>
> Já foi decidido que "Quanto ao dano moral, em si mesmo, não há falar em prova; o que se deve comprovar **é o fato** que gerou a dor, o sofrimento. Provado o fato, impõese a condenação, pois, nesses casos, em regra, considera-se o dano in re ipsa" (3ª Turma, AgRg no Ag 1062888/SP, Relator Sidnei Beneti, DJ de 18/09/2008).
>
> Aqui, não há prova de qualquer tortura infligida a Antonio durante o tempo de prisão.
>
> Mesmo que na via administrativa a União tenha reconhecido a condição de anistiado político - isso não está em discussão - esse reconhecimento não induz necessariamente que a pessoa foi torturada no cárcere, como alega a inicial (BRASIL, 2021a).

Por fim, a decisão expõe que suscitar a participação da empresa Volkswagen do Brasil na perseguição de Antonio Torini não geraria quaisquer efeitos no caso, visto que a empresa não estaria presente na lide.

3. UMA ANÁLISE DA DECISÃO

O acórdão exposto no tópico anterior será agora analisado sob a perspectiva de uma Teoria Crítica da Constituição. Quando se fala "de uma" Teoria Crítica da Constituição e não "da" Teoria Crítica da Constituição, parte-se de um ponto imanente à própria criticidade a que a teoria se propõe: as teorias não se esgotam em si mesmas e podem ser apreendidas de outras maneiras. Nesse sentido, este trabalho terá como seu marco teórico as construções do constitucionalista Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira em torno de sua tese de titularidade.

3.1. A chave interpretativa

A teoria crítica da constituição, ao partir da constatação da importância exercida pelo conceito de constitucionalidade para a construção de uma gramática do Direito na modernidade, traz a ideia da necessária imbricação a esse conceito das noções de legalidade, legitimidade e efetividade. Todavia, o seu passo para "além" de uma mera teoria da constituição, ou seja, o seu passo para uma dimensão crítica, reside na compreensão dessas noções fora da dicotomia fato e norma.

A superação desse dualismo que enxerga nos conceitos de legalidade, legitimidade e efetividade a ligação com uma mera correspondência ou não de uma norma ao seu texto legal, ou também, de uma facticidade que responde a uma validade, abre a constitucionalidade à sua dimensão crítica e performativa em que os sujeitos de direito tensionam a todo momento o ordenamento jurídico

[6] Optou-se por manter o erro material da decisão com a grafia incorreta do trecho "o mesmo foi processo e preso".

para a construção de novos sujeitos e novos direitos, ou seja, facticidade e validade se relacionam enquanto tensão e não mais enquanto mera busca por correspondência entre elas. Assim, legalidade, legitimidade e efetividade ganham novos contornos a partir dessa guinada à criticidade, que também abre o Direito à interlocução com outros saberes.

Nesse sentido, a legalidade constitucional é compreendida através de uma "teoria da linguagem e da história (dos usos) dos conceitos e institutos constitucionais" (CATTONI DE OLIVEIRA, 2017, p. 107) de modo que a legalidade não está ligada a mera subsunção de fatos a normas, mas a construção, a partir de uma tensão entre facticidade e validade, de uma gramática constitucional ao longo do tempo pelos sujeitos de direito.

A ideia de legitimidade do constitucionalismo se liga, por sua vez, a uma teoria filosófico-política da legitimidade constitucional em que esta diz respeito ao exercício da autodeterminação e autonomia, em sua dimensão pública e privada, pela sociedade.

Por outro lado, a efetividade constitucional está atrelada, nos termos de uma teoria crítica da constituição, a uma teoria sociológico-jurídica que parte da tensão "entre os princípios do constitucionalismo democrático e os processos político-sociais (CATTONI DE OLIVEIRA, 2017, p. 108), "rompendo-se com o dualismo metafísico real vs. ideal" (CATTONI DE OLIVEIRA, 2017, p. 108).

Assim, conclui Marcelo Cattoni:

> Estando a legalidade, a legitimidade e a efetividade implicadas no próprio conceito de constitucionalidade, defendemos, a partir de uma teoria da sociedade em termos de teoria da comunicação (Habermas, 1998, p. 63-103), que uma constituição é legítima e efetiva enquanto o próprio sentido de e da constituição for objeto de disputas interpretativas e, portanto, políticas, na esfera pública, e não em função de uma suposta correspondência, em maior ou menor medida, entre um dado conteúdo constitucional e a realidade dos processos político-sociais (CATTONI DE OLIVEIRA, 2017, p. 109).

Sobre as diferenças entre os sentidos "de" e "da" constituição para o referido autor, David Francisco Lopes Gomes esclarece:

> Disputas pelo sentido *da* Constituição porque, em todas delas, o que se põe como indagação é o que *nossa Constituição* – no caso brasileiro, a Constituição de 1988 – afirma, permite, obriga. Disputas pelo sentido *de* Constituição porque, nessas indagações, encontra-se inarredavelmente o eco de indagações mais profundas, referentes ao constitucionalismo moderno como um todo: nunca é apenas uma questão sobre o que diz *nossa Constituição*, sempre é também uma questão sobre o que diz uma Constituição qualquer como Constituição, uma Constituição moderna, o constitucionalismo moderno, enfim (GOMES, 2019, p. 493).

Ao perceber a importância dessas disputas interpretativas para a constitucionalidade - e, consequentemente, para a legalidade, efetividade e legitimidade - a teoria crítica da constituição reforça não só o compromisso da constitucionalidade com os princípios democráticos, mas a imprescindibilidade deles para o próprio conceito de constitucionalidade de modo que o Estado Democrático de Direito é o único caminho possível para o constitucionalismo e este depende do exercício de uma autolegislação democrática por sujeitos autônomos.

A mobilização dessas noções é empregada, então, para análise da história constitucional brasileira, que tem na construção do projeto constituinte de 1988 um importante laboratório para análises feitas a partir de uma teoria crítica da constituição. Essa, caminhando contrariamente à tradição dos "retratos do Brasil", que veem nas mobilizações sociais brasileiras uma ausência de povo, vê o processo de constitucionalização brasileiro como fruto do exercício da soberania popular, consagrando, assim, a autodeterminação e a autonomia necessárias ao Estado Democrático de Direito. De tal modo, entende-se que "o processo constituinte foi marcado pela afirmação da soberania popular, do devido processo constitucional e dos direitos fundamentais como marcos

norteadores de um novo projeto de Estado e de sociedade" (CATTONI DE OLIVEIRA; PATRUS, 2016, p. 187).

Além disso, frisa-se a importância da compreensão da democracia não como uma democracia possível, ou seja, uma democracia possibilitada pelo acordo entre a sociedade civil e os militares que deixavam o poder pós ditadura civil-militar – mas enquanto uma democracia construída como ruptura em relação ao autoritarismo e a violência estatal da ditadura iniciada em 1964. Essa construção democrática se deu, justamente, pelo exercício de um poder constituinte fundado na soberania popular.

3.2. 3.2. A decisão interpretada: ecos da erosão constitucional brasileira

Passa-se agora à análise pontual da decisão, conforme argumentos trazidos no item 3.2 deste artigo, a partir de uma teoria crítica da constituição.

O primeiro ponto da decisão consiste na argumentação de que o Poder Judiciário não estaria vinculado às decisões da Comissão de Anistia, que concedera à Antonio Torini o status de anistiado político, bem como que o pedido de indenização por danos morais teria sido tardiamente cogitado pela viúva do preso político.

Fato é que as decisões administrativas realmente não vinculam decisões do Poder Judiciário. Todavia, sobretudo por sua fé pública, devem ser levadas em conta pelo magistrado quando essas compõem fato constitutivo do direito da parte, conforme o caso em questão. Além disso, a decisão apresenta patente contradição, já que, nesse primeiro momento, as decisões da Comissão de Anistia não vincularam, mas quando essas serviram à construção de um personagem criminoso pelo acórdão, como se observa na frase "tanto era infrator, que foi anistiado", as decisões administrativas passaram a ser levadas em conta. Assim, o status de anistiado de Torini não traduz sua perseguição pelo Estado brasileiro, mas que ele, por ser anistiado, seria criminoso. Traduz-se: por ser perseguido pelo Estado, era criminoso.

Sobre o status de anistiado, cabe fazer um pequeno adendo a partir de trecho que compõe os Embargos de Declaração produzidos pelo Ministério Público Federal contra a decisão aqui discutida:

> Nota-se que o fato do ADCT e da Lei nº 10.559 terem denominado de "anistiadas" as pessoas alcançadas por suas normas não denota que tenha reafirmado que eram criminosos a receber um benefício penal. O uso da expressão "anistiado" está arraigado na cultura brasileira desde a campanha por uma "anistia ampla, geral e irrestrita", ainda nos anos setenta. A Constituição e a Lei ressignificaram semanticamente o sentido de "anistia" em relação às vítimas de violações aos direitos humanos na ditadura militar, para torná-la significante de "reparação". O regime jurídico do anistiado político (Lei nº 10.559) é, assim, o regime jurídico de reparação às pessoas perseguidas por motivação exclusivamente política (vide o artigo 2º da Lei) (BRASIL, 2021b, p. 7).

O outro aspecto referente a esse primeiro ponto da argumentação é a consideração pelo magistrado de que a viúva de Antonio Torini estaria requerendo tardiamente a indenização por danos morais. Nesse sentido, é importante levantar que essa consideração não é somente um juízo de valor por parte do julgador, o que já é grave, mas também um juízo distante das estipulações legais do ordenamento jurídico brasileiro, que prevê a imprescritibilidade de ações desse tipo, ou seja, não há que se falar em pleito tardio. Assim, fere-se o artigo 5º da Constituição Federal, que garante a imprescritibilidade de ações referentes a danos de personalidade, bem como a legislação externa que prevê a imprescritibilidade de ações que visam reparar danos decorrentes da ditadura.

O segundo ponto da decisão diz respeito à construção do personagem "Antonio Torini". Quando se fala em personagem, aduz-se ao mundo das confabulações quiméricas em que se afasta do real para, no caso em questão, comprometer a figura que se pretende demonizar. Nascida no interior do processo transicional argentino, a teoria dos dois demônios ganhou amplitude no Brasil e seus rastros podem ser visualizados na decisão em comento.

A teoria dos dois demônios visa a equiparação da violência das Forças Armadas em relação a violência dos grupos de esquerda, sendo que, na maioria das vezes, a perspectiva adotada atribui à esquerda o "movimento" inicial que teve que ser combatido pelos militares. Assim, por exemplo, há uma perspectiva dessa teoria que entende que o golpe civil-militar brasileiro teria sido um contragolpe dado pelos militares, o que é inverídico – já que, conforme expõe o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, poderia até ser a "ameaça comunista" real, contudo, "para decepção de muitos, não foram encontrados indícios cabais da suposta trama revolucionária" (MOTTA, 2002, p. 278).

Na decisão aqui discutida, a construção do personagem Antonio Torini se inicia com a afirmação de que ele seria líder de movimento esquerdista dentro da fábrica da Volkswagen. Esse movimento pretendia subverter o regime iniciado em 1 de abril de 1964 para a implantação do comunismo nos ditames da organização revolucionária POLOP (Política Operária) e o movimento de que Torini fazia parte seria o Movimento Pela Emancipação do Proletariado (MEP). Este seria de orientação armada, aspecto que é negritado e reforçado pela decisão – que busca caricaturar, a todo momento, Antonio Torini como um criminoso.

Nesse momento, é importante recordar que a ação em questão trata de um pedido de reparação cível pelos danos morais causados pelo Estado brasileiro à Antonio Torini e, consequentemente, a sua família, e não um julgamento do preso político. Em primeiro lugar, ao realizar um julgamento, o magistrado deve estar adstrito ao pedido formulado pela parte, já que é o pedido que define os limites do que se julga. Ao decidir muito além dos limites do pedido, o acórdão se coloca como uma decisão *extra petita*, o que é proibido segundo o ordenamento jurídico brasileiro. Todavia, este não é o ponto mais grave.

Grave é julgar criminalmente sem qualquer tipo de pressuposto processual e respeito ao devido processo legal, que são pilares do Estado Democrático de Direito inaugurado pelo projeto constituinte de 1988. Julga-se, portanto, de maneira inquisitória tal como nos procedimentos medievais.

Ao se falar em reparação cível por uma conduta praticada pelo Estado ditatorial, o julgador se delonga na criminalização da figura de Torini. Todavia, a lide não diz respeito a conduta de Torini, mas do Estado. Além disso, subvertendo qualquer lógica jurídica, o acórdão tece o ferramenteiro como um criminoso pelo simples fato de compor um movimento de esquerda, o que demonstra claramente a posição política do magistrado e seu posicionamento quanto ao período em questão. Sobre essa questão, os embargos de declaração interpostos pelo Ministério Público Federal contra o acórdão argumentam que:

> Na espécie, os efeitos das decisões prolatadas se irradiam para além da esfera de interesses da autora, não apenas pela natureza do direito discutido, mas também pelos impactos imateriais da tese fixada no r. acórdão, no sentido da aceitação do direito ditatorial como válido e hábil para definir que presos políticos podem ser reafirmados como criminosos, mesmo após a superação do estado ditatorial pela Constituição de 1988. Esse posicionamento choca-se com o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e a Lei nº 10.559/2002, que reconhecem como vítimas a todos aqueles que foram perseguidos por motivação exclusivamente política, no período entre 18/9/1946 até 5/10/1988 (BRASIL, p. 7, 2021b).

O que agrava ainda mais a decisão e demonstra a clara criação de um personagem a ser demonizado é o fato de que a documentação juntada ao processo, de acordo com o recurso acima citado, não demonstra que Torini foi líder de movimento e sequer afeto à luta armada. O preso político, na verdade, atuou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) dentro da Volkswagen, segundo o próprio IPM que embasou sua condenação pela Justiça Militar – que ainda dispõe que a atuação do ferramenteiro se consubstanciava na mera participação em reuniões e doações de dinheiro ao partido. Soma-se a isso o fato de que o PCB era contra a resistência armada. Segundo Marcelo Ridenti "Uma terceira coordenada divisora das esquerdas dizia respeito às formas de luta preconizadas para o combate à ditadura dentro do processo revolucionário. O PCB continuaria mantendo, depois de 1964, a proposição da via pacífica para o socialismo" (RIDENTI, 2010, p. 46).

Desse modo, é possível verificar como os pressupostos do Estado Democrático de Direito são suplantados na decisão, que rejulga Antonio Torini de maneira escandalosamente arbitrária. A demonização do personagem criado se conecta com o próximo ponto argumentativo a ser analisado: a justificação da prisão, dos procedimentos e do direito repressivo. Esse outro ponto, quando analisado como sequência lógica da argumentação anterior, evidencia a teoria dos dois demônios presente na decisão, conforme se verá.

O terceiro ponto argumentativo é o mais polêmico e flagrantemente inconstitucional do acórdão. Trata-se da defesa do sistema repressivo vigente durante a ditadura civil-militar brasileira através da afirmação de que, ao se colocar contra o regime, o operário deveria arcar com o "direito repressivo vigente" "que Antonio Torini voluntariamente pretendeu enfrentar" (BRASIL, 2020).

Saiamos um pouco da abstração em direção a concreção histórica: o que foi o "direito" repressivo vigente durante a ditadura civil-militar?

Nos termos do Inquérito Policial Militar que embasa a condenação de Antonio Torini, o ferramenteiro foi julgado com base na infração do artigo 43 da Lei de Segurança Nacional de 1969, que, em termos gerais, compreendia como crime a conduta de participar de reuniões de partido político tal como o PCB.

Em uma primeira análise desse "direito" repressivo, vê-se que ele vai na contramão de direitos e garantias básicos dos cidadãos, como o direito à livre associação, à liberdade de pensamento, dentre outros consectários. Esses direitos compõem o arcabouço mínimo de um Estado de Direito.

Além disso, a Lei em questão é fruto do Decreto-lei n. 898 de 1969, que foi imposto pela Junta Militar que ocupava o poder sem base "constitucional", já que o poder caberia, após o afastamento de Costa e Silva, ao vice-presidente Pedro Aleixo. A "Constituição", que já era outorgada e fruto de um regime de exceção, foi ainda desrespeitada pela ascensão ao poder da Junta Militar via Ato Institucional número 12. Assim, prega-se o respeito a uma "Lei" fruto de arbitrariedades sucessivas.

Todavia, contrariamente ao defendido na decisão aqui analisada, não é possível atribuir qualquer tipo de legitimidade a ordem "legal" e pseudo-constitucional criada pela Ditadura, que, por meio de seu arcabouço normativo, abusou da semântica constitucional. O conceito de constitucionalidade pressupõe, como já visto, os conceitos de legitimidade, legalidade e efetividade, sendo a Constituição legítima e efetiva quando os sentidos de e da Constituição são disputados na esfera pública (CATTONI DE OLIVEIRA, 2017). Não é possível atribuir qualquer tipo de legitimidade, legalidade e efetividade para um regime fundado no arbítrio e na violência como o foi a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Desse modo, não é possível falar em cumprimento de um Direito que não existe.

Assim, ao argumentar que Antonio Torini, por sua conduta criminosa, deveria se submeter aos rigores das "leis" do sistema repressivo vigente, justifica-se a repressão e a arbitrariedade empreendidas pelo Estado brasileiro contra seus cidadãos, incluindo aqueles que apenas realizavam reuniões partidárias como Antonio Torini. O acórdão transformou Torini em um oponente à altura da repressão, indo contra os acontecimentos, e, sobretudo, contra a Constituição de 1988.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto buscou-se verificar, a partir de uma teoria crítica da constituição, como a decisão do Caso Torini se coloca enquanto uma manifestação do processo de erosão constitucional em curso no Brasil desde o ano de 2014. O reconhecimento de um período autoritário por meio da atribuição de legitimidade a ordem jurídica pseudo-constitucional criada pela Ditadura Civil-Militar, bem como a atribuição do ônus de provar a existência de tortura a ex-viúva de Antonio Torini e a reiterada caracterização do ex-militante como criminoso, demonstram como a decisão nega o projeto constitucional construído a partir de 1988 – que se coloca em clara oposição, negação e ruptura a ditadura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Augusto Hamann Rademaker Grünewald; Aurélio de Lyra Tavares; Márcio de Souza e Mello; Luís Antônio da Gama e Silva, 1969. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 29 de abri. de 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153/DF**. Relator: Ministro Eros Grau, 29 de abri. de 2010. Brasília, DF: 2010. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur180280/false. Acesso em: 18 de abri. de 2020..

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Decisão monocrática no Mandado de Segurança 36.380/DF**. Relator: Ministro Gilmar Mendes, 29 de mar. de 2019. Brasília: 2019a. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15339836398&ext=.pdf. Acesso em: 23 de nov. de 2020.

BRASIL. **Declaração à imprensa do senhor Porta-voz, general Otávio Rêgo Barros**. 25 de mar. de 2019. Brasília: 2019b. Disponível em: < https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/porta-voz/2019/declaracao-a-imprensa-do-senhor-porta-voz-general-otavio-rego-barros-brasilia-df-25-de-marco-de-2019-brasilia-df>. Acesso em: 23 de nov. de 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal**. Decisão Monocrática na Suspensão de Liminar 1326**. Relator: Ministro presidente Dias Toffoli. Brasília: 2020a. Disponível em: < http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaPresidenciaStf/anexo/SL1326.pdf>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

BRASIL. Justiça Federal de Primeiro Grau. **Sentença no procedimento comum cível nº 5000493-21.2020.4.03.6126**. Ação de indenização por danos morais. Relator: Juiz Federal Jose Denilson Branco, 04 de nov. de 2020b. Disponível em: https://pje1g.trf3.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=269a190f1d92db04612b491bd87725d98b826de90fbb3d16. Acesso em: 29 de abri. de 2021.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. 6ª Turma. **Decisão em Apelação Cível nº 5000493-21.2020.4.03.6126**. Relator: Desembargador Federal Luis Antonio Johonsom di Salvo, 05 de mar. de 2021a. Disponível em: < https://pje2g.trf3.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=419498f25d1402f8cff640c101246c3c92bc0f2fef403d06>. Acesso em: 20 de mar. de 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Embargos de Declaração apresentados nos autos nº 5000493-21.2020.4.03.6126.** Procurador Regional da República: Marlon Alberto Weichert. São Paulo: 2021b. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/regiao3/atuacao/ditadura-militar/providencias_civeis/embargos-de-declaracao-processo-5000493-21-2020-4-03-6126-antonio-torini/. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 647**. São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar. Julgado em 10 de mar. de 2021. Diário da Justiça: Seção 1, Brasília, DF, 15 de mar. de 2021c.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; PATRUS, Rafael Dilly. Constituição e poder constituinte no Brasil pós-1964: o processo de constitucionalização brasileiro entre "trasição e ruptura". **Revista Quaderni Fiorentini**: per la storia del pensiero giuridico moderno. 2016, n. 45, pp. 171-191.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Contribuições para uma teoria crítica da constituição**. Belo horizonte: Arraes Editores, 2017.

GUIMARÃES, Júlia. Interpretações em disputa sobre o golpe civil-militar de 1964 no Mandado de Segurança 36.380/DF. *In*: XI CONGRESSO INTERNACIONAL ABRASD – SOCIOLO-

GIA JURÍDICA HOJE: Cidades inteligentes, crise sanitária e desigualdade social, 2020, Porto Alegre. **Anais do XI Congresso Internacional da ABraSD: trabalhos completos**. Porto Alegre: 2020. p. 1071-1079.

GOMES, David Francisco Lopes. Sobre A Teoria da Constituição como Teoria Crítica: Marcelo Cattoni, democracia *sem espera* e constitucionalismo *por vir*. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 11, n. 3, p. 480-501, set./dez. de 2019.

LINHARES, Emanuel Andrade; LOPES, Mariana Tormin Tanos; MEYER, Emílio Peluso Neder. Pandemia e Erosão da Democracia Constitucional: Uma Análise dos Ataques à Transparência no Brasil. **Revista Direito Público (RDP)**, v. 17, n. 96, p. 93-122, nov./dez., 2020.

MEYER, Emílio Peluso Neder. **Constitutional erosion in Brazil**. Hart Publishing, 2021. No Prelo.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Nota Pública**: É incompatível com o Estado Democrático de Direito festejar um golpe de Estado e um regime que adotou políticas de violações sistemáticas aos direitos humanos e cometeu crimes internacionais. 26 de mar. de 2019. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/notas-publicas/nota-publica-sobre-o-golpe-de-64. Acesso em: 23 de nov. de 2020.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, David Barbosa de; REIS, Ulisses Levy Silvério dos. A teoria dos dois demônios: resistências ao processo brasileiro de justiça de transição/The two demons theory: resistances to the Brazilian transitional justice process. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 48-76, mar. 2021. ISSN 2179-8966. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/45326/33391>. Acesso em: 29 abr. 2021.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2010.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E O GOVERNO BOLSONARO: UMA TRANSIÇÃO INACABADA COMO PORTA PARA O AUTORITARISMO

Felipe Guimarães Assis Tirado[1]

Jessica Holl[2]

1. INTRODUÇÃO

Dois anos após o término dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o Procurador Regional da República Marlon Alberto Weichert asseverava que "o relatório da CNV e suas recomendações foram decididamente ignorados." (JO WESTHROP, 2016, p. 9) Apesar da ação de determinados atores e organizações - estatais e da sociedade civil - visando a efetivação da justiça de transição no Brasil, é possível apresentar um diagnóstico similar àquele do procurador federal para diversas iniciativas relacionadas ao campo no país. Nesse sentido, por um lado, é possível afirmar que o país implementou uma das maiores iniciativas de reparação pós-transicional da história (ABRÃO, 2009). Por outro lado, o Brasil foi um dos poucos países da América Latina que não condenou criminalmente nenhum dos perpetradores de crimes contra a humanidade do período ditatorial (GONZALEZ-OCANTOS, 2017; TIRADO, 2018).

Este artigo defende a hipótese de que a série de barreiras à efetivação da justiça de transição no Brasil levou a uma transição incompleta, culminando na eleição do ex-militar e apologista da ditadura, Jair Bolsonaro, em 2018. Através de pesquisa bibliográfica, documental e empírica, o presente artigo propõe expor o desenvolvimento, os obstáculos e os retrocessos de medidas transicionais no país nos últimos anos. De tal forma, analisando o papel de atores e instituições centrais para cada uma dessas etapas, este artigo examinará a hipótese proposta. No caso da hipótese se provar adequada, esta pesquisa apresentará argumentos para a necessidade da efetivação de um modelo *quasi*-transicional visando preencher as lacunas deixadas pela transição anterior e lidar com rupturas e violações perpetradas pelo atual governo.

2. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E A TRANSIÇÃO INACABADA BRASILEIRA[3]

Tradicionalmente, a justiça de transição é composta por determinados pilares fundamentais: reparação, memória e verdade, reformas institucionais, e responsabilização (ou justiça) (TEITEL, 2002;VAN ZYL, 2009). Estudos recentes afirmam, ainda, que, visando uma transição efetiva, meca-

[1] Visiting Lecturer e Doutorando em Direito no King's College London (KCL). Mestre em Direito Transnacional pelo KCL e em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador associado ao CJT/UFMG e ao King's Brazil Institute.

[2] Advogada e Coordenadora Jurídica da Associação Visibilidade Feminina. Doutoranda em Direito na Goethe Universität Frankfurt am Main (Alemanha). Mestra e Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do Centro de Estudos sobre Justiça de Transição e colaboradora da Ouvidoria Feminina da Universidade Federal de Ouro Preto.

[3] Este artigo não tem como objetivo enumerar exaustivamente todas as medidas relacionadas à justiça de transição brasileira, assim como não pretende reificar os esforços da sociedade civil, de setores de governos passados e de acadêmicos em promover uma transição no Brasil. São apresentadas algumas das principais medidas implementadas e suas limitações, de modo a discutir os efeitos de uma transição inacabada para a democracia brasileira.

nismos transicionais devem ser implementados de forma holística, ou da forma mais diversa possível (OLSEN et al., 2010). No caso em tela, é possível afirmar que houve um desenvolvimento desigual dos pilares centrais do campo. Algumas iniciativas foram bem sucedidas, como, notadamente, a reparação e, em alguma medida, iniciativas relacionadas à memória e à verdade. Outras iniciativas, entretanto, não foram executadas ou encontraram barreiras em sua execução; respectivamente, as reformas institucionais e a responsabilização.

A compreensão deste artigo é de a atuação de movimentos da sociedade civil, determinadas parcelas do Estado brasileiro, políticos, ativistas e outros foi (e ainda é) necessária para o desenvolvimento de medidas transicionais no Brasil (ABRÃO et al., 2009). A efetivação das medidas, entretanto, se deve a uma série de fatores, alguns destes fogem do controle dos referidos atores, podendo ser atribuídos até mesmo ao tempo da transição e aos esforços de atores participantes ou atrelados ao regime militar (HUNTINGTON, 1993; GONZALEZ-OCANTOS, 2017). Com essa compreensão, e de acordo com a bibliografia mais recente (OLSEN et al., 2010a, 2010b; MEYER et al. 2017), afirmamos ter havido uma transição incompleta em razão do desenvolvimento parcial dos pilares da justiça de transição.

No caso brasileiro, um dos principais atores catalizadores dos esforços relacionados à justiça de transição foi a Comissão de Anistia. A comissão foi criada em 2001, ainda durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo precípuo de implementar políticas de reparação aos perseguidos políticos (ABRÃO, ALVARENGA, BELLATO, TORELLY. 2009, p. 13), dando efetividade ao disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que foi posteriormente regulamentado pela Lei n. 10.559, de 2002. Entre os anos 2001 e 2006, a Comissão apreciou um total de 26.781 casos de pedidos de anistia política e reparação. No ano de 2007, iniciou uma nova gestão da Comissão, que promoveu a contratação de 35 novos funcionários, a criação de novas turmas de julgamento e a ampliação do número de conselheiros de 18 para 22, isso com o objetivo de dar maior celeridade à apreciação dos pedidos recebidos (ABRÃO, ALVARENGA, BELLATO, TORELLY. 2009, p. 15).

Dentre os projetos também desenvolvidos pela Comissão de Anistia merece destaque as "Caravanas da Anistia", que levou as sessões de julgamento da Comissão para todas as regiões do país (ABRÃO, ALVARENGA, BELLATO, TORELLY. 2009, p. 17-18).

Outra importante iniciativa da Comissão de Anistia que também é visualizável no caso do Araguaia é a preservação da memória oral. Em três incursões na região, foram colhidos mais de 300 depoimentos que servem não somente de instrução aos processos administrativos de reparação, mas também como preservação da história. Ainda, a colheita de testemunhos permanece como ação prioritária da Comissão, sendo levada a cabo regularmente nas sessões de julgamento em que o anistiado se faz presente e também em ações específicas, integrantes de nosso projeto de memória (ABRÃO, ALVARENGA, BELLATO, TORELLY. 2009, p. 19).

Também foi idealizado o projeto do Memorial de Anistia, a ser construído em Belo Horizonte, no antigo prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG, desenvolvido pela Comissão, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O objetivo seria a construção de um espaço de memória, dedicado à temática da justiça de transição e que permitisse a disponibilização ao público do vasto acervo documental construído pela Comissão. Note-se que esse foi um dos projetos relacionados à justiça de transição cancelados pela Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, em 2019.[4]

[4] Mais informações disponíveis em: CIPRIANI, Juliana. Damares cancela Memorial da Anistia em BH: 'Não temos dinheiro para isso'. In. Estado de Minas. Política. Publicado em 13/08/2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/08/13/interna_politica,1076902/damares-cancela-memorial-da-anistia-em-bh-nao-temos-dinheiro-pra-isso.shtml. Acesso em: 20/11/2021.

Também foram instituídas as "Clínicas do Testemunho", cujo objetivo era promover a reparação psicológica das vítimas da ditadura civil-militar. A partir desse projeto eram selecionadas instituições, com conhecimento técnico, para atuarem em parceria com a Comissão no fornecimento de atenção psicológica para as pessoas afetadas pelos atos de exceção do regime militar. Em uma vertente mais acadêmica, de modo a fomentar os debates sobre justiça de transição no Brasil, a Comissão de Anistia, em 2009, lançou o primeiro volume da Revista Anistia Política e Justiça de Transição. O objetivo da Revista era ampliar o número de participantes na construção da democracia brasileira, a partir do intercâmbio de experiências nacionais e internacionais sobre a matéria (ABRÃO, ALVARENGA, BELLATO, TORELLY. 2009, p. 21).

Outro elemento central à transição brasileira foi a instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), por meio da lei n. 12.528/2011 e instituída em maio de 2012. O que significa que somente 24 anos após a promulgação da Constituição de 1988, que restabeleceu o regime democrático no país, é que foi instituída uma Comissão cujo objetivo era a apuração "graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988" (CNV). Mais de um quarto de século se passou entre as violações perpetradas pela ditadura e a iniciativa governamental de promover um estudo aprofundado do período.

As Comissões da Verdade são parte de uma dialética entre passado e futuro, entre memória e projeto (RICOEUR, 2007, p. 101). São uma demanda do presente para o presente, para que o caminhar no sentido de ampliação da realidade democrática do Estado não se perca. Uma peculiaridade do caso brasileiro que ilustra como significativa parcela da sociedade realmente procurava espaço para expandir as investigações sobre o período ditatorial é a quantidade de Comissões da Verdade que se espalharam por todo o país. Para além da Comissão Nacional da Verdade, foram instituídas Comissões estaduais da Verdade, como a COVEMG de Minas Gerais e a CEV/RS do Rio Grande do Sul; Comissões em universidades, como a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UNB e a Comissão da Verdade da Faculdade de Direito do Largo São Francisco; bem como Comissões promovidas pela OAB, como no caso do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Com relação ao texto propriamente do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, ele demonstra simplesmente como as forças militares continuam atuantes no cenário político nacional. Por já terem se passado mais de 25 anos do fim da ditadura civil-militar brasileira esperar-se-ia uma postura mais independente da CNV, pois, como apresentado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007, p. 29):

> Ao ingressar no século 21, o Brasil se revela portador de todos os ingredientes de uma verdadeira democracia política. Reúne, portanto, condições plenas para superar os desafios ainda restantes à efetivação de um robusto sistema de proteção aos Direitos Humanos. Não pode temer o conhecimento mais profundo a respeito do próprio passado.

O fato de o relatório não ter sido muito aprofundado no que concerne às explicações de como as violações ocorreram e do que ocorreu com aqueles que ainda permanecem como desaparecidos políticos é fruto de dois fatores centrais: o primeiro é o decurso do tempo, que, como mencionado anteriormente, dificulta as investigações; o segundo é a atuação de grupos como os militares, que possuem força política e a quem não interessa que muitos detalhes do período sejam revelados. Como a Comissão é uma comissão de origem política, em alguns momentos ela procura adotar um tom mais ameno, em virtude das diversas influências a que está submetida. Como no caso mencionado por Cecilia Coimbra, fundadora do Tortura Nunca Mais, que em entrevista ao jornal Folha de São Paulo afirmou que "Falar em 'violações de direitos humanos é uma balela' O que houve foi uma tortura institucionalizada pelo Estado brasileiro. A comissão substituiu 'tortura' por 'violação de direitos humanos'. Foi uma forma de amenizar as acusações aos militares" (BRISOLLA, 2014). Contudo, mesmo com todas as suas limitações, o Relatório Final da CNV consiste em um importante documento para a compreensão das violações de direitos humanos cometidas

durante a ditadura civil-militar brasileira. Da mesma forma que as suas recomendações finais são guias importantes para o desenvolvimento de políticas públicas que ampliem a democracia brasileira. Contudo, essas recomendações vêm sendo sistematicamente ignoradas pelo governo federal, isso, quando não são implementadas políticas exatamente opostas às ali indicadas.

Por fim, é possível afirmar que os sucessos das iniciativas apresentadas acima não foram equiparados pelos pilares reformas institucionais e justiça. Em relação às reformas institucionais, a literatura converge para a conclusão de que não houve movimentos relevantes no desenvolvimento do pilar (PEREIRA, 2010; GUERRA, 2016; SCHINKE, 2016). Especificamente em relação à arquitetura institucional da segurança pública, é possível afirmar que houve uma continuidade direta em relação ao modelo criado no regime militar (GUERRA, 2016). Também é possível afirmar que houve continuidades relevantes em relação à atuação e conformação do Poder Judiciário (SCHINKE, 2016).

Também há consenso na literatura especializada em relação à falta de progresso no que diz respeito ao pilar da responsabilização ou justiça. A falta de responsabilização criminal e os obstáculos à responsabilização civil dos agentes da ditadura são apontadas em análises a partir de uma série de perspectivas (MEYER, 2012, 2015; TORELLY, 2013; PATRUS, 2016; OLIVEIRA, 2017; TIRADO, 2018). Ainda, no que se refere à não realização deste pilar, ressalta-se, ainda, que o Estado Brasileiro já foi condenado duas vezes pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (caso Gomes Lund e outros vs. Brasil, 2010, e caso Vladimir Herzog e outros vs. Brasil, 2018), sem que essas decisões tenham alterado o entendimento do judiciário brasileiro quanto à aplicabilidade da Lei de Anistia, no que se refere aos responsáveis por graves violações de direitos humanos (TIRADO, 2018).

A partir desta reconstrução da implementação da justiça de transição no Brasil, acompanhada por uma breve revisão bibliográfica, resta patente que os pilares relacionados às reparações e à memória e verdade foram os mais bem desenvolvidos na transição brasileira, enquanto as reformas institucionais e a justiça não obtiveram o mesmo sucesso, levando à referida transição incompleta, a partir de uma perspectiva holística.

Em conclusão, tal transição incompleta pôde ser diagnosticada por uma série de fatores. Inicialmente, é possível identificar tal fenômeno na total inexecução de determinados pilares, como as reformas institucionais, que geram continuidades entre os períodos autoritário e democrático, como mencionado anteriormente. Também é possível vislumbrar a incompletude no processo transicional de uma perspectiva de responsabilização. Além da falta de decisões que condenem os agentes da ditadura na esfera penal, há também um baixo índice de decisões condenatórias na esfera cível. Para além desses dois elementos de um diagnóstico inicial, é possível apontar as limitações das iniciativas referentes à memória e verdade, no trabalho desenvolvido pela CNV (JO WESTHROP, 2016); e movimentos mais recentes em relação ao desmonte de iniciativas de sucesso, como as reparações e outras iniciativas executadas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (ABRÃO, 2009; HOLL, 2018). Assim, passamos à segunda parte deste diagnóstico, que também se apresenta como um resultado da incompletude determinada acima.

3. OS RESULTADOS DA INCOMPLETUDE TRANSICIONAL, UMA PORTA PARA O AUTORITARISMO

Como aspecto final do diagnóstico de uma transição inacabada é necessário analisar a eleição do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro – evento que, em alguma medida, decorre da incompletude aqui defendida. A eleição, em si, de Jair Bolsonaro já demonstra os efeitos de uma transição inacabada: é eleito presidente, o deputado que, sob a escusa da imunidade parlamentar, ao votar favoravelmente à cassação do mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff (no contexto de um golpe parlamentar) fez homenagem ao torturador Brilhante Ustra, responsável pela tortura da própria ex-presidente durante a ditadura civil-militar. Um dos episódios iniciais que representam a continuidade entre o atual governo e a memória da ditadura civil-militar.

De diversas formas, é possível afirmar que, durante o governo Bolsonaro, o desmonte das políticas transicionais brasileiras ganhou força. Em um episódio recente, o governo recomendou que a prova do ENEM, para admissão de jovens no ensino superior se referisse à "revolução" e não ao "golpe militar de 1964".[5] Retomando o exemplo da CA/MJ, após a eleição de Bolsonaro, a Comissão continuou tendo suas funções reduzidas, chegando ao ponto em que a Ministra Damares Alves buscou reverter concessões de anistias deferidas anteriormente (LEITÃO, 2020). Uma série de outras medidas autoritárias do atual governo, com inspiração em métodos e valores da ditadura, podem ser elencadas, dentre elas, a investigação e represália a funcionários públicos que se opõem à atual administração e a militarização de cargos públicos, da segurança pública e até mesmo de escolas.[6]

Assim, é possível afirmar que há evidências suficientes para comprovação da hipótese defendida neste trabalho. Tal comprovação se dá através da conclusão da incompletude ou falta de execução de pilares da justiça de transição, posteriormente, pela eleição de Jair Bolsonaro e o desmonte das conquistas relacionadas à justiça de transição, promovido pelo atual governo, e por medidas autoritárias desenvolvidas pela administração que representam a continuidade entre o atual governo e a memória da ditadura civil-militar. Desta forma, serão apresentados na sequência argumentos para a necessidade da efetivação de um modelo *quasi*-transicional visando preencher as lacunas e lidar com rupturas no processo transicional iniciado no pós-democratização, de forma a efetivar de forma adequada os pilares que não foram desenvolvidos e aqueles que foram obstaculizados e sofreram retrocessos nos governos mais recentes, e reparar as violações perpetradas pelo atual governo.

4. UMA CONTINUAÇÃO NECESSÁRIA: PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS QUASI-TRANSICIONAIS

Comprovada a hipótese levantada por este artigo, de que uma série de barreiras à efetivação da justiça de transição no Brasil levou a uma transição incompleta, culminando na eleição do ex-militar e apologista da ditadura, Jair Bolsonaro, em 2018, passamos ao desenvolvimento de medidas que denominamos '*quasi*-transicionais' – necessárias para reestabelecer o desenvolvimento da justiça transicional no país.

Inicialmente, se faz necessário explicar o que entendemos por medidas *quasi*-transicionais. Apesar de o atual governo executar uma série de medidas antidemocráticas e autoritárias, como exposto acima, ainda é possível afirmar que nos encontramos em uma democracia. Assim, medidas transicionais, em suas acepções originais ou mais tradicionais (TEITEL, 2002;VAN ZYL, 2009), não seriam adequadas para o contexto atual. Entretanto, a incompletude do processo transicional, aliada às continuidades entre o atual governo e a memória da ditadura civil-militar, e as novas violações perpetradas pela administração nesses últimos anos, torna necessário o desenvolvimento (e a retomada) da execução dos pilares da justiça de transição. De tal forma, defendemos a perspectiva *quase*-transicional como fundamental para a ruptura com o passado ditatorial.

Tal perspectiva seria baseada nos mesmos pilares da justiça de transição elencados acima, entretanto, abarcaria também outras medidas necessárias à ruptura com o passado autoritário – e atitudes similares em contexto democrático. De tal forma, os pilares da reparação, memória e verdade, reformas institucionais, e responsabilização (ou justiça) teriam que lidar tanto com as incompletudes citadas acima, quanto com os retrocessos e novas violações ocorridos durante o atual governo.

Inicialmente, em relação à perspectiva da reparação, se faz necessária a continuação de iniciativas de sucesso, e a reparação de danos gerados pela administração recente, em relação à Comissão de

[5] Para mais informações ver: SALDANA, Paulo. Bolsonaro pediu que Enem trocasse Golpe de 1964 por revolução em questões, dizem servidores. In. Folha de São Paulo. Publicado em 19.11.2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/bolsonaro-pediu-que-enem-trocasse-golpe-de-1964-por-revolucao-em-questoes-dizem-servidores.shtml. Acesso em 20.11.21.

[6] Para mais informações, acessar a série de posts em relação aos atos do atual governo, publicados em Democratizando. Disponível em: https://cjt.ufmg.br/noticias/. Acesso em 20.11.21.

Anistia. Entretanto, outras medidas de reparação, similares àquelas propostas pelo campo da justiça de transição, também são necessárias em razão da atuação do atual governo, como, por exemplo, em relação às ações do atual governo contra funcionários públicos e no que diz respeito às vítimas da pandemia de Covid-19. Também se faz necessária, a retomada de medidas relacionadas à memória e verdade, como aquelas iniciadas e desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade, além da implementação das recomendações da comissão. Neste sentido, outras medidas visando o esclarecimento de fatos e ações desenvolvidas pelo atual governo também são necessárias, novamente, em moldes similares àqueles propostos pelo pilar transicional. Essas, novamente, podem ser aplicadas visando esclarecer e tornar públicas uma série de ações do atual governo que dizem respeito à pandemia de Covid-19; mas também em relação a uma série de atos de altos escalões da República que foram tornados sigilosos pela atual administração que são de interesse público.

Por fim, é necessário desenvolver os pilares das reformas institucionais e responsabilização. Para além das reformas institucionais necessárias desde o fim de o regime autoritário (e.g. as supracitadas reformas na segurança pública e no judiciário, além de reformas nas forças armadas), uma série de outras reformas se fazem necessárias, após medidas implementadas pelo atual governo – iniciativas que, mais uma vez, podem encontrar lições profícuas nos modelos da justiça de transição. Em relação à responsabilização, além de ser necessário voltar a pautar o tema, visando não apenas a responsabilização cível e criminal das violações praticadas pela ditadura, também se faz necessário discutir as violações perpetradas pela ação e omissão do atual governo (TIRADO, 2021).

5. CONCLUSÃO

Inicialmente, o presente artigo identificou ter de fato havido uma transição incompleta, a partir da abordagem holística de justiça de transição. Tal incompletude pode ser observada, inicialmente, no desenvolvimento irregular dos pilares da justiça de transição, incompatível com uma perspectiva holística. O diagnóstico inicial é reforçado pela eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República e por diversos episódios que representam a continuidade entre o atual governo e a memória da ditadura civil-militar. Comprovada a hipótese levantada por este artigo, passamos ao desenvolvimento de algumas possíveis medidas necessárias para reestabelecer o desenvolvimento da justiça transicional no país, que denominamos medidas *quasi*-transicionais em razão do contexto no qual essas medidas serão aplicadas e de um possível formato para sua implementação. De tal forma, ao expor a incompletude da justiça de transição no Brasil, o presente artigo busca reforçar a importância da continuidade e implementação de medidas transicionais que se fazem tão (ou mais) necessárias atualmente. A pesquisa busca, ainda, iniciar um debate em relação à importância de lições do campo da justiça de transição para lidar com as ações autoritárias e antidemocráticas perpetradas pelo atual governo. Lições estas que serão de extrema relevância para aqueles ativistas, atores e instituições estatais e não governamentais, e uma possível futura administração, engajados com a efetivação da Democracia e dos Direitos Humanos no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo. BELLATO, Sueli Aparecida. TORELLY, Marcelo D. ALVARENGA, Roberta Vieira. **Justiça de transição no Brasil**: o papel da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Ministério da Justiça. Revista Anistia Política e Justiça de Transição. Brasília, nº 1 (jan/jul. 2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009, p. 12-21.

CIPRIANI, Juliana. **Damares cancela Memorial da Anistia em BH**:'Não temos dinheiro para isso'. In. Estado de Minas. Política. Publicado em 13/08/2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/08/13/interna_politica,1076902/damares-cancela-memorial-da-anistia-em-bh-nao-temos-dinheiro-pra-isso.shtml. Acesso em: 20/11/2021.

BRISOLLA, Fabio. **Fundadora do tortura Nunca Mais considera frustrante relatório da CNV**. Em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560330-fundadora-do-tortura-nunca-mais-considera-frustrante-relatorio-da-cnv.shtml Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

CNV - Comissão Nacional da Verdade. Em: http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv. Último acesso em 13 de fevereiro de 2015.

GONZALEZ-OCANTOS, Ezequiel. **Shifting Legal Visions.** Cambridge: Cambridge University Press. 2017.

GUERRA, Maria Pia. **Polícia e ditadura**: a arquitetura institucional da segurança pública de 1964 a 1988. Coleção LAB-MDH. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

HOLL, Jessica, BASTOS, Sophia. Retrocessos na Comissão de Anistia no Brasil como Descumprimento da Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil. *In*: **Trabalho, tecnologias, multinacionais e migrações**: desafios contemporâneos dos direitos humanos na ordem democrática global. POLIDO, Fabrício, et al. (orgs.) 2018.

HUNTINGTON, Samuel P. **The third wave**: Democratization in the late twentieth century. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1993.

JO WESTHROP, Amy et al.. **As recomendações da Comissão Nacional da Verdade**: balanços sobre a sua implementação dois anos depois. Rio de Janeiro: ISER. 2016.

LEITÃO, Matheus. **Juristas contestam decisão de Damares que anulou anistia a cabos**, in Veja. Publicado em 9 de junho de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/juristas-contestam-decisao-de-damares-que-anulou-anistia-a-cabos/> Acesso em: 15 de outubro de 2021.

MEYER, Emilio Peluso Neder. **Ditadura e Responsabilização**: Elementos para uma Justiça de Transição no Brasil. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

MEYER, Emílio Peluso Neder. Crimes contra a Humanidade, Justiça de Transição e Estado de Direito: Revisitando a Ditadura Brasileira. In.: **Brasiliana Journal for Brazilian Studies**. Vol 4, No 1. 2015.

MEYER, Emilio Peluso Neder, et al. **Justiça de Transição em Perspectiva Transnacional**. Belo Horizonte: Initia Via, 2017.

OLIVEIRA, Ana Carolina Rezende. **Transconstitucionalismo e a norma global de responsabilidade individual**: uma análise crítica da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

OLSEN, Tricia; PAYNE, Leigh; REITER, Andrew. **Transitional Justice in balance**: comparing processes, weighing efficacy. Washington D.C.: United States Institute of Peace Press, 2010a.

OLSEN, Tricia; PAYNE, Leigh; REITER, Andrew. The justice balance: when transitional justice improves human rights and democracy. *In*: **Human rights quarterly**. Volume 32. Number 4. November 2010b. p. 980-1007.

PATRUS, Rafael Dilly. **Articulação Constitucional e Justiça de Transição**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Trd. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

SALDANA, Paulo. **Bolsonaro pediu que Enem trocasse Golpe de 1964 por revolução em questões, dizem servidores**. In. Folha de São Paulo. Publicado em 19.11.2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/bolsonaro-pediu-que-enem-trocasse-golpe--de-1964-por-revolucao-em-questoes-dizem-servidores.shtmlAcesso em 20.11.21.

SCHINKE, Vanessa Dorneles. **Judiciário e autoritarismo**: regime autoritário (1964-1985), democracia e permanências. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2016.

TEITEL, Ruti G. **Transitional justice**. Nova Iorque: Oxford University Press: 2002.

TIRADO, Felipe Guimarães Assis. **Human rights, transitional justice and transnational law**: towards accountability for crimes against humanity in Brazil. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

TIRADO, Felipe. **Brazil is losing the 'war against Covid' under the command of Captain Jair Bolsonaro**. Brazilian Research and Studies Blog. ISSN 2701-4924. Disponível em: https://bras-center.com/brazil-is-losing-the-war-against-covid-under-the-command-of-captain-jair-bolsonaro/, acessado em 20 de novembro de 2021.

TORELLY, Marcelo D., A formação da norma global de responsabilidade individual. In.: **Sistema Penal & Violência**, v. 5, n.2 (2013).

VAN ZYL, Paul. Promovendo a Justiça Transicional em Sociedades Pós-Conflito. Trad. Ministério da Justiça. In. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição. Brasília**, nº 1 (jan/jul. 2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p. 32 – 55.

O VALOR DA VERDADE FACTUAL NA POLÍTICA: O QUE ISSO TEM A VER COM DEMOCRACIA?

Maren Guimarães Taborda[1]

Emmanuel Petersen de Azeredo[2]

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, experimenta-se o conflito entre verdade e política, porque o poder ataca a verdade factual, quando falsifica ou nega fatos mentirosamente, e porque o Governo central viola, diuturnamente, os princípios da publicidade e o da transparência na esfera do público, que são a condição institucional do regime democrático. Precisamente o regime político se define como autocrático ou totalitário, quando, além de ser "secreto", organizado em uma burocracia opaca, emprega-se a mentira e a manipulação ideológica, que impedem o trânsito de informações exatas e honestas (ARENDT, 2002; BOBBIO, 2000; BOVERO, 2002; KANT, 1995)

A memória é a unidade da distinção entre recordação e esquecimento, e os fatos e os eventos recordados são a verdadeira textura do domínio político. Em regimes totalitários ou autocráticos, o governante é tanto mais capaz de comandar quando mais oculto estiver e "vendo tudo", enquanto os governados são subjugados quanto mais souberem ser vistos, mas não sabem onde estão os governantes, que "tudo vêem". Em tais regimes, os governantes, ao se preocuparem com a manutenção do poder, acabam se defendendo se inimigos reais ou imaginários através da mentira: ou simulando (fazendo parecer aquilo que não é) ou dissimulando, não fazendo aparecer aquilo que é. Aliás, foi com a propaganda totalitária que a utilização das técnicas publicitárias foi feita como não visto antes, pois a propaganda política, neste modelo totalitário, visa criar uma ficção coerente e apagar a realidade contraditória.

Postas tais premissas, é *objetivo* do presente ensaio investigar o valor da verdade factual em política e o da alteração dessa verdade (uso da mentira), pois a eficácia da mentira depende, sempre, de uma clara noção de verdade, que o mentiroso quer esconder. Com isso, várias questões podem ser formuladas, então, no que diz respeito às *fake news* políticas, ou uso da mentira em política, como a investigação dos problemas que as democracias enfrentam em face da internet e a comparação a problemas assemelhados antes do surgimento da web. O recorte aqui feito diz respeito, primeiro,

[1] Doutora e Mestre em Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Especialista em Gestão Tributária pela UCLM - Universidad Castilla La Mancha. Atualmente é Professora Titular de História do Direito, de Direito Constitucional e de Direito Administrativo da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Graduação e programa de Mestrado), Professora de Direito Constitucional na Escola Superior de Direito Municipal. Procuradora do Município de Porto Alegre (inativa). Líder do Grupo de Pesquisa "Transparência, direito fundamental de acesso e participação na gestão da coisa pública", da FMP-RS. Linha Tutelas à efetivação de Direitos Transindividuais. Orcid.org/0000-0002-2947-7983. Telefone: (051) 984161692. Endereço eletrônico: tabordamaren@yahoo.com.br

[2] Graduando do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da FMP-RS. Bolsista do programa de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e Pesquisador do Grupo de Pesquisa "Transparência, direito fundamental de acesso e participação na gestão da coisa pública" e do Grupo de Pesquisa "Sociedade da informação e 'Fake Democracy': os riscos à liberdade de expressão e à democracia constitucional", ambos da FMP-RS. Linha Tutelas à efetivação de Direitos Transindividuais. Orcid.org/0000-0003-3370-3493. Telefone: (051) 999905758. Endereço eletrônico: a.p.h.emmanuel@gmail.com

ao que se pode entender por 'verdade' (1), para, a seguir, tratar dos efeitos da mentira política moderna sobre a comunidade política (2) e da vinculação entre verdade e democracia (3). O *caminho* (método) utilizado no ensaio é dedutivo-conceitual, pois, parte dos conceitos filosóficos sobre a verdade e seu valor, para deduzir que a não verdade (a mentira) produz determinados efeitos sobre a comunidade e, em particular, que a verdade é corolário da democracia. O procedimento adotado foi o interpretativo-comparativo, pois compara teses da filosofia política, da teoria constitucional, e da filosofia, em geral. Considerações são articuladas ao final.

2. A VERDADE COMO VALOR

O exercício do indivíduo humano das faculdades de pensar, querer e julgar demanda uma ordenação que é realizada pela memória, não é por outra razão que Giovanni da San Gimignano afirma que para ter uma boa memória é necessário "dispor, em uma ordem determinada, as coisas das quais quer se lembrar" (LE GOFF,1998, p.147), sendo que dentre as ordenações realizadas pelo indivíduo destaca-se classificação verdade/mentira. A proposição de pretensões lastreadas sob o signo da verdade tende a "congregar os homens e a mentira os dispersa e põe em conflito"(RICOEUR, 1968, p.167). Ao tentar unir a humanidade por intermédio da verdade, verifica-se que o verdadeiro pode provir de dois pólos: o clerical e o político. Neste ensaio, ateve-se à verdade oriunda do seio político, isto é, a capacidade de congregar os interesses e objetivos da existência humana por intermédio da capacidade política, pois "é no poder político que se joga o destino de um conjunto geo-histórico: cidade, nação grupo de povos" (RICOEUR, 1968, p.186).

A verdade provinda da atividade política busca construir uma "concordância que se situa no nível de nossa capacidade de julgar (afirmar ou negar), uma concordância de nosso discurso com a realidade e, de modo secundário, uma concordância nossa conosco mesmos, uma concordância entre os espíritos"(RICOEUR, 1968, p.169).

Nessa toada, pode-se verificar que há vários caminhos possíveis de construção de uma justificação passível de verdade. Desde René Descartes, a verdade "popular" foi construída sobre um "método experimental" colocando, às vezes, o próprio ser humano como um "meio" para atingir a verdade. Tal linha de raciocínio foi utilizada de subsídio para os movimentos mais bárbaros e cruéis, tal como o nazismo.

Contrapondo a verdade cartesiana, podemos encontrar nos escritos de Vico, principalmente, no "Principi di una scienza nuovo dintorno alla comune naura delle nazioni". O fundamento da crítica pode ser encontrado na concepção da verdade, pois, diferentemente de René Descartes, Vico afirma que a verdade e o fato ou o verdadeiro e o feito são a mesma coisa,"Verum ipsum factum, verum et factum convertuntur"(VICO, 1979, p.13), ou seja, só poderia ser conhecido de maneira indubitável aquilo que o próprio sujeito cognoscente cria, faz ou produz. Ao deslocar a premissa proposta por Vico ao problema de pesquisa, pode-se observar o imenso valor que a verdade possui, pois a responsabilidade, das consequências e dos desdobramentos da própria história da humanidade está nas mãos do "governo dos homens".

Arendt, conhecedora da obra de Vico, ao se debruçar sobre o tema da verdade em política, observa, primeiramente, que "jamais alguém pôs em dúvida que verdade e política não se dão muito bem uma com a outra, e até hoje ninguém, que eu saiba, incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade"(ARENDT, 2016, p. 167). Além disso, Arendt, igualmente estudiosa das 'tipologias da mentira' de Santo Agostinho, dirige a sua análise não sobre a mentira como feito pelo bispo de Hipona, mas sim sobre as 'tipologias da verdade', e tal mudança de perspectiva proporcionou a descoberta de várias verdades. Nesse sentido, ela anota que a depender da *verdade* posta em questão há um debate de diferente gramatura, posto que se desdobra em diferentes eixos.

> as verdades matemática e científica se caracterizam por conter um elemento interno de coerção que as torna indiscutíveis. A evidência racional ou a prova empírica implicam na submissão. A verdade filosófica, a verdade moral e a própria verdade revelada também têm

> uma estrutura monológica, pois dizem respeito ao homem na sua singularidade(ARENDT, 2016, p. 13).

Dentro dessa multiplicidade de verdades, encontra-se a verdade factual, isto é, aquela que "diz respeito a eventos e circunstâncias nas quais muitos são envolvidos; é estabelecida por testemunhas e depende de comprovação; existe apenas na medida em que se fala sobre ela, mesmo quando ocorre no domínio da intimidade. É política por natureza."(ARENDT, 2016, p. 174).

Diante da compreensão de Arendt de verdade factual, o seu contrário não é o erro ou o engano, mas sim a falsidade deliberada. Nessa mesma linha de pensamento, Derrida, reforça a ideia de que um mero engano ou equívoco, por si só, não possui o desejo ou a intenção de tirar proveito alheio, ou seja, "mentir não é enganar-se nem cometer erro; não se mente dizendo apenas o falso, pelo menos se é de boa fé que se crê na verdade daquilo que se pensa ou daquilo acerca do que se opina no momento"(DERRIDA, 1996).

Ademais, cabe registar que, nessa mesma linha de pensamento, Santo Agostinho, define que as anedotas não são mentiras, pois "elas têm um sentido bastante claro, devido à própria tonalidade em que são pronunciadas e o seu espírito jocoso, que em nada tem a intenção de enganar, ainda que não diga coisas verdadeiras"(AGOSTINHO, 2019, p.17). Derrida afirma que a mentira, no pensamento tradicional, é um ato enunciativo intencional dirigido a outrem, tendo o emissor a consciência que aquilo que é dito não corresponde total ou parcialmente ao que de fato ocorreu, com a finalidade de enganar. Nesse sentido, percebe-se que, a partir da visão tradicional de mentira, retira-se a confusão com a ilusão, erro ou imprecisão.

Kant, ao se debruçar sobre o tema, atribui à verdade um valor basilar para a realização da convivência entre livres e iguais que se unem através do consenso jurídico (Direito) e descreve a mentira como sendo um "atentado contra a humanidade" e como "a maior violação de um dever de um ser humano consigo mesmo".

> A veracidade nas declarações, que não se pode evitar, é o dever formal do homem em relação seja a quem for, por maior que seja a desvantagem que daí decorre para ele ou para outrem; e se não cometo uma injustiça contra quem me força injustamente a uma declaração, se a falsificar, cometo em geral, mediante tal falsificação, que também se pode chamar mentira (embora não no sentido dos juristas), uma injustiça na parte mais essencial do Direito: isto é, faço, tanto quanto de mim depende, que as declarações não tenham em geral crédito algum, por conseguinte, também que todos os direitos fundados em contratos sejam abolidos e percam a sua força – o que é uma injustiça causada à humanidade em geral (KANT, 1995, p. 4).

Percebe-se, ante as premissas acima destacadas, que a verdade colocada em discussão, a factual, além de se consolidar como um valor, ela é o terreno no qual edificamos a nossa existência, isto é, a verdade do testemunho da existência humana que não se confunde com a opinião, erro ou ironia.

3. OS EFEITOS MENTIRA POLÍTICA MODERNA SOBRE A COMUNIDADE POLÍTICA

Antes de detalhar os efeitos da mentira política moderna, demonstra-se oportuno salientar que a propaganda política dirigida às massas, isto é, a difusão em larga escala de ideias políticas para "um grande número de pessoas as quais se encontram interligadas por algum modo"(FREUD, 2020. p.15.) que teria ganhado os holofotes públicos a partir dos idos de 1933 (QUENTIN, 1943, p.1-3.).

A propaganda política pura não se confunde com a publicidade política, uma vez que esta seria a versão *corrupta* daquela. Entretanto, destaca-se que o veículo de difusão de mensagens políticas ou comerciais possuem grandes semelhanças (QUENTIN, 1943, p.9-10). A propaganda se assemelha dos métodos da *Madison Avenue* (ARENDT, 2016, p.185.) na medida em que, para além de ser um "método de difusão deliberada e sistemática de mensagens"(BOBBIO, 1998, p.1018.)",

possui diretrizes práticas idênticas, sendo elas a lei da simplicidade, da saturação, da compreensão dirigida, da parcialidade (QUENTIN, 1943, p. 10).

No que se refere aos efeitos, percebe-se que a primeira predisposição das massas (FREUD, 2020, p.17) potencializada pela mentira política moderna no grupo é a aceitação da mentira, desde que não tenha consequências negativas para ninguém do grupo, ou seja, a falsidade deliberada é aceita, inclusive sobre a realidade factual, desde que seja para os "outros" e não para os integrantes do grupo é plenamente lícita (KOYRÉ, 2019). A condicionalidade do direito da verdade factual ao pertencimento de um grupo dentro de uma comunidade política cria uma cisão entre os dignos da verdade, nós, e os indignos, eles. Dessa maneira, a política se reduz à relação de força a qual cada grupo tenta obter o controle da coletividade não mais pelos métodos de dominação mencionados por Weber, seja a carismática, legal ou a tradicional (WEBER, 1979, p.128-141).

A partir dessa divisão, as unidades grupais começam a tensionar os discursos entre "nós" e os "outros" e exigir de seus integrantes uma prevalência da narrativa frente o adversário, ainda que atente sobre a razoabilidade e a coerência, isto é, uma devoção à primazia da mentira, sendo essa uma virtude do indivíduo admirada pelo grupo e, dessa maneira, tornam-se os grupos em sociedades secretas nas quais a razão e a verdade só está disponível para os membros e não para o público (KOYRÉ, 2019).

Toda mensagem que é emitida pelo grupo é criptografada em códigos próprios da conspiração às claras, desse modo, a comunicação torna-se "uma asserção doutrinal quanto uma promessa política, tanto a teoria ou fé oficial quanto uma obrigação contratada por tratado"(KOYRÉ, 2019) e a regra máxima para o iniciado seguir incontestavelmente a devoção, "a confiança não é dada aos não iniciados"(KOYRÉ, 2019).

O modo de interação transmuta a relação política de uma solidariedade deliberativa da comunidade para uma apego passional compulsivo/possessivo em que "a fidelidade ao grupo se torna o dever supremo, às vezes até único, de seus membros[...]a obediência torna-se a regra e a norma das relações entre o membro do grupo e seus líderes". (KOYRÉ, 2019). Logo, como consequência de uma série de fatores, a mentira política moderna potencializa a interpretação errônea sobre a coisa pública, não se busca o *bem comum* (ARENDT, 2007, p.31-36), mas sim do interesse grupal/pessoal. A crítica da utilização da política como uma disputa entre procuradores de interesses particulares não é nova, tendo em vista que Edmund Burke, em 1777, no seu discurso dirigido aos eleitores de Bristol criticou veemente o exercício de tal prática e defendeu que o legislativo deve ser guiado por uma assembleia deliberativa de uma unidade legislativa amparada por uma *razão geral* e não por interesses locais (BURKE, 2012).

A direção da coisa pública movida por interesses egoísticos poderia ser explicada, consoante as lições de Rousseau, como a condução sob o império do *amor-próprio* a qual "leva cada indivíduo a fazer mais caso de si do que de qualquer outro, que inspira aos homens todos os males que se causam mutuamente"(ROUSSEAU,1989,p.158).

A *res publica* é, conforme anotado por Cícero, o governo do povo, sendo esse entendido como "não todos os homens de qualquer modo congregados, mas a reunião que tem seu fundamento no consentimento jurídico e na utilidade comum"(CÍCERO, 1973, p. 155), ou seja, não é a mera justaposição de pessoas que estão em público (BOBBIO, 2000, p.406-408), mas sim uma comunidade de pessoas humanas que está fundada, segundo o entendimento de Rousseau, sobre o *amor de si* que leva "todo animal a zelar pela própria preservação, e que no homem, quando guiado pela razão e modificado pela piedade, produz a humanidade e a virtude" (ROUSSEAU,1989, p.158).

Por outro lado, a mentira política moderna induz os grupos a terem uma falsa impressão sobre a sua liberdade, pois, ao passo que suas falsidades deliberadas esmorecem sob a resiliência da verdade factual, uma vez que não há outro substituto ideal (ARENDT, 2016, p.176), acusam os defensores da verdade factual de censuradores que atuam contra a "liberdade de opinião". (ARENDT, 2016, p.182)

Dessa maneira, confundindo, as duas espécies de liberdade que foram explicadas por Rousseau (1999, p.26), a liberdade natural, aquela em que o ser faz o que quer em seu estado de natureza, e a liberdade civil, aquela que permite o indivíduo fazer o que quiser, desde que respeite os limites impostos pela vontade geral. A limitação não impede ser livre, a finalidade da limitação é diametralmente oposta, isto é, garantir a liberdade.

Ademais, o sujeito incorre em uma segunda falha, sendo essa referente ao conceito de opinião, embora, conforme anota Sartori (1998, p.69.), a opinião seja uma "doxa, no es episteme, no es saber y ciencia; es simplemente un 'parecer', una opinión subjetiva para la cual no se requiere una prueba", não permite o eleitor de suprimir os fatos ao seu bel-prazer (ARENDT, 2016, p.169), posto que os fatos constituem a solo pelo qual se edifica a práxis política, segundo Arendt essa atitude, transformar fatos em opinião, é uma redução da opinião ao nível inferior (ARENDT, 2016, p.173),.

4. A VERDADE COMO COROLÁRIO DA DEMOCRACIA

O valor econômico das modernas empresas de comunicação comprova que, na 'sociedade da informação' (CASTELLS, 1999, p. 21), o bem mais precioso não é mais o ouro ou a prata, conforme o metalismo do século XVI e XVII. A informação é o bem mais importante, que possui o papel central para a dinamização das atividades e, por intermédio da informação pública veiculada pela imprensa (verdade factual), podemos compreender a "situação política" (DE GIORGI, 1998, p. 36) e, na posse dos dados, efetuar a livre manifestação da vontade política.

Porém, a verdade factual, assim como o ouro na idade média, não está livre de assaltos e armadilhas, tal fato fica evidenciado com o escândalo da *Cambridge Analytica* (VESTING, 20 20,p. 195). São variados os modos de interdição dos fatos, dentre os quais destacam-se: I) a hiperinformação, aumento excessivo de informações que turvam o receptor e impossibilitam a deliberação (HAN, 2017, p. 48); II) a subinformação, ocultamento informações essenciais (SARTORI, 1998, p.80.); III) a desinformação(SARTORI, 1998,p. 79-80), a criação de informações deliberadamente falsas (ARENDT,2009, p.311).

Todas as estratégias, em certa medida, visam manter verdade dos fatos oculta ou encriptada. Nesse sentido, demonstra-se oportuno densificar o conteúdo da palavra *segredo*, que possui origem na palavra *secretum,* significando que está "oculto à vista, ao conhecimento" (LAROUSSE BORDAS, 1999, p. 5303), sendo que a gênese da palavra está ligada ao verbo o *se-cernere* que "é constituído do prefixo SE – marcando a separação e de CERNERE: selecionar, passar no crivo; de que lugar distinguir, discernir, ver, escolher, decidir (*krinein* em grego – *krypto:* esconder; cripta)." (FLORENCE, 1999, p. 163), ou seja, a palavra *segredo,* desde a sua epigênese, possui natureza política e representa uma escolha de colocar certa informação, independente do caráter pessoal ou não, em público ou mantê-la na cripta da consciência do indivíduo.

Nesse diapasão, podemos perceber que o segredo diz respeito à relação do conhecimento de certa informação por um indivíduo com o conhecimento do público do referido dado, sendo um resultado inerente à qualidade humana, *zoon politikon*, que para ser representativa do pensamento da tradição, deve ser interpretada como que o indivíduo é "um ser vivo dotado de fala", *zoon logon ekhon*, e que, por intermédio da fala, busca expor a sua contemplação para convencer os demais sobre determinado assunto, o que não se confunde com os modos pré-políticos de utilização da força ou da persuasão para a formação do convencimento (ARENDT, 2007, p. 36).

O ocultamento das razões na deliberação pública, assim como o silêncio, sempre foi a estratégia de defesa, posto que a resposta, ou seja, a exposição pública dos motivos acorrenta o falante às suas premissas postas em público, expõe as suas fragilidades e subtraiu-lhe a possibilidade de escapar do julgamento público (CANETTI, 1995, p. 289). Durante a história da política, o segredo foi considerado um elemento essencial para a governança dos homens que teria como fundamento uma *razão de Estado*, *arcana imperii,* que se justificava para proteção do estado (BOBBIO, 2000, p.

411). Atualmente, o fundamento do segredo, para além da segurança, justifica-se pela proteção da intimidade, honra e imagem corolários do princípio da dignidade da pessoa humana (FARIAS, 1996, p. 106) que está inscrito como um dos fundamentos da Constituição da República de 1988.

Contudo, a democracia se caracteriza por ser um governo visível que não comporta a deliberação sobre falsidades deliberadas, logo, exigir o respeito à verdade factual não está se violando a imperscrutabilidade da intimidade, a segurança do país, mas exigindo-se o cumprimento das *regras do jogo* (BOBBIO,1986, p. 64-81), a prevalência da publicidade. A publicidade da verdade factual da governança dos homens, em um regime democrático, além de representar saída da menoridade (KANT, 1995, p. 100-116), é uma máxima que visa reduzir o poder do *segredo de gabinete* (BOBBIO, 2000, p. 409), compelir o cumprimento das tarefas públicas (BENTHAM, 2011, p. 278), possibilitar o controle dos atos do governo (BOBBIO, 2000, p. 408), assegurar a confiança do povo na condução dos atos do governo (BENTHAM,2011, p. 279), possibilitar o conhecimento das intenções do administrador (SENNETT, 2001, p.154) e promover os recursos necessários para o exercício da deliberação (HABERMAS,2020, p. 35-37).

Por fim, destaca-se que, no regime democrático, a validade e legitimidade dos atos do governo são erigidas pela sua *transparência*, isto é, por proporcionar, ao cidadão, as condições de saber, controlar e participar (TABORDA, 2002, p. 259) os quais só podem ser realizados com o respeito à verdade factual. Por conseguinte, não há como conceber a democracia sem verdade, ou seja, fora da verdade, não há consenso, mas sim manipulação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, foi possível descrever a tradição da filosofia política construiu uma definição para se referir à ação pela qual se produz a desinformação, em sentido estrito, a hiperinformação e a subinformação, sendo esse conceito chamado de *mentira* que, segundo Santo Agostinho, é considerada chaga do *coração dúplice,* uma vez partir-se-á da premissa que não é possível mentir para si mesmo e que há consciência da "verdade", mas mesmo assim pronuncia inverdades. A desinformação, em sentido amplo, é a denominação contemporânea da *mentira política moderna*, a qual não se confunde com a tradicional, pois ela possui três características distintivas, ou seja, pelo destinatário da ação, pela utilização da *expertise* biológica/psíquica e da interdição, por várias formas, da verdade factual.

Quando se trata de produzir notícias políticas falsas, um fato de importância, esquecido ou dissimulado pela mentira, dificilmente é descoberto, ao contrário do que ocorre com as verdades científicas. Havendo diferença entre a verdade e a opinião, na medida em que mentiras são toleradas e transformadas em opinião, os fatos deixam de ser problema de registro histórico e passam a ser questão de opinião. Daí a verdade factual, quando exposta em público, fica submetida à contradição não por mentiras, mas pela opinião. As verdades são opostas das opiniões no modo de asseverar a validade e, assim, a hipótese a ser testada é a de que a verdade factual não é mais evidente do que a opinião, porque, estabelecida por confirmação de testemunhas, registros, documentos e monumentos que não estão isentas de falsificações, torna possível desacreditar a verdade factual como se fosse só mais uma opinião. Desconsiderar a linha divisória entre a verdade factual e a opinião é uma das formas que a mentira política pode assumir: são formas de ação.

As mentiras políticas modernas requerem um rearranjo da trama factual, criam outra realidade e daí, muitas vezes, essas novas histórias e imagens substituem a realidade e a facticidade. Assim, se o passado e o presente são tratados como partes do futuro, o âmbito político perde sua força estabilizadora como ponto de partida para iniciar algo novo. A verdade possui uma força própria, de modo que a persuasão (opinião) e a violência podem a destruir, mas não a substituir. A verdade é, pois, aquilo que não se pode modificar.

Ademais, a mentira política contemporânea, tem outra característica, que é substituir os fatos. O esforço autoritário é o de destruir toda a verdade factual, manipulando os eventos passados para atender às suas ideologias. A manipulação da verdade para obter o consenso é, hoje em dia,

multiplicada pelo uso da propaganda e pela forma dos meios de comunicação de massa. A verdade da política diz respeito a que os fatos ocorreram de uma determinada maneira e não de outra: o nazismo foi um fenômeno de extrema direita; a ditadura civil-militar de 1964 foi uma ruptura sanguinária. O oposto da verdade factual não é o erro, mas a mentira e esta impede a objetividade: os eventos humanos merecem ser lembrados, independentemente de quem foi o "vencedor" da disputa.

A verdade colocada em discussão, a dos acontecimentos, não guiará os "hereges" para a fogueira, pelo contrário, a verdade em questão é o solo, o qual é arado pela razão, sobre o qual a semeamos a nossa existência, isto é, a verdade do testemunho da existência humana que não se confunde com a opinião.

A verdade factual é um elemento essencial para a realização livre do pensar, querer e julgar da pessoa humana, além de ser um atributo vital para a realização das condições da democracia e a persecução dos fins positivados na Constituição da República de 1988.

Nesse sentido, assim como a justiça, a memória possui um traço característico que é o seu mandamento de alteridade, posto que está sempre ligando o outro, objeto ou pessoa, com o indivíduo que lembra/rememora, logo, fazer justiça, por intermédio da lembrança, a outrem que não a si. Portanto, respeitar a memória dos acontecimentos é essencial para saber compreender onde estamos e para onde queremos ir.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, S. **A mentira: Contra a mentira**. 1ª. ed. São Paulo: Paulus, 2019.

ARENDT, H. **A condição Humana.** 10.ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. 8.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BENTHAM, Jeremy. Da publicidade. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2011, n. 6 [Acessado 09 Julho 2021], pp. 277-294. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200011>. Epub 04 Jul 2012. ISSN 2178-4884. https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200011.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. A Filosofia política e a lição dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000

BOBBIO, Norberto. **Democracia e Segredo**. São Paulo: Unesp, 2015

BOBBIO, Noberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOVERO, M. **Contra o Governo dos piores. Uma gramática da democracia**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BURKE, E. Discurso aos eleitores de Bristol. **Rev. Sociol. Polit.** , Curitiba, v. 20, n. 44, pág. 97-101, novembro de 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000400008&lng=en&nrm=iso. acesso em 21 de maio de 2021.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**.1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. 4ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

CAYGILL, H. **Dicionário Kant**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DE GIORGI, Raffaele. **Direito, Tempo e Memória**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

DE GIORGI, Raffaele. Direito, **Democracia e Risco: Vínculos com o futuro**. 1ª. ed. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1998.

DERRIDA, J. **História da mentira**: prolegômenos. Estud. av., São Paulo , v. 10, n. 27, p. 7-39, Aug. 1996 . Disponível em: Http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000200002&lng=en&nrm=iso. Acessado em 07 de fevereiro de 2021.

FARIAS, Edilson Pereira de. **Colisão de direitos: A honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação**.1 ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1996.

FLORENCE, Jean. **A propósito do segredo**. Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 1999, v. 15, n. 2 [Acessado 11 Julho 2021] , pp. 163-166. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37721999000200009>. Epub 07 Jan 2013. ISSN 1806-3446. https://doi.org/10.1590/S0102-37721999000200009.

FREUD, S. **Psicologia das Massas e Análise do eu e outros textos**. Trad. Paulo César de Souza. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GARCIA, E. **Abuso de poder nas eleições: meios de coibição**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**.1 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

KANT, I. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Trad. Artur Morão, Lisboa: Edições 70, 1995.

KANT, I. **Crítica da faculdade de julgar**.1.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

KANT, I. **Textos Seletos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

LAROUSSE BORDAS. **Grande enciclopédia Larousse Cultural**. Vol.21. 5 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LE GOFF, J. **Historie et Mémoire.** 1.ed. Paris: Gallimard, 1988.

LUHMANN, N. **A Improbabilidade da Comunicação**, Lisboa: Vega, 1992.

LUHMANN, N. **A realidade dos meios de comunicação de massas**. São Paulo: Paulus, 2005.

QUENTIN, P. **La propagande politique: une technique nouvelle**.4.ed. Paris: Libraire PLON, 1943.

RAIS, D. (Coord.). **Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

RICOEUR, P. **História e Verdade**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

RICOEUR, P. **Em torno do político**. 1.ed. São Paulo: Editora Loyola, 1995.

ROUSSEAU, J.J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**.1.ed. Brasília: Ática, 1989.

ROUSSEAU, J.J. **O contrato social**.3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SARTORI, G. **Homo Videns: La sociedad teledirigida**. 1 ed. Buenos Aires: Taurus. 1998.

SENNETT, Richard. **A autoridade**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUTO, C. Reflexões sobre a mentira, de Alexandre Koyré. **Ipseitas**, [S.l.], v. 5, n. 1, jul. 2019. ISSN 2359-5140. Disponível em: http://www.revistaipseitas.ufscar.br/index.php/ipseitas/article/view/286. Acesso em: 21 Mai. 2021

TABORDA, Maren Guimarães. Realismo, natureza das coisas e publicidade: discussão sobre os critérios hermenêuticos da Lei 13.655/2018, in: MAFFINI, Rafael; RAMOS, Rafael (Orgs.)

Nova LINDB. Consequencialismo, deferência judicial, motivação e responsabilidade do gestor público. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, pp. 33-53.

TABORDA, Maren Guimarães. O princípio da Transparência e o aprofundamento dos caracteres fundamentais do direito administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 230, p. 251-279, 2002.

VESTING.T. A mudança da esfera pública pela inteligência artificial. In: ABBOUD, G.; NERY JÚNIOR, N. ;CAMPOS, R. (Org.). **Fake News e regulação**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.p. 203-205

VICO, G. **Princípios de uma nova ciência: acerca da natureza das nações**.2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

WEBER, Max. **Sociologia**. Coleções grandes cientistas sociais, n. 13. São Paulo: Ática, 1979.

TRANSIÇÃO REVERSA (?): REFLEXÃO DA ATUAL OPERACIONALIZAÇÃO DA COMISSÃO DE ANISTIA

Isabella Arruda Pimentel[1]

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo visa refletir sobre questões atuais da Justiça Transicional no Brasil com enfoque especial aos possíveis reveses das políticas de reparação às vítimas do passado autoritário no âmbito da Comissão de Anistia, pós-golpe de 2016.

Inicialmente será empreendida sucinta reflexão sobre o tema da Justiça de Transição, para só então abordar as conotações da implementação do mecanismo da reparação, seja econômica, social e cultural, desenvolvida no âmbito da Comissão de Anistia. Em seguida, será explorada se há e quais são as dificuldades em empreender as medidas reparatórias da referida Comissão, no cenário sociopolítico pós-golpe de 2016.

Nesse sentido, o estudo intenta responder a indagação: Há retrocessos nas políticas de reparação às vítimas do passado autoritário, ou seja, há regressão na atuação da Comissão de Anistia pós-2016? Tais reflexões visam explorar subsídios, como um trabalho de travessia, para à superação social da violência traumática do período da ditatura civil-militar brasileira, como fonte de recusa ao esquecimento e a política de negação das violências pretéritas.

2. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO – UM TRABALHO DE TRAVESSIA PARA A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

A ideia de Justiça de Transição pode ser sucintamente descrita como um conjunto de mecanismos que visam impulsionar o rompimento de sociedades com o passado autoritário, viabilizando um ritual de passagem à construção do Estado Democrático de Direito.

A Organização das Nações Unidas definiu justiça transicional como o conjunto de processos e mecanismos relacionados (judiciais ou não) com os esforços de uma sociedade para superar o legado de uma larga escala de abusos contra os direitos humanos no passado autoritário de determinada localidade, visando propiciar reconciliação, responsabilização e administração da Justiça (WEICHERT, 2021).

O objetivo principal da Justiça de Transição é "virar à página", evitar o retorno ao período de exceção, uma certa prestação de contas com o passado, visando, em síntese, estabelecer a implementação do tripé consubstanciado na construção da verdade histórica, preservação da memória e busca por justiça/responsabilização de violadores de direitos humanos, em períodos de mudanças políticas.

Os mecanismos podem ser subdivididos em: 1º Esclarecimento da verdade histórica e judicial, dentre outras coisas com a abertura dos arquivos estatais do período de exceção; 2º Instituição de espaços de memória (ex. memorial do Holocausto, na Alemanha), para que as gerações presentes e futuras possam conhecer e compreender a gravidade do que ocorreu no período de exceção, com vistas a garantia da não repetição; 3º Reformas institucionais, principalmente em relação aos serviços de segurança, adequando-os à pauta axiológica do Estado Democrático de Direito, bem como sedimentando nas instituições públicas uma cultura democrática e humanista; 4º Reparação

[1] Jurista, Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba e aspirante à pesquisadora em Justiça de Transição.

dos danos às vítimas (indenizações, reabilitações etc.) de forma material e simbólica, e 5º Realização da justiça propriamente dita, com a responsabilização em variados graus dos violadores dos direitos humanos, que cometeram crimes imprescritíveis.

O conceito e consequente implementação da transição difere conforme as variedades de experiências sociais que visam caminhar para a construção de um Estado Democrático de Direito, após períodos autoritários de graves violações de direitos humanos, como exemplo podemos citar que os países latino-americanos (Argentina, Chile e Brasil), percorreram variados caminhos após os períodos de ditadura militar do final do século XX.

Tosi e Silva (TOSI, 2014) nos revela o caráter recente da preocupação de uma justiça transicional, afirmando que durante a maior parte da história os caminhos trilhados para fins de realizar um acerto de contas com o passado violento/autoritário era o da vingança perseguida sistematicamente ou o esquecimento/anistia dos acontecimentos. A mudança sobre esse olhar de dualidade (vingança x esquecimento) se deu a partir da Segunda Guerra Mundial, principalmente, após o holocausto alemão.

A primeira experiência histórica da Justiça de Transição foi na Alemanha pós-nazismo, conforme nos indica o professor Bruno Galindo (GALINDO, 2017). O enfrentamento dos problemas oriundos do regime nazista fora exaustivamente estudado e investigado por diversas áreas da ciência, pois não se trata apenas de questões históricas/políticas e jurídicas, ultrapassando estes planos e adentrando em postulados morais, filosóficos, psicológicos e éticos do ser humano.

A Justiça de Transição no Brasil, foco da investigação, pode ser considerada como uma justiça de transição incompleta, lenta e limitada, configurando um processo de transição não plenamente consolidado e frágil, explico adiante. Vale frisar que a transição não pode ser vista como o simples meio de instalação de um regime eleitoral, mas sobretudo se configura como parte do amplo processo de construção de um Estado de Direito em seu aspecto substancial.

A reabertura política brasileira se deu de forma não abrupta, o que em vários aspectos pode vir a denotar que a exceção no Brasil de hoje é fruto da exceção do Brasil da ditadura. O esquecimento do passado foi o principal ingrediente utilizado pelos militares quando da reabertura democrática, fazendo incorrer em uma continuidade da violência e da impunidade. Importante mencionar também, que longe de se opor ao esquecimento, a memória o pressupõe, conforme indica Ost (OST, 2005), o esquecimento é produto da má-fé, e o corolário lógico do caráter estruturante da memória social. O perdão exige memória.

Sobre a temática, elucidativa são as colocações de Paulo Arantes, ao afirmar que:

> A abertura foi, na verdade, uma contenção continuada. Acresce que, além de abrandada, a ditadura começou também a encolher. Pelas novas lentes revisionistas, a dita cuja só teria sido deflagrada para valer em dezembro de 1968, com o Ato Institucional no 5 (AI-5) – retardada, ao que parece, por motivo de "efervescência" cultural tolerada – e encerrada precocemente em agosto de 1979, graças à autoabsolvição dos implicados em toda a cadeia de comando da matança. O que vem por aí? Negacionismo à brasileira? (in TELES; SAFATLE, 2010, pg. 211).

Alcançar uma resposta a indagação, como se encontra a Justiça Transicional no Brasil (?), é antes de tudo revisar as ilusões que alimentaram a transição democrática brasileira, em especial, a ilusão que a própria expressão "transição" denota, de que superar a ditadura é chegar a um ponto predefinido, ou seja, a democracia, formada por um conjunto de instituições políticas.

Devemos atentar, como bem relatado pelo prof. cientista político Luis Felipe Miguel, que há possibilidade real de que a transição produza um regime híbrido, ou mesmo uma forma nova de ditadura, ou quem sabe uma democracia inovadora, que não pode ser descartada (MIGUEL, 2019), ou seja, os caminhos são variados e incertos.

Conforme indica o cientista político Luiz Felipe Miguel, o Brasil de hoje, principalmente após a ruptura provocada pelo golpe de 2016, vivencia nítidos sinais de retrocessos em relação a

variados pontos fundamentais da Justiça de Transição e do respeito às regras do jogo democrático, configurando em muitos aspectos uma transição reversa (STUTZ, 2021), ou seja, regressão/marcha ré/descontinuidades em diversas políticas públicas que visam o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. De fato, "são recuos que ocorrem em múltiplas direções, que seguem acompanhados de discursos públicos em favor das hierarquias sociais, definidas por Deus ou pelo Mercado" (MIGUEL, 2019).

Seguir a força da inércia realizando o processamento da amnésia do ciclo histórico autoritário brasileiro faz aflorar um falso consenso que entorpece a sociedade, condenando o Brasil a eterna repetição das violências do passado. Por isso, é imperativo processar de forma adequada a verdade e memória históricas sociais, para que nunca mais aconteça.

Considerar a superação de uma experiência traumática em sua dimensão sociocultural com vistas a não repetição, significa perlaborar. Conforme nos indica Johnny Roberto Rosa (ROSA, 2017), a perlaboração é um conceito psicanalítico que significa reconhecer o dano, confrontá-lo, compreender o trauma da violência pretérita à possível orientação presente e futura, é um trabalho ativo de processo de luto e de cura, que elevado a nível social se configura como uma estratégia cultural de destraumatização das consequências violentas do Estado de exceção.

3. TRANSIÇÃO REVERSA – O CASO DA COMISSÃO DE ANISTIA DO BRASIL

Conforme indica o caput do art. 8º do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), o Brasil elegeu a reparação por intermédio da anistia política para ser o eixo estruturante de sua transição. Tal decisão inspirou normativas importantes para o processo transicional brasileiro, como a Lei nº 9.140/95, que concedeu indenização às famílias dos mortos e desaparecidos políticos, bem como a Lei nº 10.559/02 que criou a Comissão de Anistia, que possui como finalidade principal a reparação integral, ou seja, a referida Comissão é a única comissão de Estado que possui competência administrativa para deliberar sobre requerimentos de anistia política.

Para fins de complementar o quadro de normativas importantes para o processo transicional brasileiro, não podemos esquecer de mencionar a Lei nº 12.528/11 que criou a Comissão Nacional da Verdade, cuja proposta de elaboração consta no eixo orientador VI, do terceiro Plano Nacional dos Direitos Humanos de 2009. Na apresentação do referido eixo orientador, é estabelecido que: "A história que não é transmitida de geração a geração torna-se esquecida e silenciada. O silêncio e o esquecimento das barbáries geram graves lacunas na experiência coletiva de construção de identidade nacional" (PNDH 3, 2010).

Considerando o foco do estudo, temos que a Comissão de Anistia como Comissão de Estado (e não de governo) possui a finalidade de encontrar e revelar a verdade dos fatos, ajudando na construção da memória do país e, consequentemente, realizando as reparações materiais e simbólicas nos termos legais. Assim, qualquer cidadão que sofreu abuso pelo Estado brasileiro, no período compreendido entre 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, ou um familiar, caso a própria pessoa já esteja falecida, pode requerer a declaração de anistia política.

Para haver reparação é necessário o reconhecimento de que ocorreram crimes (e não, por exemplo, "combate ao terrorismo") para se chegar ao consequente reconhecimento da obrigação de responsabilizar juridicamente os agentes que cometeram tais crimes. Sem a soma desses dois fatores (reconhecimento do crime e reconhecimento da obrigação de reparar) não se avança na temática transicional, no que tange especificamente à reparação das vítimas.

A Comissão de Anistia, ao iniciar seus trabalhos, de forma incipiente, preocupou-se mais com a dimensão material da reparação, considerando o contexto de amparo econômico às famílias que sofreram com a perseguição política. Contudo, desde o início, houve comando constitucional pela reparação integral, que foi abarcada pela Lei nº 10.559/2002, por exemplo, como a necessidade eventual de registro em cartório, ou o retorno de estudantes que haviam sido expulsos de cursos em instituições públicas de ensino, devido a suas opiniões contrárias ao regime militar.

Entre os anos de 2007 e 2014/2015 houve a ampliação das políticas públicas implementadas no âmbito da Comissão de Anistia, no sentido de promover a reparação integral (avançando na questão da memória e verdade), tais como a implementação das Caravanas da Anistia, das Clínicas do Testemunho (Centros de Capacitação para Reparação Psíquica e Enfretamento da Violência) e do Projeto Marcas da Memória, não mais existentes.

Desde 2016 (fase do pré-desmonte) a referida Comissão encontra-se em franco processo de descaracterização, se tornando atualmente uma Comissão de governo, digo, vulnerável aos acontecimentos políticos ideológicos de reconhecimento ou não do passado autoritário, o que interfere consideravelmente na análise dos requerimentos de anistia política. Conforme indica Cateb e outros, hoje em dia há jurisprudência restritiva sobre o que seja uma ação política reparável, inclusive, com rejeição total dos pedidos de pessoas que integraram organizações de oposição à ditatura (CATEB, 2020).

Um dos enormes retrocessos no processo transicional brasileiro foi o fim do pedido de perdão oficial, decidido pela Comissão de Anistia quando ainda parte do Ministério da Justiça, em sessão administrativa em 2018. O perdão oficial do Estado brasileiro a toda à sociedade (não só aos familiares e as vítimas) era uma garantia de não repetição das perseguições, do autoritarismo e do Estado de Exceção.

Ademais, importante mencionar que, até o começo de 2019 a Comissão de Anistia pertencia a pasta do Ministério da Justiça, passando a ser alocada atualmente no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Destrinchando, podemos visualizar duas fases de atuação da Comissão de Anistia[2]: a progressiva (2002 a 2015), que culminou com a instalação, funcionamento e resultados positivos no que tange à reparação às vítimas do período de exceção; e a fase regressiva (2016-2021), que alcança seu colapso com o retrocesso absoluto (destruição, apagamento, negacionismo e revisionismo histórico) impulsionado de forma radical a partir dos reflexos do direcionamento do atual governo populista de extrema direita, saudosista do regime militar, acentuando o quadro de militarização da política (Lentz, 2021), até então adormecida no cenário sociopolítico nacional.

Como indicadores de retrocessos, temos que a partir de 2016 a Comissão de Anistia vem passando por uma reestruturação regimental e da maior parte dos Conselheiros e servidores, em parte alocando um perfil de cidadãos não vinculados aos movimentos civis de luta por anistia política, ou seja, houve um desvirtuamento e descaracterização dos trabalhos da Comissão, como bem afirmado pela antiga Conselheira da Comissão, a professora de direito Enéa de Stutz (Unb). A mesma afirmou em entrevista (NUPPOME, 2020) que a descaracterização da Comissão de Anistia se deu em especial por que o novo corpo de atores que a compõe não compreendem, ou não querem compreender, qual a natureza e a tarefa da referida Comissão, principalmente, ao não reconhecer que houve ditadura no país a partir de 1964, mas uma revolução (o que vai de encontro as versões oficiais do Estado brasileiro), e que os requerentes (vítimas que solicitam reparações) são terroristas e por isso não merecem nada do Estado. Como exemplo podemos citar que a maioria das decisões proferidas pela Comissão de Anistia desde o ano de 2019 (marco temporal de mudanças radicais) são indeferimentos.

Atualmente ocorre na Comissão de Anistia uma usurpação da competência para apreciação dos pedidos de anistia política (a ConJur do Ministério da Justiça passou a assessorar o Ministério revisando as decisões tomadas pelo Conselho da Comissão de Anistia), supressão da possibilidade de recurso administrativo, conforme indica as mudanças regimentais da casa (Portaria 376/2019[3]), ou seja, hoje em dia "não há voto, não há apreciação, não há julgamento, não há discussão" (De

[2] Dados retirados do debate público sobre a situação atual da Comissão de Anistia, promovido pela UnB, Puc-Rio e Unicap. Disponível na plataforma virtual Youtube, através do Link: https://www.youtube.com/watch?v=fLLEnpt-t4PM.

[3] Portaria 376/2019 da Comissão de Anistia. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia-1/PORTARIAN376DE27DEMARODE2019...pdf/view.

Stutz e Almeida, 2021), pois os agentes assimilam a narrativa da anistia como esquecimento, pondo em dúvida a existência do golpe de 1964 e a consequente reparação das passadas perseguições políticas, de certa forma, em alguns aspectos, incorrendo em nova perseguição através dos atuais "ensaios de julgamento".

Como forte indicador de retrocesso, temos a publicação da Instrução Normativa nº 2, de 30 de setembro de 2021[4], estabelecendo o rito do processo administrativo de revisão de anistias concedidas, ou seja, podemos interpretar que hoje em dia há possibilidade real de se instaurar por portaria procedimento para fins de retirar as anistias concedidas, independente de categoria profissional.

Estas, dentre outros direcionamentos, fazem parte de uma tentativa autoritária (hegemônica até o momento) da política do esquecimento, que contraria o direcionamento constitucional da memória, conforme indica a prof. Eneá de Stutz (STUTZ, 2021).

Nesse sentido, levando em consideração os indicadores de retrocessos acima mencionados, podemos afirmar que o Brasil pós-golpe de 2016 apresenta desconstruções nas políticas de reparação às vítimas do passado autoritário, não executando seus trabalhos no avanço da agenda de transição e do enfrentamento da cultura autoritária, muito pelo contrário, a situação atual no âmbito da Comissão de Anistia colabora para o aprofundamento dos retrocessos democráticos vivenciados no país, cria obstáculos ao esclarecimento da verdade histórica através de negacionismos/revisionismos históricos, contribuindo, assim, para a não perlaboração (superação) da violência traumática social do período da ditatura civil-militar brasileira.

Assim, o Brasil é um caso bastante complexo na conquista da efetivação da reparação, memória e verdade enquanto direitos. Aqueles que pregam o esquecimento se utilizam da ideia de que "o passado passou", esquecendo ou não compreendendo que a busca da reparação, memória e verdade é para além do revanchismo. Se trata sobretudo da busca da identidade do país e, mesmo que indiretamente, se trata do futuro, pois de certa forma é preciso expor a ferida para que ela seja cicatrizada. O perdão sem memória, conforme indica Ost (OST, 2005), remete-nos ao caos inicial dos cálculos de interesse ou nos leva a tendência confusa do esquecimento.

Atualmente podemos mencionar que todos os retrocessos observados no Brasil a partir de 2016, intensificados de forma radical em 2019, estão desconstruindo os avanços arduamente conquistados por muita luta da sociedade civil. Diversas políticas públicas estão sendo distorcidas e descaracterizadas/descontinuadas, principalmente as atreladas a pauta dos direitos humanos, a partir da tentativa de romantizar o período de exceção vivenciado no recente passado. Para que não se esqueça e nunca mais aconteça, tais medidas que compõem o programa da transição brasileira não podem ser apequenadas por governos, como tem sido o caso, principalmente e de forma radical, desde o dia 1º de janeiro de 2019.

O contexto social contemporâneo brasileiro pode ser compreendido se verificarmos o contexto social de forma mais ampla, ou seja, buscar o entendimento de que esta conjuntura (pós-verdade permeada de negacionismos/revisionismos) é um dos frutos da atual crise da democracia liberal no mundo, e que essa crise, em vários aspectos, alimenta a ascensão do populismo autoritário de extrema direita, principais expoentes do negacionismo/revisionismo histórico nos dias de hoje.

Vale frisar que, tanto o populismo quanto o negacionismo representam um perigo para a democracia. Conforme indica Fancelli (FANCELLI, 2021), os populistas parecem ter aprendido a usar o negacionismo a seu favor, como uma estratégia populista, e a desinformação propagada por ele(s) parece estar se espalhando pelo mundo, ou seja, o uso do negacionismo como ferramenta para a manutenção do poder populista desafia o processo democrático e pode levar a consequências graves, tais como o alcance de regimes autoritários e a refutação do conhecimento científico em nome de uma ideologia.

[4] Instrução normativa nº 2 de 30 de setembro de 2021. Disponível em: https://portal.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-2-de-29-de-setembro-de-2021-349269753.

A ascensão ao Governo Federal do ex-deputado e capitão da reserva do Exército Brasileiro, Jair Messias Bolsonaro a partir de 2019, principalmente após sua atitude de enaltecer um torturador sob os aplausos do plenário da Câmara dos Deputados em 2016, é suficiente para mostrar a ausência de compreensão sobre o passado e de memória compartilhada sobre o período autoritário brasileiro, como bem descrito por Tosi (TOSI, 2019). O que visualizamos diariamente por agentes do executivo é a proliferação de discursos contendo aviltamento da história, trivialização da verdade e o aniquilamento do passado.

De fato, a memória e sua interpretação operam na esfera da disputa de poder, já que o que se verifica corriqueiramente é a perpetuação da história dos vencedores, que de certo modo impõem a sua verdade, relegando a história das vítimas a uma política do esquecimento. Como bem afirmado por Ruiz (ASSY, 2012), as vítimas da história e a história da vítima é parte constitutiva do presente. Olhar o passado com desinteresse ou subterfúgio é perpetuar as injustiças de outrora.

O negacionismo da ditadura e ao mesmo tempo a apologia da ditadura se inserem em um processo maior de crescimento do populismo autoritário e do enfraquecimento do Estado Liberal de Direito, como já afirmado. Podemos citar que o negacionismo/revisionismo é difundido através da proliferação de falsas notícias, em especial, pelas mídias digitais, as conhecidas "Fake News". Verifica-se que a proliferação dos fenômenos citados se intensificou no país após o golpe político/jurídico e midiático de 2016, e foi fundamental para a decisão eleitoral no ano de 2018.

Vale frisar que, como todos os golpes, o golpe de 2016 recusa o seu nome. Contudo, o mero cumprimento da ritualística descrita na lei não significa o cumprimento quanto ao seu conteúdo substantivo. Para fins de melhor contextualização acerca do golpe de 2016, é importante frisar a lição dada por TOSI, ao afirmar que:

> Se olharmos a situação política brasileira na ótica da democracia procedimental, e das bobbianas «regras do jogo», veremos que a transição do segundo governo Dilma (2014-2016), para o governo Temer (2016-2018) não se deu através de uma normal alternância eleitoral, mas de um processo traumático. O debate e a votação no Congresso sobre o impeachment mostraram a inconsistência de uma denúncia por crime de responsabilidade tão grave que fosse um ataque à Constituição e justificasse a derrubada de uma presidenta eleita com 54 milhões de votos. O que aconteceu, como reconheceram muitos congressistas, foi um voto de sfiducia, pela perda do apoio político, um instrumento típico do parlamentarismo que foi utilizado em um sistema presidencialista, uma mudança das regras do jogo durante o jogo. Isto foi tão verdadeiro que o congresso não cassou os direitos políticos da presidenta, como era de se esperar, em um evidente ato de hipocrisia: mas a hipocrisia, dizia La Rochefoucauld, é «a homenagem que o vício presta à virtude» (TOSI, 2019, pg. 236).

Não podemos desconsiderar a disputa sobre o golpe de 2016, pois a luta contra o golpe de 2016 não pode ser apenas a restauração utópica pelos ditames constitucionais, mas sobretudo a superação do autoritarismo impregnado no espírito de 88, que é por assim dizer, uma variante do espírito de 64, como bem afirmado por Allyson Mascaro, o que devemos superar é a: "sociabilidade capitalista, consorciada entre setores burgueses nacionais e internacionais, que tem o autoritarismo como marca patente na administração política, jurídica e institucional de suas próprias contradições insolúveis, porque estruturais" (MASCARO, 2018).

Neste cenário, resta evidenciado que, apesar dos avanços obtidos no processo transicional brasileiro, muitas batalhas ainda necessitam ser travadas para a retomada do avanço democrático que tem sofrido vários reveses. A luta pela redemocratização no Brasil ainda está em curso. É urgente que os mecanismos da Justiça de Transição sejam retomados, com vistas ao processo de fabricação identitária e perlaboração social dos legados traumáticos.

4. CONCLUSÃO

Considerando o exposto, a partir do delineamento de diversos indicadores de retrocessos no âmbito da Comissão de Anistia, pós-golpe de 2016, e intensificados de modo brutal em 2019, podemos concluir que atualmente há interferência governamental na composição e independência da Comissão de Anistia, com desvirtuamento acentuado da sua atuação legalmente instituída.

Visualizamos que a Comissão de Anistia em sua configuração atual não apenas indefere com uma canetada a maioria considerável de todos os requerimentos dos anistiandos políticos, atuando com manobras regimentais, dificultando o acesso ao protocolo, não revisando aumentos à diversas categorias, impossibilitando a interposição de recurso e a discussão plenária, revelando um verdadeiro "ensaio de julgamento" que compromete um processo sério e isento do que realmente seja a pauta de atuação da Comissão de Anistia, e deixando claro o encaminhando para o fim dos seus trabalhos, como bem informado publicamente em diversas ocasiões pela Ministra Damares[5] que está no comando do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Desta forma, em atenção aos retrocessos vividos neste atual contexto de sentimento de nova perseguição política, a sociedade civil necessita de fortalecimento das redes comprometidas com a efetivação da Justiça de Transição e da pauta dos direitos humanos, em âmbito não apenas institucional, mas sobretudo no espaço educacional e social, que necessita de maior atenção ao discurso público geral e em quê medida este afeta a agenda da construção democrática e o enfrentamento da cultura autoritária.

A reabilitação da narrativa histórica e social para a verdade e a justiça sobre a repressão estatal vivenciada no país é mais do que necessária, para que não se perca a liberdade de tentar acertar e lutar contra os descaminhos, deve-se, diante das provocações enfrentadas, elevar o saber da ação política como raízes firmes no solo que vergam seus galhos até que a ventania passe.

Um grave problema de travessia para as democracias acontece quando ela é incapaz de combater os assassinatos de memória. Nos encontramos em um constante trabalho de travessia, haja vista a luta pela redemocratização sempre estar em curso, nos interpelando a tomar em consideração a recusa ao esquecimento e a negação das violências pretéritas como forma de perlaboração social dos legados traumáticos da ditadura civil-militar brasileira com vistas a construção de uma sociedade minimamente tolerante, livre, justa e solidária.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo & TORELLY, Marcelo D. **Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira**. *In*: Revista Brasileira de Direito, Ano 02, vol. 03, jul.-dez/2012, pp.357-379.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. **O programa de reparações como eixo estruturante da justiça de transição no Brasil. Justiça de transição**: Manual para a América Latina/ coordenação de Félix Reátegui. Brasília: Comissão de Anistia: Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

AGAMBEN, Giorgio, **1942 - Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa** / Fabio Appolinário. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ASSY, Bethania [et al]. **Direitos Humanos: justiça, verdade e memória**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

BARROS, Celso Rocha. **O Brasil e a recessão democrática**. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-brasil-e-recessao-democratica/. Acesso em 07 de janeiro de 2020.

BEDIN, G.; TOSI, G. **Direitos Humanos: uma conquista civilizatória**. Direitos Humanos e Democracia. Ano 6, nº 12, 2018, p. 297-301.

[5] Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-10/governo-quer-fim-da-comissao-de-anistia-em-2022-e-nega-90-dos-pedidos-de-reconhecimento-de-anistiados.html.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia.** 6ª edição. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 1988.

BRASIL, **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – reimpressão, Brasília: SEDH/PR, 2010

Cadernos do NUPPOME, Pelotas, ano 2, n.5, agosto de 2020. ISSN 2596-285X. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura. A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CATEB, Caio; OSMO, Carla; FRANCO, Paula e BENETTI, Pedro**. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia no primeiro ano do governo Bolsonaro** *in* Espectros da Ditadura: Da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo / Org. Edson Teles e Renan Quinalha. São Paulo/SP. Autonomia Literaria, 2020.

CITTADINO, G. et al. **A resistência ao golpe de 2016**. São Paulo: Editorial Práxis, 2016.

COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (orgs). **O Estado de Direito. História, teoria e crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DE STUTZ E ALMEIDA, Eneá (org). **Justiça de transição no Brasil – apontamentos**. Curitiba: CRV Editora, 2017.

DE STUTZ E ALMEIDA, Eneá (org). **Justiça de Transição Reversa**. 1º ed. Salvador/BA. Soffia 10. Assessoria socioculturais e educacionais, 2021.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy B. S. **(Re)Pensando a pesquisa jurídica**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

FANCELLI, Uriã. **Populismo e negacionismo: o uso do negacionismo como ferramenta para a manutenção do poder populista**. Curitiba: Apris, 2021.

GALINDO, Bruno**. Justiça de transição em sua gênese: a Alemanha pós-nazismo**. Revista de Direito Internacional, Brasília, UniCeub, vol. 14, nº 1, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LENTZ, Rodrigo. **A intervenção civil-militar e o cerco à democracia.** Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo/SP, acervo online, 19 fev 2018. Disponível em: < https://diplomatique.org.br/intervencao-civil-militar-e-o-cerco-democracia-2/>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

LENTZ, Rodrigo. **Pensamento político dos militares no Brasil: mudanças e permanências na doutrina da ESG (1974-2016).** Tese de Doutorado em Ciência Política da Unb, 2021.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe**. 1ª ed. São Paulo: Boi Tempo, 2018.

MIGUEL, Luiz Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da construção ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão popular, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. **Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro.** São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/23617/17356. Acesso em: 06 de janeiro de 2020.

OSMO, Carla. **Judicialização da justiça de transição na América Latina** = Judicialización de la justicia de transición en América Latina / Carla Osmo ; tradução para o espanhol: Nathaly Mancilla Órdenes. -- Brasília : Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

OST, François. **O tempo do direito**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ROSA, J. R. **À perlaboração da violência traumática da repressão: o caso brasileiro.** História (São Paulo), v.39, 2020. disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342098673_A_perlaboracao_da

_violencia_traumatica_da_repressao_o_caso_brasileiro. Acesso em 17 de outubro de 2021.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira** - São Paulo: Boitempo, 2010.

TOSI, Giuseppe. **A crise do liberalismo político e a ascensão do liberalismo econômico e do populismo autoritário. O caso do Brasil**: TEORIA POLÍTICA. NUOVA SERIE, ANNALI IX. 2019: 227-249.

TOSI, Giuseppe; SILVA, Jair Pessoa de Albuquerque**. A Justiça de Transição no Brasil e o Processo de Democratização.** *In* Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade / Giuseppe Tosi [et al.], (Organizadores). - João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. Disponível em:///C:/Users/Particular/Downloads/Justica%20Transicao_Vers%C3%A3o%20final.pdf. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

TOSI, Giuseppe. **Democracia e direitos humanos: uma conquista civilizatória ameaçada no Brasil e no mundo**. RIDH. Bauru, v. 7, n. 1, 2019.

TOSI, Giuseppe ... [et al.]. **Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. Coleção Direitos Humanos.

TOSI, Giuseppe. **O Brasil 40 anos depois da Lei de Anistia. As Falhas da Transição Democrática** *In* 40 anos da anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi / organizadores: Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra, Maria de Nazaré Tavares Zenaide. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

WEICHERT, MARLON ALBERTO. **Delineamentos da Justiça de Transição.** *In* 40 anos da anistia no Brasil : lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi / organizadores Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra, Maria de Nazaré Tavares Zenaide. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

SEÇÃO

PARRESIA, CENSURA, CINISMO, HATE SPEECH E FAKE NEWS

A DESINFORMAÇÃO E OS RISCOS À DEMOCRACIA: A MANIPULAÇÃO OBSCURA DA VONTADE NOS PLEITOS ELEITORAIS NA ERA DA PÓS-VERDADE

Ana Luísa Diniz Silva[1]

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo ambiciona analisar os impactos ocasionados pela revolução cibernética nas democracias contemporâneas.

Os meios digitais de comunicação, apesar da promessa de serem instrumentos de debates públicos plurais e de proporcionarem a escolha consciente de candidatos pelo cidadãos, acarretaram prejuízos aos processos democráticos.

Nesse contexto, com a facilidade de publicação de notícias nas redes sociais, estes locais se tornaram os ambientes propícios para a geração de conteúdo, sem que exista, contudo, um compromisso com a verdade. A imediatidade na propagação de notícias e no acesso à informação passa a ser mais importante do que a verdade do conteúdo repassado, sendo tal cenário o ambiente conveniente para o surgimento das *fake news* e para a manipulação de notícias com finalidades específicas e obscuras.

O surgimento de conflitos entre a liberdade de expressão e a possibilidade de divulgar *fake news* no ambiente virtual criam uma falsa sensação de ausência de responsabilidade, fatos estes que debilitam os processos democráticos e a formação da vontade dos cidadãos.

O presente estudo se revela necessário haja vista que a desinformação aparece como uma das responsáveis pelo declínio democrático de vários países, tendo sido protagonista de pleitos eleitorais recentes e de relevância internacional, dentre os quais se inclui a eleição presidencial brasileira de 2018.

Nessa era de déficit democrático, há o inerente recrudescimento de narrativas autoritárias, sendo que o processo eleitoral se torna uma experiência coletiva de *fake news,* de incitação ao ódio, de degradação das instituições democráticas e da criminalização do adversário político.

Destaca-se que os golpes atuais contra a democracia vêm ocorrendo através das próprias instituições democráticas dos países, por intermédio da ascensão de líder despóticos eleitos pelo voto popular, que usam de táticas digitais para manipular a vontade dos cidadãos.

A fim de viabilizar a consecução dos objetivos do presente artigo, serão expostos, a partir de uma revisão de literatura, o problema da desinformação e das *fake news,* os impactos das bolhas ocultas, a proliferação da desinformação em processos democráticos e as alternativas para uma possível defesa da cidadania e do pleitos eleitorais frente ao crescimento de notícias falaciosas no ambiente digital. Ainda, será feita uma breve apreciação de julgados históricos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) relacionados às eleições brasileiras de 2018.

[1] Mestranda na linha "Constitucionalismo Democrático" do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Pós-graduada em Direito Público pela Faculdade Arnaldo. Pós-graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário Newton Paiva. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Extensionista do Projeto Paraobepa da PUC Minas. E-mail: analuisadinizsilva@hotmail.com.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi feita uma revisão bibliográfica sobre o tema, tendo sido utilizada a metodologia teórico-jurídica para a apresentação do problema.

2. A PÓS-VERDADE E O FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL

Na era pós-industrial, a sociedade é marcada por mudanças de ordem técnica, organizacional e administrativa devido à utilização de meios de compartilhamento de informações aprimorados e ao célere avanço dos meios de comunicação (ONUMA, 2020, p.251).

A "sociedade da informação", também denominada de sociedade do conhecimento, é expressão utilizada para designar o período histórico em que há a preponderância da informação sobre os meios de produção e distribuição de bens na sociedade, tendo sido tal designação utilizada pela primeira vez em 1993, por Jacques Delors, durante o Conselho Europeu de Kopenhagen (LISBOA, 2006, p. 10).

Nesse contexto, as novas tecnologias exercem grande potencial de influência no comportamento humano e a informação passa a ser entendida como matéria-prima da sociedade.

Ocorre que o foco sobre a tecnologia alimenta uma visão ingênua de determinismo tecnológico, no sentido de que as transformações da sociedade resultam de uma tecnologia e, por isso, de uma lógica técnica e imparcial, isenta de interferência de fatores políticos e sociais, o que se demonstra equivocado. Os processos de transformação tecnológica e seus reflexos na sociedade resultam de uma interação complexa, em que fatores pré-existentes devem ser levados em conta (WERTHEIN, 2000, p. 72).

Neste viés, a internet tornou-se também um local propício para os debates públicos.

O desenvolvimento e o uso da internet fizeram emergir um modelo de negócios baseados na coleta massiva de dados para tratamento e o uso de algoritmos, que amplia as possibilidades de modulação da opinião pública de acordo com os interesses privados e obscuros (FAUSTINO, 2019).

Nesse cenário surgem novas formas de relacionamento com a opinião pública. As plataformas de internet, tais como *Facebook, Google, Youtube* e *Whatsapp*, possuem acesso aos dados de bilhões de usuários em todo o mundo, sendo que tais informações têm sido utilizadas de maneiras ilegais a fim de intervir no rumo políticos dos países, haja vista que, baseado neles, há a produção de conteúdos desinfomativos em ampla escala (RODRIGUES; BONONE; MIELLI, 2020, p. 32).

Destaca-se que o ambiente digital proporciona uma sensação de liberdade no sentido de que qualquer indivíduo com acesso à internet pode manifestar sua opinião sobre qualquer assunto de forma democrática, o que é amparado pelo direito à liberdade de expressão.

Sob tal viés, em 2016, o Dicionário Oxford elegeu a palavra "pós-verdade" (*post-truth*) como a palavra do ano, adjetivo este que relaciona a ou denota circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos às emoções e crenças pessoais (SIEBERT; PEREIRA, 2020, p.239).

Tal palavra ganhou notoriedade tendo em vista sua utilização cada vez mais regular em publicações de grande circulação, como a revista *The Economist* (2016) e o jornal *The Independent* (2016). Destaca-se, contudo, que o uso dessa denominação foi registrado pela primeira vez em um artigo do cineasta Steve Tesich em 1992. O autor, na época, definiu pós-verdade como uma inclinação social em que a verdade era menos importante do que os apelos sociais e questões políticas, podendo, por isso, ser moldada (SIEBERT; PEREIRA, 2020, p.239).

Neste diapasão, a pós-verdade reflete uma sociedade que se importa mais com seu bem-estar diante das informações lidas do que com a sua verdade do seu conteúdo, significando que o sujeito tende a ser seletivo no que toca a suas crenças e convicções, acreditando serem verídicas as notícias que conferem reforço discursivo à sua posição ideológica-histórica. Desta forma, informações falsas que sejam agradáveis ao público em questão têm sua autenticidade validada após sua difusão (SIEBERT; PEREIRA, 2020).

Apesar dos novos contornos proporcionados na era digital, a pós-verdade, entendida como manobra conspiratória utilizada para causar confusões sobre a realidade, aumentar os estigmas sociais, a vitimização ou as mitomanias políticas, é um instrumento de manipulação das massas que remonta à antiguidade, tendo sido responsável pelos piores desastres do século XX, quais sejam, o nazismo e o estalinismo (ZARZALEJOS, 2017, p. 11 e 12).

Isto posto, apesar da banalização da mentira não ser um fenômeno novo, o conceito de pós-verdade foi revigorado na sociedade digital, já que os modos como as notícias são fabricadas e disseminadas foram transformados, meios estes pouco submetidos a regulações.

Por sua vez, em 2018, o dicionário digital Dictionary.com apontou o termo "desinformação"(*misinformation*) como a palavra do ano (VASCONCELOS, 2020, p. 2).

Como consequência da era da pós-verdade, movimentos da extrema-direita ganharam relevância na Europa, como a decisão dos britânicos de abandonar a União Europeia, denominada como *Brexit*, a ascensão de partidos políticos como a *Rassemblement National* (Reunião Nacional), presidido na França por Marine Le Pen, e o Partido da Liberdade, fundado na Holanda por Geert Wilders, bem como o governo de Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria.

No continente americano, o político, Donald Trump, liderou os Estados Unidos nos anos de 2016 a 2020 e, no Brasil, o atual Presidente, Jair Bolsonaro, foi eleito em 2018.

No contexto das eleições norte-americanas, as plataformas de verificação de *fake news*, denominadas *fact-cheking*, contabilizaram 217 mentiras nos discursos dos candidatos à Presidência dos Estados Unidos da América desde agosto de 2016 até a véspera da jornada eleitoral, sendo que 79% das falsidades foram atribuídas a Donald Trump e 21% a Hilary Clinton. Tais dados foram contabilizados pela Unidade de Dados da *Univison Noticias*, em Miami (ZARZALEJOS, 2017, p. 11).

A desinformação ameaça à saúde dos regimes democráticos e dos processos eleitorais e, por isso, a preocupação em torno dos impactos da desinformação sobre a sociedade tem estimulado a produção de pesquisas sobre o tema.

Tal fenômeno pode afetar a chamada esfera pública defendida por Jürgen Habermas (2006), dentro da teoria da democracia deliberativa, que deve estar aberta para receber os influxos comunicativos e deliberativos de forma irrestrita e ampliada.

As relações políticas, que devem proporcionar a pluralidade e as diferenças, estão sendo regulamentadas pela ditadura algorítmica, baseada na proximidade e crença.

Desta forma, ao mesmo tempo que os avanços tecnológicos auxiliam o acesso e o intercâmbio de informações, estes espaços digitais também proporcionam episódios de pós-verdade, que resultam no enfraquecimento da democracia. Portanto, apesar da expectativa da internet de democratizar a informação e o debate público, o ambiente virtual potencializou discursos radicais e extremistas.

Os cidadãos são constantemente expostos a conteúdos radicais e apelativos, sendo que os discursos populistas sempre recorrem para o lado emocional de modo a mostrar soluções fáceis para problemas complexos. Ademais, a informação no ambiente digital circula em bolhas, sendo fácil encontrar conteúdos para embasar qualquer opinião ou posição ideológica.

Os avanços da extrema-direita acontecem em um contexto de crescente digitalização das campanhas políticas, sendo que a pós-verdade, que foi a base da eleição do presidente republicano Donald Trump, nos Estados Unidos, e do referendo do *Brexit*, esteve presente também no Brasil nas eleições presidenciais de 2018, por intermédio do disparo em massa de notícias falsas através por *WhatsApp.* Ocorre que esse novo modelo de fazer política, proporcionado pelas mídias digitais, ao se apropriar da pós-verdade, apela ao emocional e às crenças pessoais para disseminar inverdades, o ódio, a criminalização dos adversários políticos e aumentar os estigmas sociais.

3. AS BOLHAS OCULTAS E SEUS EFEITOS NO DEBATE PÚBLICO

O nome *filter bubbles,* traduzido em português para as denominações bolhas de filtro, filtros-bolha ou bolhas filtradas, foi dado por Eli Pariser, ativista da internet, por volta de 2010, e

tratado em sua obra *best seller* intitulada *"The Filter Buble: what Internet is hidding fom you",* em 2011 (SANTAELLA,2018).

Pariser (2011) alertou ao fato de que o *Google* personaliza o que cada usuário vai obter como respostas em suas buscas por meio de algoritmos, sendo que há invisibilidade do modo como essas fórmulas algorítmicas operam dentro das redes sociais, sendo conhecido o fato de que as grandes corporações de tecnologia traçam através deles, com precisão, o perfil do usuário, de modo a saber a qual bolha pertencem.

As mídias virtuais filtram o comportamento dos usuários para fazer previsões de conteúdos compatíveis com os perfis traçados, sendo que a informação oferecida para cada indivíduo é personalizada de acordo com seus rastros digitais, haja vista que algoritmos das mídias captam curtidas e visualizações e traçam um perfil (AYRES PINTO; MORAES, 2020, p.75).

Destaca-se que as bolhas são formadas por indivíduos que possuem a mesma visão ideológica e valores similares, constituindo o ambiente propício para a proliferação de *fake news,* de modo a afetar o acesso à informação e a impedir a exposição de ideias contrárias a sua convicção.

Logo, há um buraco negro digital maior que a própria internet, haja vista que, ao fazer uma pesquisa em um provedor, a pessoa não recebe os resultados de fato e sim uma versão previamente modificada de acordo com critérios não transparentes e desconhecidos. Isto posto, denota-se que as bolhas promovem um fechamento contra novas ideias, assuntos e informações (SANTAELLA, 2020).

Cria-se, com isso, o terreno ideal para a polarização e para a desinformação, já que a grande maioria dos usuários não têm conhecimento de como as mídias digitais funcionam e utilizam as redes sem se preocupar com os riscos que sofrem.

A unilateralidade de visão causada pelas bolhas gera crenças fixas, amortecidas por pensamentos inflexíveis, que acabam por minar qualquer discurso cívico na esfera pública, fazendo com que os cidadãos se tornem vulneráveis a propagandas e manipulações.

Na esfera coletiva, as bolhas são formas de manipulação que colocam o usuário mal informado a fim de atender interesses políticos ocultos. As bolhas ajudam no processo de propagação das *fake news* na medida em que as pessoas tendem a se recolher dentro dos seus preconceitos e crenças fixas, sendo que os históricos digitais tornam-se valiosos para as campanhas eleitorais e publicitárias (SANTAELLA, 2020, p. 21).

As redes sociais operam de acordo com a lógica dos caças-cliques (*clickbaits)*, em que se valoriza um conteúdo de acordo com o volume de tráfico de uma postagem ou site, pouco importando se a mensagem é falaciosa ou não.

A homofilia da internet, provocada pelas bolhas, contribui para o reforço das crenças dos usuários, que passam a adotar posicionamentos mais extremos, privilegiando o autoritarismo em detrimento de valores democráticos (AYRES PINTO; MORAES, 2020, p.76).

Neste diapasão, destaca-se que o ambiente democrático ideal, de maneira contrária, demanda um processo comunicativo pautado em diálogos claros e plurais, sendo que o povo não tem condições de governar ou de ter acesso ao poder se é induzido a decidir com base na manipulação e no erro (NEISSER; BERNARDELLI; MACHADO, 2018, p.51).

4. A MANIPULAÇÃO DE DADOS NOS PLEITOS ELEITORAIS

Com o surgimento das redes sociais, as promessas deste novo meio de comunicação era que a participação popular aumentaria nos debates públicos, bem como haveria maior representatividade dos excluídos, dando ao indivíduo um papel não só de escolher seus líderes nos pleitos democráticos, mas também de participar efetivamente das decisões que seriam tomadas pelos governos (AYRES PINTO; MORAES, 2020, p.73).

Contudo, conforme já citado, nos últimos anos, as mídias sociais demonstraram ser o local ideal para que políticos mal-intencionados espalhem informações errôneas, desinformação, discursos de ódio e de preconceito (KAKUTANI, 2018, p. 151).

As *fake news* provocam a perda da autonomia e da consciência dos cidadãos no processo de tomada de decisões democráticas, haja vista que esses sequer têm conhecimento que estão sendo manipulados por notícias falaciosas. Neste sentido, destaca-se que a estratégia da desinformação é arma frequente em governo ditatoriais, a fim de induzir a sociedade a acreditar em fatos que não condizem com a verdade.

Ocorre que, diferente de outras conjunturas, acrescente-se o fato de que a internet consegue atingir milhares de pessoas de forma quase imediata, sem que exista qualquer controle das informações que ali trafegam (MARTINS; TATEOKI, 2019, p. 143).

A estratégia de *marketing* empregada nas campanhas eleitorais digitais é uma combinação entre a análise de dados de usuários e publicidade personalizada, o que se denomina *microtargeting* político, em que os rastros do comportamento virtual do indivíduo são coletados por diversos sites e vendidos a empresas de *marketing* (AYRES PINTO; MORAES, 2020, p.74).

As grandes corporações conhecidas como *big five,* quais sejam, o *Google, Microsoft, Apple, Facebook* e *Amazon*, juntas superam, em nível de informações coletados, todos os arquivos e bancos de dados que existiram no mundo (D'ANCONA, 2018, p.51).

Por meio desses rastros digitais, as empresas de *marketing* político traçam um perfil dos usuários e criam estratégias para converter o cidadão em eleitor de acordo com as temáticas que ele demonstra mais preocupação. Nota-se, portanto, que as campanhas passam a ser individualizadas, isto é, diferenciadas em razão dos diversos perfis das pessoas (AYRES PINTO; MORAES, 2020, p.74).

Os discursos radicais e populistas são favorecidos neste espaço digital, sendo que as campanhas políticas passaram de públicas a individuais.

A oposição ao *establishment* e às mídias tradicionais é elemento central nestes discursos emocionais, em que é enfatizada a necessidade de distanciamento da classe política tradicional. Nesta seara, as mídias digitais são compreendidas como o local em que o cidadão possui poder de voz sem que seja necessária qualquer intermediação.

Ocorre que o eleitor, em razão da campanha individualizada, pode ter uma percepção errônea acerca das prioridades do candidato. Em razão do déficit de atenção e do excesso de informação, restam comprometidas no ambiente digital, local propício a conteúdos populistas e apelativos, a racionalidade, a verdade e o consenso, fundamentais para um processo democrático.

Os problemas complexos da sociedade são reduzidos a um antagonismo entre o povo e a elite, sendo que o candidato adota uma linguagem simples para que a massa se identifique com ele (AYRES PINTO; MORAES, 2020). Seu discurso enfatiza a necessidade de distanciamento com a classe política, corrupta por natureza, sendo o líder carismático o indivíduo representante do povo e , por isso, fora do *establishment* (BARTLETT, 2014).

A primeira vez que as redes sociais foram utilizadas como elemento central em uma campanha política foi na eleição presidencial dos Estados Unidos em 2008, em que a equipe de Barack Obama contratou um dos fundadores do *Facebook*, Chris Hughes, para desenvolver sua campanha digital (AYRES PINTO; MORAES, 2020, p.73).

A partir de então, as campanhas políticas, nesta perspectiva da pós-verdade, têm priorizado os investimentos de recursos financeiros nas mídias digitais.

As vitórias do *Brexit* e de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos evidenciaram que os partidos da extrema-direita estão conscientes dos mecanismos escusos disponíveis nas mídias sociais, em que o descaso com valores democráticos e a adoção de discursos preconceituosos foram utilizados para atingir as finalidades de um grupo político determinado (AYRES PINTO; MORAES, 2020, p.71).

No caso do *Brexit,* o referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia aconteceu no dia 23 de junho de 2016, tendo como resultado 51,89% dos votos favoráveis à sua saída. As campanhas dos grupos pró-*Brexit*, *Vote Leave* e *Leave EU*, focaram em estratégias digitais e contrataram empresas de análise de dados dos usuários para fins políticos, tendo sido utilizado o perfil psicológico dos eleitores para formulação das campanhas políticas (AYRES PINTO; MORAES, 2020, p.77).

A *Leave EU* contratou os serviços da *Cambridge Analytica*, que adota uma estratégia de campanha digital subdividida em três etapas, quais sejam, coleta de dados, análise dessas informações (perfil psicológico) e disparo de mensagens personalizadas (*microtargeting).*

A interpretação dos dados coletados de maneira obscura é feita por algoritmos que traçam um perfil dos eleitores, sendo que o mapeamento psicológico é utilizado para a aplicação de *microtargeting,* consistente em enviar anúncios personalizados para diferentes tipos de eleitores, bem como para impedir que estes tenham contato com mensagens que poderiam desmotivá-los a votar naquele candidato (AYRES PINTO; MORAES, 2020, p.79).

Ressalta-se que a estratégia digital desenvolvida no *Brexit* foi posteriormente reproduzida por outros líderes da extrema-direita, como Nigel Farage, Boris Johnson, Donald Trump e por Jair Bolsonaro, no Brasil.

Na campanha de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em 2016, em que houve a contratação da *Cambridge Analytica*, foi implementado 5,9 milhões de anúncios visuais no *Facebook* em contraste com aproximadamente 66 mil da campanha de Hillary Clinton (AYRES PINTO; MORAES, 2020).

Por sua vez, em 2018, a eleição presidencial do Brasil foi marcada pela propagação massiva de notícias falsas. Jair Bolsonaro, a partir de um discurso radical e populista, atingiu a massa constituída por conservadores, descontentes e a base evangélica. O até então candidato adotou a desinformação como estratégia de campanha política, tendo utilizado, de forma indevida, dados de usuários e disparo em massa de *fake news* nas redes sociais, principalmente no *WhatsApp* (RODRIGUES; BONONE; MIELLI, 2020, p. 37).

Denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, ocorrida em outubro de 2018, alertou que empresários, a exemplo de Luciano Hang, que é proprietário da varejista *Havan,* teriam comprado pacotes de propagação em massa de *fake news* contra o partido opositor no *Whatsapp*, tendo sido listadas as ilegalidades e detalhadas as maneiras de financiamento desse tipo ilícito de campanha de desinformação(MELLO,2018).

O uso ilegal dessas ferramentas para disseminar desinformação e discursos de ódios impactaram o processo eleitoral brasileiro e foi uma das condicionantes para que Bolsonaro fosse eleito (RODRIGUES; BONONE; MIELLI, 2020, p. 38).

Nota-se, assim, que em todas essas campanhas digitais a desinformação foi amplamente utilizada, sendo que as notícias falsas tiveram mais engajamento do que as principais matérias das grandes mídias tradicionais. Ocorre que um ambiente pluralista, em que ideias e concepções divergentes convivam em equilíbrio, é essencial em um regime democrático, pois confere aos eleitores a possibilidade de sopesar proposições de distintas posições ideológicas e formar um consciente autoconvencimento (MARTINS; TATEOKI, 2019, p. 140).

Partindo dessa concepção de pós-verdade, a liberdade de expressão, princípio fundamental da democracia, está sendo utilizada para manipular uma grande massa com discursos populistas. Ademais, com o uso dos meios digitais, qualquer candidato, ao perder uma eleição, pode alegar que o adversário político usou dados de usuários indiscriminadamente para manipular os eleitores, o que compromete a integridade e legitimidade do regime democrático. Por fim, deve-se ter em mente que a vontade manipulada da maioria não é democracia.

5. O POSICIONAMENTO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) SOBRE FAKE NEWS

Seguindo modelos de eleições de outros países, o pleito presidencial brasileira de 2018 constitui um marco no uso das *fake news* no país, devido à utilização, de forma massiva, de conteúdos de desinformação, que foram propagados de modo estratégico a partir do uso de dados dos eleitores.

O assunto em questão foi levado à apreciação do Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que, por unanimidade, decidiu no dia 28 de outubro de 2021, pela improcedência e arquivamento de duas Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aije), quais sejam, números 0601968-80.2018.6.00.0000 e 0601771-28.2018.6.00.0000 (BRASIL, 2021).

As referidas ações pleiteavam a cassação dos diplomas, com a consequente inelegibilidade por oito anos, do Presidente da República e seu vice, quais sejam, Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão.

Em síntese, os julgamentos proferidos nas referidas ações apreciaram o uso indevido de meios de comunicação na campanha eleitoral presidencial brasileira de 2018, bem como o suposto abuso de poder econômico, haja vista o disparo ilegal de mensagens em massa via *WhatsApp* durante a campanha eleitoral.

No julgamento conjunto, apesar de reconhecida a ilicitude do uso de disparo em massa de mensagens em benefício da campanha de Bolsonaro de 2018, o TSE entendeu que as provas contidas nos autos dos processos não eram suficientes para atestar a gravidade dos fatos, o que seria um requisito indispensável para a cassação da chapa (BRASIL,2021).

A maioria expressiva do Tribunal entendeu que ocorreram condutas ilícitas relacionadas a disparos em massa e à difusão de desinformação contra os adversários políticos, porém julgaram as ações improcedentes sob o fundamento de que não houve comprovação suficiente da ligação dessas irregularidades com a chapa vencedora (BRASIL, 2021).

Apesar da improcedência das duas ações, a Justiça Eleitoral alertou que esta é uma decisão que visa definir os contornos que vão pautar a democracia brasileira e as eleições do ano de 2022, de forma a enfrentar e coibir a desinformação e os discursos de ódio.

Destaca-se que no julgamento conjunto destas Ações de Investigação Judicial Eleitoral, o TSE, por maioria, aprovou a tese proposta pelo Relator com o seguinte teor:

> O uso de aplicações digitais de mensagens instantâneas visando promover disparos em massa, contendo desinformação e inverdades, em prejuízo de adversário e em benefício de candidato, pode configurar abuso de poder econômico e o uso indevido dos meios de comunicação social para os fins do art. 22, caput e inciso XIV da Lei Complementar 64/90 (Lei das Inelegibilidades).

Também foi julgado no dia 28 de outubro de 2021o Recurso Ordinário Eleitoral nº 0603975-98 (BRASIL, 2021). No referido processo, o Plenário do TSE, por seis votos a um, cassou o mandato e tornou inelegível o deputado estadual eleito pelo Paraná, em 2018, Fernando Destito Francischini, em razão de divulgação de *fake news* contra as urnas eletrônicas.

A decisão em referência condenou o deputado por uso indevido dos meios de comunicação, além de abuso de poder político e de autoridades, práticas estas consideradas ilegais pelo artigo 22 da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei de Inexigibilidade).

A demanda, em apertada síntese, analisava uma *live* transmitida ao vivo no *Facebook,* que propagava a notícia falsa, dentre outras, de que duas urnas eletrônicas estavam fraudadas de modo a não aceitar votos no Bolsonaro, à época candidato à Presidência da República. Destaca-se que a *live*, realizada quando em curso a votação no primeiro turno, foi transmitida ao vivo para mais de 70 mil internautas, sendo que, até 12 de novembro de 2018, já havia tido mais de seis milhões de visualizações. Na ocasião, Fernando Destito Francischini propagou também a notícia falaciosa de que as urnas eletrônicas brasileiras eram desenvolvidas e gerenciadas por empresa venezuelana, sem que a Justiça Eleitoral tivesse acesso ao sistema (BRASIL, 2021).

No julgamento em questão, entendeu a Justiça Eleitoral que a exacerbação do poder político e o uso de redes sociais para promover infundadas agressões contra a democracia e o sistema

eletrônico de votação podem configurar abuso do poder político e o uso indevido dos meios de comunicação social, nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/90 (BRASIL, 2021).

Isto posto, apesar da improcedência das duas ações que analisavam o uso indevido de desinformação na campanha presidencial brasileira de 2018, espera-se que o Poder Judiciário atue de maneira mais efetiva no combate às *fake* news nos próximos pleitos haja vista a fixação de teses acerca do tema.

Ademais, destaca-se que as decisões acima expostas são históricas no sentido de que reconhecem que as *fake news* podem gerar a cassação de mandatos, sinalizando a forma como o Tribunal Superior Eleitoral agirá nas próximas eleições brasileiras, designadas para ocorrer no ano de 2022.

6. COMBATE À DESINFORMAÇÃO

Em razão da manipulação de pleitos eleitorais operada por intermédio de algoritmos, que tem causado uma erosão democrática em vários países, pesquisadores têm estudado o fenômeno da desinformação e a sua potencialização ocorrida com o uso da internet, de modo a enfrentar o problema das *fake news* sem que sejam violados os direitos fundamentais da pessoa.

Bartlett (2014) acredita que devem ser criadas formas de controle democrático sobre os sistemas que possuem dados dos usuários, sendo que, se há um novo poder, é necessário fiscalização. Neste sentido, decisões que antes eram tomadas pelo homem são hoje resolvidas por questões algorítmicas, de modo automático, o que impacta a democracia e a agenda pública. Assim, há a necessidade de criação de mecanismos de responsabilização dos agentes que permitem a propagação das *fake news* nos meios digitais, já que a internet é controlada globalmente por essas grandes corporações, dentre as quais citam-se o *Google, Facebook* e *WhatsApp.*

Outra tarefa muito importante para o enfrentamento às *fake news* é o fomento de projetos e políticas voltadas à educação digital, que cumpre um papel essencial para o desenvolvimento de discernimento crítico, a fim de possibilitar que os cidadãos façam um filtro nas informações disponibilizadas (ONUMA, 2020).

As pessoas devem estar conscientes da maneira como os seus dados vêm sendo utilizados nos ambientes digitais, o que deve ser feito através do aprimoramento do sistema educacional.

A instrução é essencial para o desenvolvimento das habilidades do usuário, de modo que o pensamento crítico indica sobre visões extremistas e violências simbólicas, não podendo o cidadão ser um receptor passivo de notícias.

As instituições democráticas e a sociedade também devem estar atentas em conceber outras alternativas para inibições de utilização de meios de comunicação que desfavorecem a justiça, a democracia, o pleito eleitoral, a liberdade de expressão e a pluralidade social (ONUMA, 2020, p. 266-267).

Uma maior preocupação em relação à proteção dos dados pessoais nos ambientes digitais é fundamental para que a integridade da democracia seja resguardada em forma e em conteúdo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser instrumento de persuasão das massas que remonta à antiguidade, a pós-verdade teve seu conceito revigorado na sociedade digital, haja vista que os modos como as informações são produzidas e disseminadas foram transformados, meios estes pouco submetidos a regulamentações.

O desenvolvimento e o uso da internet fizeram emergir novos modelos de negócios e de estratégia política, baseados na coleta massiva de dados de usuários para tratamento, que ampliam as condições de modulação da opinião pública de acordo com meios não transparentes e ilegais.

O presente artigo buscou destacar o papel que o *marketing* político digital vem exercendo para o enfraquecimento dos valores democráticos e processos eleitorais.

Aufere-se que as perspectivas otimistas sobre a internet ser uma ferramenta democratizante, hábil a proporcionar o engajamento popular e permitir o exercício da liberdade de expressão,

estão sendo deturpadas face à manipulação operada por grupos políticos em face das instituições e valores democráticos.

Exemplos como o da empresa *Cambridge Analytica* e a eleição presidencial brasileira de 2018 demonstram como os dados pessoais estão sendo coletados por vias escusas e utilizados com o escopo de manipular a opinião pública, o que evidencia o caráter sensível do contexto eleitoral na pós-verdade, bem como a imperiosa necessidade de proteção das informações dos usuários da internet.

Resta clarividente que as campanhas digitais vêm desrespeitando os valores democráticos e os direitos fundamentais dos cidadãos.

Neste cenário, faz-se mister que seja desenvolvida a educação digital, a fim de desenvolver o discernimento crítico, que possibilita que os cidadãos façam um filtro nas informações disponibilizadas. Ademais, é imperioso que as instituições democráticas e a sociedade estejam atentas em conceber alternativas para inibições de utilização de meios de comunicação que desfavorecem a justiça, a democracia e a pluralidade social.

REFERÊNCIAS

AYRES PINTO, Danielle Jacon; MORAES, Isabela. **As mídias digitais como ferramentas de manipulação de processos eleitorais democráticos: uma análise do caso Brexit**. *Revista de Estudios Sociales*, 74, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/48686>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BARTLETT, Jamie. **"Populism, Social Media and Democratic Strain".** Em European Populism and Winning the Immigration Debate, organizado por European Liberal Forum e Fores, 99-116. 2014. Stockholm: Fores.

BRASIL. **Lei Complementar n º 64, de 18 de maio de 1990**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp64compilado.htm>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Recurso Ordinário Eleitoral nº 0603975-98, Classe 11550, Curitiba/Paraná.** Brasília, 28 de outubro de 2020. Disponível em: <https://consultaunificadapje.tse.jus.br/consulta-publica-unificada/documento?extensaoArquivo=text/html&path=tse/2021/11/19/19/6/27/c476e26d66c8479c8e712809112835f821ec0bc1ae2bd8f4678eb91deb80d77a>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Julgamento conjunto das Ações de Investigação Judicial Eleitoral nº 0601968-80.2018.6.00.0000 e nº 0601771-28.2018.6.00.0000**. Disponível em: https://consultaunificadapje.tse.jus.br/consulta-publica-unificada/documento?extensaoArquivo=text/html&path=tse/2021/10/27/0/4/46/958c03e76e091570468070ede4df8279a74288e365101b116e25aaf807eb76fb. Acesso em: 20 nov. 2021.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News.** Barueri: Faro Editorial. 2018.

FAUSTINO, André. **Fake News: A Liberdade de Expressão nas Redes Sociais na Sociedade da Informação.** Lura Editorial. 2020. [EBook]

HABERMAS, Jürgen. **Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research**. Communication Theory, Volume 16, Issue 4, 2006, Pages 411–426. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x . Acesso em: 20 nov. 2021.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump.** Rio de Janeiro: Intrínseca. 2018.

LISBOA, Roberto Senise. **Direito na sociedade da informação**. Revista dos Tribunais. São Paulo, v. 95, n. 847, p. 78-95, maio 2006. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/direito-na-sociedade-da-informa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 05 mai. 2021.

MARTINS, Marcelo Guerra. TATEOKI, Victor Augusto. **Proteção de dados pessoais e democracia: fake news, manipulação do eleitor e o caso da Cambridge Analytica**. Revista Eletrônica Direito e Sociedade, Canoas, v. 7, n. 3, p. 135–148, out. 2019. Disponível em <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/5610/pdf.> Acesso em: 05 mai. 2021.

MELLO, Patrícia Campos. **A Máquina do Ódo: Notas de uma repórter sobre Fake News e violência digital.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NEISSER, Fernando; BERNADELLI, Paula; MACHADO, Raquel. **A mentira no ambiente digital: impactos eleitorais e possibilidades de controle.** In: Tratado de Direito Eleitoral Volume 4 - Propaganda Eleitoral. FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura (coord.); PECCININ, Luiz Eduardo (org.). Belo Horizonte: Fórum, 2018.

ONUMA, Tatiana Tomie. **Liberdade de expressão e o direito à informação: o papel da educação no exercício da democracia informativa e no combate à desinforma**ção. Revista Científica do STJ, nº 1, 2020, p. 249-271. Disponível em: < https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/RCSTJ/article/view/6428/6551>. Acesso em: 02 jul 2021.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble: What the Internet Is Hiding from You.** Nova York: The Penguin Press, 2011.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado; BONONE, Luana Meneguelli; MIELLI, Renata. **Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular fake news?.** Confluências, Niterói, v. 22, n. 3, p. 30-52, dez. 2020/mar. 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/8039>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SANTAELLA, Lucia. **A Pós verdade é verdadeira ou falsa?** [e-book] / Lucia Santaella; organizado por Fabio Cypriano. - Barueri, SP : Estação das Letras e Cores, 2018.

SIEBERT, Silvânia; PEREIRA, Israel Vieira. **A pós-verdade como acontecimento discursivo**. Linguagem em(Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 2, p. 239-249, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/vykt83t8h8874gJT7ys46sy/?lang=pt#> Acesso em: 28 jul 2021.

VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. **MÍDIA, DESINFORMAÇÃO E DEMOCRACIA: como os meios de comunicação influenciam as eleições presidenciais no Brasil**. Revista Observatório, Palmas, v.6, n.6, 2020, p. 1-24. Disponível em: < https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/11269>. Acesso em: 01 jun. 2021.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. Ciência da Informação, [S.l.], v. 29, n.2, nov. 2000. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/889>. Acesso em: 31 mai. 2021.

ZARZALEJOS, José Antônio. **Comunicação, jornalismo e fact-checking.** In: Revista Uno. n 27, 2017. p.11-13. Disponível em: <http://www.revista-uno.com.br/wpcontent/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf>. Acesso: 06 jun. 2021.

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM TEMPOS PANDÊMICOS: ENTRE AS FAKE NEWS E A NOVA CENSURA

Marcus Vinicius Quessada Apolinário Filho[1]

Paloma Silveira Pique Dourador[2]

1. INTRODUÇÃO

Inserindo-se em um "conturbado" contexto político-econômico em que a liberdade de expressão parece ser o termo mais em voga, a presente pesquisa — que vale-se de uma metodologia de cunho teórico-bibliográfico — intenta apontar para as recentes problemáticas que tocam e entrelaçam o exercício do referido direito num momento de ampla crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19.

Assim, buscamos realizar, num primeiro momento, uma breve incursão histórica sobre a liberdade de expressão e no contexto da Pós-Verdade, principalmente no que toca a diz respeito a recepção das falsas verdades pelo público comum e como o exercício irrestrito pode vir a ser analisado na perspectiva de instrumento de dominação.

Em conseguinte, visamos dar corpo a alguns apontamentos sobre a recente consumação do fenômeno das *Fake News* no debate político-público e suas consequências face a garantia à liberdade de expressão, tendo para tanto como pano de fundo a ciência de que vivemos numa "Sociedade da Informação" regida por um paradigma social profundamente comunicativo-informativo que abre margem para novas formas de controle.

Disso, levando a cabo as recentes problemáticas trazidas pela disseminação de *Fake News* no contexto brasileiro da pandemia de COVID-19, pretendemos propor uma possível leitura das *Fake News* como sendo a manifestação de uma nova espécie de censura que, por mais que se valham de uma suposta defesa da liberdade de expressão, acabam mesmo por solapá-la. Isto se dá, pois, num momento de profunda crise sanitária, como o que se faz presente, o discurso cientifico — tão prejudicado (ou "censurado") pela irrestrita disseminação de *Fake News* — torna-se condição *sine qua non* para que se possa conter o vírus e garantir o direito à vida, sem a qual não há que se falar em liberdade de expressão.

2. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PÓS-VERDADE

O direito à liberdade de expressão — Direito Humano absolutamente fundamental para as democracias modernas — somente veio a ganhar grande enfoque, no Brasil, após o fim da Ditadura civil-militar de 1964-1986, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual adquiriu *status* de direito fundamental. Historicamente, no cenário internacional, destacam-se — a respeito

[1] Graduando em Direito pela PUC-MG *campus* de Poços de Caldas e pesquisador bolsista do PIBIC-CNPq.

[2] Paloma Silveira Pique Dourador. Mestranda em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), área de concentração Constitucionalismo e Democracia, Linha de Pesquisa Efetividade dos Direitos Fundamentais Sociais. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pós-Graduanda em Direito Penal e Processo Penal pela Pontifícia Universidade Católicas de Minas Gerais. Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católicas de Minas Gerais, Campus Poços de Caldas – MG. Integrante dos grupos de pesquisas vinculados ao PPGD/FDSM: Razão Crítica e Justiça Penal, Direito e Democracia e Direito Internacional Crítico. Advogada. E-mail: palomaspd@gmail.com.

da efetivação da liberdade de expressão — a Declaração Francesa de 1789, a qual abriu espaço para outros documentos consagradores da liberdade de expressão, como a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América (1791), a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) — com ênfase para o disposto no artigo 19, haja vista que assegura expressamente o direito à liberdade de opinião e de expressão[3] —, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966) e, mais recentemente, a Declaração Interamericana de Princípios e Liberdade de Expressão (2000).

A Carta Constitucional Nacional, por sua vez, conferiu a todos o direito ao exercício dessa liberdade e garantiu-lhes proteção ao inserir o referido direito no núcleo das garantias constitucionais fundamentais, localizado no "Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais", "Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos", artigo 5º, inciso IV, *in verbis*: "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato" (BRASIL, 1988). É cediço que a liberdade de expressão se perfaz como componente essencial para o exercício da democracia, razão pela qual ela integra o corpo de direitos da personalidade (PINHEIRO, 2014, p. 5).

O exercício da liberdade de expressão, em seu viés individual, corresponde ao instrumento essencial para garantia de outros direitos, como o direito à dignidade humana, através da formação individual por meio da linguagem e identidade (VOOS, 2020, p. 11). De outra banda, em um viés coletivo, o direito à liberdade de expressão se perfaz como um dos pilares que sustentadores do processo democracia, haja vista que possibilita o questionamento das decisões tomadas pelos ocupantes dos lugares de poder. É nesse viés que Thiago Dias Oliva (2015, p. 69) aponta que "a liberdade de expressão é consagrada tradicionalmente como um dos direitos mais elementares de todo ser humano".

No entanto, não podemos nos furtar no trabalho com a liberdade de expressão de analisa-la no contexto de seu exercício, haja vista que a roupagem de seu uso está intimamente ligada com os objetos a ser percorrido pelas democracias. Assim, se faz necessário sedimentar que a pesquisa fica os alicerces de análise sob a liberdade de expressão no âmbito da modernidade.

Ingressa, nesse momento, no campo perquiritivo da pesquisa, o termo Pós-Verdade[4] , o qual mantém relações de proximidade com outro termo próprio das democracias moderna, a sociedade da informação e, contempla o cenário do direito à liberdade de expressão. Conforme a própria natureza de mutabilidade constante, acompanhada pela rapidez em que as relações sociais e informacionais vêm se colocando na sociedade, a "era da Pós-Verdade" ou, conforme nomeia Giordani *et al*. (2021, p. 2866) como "Tempos de Pós-Verdade" ou "Autoverdade", ainda possui uma definição muito. Entretanto, autores como Lisboa, Faustino e Lessa (2019) e Giordani *et al*. (2021) e Voos (2020), seguem no sentido de que esse período evidenciou um aumento na gama de comunicação, informação e disseminação de notícias através da *internet*. Assim, se faz possível compreender que a "Era da Pós-Verdade" estimulou a população a exercer em maior grau o direito à liberdade de expressão ao compartilhar suas impressões e opiniões no "*Ciberespaço*". De outro lado, surge também a incidência do fenômeno de propagação de falsas notícias, as chamadas "*Fake News*"[5]. Tem-se, portanto, que a dicotomia entre verdade e mentira forneceu lugar para a "verdade, meia verdade, mentira e meia mentira" (LISBOA; FAUSTINO; LESSA, 2019, p. 166),

---

[3] "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras." (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 4)

[4] Segundo o dicionário Oxford, "Pós-verdade" [Post-truth] é um adjetivo definido por "relacionar ou denotar circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal"

[5] Tal termo, que desde as eleições presidenciais dos EUA de 2016 entrou em voga e não sai mais do vocabulário popular é definido por Nolan Higdon em seu ótimo *The anatomy of Fake News* como "conteúdo falso ou enganoso apresentado como notícia e comunicado em formatos que abrangem a comunicação falada, escrita, impressa, eletrônica e digital," (HIGDON, 2020, p. 23).

ocasionando uma crise de legitimidade referencial na mídia tradicional, ocasionando o fenômeno da "Pós-imprensa e/ou Pós-Fato"[6], conforme Giordani *et al.* (2021, p. 2866)

Ainda, nesse viés a pós-verdade "costuma estar menos associada à crescente inclinação da impressa e dos políticos ao falseamento ou distorção da realidade do que às transformações no modo como o público lida com essa tendência" (CRUZ JUNIOR, 2019, p. 281). Assim, é possível analisar que o direito à liberdade de expressão, nesse cenário de incertezas é utilizado, muitas vezes, como instrumento de poder. Há, portanto no contexto da Pós-Verdade, uma alteração na forma como os indivíduos lidam e demonstram se importar com a verdade, deixando de ouvia-la, na medida em que sob o suposto argumento do exercício da liberdade de expressão, determinadas falsas verdades são proliferadas em amplitude tão extensa que silenciam os demais discursos.

3. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E FAKE NEWS

O conceito de "Sociedade da Informação" — fundamental para um melhor enquadramento de nosso tempo — fora primeiro esboçado, no Brasil, pelo *Livro Verde da Informação*", uma produção teórica organizada pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, sob organização de Tadao Takahashi. Na obra em questão, traduz-se "Sociedade da Informação" como sendo uma nova sociedade pautada, fundamentalmente, por um paradigma técnico, informacional, econômico e político (TAKAHASHI, 2000, p. 5) que, através da *internet* e da informatização dos sistemas, adentra profundamente nas mais variadas esferas da vida dos cidadãos, sendo o acúmulo e a difusão de informações fatores determinantes para o sucesso de empresas e Estados.

E, sendo nosso contexto contemporâneo fundamentalmente tecnológico-informativo, vê-se que, através da *internet*[7] com suas redes sociais e etc., a produção/disseminação de informação chega, a patamares quase que irrestritos. Frente ao caráter quase que irrestrito desse circuito de informações, há que se questionar se a ascensão da "Sociedade da Informação" não implicaria, também e em revés, na constituição de uma "Sociedade da desinformação"[8], vez que as informações que circulam pelos meios tecnológicos não possuem, necessariamente, qualquer lastro com o real, nem qualquer atributo de validade a que se possa auferir aprioristicamente.

Disto vê-se, então, que as formas de difusão e escoamento de informação em nossa sociedade implicam e fazem nascer inúmeras problemáticas iminentemente conflitivas para todo o tecido social, como, por exemplo, a possibilidade de disseminação em massa de uma notícia falsa/desinformação que venha provocar terror e tumulto na coletividade. Nesse contexto, a produção e a difusão de notícias falsas

> evidenciam a junção de dois fatores importantes, que são o reflexo desse momento histórico e a superficialidade do conhecimento ou da informação, aliados à grande oferta de conhecimento e informação, principalmente quando ligadas à velocidade de circulação. A junção desses fatores irá propiciar o surgimento da pós-verdade, que tem como espécie as *fake news*. (LISBOA; FAUSTINO; LESSA, 2019, p. 182)

Por mais nosso momento atual de "Pós-Verdade"[9] seja fundamentalmente fruto da Sociedade da Informação com seu circuito desenfreado de informações e etc., há de se colocar que, por

---

[6] A pesquisa realizada por Giordani *et al.* (2021, p. 2865-2866) entende por "Pós-imprensa e Pós-Fato o momento em que a mídia tradicional vem carecendo de referencialidade e, portanto, um dos principais impactos se coloca com "a intensificação do processo de fragmentação do tecido social e a ruptura do espaço de legitimidade sobre 'quem está autorizado a dizer e quem tem legitimidade de dizer' provocou-se uma reconfiguração que expressa uma multiplicidade de esferas de legitimidade, pondo em xeque instituições, aparatos discursivos e a própria ciência".

[7] Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) apontam que pelo menos 82,7% dos domicílios brasileiros possuem algum acesso à internet (IBGE, 2021, p. 1).

[8] Como defendem Alencar *et al* (2020, p. 90).

[9] Segundo o dicionário Oxford, "Pós-verdade" [Post-truth] é um adjetivo definido por "relacionar ou denotar circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal".

mais que as notícias falsas/*Fake News* tenham de fato ganhado maior ênfase nos últimos anos, a disseminação de conteúdo falso e/ou propositalmente enganoso não é fenômeno recente, mas remonta ao nascimento da máquina de imprensa propriamente dita Pois, ainda que, hoje, haja uma imprensa (supostamente) livre e desvencilhada das chancelas governamentais[10], disto não decorre que práticas antiéticas de "*imprensa marrom"* — propositalmente sensacionalistas e sem qualquer compromisso com a veracidade dos fatos — inexistirão. E, em razão de estarmos cada vez mais atados às tecnologias e redes de informação, não há que se negar que, com a democratização do acesso aos aparelhos eletrônicos e às redes de *internet* — que, através das redes sociais, é a principal fonte, hoje, de acesso à informação[11] —, alça-se, ao debate público, toda uma polifonia de vozes que, em momentos de sobressalto — como o da presente pandemia —, sobrepõem umas às outras, atrapalhando a difusão de informações institucionais importantes.

Em verdade, num mundo repleto de *smartphones* com conectividade com a *internet* e capazes de gravar áudios, tirar fotos e realizar vídeos, *todos* são produtores/disseminadores de informação em potencial. Com alguns simples toques de dedos, as mais variadas (des)informações são difundidas nos grupos de *WhatsApp*, nas *homepages* do *Facebook* e nos mais variados perfis do *Twitter* e *Instagram*.

Garantir e democratizar as formas de acesso às redes é, sem sombra de dúvidas, um papel importantíssimo dos Estados no atual estágio da Sociedade da Informação, mas, dada a ampla fluidez e volatilidade com que as informações circulam na *internet*, surgem dúvidas sobre como garantir que aqueles que acessam as redes sociais (que são ambientes controlados por empresas privadas, não por órgãos públicos e democráticos) não serão alvo de informações falsas que poderão afetar e afligir danos à toda a coletividade?

4. PANDEMIA E A NOVA CENSURA

Inicialmente, se faz necessário salientar que investigar o instituo da censura é trabalhar intimamente com o estudo da própria história brasileira[12], de modo que em nosso país a censura se fez presente antes mesmo da imprensa, do teatro e da biblioteca (COSTA, 2013, p. 43). Assim, ainda que a imprensa brasileira tenha surgido tardiamente em comparação a países europeus, a exemplo das primeiras gazetas impressas alemãs em 1609 (BRANDÃO; JARDIM, 2014, p. 6), tem-se que durante a colonização pela coroa portuguesa, imperou-se a proibição de publicar livros e jornais "que fizessem apresentações públicas sem apoio, incentivo e consentimento das ordens religiosas (guardiãs da fé cristã e da hegemonia metropolitana)" (COSTA, 2013, p. 43).

Nesse viés, Trajano Silva Jardim e Iolanda Bezerra dos Santos Brandão (2014, p. 6) apontam que somente com a vinda de D. João VI ao Brasil, em 1808, deu-se início a circulação do jornal Gazeta do Rio de Janeira com o intuito de divulgar e difundir os interesses da Coroa Portuguesa, portanto, desprovido de conteúdo propriamente dito social. No entanto, o período de total dominação na circulação de informações pela Coroa Portuguesa não foi longo, haja vista no mesmo ano o Brasil assistiu ao nascimento do primeiro periódico propriamente escrito por um brasileiro cujo público alvo era de fato os leitores brasileiros, o Correio Braziliense pelo editor Hipólito da Costa (MONTEIRO, 2009, p. 104). Em decorrência da censura, o jornal era impresso na Inglaterra, haja vista se tratava do primeiro jornal de oposição do domínio português (BRANDÃO; JARDIM, 2014, p. 6).

[10] Vez que, antes das lutas por efetivação de direitos como os de liberdade de expressão e de imprensa, a produção e disseminação de conteúdo de cunho informativo se dava entre os ditames e chancelas do Estado, *i. e.*, para que alguma informação pudesse ganhar validade efetividade em sua publicidade no seio da sociedade, ela haveria de passar pelo crivo da censura do poder.

[11] O TJPR informou divulgou o estudo, realizado em junho de 2020, do Relatório de Notícias Digitais do Instituto Reuters [*Reuters Institute Digitar News Report*], o qual mostrou que uma das principais redes sociais de discussão e troca de notícias no país é o *WhatsApp,* perdendo somente para o *Facebook*. O mesmo estudo apontou que 48% dos brasileiros que participaram da pesquisa, informaram que usam o aplicativo como fonte de notícias.

[12] Conforme, Lino Geraldo Resende: "Legal e institucionalizada, no que se refere à questão moral, a censura política, seja na mídia, seja fora dela, foi sempre uma presença ao longo da história do país" (2005, p. 2).

Ainda, não é possível aludir que a censura brasileira atingia somente a imprensa, haja vista que se comportava de maneira bem mais ampla, englobando artes, espetáculos, livros, cinema, teatro, música etc. (RESENDE, 2005, p. 2). A par disso, mesmo após o Governo Joanino, em 1821, com a edição da última lei contra a imprensa e, posteriormente com a independência, tem-se que a livre manifestação de pensamento e opinião ainda não eram vistos com bons olhos, de tal modo que somente pelo Decreto de 28 de agosto de 1827, a censura foi formalmente interrompida (BRANDÃO; JARDIM, 2014, p. 7).

Ocorre, no entanto, que a suspensão da censura não logrou em êxito em se fazer eterna, havendo vários episódios em que a liberdade de opinião foi cerceada no Brasil. A par disso, tem-se como um dos maiores exemplos do retorno da censura a Ditadura Militar, compreendendo o período de 1964 a 1984, ficando conhecido como anos de chumbo[13] em que a "perseguição política à oposição e às manifestações considerada subversivas transformam-se em repressão, deixando de lado qualquer justificativa, aparência ou intenção de defesa da sociedade ou de proteção às artes e à cultura". (COSTA, 2013, p. 48). Conforme Sandra Reimão "a Constituição outorgada de 1967 oficializou a centralização da censura como atividade do governo federal, em Brasília. Quando o Ato Institucional número 5 foi decretado, as atividades censórias já se encontravam centralizadas no governo federal" (2014, p. 76).

É possível verificar que no âmbito da ditadura miliar, a censura institucional foi estruturada em conformidades com a Doutrina da Segurança Nacional, justificando, portanto, sua imposição na ideia de combate ao comunismo[14] (CARVALHO, 2015, 31). Nesse cenário se faz necessário ressaltar que o povo brasileiro não foi passivo, mas sim lutou com o cerceamento da liberdade de expressão. É nesse sentido que Sandra Reimão (2014, p. 76) expõe a ocorrência de duas grandes manifestações públicas antecedentes a decretação do AI-5[15], ocorreram no Rio de Janeiro em razão das arbitrariedades do regime de militar, quais sejam a Cultura contra Censura de fevereiro de 1968 e a Passeata dos Cem Mil em 26 de junho de 1968.

Mesmo após o término da Ditadura Militar Brasileira, é possível observar que a censura ainda se faz presente de forma indireta, "disfarçada por outros recursos como processos judiciais contra difamação, ausência de apoio financeiro para jornais, revistas ou produções artísticas inconvenientes, ou simplesmente o silêncio em torno deles" (COSTA, 2013, p. 49)[16] É nesse sentido que Fernando Felício Pachi Filho (2015, p. 3) propõe que o término da ditatura militar em 1975 e a

---

[13] "Em nome da "autêntica ordem democrática [...] (e) no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo", o presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional número 5 (AI-5). A edição desse ato tornou possível cassar mandatos, suspender direitos políticos e garantias individuais e criou condições para a censura à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas. Começa aí o período chamado "anos de chumbo". (REIMÃO, 2015, p.76)

[14] Ainda, se faz importante registrar a ressalva de que "comunismo era entendido de forma ampla e flexível, abrangendo atores e ações as mais diversas, tais como aquelas que envolviam assuntos de cunho moral, como as publicações obscenas e pornográficas, e, também, as que envolviam temas de natureza estritamente política, como as críticas às autoridades públicas" (CARVALHO, 2015, p. 31)

[15] A partir da promulgação do Ato Institucional n. 5 – AI-5, os militares declararam guerra a todas as manifestações críticas e a toda arte de vanguarda minimamente nacionalista ou defensora da liberdade política ou da igualdade social. Autores, atores, diretores, produtores, jornalistas e demais profissionais da comunicação foram alvo de prisão, morte, perseguição, exílio e toda forma de violência. Completando quase cinco séculos de existência de controle, fiscalização e censura da produção simbólica por parte do poder estabelecido em diferentes épocas, o abuso do poder chega a colocar em risco a própria sobrevivência da arte e da cultura nacionais. Foi preciso que se chegasse a esses extremos para que a sociedade reagisse e, com o fim da Ditadura Militar, fosse extinta a censura oficial e houvesse o reconhecimento do direito constitucional à liberdade de expressão no país (COSTA, 2013, p. 48)

[16] "Nessa linha, estão a censura à biografia Roberto Carlos em Detalhes, de autoria de Paulo César de Araújo, publicada pela Editora Record, em 2002, e a proibição do jornal O Estado de São Paulo de publicar qualquer notícia sobre supostas irregularidades praticadas pelo empresário Fernando Sarney, em 2009. A proibição do uso do nome Falha de São Paulo, pelos jornalistas Lino e Mário Bocchini em seu blog, sob acusação de uso indevido da marca, em 2013, é um dos casos mais recentes de interdição. De fato, proibia-se a crítica irônica feita pelos blogueiros a esse jornal da grande imprensa." (COSTA, 2013, p. 49)

abolição da censura em 1988, tornou necessária a realização de uma reflexão ampliada que aborde a cidadania, as liberdades a democratização da sociedade, haja vista que "o estudo da censura e das liberdades surge como possibilidade investigativa e como fundamento para a compreensão de seu funcionamento numa sociedade em que as práticas democráticas se consolidam lentamente" (PACHI FILHO, 2015, p. 3).

É nesse contexto que a presente pesquisa busca trazer mais um elemento para o debate na historicidade da censura, a pandemia pelo novo coronavírus. A detecção, em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, da nova doença respiratória batizada de COVID-19, o novo coronavírus, provocou — ao longo dos primeiros meses de 2020 — uma difusão desenfreada de informações no mundo inteiro, passando a ingênua mensagem de que neste período seria impossível arguir a ocorrência de uma nova censura. Insta ressaltar que a censura em tempos pandêmicos se comporta como resquício dos tempos ditatoriais em que a censura se concretizava por meio da "violência, de ordem institucional ou social" (CARAVALHO, 2015, p. 26). Ainda, conforme Lucas Borges de Carvalho (2015, p. 32):

> Tomando em conta essas distinções conceituais, é importante mencionar, em acréscimo, que a censura pode ser compreendida a partir de duas dimensões analíticas relevantes, que enfatizam a sua estruturação, respectivamente, enquanto prática institucional e enquanto prática social. No primeiro caso, o da censura institucional, situa-se a atuação dos órgãos estatais, estruturados com base em princípios burocráticos e nas normas vigentes, tendo em vista o fim precípuo de controlar o que pode ou não ser dito, publicado e transmitido pelos meios de comunicação ou por qualquer outra forma de expressão cultural. No segundo caso, o da censura social, há de se considerar uma dimensão menos visível da censura, porém importante para a sua compreensão. Trata-se da existência de constrangimentos reais sobre a livre expressão de ideias, que se caracterizam pelo fato de serem difusos e subliminares.

É a partir do cerceamento de um estilo específico de discurso que a censura vem ganhando cada vez mais espaço no terreno pandêmico, o silenciamento do discurso cientifico. É através da proliferação de falsas notícias que a voz da verdade é calada, relegada a periferia do discurso, chegando ao ponto mesmo da Organização Mundial da Saúde (OMS) informar que, além do mundo inteiro estar inserido numa pandemia, também haveria de se falar em uma "infodemia" (ZARO-COSTAS, 2020), termo que "passou a ser incorporado no vocabulário atual como disseminação em massa de notícias falsas e rumores que comprometem a credibilidade das explicações oficiais fundamentadas em respaldo científico" (GALHARDI; et al, 2020, p. 4202).

A disseminação de falsas informações na área de saúde não é exclusiva da pandemia pelo COVID-19[17], mas a maneira pela qual essas notícias fraudulentas são transmitidas na Sociedade da Informação, é própria do paradigma a ser enfrentado pelas democracias modernas.

Freire *et al* (2021, 4065) chegam a argumentar que "a pandemia de desinformação insuflada pelas redes sociais e pelos aplicativos de mensagens instantâneas, demanda uma resposta integrada e coordenada em nível global por parte das instituições e dos especialistas".

Disto, tem-se que o silenciamento da voz da ciência a partir da proliferação de mil vozes que gritam as famosas falsas notícias, elevou a censura a um patamar anteriormente inabitado, uma forma especifica de repressão silenciosa, não deixando chegar o discurso cientifico aos ouvidos do povo. Enquanto o discurso negacionista toma palco, as pesquisas são censuradas no seio social. A

[17] "Sabe-se que a disseminação de informações falsas e a cultura da desinformação na área de saúde não é novidade. Em 2008, foram propagados boatos que ensinavam uma receita natural de proteção contra a febre amarela, nas redes sociais e no aplicativo de mensagem WhatsApp. Uma das teorias disseminadas era de que a doença seria uma farsa criada para vender vacinas. Havia ainda outras teorias, como a que dizia que a vacina paralisava o fígado, que mutações do vírus afetavam a eficácia da vacina e que o consumo de própolis poderia repelir o mosquito transmissor da doença. Neste período, observou-se uma reação popular muito diversa e confusa: houve os que correram em busca da vacina e os que foram vítimas dos que induziram à crença de que a imunização seria ineficaz e levaria à morte" (2021, p. 4202)

par disso, tem-se que as *Fake News* são utilizadas como instrumento de controle e dominação no espaço informacional digital. Assim, conforme Hallini Izabel Ruberto Jardim e Phillipe Derwich Silva Zaidan (2018, p. 6) "a censura institui a retenção de arquivos e informações que não podem estar abertos para a sociedade, garantindo a manutenção do poder de seus detentores". O discurso cientifico, portanto, é colocado além do alcance social, marginalizado frente a incansável máquina propagadora de falsas notícias. A problema se traduz quando "a desinformação encontra, naquilo que se propõe, a censura como sua aliada, visto que ambas agem na concessão dúbia e obscura do é considerado como verdadeiro e factual" (JARDIM; ZAIDAN, 2018, p. 6). O discurso cientifico tornou-se a "palavra proibida" (FOUCAULT, 2004, p. 19), censurada pelas inúmeras vozes das falsas verdades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou percorrer os interstícios da liberdade de expressão no cenário pandêmico provocado pelo surto do novo coronavírus. Realizamos, então, uma breve contextualização histórica da liberdade de expressão, evidenciando o quão caro esse direito é para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Assim, munidos dos apontamentos necessários sobre o exercício da liberdade de expressão, direcionamo-lo para o contexto conhecido como "Pós-Verdade", em que a maneira pela qual a sociedade tutela a veracidade das informações vem se alterando, passando a ficar nos últimos planos e cedendo, portanto, espaço para as falsas notícias. Disto, a pesquisa adentrou na chamada "Sociedade da Informação", cenário fértil para a propagação das *Fake News* ou falsas notícias. Em nossa última parada adentramos na análise do instituto da censura para investigá-la a partir da pandemia pelo novo coronavírus.

Disto, tem-se que a propagação de falsas notícias não é fato exclusivo dos árduos tempos pandêmicos vivenciados pela humanidade, mas a forma como sua propagação se dá é própria da modernidade e se perfaz como uma problemática a ser enfrentada pelas democracias, principalmente os estados democráticos com passado ditatorial como o Brasil. Ainda, a pandemia causada pelo coronavírus vem lançando luz sob um novo estilo de censura a qual se comporta como um resquício da censura imposta durante a ditadura militar, mas que não faz alvos delineados, não consta no corpo da lei, não é visível, mas ardilosamente vai silenciando as vozes de um discurso específico, suas armas são as falsas informações e seus soldados o próprio povo que cumpre sua função sem perceber que dela é também vítima. Durante a crise sanitária enfrentada mundialmente, censurar o discurso cientifico é matar não somente os revolucionários, mas sim aniquilar o povo como um todo. O discurso a favor da segurança nacional cai por terra, demonstrando que a censura nunca foi uma resposta ao medo do Comunismo, mas sim um ato político de silenciar vidas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria da Glória Serra Pinto de; SANTOS, Luziangela Cordeiro dos; CASTRO, Mayara Reis; BERREDO, Pitia Moraes; ABREU, Talita Karenina Diniz. Sociedade da (des)informação em tempos de pandemia no Brasil: a competência informacional do bibliotecário para a prevenção e o controle da propagação do novo coronavírus. **REBECIN**, São Paulo, v. 7, número especial, p. 90-108, 2020. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/199. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRANDÃO, Iolanda Bezerra dos Santos; JARDIM, Trajano Silva. Breve histórico da imprensa no Brasil: Desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. **Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro**, Brasília, n. 14, 2014, p. 131-171. Disponível em: http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia14/Iolanda%20Brandão%20e%20Trajano%20Jardim%20(6).pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

CARVALHO, Lucas Borges de. **O controle público sobre a programação da TV no Brasil**: entre a censura, a democracia e a liberdade de expressão. 2015. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Liberdade de expressão: como lutar por ela. **Comunicação & Educação**, v. 18, n. 2, 2013, p. 43-50. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/68329. Acesso em: 21 nov. 2021.

CRUZ JUNIOR, Gilson. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de *Fake News*. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 21, n. 1, 2019, p. 278-284. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8652833. Acesso em 20 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyla, 2004.

FREIRE, Neyson. *et al.* A infodemia transcende a pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*S. l.*] v. 26, n. 9, 2021, p. 4065-4068. Disponível em: https://scielosp.org/article/csc/2021.v26n9/4065-4068/. Acesso em: 21 nov. 2021.

GALHARDI, Cláudia Pereira; FREIRE, Neyson Pinheiro; MINAYO, Maria Cecília de Souza; FAGUNDES, Maria Clara Marques. Fato ou fake?: uma análise da desinformação frente à pandemia da COVID-19 no Brasil. **ARTIGO: Ciência e Saúde Coletiva,** v. 25, p. 4201-4210, out. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/XnfpYRR45Z4nXskC3PTnp8z/?lang=pt. Acesso em: 20 nov. 2021.

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri; DONASOLO, João Pedro Giordani; AMES, Valesca Daiana Both; GIORDANI, Rosselane Liz. A ciência entre a infodemia e outras narrativas da pós-verdade: desafios em tempos de pandemia. **TEMAS LIVRES: Ciência e Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2863-2872, jul. 2021. Disponível em: http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-ciencia-entre-a-infodemia-e-outras-narrativas-da-posverdade-desafios-em-tempos--de-pandemia/18033?id=18033. Acesso em: 21 nov. 2021.

HIGDON, Nolan. **The anatomy of Fake News.** Oakland: University of California Press, 2020.

JARDIM, Hallini Izabel Ruberto; ZAIDAN, Phillipe Derwich Silva. CONTROLE DE INFORMAÇÃO: uma análise sobre o papel da censura e da fake news na história brasileira. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, *[S. l.]*, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16883. Acesso em: 21 nov. 2021.

LISBOA, Roberto Senise; FAUSTINO, André; LESSA, Rogério Dirks. Direito à informação e *Fake News* nas redes sociais na Sociedade da Informação. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**. Pouso Alegre, Edição Especial, p. 165-184, 2019. Disponível em: https://revista.fdsm.edu.br/index.php/revistafdsm/article/view/19. Acesso em: 20 nov. 2021.

MONTEIRO, Ana Paula dos Santos. O Brasil oitocentista sob o olhar de Hipólito da Costa: o Correio Brasiliense (1808-1822). **Cadernos do CNFL**, v. 12, n. 16, 2008, p. 104-105. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiicnlf/16/11.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

OLIVA, Thiago Dias. **O discurso de ódio contra as minorias sexuais e os limites da liberdade de expressão no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 20 nov. 2021.

PACHI FILHO, Fernando Felício. Aspectos discursivos da liberdade de expressão e da censura. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38, 2015, Rio de Janeiro. **Anais**: Intercom, 2015. 1-13.

PINHEIRO, Amanda Lima Gomes. Apesar de você: a arte como forma de liberdade de expressão durante a ditadura militar brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. Belo Horizonte, n. 64, p. 27-47, jan./jun. 2014.

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." – censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, 2014, p. 75-90.

RESENDE, Lino Geraldo. A censura contra a cidadania: o caso do Brasil. **Recenso – Revista de Recensões de Comunicação e Cultura**, Porto, 2005, p. 1-17. Disponível em: http://bocc.ubi.pt/pag/resende-lino-geraldo-censura-cidadania.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

ZAROCOSTAS, John. How to fight an infodemic. **The Lancet: World Report,** v. 395, n. 10225, p. 676. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)-30461-X/fulltext. Acesso em: 15 nov. 2021.

ANGÚSTIA PÓS-MODERNA, EXTREMA DIREITA, FAKE NEWS E CONSEQUÊNCIAS DA NECESSIDADE DE SE ACREDITAR

Gracielle Carrijo Vilela[1]

1. INTRODUÇÃO

A História apresenta ciclos de evolução com alguns de retrocessos. Isso também acontece com a literatura e com várias outras áreas do conhecimento, e com a política não seria diferente.

Em meio a esses retrocessos, como entender que, no século passado, vivenciamos o horror dos campos de concentração com a morte de milhões de judeus e milhares de homossexuais, ciganos e comunistas durante o movimento fascista alemão? O que houve com os cidadãos daquele país, por que permitiram que um genocídio de tais proporções se concretizasse?

Tentando responder a essas questões, Arendt (1998) trata da reconstrução dos direitos humanos, já que havia ocorrido uma ruptura de tudo que havia sido construído até então. Cuidando dessa questão, em toda a sua obra, a autora aponta o impacto causado pela ruptura de tudo aquilo em que se acreditava em termos de direitos humanos.

O Brasil também vivenciou um período de perseguições, torturas e mortes, tanto na ditadura Vargas (1937-1945), mas principalmente, e com maior rigor, durante o regime militar, cujo ápice se deu com o AI-5, de 1964, quando vivenciamos um inegável regime de exceção que apenas se encerraria com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) (BRASIL, [2021]).

Não se passaram quarenta anos e o país já se vê, novamente, às voltas com ameaças de fascismo com a eleição do presidente da república declaradamente admirador da ditadura, o homenagear publicamente, um dos mais cruéis torturadores do período ditatorial[2] (1964-1988). Após a eleição do presidente, os cidadãos assistem a constantes e explícitas ameaças à democracia.[3]

Acreditava-se que tal situação não se repetiria, afinal, dever-se-ia ter aprendido que regimes autoritários produzem resultados trágicos. Mas, ao contrário do esperado, observamos que discursos autoritários nunca abandonaram a democracia ocidental, com notável recrudescimento nas últimas décadas.[4] O que motivaria as pessoas a votarem em líderes flagrantemente autoritários e demagogos? Trata-se de fenômeno complexo e multifatorial, do qual analisamos algumas poucas

[1] Mestranda em Teoria do Direito pelo Programa de Pós-Graduação (PPGD) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de financiamento 001. This study was financed in part by Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001. http://lattes.cnpq.br/5282914166743053 E-mail: gcarrijovilela@gmail.com

[2] Ao proferir seu voto na sessão que decidiria acerca do impedimento da Presidenta Dilma Roussef, no ano 2016, o então deputado Jair Messias Bolsonaro homenageou o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra. Aqui verifica-se o grau de crueldade do então deputado que viria a ser eleito Presidente da República nas próximas eleições. (BARBA; WENTZEL, 2016).

[3] Algumas das inúmeras ameaças de Bolsonaro à democracia podem ser conhecidas na matéria. A reportagem detalha reunião ministerial em que a intervenção militar no STF fora requerida pelo presidente e seriamente cogitada por alguns ministros. Houve ainda discussões acerca da necessidade de que o ato tivesse aparência de legalidade. (GUGLIANO, 2020).

[4] Vide, exemplificativamente, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, eleição de Viktor Orban na Hungria, o crescimento do partido 5 Estrelas na Itália. (EMPOLI, 2019).

peças, porquanto ser um grande enigma que envolve política, manipulação, existência humana e o próprio homem.

Podemos apontar algumas hipóteses como causa para esses comportamentos: a falta do espírito de classe, social; o fato de os eleitores não saberem votar; as pessoas serem realmente más e pensarem apenas em si mesmas; ou elas serem incapazes de ver o outro ou de sentirem empatia pela dor alheia; a origem e herança escravocrata não permitirem vislumbrar a "ralé dos novos escravos[5]" como iguais, dentre outras possibilidades.

As hipóteses levantadas já permitiram demonstrar que a resposta a esse problema é bastante complexa. Não se trata de culpar apenas a falta de cultura, aqui entendida como acesso ao conhecimento dos conteúdos da educação formal, porque o fato acontece em países ricos onde é amplo o acesso à educação de qualidade.

A eleição de qualquer presidente exige certo número de votos de cidadãos dos mais diferentes níveis cultural, social e econômico. Dado o caráter plural e multifacetado do povo brasileiro, não se pode acreditar que a maldade lhes seja inerente. Pelo contrário, podemos perceber, por meio de simples observação cotidiana que muitas dessas pessoas são generosas em suas condutas e demonstram capacidade de exercitar a alteridade e a compaixão para com o outro. Não conseguem, todavia, ampliar essa visão e transpô-la para a política.

As mudanças tão significativas ocorridas no último século levam a pensar sobre como o homem se sente neste mundo plural, fluido, que muda constantemente e onde a incerteza sobre o amanhã, e quais valores são corretos imperam.

A questão do homem contemporâneo neste mundo e seu desamparo podem ser uma explicação, mas, certamente, não a única, para o avanço da extrema direita no mundo. O discurso cínico simplista, com poucas variáveis, próprio de líderes com tendência autoritária, deixaria transparecer a "segurança" que pessoas pós-modernas buscam.

Este trabalho objetiva refletir sobre as características da pós-modernidade e seus reflexos políticos e jurídicos que levam as pessoas a acreditarem em informações falsas, duvidarem da ciência e abraçarem o totalitarismo, principalmente, se considerarmos o pouco tempo histórico decorrido, após a ocorrência do fascismo na Europa e do regime militar no Brasil.

2. RACIONALIDADE CÍNICA E FASCISMO

A perplexidade diante da ascensão da extrema direita em vários países impõe que se investiguem razões para esse fenômeno, ainda que não totalmente elucidadas. É o que faz Vladimir Safatle em seu estudo sobre o cinismo.

O autor admite que não é capaz de responder a todas as questões relacionadas ao cinismo, mas tampouco consegue abandonar o tema, dada a sua percepção de que pode responder a muitos dos questionamentos sobre o cinismo e a atuação do poder nas nações capitalistas, nos tempos atuais.

O fascismo, é movimento político que surgiu na Itália, na década de 1920, logo após o término da primeira guerra mundial (1918). O fascismo clássico apresentava algumas características que podem ajudar a compreender o fenômeno atual da ascensão dos discursos autoritários: a saber, o ideal persecutório capaz de justificar o combate a um perigo imaginário (no caso do nazismo, era o comunismo); divisão da população entre o "nós fascistas" devidamente unidos e o "eles" devidamente apartados; idealização de algum evento do passado como algo perfeito.[6] Segundo Adorno (1951), para que os ideários anteriores pudessem ser adequadamente divulgados e capazes de convencer e cooptar seguidores, era necessário o desenvolvimento de propaganda eficiente capaz de convencer pessoas que até então, segundo Arendt (1998), não se envolviam com política.

---

[5] Expressão cunhada por Souza (2019) na obra intitulada *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*.

[6] Informações extraídas durante as aulas da disciplina Teoria do Direito ministrada pelo professor Dr. Lucas de Alvarenga Gontijo, no Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PPGD/PUC Minas) em 14 maio de 2020.

Embora o fascismo seja movimento extremamente complexo, para este estudo interessa-nos, em um primeiro momento, elucidar as características de seu discurso cínico para, posteriormente apresentar seus instrumentos de convencimento atualmente maximizados pela velocidade de divulgação de informações via redes sociais.

O capitalismo, detentor do cinismo em sua justificação racional, faz com que o fascismo esteja à espreita para surgir a cada crise (ADORNO, 1951). Para Safatle (2018), "cinismo" é a categoria adequada para expor a normatividade interna da forma de vida hegemônica no capitalismo contemporâneo.

Precisamos cuidar para que o cinismo hoje presente e recorrente na justificação racional do poder não seja confundido com o conceito dicionarial de cinismo comumente utilizado para descrever comportamentos falsos, nos quais se diz uma coisa para se ocultar outra. Não se trata de cinismo como questão de ordem moral, mas, como justificação, dita racional, de estruturação do poder. Todavia, não se trata também do campo da insinceridade, termo que Safatle (2018) assim define, por não se tratar de dizer uma coisa para esconder outra, nem tampouco de má-fé ou hipocrisia. O fato é que o discurso cínico é escancaradamente sincero em suas falas. No entanto, o cinismo não deseja ocultar ou camuflar coisa alguma. O surpreendente é sua capacidade de mostrar absurdos e ainda assim continuar funcionando. Ao contrário das insinceridades e hipocrisias transcritas anteriormente, o capitalismo cínico escancara suas vicissitudes, não se preocupando em ocultá-las.

A contradição também se faz presente todo o tempo como parte do discurso legitimador. Desde a década de 1970, segundo Safatle (2018), teóricos já compreendiam que o capitalismo tendia a se organizar de maneira cínica, porque falseava, continuamente, as normas que ele mesmo enunciava.

Há menos de um século a Europa vivia o fascismo e milhões de pessoas foram dizimadas em nome de uma suposta superioridade de uma raça[7] sobre a outra, alemã x judia.

Impossível não interrogarmos: o que teria levado os alemães, homens e mulheres de diferentes classes sociais, culturais e econômicas, a acreditarem no nazismo e o adotarem, com tudo o que ele significava, apregoava e realizava, e a crerem em uma racionalidade cínica, numa perseguição de um grupo (judeus). Certamente o capitalismo[8] e seus atrativos irresistíveis.

A racionalidade cínica e o capitalismo (sistema econômico) andam lado a lado e o segundo pode, a qualquer momento, em meio a uma crise, apresentar sua face mais perversa, o fascismo (movimento político).

Os fenômenos históricos descritos anteriormente não foram movimentos isolados ao longo da história, porquanto capitalismo e fascismo são interdependentes, como se um fosse a problematização do outro.

Safatle (2018) observa que o cinismo é a capacidade do poder de rir de si mesmo. No regime fascista não há preocupação em esconder as reais intenções. O sarcasmo se tornou constante; deixou de ser um modo de crítica para se transformar na própria fundamentação e estabilização do poder.

As contradições presentes no discurso fascista permitem observar o caráter demagógico do discurso que não pretende cumprir o que prega, mas apenas alcançar mais seguidores e, ao invés de demonstrar sua fragilidade, contrariamente, o fortalece (SAFATLE, 2018)

Peculiaridade fundamental da justificação racional cínica é o fato de ela mesma não acreditar em sua própria fundamentação. As contradições discursivas permitem observar o caráter cínico do discurso. Nesse sentido, Adorno (1951) ensina que:

---

[7] Embora haja relativo consenso científico sobre a não existência de raças na espécie humana, o termo utilizado remete-se à expressão raça ariana, amplamente defendida como superior no movimento fascista alemão que pregava a busca pela manutenção da "pureza" da raça ariana/germânica.

[8] Sobre o capitalismo e neoliberalismo, sugerimos a leitura do artigo intitulado *Anatomia do novo neoliberalismo* de Dardot e Laval (2019).

> [...] As pessoas não crêem inteiramente em seu líder, assim como, no fundo do coração, crêem muito pouco que os judeus sejam o diabo: elas representam sua identificação com ele, ao invés de realmente se identificarem; encenam seu próprio entusiasmo, de modo a participar da performance de seu líder. É através dessa performance que conseguem estabelecer um equilíbrio entre suas necessidades instintivas, permanentemente mobilizadas, e o estágio histórico de esclarecimento que eles alcançaram e que não pode ser revogado arbitrariamente. Provavelmente é a suspeita do caráter ficcional de sua "psicologia de grupo" que torna as multidões fascistas tão implacáveis e difíceis de serem abordadas [...]. (ADORNO, 1951).

A atribuição da responsabilidade ao líder ajuda a esclarecer a razão pela qual pessoas assistiram à implantação do fascismo e não reagiram. Isso se deu, porque não acreditavam serem elas próprias as responsáveis por aquilo, mas o outro, o líder, o responsável por aqueles atos e elas não tinham relação alguma com o que estava acontecendo.

Segundo Arendt (2013), a atribuição da culpa a outra pessoa explica parte do processo de como se deu a banalização do mal. As pessoas ditas normais empolgaram-se com o entusiasmo do líder, montaram sua performance e transferiram para ele a culpa, a responsabilidade por todo o mal perpetrado ao grupo alvo escolhido. Vale relembrar que os movimentos fascistas têm como característica eleger um inimigo imaginário para perseguir.

As mais de cinquenta e cinco milhões (55.000.000) de pessoas que elegeram Jair Bolsonaro presidente não compartilham de suas opiniões autoritárias e discriminatórias. Este Presidente nunca escondeu ou disfarçou suas opiniões misóginas[9], racistas[10], antidemocráticas[11]. Todos os seus discursos foram amplamente divulgados pela imprensa, mas, ainda assim, ele foi eleito. É obvio que dentre esses eleitores havia mulheres, negros, democratas, pessoas que votaram absolutamente contrárias aos seus interesses, e até de modo contrário aos direitos da personalidade referentes à sua cor, ao seu gênero.

Freud (2013) explica que o indivíduo entrega para o grupo o poder de decidir. O grupo, por sua vez, segue cegamente as orientações do líder. Nas eleições fascistas, acontece exatamente a mesma situação, o eleitor não toma a responsabilidade da escolha para si, individualmente; dessa forma ele não é responsável pela escolha, já que quem a fez foi o grupo.[12]

Esclarecendo a teoria freudiana, Gontijo e Bicalho (2019) expõem: "Ora bem, nos casos de idolatria ou fanatismo, o indivíduo simplesmente abandona sua instância moral e toma o líder por ela" (GONTIJO; BICALHO, 2019, p.253).

Importa destacar que todo ser humano possui ideologia e escolhe seus líderes com convicção. Porém, a grande parcela dos indivíduos, a massa, apenas segue a ideologia da maioria. Nessa linha de pensamento, a definição de massa conforme Arendt (1998) explica como os regimes autoritários se estabeleceram e se estabelecem. São milhões de pessoas que não fazem militância política, ou sequer sabem o que significa ideologia, embora a tenham, e que até o surgimento do líder autoritário haviam sido ignoradas pelos partidos políticos já que não se posicionavam. A captação dessa massa pelos regimes autoritários fez toda a diferença para seu sucesso e, é a mesma que atualmente

---

[9] O presidente Sr. Jair Bolsonaro por três vezes ameaçou estuprar a deputada Maria do Rosário dizendo que não o faria porque ela não mereceria. (FERNANDES, 2019).

[10] Ao visitar uma comunidade quilombola o citado presidente mencionou, jocosamente que o integrante mais leve pesava 7 arrobas; "E acrescentou: "Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí. [...] Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R$ 1 bilhão por ano é gastado com eles" (BOLSONARO *apud* SALOMÃO, 2018).

[11] Algumas das inúmeras ameaças de Bolsonaro à democracia podem ser conhecidas na matéria. A reportagem detalha reunião ministerial em que a intervenção militar no STF fora requerida pelo presidente e seriamente cogitada por alguns ministros. Houve ainda discussões acerca da necessidade de que o ato tivesse aparência de legalidade. (GUGLIANO, 2020).

[12] O processo através do qual indivíduos se comportam de modo diferente quando estão em grupo e apresentam maior predisposição à violência é desenvolvido por Freud (2013) em sua obra *Psicologia das massas e análise do eu*.

colabora, sobremaneira, para a proliferação das fake news que deturpam e encobrem a realidade, conforme analisamos a seguir.

3. CARACTERÍSTICAS MODERNAS E DESILUSÃO PÓS – MODERNA

A realidade por vezes é tão clara que ofusca nossa percepção ampla e contextualizada dos fatos. Um modo possível de entendermos isso é analisar a Modernidade e partir, em seguida, para a percepção das diferenças que permitirão entender a Pós-Modernidade (BAUMANN, 1998).

O conceito de pós-modernidade e até mesmo seu início não são pontos pacíficos entre os estudiosos do tema. Há quem diga que estamos vivendo uma supermodernidade, hipermodernidade ou, como nos referiremos neste texto, a Pós-Modernidade. Lyotard (2009 p. XV) esclarece que "a palavra é usada, no continente americano, por sociólogos e críticos. Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes, a partir do final do século XIX."

Por sua vez, consoante Bauman (1998), a modernidade se caracteriza por sua organização social, e tinha como palavras-chave, ordem, organização e segurança. Saímos de um mundo organizado para um em mutação. Para ele, o ser-humano moderno não compreendia exatamente o mundo em que vivia como moderno, organizado e previsível. Nós, pós-modernos que somos, percebemos com maior clareza essas características, exatamente porque elas não existem mais. O autor esclarece que o homem pós-moderno abdicou da segurança própria da modernidade para buscar a felicidade.

Esta noção de falta de segurança pós-moderna é fundamental para nossa proposta neste artigo de compreender a angústia decorrente da insegurança que acomete o ser humano, ainda que a alcancemos também por contraposição à organização que caracterizou a modernidade.

Lyotard (2019), alerta acerca da dificuldade de entendermos não só o conceito de pós-modernidade e suas características, mas, também, a delimitação temporal desta época chamada pós-moderna:

> Esta passagem começou desde pelo menos o final dos anos 50, marcando para a Europa o fim de sua reconstrução. Foi mais ou menos rápida conforme os países, conforme os setores de atividade uma discronia geral, que não torna fácil o quadro de conjunto. Uma parte das descrições não pode deixar de ser conjectural. E sabe-se que é imprudente conceder um crédito excessivo à futurologia. (LYOTARD, 2019, p. 3).

O mundo em que os pais viveram no passado difere, em muito, do de seus filhos. Segundo Bauman (1998), ao mesmo tempo em que são cidadãs do mundo, não raro, as pessoas não se sentem cidadãs em seu próprio país, isso, quando não carregam consigo a constante sensação de não pertencimento.

Para Lyotard (2019), a modernidade é um período de incertezas decorrente do fim das metanarrativas, aqui compreendidas como narrativas que embasavam a existência humana, tais como o iluminismo, idealismo, marxismo. As experiências demonstraram que tudo deu errado, pouco restou ao homem para acreditar; os saberes estão fragmentados.

O homem contemporâneo carrega essa incerteza dentro de si, vislumbra sempre o porvir; o futuro é de esperanças, já que o presente é sempre imperfeito e o passado passou. Não há certeza, não há segurança, mas, sim, aflição por não saber como será o amanhã. Essa análise é fundamental para que se consiga explicar, ainda que parcialmente, a existência constante de ideais autoritários em regimes democráticos.

Verificamos que o fim das metanarrativas e a troca da segurança própria da modernidade deixaram o homem pós-moderno perdido em seu próprio mundo. Ele busca acreditar em algo que lhe traga sensação de segurança e pertencimento. Os discursos cínicos, repetitivos, simplificados, próprios dos regimes autoritários, e amplamente divulgados por meio de fake news, vêm

ao seu encontro e lhe provocam a pseudo sensação de segurança e do pertencimento ao grupo protegido pelo líder.

4. A NECESSIDADE EXISTENCIAL DE ACREDITAR E O PAPEL DAS FAKE NEWS

O último século trouxe mudanças radicais e profundas: o surgimento da Internet e da incrível base de dados acessível de qualquer lugar do planeta que trazem a sensação de ser possível obter conhecimentos rapidamente. As coisas no mundo se aceleraram e as pessoas perderam muitos dos seus referenciais. A sensação de obsolência não se aplica apenas aos objetos, mas também às pessoas e aos seus relacionamentos.

Há aqui um paradoxo: ao mesmo tempo em que o mundo pós-moderno é absolutamente fluido e complexo, o poder cínico beneficia-se de informações rasas e superficiais. As pessoas são atingidas por uma verdadeira enxurrada delas facilitada pelas redes sociais e mensagens de *WhatsApp*. Esse excesso de informações em um mundo complexo e pós-moderno onde impera a incerteza, facilita o surgimento e a divulgação das chamadas fake news, e o que é mais grave, existe a necessidade existencial de certeza prévia de nos leva a acreditarmos nelas.

Na análise do funcionamento da propaganda fascista, Adorno (1951) aponta como características a pobreza do discurso e sua repetição monótona, que compõem as técnicas de convencimento fascista. A aproximação do indivíduo ou do grupo é realizada sistematicamente. Não há muito a se dizer; deve-se repetir muito para fixar aquilo que é pobre de significado, mas precisa ser repetido, até que passe a parecer verdade.

O discurso cínico que economiza conteúdo apresenta-se como uma solução para esses problemas. A questão da segurança pública é simples e pode ser facilmente solucionada por meio de encarceramento e extermínio de bandidos. Trata-se de providência que agrada a diferentes parcelas da população, de um lado uma classe média amedrontada e oprimida pelo medo da violência, atordoada pelas incertezas pós-modernas, e de outro, uma classe desprivilegiada também oprimida pelo medo que a acomete e à sua família diariamente, em todos os ir e vir de suas atividades cotidianas. A primeira uma classe dominante que se beneficia da perpetuação da pobreza e da desigualdade social, e à qual sequer interessa conhecer as variáveis que envolvem a segurança pública, já que acredita viver em uma ilha ou, quando não se sente segura nessa ilha, simplesmente vai viver em outro país.

Em todas essas situações, pessoas desejam acreditar que a questão da segurança pública pode ser facilmente solucionada por meio do armamento da população e do encarceramento de bandidos. Neste contexto, não há espaço para qualquer problematização, porque, quanto mais econômico o discurso, melhor. Exclui-se, assim, qualquer discussão acerca de questões sociais, econômicas e raciais que perpassam um dos mais difíceis temas atuais, a segurança pública.

Um discurso bastante elucidativo sobre simplificações foi o pronunciamento de Damares Regina Alves, Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, logo após a posse do Presidente Jair Bolsonaro, quando se expressou, efusivamente, na cerimônia de transmissão do cargo para o qual tomou posse, no dia 2 de janeiro de 2019: inaugura-se "uma nova era" no Brasil, na qual "Menino veste azul e menina veste rosa" (ALVES *apud* PAINS, 2019). Verifica-se mais um exemplo de simplificação extrema, de absoluta economia discursiva e de repetição do que é equivocadamente dito acerca das questões identitárias humanas.

Não bastasse essa simplificação, o poder que ri de si mesmo aperfeiçoa-se, ao divulgar inúmeras notícias falsas. Na grande maioria das vezes, as notícias não são pequenas distorções da realidade, são enormes absurdos repetidos, divulgados e reverberados ao extremo para que transmitam a ideia de verdade.

O fenômeno das fake news precisa ser aqui entendido como atuação profissional especializada para difundir notícias falsas e assim alcançar a massa de indecisos e pessoas alheias à política. Trata-se de atuação organizada, com o uso de vários recursos de informática, de algoritmo e até

mesmo de conceitos de física para se atingir a finalidade de eleição de candidatos improváveis. (EMPOLI, 2019).

Morais (2021, p. 44) esclarece que para a caracterização das fake news é importante observar "a forma de circulação e o contexto de produção". Além da nocividade da divulgação de notícias falsas, esta é realizada de maneira maximizada por meio de divulgação digital que propicia amplo alcance e dificulta, sobremaneira, a responsabilização do criador da notícia. O contexto de produção objetiva o combate político em ambiente polarizado. Temos, portanto, a ampla divulgação de notícias falsas com o objetivo de alcançar máxima propagação do discurso cínico próprio dos regimes autoritários.

O discurso cínico encontra na divulgação digital meio extremamente eficiente de atingir a massa que busca cooptar, por meio de seu discurso repetitivo e simplificado que mente ou deturpa a verdade. Dessa maneira, o homem pós-moderno, em sua realidade fluida, encontra o grupo, o líder, o pertencimento e a segurança que lhe faltava.

5. LIBERDADE PÓS-MODERNA E O MEDO NA LIBERDADE

Sartre (2012) em sua obra *O ser e o nada* já ensinara acerca do caráter da liberdade, que é a condenação humana. Não se trata de ser livre para fazer o que se quer, mas de cuidar de saber que se é livre, e o que fazer com essa liberdade. Afirma, inclusive, que é na angústia que a liberdade coloca a si mesma em questão. Para facilitar o entendimento, podemos afirmar que, para Sartre, a liberdade não é dádiva, mas, sim, condenação, já que somos obrigados a decidir o que fazer com ela.

Por sua vez, Bauman (1998) nos esclarece que nunca tivemos tanta liberdade quanto nos tempos atuais. A liberdade a que somos condenados, segundo Sartre (2012, p.73), em sua máxima valorização na pós-modernidade, não poderia nos privar da angústia e do medo.

Não podemos deixar de considerar o medo como sentimento absolutamente inerente ao homem, porquanto constitui sentimento importante para a manutenção da vida. Ocorre que as reações fisiológicas que tal sentimento suscita foram talhadas para que escapássemos de predadores naturais em nossos primórdios. O homem pós-moderno, contudo, mal sabe quem são os seus predadores neste mundo tão repleto de incertezas. Por certo que a maioria das pessoas teme mais um assalto, uma doença, que o ataque de um predador; por outro lado, é evidente que são inúmeros os medos e as inseguranças. São tantos e tão difusos os medos que o homem vive sob constante estado de alerta. Podemos afirmar, por isso, que o medo se tornou um companheiro fiel do homem pós-moderno.

Gontijo e Bicalho (2019), em estudo acerca do ultraconservadorismo moderno, também abordam a questão do medo:

> Ainda permeou toda a trama a seguir o funcionamento das sociedades capitalistas, atomizadas, onde todas as relações sociais podem ser convertidas em mercadoria. O desamparo acometido pela insegurança econômica (o medo) e a individualização são causas dos movimentos de fanatismo de massa [...]. (GONTIJO; BICALHO, 2019, p. 243).

Ao analisarmos estudos sobre a pós-modernidade, os substantivos angústia e medo emergem regularmente. O estudo de Gontijo e Bicalho (2019) aborda o medo sob o aspecto econômico, mas, este trabalho o aborda sob o prisma da insegurança própria à época em que vivemos. Os medos se somam e a insegurança sobre o futuro perpassa todos os sentimentos humanos.

O medo não é mais um bom conselheiro, mas acompanha o homem pós-moderno, já que tantas incertezas, por certo, trazem consigo angústia e insegurança em relação ao futuro. Porém, há ainda latente a necessidade de se acreditar, de ter fé, de apegar-se a algo concreto, quando tudo parece desmoronar ao redor dessa cultura fluida, e este é um dos fatores que faz com que as pessoas se encantem e queiram acreditar em toda a sorte de simplificações.

Sobrevive, ainda, no ser humano o desejo de desenhar e simplificar o mundo, organizando-o em características definidas e simplificadas, e alcançar com isso a pseudo sensação de segurança existencial. Eis aí um dos pontos cruciais em que simplificação e economia do discurso próprias da justificação racional cínica, encontram solo fértil para germinar.

6. CONCLUSÃO

O regime político democrático capitalista é cínico e, por isto, traz em seu cerne o germe de sua contradição. Não há qualquer intenção de esconder esta realidade, uma vez que ela se encontra escancarada para qualquer observador. Dessa forma, temos um poder bufão que ri de si mesmo e expõe toda a sua vileza. Não há pudor em apresentar propostas de governo contraditórias e assegurar que ambas serão realizadas, mesmo que excludentes entre si, pois o que importa é cooptar seguidores. Dessa forma, por meio das contradições, aquele poder bufão angaria apoios que seriam incompatíveis, caso as propostas não fossem cínicas e, por essa mesma razão, firmam-se ainda mais no poder. Todo esse processo é explícito, o discurso cínico, conforme discutimos, expõe claramente suas intenções.

Enquanto isso, o ser humano segue atordoado em seu existir, que é pós-moderno e, por isto, fluido, repleto de incertezas. Ele não consegue vislumbrar uma linha a ser seguida, um ponto de saída e um local de chegada. Essa realidade provoca medo, angústia, faz com que a pessoa queira acreditar, pois, ela precisa crer em alguma coisa que lhe dê a sensação de pertencimento e de fixação à realidade. O homem não sabe em que, ou em quem acreditar neste mundo repleto de informações que apresentam inúmeros pontos de vista para um mesmo tema.

Realidade pós-moderna, complexidade e fragmentação excessiva do conhecimento aliadas ao fim das metanarrativas nas quais o homem acreditava, culminam em medo e angústia existenciais.

O poder cínico alimenta-se desta insegurança e do medo de seus cidadãos, confundindo-os cada vez mais, na medida em que apresenta suas vicissitudes como virtudes. A simplificação do discurso maximizada pelas fake news propicia o crescimento de governos ultraconservadores que se beneficiam desse discurso simplificador e persecutório.

As pessoas com menor engajamento político tendem a se tornar vítimas fáceis desse esquema, na medida em que pouco conhecem, mas são acolhidas e se sentem pertencentes, exatamente em razão do discurso simplificador que não exige maiores reflexões.

Verificamos, portanto, que a complexidade e fragmentação do conhecimento pós-moderno causam insegurança e medo nas pessoas, situação que corrobora o crescimento da justificação cínica do poder. Isso ocorre à medida que a simplificação dos temas e as fake news trazem a pseudo tranquilidade de conhecer e de pertencer a um grupo. O desejo humano de segurança e previsibilidade, o que menos temos nestes tempos pós-modernos, são catalisadores da absorção de discursos ultraconservadores, simplistas e repetitivos.

Diante do exposto, concluímos que a fragilidade existencial do homem pós-moderno o torna susceptível a acreditar em discursos simplistas próprios dos regimes autoritários.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **A teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda [1951]**. Traduzido por Francisco Rüdiger. Goiânia: UFG, 1951. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor_Adorno_-_A_Teoria_freudiana_e_o_modelo_fascista_de_propaganda__1951__.htm?1349568035. Acesso em: 11 ago. 2020.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. **Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarrecidos' e leva OAB a pedir sua cassação**. São Paulo: Basileia: BBC, 20 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_ bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 11 ago. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11 ago. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Anatomia do novo neoliberalismo**. São Leopoldo: Unisinos, 25 jul. 2019. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval. Acesso em: 11 ago. 2020.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos***:* como as fakes news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Tradução Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

FERNANDES, Talita. Por ordem judicial, Bolsonaro pede desculpas à deputada Maria do Rosário. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/por-ordem-judicial-bolsonaro-pede-desculpas-a-deputada-maria-do-rosario-do-pt.shtml. Acesso em: 10 ago. 2020.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud:** neurose, psicose, perversão. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013. v. 15. (Coleção L&PM POCKET; v. 1106)

GONTIJO, Lucas de Alvarenga; BICALHO, Mariana Ferreira. Psicologia das massas e racismo de estado: o ultraconservadorismo contemporâneo. **DELICTAE**, v. 4, n. 7, p. 236-271, jul./dez. 2019.

GUGLIANO, Monica. O dia em que Bolsonaro decidiu mandar tropas para o Supremo. **Revista Piauí**, v. 167, ago. 2020. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vou-intervir/. Acesso em: 10 ago. 2020.

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MORAIS, Rane Ferreira Rios Hollanda Cavalcante de. **O Tribunal Superior Eleitoral ante as Fake News:** um estudo a partir da teoria da aceleração social de Hartmut Rosa. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021

PAINS, Clarissa. Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves em vídeo: Nova ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos afirma que Brasil entra agora em uma 'nova era'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jan. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/ sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024. Acesso em: 10 ago. 2020.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008. 1 Vídeo. (1:12:02). Publicado por TV Boitempo. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/. Acesso em: 10 ago. 2020.

SALOMÃO, Lucas. **PGR denuncia Jair Bolsonaro por racismo**: acusação trata de supostas ofensas contra quilombolas. PGR também denunciou filho de Bolsonaro, Eduardo, por ameaças a jornalista. Defesa diz que denúncia é 'movimento político. Brasília: G1, 13 abr. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/pgr-denuncia-deputado-jair-bolsonaro-por-racismo.ghtml. Acesso em: 10 ago. 2020.

SARTRE, Jean Paul. **O ser e o nada:** ensaio de ontologia fenomenológica. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

CINISMO, ALTERIDADE E IDENTIDADE: A ATUAÇÃO DE GRUPOS DA FRANÇA E DA ALEMANHA NA CRISE DA GRÉCIA

Mariana Porto de Paula[1]

Raphael Luiz Corrêa de Melo[2]

1. INTRODUÇÃO

A França e a Alemanha foram os atores centrais na coordenação de empréstimos à República Helênico, de forma que se analisa como ocorreu essa atuação a partir dos grupos domésticos desses países por meio dos conceitos filosóficos de alteridade, identidade e diferença.

A dívida pública grega, em novembro 2009, contabilizava 346 bilhões de dólares. Paralelamente agências de crédito abaixavam o ranking de investimento na Grécia de A- para BBB (VICKSTROM, 2012). No ano seguinte, tal montante ultrapassou a marca dos 140% do PIB (BANCO CENTRAL EUROPEU, 2010).

Os possíveis efeitos contagiantes desta situação aliados à redução de credibilidade da Zona do Euro confluíram para a necessidade de resgate econômico. Os principais grupos pró-resgate franceses e alemães são, majoritariamente, compostos por grupos de pressão voltados para políticas econômicas de atores de alta renda.

Tais grupos defendem a imposição de medidas antipopulares que minam o bem-estar do povo helênico, em harmonia com a *troika*[3]. Os *bailouts*[4] à República Helênica podem ser vistos como uma forma de grupos financeiros neoliberais lucrarem, em detrimento da população a partir da imposição de medidas de austeridade, deslocando, no caso, os custos da Crise da União Europeia (UE) para a maioria desorganizada grega.

Verifica-se que soluções solidárias a nível internacional/regional perderam espaço no processo de tomada de decisão. Dentre elas, destaca-se a efetiva regulamentação e taxação do setor financeiro, bem como a implementação dos e*urobonds* (THE GARDIAN, 2012), apoiados por Paris, os quais implicam coletividade dos débitos e, portanto, poderiam ser úteis para diminuir os custos de empréstimos à Grécia vez que grandes economias como a França e a Alemanha se comprometeriam conjuntamente.

Tais grupos de pressão culpam os gastos governamentais em excesso e da falta de competitividade econômica dos países em crise, todavia é imprescindível atentar para a atuação dos mecanismos de endividamentos internacionais.

---

[1] Mestranda em Direito Público na PUC Minas; bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas e em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais; Analista Judiciário – Área Judiciária. E-mail: mariana-ppaula@hotmail.com

[2] Doutorando do Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário UNA. Procurador Federal. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que apoiou a realização do presente trabalho.

[3] Composta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia e responsável por idealizar empréstimos à República Helênica. Ela defendia a liberalização, a privatização e mudanças estruturais, de forma a propiciar o investimento do capital privado.

[4] Termo que significa resgate econômico.

Os moldes do resgate evidenciam a força do capital, vez que a imposição de medidas antidemocráticas diminui os riscos de investimentos, às custas do bem-estar social, particularmente em países relativamente fracos economicamente como a Grécia. Portanto, a *troika* pode ser vista como promotora de uma "ditadura de mercado" (AVELÃS NUNES, 2013).

Dessa forma, será demonstrado que as propostas de resgate econômico da Grécia, apresentadas por grupos centrais da França e da Alemanha, não estavam centrados em uma identidade comum europeia. Pelo contrário, as soluções ofertadas por tais países evidenciam que os gregos foram tratados como *os outros*, sobre os quais deveriam incidir diversas restrições econômicas e de bem-estar social, com o objetivo de destinar os recursos existentes para satisfazer os credores, em especial os franceses e alemães.

2. A CRISE DA GRÉCIA

Após a queda do regime ditatorial, a Grécia se candidatou à Comunidade Europeia (CE), em 1975, e restou aceita em 1981. Com isso, tornou-se o décimo membro da organização, mormente não serem promovidas reformas profundas que possibilitassem a redução significativa da vulnerabilidade econômica helênica (PESMAZOGLU, 1976).

As taxas de juros da Zona do Euro incentivam a tomada de empréstimos, escalonando a dívida pública grega, ao passo que as rígidas bandas cambiais elevavam os preços das exportações, criando desequilíbrios na balança de pagamentos (TAYLOR, 2011). Ademais, ainda no início do processo de integração, o endividamento helênico foi incrementado pelos múltiplos requisitos estabelecidos pelo Tratado de Maastricht para ingresso na Zona do Euro, conhecidos como critérios de convergência (MANZI, 2014).

A adoção de políticas neoliberais marcou especialmente os anos 80 com a desregulamentação bancária internacional, em especial, as operações de crédito. A insolvência catalisada pela globalização financeira – culminou na crise de 2008, a qual contaminou diversos países (CARDOSO, 2018).

A crise de 2008, iniciada pela problemática do *subprime*[5] nos Estados Unidos, atrelada à concessão empréstimos e financiamentos de forma excessiva e desregulamentada, teve a sua faceta mais radical incidente sobre a bolha especulativa imobiliária. Haja vista a forte interação do mercado financeiro, os efeitos da crise transbordaram internacionalmente.

Os impactos da recessão, em virtude da diminuição da atividade econômica e, consequente queda na arrecadação geraram desequilíbrios nas contas públicas dos PIIGS[6]. (FALCARI; NIEMEYER, 2018).

Paralelamente, bancos privados europeus usavam do dinheiro que lhes foi emprestado em quantidades maciças e a baixo custo pelo Banco Central Europeu e pela Reserva Federal dos EUA, para conceder a países como a Grécia a altas taxas de lucro com rendimentos elevadíssimos (TOUSSAINT, 2012).

Sendo assim, a crise bancária europeia foi aos poucos se mostrando uma crise da dívida soberana (fiscal e financeira) e institucional da União Europeia (UE) (FATTORELLI, 2011). A própria falta de convergência econômica da Grécia com a estrutura da Zona do Euro gerou a estagnação da economia e aumentou a dependência das exportações dos países mais desenvolvidos (FALCARI; NIEMEYER, 2018).

2.1. A atuação da França e da Alemanha na crise analisada

Em 2011, o débito helênico correspondia a 485 bilhões de dólares. O país mais exposto era a França, a qual, por meio de bancos e empréstimos privados havia concedido, aproximadamente, 42

[5] O termo refere-se aos empréstimos de alto risco concedidos a cliente detentores de avaliações ruins.

[6] Termo se refere pejorativamente a Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, vez que faz alusão à palavra porcos em inglês.

bilhões, logo em seguida tem-se a Alemanha com 11 bilhões. Ressalta-se que além de empréstimos privados, o próprio governo desses Estados concedeu altos montantes, somando, cerca de 36 bilhões[7].

Em julho de 2012, os bancos privados alemães, representados pelo Bundesverband deutscher Banken e.V (BDB), concederam cerca de 6 bilhões de dólares à Grécia[8]. O BDB reúne, aproximadamente, 210 bancos privados alemães[9]. Ainda que em crise, a BDB apoiava a manutenção da Zona do Euro, incluindo a Grécia, desde que assuma suas obrigações.

Em harmonia com tal grupos de pressão, tem-se o Bundesverband der Deuschen Industrie (BDI), o qual representa a indústria alemã de alta competitividade internacional, agregando cerca de 38 associações industriais e setores de serviços ligados a elas[10]. Além do interesse em exportação para a República Helênica, o BDI busca oportunidade de investimentos em infraestrutura, turismo e a cooperação energética com o país. Ambos os grupos defendem a liberalização e a privatização.

Por fim, em relação à Alemanha, destaca-se a Bund der Steuerzahler e.V. (BDST), Associação dos Pagadores de Impostos da Alemanha[11]. A associação é anti-integração regional, na medida em que impostos alemães são vistos como forçados a carregar os fardos da UE em relação a, particularmente, os desequilíbrios financeiros e fiscais de Estados como a República Helênica.

Os membros da associação tendem a não compartilhar a ideia de cidadão europeu, logo a situação econômica grega não é vista como parte do interesse público dos pagadores de impostos alemães. Ademais, a BDST considera o colapso financeiro helênico como inevitável, de forma que remessas monetárias à Grécia constituem um desperdício dos impostos alemães. Analogicamente, a Associação dos Pagadores de Impostos da Alemanha é contrário aos *Eurobonds* e ao MEE vez que estes mecanismos permitem a coletivização das dívidas, sendo que a Alemanha responderia, proporcionalmente, por 27% dos pagamentos não honrados no cenário do MEE, pressionando os pagadores de impostos da Alemanha[12].

Todos os grupos germânicos analisados constam na lista de *lobby* junto ao Parlamento Alemão. Em relação aos grupos franceses, destaca-se a Associação dos Pagadores de Impostos da França, Contribuables Associés, o Mouvement des Entreprises de France (MEDEF), e a Fédération Bancaire Française (FBF). O primeiro grupo possui preferência idênticas à associação germânica análoga, ao passo que o MEDEF, ainda que apoiasse a *troika,* demonstrou-se relativamente afastado da crise grega, sendo que o então presidente Laurence Parisot, afirmou que o resgate grego não é de "competência" do MEDEF[13].

Finalmente, a Fédération Bancaire Française (FBF) que possui filiação de cerca de 430 instituições financeiras francesas e era o grupo mais exposto ao déficit helênico. Ainda que a mídia alarmista enfatizasse a seriedade de possível calote helênico, o então presidente do grupo, Frédéric Oudéa, afirme que os prejuízos de um possível calote helênico seriam suportáveis pelos bancos

---

7 Informação retirada de gráfico datado do dia 17/07/2011 obtido do BBC NEWES, 2011 **Greece**: Merkel and Sarkozy urge bail-out no *link* , acessado dia 10/10/2021 http://www.bbc.co.uk/news/business-13809433

8 Fonte: BBC NEWS, 2012. **Eurozone crisis explained** consultado no dia 7/11/2021 e disponível no *link http://www.bbc.co.uk/news/business-13798000*

9 Todos dados relacionados ao BDB foram retirados do BDB disponível no *site http://www.bankenverband.de/* acessado dia 7/11/21

10 Todas as informações referentes ao BDI foram retiradas do BDI disponível *site http://www.bdi.eu/* acessado dia 7/11/2021

11 Todas as informações referentes ao BDST foram retiradas do BDST *site* disponível em http://www.steuerzahler.de/Home/1692b637/index.html acessado dia 6/11/2021

12 Porcentagem obtida do BDST **Der ESM bedroht Deutschland** disponível no *link* http://www.steuerzahler.de/wcsite.php?wc_c=42642&wc_lkm=1727 acessado dia 7/11/2021.

13 Todos dados relacionados ao MEDEF foram extraídos do MEDEF *site http://www.medef.com/* acessado dia 7/11/2021. Todas as informações referentes ao Contribuables Associés foram retiradas do CONTRIBUABLES ASSOCIÉS *site http://www.contribuables.org/* acessado dia 7/11/2021.

franceses, vez que a exposição dos bancos franceses à possível inadimplência grega correspondia, em outubro de 2011, a 8 bilhões de euros o que reflete 0,1% dos empréstimos totais da federação[14].

3. A VISÃO DO GREGO COMO O OUTRO

De acordo com Nicola Abbagnano, o conceito de *identidade* possui três concepções fundamentais: 1) identidade como unidade de substância; 2) *identidade* como possibilidade de substituição; 3) *identidade* como convenção. A primeira definição seria de Aristóteles, para quem as coisas só são idênticas se a substância delas for a mesma. Esse conceito influenciou Hegel, que considerava a *essência* a identidade consigo mesma. A segunda definição foi formulada por Leibniz, o qual aproxima o conceito de *identidade* do conceito de *igualdade*, defendendo que coisas idênticas podem substituir uma à outra. Por fim, na terceira concepção, apresentada por Waismann, a *identidade* pode ser reconhecida por meio de qualquer critério convencional. Assim, não haveria um critério definitivo para estabelecer o significado de *identidade*, o qual seria formulado convencionalmente dentro de um determinado sistema linguístico. (ABBAGNANO, 2007, p. 528-529).

Uma vez apresentadas as principais definições do termo identidade na filosofia, adota-se, para fins do presente estudo, a terceira concepção, segundo a qual a identidade dependeria de critérios convencionados, pois é a menos dogmática e mais ajustada às exigências do pensamento lógico-filosófico (ABBAGNANO, 2007, p. 529).

No caso da chamada *identidade europeia*, busca-se a construção de uma identificação comum entre os cidadãos dos diferentes países que compõem a União Europeia, sendo a nacionalidade daqueles que nasceram nos países membros o critério adotado convencionalmente. No entanto, tal critério mostra-se frágil e diante da crise que assolou a Grécia ficou evidente que tal *identidade europeia* seria apenas um desejo distante da realidade. Os gregos foram vistos como "os outros", sendo atribuídas a eles características pejorativas, como a preguiça, por exemplo, que foi apresentada como uma das causas da grave crise econômica e, ao mesmo tempo, serviu de justificativa para negar-lhes solidariedade.

Logo, os europeus, influenciados pelos agentes econômicos que desejavam a satisfação dos próprios créditos, viram o problema da Grécia como algo alheio à sua comunidade, como algo pertencente ao outro. Prevaleceu a concepção de *identidade* de Leibniz, segundo a qual a *identidade* seria equivalente a *igualdade*, pois os nacionais de outros membros da União Europeia não se sentiam iguais aos gregos e, portanto, gerou-se uma situação de *não identificação*, a qual, obviamente, dificultou a aceitação de medidas de auxílio aos gregos com a utilização de recursos da comunidade europeia.

A ideia da cidadania europeia, a princípio, visa propiciar a solidariedade e afastar efeitos perversos de uma identidade totalitária e opressora[15]. Todavia, como analisado, observa-se que as condições impostas à República Helênica, bem como a dívida pública associada ao "resgate", evidenciam a dicotomia entre *rico e pobre*, *opressor e oprimido*, de maneira que, nos moldes de Deleuze[16], pode-se dizer que o grego foi visto como diferente do francês e do alemão, portanto descaracterizando a utopia da identidade europeia. Nesse sentido, para o pensador, "[...]a nossa racionalidade tende a ver aquilo que é diferente como fora do centro (ex-cêntrico) e este centro faz alusão ao nosso próprio plano de compreensão. A visão do "outro" tende a considerar sua relação com o "centro" e nunca como uma outra possibilidade fora deste perímetro determinado. Como meramente outra. Como algo situado nas bordas, na periferia. (SILVIA; PEREIRA, 2008)

---

[14] Informação extraída do FBF,2011 **Les banques françaises n'ont pas besoin de capitaux publics** *link http://www.fbf.fr/fr/espace-presse/interventions-de-la-fbf/les-banques-francaises-n'ont-pas-besoin-de-capitaux-publics* acessado dia 3/11/2021.

[15] TAYLOR, Charles. As fontes do self – a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997 e TAYLOR, Charles. The ethics of authenticity. Cambridge: Harvard University, 2000

[16] DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 300

A atuação do governo e dos bancos franceses e alemães demonstrou a mercantilização, dentro do contexto da ditadura do mercado, fazendo com que o grego fosse tratado como mercadorias. (FLORES, 2000)

Todavia, diversos veículos midiáticos, à época, retrataram a questão como se a crise grega fosse quebrar toda União Europeia[17], ou ainda ilustram a Alemanha obrigada a cuidar do grego como se fosse mãe de um adolescente preguiçoso e inconsequente. Há ainda a representação de dançarinos gregos quebrando o euro ao jogar no chão, de forma análoga à tradição helênica de quebrar pratos[18], bem como ilustrações da Grécia como uma dinamite, sendo a UE o relógio, em metáfora com uma bomba prestes a explodir[19].

A partir da análise econômica e financeira anterior, resta claro que tais representações estão permeadas pelo cinismo. Frequentemente, retratou-se a UE sendo levada à falência devido à inadimplência grega, sendo que imputou-se, via imagens, múltiplas características negativas ao grego.

O *bailout* estava condicionado à adoção de medias antipopulares, de contrações dos gastos governamentais helênicos que deveriam diminuir em 38 bilhões de euros o orçamento público helênico, evidenciando o caráter de austeridade (TAYLOR, 2011).

Nesse sentido, a financeirização da dívida mostra-se como verdadeira dilapidação do patrimônio público. A centralidade do capital financeiro extrai dividendos às custas do esforço da esmagadora maioria dos trabalhadores (ASKENAZY et al, 2012).

A alta lucratividade do "Sistema Dívida", a partir do desvio de recursos públicos, tornou a dívida grega contestável para alguns teóricos (FATTORELLI, 2011). Uma crise da dívida pública foi usada como uma oportunidade para desmantelar o estado social, vender empresas públicas lucrativas e ativos estatais a preço de barganha, privar o trabalho de seus direitos mais básicos [...] e reduzir substancialmente salários e aposentadorias (POLYCHRONIOU, 2013 apud MACHADO, 2018, p. 50, tradução nossa).

Portanto, pode-se perceber que o grego foi tratado como uma mercadoria, diferindo do ideal ético, bem como do dever de ajudar. Ressalta-se que as associações de pagadores de impostos não compartilharam da ideia de cidadão europeu, logo a situação econômica grega não é vista como parte do interesse público dos pagadores de impostos alemães. Nesse contexto, o grego "não é igual a mim".

Nesse sentido, não pagar da dívida ilegítima pode ser entendido como parte da racionalidade de resistência. Deve-se ter em mente que ferir a dignidade de alguém significa ferir o mundo inteiro[20], já que os direitos humanos impõem uma responsabilização com a ética da (des)hierarquia, da era onde se privilegia a diferença pela alteridade, no cenário de interculturalismo de percepções "[...] sentimento de solidariedade que não descambe para um mero artifício retórico, e sim que construa uma realidade na qual não somente se conviva com as diferenças ou se as tolere, mas se possa saúda-las como alicerce fundamental da humanidade" (MAURER, 2005, p.85)

A ideia central deste artigo é defender no lugar da mera lógica do mercado e da potência totalitária dos nacionalismos, a ética da alteridade, afastando a evitando a arrogância econômica e

---

[17] A imagem pode ser encontrada no link https://illobbista.wordpress.com/2011/08/25/understanding-the-greek--crisis/ de título UNDERSTANDING THE GREEK CRISIS por A.Visentin. A charge retrata o *Partenon* feito de moedas ruindo com as figuras dos representantes do executivo francês e alemão e o título de UE, dando a entender que a crise grega quebraria o bloco. Consultado dia 08/11/2021.

[18] Ambas as imagens estão no seguinte link http://greeknewsnetwork.com/2015/07/you-wont-believe-how-the--media-is-depicting-greece-12-unbelievable-cartoons/ de título:You Won't Believe How the Media is Depicting Greece; 12 Unbelievable Cartoons. Consultado dia 08/11/2021.

[19] A Imagem descrita foi retirada do site https://www.marxist.com/ireland-votes-yes-but-austerity-wont-solve-the--crisis.htm. Ireland votes yes, but austerity won't solve the crisis. Consultado dia 08/11/2021.

[20] SOUZA, Ricardo Timm de. A dignidade da pessoa humana: uma visão contemporânea. Revista Filofazer, Porto Alegre, v.14, n. 27, p.11, 2005.

política[21]. A ideia de alteridade, na qual o outro aparece como categoria central, vez que visto que o indivíduo e suas escolhas só fazem sentido diante de um horizonte significativo compartilhado e construído com os outros, abrangendo compromisso ético com a justiça e o reconhecimento de uma infinita responsabilidade para com o outro[22].

Em harmonia, conforme Lévinas, tem-se como parte da definição da ideia de justiça a relação ética com o outro, principalmente para o sofrimento deste. O mais pertinente deste pensador par ao presente artigo é a premissa que a ética está situada em contexto sociopolítico. Ora, a questão da dívida pública grega é igualmente sociopolítica, nesse sentido a ideia de responsabilidade europeia para com o povo helênico perpassa a ética, bem como a justiça (LÉVINAS, 1990).

De acordo com o filósofo, nessa lógica da ética como responsabilidade, deve-se denotar a problemática da assimetria, como fica evidente entre os alemães e o francês, de um lado, em relação aos gregos. O autor defende que a responsabilidade não pressupõe correspondência nem reciprocidade, mas sim que as relações sejam guiadas pela justiça (LÉVINAS, 1990). Dessa forma, observa-se que no caso estudado, a dívida, que foi deixada para a Grécia arcar, não é justa, tampouco ética, pelo contrário, ela deixa claro que houve forte assimetria, de forma a causa sofrimento para o povo helênico.

Portanto, no "resgate" grego há caráter marcadamente utilitário, se distanciando de possível generosa implícita na ideia de responsabilidade ou de solidariedade. O *nós* enquanto cidadão europeu não foi efetivamente considerado, pelo contrário, constatou-se cenário de força e violência econômica.

Destarte, o olhar social precisa passar pela discussão conceitual do eu que se afirma no outro, que não implica negação da individualidade do alter ou da coletividade, para a conceituação do nós, como parte da mesma realidade. O *nós,* conforme o caso analisado, pode ser visto tanto como o cidadão europeu quanto o ideal kantiano de metacidadania, o qual fundamenta os direitos humanos. Logo, trata-se da ideia de pertencimento: encaixar-se a um grupo, a um conjunto, a uma estrutura transcendente à sua singularidade, conforme conceitua Derrida (2013).

Todavia, esse pertencimento deve ser efetivo, isto é, não pode caracterizar o apagamento do outro. Observou-se que, da forma como o resgate foi realizado, ocorreu o apagamento grego em prol do da identidade da EU, da unidade[23]. A Grécia não participou ativamente/efetivamente do processo de tomada de decisão, configurando pseudo-negociação. Consequentemente, devido às condições do "resgate" foi imposto impacto políticas públicas renúncia como identidade. Assim sendo, debate-se a possibilidade da apropriação (Grécia retomar controle de suas fianças) está na possibilidade da expropriação - do dinheiro dos credores da França e Alemanha (DERRIDA, 1972).

A possível inadimplência grega pode ser legítima, haja vista o alto custo do "resgate" para Grécia, bem como a correspondência pequena para os credores, pode-se, igualmente, pensar na saída unilateral da Grécia, prevista legalmente no Tratado de Lisboa. Todavia, há, adicionalmente, o risco de que a saída grega incentive outros países de situação semelhante, conhecidos pejorativamente como PIIGS, a tomarem o mesmo curso de ação, desestabilizando profundamente a UE.

A partir das ideias de Derrida, o fantasma violento, materializando-se como violência econômica privilegia os "cidadãos de primeira classe", França e Alemanha, entregando a ocupação da UE como coisa própria, ao passo que os gregos são vistos como "cidadão europeu de segunda

[21] SILVIA, JOSÉ CARLOS e PEREIRA, Gustavo DIREITOS HUMANOS, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A QUESTÃO DOS APÁTRIDAS: DA IDENTIDADE À DIFERENÇA Direito & Justiça, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 67-81, jul./dez. 2008

[22] ROSENFELD, Michel. Deconstruction and legal interpretation : conflict, indeterminacy and the temptations of the new Legal formalism. Deconstruction and the possibility of justice, Cardozo Law Review, v. 11, n. 5-6, p. 1228, jul./aug. 1990).

[23] RODER, Arthur À beira da língua lei: pertencimento, alteridade e identidade em o monolinguismo do outro de Jacques Derrida Ítaca 33 – Edição Especial "50 anos de Desconstrução" ISSN 1679-6799

classe", aos quais foram impostas medidas cruéis, no contexto do imperialismo internacional financeiro-bancário e empresarial. (DERRIDA, 2001)

Tornava-se claro que por trás da implementação das medidas de austeridade, estavam os interesses da classe financeira, industrial e dos credores internacionais que transformaram a crise do setor bancário em uma crise da dívida soberana (MACHADO, 2018). Com isso, o "Sistema da Dívida" se tornou operante na Grécia, através da instituição de privilégios legais, políticos e econômicos que davam prioridade aos interesses dos credores e das agências de classificação de riscos, em oposição aos interesses da população grega e seus direitos (FATTORELLI, 2011).

Dessa forma, verificou-se que após o país receber os "pacotes de ajuda financeira", em 2010, a dívida grega só cresceu. O débito escalonou de tal forma que o próprio FMI a considerou como impossível de pagar. A dívida em 2010 era de 129% do PIB, ao passo que em 2014 era de 174%. Paralelo ao sistema dívida, tem-se que os pacotes ajudaram a reduzir o impacto da crise grega sobre a moeda do bloco, evidenciando que a preocupação central era com o euro[24].

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dados econômicos, percebeu-se que os *bailouts* helênicos, não só não foram capazes de amenizar os problemas causados pela crise, mas agravaram o cenário econômico grego. A concessão de créditos pela implicou juros estrondosos, tornando a questão grega ainda mais complexa, sendo que os custos da crise, por meio das medidas de austeridade, recairiam sobre os trabalhadores e aposentados em prol do mercado financeiro.

O não pagamento do empréstimo helênico pode ser tido como legítimo e necessário. Paralelamente, deve-se pensar em um mecanismo solidário de emergência capaz de prover empréstimos à taxa de juros baixa. Ademais, pela análise da atuação da França e da Alemanha, percebe-se a força dos grupos de pressão desses países no "resgate" helênico. Tais grupos organizados representam os interesses de atores de alta renda dotados de múltiplos recursos.

O artigo permite concluir que os grupos dos setores bancário e empresarial germânicos utilizaram de grupos relações de poder e imposição ocultas, de maneira a tratar o grego como o outro, o que levou a uma dívida injusta e ilegítima, de forma que houve cinismo na atuação, isto é, dissimilação de forma a ocultar os verdadeiros interesses. Todavia, os análogos grupos franceses foram mais sinceros e, inclusive, buscaram outras formas de resolução, as quais seriam mais benéficas para a República Helênica.

Quanto aos pagadores de impostos, observou-se convergência entre as associações francesa e alemã, na medida em que ambas eram contra os pacotes, de forma a restar evidente a visão do grego como *o outro*, como não pertencente ao interesse público desses Estados, negando-se solidariedade. Tais associações consideraram o grego como um fardo que não deveria receber ajuda de seus respectivos governantes.

Paralelamente, de acordo com as afirmações do setor bancário francês, observou-se que o débito grego representava parcela ínfima dos empréstimos totais, de forma que seria financeiramente possível conceder os aportes a taxas de juros menores, se aproximando do que se esperaria de um bloco verdadeiramente unido e com efetiva identidade comum.

Verificou-se, principalmente, pela atuação germânica a questão do cinismo, bem como a defesa da excessiva austeridade imposta aos helênicos. Portanto, a título de identidade europeia, observou-se que tais grupos trataram a UE como coisa pública, ao contrário da Grécia que foi retirada, não formalmente, mas semanticamente do local de pertencimento, na medida em que foi tida como não é "igual a mim". Restou evidente que havia outras formas de efetivamente ajudar, mas essa não era a intenção real, o verdadeiro interesse era a lucratividade do sistema dívida, gerando dívida injusta e ilegítima.

[24] Fonte: LAPORTA, Taís Entenda por que a dívida da Grécia cresceu tanto disponível no link http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/entenda-por-que-divida-da-grecia-cresceu-tanto.html Consultado dia 08/11/2021.

Nesse sentido, não houve resgate no sentido denotativo, isto é, ajudar alguém (no caso, a Grécia) a sair de uma situação difícil – a crise financeiro-econômica iniciada em 2010, mas antes utilizou-se do termo com cinismo, insinceridade para ocultar interesses nacionais em detrimento do ideal de solidariedade regional.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola Dicionário de Filosofia; 5ª edição revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007

ASKENAZY, Philippe, ORLÉON, André, COUTROT, Thomass; STERDYNIAK, Henri. Manifesto dos economistas aterrados: crise e dívida na Europa: 10 falsas evidências, 22 medidas para sair do impasse. Lisboa: Atual Editora, 2012.

AVELÃS NUNES, Antônio José, O Estado capitalista e as suas Máscaras. Lisboa: Avante. 2013.

BANCO CENTRAL EUROPEU, DÍVIDA PÚBLICA GREGA, 2010. The size and composition of the government debt in the euro area Occasional paper series no 132/October. p.17. Disponível em: http://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpops/ecbocp132.pdf acesso em 04/10/2021.

CARDOSO, Dante de Souza. A austeridade deu certo? Uma análise comparativa entre ações de política econômica na Grécia e na Irlanda no pós-crise financeira de 2008. 2018. Dissertação (Mestre em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

DERRIDA, Jacques. O monolinguismo do outro ou a prótese de origem. Tradução de Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001.

DERRIDA, Jacques. Esporas: os estilos de Nietzsche. Tradução de Rafael Haddock-Lobo e Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

DERRIDA, Jacques. Gramatologia. Tradução de Miriam Chnaider e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2013.

DERRIDA, Jacques. Hors Livre: préfaces. IN: La dissémination. Paris: Seuil, 1972

FALCARI, Larissa Oliveira; NIEMEYER, Luiz M. Grécia: Crise e Austeridade – 2010 a 2017. Oikos, v. 17, n.2, p. 38-53, 2018.

FATTORELLI, Maria Lucia. O "Sistema da Dívida" e a Crise da Grécia. Artigos da ACD. Publicação: 18 jul. 2011. Disponível em: https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Sistemadadivida-crisedagrecia.pdf. Acesso em: 04/10/ 2021.

FLORES, Joaquim Herrera. Introducción. In: FLORES, Joaquim Herrera (org.). El vuelo de Anteo: derechos Humanos y crítica a la razón liberal. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2000. p. 6

LÉVINAS, Emmanuel. Totalité et infini. Paris: Livre de Poche, 1990.

MACHADO, Jerônimo de Moraes. AUSTERIDADE OU AUSTERICÍDIO? Uma discussão sobre as políticas de ajuste econômico nos PIIGS e no Brasil na última década. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MANZI, Rafael Henrique Dias Os critérios de convergência de Maastricht e as instabilidades macroeconômicas na formação da crise econômica e financeira nos GIPS In. Carta Internacional Vol. 9, n. 2, jul.-dez. 2014 [p. 49 a 71].

MAURER, Béatrice. Notas sobre o respeito da dignidade da pessoa humana... ou pequena fuga incompleta em torno de um tema central. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional. Porto Alegre: Livrariado Advogado. 2005, p. 85.

PESMAZOGLU, John Greece's proposed accession to the EEC The World Today v. 32, n. 4., 1976 *Abstract* disponível em

http://www.jstor.org/discover/10.2307/40394916?uid=3737664&uid=2129&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101314807353, acesso em 04/11/2021.

POLYCHRONIOU, C. J. The tragedy of Greece: a case against neoliberal economics, the domestic political elite, and the EU/IMF duo. Levy Economics Institute of Bard College - Policy Note, 2013.

QUEM É a troika por trás do resgate da Grécia? Economia. O Globo, São Paulo, 01 de julho de 2015. Acesso em: 18 jun. 2021.

SILVIA, JOSÉ CARLOS e PEREIRA, Gustavo DIREITOS HUMANOS, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A QUESTÃO DOS APÁTRIDAS: DA IDENTIDADE À DIFERENÇA Direito & Justiça, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 67-81, jul./dez. 2008

TAYLOR, Sara Financial Crisis in the European Union: The Cases of Greece and Ireland, Blacksburg: Virginia Polytechnic Institute and State University, 2011.

THE GUARDIAN, 2012. Eurobonds: an essential guide disponível no link http://www.guardian.co.uk/business/2012/may/24/eurobonds-an-essential-guide acesso em 04/10/21.

TOUSSAINT, Eric, 20.10.2012. Grécia-Alemanha: quem deve a quem? Credores protegidos, povo grego sacrificado, disponível em https:cadtm.org/Grecia-Alemanha-quem-deve-a-quem, acesso em 26.10.2021.

VICKSTROM, Erik. *Implosion in Greece?* Na analysis of the greek debt crisis and its impacts on europe and world markets. Illinois: University of Illinois at Urbana-Champaign, 2012. Disponível no *link* abaixo, acessado às 8:23 dia 6/11/2021. https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/31203/Vickstrom_Erik.pdf?sequence=1

DA MORTE BONITA À ASFIXIA SOLITÁRIA: A GESTÃO DO MORRER NA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Gisleule Maria Menezes Souto[1]

Rane Ferreira R. H. C. de Morais[2]

1. INTRODUÇÃO

A morte chega cedo

A morte chega cedo,

Pois breve é toda vida

O instante é o arremedo

De uma coisa perdida.

O amor foi começado,

O ideal não acabou,

E quem tenha alcançado

Não sabe o que alcançou.

E tudo isto a morte

Risca por não estar certo

No caderno da sorte

Que Deus deixou aberto. (PESSOA, Fernando, 1945).

O presente trabalho visa fornecer um quadro acerca de um cenário integrado por questões, tensões e significados da morte na sociedade brasileira diante da atual crise sanitária provocada pela Covid-19. Mas de que morte falar? No caminhar da humanidade, o sentido atribuído à morte não foi o mesmo nos diferentes momentos históricos e culturais. Cada sociedade carrega consigo uma cultura da morte, que se manifesta por ritos fúnebres - na preservação de palavras vivas por escrito, no culto aos ancestrais, relatos mitológicos e literatura em geral, cada cultura aceita ou nega a morte (DASTUR, 1994. tradução nossa).

É no e pelo corpo que o homem surge, frequenta e desaparece do mundo. Este mesmo corpo, que simboliza a celebração da vida, também representa o desaparecimento da matéria nos

[1] Doutoranda em Direito pela PUC-MINAS, Mestre em Filosofia pela PUC-SP, graduada em Serviço Social, Filosofia e Direito, professora do departamento de Filosofia da PUC-MINAS.

[2] Doutoranda em Direito pela PUC-MINAS, Mestre em Teorias do Direito e da Justiça, bolsista CAPES.

momentos finais da passagem pelo mundo. Quando o homem morre, é o seu corpo que deixa de existir, levando consigo a imagem do elemento que concretizava a existência do ser.

Pretendemos descrever como a cultura moderna conduziu a morte para o campo do indizível (DASTUR, 1994,p.203), para então intentarmos conduzir uma série de questões sobre as mortes decorrentes da pandemia de COVID-19 para o campo do dizível - de forma a desvelar quais são os corpos que morrem nessa pandemia, em que condições morrem, como são enterrados, como são lembrados ou são apagados. Subnotificações, ocultamento de critério racial nos registros do Ministério da Saúde e campanhas de desinformação não apenas buscam ocultar as desigualdades escancaradas pela pandemia e o tratamento dado a populações mais vulneráveis, mas são políticas que acirraram as diferenciações entre a vida digna de tratamento e aquela que não vale ser resguardada. (BUTLER, 2020, MBEMBE 2020)

2. A MORTE BONITA

Na história da cultura ocidental, a morte foi e é vista sob vários ângulos - em diferentes épocas, foi abominada, reverenciada, anunciada e narrada em ditos e contos, histórias, mitos, lendas e prodígios. "A etnologia nos mostra que em toda parte os mortos foram ou são objeto de práticas que correspondem, todas elas, as crenças referentes a sua sobrevivência (forma de espectro corporal, sombra, fantasma, etc.) ou a seu renascimento." (MORIN, 1997, p.25)

O homem primitivo respeitava e cuidava de seus mortos, os homens de Neanderthal, deram sepulturas a seus entes falecidos,

> [...] *no man's land* antropológico, o dado primordial fundamental, universal da morte humana é a sepultura. Os mortos [...] são enterrados; pedras são amontoadas sobre seus despojos, cobrindo especialmente o rosto e a cabeça. Parece que mais tarde o morto é acompanhado por suas armas, ossadas, alimento. O esqueleto é pintado com uma substância cor de sangue. As pedras funerárias estarão ali para proteger o morto dos animais, ou para impedi-lo de voltar para o meio dos vivos! (MORIN,1997, p. 25).

Ainda, na esteira da vivência da morte, no homem primitivo já se fazia presente uma consciência realista da morte, não uma consciência abstrata e idealizada e a questão da finitude era percebida como "sono","um novo nascimento","doença","um malefício" ou "entrada do mundo dos antepassados". Tal atitude evidencia a não preocupação ou exaltação da morte.

O ritual primitivo evitava aquilo que mais lhes causava horror: a decomposição do cadáver. Este horror é que demandava o processo de luto e a família sofria a consequência da perda de um membro, uma vez que, segundo Corrêa, (2008, p. 25) "a família era colocada em quarentena, e com isso evitava-se a possibilidade de um contágio em virtude da morte. O traumatismo da partida era tão grande e importante que promoveu o surgimento da ideia de continuação da vida sob outras formas."

No período arcaico grego, o homem estabelece com os deuses vínculos pessoais e relações simbólicas.

> Os poderes dos deuses, principalmente no que concerne ao Além, são representados por Gorgó (a Medusa), Dioniso e Ártemis. Esses deuses, cada um representando uma dimensão do sobrenatural, aparecendo sempre revestidos de uma máscara. 'A máscara monstruosa de Gorgó traduz a extrema alteridade, o temor apavorante do que é absolutamente outro, o indizível, o impensável ou o puro caos.' (VERNANT, apud CÔRREA, 2008, p. 25). Esse confronto com a morte diante do olhar de Gorgó, sobre os que cruzam seu caminho, tem o poder de transformar todo o vivente em pedra imobilizada, glacial, cega, mergulhada nas trevas. Já Dionisio representa a embriaguez, o transe, o delírio, o êxtase, obrigando o homem a enfrentar nessa vida [...] a experiência de evasão para uma desconcertante estranheza. Enquanto Dionisio se apresenta na forma de liberação, embriaguez de vida, Gorgó

> é aprisionado pela morte. Olhar nos olhos de Gorgó é ver a morte, momento em que se revela a verdade do próprio ser. (CÔRREA, 2008, p. 26).

É o período em que há uma nítida separação entre o mundo dos deuses e o mundo dos homens, os primeiros são seres imortais e os segundo seres efêmeros, ou seja, seres para a morte. "O mundo arcaico grego evoca o assomo orgulhoso do homem para se igualar aos deuses e a resposta dos deuses a essa pretensão desmedida, inscrita no decreto implacável do destino que provoca as peripécias e o desfecho trágico na vida dos mortais" (VAZ, 1998, p. 28). A morte então, por causa da ambição do homem, torna-se a única certeza diante das incertezas que compõem a existência humana.

Destarte, com o advento do cristianismo segundo Côrrea (2008), os homens estabeleceram com a morte uma relação de familiaridade, haja vista que ninguém morria sem receber algum aviso, que poderia aparecer em forma de advertência ou por signos naturais, e era fundamental pedir perdão por erros e faltas e, reconciliar com Deus para em seguida, encomendar a alma, a título de exemplificação reportaremos uma história narrada por Áries na obra intitulada *O homem diante da morte*.

> Raoul Glauber conta como um monge chamado Gaufier teve uma visão enquanto rezava na igreja.Viu um bando de homens sérios vestidos de branco, ornados com estolas púrpuras, precedidos por um bispo empunhando a cruz. Esse aproximou-se de um altar e ali celebrou a missa. Explicou ao irmão Gaufier que eles eram religiosos mortos nos combates contra os sarracenos e que se dirigiam para a terra dos bem-aventurados. O preboste do mosteiro a quem o monge contara a visão. 'homem de profundo saber', disse-lhe: 'Console-se meu irmão, no Senhor, mas como você viu o que é raramente dado ao homem ver, é preciso que pague o tributo com sua própria carne para que você possa compartilhar o destino daqueles que lhe apareceram.' Os mortos estão sempre presentes entre os vivos, em certos lugares e em certos momentos. Mas a sua presença só é sensível aos que vão morrer. Desse modo, o monge sabia que o seu fim estava próximo: 'Os irmãos convocados fizeram-lhe a visita, como era de costume em tais casos. No fim do terceiro dia, ao cair da noite, ele deixou o corpo. (ÁRIES, 2013, p.8).

No período supramencionado, morrer era também um ato simbólico e era natural que a morte se fizesse anunciar. No dizer de Áries (2013), a morte familiar era denominada de *"morte domada"*. Nesta época, os cavaleiros e monges sabiam que iam morrer, "não se morre sem se ter tido tempo de saber que se vai morrer" (ARIÈS, 2003, p. 2).

Pressentindo seu fim próximo, o ser-no-mundo ainda possuía algum tempo para tomar suas providências, despedindo-se dos entes queridos, reconciliando-se com os desafetos e distribuindo os seus bens. Neste período, esquecia-se do mundo e centrava-se em Deus a fim de suplicar-lhe que sua alma fosse salva. Havia neste ato alguma manifestação de insegurança diante do desconhecido, mas a morte era sentida e vivenciada como um ato público e organizado. (HEIDEGGER, 1989).

Ainda no contexto cristão, a morte no Brasil colônia era profundamente permeada pelo catolicismo popular, onde sagrado e profano compunham uma cultura religiosa peculiar, em que irmandades de homens brancos, negros e pardos, profundamente influenciadas por práticas pagãs, se organizavam como seu principal veículo.

Os costumes ligados à morte eram tão importantes nessa conjuntura, que chegaram a motivar um levante popular na Bahia, que ficou conhecido como *cemiterada*, como relata João José Reis:

> A cemiterada foi um episódio que teve como motivação central a defesa das concepções religiosas sobre a morte, os mortos e em especial os ritos fúnebres, um aspecto importante do catolicismo barroco. Um catolicismo que se caracterizava por elaboradas manifestações externas da fé: missas celebradas por dezenas de padres, acompanhadas por corais e orquestras, em templos cuja abundante decoração era uma festa para os olhos, e sobretudo

> funerais grandiosos e procissões chias de alegorias, de que participavam centenas de pessoas. (REIS, 1991, p.49)

A *cemiterada* foi motivada pela substituição dos enterros dentro ou em torno das igrejas pelos cemitérios, o que permitiria que companhias privadas passassem a gerir um aspecto tão importante da visão de mundo daquela sociedade. O corpo morto, antes sagrado, passou a ser visto por um viés sanitarista, que o apontava como fonte de contaminação e objeto de aversão. (REIS, 1991, p.24)

Essa separação entre mortos e vivos foi traumática, uma vez que" a "morte bonita" como tradicionalmente se dizia, era resultado de um esforço coletivo. Uma boa morte era sempre acompanhada por especialistas em bem morrer e solidários espectadores. Ela não podia ser vivida na solidão. Como conceituou Luís da Câmara Cascudo no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, a boa morte significava "ter morte bonita, isto é, precedida de agonia, calma, muitas vezes demorada, sem penoso padecer, com estoicismo, despedindo-se, dando ordens, conselhos." (REIS, 1991, CASCUDO, 1962)

> [...] ao primeiro sinal de que alguém estava se concluindo, os vizinhos vinham reunir-se ao agonizante e sua família. As mulheres se lançavam a muitas tarefas, cozinhando, lavando e fervendo roupa para o doente, costurando sua mortalha. Ajudavam também no elaborado banho de água misturada a cachaça e álcool, no abanar e morrer do acamado. Em meio à fumaça de incenso, os homens se reuniam na sala a conversar sobre doença e morte. Havia doentes "sem forças para morrer", que necessitavam de um empurrão dos vivos, como a queima de vela, rezas, certas beberagens" (REIS, 1991, p.101)

Os velórios aconteciam nas casas, especialmente adornadas para esse fim, tanto na parte externa quanto na parte interna, de forma a avisar aos transeuntes sobre a presença da morte naquele local. Não apenas os velórios, mas os acessórios funerários que conduziram e abrigariam o cadáver eram objeto de atenção e eventualmente de disputas:

> "Entre os acessórios funerários, aquele em que se conduzia o cadáver era o que melhor definia a dignidade da morte. Não foi sem razão que as irmandades negras combateram o uso exclusivo da tumba, nem à toa a própria escolha do objeto de monopólio, que implicava impor limites à pompa dos destituídos. A disputa em torno da tumba simbolizava desigualdades e tensões sociais profundas, que nem a morte podia apagar. Os negros venceram uma batalha localizada, mas nem por isso negligenciável, porque conseguiram preservar um aspecto fundamental de sua visão de mundo: o respeito aos mortos expresso na decência dos ritos fúnebres." (REIS, 1991, p.134)

A medicalização da morte, a individualização dos túmulos, o modelo disciplinar dos cemitérios, contribuíram para uma mudança na relação do homem com a morte, que se consolidou no século XX, em que a morte deixou de ser um acontecimento familiar ou social vivido na e pela comunidade e ganhou contornos que permanecem até hoje, ou seja, a morte escondida[3] no hospital**.**

A ordem passa a ser evitar que o enfermo conheça sua real situação. A morte se desloca da casa onde vivia o moribundo: lá estavam as suas raízes, as suas lembranças, os seus familiares e os pertences, para um espaço de anonimato, para um ambiente frio, vazio e desconhecido: a solidão do quarto de hospital.

"[...]. Não se morre mais em casa, morre-se sozinho ou entre desconhecidos no leito hospitalar." (CÔRREA, 2008, p. 33), morre-se assepticamente nas unidades de terapia intensiva, com

[3] "É a morte que se esconde, a morte vergonhosa. A morte não pertence mais a pessoa, tira-se a sua responsabilidade e depois sua consciência. A morte não deve ser percebida. Uma ilustração típica da morte e do morrer no século XX encontra-se no conto de Leon Tolstói *A morte de Ivan Illitch*. Este conto fala sobre um doente, e o que reina à sua volta é o silêncio, não se fala sobre a morte, ignora-se o seu fim próximo. Apresenta-se a medicalização da morte, na qual reina a mentira e a solidão do doente. A morte não é mais considerada como um fenômeno natural, e sim fracasso, impotência ou imperícia, por isso deve ser ocultada." (KOVACKS, 2002, p. 39).

recursos tecnológicos modernos e especializados, mas em total isolamento. A preocupação hoje não é proteger o doente e sim impedir que a rotina institucional seja perturbada[4].

Diante do exposto podemos afirmar que, no decorrer da história da humanidade, o sentido atribuído à morte não foi o mesmo. No futuro, novos ritos surgirão, transmutados, mas com os mesmos poderes terapêuticos, como mediadores para o enfrentamento, como restauradores do social, fragilizados pela morte. Porém, a angústia da morte sobreviverá fazendo parte indissociável da existência do ser humano.

3. MORRER DE COVID-19 NO BRASIL

Em 2020, a eclosão da pandemia originada pela disseminação da COVID-19 obrigou o homem a deparar-se com a sua própria fragilidade, defrontando-se com a finitude.

A doença teve origem na China e rapidamente propagou-se por todo o mundo, de forma que a Organização Mundial da Saúde (OMS) a reconhecesse como uma pandemia. [5] A COVID-19 é uma doença altamente transmissível e de alta gravidade clínica, com o agravante de que não existiam planos estratégicos prontos para serem aplicados a uma pandemia de coronavírus. (FREITAS et al, 2020)

> A rápida disseminação do SARS-CoV-2 entre países e comunidades, resultante da alta transmissibilidade viral, associada à inexistência de vacinas e antivirais específicos eficazes para a prevenção e tratamento da doença, torna as intervenções não farmacológicas as opções mais eficientes para a mitigação e controle da COVID-19 em nível local e global. Dentre essas intervenções, em nível populacional, há as medidas de distanciamento social, cujo termo se refere a esforços que visam a diminuir ou interromper a cadeia de transmissão da doença pelo distanciamento físico entre indivíduos que possam estar infectados e os saudáveis, além de proteger aqueles indivíduos em risco de desenvolver a forma grave da doença. Incluem-se nessas medidas o cancelamento de eventos em massa, fechamento temporário de escolas e locais de trabalho, bloqueio de fronteiras e a recomendação para a população ficar em casa. (SILVA et al, 2020).

A emergência da pandemia da COVID-19 trouxe uma coordenação global de esforços: foram instauradas diretrizes na maior parte dos países, no sentido de, seguindo os parâmetros do discurso científico e das orientações da Organização Mundial de Saúde, promover o isolamento social e, com isso, conter a circulação acelerada de pessoas e mercadorias para impedir a disseminação desenfreada do vírus, assegurar o direito fundamental à vida e evitar um colapso do sistema público de proteção à saúde. A paralisação inesperada abalou a acumulação de capital, trazendo à luz a verdade latente nessa forma de vida neoliberal: "é preciso acelerar sempre, é impossível parar, quem está contra o mercado é comunista, queremos o Estado mínimo — e a opção final: vida ou economia?" (DUNKER, ZIZEK, 2020)". Instaurou-se, portanto, uma (falsa) dualidade, agravada pelo negacionismo sobre a gravidade da pandemia em que sobressai o posicionamento do presidente Jair Bolsonaro.

As declarações do presidente e seus apoiadores na mídia e nos canais de comunicação do governo revelaram o não reconhecimento da gravidade da situação, a falta de coordenação de medidas do poder público federal para conter o contágio e as manifestações radicais pró-mercado

[4] O hospital é um microcosmo, onde se resumem com muita clareza os conflitos constitutivos da sociedade mercantil. "A medicalização geral do comportamento, das condutas, dos discursos dos desejos" corresponde, segundo Foucault (2000, p.46) aos "estratos heterogêneos da disciplina e da soberania."

[5] Covid-19 é uma doença causada pelo coravírus SARS-CoV-2, detectado pela primeira vez pela Organização Mundial de Saúde em 31 de dezembro de 2019, após o relato de uma série de casos de pneumonia viral em Wuhan, na China. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a elevação da contaminação ao status de pandemia. Na ocasião, Tedrous Adhanom, diretor da organização, declarou que "A OMS tem tratado da disseminação em uma escala de tempo muito curta, e estamos muito preocupados com os níveis alarmantes de contaminação e, também, de falta de ação [dos governos]" (WHO, 2020)

convergiram em um quadro de elogio cego à produtividade e à aceleração, a despeito de todo o discurso científico.

Frequentemente abordando a temática das mortes, nas declarações do presidente e seus apoiadores mais próximos sobre a COVID-19 a doença é tratada como um *viruzinho* ou *gripezinha*, uma verdadeira histeria, e são ainda realizadas projeções consequencialistas quanto à contabilidade obscena entre vida e economia — "As pessoas têm que produzir e trabalhar. Não podemos [parar] por conta de 5 ou 7 mil pessoas que vão morrer" (BARAN, 2020). Afinal, "algumas mortes terão, paciência, acontece, vamos tocar o barco [sic]" (LINDNER, 2020).

Agravando esse contexto, em 27 de março de 2020, data em que se contabilizavam 3.417 contaminações e 92 mortes por COVID-19 (LINHA, 2020), o Governo Federal contratou uma campanha publicitária intitulada "O Brasil não pode parar". No vídeo, de maneira contrária às orientações de distanciamento social, o narrador conclama a população a retomar suas atividades, como se a pandemia mundial não representasse uma grave ameaça à vida e à saúde dos brasileiros:

> Para os pacientes das mais diversas doenças e os heroicos profissionais de saúde que deles cuidam, para os brasileiros contaminados pelo coronavírus, para todos que dependem de atendimento e da chegada de remédios e equipamentos, o Brasil não pode parar. Para quem defende a vida dos brasileiros e as condições para que todos vivam com qualidade, saúde e dignidade, o Brasil definitivamente não pode parar. (BOLSONARO, 2020)

A campanha desinformativa *O Brasil não pode parar* não é, pois, um caso isolado, mas reflete a própria continuidade de uma razão de mercado que se sobrepõe à razão de Estado e conduz ao imperativo de crescimento e lógica contábil do sacrifício: "deixemos os velhos, os incapazes, os inaptos morrerem para que os jovens e produtivos sobrevivam". (DUNKER, ZIZEK, 2020).

Nesse sentido, buscamos não apenas apontar a existência de uma biopolítica[6] mas uma preocupante *estatização do biológico* – os processos biológicos inerentes à vida humana, como nascer, parir, adoecer, morrer tornaram-se uma barreira a ser transposta pelos governos, seja em situações excepcionais, como a de uma pandemia como em circunstâncias "normais". (FOUCAULT, 2010, p. 286). Essa é, sem dúvida, uma ingerência perigosa do domínio de intervenção dos mecanismos de poder – principalmente em um contexto de pandemia -como reforça Judith Butler ao falar da "rapidez com que a desigualdade radical, o nacionalismo e a exploração capitalista encontram maneiras de se reproduzir e se fortalecer dentro das zonas de pandemia" (BUTLER, 2020)

A campanha publicitária governamental que conclamava o fim do isolamento e retorno às atividades laborais, como toda operação de desinformação, tinha um público bem definido: populações socialmente vulneráveis, racializadas, que não poderiam usufruir do privilégio do isolamento social, do home office, dos cuidados de saúde, do transporte privado – revelando o racismo como condição de aceitabilidade da exposição diferenciada de vidas no contexto de uma sociedade em que o poder tradicionalmente é exercido para proteger a vida biológica da população e reforçar sua capacidade produtiva. (FOUCAULT, 2010, p.306)

No tocante às populações negras, a pandemia da COVID-19 transporta para a atualidade as insolvências históricas que se materializam no racismo. Um exemplo disso é o baixo índice de registro de informações sobre cor, raça e etnia nos sistemas de informação de saúde e em seus relatórios. (FORTES et al, 2020)

Na configuração de uma crise de saúde mundial, as formas de vida são profundamente determinadas pela instabilidade socioeconômica provocada pelo desemprego, redução salarial, ausência de moradia bem como de infraestrutura mínima que assegure condições de sobrevivência. Soma-se a esse contexto a dificuldade de acesso a serviços de saúde, determinando assim uma questão multifatorial que conduz a maiores taxas de mortalidade das populações em situação de vulnerabilidade.

---

[6] "o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder" (FOUCAULT, 2010, p. 9)

As medidas para contenção da pandemia e de seus efeitos sobre o corpo social, podem ser lidas como parte de um conjunto de técnicas de governo que desde a Europa do século XVII haviam tomado o corpo individual como objeto de interesse ao considerá-lo, sobretudo, como elemento vivo e, portanto, participante de uma massa global, afetada por processos próprios da vida, como o nascimento, a morte, reprodução, doença e assim por diante. (FOUCAULT,2010, p. 285-286). Essas técnicas, qual sejam, técnicas de poder biopolítico revelam-se não apenas na evidente oposição entre vida e morte, mas na gestão dos indivíduos diante desses processos naturais.

Um dos fatos marcantes neste processo de morte e morrer em tempos de pandemia foram as crises sanitárias e a falta de atendimento adequado que implicaram em maior mortalidade nas regiões mais desiguais do Brasil. Um estudo ecológico realizado entre 21 de abril e 7 de julho de 2020 (DEMENECH et al, 2021) apontou o reflexo negativo da desigualdade econômica no enfrentamento da pandemia da COVID-19 no Brasil: os estados mais desiguais apresentaram progressão mais acentuada nas taxas de incidência e mortalidade por COVID-19, enquanto entre os menos desiguais ocorreram aumentos sutis.

> Quanto às taxas de mortalidade, na primeira semana, registrada no dia 21 de abril, os estados que apresentaram maiores taxas de mortalidade foram Amazonas (46,57/1 milhão de habitantes), Pernambuco (27,2/1 milhão de habitantes) e Rio de Janeiro (26,7/1 milhão de habitantes), enquanto Tocantins (0,64/1 milhão de habitantes), Mato Grosso (1,72/1 milhão de habitantes) e Minas Gerais (2,08/1 milhão de habitantes) apresentaram as menores taxas nesse dia. Na última semana incluída para análise, 7 de julho, as UF com maiores taxas de mortalidade foram Ceará (717,91/1 milhão de habitantes), Amazonas (712,25/1 milhão de habitantes) e Rio de Janeiro (630,24/1 milhão de habitantes), enquanto aquelas com menores taxas foram Mato Grosso do Sul (46,06/1 milhão de habitantes), Santa Catarina (58,48/1 milhão de habitantes) e Minas Gerais (60,56/1 milhão de habitantes). A taxa de mortalidade foi crescente em todas as UF brasileiras, com aumento mais acentuado no Ceará (+64,54/1 milhão de habitantes por semana), Amazonas (+61,08/1 milhão de habitantes por semana) e Pará (+56,38/1 milhão de habitantes por semana) e menos acentuado no Mato Grosso do Sul (+3,85/1 milhão de habitantes por semana), Santa Catarina (+4,85/1 milhão de habitantes por semana) e Minas Gerais (+5,28/1 milhão de habitantes por semana) (DEMENECH et al, 2020)

Constatou-se, portanto, que a desigualdade econômica pode ter substancial impacto na saúde das populações, extrapolando o efeito da pobreza propriamente dita. Isso implica em uma tendência de que entre os mais pobres haja: a) maior exposição ao vírus (por gozarem de pior qualidade habitacional, com maior número de pessoas em espaços menores, recorrem ao transporte público e instabilidade laboral, que prejudica ou impossibilita medidas de distanciamento social), b) maior susceptibilidade diferencial (causados pela insegurança alimentar e inferioridade nutricional, maior sofrimento psicológico e restrições de acesso a profissionais de saúde) e c) consequência diferencial (capital social inferior e opções diminuídas de prevenção primária e tratamento). (DEMENECH et al, 2020)

Para exemplificar os efeitos nefastos da má condução da pandemia pelo governo brasileiro em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, abordaremos duas situações ocorridas no estado do Amazonas, um dos estados com maior desigualdade e consequentemente com maiores taxas de mortalidade por COVID -19 conforme demonstrado pela pesquisa supracitada.

A média geral do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do Amazonas é de 0,5294. De todos os municípios do estado, nenhum município registrou um IDH muito alto, enquanto 1 apresentou um IDH alto, 14 municípios IDH médio, 40 IDH baixo, e 7 municípios IDH muito baixo. (PNUD, 2013) Já o IPS - Índice de Progresso Social é de 57, 31, inferior à média nacional (67,73) e aponta a existência de dificuldades dramáticas de acesso à água limpa e

saneamento básico; problemas na qualidade da educação básica; deficiência nos meios de informação e comunicação. (SANTOS et al, 2018)

Em abril de 2020, as mortes por COVID-19 registradas no estado do Amazonas representaram um aumento de 300% no número médio de óbitos, superando a capacidade dos cemitérios e implicando em sepultamentos múltiplos em uma vala aberta por uma retroescavadeira no cemitério público.

> Diante do colapso no sistema de saúde **e de uma** explosão no número de enterros, a Prefeitura de Manaus está empilhando caixões em uma vala comum para poder dar conta de todos os sepultamentos das vítimas do novo coronavírus. Há uma semana, a prefeitura passou a enterrar os corpos um ao lado do outro, em uma vala comum no cemitério Nossa Senhora Aparecida, no bairro Tarumã. Desde então, o número de mortes continuou a aumentar, e a prefeitura decidiu abrir uma cova mais funda para permitir o sepultamento em camadas, ou seja, o empilhamento dos caixões. (ALBUQUERQUE, 2020).

Essa forma de enterro representa uma violação ao direito ao luto, bem como aos ritos religiosos próprios desse momento, que requerem a possibilidade de individualização e demarcação espacial do local de assentamento do corpo da pessoa falecida, de forma a forçar um rompimento violento dos vínculos físicos e espirituais entre mortos e vivos. Revela-se a imposição de um "modelo de rito funerário abreviado que inviabiliza a execução das formas historicamente estabelecidas como legítimas para morrer". (SILVA, 2020)

A cidade de Manaus ainda viveria mais um episódio de horror: em janeiro de 2021 o desabastecimento de oxigênio transformou os hospitais da cidade em "câmaras de asfixia". Somaram-se à falta de oxigênio a ausência de vagas em UTIs, a chegada de uma nova variante mais transmissível do vírus e a falta de coordenação das autoridades:

> Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério da Saúde teve conhecimento da escassez do insumo no estado, pela própria empresa que fabrica o produto, em 8 de janeiro (Agência Brasil,18/1). Ao G1 (15/1), o procurador da República do Amazonas, Igor da Silva Spindola, que atua na área da saúde no Estado, disse que abriu um processo contra o governo estadual e federal para apurar a responsabilidade pela falta de oxigênio. Após dias minimizando a crise — noticiou o El Pais Brasil (14/1) — planalto e governo do Amazonas passaram a correr contra o relógio para transferir pacientes a outros estados e conseguir importar insumo. (LAVOR, 2021)

Toda essa triste conjuntura ganha ares de tragédia anunciada se considerarmos que, no final de 2020, diante de dados que apontavam a possibilidade de um novo colapso, o governador Wilson Lima editou um decreto que proibia eventos comemorativos e determinava o fechamento do comércio não essencial. Diante das declarações do presidente Jair Bolsonaro apresentando oposição ao fechamento e classificando a medida como absurda, o governador voltou atrás em sua decisão. Desta forma, a população local, principalmente os trabalhadores, seguiram se expondo ao contato social e consequentemente a uma nova cepa do vírus. (LUPION, 2021)

Durante a crise, médicos relataram que alas inteiras em hospitais morreram por asfixia e que, temendo o mesmo fim, pacientes chegavam a fugir das unidades de saúde para que pudessem morrer em casa, ao lado da família. Em 2021, Manaus registrou cinco vezes mais mortes do que as demais capitais no país: foram 1.486 óbitos por milhão em Manaus ante 263 nas capitais, ou seja, mais de 8% das mortes por Covid-19 no Brasil em 2021 ocorreram em Manaus, que tem apenas 1% da população brasileira. (PRAZERES, 2021).

Ao abordar o direito fundamental à existência no contexto da pandemia, Achille Mbembe (2020) fala sobre um direito universal de respiração. A asfixia infligida aos pacientes de Manaus certamente não consistiu apenas no entrave à respiração e à reanimação dos corpos e dos tecidos, mas no sufocamento de existências em um sistema "que condena a grande maioria da humanidade à paragem prematura de respiração, tudo o que ataca fundamentalmente as vias respiratórias, tudo

o que, na longa duração do capitalismo, confinou segmentos inteiros de populações e raças inteiras a uma respiração difícil, ofegante, a uma vida pesada." (MBEMBE, 2020.)

A reflexão de Mbembe nos convoca a retornar ao slogan *"O Brasil não pode parar"*: o Brasil que *não pode parar* é o Brasil negro, pobre, trabalhador, vulnerável socioeconomicamente – que precisam sacrificar a própria existência, o próprio direito à respiração em prol da governabilidade de uma estrutura social que é dependente da reprodução contínua da vulnerabilidade diferenciada e das desigualdades sociais.

Desta maneira, a biopolítica se revelou na pandemia de COVID-19 no Brasil não apenas no "corte entre o que deve viver e o que deve morrer" (FOUCAULT, 2010 p. 304), mas também na distribuição da dignidade devida a morte de cada um, mediante a hierarquização de diferentes grupos humanos, determinando o risco de saúde e o risco social a que cada brasileiro seria exposto.

Nesse contexto, morrer amedrontado, asfixiado, isolado, de maneira indigna e ter sua indignidade perpetuada pela destinação do corpo à uma vala comum é um fato que não apenas fere expectativas, sentimentos, espiritualidades e culturas. A morte por COVID-19 no Brasil assumiu contornos de reafirmação das posições sociais que permitem a perpetuação de um projeto político. Em um momento de tantas mortes, revelou-se o (des)valor atribuído a cada vida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O viver e o morrer são problemas daquele que está vivo. Ao longo da história, processos de aprendizagem social permitiram a criação de uma rica gama de tradições, ritos, histórias, celebrações e místicas que nos permitissem lidar tanto com o familiar quanto com o desconhecido intrínsecos à morte.

Ao decorrer da história, processos de disciplinarização, institucionalização e higienização trouxeram uma padronização do morrer.

No Brasil, onde a morte já teve contornos de festa, de agregação popular e religiosa, as atrocidades promovidas pelo governo na gestão da pandemia de COVID-19, retirou-lhe qualquer possibilidade de beleza e a revestiu do mais profundo horror.

Ainda que o atual momento histórico nos conduza a uma percepção de excepcionalidade e transitoriedade, a vulnerabilização de determinados estratos sociais impulsionada por motes econômicos não é excepcional, mas é antes condição para perpetuação de um projeto político que expõe corpos de maneira diferenciada à morte e ao vilipêndio.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Luiza. Sem espaço para enterrar as vítimas da Covid-19, Manaus empilha caixões. **Folha de São Paulo.** São Paulo, abr. 2020. Disponível em: https://folha.com/l2rtmb47. Acesso em: 23 out. 2021.

ARIÈS, P. **A história da morte no ocidente.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARIES, P. O homem diante da morte. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2013.

BARAN, Katna. Consequências econômicas serão maiores do que 5.000 ou 7.000 que vão morrer, diz dono do Madero. Folha de São Paulo. São Paulo, 23 mar 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/consequencias-economicas-serao-maiores-do-que-5-ou-7-mil-que-vao-morrer-diz-dono-do-madero.shtml. Acesso em: 13 jul. 2020.

BUTLER, Judith. "Judith Butler sobre a Covid-19: O capitalismo tem os seus limites". Blog da Boitempo, 20 de março de 2020. Disponível (on-line) em: https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judithbutler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/

CASCUDO, Luís da Câmara, 1898-1986. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1962

COPELTI, D.C.; WERMUTH, M.A..D. **O conceito de biopolítica em Michel Foucault: uma análise a partir do sistema prisional brasileiro.** Unijuí, 2020.

CORRÊA, J. A. **Morte**. São Paulo: Globo, 2008.

DASTUR, Françoise. **La mort: Essai sur la finitude**. Paris:Hatier, 1994.

DEMENECH, Lauro Miranda; DUMITH, Samuel de Carvalho;VIEIRA, Maria Eduarda Centena Duarte; NEIVA-SILVA, Lucas. Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-13, 05 out. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720200095. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/fm3gkNqTH9XS9nBfqcGwgfG/?lang=pt. Acesso em: 23 out. 2021.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Prefácio à edição Brasileira. ZIZEK, Slavoj. **Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FORTES, Andre Jaqueline. GOES, Emanuelle Freitas. RAMOS, Dandara de Oliveira. **Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. Trabalho, Educação e Saúde**. 2020;18

FOUCAULT,Michel. **Em defesa da sociedade:curso no Collègede France** (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010

HEIDEGGER, , M. **Conferências e escritos filosóficos.** São Paulo: Nova Cultural,1989.

LAVOR, Adriano de. **Amazônia sem respirar: falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus**. RADIS: Comunicação e Saúde, n.221, p.20-23, fev. 2021.

LINDNER, Júlia; TURTELLI, Camila. "**Infelizmente algumas mortes terão. Paciência", diz Bolsonaro ao pedir o fim do isolamento**. Estadão. São Paulo, 27 mar 2020. Política. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,infelizmente-algumas-mortes-terao-paciencia-diz-bolsonaro-ao-pedir-o-fim-do-isolamento,70003250982. Acesso em: 01 jul. 2020.

LINHA do tempo do coronavírus no Brasil. Sanarmed. 03 abr. 2020. Disponível em: https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil. Acesso em: 02 jul. 2020.

LUPION, Bruno. A sucessão de erros que levou à crise de oxigênio em Manaus. **Deutsche Welle.** Bonn, 19 jan. 2021. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/a-sucess%C3%A3o-de-erros-que-levou-%C3%A0-crise-de-oxig%C3%AAnio-em-manaus/a-56275139. Acesso em: 23 out. 2021.

MANAUS. SEMEF. **Manaus registra cem enterros por dia e famílias poderão optar por crematório**. 2020. Disponível em: corona-virus/manaus-registra-mais-de-cem-enterros-por-dia-e-familias-poderao-optar-por-crematorio/. Acesso em: 27 out. 2021.

MBEMBE, Achille. "**Direito universal à respiração**". Instituto Humanitas Unisinos, 17 abril de 2020. Disponível em: https://www.buala.org/pt/mukanda/o-direito-universal-a-respiracao. Acesso em: 15 out 2021.

MORIN, Edgar. **O Homem e a morte.** São Paulo: Editora Imago, 1997.

PESSOA, FERNANDO. **Obra Edila**. Lisboa: ÁTICA, 1942.

PNUD. Programa das Nações Unidas Para O Desenvolvimento. **IDHM Municípios 2010**. 2013. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html. Acesso em: 24 out. 2021.

PRAZERES, Leandro. Em meio a série de mortes e falta de oxigênio em Manaus, pacientes internados fogem ou pedem para 'morrer em casa'. **O Globo.** Rio de Janeiro, p. 1-2. 19 jan. 2021. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/em-meio-serie-de-mortes-falta-de-oxigenio-em-manaus-pacientes-internados-fogem-ou-pedem-para-morrer-em-casa-24845958. Acesso em: 23 out. 2021.

SANTOS, Daniel; MOSANER, Marcelo; CELENTANO, Danielle; MOURA, Renan; VERÍSSIMO, Adalberto. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira**. 2018. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/ipsx.tracersoft.com.br/documents/2018/publicacoes/Resumo-Executivo-V12.pdf. Acesso em: 24 out. 2021.

SILVA, Lara Lívia Santos da; LIMA, Alex Felipe Rodrigues; POLLI, Démerson André; RAZIA, Paulo Fellipe Silvério; PAVÃO, Luis Felipe Alvim; CAVALCANTI, Marco Antônio Freitas de Hollanda; TOSCANO, Cristiana Maria. Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 9, p. 1-2, 24 nov. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00185020. Disponível em: http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/pages/iframe_print.php?aid=1183. Acesso em: 24 out. 2021.

World Health Organization**. Coronavirus disease (COVID-19) situation dashboard** [Internet]. Genebra: World Health Organization; 2020 [acessado em 7 jul. 2020]. Disponível em: https://experience.arcgis.com/experience/685d0ace521648f8a5beeeee1b9125cd

VAZ, C.H. L. **Antropologia filosófica I.** 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LÁPIS VERMELHO E TESOURINHA: A CENSURA AOS LIVROS NO PÓS-1964

Guilherme Rodrigues da Silva[1]

Ana Paula Santos Diniz[2]

1. INTRODUÇÃO

A recente ditadura civil-militar imposta ao Brasil durante vinte e um anos fez largo uso da censura, da proibição de vozes discordantes. Naquele momento, censurar era impor uma ordem ao espaço público que coincidisse com a dura filosofia do poder vigente. Assim, a censura era um instrumento para radicalizar, para tolher a liberdade de expressão e o direito de ir e vir. Nesse sentido, um discurso monolítico se auto autorizava a salvar a pátria; os meios usados para calar vozes discordantes expressavam aversão à voz do outro; a violência das armas, da tortura e da censura pretendeu emudecer os que discordavam da palavra única ou das ações cometidas em seu nome.

Complexa e sensível, essa questão exigiu reflexão sobre a violência implícita no ato de coibir unilateralmente a expressão livre de ideias e ações políticas, sonegar informações comprometedoras, calar tudo e todos que não compactuavam com as posições das forças vencedoras. Assim, quando o regime civil-militar brasileiro impôs a censura contra livros que considerava perigosos, subversivos ou imorais, impôs o silêncio ao outro, fechando a porta à política, já que nem o monólogo detém poder de convencimento se permanecer falando sozinho.

Ao mesmo tempo, o governo totalitário imposto sustentou a modernização de grandes grupos editoriais, favorecendo a concentração do poder econômico nas mãos de poucos empresários, ainda que com controle político rígido. Além das editoras, os setores gráficos e de produção de papel também receberam incentivos, foram criados programas governamentais de compra de livros escolares, que favoreceram determinadas empresas e difundiram manuais alinhados com os valores conservadores.

Assim, o foco da abordagem é pensar o problema interdisciplinarmente, com base em documentos oficiais e produções realizadas por pesquisadores da Ditadura Civil-Militar. Estes mecanismos colocam um novo ponto de partida para a reflexão. Há, nessa direção, a possibilidade de contribuir para elucidar o descompasso entre a aceitação histórica da censura no Brasil, buscando o respeito e a garantia da produção intelectual artística e científica em nosso país, pensando a realidade atual por meio de uma busca dialógica com o passado, elevando a um novo patamar a discussão acerca da literatura nos anos de chumbo.

2. A DITADURA E O MERCADO EDITORIAL

O mercado editorial de livros sofreu grandes mudanças no pós-1964. Isso porque, do ponto de vista econômico, a produção de livros passou por um forte crescimento, além disso, houve a

[1] Graduando em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Ituiutaba. Email: guilhermeracademico@gmail.com.

[2] Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Ituiutaba. Mestre em Direito pela Fundação Universidade de Itaúna. Doutoranda em Filosofia pela Universidade de Barcelona, Departamento de Cidadania e Direitos Humanos. E-mail: anapaulasantosdiniz@gmail.com.

modernização técnica e um estímulo à concentração de mercado nas mãos dos grandes grupos editoriais, especialmente beneficiados pelo regime civil-militar. Concomitantemente, as pequenas editoras foram prejudicadas por não receberem os mesmos benefícios e, em alguns casos, até sofrerem perseguição política. (MARCELINO, 2006).

O crescimento da produção de livros foi sustentado pelo aumento do número de estudantes no país, bem como pelos programas oficiais de apoio ao setor gráfico e pelas grandes compras e distribuição de livros escolares feitas pelo Estado. O aumento da classe média leitora fez diferentes nichos de vendas se expandirem, a exemplo dos livros escolares, universitários, técnico-profissionais, manuais e de entretenimento. (MARCELINO, 2006).

Houve, além disso, o favorecimento de alguns grupos da indústria editorial, através da isenção de impostos na produção e venda de livros. Também ocorreu estímulo à produção nacional de papel e celulose. Entre os anos 1960 e 1980 a indústria de papel praticamente quintuplicou sua capacidade produtiva e o Brasil saiu da posição de importador para a de exportador de papel. (MARCELINO, 2006)

Paralelamente, os militares criaram programas de compra de livros didáticos em larga escala. Era uma forma de incentivar e, ao mesmo tempo, controlar o setor editorial. Por meio do acordo MEC-USAID, foi criada, em outubro de 1966, a Comissão do Livro Técnico e Didático,

> com a finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos.
>
> [Decreto n° 59.355, de 4/19/1966, apud Oliveira et alii 1984, p. 53.][3]

O órgão era responsável por organizar a distribuição de livros gratuitos para as turmas de primeiro ano do ensino, e a preços reduzidos para o segundo e terceiro anos (ESCARPIT, 1969). Em três anos, o COLTED prometia fornecer 51 milhões de livros às escolas públicas brasileiras. Por conta disso, entre 1966 e 1980, a produção de livros didáticos quadruplicou, alcançando expressivos 100,2 milhões de exemplares. O volume de compras governamentais era enorme, o que refletia e escancarava a expansão do controle ideológico, marca do novo sistema de ensino que estava sendo estabelecido no país. (KRAFZIK, 2006).

Outra política que afetou diretamente o mercado editorial nacional, foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que tinha como objetivo alfabetizar 8 milhões de adultos entre 1971 e 1974 e adequar a instrução das classes trabalhadoras às necessidades da modernização do capital. O material impresso, que deveria ser utilizado pelo programa, foi encomendado a apenas duas editoras: José Olympio e Abril. Para se ter uma ideia, somente em 1970, o Mobral encomendou a estas editoras aproximadamente 50 milhões de livros. Projetos como o Mobral, eram uma forma de favorecer os grupos empresariais que apoiassem o governo e, ao mesmo tempo, manter o controle sobre seus conteúdos. (HALLEWELL, 2012).

3. LIVROS, UMA ARMA SUBVERSIVA

Rememorar, lembrar, são processos de reflexão que constroem uma memória não só pessoal mas também coletiva e social, um testemunho (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1989). Nesse sentido, observa-se que a literatura se configura como importante mecanismo de preservação da memória social.

Desde o golpe civil-militar de 1964, livros e editoras foram perseguidos pelo comando ditatorial. Dois dias depois do golpe, o governo fechou o Editorial Vitória, do Partido Comunista

[3] Segundo Oliveira et. al. (1984 pp. 52 ss.), o decreto que cria a COLTED teve duas versões. A primeira, o decreto n° 58.653, de 16/6/1966, criava o Conselho (e não Comissão) do Livro Técnico e Didático, o qual deveria exercer suas atribuições "em colaboração com a Aliança para o Progresso", não escondendo a ligação desse órgão com o acordo MEC-USAID.

Brasileiro (PCB), por considerá-lo "o maior centro de difusão de obras marxistas no Brasil". Esta e outras ações repressivas foram responsáveis por instaurar no país uma cultura do medo, onde a censura era um elemento chave. (KRAFZIK, 2006).

Em 1965, o Ministério da Justiça publicou uma portaria que trazia uma lista com 33 livros considerados de natureza subversiva. O index da censura era formado por nomes de autores e de livros, que deveriam ser apreendidos. Destacam-se os volumes da coleção Cadernos do Povo Brasileiro, da Editora Civilização Brasileira, além de obras de Karl Marx e de Friedrich Engels, autores russos, intelectuais brasileiros de esquerda, além dezenas de obras da escritora Adelaide Carraro, perseguida pela censura que considerava o erotismo de seus livros uma demonstração de insolência à moral do país. (REIMÃO, 2014)

No mesmo ano, o editor e proprietário da Civilização Brasileira, Ênio Silveira (ARQUIVOS, 2021), foi preso para prestar depoimentos sobre suas atividades profissionais. Ênio, que também era militante do PCB, posicionou-se contra a censura e sofreu retaliações, visto que sua editora se tornou uma das mais perseguidas à época. Ainda segundo Gaspari, motivo da prisão foi

> tudo o que fazia, e também por ter oferecido uma feijoada ao ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, um dos primeiros alvos dos militares após tirarem Jango do poder. O editor foi preso junto com duas empregadas e o porteiro do prédio onde morava. O Inquérito Policial-Militar que cuidou do caso ficou conhecido, ironicamente, como "IPM da Feijoada". (GASPARI, 2015).

Até mesmo o ditador Marechal Castello Branco questionou, por meio de carta enviada ao então chefe de Gabinete Militar, Ernesto Geisel, a necessidade da prisão de Silveira:

> "Por que a prisão de Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós (…). Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural". (GASPARI, 2015).

Já em 1966, o livro *Torturas e torturados*, do ex-deputado Márcio Moreira Alves foi censurado. Moreira Alves, após o golpe civil-militar de 1964, atuou como jornalista e denunciou torturas executadas no nordeste do país entre 1964 e 1966. Neste momento, a autocensura e censura prévia eram episódios esparsos, realidade que iria alterar-se após o AI-5. (REIMÃO, 2014).

Mais tarde, em 1968, o terrorismo de direito provocou dezessete atentados, quatorze explosões e um assalto a banco. Editoras e livrarias estavam entre os alvos: foram atingidas a editora Tempo Brasileiro, a Livraria Forense e a livraria de Ênio Silveira, Civilização Brasileira (GASPARI, 2015).

Alguns escritores desafiaram a censura prévia explicitamente, liderando a oposição. Destacam-se as figuras de Jorge Amado e Erico Verissimo, dois dos mais populares escritores brasileiros. Eles reagiram à censura prévia ao declararem publicamente que "em nenhuma circunstância mandaremos os originais de nossos livros aos censores, nós preferimos parar de publicar no Brasil e só publicar no exterior", disseram (JONES, 2001). A censura prévia foi formalmente instituída em 26 de janeiro de 1970, por meio do Decreto-lei nº 1.077 (BRASIL, 1970), que dispõe sobre a execução do artigo 153, §8º, parte final, da Constituição da República de 1967.

Diante desse cenário repressivo, muitas pessoas passaram a tomar precauções em relação aos livros que possuíam, uma vez que muitos deles passaram a ser vistos pela ditadura como símbolos da subversão. Assim, tornou-se corriqueiro que pessoas queimassem ou enterrassem seus livros, tornando realidade as previsões da obra Fahrenheit 451, de Ray Bradbury. Era comum a distribuição dessas obras, também, entre pessoas próximas que não possuíam nenhum envolvimento político, com o objetivo de que mais tarde, quando a censura enfraquecesse, as recuperasse. (FERREIRA; DELGADO, 2007).

Estudantes das áreas de Ciências Sociais e Ciências Humanas encontraram dificuldades para ter acesso a livros básicos para sua formação. Assim, sempre que possível, tais textos eram lidos às escondidas. A militância de esquerda, por sua vez, após realizar a leitura e estudo desses livros estra-

tégicos para as suas organizações, considerados clássicos do seu repertório político e cruciais para a formação de novos militantes, difundia-os. Para superar o obstáculo da censura, as organizações criaram métodos clandestinos de circulação de livros proibidos. Nas gráficas de grupos guerrilheiros, capítulos de livros eram impressos separadamente e colocados dentro de capas de livros de receitas ou obras famosas. Como a tiragem era reduzida, os impressos circulavam clandestinamente de mão em mão. Um único exemplar podia ser lido por muitas pessoas, até que alguém os jogasse fora para escapar da repressão. (FERREIRA; DELGADO, 2007)

O medo tinha fundamento. Em julho de 1968, por exemplo, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) instaurou uma sindicância para investigar o arquiteto e cenógrafo Marcos Flaksman, que trabalhou em algumas peças de teatro consideradas subversivas e imorais, de Bertold Brecht a Plínio Marcos. Isso porque ao desembarcar no aeroporto do Rio de Janeiro, vindo de Paris, trouxera em sua bagagem onze livros de "natureza subversiva". Eram obras de autores, como Régis Debray, Che Guevara, Charles Bettelheim, Herbert Marcuse e Louis Althusser. Aliás, como assinalaram os próprios policiais, a maior parte das obras já havia sido traduzida no Brasil. A sindicância não resultou em nada, mas serviu como intimidação política. (FICO, 2001).

Livros também foram usados como "provas" contra pessoas acusadas de subversão. Foi o que aconteceu com Francisco Gomes, um ativista de Sorocaba (SP) processado com base na Lei de Segurança Nacional em 1970 por pertencer à Ação Libertadora Nacional (ALN). Ele foi condenado e os livros apreendidos em sua casa foram o primeiro item destacado entre as "provas" da sua subversão. (FERREIRA; DELGADO, 2007).

Mesmo vigiados e perseguidos, os opositores do regime encontraram brechas para denunciar, por meio dos livros, a situação vivida no país. Foi o caso da obra "Pau de Arara: La violence militaire au Brésil", publicada na França, em 1971, pela Editora François Maspero. Organizado pelos jornalistas Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca, a partir de uma ideia de outro jornalista, Luiz Eduardo Merlino, o livro era uma denúncia do uso da tortura pelo governo brasileiro para combater seus oponentes. Merlino foi morto sob tortura pela repressão antes da obra estar impressa. "Pau de Arara" foi censurado no Brasil no mesmo ano de seu lançamento na França e só foi editado no país em 2013. (FICO, 2001).

4. CENSURA PRÉVIA AOS LIVROS

Entre os anos 1964 e 1968, ou seja, entre o golpe civil-militar e a decretação do AI-5 (BRASIL, 1968), a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios mesclando operações policiais, apreensões, confiscos e coerção física. As ações apreensivas ocorriam de forma improvisada, efetuadas por pessoas sem treinamento (REIMÃO, 2014). Após a imposição do Ato, a repressão política e a censura se intensificaram, trazendo consigo anos de terror, anos de chumbo, de cassação dos direitos políticos e civis. O setor livreiro sentiu mais de perto os efeitos da ditadura com a edição do Decreto-lei nº 1.077/1970, que regulamentou a censura prévia para a totalidade do mercado editorial, estendendo a ele a censura prévia (REIMÃO, 2014). Os artigos 1º e 2º, do referido decreto contavam com a seguinte redação:

> Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação;
>
> Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal *verificar*, quando julgar necessário, *antes da divulgação de livros e periódicos*, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior (grifos nossos). (BRASIL, 1970).

Assim, antes de serem impressos e publicados os livros poderiam ser vetados pelo censor. Além disso, o decreto estabelecia que a censura deveria regulamentar apenas os temas referentes a sexo, moralidade pública e bons costumes, porém as leis de exceção fomentavam a censura política.

Após anunciar o que deveria ser censurado e quem possui prerrogativa para tal feito, o mesmo decreto apresentou as sanções que deveriam ser aplicadas:

> Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares
>
> [...]
>
> Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal. (BRASIL, 1970).

A Portaria 11-B, publicada em 6 de fevereiro de 1970, teve como objetivo a operacionalização do Decreto n.º 1.077/1970, determinando que todas as publicações deveriam ser previamente encaminhadas para o Ministério da Justiça, para que este as julgasse. O parecer de um técnico de censura da DCDP resume bem a questão, ao afirmar que

> O que objetivou especificamente o dec.-lei nº 1077/70 foi estender a ação censória à "divulgação de livros e periódicos" (art. 2º do mesmo diploma legal), dentro de formalidades estabelecidas por atos do Ministro da Justiça. Este os baixou pela Portaria nº 11-B, de 6/2/70 e pela Instrução nº 1-70, de 24/2/70, ambas estritamente alusivas a livros e periódicos. Para disciplinar a aplicação da norma em apreço pelo setor censório que se lhe subordina, o diretor-geral do DPF emitiu a Portaria nº 219, de 17/3/70, a qual também trata expressamente de "publicações periódicas"[4].

No livro *O controle da imprensa no Brasil*, escrito por Antonio Costela e publicado no calor do momento, em 1970, o autor narra a reação adversa de editores, escritores, intelectuais e associações da sociedade civil (COSTELA, 1970).

Sendo assim, a censura atuou nessas duas frentes: moral e política. A intolerância moral e sexual, típica do pensamento conservador, justificou a proibição de centenas de livros rotulados como "imorais". Duas das autoras mais visadas por este motivo foram Adelaide Carraro e Cassandra Rios, cujos livros eróticos não eram tolerados pela censura. Outro autor "maldito" por abordar temas considerados tabus, como sexo, lesbianismo, homossexualidade, miséria e marginalidade, foi o teatrólogo Plínio Marcos:

> Todo mundo queria texto meu. E o Ginaldo de Souza, que dirigia o Teatro Jovem, do Rio de Janeiro, também quis. Chamou o Luís Carlos Maciel pra dirigir a Barrela. Depois de um mês de ensaio, a Censura proibiu a peça. Foi convocada a classe teatral, os críticos do Rio e de São Paulo escreveram pedindo a liberação, depois de assistir à peça em sessões clandestinas. (Fizemos três, com o teatro cercado por policiais.) Pareceres importantes como esses e outros foram enviados ao então Ministro da Justiça, Gama e Silva. De nada adiantaram os argumentos. Era março de 68, e o ministro proibiu a peça. Doeu em mim essa proibição mais do que todas as das outras peças. Doeu, mas não me desanimou. (CENSURA, 2021).

Um efeito importante do terrorismo de Estado sobre a produção de livros é o fato de que, mesmo de forma inconsciente, a censura gerava a "autocensura". Ou seja, o medo fazia com que muitos autores alterassem suas linhas narrativas em função do contexto repressivo. Por isso, na literatura produzida durante a ditadura existem muitas mensagens nas entrelinhas, ideias não ditas, mas somente insinuadas ou sugeridas. Alegorias e metáforas foram muito utilizadas para exprimir opiniões que, se fossem diretamente mencionadas, seriam censuradas. Alguns autores lançaram obras que contestavam o autoritarismo de modo sutil ou indireto. (KUSHNIR, 2015).

---

[4] Parecer do técnico de censura, Coriolano L. Cabral Fagundes, enviado ao chefe da Seção de Censura, 19 nov. 1971, NO.

Apesar das intenções do regime em realizar um forte controle ideológico, a falta de estrutura dos órgãos oficiais para a censura prévia impedia uma vigilância completa. O número de censores era pequeno, em geral pessoas deslocadas de outras funções, mal formadas e sem preparo intelectual para a atividade que passaram a exercer. (KUSHNIR, 2015).

Em 1970, o Serviço de Censura Federal contava com apenas 17 censores, quando a necessidade correspondente à produção livreira seria cerca de 120. Esta situação perdurou pelo menos até 1974, data em que ocorreu o primeiro concurso para Técnico de Censura. No total foram somente seis concursos para censor, sendo o último em 1985. (KUSHNIR, 2015).

A formação precária dos censores e a inexistência de um manual de procedimentos que orientassem o ato censório, levavam ao uso de critérios pessoais e arbitrários, que variavam de censor para censor. A única referência que tinham era uma coletânea com a legislação sobre censura. (MARCELINO, 2006).

A insuficiência de censores impediu que a censura prévia fosse realizada na escala planejada pelo governo. Assim, a maioria dos livros proibidos foi resultado de denúncias feitas depois da publicação. Segundo descrição publicada na revista *Veja* de 29 de dezembro de 1976, a censura a livros dava-se da seguinte forma:

> Alguém que tenha lido um livro e o considere atentatório à moral ou mesmo subversivo, faz uma denúncia ao Ministério. Instala-se, então, um processo no qual é dada a um assessor do ministro da justiça a tarefa de ler a publicação e emitir parecer. Com base neste, o ministro decreta ou não a apreensão.

A quantidade exata de livros censurados na ditadura ainda é desconhecida. Desde 1970, o Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP) do Ministério da Justiça tornou-se responsável por fazer o "exame censório" de peças teatrais, dos filmes para o cinema, da música, de parte da programação de rádio e televisão (esta última, a partir dos anos 1950) e das publicações cujos temas fossem tidos como referentes à moral e aos bons costumes (nesse caso, durante boa parte dos anos 1970). (REIMÃO, 2014)

Preocupado em analisar de forma pormenorizada, e sugerir critérios para promover a censura aos livros considerados atentatórios à segurança nacional, o ministro Armando Falcão organizou um Grupo Permanente de Trabalho, no final de 1977[5]. Entre 1970 e 1982, o Grupo analisou, oficialmente, cerca de 492 livros, dos quais 313 foram vetados. (HALLEWELL, 2012).

5. O QUE OS CENSORES DIZIAM SOBRE OS LIVROS PROIBIDOS

Censurar e permitir são ações duais em nossa sociedade. As manifestações de parcelas da sociedade civil que clamavam por mais censura demonstram que, durante o tempo em que esteve em vigor, no período pós-1964, a tesoura e os cortes respondiam aos anseios de parte dos brasileiros. Os censores, portanto, eram a expressão de uma parcela da comunidade que os queriam, e possuíam uma formação cultural semelhante à de muitos outros brasileiros.

O censor pode ser definido como o que pratica ato censório, como o crítico - no sentido de quem encerra um julgamento -, ou como o funcionário público encarregado da revisão e da censura de obras literárias e artísticas ou do exame crítico dos meios de comunicação de massa (jornais, rádio, TV etc.)

Nos primeiros anos após o golpe civil-militar de 1964, não houve uma estruturação de um sistema único de censura a livros. Essa ausência de uma regulamentação censória em relação a livros possibilitou que entre os *best-sellers* de 1968 constasse, por exemplo, clássicos do pensamento nacional de esquerda, como *Um projeto para o Brasil*, de Celso Furtado, e clássicos internacionais

[5] Ver mais em: Portaria Conjunta do Ministério da Justiça n.º 0903, de 14 de dezembro de 1977. Unidade documental 50. DI/A. Cx. 49.

da literatura erótica, como *Kama sutra*, literatura hindu de fisiologia e moral sexual, e *Filosofia na alcova*, do Marquês de Sade (REIMÃO, 1996).

Ao mesmo tempo, boa parte dos livros censurados não foi objeto de uma análise detalhada por parte das autoridades. Muitas vezes, o que determinava a censura ou a apreensão era o tema abordado ou o autor da obra. Um bom exemplo da pouca importância dada ao detalhamento das justificativas da censura é um informe do Ministério do Exército, de 15 de dezembro de 1975, que apresenta uma lista de "duzentos e cinco livros de cunho subversivo ou pornográfico, proibidos por determinação do Sr. Ministro da Justiça, com base na legislação em vigor"[6]. Ou seja, 205 livros foram declarados proibidos com uma única canetada e uma justificativa genérica. (FICO, 2001).

Mas também houve casos em que os livros foram analisados individualmente: *A mulher na construção do mundo futuro*, de Rose Marie Muraro[7], foi considerado "um incitamento à subversão da ordem político-social do país", devendo ser tomadas "medidas que evitem a proliferação de tais ideias". *Autoritarismo e democratização*, de Fernando Henrique Cardoso, faria, segundo a censura, "doutrinação comunista, de massificação", demonstrando "sua bitolagem aos dogmas marxistas, manipulando fatos históricos". Segundo Fico,

> A reedição das obras de Caio Prado Jr. também foi objeto de preocupação da censura. O diretor da DSI do Ministério da Justiça supunha, em março de 1974, que livros como *Formação do Brasil Contemporâneo* e *Evolução política do Brasil* estariam "fazendo apologia do regime socialista comunista e tecendo críticas ao regime revolucionário brasileiro". (FICO, 2001).

Nota-se que a solicitação de censura vinha de diversas instâncias. Grande parte das proibições vinham do próprio Ministério da Justiça, mas o Centro de Informações do Exército, o Ministério da Educação e Cultura, o da Saúde, o do Exército e o do Trabalho e Previdência Social também fizeram pedidos eventuais de censura.

6. O MERCADO EDITORIAL NO FIM DA DITADURA

Nos anos 1970, a crise do petróleo impactou o mercado editorial brasileiro, provocando o aumento dos custos de energia e transporte e o aumento dos preços mundiais do papel. No Brasil, o preço do papel de imprensa subiu 125%, entre 1973 e 1974. Após esse período de dificuldades econômicas, a indústria editorial se recuperou graças a uma política mercadológica baseada nas compras de manuais didáticos pelo governo. Ainda assim, o país vivenciou uma queda na produção de livros durante a década de 1980. (REIMÃO, 1996)

A indústria editorial brasileira chegou a 1985 com bastante estabilidade, mesmo que estivesse economicamente concentrada em grandes oligopólios. Concomitantemente, era possível observar o início do processo de diversificação editorial, resultado do ressurgimento dos pequenos circuitos de editoras críticas, comandadas por grupos de esquerda. Além disso, desde a aprovação da Lei de Anistia, em 1979, essas editoras e, inclusive as gráficas dos novos partidos legalizados, deixaram a clandestinidade, voltando a emergir dentro do cenário literário brasileiro. (REIMÃO, 1966).

Apesar disso, o livro no Brasil continuou sendo um objeto pouco acessado entre a população, se comparado com países como a Argentina e o Chile. Isso se deve a alguns fatores, como: o alto preço dos livros para o padrão de renda dos brasileiros; o pequeno número de livrarias; a escassez da compra de livros não-didáticos para bibliotecas públicas; a concentração da produção e do consumo nas regiões Sul e Sudeste; a dificuldade das pequenas e médias editoras competirem com os oligopólios, entre outros.

O fim da censura foi lento e gradual. Em 1985, o Ministro da Justiça do governo de José Sarney, Fernando Lyra, anunciou o fim da censura política, ao mesmo tempo em que preservou

---

[6] Era o Ministério da Justiça que estabelecia a lista de livros proibidos, como fica evidente no informe citado.

[7] Ver mais em: PINHEIRO, Anna Marina Barbará. Rose Marie Muraro: pensamento, subjetividade e ação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). (NAPOLITANO, 2014). Foi seu sucessor no ministério, o senador Paulo Brossard, que em 1987 começou de fato a desmontar a estrutura institucional da censura. No entanto, foram mantidas as estruturas censoras em casos ligados à "moral e pornografia". Somente com a Constituição de 1988 a censura foi legalmente extinta. (MARCELINO,2006).

7. CONCLUSÃO

As origens de uma sociedade baseada no autoritarismo e na exclusão dão a medida do peso e da extensão de uma cultura de censura - o esforço de delimitar o legal e o ilegal. Censurar, como uma política de Estado, tornou-se, portanto, a ação individual ou em grupo realizada por um censor - alguém designado pelo governo a pôr em prática o artifício censório - que, ao analisar obras de cunho artístico e/ou jornalístico, permite ou não a sua difusão.

Agir com o objetivo de proibir e censurar, de retirar do outro o direito de acesso a determinados temas; vigiar pessoas, ditar normas de conduta, excluir palavras do vocabulário; forjar de maneira brutal uma nova realidade, essas são algumas das indagações centrais e das preocupações acerca das estratégias do interdito. Assim, sob a capa do "resguardo à moral e aos bons costumes" ou defendendo questões de "interesse da nação", a censura assumiu um papel político. Atemporal, em cada instante, contudo, as peculiaridades ditam suas especificidades. Em um tempo de imposição e silêncio se informar apenas pelas notícias permitidas é, no mínimo, apreender uma imagem bastante equivocada do tempo vivido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas as Constituições de 24 de de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 1 nov. 2021.

BRASIL. *Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970*. Dispõe sobre a execução do artigo 153, §8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm. Acesso em: 03 nov. 2021.

CENSURA. In: *Plínio Marcos - Site oficial*. Disponível em: https://www.pliniomarcos.com/dados/censura.htm. Acesso em 03 nov. 2021.

COSTELA, A. *O controle da imprensa no Brasil*. Petrópolis:Vozes, 1970.

ESCARPIT, Robert. Estudos: Relatório Escarpit. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 11-18, 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/393541/per393541_1969_00039.pdf. Acesso em: 03 nov. 2021.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. vol. 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar*: Espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo:Vértice, 1990.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil*: Sua história. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HOLLANDA, H. H. O. B.; FREITAS FILHO, A.; GONÇALVES, M. A. *Anos 70*: Literatura. Rio de Janeiro: Europa, 1979.

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO. In: *FGV/CPDOC*: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. [Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas]. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco. Acesso em: 26 out. 2021.

JONES, D. (Ed.) *Censorship*. A World Encyclopedia. London; Chicago: Fitzroy Dearborn Publishers, 2001. 4v.

KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. *Acordo MEC/ USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966/1971)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda*: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MARCELINO, Douglas Attila. *Salvando a pátria da pornografia e da subversão*: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. *1964*: História do regime militar brasileiro. São Paulo, Contexto, 2014.

OLIVEIRA, João Batista Araujo. *A política do livro didático*. 2ª ed. Campinas/São Paulo, Unicamp/Summus.

PINHEIRO, Anna Marina Barbará. Rose Marie Muraro: pensamento, subjetividade e ação. In:

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427833791_ARQUIVO_Trabalho-ANPUH-2015-Def.pdf. Acesso em 26 out. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*, vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 1996.

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação…" - censura a livros na ditadura militar. In: *Estudos Avançados*, vol. 35, nº 80. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/L7cPdmb4GHCSrmTbYkmxNvF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 04 nov. 2021.

LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA E DISCURSOS DE ÓDIO: EXISTEM MOTIVOS VÁLIDOS PARA A CENSURA?

Bianca Tito[1]

1. INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, os discursos de ódio se referem a expressões direcionadas a determinados cidadãos ou grupos devido as características que eles possuem, como, por exemplo, orientação sexual, nacionalidade, raça, religião ou gênero, entre demais alternativas possíveis. Isso faz com que, não raro, os seus alvos se constituam em minorias e/ou grupos que são socialmente desprivilegiados. Esses discursos, utilizando-se das palavras para serem externados, são muitas vezes compreendidos como insultos, ofensas e intimidações que possuem o potencial de instigar a violência contra os cidadãos (BRUGGER, 2007). Por essa razão, não poderiam ser considerados como um exercício do direito à liberdade de expressão, mas, pelo contrário, um limite legítimo a ele.

Por outro lado, deve ser observado também que há no Estado Democrático de Direito um comprometimento com a proteção e concretização da liberdade de expressão de todos os cidadãos sob sua responsabilidade, o que significa que esse direito está garantido sem distinções, sendo proibidas as práticas de censuras, sejam elas de natureza política, ideológica ou artística. Logo, por mais controversas que possam aparentar ser as opiniões de algumas pessoas ou grupos, entendidas até mesmo como odiosas, essas também deveriam ter uma igual oportunidade para que adentrem no debate público, pois é somente assim que estariam realmente protegidos os direitos à liberdade de expressão e à igualdade de todos, o que traz como consequência a proteção da democracia enquanto regime político com o qual nos comprometemos (MEDRADO, 2019).

Utilizando desse complexo e controverso debate como nosso pano de fundo, e observando os argumentos que dele fazem parte, a pesquisa estabelece como objetivo geral analisar se os discursos de ódio podem ser encarados como um motivo válido para a censura, sob a justificativa de que a sua proibição representaria a proteção da dignidade e igualdade dos indivíduos e, portando, está em concordância com os pressupostos de um Estado Democrático de Direito, não havendo qualquer ação antidemocrática ao proibi-los. Com isso, o problema de pesquisa que orienta a investigação se constitui da seguinte forma: A partir da dignidade e igualdade que todos os cidadãos possuem direito, são os discursos de ódio um motivo válido para a censura?

Buscando respondê-lo, em que para tanto é necessário um conhecimento aprofundado do tema, realiza uma pesquisa bibliográfica, sendo este o procedimento técnico utilizado para a coleta dos dados. Fundamentada em materiais que já se encontram previamente elaborados, os quais se constituem principalmente em livros e artigos científicos publicados em periódicos especializados, são abordadas as fontes que versam sobre a questão objeto de nossa investigação, pois compreendemos ser esses os materiais que nos possibilitam uma melhor compreensão dos argumentos. De

[1] Mestra em Direito, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia, pela Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM. Especialista em Direito de Família e em Direito Público. Graduada em Direto pela PUC Minas. Membro dos grupos de pesquisa, CNPq, Direito e Democracia (PPGD/FDSM) e Núcleo Justiça e Democracia (PPGD/PUC Minas). Advogada e pesquisadora. E-mail: biancaberaldo_tito@outlook.com.

maneira que o estudo destes materiais, com uma leitura crítica a seu respeito, auxilia na concretização do objetivo geral.

A pretensão é contribuir para o debate, sempre atual e necessário, da proteção da liberdade de expressão pelas democracias modernas. Nas quais os conflitos envolvendo os discursos de ódio se tornam cada vez mais presentes e uma questão urgente a ser estudada, de modo a buscar compreendê-lo e, também, apresentar respostas que estejam em observância aos compromissos democráticos. Nesse aspecto, discutir sobre a existência de motivos válidos para a censura significa discutir sobre os limites que estamos dispostos a colocar em tal liberdade. Além disso, diante das fundamentações teóricas utilizadas, a pesquisa procura contribuir em uma perspectiva filosófica.

Sendo assim, em um primeiro momento, procura-se compreender acerca da proteção dada a livre manifestação de ideias e opiniões nas sociedades democráticas, caracterizadas pelo pluralismo, em que se revela necessário discutir a sua extensão e possibilidade de limitações. Levando em consideração ser nesse cenário que surgem problemas como o dos discursos de ódio, em um segundo momento, são analisados os principais argumentos acerca da possibilidade de proibição dos discursos de ódio, em que, para tanto, são apresentadas especialmente as teorias de Jeremy Waldron e Ronald Dworkin, tendo em vista serem ambos autores que se dedicaram extensamente a tratar desta temática e que adotam posicionamentos divergentes sobre como resolver a questão. Por fim, nas considerações finais, a partir dos pressupostos teóricos levantados, procuramos esclarecer qual entendemos ser a melhor resolução para o problema de pesquisa investigado.

2. O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS SOCIEDADES MODERNAS: DEMOCRACIA E O PLURALISMO DE IDEIAS

A partir da Modernidade é possível identificar uma ruptura com aquela ideia até então predominante (durante a Antiguidade e a Idade Média) da existência de um centro que orientasse toda a ação humana, existindo um bem comum que era aceito e almejado por todos. Com isso, nesse momento, há um problema que deve ser encarado: a ausência de um referencial que, tomado como único e estável, dissesse aos homens como eles deveriam se comportar (GALUPPO, 2004). É importante em um primeiro momento salientarmos acerca disso em nossa pesquisa, embora não seja esse o nosso objeto de análise, mas tendo em vista o fato de que foi tal período da história, com o surgimento das sociedades modernas, que demonstrou que cada indivíduo passa a ter as suas próprias perspectivas e convicções particulares acerca do que significa a boa vida e, portanto, sobre qual maneira utilizará para colocá-la em prática (ASSAF, 2019).

Diante das questões trazidas por esse novo momento, dentre as quais a de como manter a sobrevivência das sociedades e evitar que os indivíduos causassem a destruição uns dos outros, bem como que fosse capaz de, ao mesmo tempo, preservar a individualidade de cada um deles, aparece como resposta o pluralismo. Esse significa reconhecer que, nas sociedades modernas, não há mais um único projeto de vida boa e, dessa maneira, deve existir um espaço que dê a possibilidade para que todos os planos, tão diferentes entre si, possam coexistir. No entanto, de um entendimento como esse, surge ainda um outro problema que precisa ser também enfrentado: o de como possibilitar que uma sociedade pluralista consiga existir enquanto sociedade pluralista. E é aí que aparece a ideia de uma sociedade democrática (GALUPPO, 2004).

Em um cenário como esse, importante destacar que o direito à liberdade de expressão aparece como o detentor de um valor especial, pois que ele se revelaria como sendo indispensável para a manutenção e legitimidade desse regime político (ASSAF, 2019). Por essa razão, podemos compreender que

> A ideia de liberdade, no direito moderno, é bem diferente daquela defendida pelos antigos. A partir de então, com as novas conquistas liberais burguesas, podemos afirmar não mais nos preocuparmos com o pertencimento a uma comunidade de pessoas que se conectam por interesses coletivos. Com o surgimento da modernidade, o individualismo passa a ser

> a principal marca de que, a partir de então, os interesses são aqueles que fazem parte de um projeto individual de vida, não nos preocupa mais o coletivo, a felicidade deixa de ser uma realização conjunta e passa a ser uma realização estritamente solitária e egoísta (FERNANDES, 2018, p. 27).

Isso significa que passa a haver um entendimento segundo o qual o direito à liberdade de expressão é indispensável a sobrevivência das sociedades pluralistas. Ou seja, essa liberdade e a democracia devem caminhar juntas, pois a proteção de uma implica na proteção da outra também (MEDRADO, 2019). No entanto, dado não ser um direito de caráter absoluto, limites devem existir ao seu exercício. E é na discussão sobre os limites dessa liberdade que reside o grande debate acerca dos discursos de ódio, nosso objeto de estudo, pois, dada sua complexidade e a quantidade de controvérsias que abarca, são diversas as interpretações possíveis a seu respeito, dentre as quais se destaca o fato de serem ou não os discursos odiosos um limite da liberdade de expressão, isto é, como aqui apontado, se são esses um motivo válido para a censura (FERNANDES, 2018).

Tendo em vista a vasta produção bibliográfica existente acerca da liberdade de expressão, é inevitável que decorram disso distintas interpretações a seu respeito, em que é possível identificarmos que algumas delas são encaradas como mais restritivas, ao passo que outras adotam um caráter mais amplo, defendendo uma extensa abrangência para essa liberdade. Esse é um direito que, então, pode ser discutido a partir de vários aspectos, mas que, especialmente no caso dos discursos de ódio, levanta tantas polêmicas, pois, enquanto forma de expressão odiosa, leva as teorias da liberdade de expressão (com os argumentos que as compõe) ao limite delas, eis que discutir sobre manifestações como essas significa discutirmos sobre o modelo de democracia que vivemos e compreendemos como legítimo.

Dentre os argumentos que se destacam, existem dois que, sendo opostos entre si, trazem entendimentos distintos sobre os discursos que uma liberdade como essa deve compreender. Por um lado, alguns alegam que o direito à liberdade de expressão deve ser sempre exercido de modo responsável, não podendo ser utilizado com a pretensão de ofender uma pessoa ou grupo do qual essa faça parte. Para esses, nenhum princípio de liberdade de expressão deve abranger discursos ofensivos, pois que algo nesse sentido significaria a utilização dessa liberdade como uma espécie de escudo por meio do qual as pessoas podem ser irresponsáveis, desrespeitando os demais (WARBURTON, 2009).

Sobre isso, ainda é possível destacar, em sentido próximo, que os discursos de ódio ao invés de serem um exercício da liberdade de expressão, na prática atuariam como um "efeito silenciador do discurso", isto é, causando um "silenciamento" no discurso de um outro. Dessa maneira, por causa disso, seria legítimo censurá-lo, pois "algumas vezes devemos reduzir as vozes de alguns para podermos ouvir as vozes de outros" (FISS, 2005, p. 49). Nesse sentido, é a proibição de discursos que possuem o potencial de silenciar os demais que serve como um caminho para que a liberdade de expressão seja promovida.

Por outro lado, críticos à uma visão como essa, estão aqueles que entendem estar justamente na variedade de expressões o cerne dessa liberdade. Ou seja, o verdadeiro sentido da liberdade de expressão é proteger as opiniões variadas, o conflito de ideias, ou então não faria sentido a sua existência, não tendo motivos para ser chamada de "liberdade de expressão", se assim não tiver a possibilidade de ser exercida. E ainda que isso possa significar que ideias com as quais nós não concordamos sejam protegidas, isso é uma consequência desse direito, pois ele não pode estar à disposição tão somente dos que dele se utilizam de modo que julgamos educado, correto e intelectual, mas igualmente para as expressões ofensivas e irritantes, das quais fortemente podemos vir a discordar (WARBURTON, 2009).

A partir disso, nota-se que são diversas as possibilidades de resposta para o problema de pesquisa levantado pelo presente artigo. Devido a isso, procurando respondê-lo, mas tendo em vista a inviabilidade de abordarmos, nesta pesquisa, uma grande variedade deles, é estabelecido um recorte

(uma delimitação a partir da qual procuramos compreender se são ou não os discursos de ódio um motivo válido para a imposição de restrições ao exercício do direito à liberdade de expressão dos cidadãos). Com isso, adentraremos agora nos argumentos que foram desenvolvidos por dois dos principais autores a discutirem essa questão: Jeremy Waldron e Ronald Dworkin, ambos filósofos liberais que se dedicaram ao tema da liberdade de expressão e dos discursos de ódio e que, portanto, podem contribuir para o aprimoramento da pesquisa e na respondermos da problemática proposta.

3. JEREMY WALDRON X RONALD DWORKIN: O PROBLEMA DO DISCURSO DE ÓDIO E A PROTEÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Contra a proibição dos discursos de ódio, um dos argumentos que se destaca é o de que a sua simples proibição seria atitude insuficiente e, ainda, deixar que esses sejam manifestados seria positivo no sentido de dar as pessoas ciência de crenças terríveis que são existentes e podem ser apoiadas por outras pessoas que até mesmo nos são próximas. Logo, deixar que eles sejam proferidos se constituiria em um mecanismo de reforço diante da necessidade de que elas sejam combatidas (LEWIS, 2007). Essa, no entanto, é uma posição que recebe diversas críticas, as quais julgam essa como uma solução ingênua demais, colocando no futuro o peso de resolver a questão, quando na verdade haveria uma urgência em solucionar os problemas desencadeados pelos discursos de ódio.

Conforme destacado, os discursos odiosos são formas de expressão que, ao menos na maioria das vezes, são utilizadas para ofender pessoas e/ou grupos sociais, ressaltando preconceitos que ainda se encontram muito presentes em nossa sociedade. Não podendo ser ignorado que ainda vivemos em uma realidade na qual, infelizmente, há cidadãos que diariamente se veem ofendidos simplesmente por causa de suas características físicas, sua orientação sexual, gênero, raça, religião etc. (BRUGGER, 2007). Uma realidade como essa, por certo, deve ser combatida, sendo necessário que se tenha como meta democrática a superação de tais preconceitos e busca por uma sociedade na qual o pluralismo possa sobreviver e as distintas concepções de vida sejam igualmente respeitadas.

Os discursos de ódio, nesse sentido, se constituem em um desafio, pois que aparentam ser justamente a negação ao modo de vida do outro, não havendo qualquer respeito por ele, mas, pelo contrário, um claro desrespeito a sua dignidade e igualdade. Sendo que isso justificaria, então, que seja imposta uma proibição a eles. No entanto, ao lado de um argumento como esse, aparece um outro que também deve ser tomado em consideração. Este é o de que a proibição do discurso de ódio nega aquele que o profere o direito de ser tratado como um igual dentro da sociedade da qual ele faz parte (DWORKIN, 2009; 2019). Ainda que o cidadão, ao se manifestar, opte por proferir uma ideia que é, para a maioria das pessoas, vista como odiosa, se ele for proibido de fazer isso então o seu direito à igualdade lhe estará sendo negado, pois significaria que os que possuem opiniões aceitas podem falar, mas a ele não é concedido esse mesmo direito.

É nesta distinção de argumentos, que merecem todos especial atenção, que a nossa pesquisa se insere. Nessas duas perspectivas apontadas, uma delas pode ser representada pela teoria waldroniana e a outra pela teoria dworkiniana. Cada um desses autores, ambos inseridos no contexto do liberalismo contemporâneo, se coaduna a uma dessas perspectivas e, observados os particularismos que lhes são específicos, defendem um determinado posicionamento acerca da possibilidade de serem proibidas as manifestações odiosas (CONSANI, 2015).

Assim, no que diz respeito aos discursos de ódio especificamente, o filósofo neozelandês Jeremy Waldron, ao se dedicar a questão, aponta entender que esses não podem ser interpretados como exercício da liberdade de expressão dos cidadãos, pois, na verdade, eles se constituem em manifestações de intolerância. Por essa razão, é possível que sejam estabelecidas restrições legais contra essas expressões, no objetivo de proibir a sua manifestação. Em que para justificar essa possibilidade, argumentando pela legitimidade de uma ação nesse sentido, o autor aponta que isso deve se dar no intuito de evitar que discursos como os de ódio se fortaleçam e ganhem espaço dentro de uma sociedade que, ao menos idealmente, deve ser democrática. Portanto, a sua proibição seria

um caminho para impedir que esses discursos adquiram força e venham a minar a democracia (WALDRON, 2012).

Nesse sentido, para Waldron (2012), as prescrições proibitivas ao discurso de ódio são não apenas legítimas, eis que estão em consonância com a democracia, mas são elas também necessárias a própria manutenção desse regime político. Isso ocorre pois que os discursos de ódio possuem a potencialidade de comprometer o funcionamento da democracia como um todo, atrapalhando que ela se firme e possa ser plenamente realizada. Ademais, esses discursos, na interpretação do autor, se constituem em uma forma de expressão que possui a capacidade de atingir e afetar a dignidade dos cidadãos (WALDRON, 2012).

Nesse aspecto, para ele, deve-se observar as diferenças existentes entre atacar a dignidade de alguém ou apenas ofendê-la, tendo as considerado como ações distintas. Uma distinção como essa se faz necessária porque no caso de referir-se a uma mera ofensa então não há que se falar em uma possibilidade de limitação dos discursos, o que só poderia ocorrer no caso de a dignidade da pessoa estar sendo atacada pelo discurso odioso. Ou seja, é no caso específico de um discurso de ódio que a lei proibitiva se faz necessária e, logo, é ela legítima, pois o seu objetivo é a proteção da dignidade da pessoa. Sobre essa diferenciação entre o ataque a dignidade e a mera ofensa, entende Waldron (2012) que ela pode ser definida tanto por critérios objetivos como subjetivos.

Em sua obra, Waldron (2012) demonstra especial preocupação com os grupos considerados vulneráveis. Para o autor, os cidadãos que desses fazem parte devem receber do Estado um tratamento de igual cidadania (que significa um tratamento de igualdade de consideração e respeito). À vista disso, são essas leis que deverão garantir a ordem pública e, com isso, ao ter protegida a dignidade de cada um dos indivíduos, elas ajudarão, na perspectiva do filósofo, na manutenção da paz. Por isso, podemos entender que na teoria waldroniana a proibição dos discursos de ódio está baseada na ideia do dano que esses podem causar à dignidade dos cidadãos e na proteção do bem comum. Entendendo a sociedade como um empreendimento que é coletivo, defende ele que a violência, bem como a discriminação e a exclusão odiosas, devem ser reprimidas.

Em contraposição a uma ideia como essa, aparece a teoria dworkiniana da liberdade de expressão, de acordo com a qual todas as ideias, ainda que manifestadas através do discurso de ódio, devem ter a possibilidade de adentrar o debate público. Isso significa que na interpretação desse filósofo norte-americano nem mesmo o discurso de ódio deveria ser reprimido, pois é ele também, por mais controverso que possa aparentar, uma forma de exercício da liberdade de expressão (DWORKIN, 2019). Para argumentar nesse sentido e justificar a adoção de um posicionamento como esse, o autor (como Waldron) busca fundamento na ideia de igualdade dos cidadãos, demonstrando que, para haver uma verdadeira proteção desse direito, a liberdade de expressão se faz indispensável (DWORKIN, 2011).

Através disso, na teoria de Dworkin (2011), a liberdade de expressão acaba por se transformar em um elemento necessário da igualdade, ocupando um lugar de destaque nos pressupostos que sustentam a teoria dworkiniana como um todo. O raciocínio realizado pelo autor é o de que um tratamento igualitário significa respeitar todas as ideias, não excluindo/reprimindo nenhuma delas. Isso deve ser válido mesmo no caso dos discursos de ódio, dado que uma atitude diferente dessa significaria dizer que existem certas formas de vida que devem ser silenciadas, com opiniões que, alegadamente, valeriam menos do que as demais. Na verdade, para ele, o que um verdadeiro compromisso com a igualdade e a democracia requer de todos nós é que a liberdade de expressão a que cada uma das pessoas possui direito seja respeitada.

O Estado, então, não pode assumir uma posição na qual se coloca como o responsável por determinar o que é bom ou ruim para a vida de cada um, estabelecendo quais as perspectivas que valem a pena ser protegidas e quais podem ser suprimidas. Isto é, não pode o Estado reprimir certos conteúdos e ao mesmo tempo proteger outros, dando a eles tratamento diferenciado. Ao defender algo nesse sentido Dworkin não está dizendo que a liberdade de expressão deve ser as-

segurada como um direito absoluto, pois ele concorda que certos limites lhe devem ser impostos, sendo necessários para a democracia, mas ele critica a ideia de que esses limites sejam definidos por razões de conteúdo (DWORKIN, 2005).

A partir dessas considerações, podemos observar que tanto Dworkin como Waldron, ao desenvolverem as suas respectivas teorias da liberdade de expressão, assumem posições nas quais demonstram preocupação com a proteção da democracia e o respeito a igualdade dos cidadãos. Por causa disso, ambas as teorias são importantes e devem ser tomadas em consideração, pois que cada uma delas apresenta argumentos relevantes para esse problema a ser enfrentado. No entanto, não pode ser ignorado o fato de que a diferença entre esses autores reside em como interpretam esses conceitos, fator que, por consequência, faz com que eles respondam de maneiras distintas ao problema de manifestação dos discursos de ódio no ambiente democrático.

Assim, procurando verificar qual deles melhor responde a problemática orientadora dessa pesquisa, entende-se que a teoria dworkiniana demonstra maior conformidade com o ideal de proteção da igualdade. Ainda que os argumentos de Waldron possuam relevância, e por mais que as ideias odiosas e preconceituosas sejam reprováveis, não há como um verdadeiro Estado Democrático justificar práticas de censura. Os discursos de ódio precisam sim ser combatidos, discutidos e refutados, porém isso é algo que deve se dar em um debate público de ideias, com argumento e discussão, dado que a sua simples proibição, com a imposição da censura sob determinados cidadãos, não será suficiente para que uma sociedade preconceituosa deixe de sê-la. Como defendido por Dworkin (2019), a luta contra esse tipo de pensamento deve se dar sempre por vias democráticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa determinou como objetivo geral analisar se os discursos de ódio podem ser encarados como um motivo válido para a censura, o que seria realizado sob a justificativa de que a sua proibição representaria a proteção da dignidade e igualdade dos indivíduos e, devido a isso, proibi-lo estaria em concordância com os pressupostos que orientam qualquer Estado Democrático de Direito. Sob uma perspectiva nesse sentido, não haveria por parte do Estado qualquer ação antidemocrática ao determinar a ilegalidade dos discursos odiosos, mas sendo, pelo contrário, uma ação justificada por um conceito de democracia segundo o qual a liberdade de expressão de alguns não pode ser utilizada como um mecanismo para ofender os demais.

Observando um cenário como esse, e não ignorando o fato de se referir a um debate que é não só complexo, mas permeado por diversas controvérsias dentre os diferentes autores que a ele se dedicaram, a pesquisa trouxe como questão central de sua investigação o questionamento se, a partir da dignidade e igualdade que todos os cidadãos possuem direito, seriam os discursos de ódio um motivo válido para a censura. Isto é, o que se procurou responder, a partir das teorias sobre a liberdade de expressão desenvolvidas por autores que se dedicaram especificamente ao caso dos discursos de ódio, é se, em um sociedade democrática, notadamente caracterizada pelo pluralismo de ideias, opiniões e perspectivas de vida, é possível que expressões odiosas sejam proibidas, não se constituindo em um exercício da liberdade de expressão e, dessa maneira, representando um válido/legítimo motivo para a imposição de censura.

Diante disso, como resposta ao problema de pesquisa formulado, e com base nas evidências levantadas em seu desenvolvimento, conclui-se que, considerando as garantias de dignidade e igualdade para todos asseguradas, os discursos de ódio não podem ser compreendidos como um motivo válido para a censura. Isso porque havendo um verdadeiro comprometimento em as protegermos, então isso significa que todos os cidadãos, por mais reprováveis ou odiosas que acreditemos ser as suas opiniões, devem possuir o mesmo direito de se expressar, sendo tratados como iguais na sociedade da qual fazem parte. Conforme visto com Dworkin, somente quando o Estado age dessa maneira, evitando atitudes paternalistas, que estará efetivamente respeitando a igualdade de todos os cidadãos.

Pois é neste caso em que é possível falarmos que há o respeito pela sua posição de um membro livre e igual na comunidade da qual faz parte. Os dissidentes devem possuir o direito de discordar e, para tanto, a liberdade de expressão se faz indispensável. Os discursos odiosos, infelizmente, acabam por fazer parte de uma sociedade pluralista, na qual existem pessoas que com eles concordam e os manifestam, proferindo ofensas e/ou preconceitos, demonstrando ideias que há muito queremos ver superadas. No entanto, superá-las verdadeiramente só será possível em um ambiente no qual, sendo elas livremente manifestas, possam ser também livremente contestadas. Um ambiente no qual a discussão, o argumento e o trânsito livre de ideias divergentes possam se fazer presente, pois que simplesmente proibi-las não será medida suficiente para que aqueles que com essas ideias endossam parem suas atitudes preconceituosas.

Consoante pensado por Dworkin, precisamos buscar maneiras mais inteligentes e democráticas de lidarmos com esses problemas, maneiras que não se disfarcem de democráticas para defender algo que vai justamente contra aquilo que uma verdadeira democracia representa. Nosso compromisso democrático deve significar que todos os cidadãos, quer concordemos com eles ou não, possuem a liberdade para se expressar, seja sobre qual assunto for, pois que poder fazer isso é constitutivo de quem eles são. Poder se expressar, dizendo o que pensa, é o que significa ser tratado com dignidade e, assim, como um igual aos demais.

Assim, entende-se que o direito à liberdade de expressão está conectado a ideia de dignidade e igualdade, o que se dá não no sentido de que em nome dessas duas últimas, aquela primeira deva ser restringida, mas sim de que proteger a liberdade de expressão de todos, assegurando-a igualmente para cada um dos cidadãos, ainda que no caso de ser ela utilizada para manifestar ideias odiosas, então a dignidade e a igualdade, como consequência disso, também estarão protegidas. Quando a liberdade de expressão de alguns é censurada, alegadamente em nome da dignidade e da igualdade de outros que estariam por essa sendo atingidos, então o que se está dizendo é que a dignidade e a igualdade dos censurados é menos importante que a dos demais, determinando que eles se calem. A dignidade, a igualdade e a liberdade de expressão são direitos de todos e devem caminhar juntos, estando, por isso, da mesma forma assegurado para todos, mesmo nos casos em que esses decidirem se utilizar dessa liberdade para manifestarem ideias que temos como odiosas.

REFERÊNCIAS

ASSAF, Matheus. **Liberdade de expressão e discurso de ódio:** Por que devemos tolerar ideais odiosas? Belo Horizonte: Dialética, 2019.

BRUGGER, Winfried. Proteção ou proibição ao discurso de ódio? Algumas observações sobre o Direito Alemão e o Americano. **Revista de Direito Público,** vol. 1, n. 15, jan/mar. 2007, p. 117-136.

CONSANI, Cristina Forani. Democracia e os discursos de ódio religioso: o debate entre Dworkin e Waldron sobre os limites da tolerância. **ethic@ - An internacional Journal for Moral Philosophy,** Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 174-197, maio 2015.

DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana:** a teoria e a prática da igualdade. Trad Jussara Simões. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

DWORKIN, Ronald. Foreword. In: HARE, Ivan; WEINSTEIN, James. **Extreme speech and democracy.** New York: Oxford University Press, 2009, p. v-ix.

DWORKIN, Ronald. **O direito da liberdade:** a leitura moral da constituição norte-americana. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio.** Trad. Luís Carlos Borges. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERNANDES, Giuliano. **A liberdade de expressão mesmo para os discursos que odiamos:** um estudo a partir do debate entre liberais e comunitários e a defesa da concepção dworkiana de objetividade do valor moral. 2018. 165f. Tese (Doutorado em Teoria do Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

FISS, Owen. **A ironia da liberdade de expressão:** Estado, Regulação e Diversidade na Esfera Pública. Trad. Gustavo Binenbojm e Caio Mário da Silva Pereira Neto. São Paulo: Editora Renovar, 2005.

GALUPPO, Marcelo Campos. Democracia e Tolerância. In: BITTAR, Eduardo C. B.; SOARES, Fabiana de Menezes (Org.). **Temas de filosofia do direito:** velhas questões, novos cenários. Barueri: Manole, 2004, p. 221-238.

LEWIS, Anthony. **Freedom for the Thought That We Hate:** A biography of the First Amendment. New York: Basic Books, 2007.

MEDRADO, Vitor Amaral. **A liberdade de expressão e a justiça brasileira:** Tolerância, discurso de ódio e democracia. 2. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: Dialética, 2019.

WALDRON, Jeremy. **The Harm in Hate Speech.** Cambridge: Harvard University Press, 2012.

WARBURTON, Nigel. **Free speech:** a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2009.

MARIGHELLA, MARIELLE E PARRESIA NO BRASIL: A CONDUTA OMISSA DO ESTADO

Roberta C. Mamede[1]

Sofia S. Chagas[2]

1. A PARRESIA EM FOUCAULT

A *parresia,* é um complexo conceito que possui vários significados e contextos, mas, de maneira literal, remete de forma imediata ao ato de "dizer tudo" (tradução do grego), também sendo interpretada como uma fala franca, como liberdade de palavra, entre outros (FOUCAULT, 2011). O conceito empregado para o presente trabalho, ancorado em Foucault, se endereça a uma *parresia* específica, a um "dizer tudo", específico. Aqui, trata-se do dizer tudo da verdade, dizer a verdade sem dissimulação, sem reserva nem cláusula, sem nada a esconder, parafraseando Foucault.

Feita essa exposição sobre o conceito de *parresia* em Foucault, é preciso voltar-se para outro conceito tão importante e complexo quanto: aquele que realiza a *parresia*, o *parresiasta* ou *parresista*. Esse indivíduo deve atender a uma série de requisitos para ser considerado como tal, algo que Foucault em ambas suas obras Governo de Si e dos Outros e a Coragem da Verdade (publicados, respectivamente em 1983 e em 1984), expõe e detalha - no caso do primeiro livro mencionado, em especial - através de figuras clássicas das tragédias gregas.

Em Íon, peça escrita por Eurípedes entre 414 e 412 Antes da Era Comum (AEC), a personagem Creusa engravida, após ser seduzida e tomada forçosamente pelo deus Apolo e, depois, tem seu sofrimento agravado, ao ser presa em uma caverna, para gestar a criança em seclusão. Ao dar à luz a criança, Creusa tem seu filho sequestrado pelo próprio deus, que o deixa aos pés de seu templo em Delfos, como um indigente. Apolo sente imensa vergonha da violência que cometeu e, por isso, esconde ambas Creusa e sua criança (Íon) do mundo e, depois, um do outro, como uma grande tentativa de ocultar o crime por ele cometido.

Anos depois, Íon já jovem e servo do templo de Delfos, se encontra com Creusa e seu marido Xuto - que visitavam o templo para, no caso de Xuto, saber se ele teria um descendente e, no caso de Creusa, perguntar sobre o paradeiro de seu filho com o deus, algo que ela esconde de seu marido. Íon, em toda sua vida, era extremamente aborrecido por ser uma criança abandonada, por não ter pais ou pátria e, sem saber, lá se encontrava aos pés do templo de seu verdadeiro pai, que sentia vergonha de sua origem, e de sua verdadeira mãe, que o buscava. Xuto, é orientado pelo deus a adotar como seu filho o primeiro homem que visse, no caso Íon, algo que cairia como uma grande desonra para ele e Creusa, na medida em que ele acreditava que Íon era fruto de uma festa por ele atendida no passado e, logo, sua mãe provavelmente era uma estrangeira (assim como o próprio Xuto) e ele, Íon, um filho bastardo.

Eis então o principal ponto trazido por Foucault dentro da peça: os três retornam para o palácio e Creusa descobre das intenções de seu marido de assumir Íon como filho e ela, então, se desespera com toda a situação ao ponto de efetuar sua *parresia*. Tal ato se dá em um grande banquete,

[1] Aluna do curso de Direito da PUC Minas campus Praça da Liberdade.
[2] Aluna do curso de Direito da PUC Minas campus Praça da Liberdade.

em que a nobre se dirige ao seu agressor, o poderoso deus Apolo, de força imensamente superior e, na frente de todos os presentes, dá seu grito de verdade. Ela sabia da grande mácula, vergonha e possível miséria que tal ato poderia trazer, mas pactuada consigo sobre sua verdade, priorizando a ocorrência da aleturgia, confessa a violência sofrida ao ser tomada pelo deus sedutor, que até então fazia de tudo para ocultar a verdade, e da existência de um filho que, também, lhe foi tomado.

Creusa é inegavelmente uma *parresiasta* e pela sua figura é possível extrair os requisitos mencionados. O *parresiasta*, então, é, em um primeiro momento, aquele que não só tem a verdade, mas aquele que também se vincula a ela. Como posto por Foucault, ele não enuncia a verdade como um mero ato de "dizer da boca para fora", como dito na linguagem popular, ele acredita no que diz e se vincula, não só a ela, mas ao risco iminente ao ato de dizê-la. Jaz, então, outro importante requisito: o risco, a possibilidade de perigo. Aquele que a diz, sabe que há uma consequência ao dizer sua verdade, esta podendo ser: aborrecer ou irritar seu interlocutor (feri-lo) ou, no extremo, sua própria morte. É "a verdade no risco de violência" (FOUCAULT, 2011). Mas, há ainda um importante requisito que se faz ainda mais claro em uma diferente peça grega.

"SERVO: Ai de mim! Estou diante daquilo que é terrível de dizer! ÉDIPO: E eu, do que é horrível de escutar! Ainda assim, é preciso escutar! " (SÓFOCLES, p.29, parágrafos 1169 e 1170, 7-8). Em "Édipo Rei", peça de Sófocles escrita em 429 AEC, o protagonista Édipo busca incansavelmente a verdade sobre sua origem, questionando nobres, profetas e aqueles que se encontravam em seu palácio, mas, no fim, a resposta de sua angústia vem daquele de menor estima social, um mero escravo. Tem-se, pois, uma importantíssima característica da figura do *parresiasta*, que é a falta de estatuto. Isto implica na concepção, de que no cerne da *parresia* encontra-se não o estatuto daquele indivíduo, mas sim sua coragem (FOUCAULT, 2010) e é possível, ainda, entender de pleno a concepção dada por Foucault:

> Enfim, a *parresia* é uma maneira de se vincular a si mesmo no enunciado da verdade, de vincular livremente a si mesmo e na forma de um ato corajoso. A *parresía* é a livre coragem pela qual você se vincula a si mesmo no ato de dizer a verdade. Ou ainda, a *parresia* é a ética do dizer-a-verdade, em seu ato arriscado e livre. (FOUCAULT, 2010, p.64)

Outrossim, há um outro elemento crucial presente no trecho da peça sofocliana supracitado, que não integra a esfera do sujeito *parresista*, mas sim de outro indivíduo, que compõe o chamado "jogo *parresiasta*": o interlocutor. Por mais que a verdade que seria dita pelo escravo poderia muito bem feri-lo da maneira mais dolorosa, Édipo reconhecia a coragem necessária tanto para dizê-la quanto para ouvi-la, assim como a importância de ser dita. O protagonista compõe o jogo ao ter a coragem de escutar a verdade dita pelo *parresista*. Abstraindo-se do exemplo prático dado pela peça, Foucault define, outra vez a *parresia*, mas agora com a outra metade que a constitui:

> A *parresia* é, portanto, em duas palavras, a coragem da verdade naquele que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa, mas é também a coragem do interlocutor que aceita receber como verdadeira a verdade ferina que ouve (FOUCAULT, 2011, p. 13)

Ainda sob as lentes de Foucault, existem três tipos distintos de *parresia*, que estabelecem um importante diálogo entre si: a estatutária, a judiciária e a moral. A *parresia* estatutária se vincula à estrutura democrática e ao direito inerente aos cidadãos de se pronunciarem e de se posicionarem perante o governo; a judiciária, trata do grito dos inocentes diante de uma situação de injustiça; e a moral, remete à confissão de alguém que cometeu a falta, de modo que o opressor reconhece seu erro e relata a verdade. Os três tipos de *parresia* serão exemplificados mais adiante, porém não no contexto das tragédias gregas, mas sim, na realidade brasileira.

2. A PARRESIA NO CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO BRASILEIRO

A ocorrência da *parresia* também toma lugar no cenário brasileiro, no entanto, o faz de maneira distinta daquela demonstrada nas tragédias gregas. Ao mesmo tempo que não faltam na história nacional grandes *parresistas*, que deram seu grito de verdade perante um suposto tirano, que apesar de não ser tão explícito como os retratados nas peças gregas, representava igual perigo para aqueles que a ele se opunham. No entanto, diferente de tais mitos, no Estado brasileiro, esses indivíduos são duramente oprimidos e têm sua verdade abafada, de maneira que o perigo em potencial, inerente do ato da *parresia*, quase sempre se concretiza e culmina em sua morte, que se dá, na maioria das vezes, de maneira violenta.

É necessário antes de adentrar nos dois exemplos de *parresiastas*, que serão expostos no presente artigo, fazer uma breve ressalva, uma vez que eles se encontram em momentos muito distintos em termos não só políticos e cronológicos, mas em relação a própria *parresia* enquanto direito. Como já exposto, um dos tipos descritos por Foucault de *parresia* é a ligada à democracia, onde ela se configura como um direito de cada cidadão e, por isso, seu ato resulta em consequências específicas, considerando-se, novamente, se tratar de um regime democrático. Mas, sabe-se que a história nacional é marcada por um sombrio período de perda da democracia, de extrema violência para com a própria população, de cessamento de direitos básicos e, logo, também do direito de falar livremente sua verdade, que foi a ditadura civil-militar de 1964-85. Nesse segundo contexto, a *parresia* se configura de maneira muito mais próxima daquela realizada perante terríveis tiranos nas grandes peças gregas - em termos de risco, de perigo - do que aquela que se vincula como algo intrínseco à própria cidadania.

Com isso dito, propomos a investigação dos casos de Marighella e Marielle, enquanto *parresiastas* em momentos tão diversos, que de certa forma tiveram fins insolitamente similares e, em um terceiro momento, do próprio Estado Brasileiro, enquanto o interlocutor alvo, juntamente com a sociedade brasileira, de tais *parresistas*.

3. CARLOS MARIGHELLA

Na noite do dia 4 de novembro de 1969, aproximadamente às 20:30, Carlos Marighella, homem negro de 58 anos, foi assassinado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e seus respectivos agentes da Operação Bandeirantes. No homicídio foram disparados quatro tiros, sendo um deles a queima roupa, que lhe seccionou a aorta. Depois, teve seu corpo arrastado para um Volkswagen azul, numa posição que mais tarde seria dita por legistas como impossível. Marighella, era notoriamente o grande opositor, o grande inimigo do regime militar e com grande repercussão na mídia e na esquerda europeia, como colocado por Elio Gaspari em sua obra A Ditadura Escancarada. Enquanto *parresista*, durante um governo violento, torturador e extremamente opressor, Carlos respondia a essas atrocidades, dando seu grito de verdade e exercendo sua luta contra as desumanidades desse período, com agressividade, como líder guerrilheiro da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Essa pode ter sido a última aparição de Marighella enquanto *parresista* na história brasileira, mas não foi sua primeira.

Marighella, nascido em Salvador e oriundo de família humilde, teve seu ingresso na atividade política no começo da década de 1930, quando se tornou militante de grande destaque do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - partido pelo qual foi eleito como deputado federal em 1946. O então militante e membro da recém-formada ALN (estabelecida no começo de 1935), já adentrava, nessa época, a história brasileira como *parresiasta*, se opondo veementemente a ditadura varguista (o Estado Novo), tendo sido detido e torturado (assim como outros ativistas da época), e preso de 1940 a 1942, na ilha de Fernando De Noronha, apenas sendo anistiado em 1945 (MAGALHÃES, 2021).

A ALN, que então nascia, veio a se tornar uma das guerrilhas mais conhecidas no mundo, assim como Marighella um dos maiores guerrilheiros - e *parresiastas*. Em junho 1969, mesmo ano de seu assassinato, circulava de forma clandestina sua obra "Minimanual do Guerrilheiro Urbano". Seu sucesso foi enorme, sendo o texto político brasileiro mais citado internacionalmente na época. O

texto explicitava a violenta reação a não só o regime ditatorial, mas contra qualquer representativo de políticas imperialistas, opressoras ou exploradoras do proletário.

> *É necessário que todo guerrilheiro urbano tenha em mente que somente poderá sobreviver se está disposto a matar os policiais e todos aqueles dedicados à repressão, e se está verdadeiramente dedicado a expropriar a riqueza dos grandes capitalistas, dos latifundiários, e dos imperialistas*.
>
> (Minimanual do Guerrilheiro Urbano, Sabotagem, Ed. 2003 p. 7)

A atuação do guerrilheiro, como antes mencionado, é coerente com o período em que ele estava inserido, lançando mãos em armas e do uso de violência e intimidação como forma de resistência. Lamentavelmente, também sua morte em tal regime é concebível, tratando-se de um governo ditatorial, como o que se deu na história brasileira, no qual toda oposição era abertamente reprimida com o uso de tortura e violência extrema, sendo amparado pelo próprio ordenamento jurídico vigente.

4. MARIELLE FRANCO

Quase meio século depois, a história se repete, mas de maneira distinta, ainda mais insólita e com um *parresista* diferente, mas que carrega notáveis similaridades. Marielle Franco, mulher negra, LGBTQIA+, ativista e inegável *parresista* que, ao contrário de Marighella, não fazia uso de armas nem de violência, por estar frente a um contexto de Estado Democrático de Direito. Ela fazia o ato de dizer-a-verdade pelo meio da fala, do discurso e por sua inserção no cenário político (enquanto vereadora), lutando contra o preconceito, a discriminação, a desigualdade e os crimes de lesa humanidade, que perduram em um Estado ainda violento com grande parte de sua população, de maioria pobre e preta. Marielle foi a óbito na noite do dia 18 de março de 2018 aproximadamente às 21:30, no Rio de Janeiro, com três tiros na cabeça e um no pescoço (quatro no total), dentro de um Chevrolet.

Marielle nasceu e cresceu no Complexo da Maré, uma das comunidades do subúrbio do Rio de Janeiro. Assim como Marighella, ela também vinha de uma família humilde. Desde jovem, sua mãe, Marinete Francisco, tentava ao máximo aproximar ambas as filhas do mundo universitário, algo que ela teve extremo êxito. Marielle formou-se em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e, em 2014, defendeu sua tese de mestrado (em administração, pela Universidade Federal Fluminense) contra a política pública que instituiu as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas comunidades Rio de Janeiro, na medida em que defendia que seu objetivo era de "conter os insatisfeitos ou 'excluídos' do processo, formados por uma quantidade significativa de pobres, cada vez mais colocados nos guetos das cidades e nas prisões" (ARAÚJO, OTAVIO 2020).

Ingressou na política em 2000, ao se tornar ativista de direitos humanos após o assassinato de uma amiga devido à troca de tiros entre os traficantes do Complexo da Maré. No ano de 2016 foi eleita deputada pelo Partido Socialista e Liberdade (PSOL), se alinhando com ideais de valorização da cidadania, ações solidárias, respeito à diferença e o fim da violência estatal contra sua população, especialmente mulheres, negros e moradores de favelas, algo que se faz especialmente claro em uma de suas falas em um debate transmitido ao vivo - sua última aparição pública (ARAÚJO, OTAVIO 2020):

> O mandato de uma mulher negra, da periferia, precisa estar pautado junto aos movimentos sociais e à sociedade civil organizada, [junto] a quem está fazendo [algo] para nos fortalecer naquilo que a gente, objetivamente, não se reconhece, não se encontra, não se vê. A negação é o que eles apresentam como nosso perfil. Não é à toa que os índices de homicídio, de feminicídio e de estupro contra o nosso corpo, infelizmente, aumentam. (Mataram Marielle, Intrínseca, Ed. 2020, p. 16)

Fernanda Chaves, foi a única testemunha ocular e sobrevivente do atentado. No entanto, a jornalista só foi chamada para prestar depoimento na Divisão de Homicídios horas depois do ocorrido, e tendo sido ignorada pelos policias, registrou basicamente seus dados pessoais, sem poder relatar as informações de fato relevantes sobre o assassinato (ARAÚJO, OTAVIO 2020). A deplorável experiência de Fernanda demonstra, além da enorme ineficácia, o desprezo dos agentes estatais pela ocorrência de um grave crime político.

Marielle, como demonstrado e mencionado no presente texto, utilizava do seu direito de *parresia,* do livre dizer, dentro de um contexto democrático, de maneira a escancarar a verdade vivida por populações marginalizadas e vulneráveis no país e a diária violência e desamparo por eles vividos - sempre de maneira pacífica. Em Foucault, a *parresia* na democracia traz dois grandes riscos para o *parresiasta*: primeiro, o de não ser apreciado, e o segundo, de seu discurso verdadeiro os expor à vingança e à punição daqueles aborrecidos por essa verdade (FOUCAULT, 1984). É possível analisar a morte de Marielle pela lente da segunda consequência, algo defendido por muitos, em que o risco corrido pelo *parresiasta* na democracia de ser exposto a vingança daqueles descontentes com sua verdade, ocasionou a sua morte.

5. A OMISSÃO DO ESTADO

É inegável que nos casos apresentados, ambos os *parresistas* estavam, no limite, dispostos a morrer pela sua verdade. No caso de Marighella isso se deu de maneira mais explícita, devido tanto às circunstâncias nas quais ele se encontrava, quanto pelo modo no qual ele realizava seu ato de resistência. Mas, o grande choque vem do fato de que Marielle teve o risco que ela se dispunha realmente materializado. E aqui, também pelas circunstâncias no qual ela estava inserida - assim como pela maneira que ela exercitava seu direito enquanto cidadã. É realmente absurdo conceber, que ela e Marighella, que agiam e se encontravam em momentos tão opostos tiveram - a grosso modo- o mesmo fim. Essa insólita realidade leva a algumas questões: Como seria concebível duas mortes tão similares em contextos tão distintos, separadas por quase cinquenta anos? Como é possível numa democracia o Estado se manter tão negligente enquanto a morte de uma figura política, de uma cidadã? Qual a postura que esse Estado tem perante aqueles que exercem seu direito de dizer-a-verdade? Como é o Estado, enquanto ouvinte desse ato de *parresia*?

A partir de tais questionamentos e de toda a exposição feita no decorrer dessa investigação, é possível perceber uma determinada posição omissa do Estado - mas em dois sentidos diversos. Tal omissão pode ser vista por dois ângulos: um histórico, e outro, pela própria configuração do ato *parresiasta*. Nessa primeira abordagem, a omissão se faz a partir do momento em que - no caso de Marielle, em especial - o Estado, que tem o dever de amparar seus cidadãos, que deveria prestar a devida cautela e importância a um ocorrido de tamanha gravidade (com a possível atuação de agentes estatais em uma execução de uma política), se mostra ausente, negando, também, o direito da população e das famílias de ter seu senso de justiça. Tal falha se mostra ainda mais clara, na medida em que três anos após o ocorrido, a pergunta "quem matou Marielle?" ainda reverbera pelo cenário internacional. É concebível argumentar, uma possível ausência do Estado no seu compromisso de investigação e apuração de fatos, assim como de impedir a banalização do ocorrido - uma vez que, a partir do momento em que não é dada a devida importância e sem grandes avanços nas investigações, esse evento histórico pode caminhar para um possível esquecimento, deixando aberta uma ferida na história brasileira e na memória do povo.

Enquanto a segunda abordagem (de omissão diante da própria composição da *parresia* enquanto seu conceito), como previamente descrito, um dos elementos compositores da *parresia* é o seu interlocutor, na medida em que "não há *parresia* sozinho", ou como posto por Foucault, a *parresia* é a livre coragem de vincular-se à sua verdade, ao risco de dizê-la, *"mas é também a coragem do interlocutor que aceita receber como verdadeira a verdade ferina que ouve"* (FOUCAULT, 2011). É possível entender o Estado como um dos interlocutores, cuja *parresia* de Marielle e Marighella

(além de tantos outros *parresiastas*) se direcionava. A omissão se configura a partir do momento em que esse interlocutor, nunca realmente compôs o chamado *jogo parresiasta*, nunca realmente teve a coragem de escutar a verdade dita, de reconhecê-la é um interlocutor ausente.

Assim, no Brasil, a *parresia* se configura como um ato extremamente arriscado, onde ambos os riscos trazidos por Foucault da *parresia* na democracia se efetivam. Enquanto, durante a ditadura, o próprio Estado concretizava o risco de morte, agora, em uma democracia, em um Estado Democrático de Direito, este permite essa materialização, sem grandes impedimentos ou ressalvas, não impedindo - na medida que se mostrou ausente, negligente - a vingança e a violência daqueles que se desagradam com a verdade enunciada, assim como efetiva o segundo risco apontado por Foucault - do *parresiasta* ter sua verdade não ouvida- ao ignorar aquilo que lhe é dito, se fazendo de surdo ao grito de justiça de um *parresista* e cego para sua morte.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carlos Marighella e Marielle Franco são notórios *parresiastas* da história nacional, mesmo agindo de maneiras tão opostas e inseridos em contextos tão diversos, ambos, infelizmente, receberam o mesmo fim, tendo sido assassinados a quatro tiros, pelo seu ato de dizer-a-verdade.

Com base nos argumentos anteriormente expostos no presente estudo, é possível inferir que há uma omissão da participação do Estado não só enquanto o interlocutor necessário para o ato da *parresia*, mas enquanto ao permitir que o risco mais violento concebível na *parresia* no contexto democrático (como trazida por Foucault), se realize, e uma vez realizado, como ele se mostra novamente faltante, negligente, duplamente omisso. O Estado brasileiro não só não reconhece o grito de justiça, a verdade trazida por seus *parresiastas*, mas, no caso de Marighella, o mata (algo, novamente, possível dado o contexto no qual ele se insere) e no caso de Marielle permite matar, com seu não agir. De forma que por mais que a participação do estado tenha sido diversa nos casos de ambos *parresistas*, que o contexto sócio-político, a atuação em termos de violência dos dois casos também tenha sido assustadoramente diversa, infelizmente o desfecho foi o mesmo.

Por fim, é possível a percepção de que o risco iminente do próprio ato *parresiástico* no Brasil, quase sempre se concretiza da maneira mais violenta, a morte, de maneira que a *parresia* no Brasil, independentemente do período e da forma de execução, especialmente para aqueles como Marielle e Marighella - que lutavam pela igualdade, pelo fim da opressão, da discriminação, pelo exercício pleno de direitos humanos e democráticos, e vindos de grupos minoritários, de origem humilde, negros, enfrentando diretamente seus próprios tiranos, dotados de poder imensamente superior - é extremamente perigosa e violenta. É necessário ressaltar, ainda, a importância da discussão sobre este tópico, para que não mais *parresiastas* encontrem o mesmo fim de Marielle e de Marighella.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. 1ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. 1ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada: as ilusões armadas**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo.** 1ª edição. São Paulo: Companhia Das letras, 2012.

MORWOOD, James. **Euripedes, Orestes and other plays**. USA: Oxford University Press, 2009

OTÁVIO, Chico; ARAÚJO, Vera. **Mataram Marielle: Como o Assassinato de Marielle Franco Anderson Gomes Escancarou o Submundo do Crime Carioca.** 1ª Edição. Rio De Janeiro: Editora Intrínseca, 2020.

SÓFOCLES. Édipo rei. Tradução de Lilian Amadei Sais. 1ª edição. São Paulo: Edipro, 2019.

CORTECERTU, Jair dos Santos; POMBO, Cristiano Cipriano. 1969: Carlos Marighella, líder da ALN, é morto em São Paulo pela Operação Bandeirante. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2019/11/1969-carlos-marighella-lider-da-aln-e-morto-em-sao-paulo-pela-operacao-bandeirante.shtml>. Acesso em: 18 de outubro de 2021.

NAS TEIAS DA TARÂNTULA: A RESISTÊNCIA E EXTERMÍNIO DE TRAVESTIS E HOMOSSEXUAIS DURANTE E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E A ABERTURA DEMOCRÁTICA

Rafael Augusto Pinheiro Libaneo[1]

1. INTRODUÇÃO

Ao se falar em memória no contexto da ditadura, é central tratar também da memória de travestis e homossexuais mortos pelo fato de existirem e resistirem, bem como suas táticas de resistência frente às investidas militares e sua necropolítica. O uso do termo "homossexuais" se coloca pelo contexto temporal, uma vez que não se poderia utilizar o termo LGBTI para se dirigir a esses grupos (GREEN, QUINALHA, 2014).

Uma das formas pela qual a ditadura cis-hetero-normativa atuou no extermínio de travestis e homossexuais foi através da Operação Tarântula, deflagrada pela Polícia Civil de São Paulo em 1987. Tal operação tinha como objetivo combater a AIDS prendendo travestis que se prostituíam na cidade. No mesmo período, além do aprisionamento, travestis e homossexuais foram brutalmente assassinados (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987).

A divisão da sociedade não é nenhuma novidade e tem suas fundações ainda no período colonial e se perpetuou efetivamente através da subjetivação nominada de colonialidade. De acordo com Miskolci (2005) a criação de uma sociedade brasileira heterogênea não seria possível vez que o projeto da elite brasileira era, em última análise, construir a lógica social a partir dos estudos científicos vindos do continente europeu, importando os estudos sobre darwinismo social, racismo científico e eugenia. Essas formas de pensamento construíram uma ideia de diferença "natural" racial, isto é, as diferentes raças seriam naturalmente hierarquizadas uma perante a outra, impossibilitando o nascimento de uma nação (MISKOLCI, 2005, p. 40). Foi através deste mesmo processo racista que condutas foram moldadas, desigualdades sociais foram definidos, que a raça e a cor se tornaram marcadores que explicitaram as fundamentais diferenças entre os indivíduos, definiu quem manda e quem obedece e deu origem a sociedade que é condicionada e fundada no paternalismo (SCHWARCZ, 2020, p. 27).

Posteriormente, além da raça, entraram em questão outros pontos como o sexo biológico e a forma como a pessoa performa sua existência frente ao ambiente no qual ela está inserida. Essa performatividade, tida como um elemento de construção social, será entendida como a identidade de gênero:

> Em sendo a "identidade" assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de "pessoal" se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é "incoerente" ou "descontínuo", os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 1990, p. 43).

Aqui se faz necessário recorrer a Achille Mbembe e seu ensaio Necropolítica, onde se pontua a necessidade do Estado, atuando para além da legalidade, de buscar sempre um inimigo a ser ani-

[1] Analista Internacional formado pela PUC Minas. Graduando em direito pela PUC Minas

quilado, autorizando assim o uso da força como bem entender. No mesmo sentido, Foucault alerta que, ao longo da modernidade, a guerra entre Estado deu lugar a guerra entre raças no interior dos Estados modernos. Nesse sentido, travestis e homossexuais, entendidos como grupo imoral pela sociedade civil e inimigos da saúde pública pelo Estado, são perseguidos, presos e mortos no objetivo de reestruturar a moral e os bons costumes.

A prisão de travestis e homossexuais, quando não executados, respondia a uma demanda social de controle da moral, garantindo a "limpeza" das ruas. Essa demanda social de controle, que ainda é exercida na atualidade, utiliza as manifestações de sexualidade como estratégia de domínio, vez que a elite dominante prezaria pela manifestação sexual partindo de seu caráter funcional reprodutivo (FOUCAULT, 1980). Ainda nesta lógica cisheteronormativa, é possível compreender que as relações de sexo "tenham dado lugar, em toda a sociedade, a um dispositivo de aliança: sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos e de transmissão de nomes" (FOUCAULT, 1980). A manifestação sexual dessas múltiplas homossexualidades colocaria em risco a manutenção da tradição da sexualidade cisheteronormativa do estado ditatorial brasileiro.

Compreende-se como ditadura cisheteronormativa, uma política de Estado que prega a heterossexualização do desejo, que carrega consigo uma assimetria entre o masculino e feminino, entendidos estes como uma projeção do que é macho e do que é fêmea (BUTLER, 1990, p. 44). A lógica macho/fêmea, baseados no caráter biológico dos indivíduos também é questionada pelas homossexualidades aqui apresentadas pelos grupos de travestis e homossexuais, elevando novamente a necessidade de se criar o inimigo constantemente, como nos coloca Foucault e Mbembe e, com isso, exercer a punição sobre esses corpos discordantes.

A lógica punitivista do Estado Brasileiro não está circunscrita somente ao período ditatorial. O sistema penal tem sua gênese equiparada com a revolução industrial, onde os detentores do poder se aproveitaram da sua forma plástica como uma nova construção tecnológica punitivista, uma vez que esse sistema, pensado de maneira não a acabar com as ilegalidades, mas separando os diferentes tipos de legalidade e gerenciando-as de formas diversas (MALAGUTI, 2009, p. 94). É importante salientar que, assim como Foucault explicita em seu livro *Vigiar e Punir*, o sistema penal seria parte da transformação do castigo, que deixa de ser uma forma retributiva do ataque do poder do soberano sobre o corpo do autor do injusto, mas como uma forma de controle e poder (FOUCAULT, 1977, p. 112).

Diante do exposto, objetiva-se, neste artigo, demonstrar o tratamento dado pelo Estado brasileiro à travestis e homossexuais durante a ditadura heterocisnormativa. Para tanto, será necessário, em primeiro lugar, apresentar uma breve explicação sobre os termos utilizados ao longo do artigo e o controle dos corpos dissidentes ao longo da história. Ao final, conclui-se que as técnicas de repressão utilizadas na ditadura heterocisnormativa perpetuam-se na atualidade.

2. TRAVESTIS E MULHERES TRANS: UM DEBATE ATUAL PARA A COMPREENSÃO DO QUE VEIO ANTES.

O termo LGBT começa a ser usado como sigla para identificação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais como um grupo em 2008, na I Conferência Nacional LGBT. Por esse motivo, as homossexualidades tratadas no presente artigo dizem respeito ao que, futuramente, virá a ser chamado de comunidade LGBT. A ênfase nas Travestis diz respeito ao protagonismo não só na luta durante a ditadura mas, também, ao protagonismo no que diz respeito às violações de direitos humanos sofridas por elas antes, durante e após o período ditatorial brasileiro.

Nos anos 1990 têm-se o início da utilização do termo "transsexual" ou "trans" por parte de militantes da causa. O surgimento acontece após a criação do Movimento Transsexual de Campinas. A composição desse movimento se deu, majoritariamente, por pessoas oriundas do contexto acadêmico que tiveram acesso à estudos saídos da psicanálise e da sexologia, intercambiando conhecimentos com movimentos transsexuais internacionais, que se posicionavam pelo uso do

termo "trans" pelo movimento brasileiro, uma vez que tal terminologia seria de maior abrangência, incluindo também o campo internacional. Outro fenômeno que auxiliou na contextualização dessa nova categoria, foi o desenvolvimento de novas tecnologías médicas para às cirurgias de resignação sexual, inicialmente chamdas de "procedimentos para troca de sexo" (CARVALHO, 2018).

Nesse período, tem-se uma aparente separação entre travestis, termo anteriormente utilizado para tratar de pessoas que haviam nascido com o sexo biológico masculino, mas performavam uma existência feminina, e mulheres transexuais a partir de suas vivências frente à sociedade.

As travestis são vistas a partir de um contexto social de marginalização, tidas como pervertidas, imorais, colocando-as às margens da sociedade, espaço destinado a conter o seu desvio moral (CARVALHO, 2018). Por sua vez, as mulheres transexuais, no contexto social, passaram a ser vistas a partir de uma análise médica, onde seu "desvio" estaria contido em um desvio mental, de categoria médico-psiquiátrica.

Nesse processo de rotulação das travestis e das mulheres trans, a construção das identidades e das formas de feminilidade se dará por caminhos distintos. As travestis teriam uma imagem de ousadia e pouco poder aquisitivo, fazendo suas transformações corporais de acordo com sua realidade material. Essas mudanças corporais experienciadas por travestis são, muitas vezes, colocadas como mudanças focadas em um processo de feminilização para a prostituição, local que elas são comunmente colocadas. As mulheres trans, por terem uma eventual possibilidade de passarem por intervenções médicas, estariam mais próximas de um ideal feminino socialmente normativo (CARVALHO, 2018).

Partindo de uma análise dessa rotulação marginal pela qual as travestis passaram, e ainda passam, é possível retomar o que foi previamente observado quanto aos caminhos distintos entre travestis e mulheres transexuais. Nesse sentido, partindo de uma análise de rotulação de Becker, a vivência e experiência das travestis se daria pelo fato de serem rotuladas como imorais, ousadas e marginais, criando um espaço que só elas, rotuladas de tal forma, deveriam ocupar (BECKER, 2008).

Outro ponto de extrema importância é o processo de identificação e criação de identidade que incide, em especial, na performatividade travesti e transexual: a ideia de sexo e gênero. Existe uma ficção social onde o sexo biológico seria o destino, ou seja, no momento em que se tem conhecimento do sexo biológico do feto, estaria ali composta sua formação como ser humano macho ou fêmea, dois caminhos distindos e pré-estabelecidos. A ideia de distinção entre sexo e gênero se da no momento em que, não sendo possível essa modificação quanto ao sexo biológico, o gênero seria uma construção cultural/social que nada tem a ver com o sexo biológico. Existe aqui uma evidente descontinuidade radical na distinção de sexo e gênero (BUTLER, 1990, p. 26).

De acordo com Judith Butler (1990, p. 27):

> Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não estpa para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual "a naturea sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politiamente neutra sobre a qual age a cultura.

3. DOMÍNIO E CONTROLE DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES

Ao longo da história, a sexualidade se tornou incremento dos instrumentos de dominação, sejam eles individuais ou coletivos, instrumentalizados e institucionalizados pela elite dominante. A sexualidade entra nessa lógica não como um instrumento de domínio rígido, mas de maior instrumentalidade, servindo como um suporte para variadas estratégias de domínio (FOUCAULT, 2020, p. 112).

Foucault, em "História da Sexualidade I: a vontade de saber", divide a dominação sexual em quatro mecanismos que são: a histerização do corpo da mulher; a pedagogização do corpo da criança; a socialização das condutas de procriação; e a psiquiatrização dos prazeres perversos. Neste artigo, o foco estará na psiquiatrização dos prazeres perversos.

A ideia de impulso sexual é entendida como biológica e psíquica, o que geraria uma nova forma de compressão, a psiquiatrização. Esse processo de psiquiatrização visava corrigir as ditas condutas sexuais anormais, tentando normalizá-las (OLIVEIRA, 2016).

Os processos médicos na psiquiatria que visavam a correção das sexualidades perversas ainda é fator presente nas sociedades modernas que perpetuam terapias de conversão. O Brasil foi um dos países onde as terapias psi (psicológicas e psiquiátricas) foram utilizadas como ferramentas de controle e normalização, uma vez que se entendia as homossexualidades como degenerescências. Na década de 1960, foram constatados efeitos adversos das terapias de conversão sexual, tais como: ansiedade generalizada, culpa e depressão. Esses sentimentos foram criados pela ideia de que a performance homossexual era errada e condenável. A homossexualidade só foi removida do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) em 1973 (GARCIA, MATTOS, 2019).

As formas de dominação por meio da instrumentalização da sexualidade fazem parte do cenário da intolerância da história do Brasil. As sexualidades dissidentes sofrem um processo de intolerância histórica que parte do processo de invisibilização, silenciamento e contradições, que esconde tudo aquilo que é diferente. Dentro dessa lógica, existe um binarismo perverso, o "nós" e o "eles", onde o "eles" é composto por todos aqueles que, de alguma forma, estão fora da ordem social estabelecida, onde o "nós" diz respeito a todos aqueles que estão contrários ao que é tido como errado, gerando um processo de intolerância que faz parte das raízes brasileiras e atinge o campo político e social até os dias de hoje (SCHWARCZ, 2020).

Como colocado por Lilia Schwacz (2020, P.2014):

> Politicamente, a intolerância se apresenta como uma conduta que busca apagar ou que simplesmente não aceita pontos de vista diferentes daquele do próprio indivíduo. E tal comportamento, não raro, se utiliza do preconceito e da disseminação de estereótipos para a sua afirmação. Racismos, sexismos, misoginia, antissemitismo, homofobia, pragmatismo religioso ou político, horror aos estrangeiros, são formas conhecidas de intolerância social.

Os mecanismos de poder-saber, e no caso em questão, o saber médico para controle e domínio da sexualidade, refletem uma lógica social de aversão às sexualidades dissidentes. Ainda hoje, e de forma crescente, o Brasil segue sendo o que mais mata membros da sigla LGBT+ no mundo, em especial mulheres trans e travestis (ANTRA, 2021). A Associação Nacional de Travestis e Transexuais registrou, no Brasil, 80 assassinatos violentos de pessoas transexuais no primeiro semestre do ano de 2021 (ANTRA, 2021). O crescimento da intolerância no Brasil é proporcional ao enfraquecimento do Estado Democrático de Direito, uma vez que as garantias pré-estabelecidas não são cumpridas e pouco se é feito para que mais vidas não sejam executadas (SCHWARCZ, 2020).

4. O EXTERMÍNIO DE TRAVESTIS E HOMOSSEXUAIS DURANTE A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA.

A ditadura civil-militar brasileira, que durou de 1964 até 1985, foi um regime autoritário que executou muitas vidas. Dentre essas vidas estão identificadas todas as pessoas que morreram em decorrência da homo-transfobia institucionalizada.

Logo no início do período ditatorial, tem-se o nascimento de um forte movimento internacional pelo reconhecimento e respeito aos direitos dos homossexuais. Esse movimento foi deflagrado após a Revolta de Stonewall, em 1969, que se constituiu em um motim em um bar na cidade de Nova Iorque, em que membros da comunidade, ainda entendida como homossexual (e

posteriormente chamada de LGBTQIA+), se rebelou contra as forças policiais, representantes do Estado, que cerceavam seus direitos através de brutais ataques físicos e psicológicos e praticavam extorções quotidianas.

Nesse contexto, uma característica importante do regime civil-militar foi o seu caráter cis--hetero-normativo, ou seja, a normativização da vida civil como heterosexual imposta pelo sexo biológico. Qualquer divergência era entendida como subversão. O Estado Brasileiro, durante esse período, propagava o que era permitido ou não quanto às práticas sexuais. Como demonstrado por Renan Quinalha (2021, p. 21):

> Ainda que o estado não seja o único responsável por normatizar os discursos e as práticas sexuais, durante a ditadura militar, sem dúvida, ele se tornou um locus privilegiado de irradiação de regras proibitivas e licenças permissivas em relação às sexualidades, ajudando a definir as condutas classificadas como inaceitáveis por meio de tecnologias repressivas e dispositivos disciplinares voltados aos setores considerados moralmente indesejáveis.

Quando se fala em uma irradiação de condutas, é importante entender, também, que a imagética tradicional família brasileira também emprega forte pressão de normalização nestes processos morais. Historicamente, a forma dominante de família no ocidente é monogâmica, patriarcal e heterossexual. Esse processo de constituição familiar, que era definido pela moral, deveria ser perpetuado com a procriação e manutenção dos padrões já enraizados na sociedade (WOLF, 2021, p.52).

Assim, as condutas sexualmente dissidentes eram vigiadas constantemente pela ditadura. Essa vigilância se dava justamente porque a homossexualidade era compreendida como uma "estratégia sub-réptica" daqueles entendidos como inimigos do Estado. A estratégia de criaçã de inimigos, a lógica "nós" e "eles", entendia a homossexualidade como uma estratégia de aproximar jovens do comunismo, inimigo central do Estado brasileiro no contexto ditatorial e da Guerra Fria (COWAN, 2021, p. 31).

No processo de endurecimento do regime militar no fim da década de 1960 e início da década de 1970, as homossexualidades são novamente rotuladas como desvios. Esses desviados - como eram chamados aqueles que exerciam uma sexualidade dissidente - pertenciam ao mundo da subversão moral, composta por alcoólatras, prostitutas e pessoas com transtornos mentais. Tais desvios, combinados com a retórica do anticomunismo no período de Guerra Fria, chamaram a atenção da Polícia Militar e do Serviço Nacional de Informação (SNI), que começaram a colocar em seus informes a prática da homossexualidade correlacionada a pessoas suspeitas de serem inimigas do Estado. Não só as homossexualidades foram vistas como parte do comunismo, mas também o movimento feminista emancipatório (COWAN, 2021, p. 32).

É importante ressaltar que o uso do aparato legal para justificar as ações penais contra essa comunidade não se justifica na doutrina ou jurisprudência da época, uma vez que a homossexualidade não é crime penalmente punível no Brasil desde o Código Criminal do Império, de 1830. A doutrina da segurança pública se valia da ideia de inimigo interno para para perseguir as sexualidades dissidentes, feministas, negros e outras minorias (QUINALHA, 2021, p. 22).

Como dito anteriormente, o discurso de moralidade pública era fecundo a partir da ideia da tradicional família e da moral e dos bons costumes. Como dito pelo então ministro da segurança Alfredo Buzaid:

> Numa época de guerra revolucionária, em que o legislador tem a consciência da ameaça que o erotismo representa, tolerar as publicações contrárias à moral e aos bons costumes significa concorrer para o aviltamento da juventude e a dissolução da família. A legislação não poderia contentar-se com reprimir o mal; tem a necessidade, a bem da segurança, de evitá-lo. E foi o que fez.

A manutenção da retórica da moral familiar contava com os valores religiosos católicos dominantes e a busca na manutenção das tradições, discursos que encontraram um terreno extre-

mamente fértil para fecundar os processos de perseguição, aviltamento de direitos e invisibilidade social das travestis e homossexuais. Em 1964, de março a junho, aconteceram várias Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que já ditavam o tom dos anos seguintes. Essas marchas eram compostas por religiosos católicos conservadores, movimentos femininos de direita, grandes ruralistas e empresários (QUINALHA, 2021, p. 22).

De 1976 a 1982, São Paulo foi palco de rondas policias que visavam combater a homossexualidade tida como crescente. Essa suposta crescente constatada pela polícia paulistana, guiada pelo delegado Guido Fonseca, responsável pelo 4º distrito policial, foi constatada após uma pesquisa criminológica para entender melhor a vida de homossexuais e michês da cidade. Constatou-se que havia um aumento de espaços públicos destinados a este público como saunas e boates. Neste processo, explicita-se a vontade do Estado de controlar a vida dos homossexuais em espaços semi-públicos (OCANHA, 2021, p. 151).

Também em 1976 a polícia civil do estado de São Paulo se dedicou ao combate a travestis se utilizando da portaria 390/76, que autorizava a prisão das travestis para averiguação e cadastro. Esse cadastro tinha como principal objetivo estabelecer o nível de "periculosidade dos indivíduos", que eram presas principalmente por se prostituírem. Ainda no mesmo ano, sob a égide da proteção nacional, a polícia se voltou contra aqueles que estariam colaborando para com a subversão sexual. O médico Roberto Farina foi condenado por lesão corporal grave após realizar uma cirurgia de mudança de sexo. Essa ação do Estado contra o Dr. Roberto Farina se mostra como um claro controle do Estado para com a vida privada (OCANHA, 2021, p. 152).

O principal instrumento legal utilizado para prender travestis e homossexuais durante a ditadura era a lei de vadiagem. Essa lei tem suas raízes no início do Republicanismo Brasileiro. O artigo 399 do código penal de 1890 dizia:

> Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:
>
> Pena - de prisão cellular por quinze a trinta dias.

Por sua vez, Getúlio Vargas abrandou o crime de vadiagem tornando-o uma contravenção penal com a decretação do artigo 59 da Lei de Contravenções Penais:

> *Art. 59. Entregar-se alguem habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:*
>
> *Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.*
>
> *Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.*

É mister entender que existia um contexto extremamente específico para que a vadiagem fosse colocada em foco durante a perseguição de homossexuais mas, em especial, de travestis que se prostituíam. No mesmo período em que a vadiagem foi transformada em contravenção penal, tinha-se a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Com a CLT, ficava implícita a possibilidade e obrigação ao trabalho, havendo pouco ou nenhuma justificativa ao Estado para tolerar vadios. Uma grande parcela da população brasileira, em especial a de travestis, não possuía condições materiais para poder ter uma carteira de trabalho uma vez que eram exigidos outros documentos para que ela pudesse ser feita, um processo burocrático e caro. Como a prostituição não era (e não é) uma profissão legalizada no país, não existia a possibilidade de confirmar vínculo empregatício por grande parte das travestis que ocupavam espaços públicos na cidade de São Paulo, culminando em suas prisões arbitrárias (OCANHA, 2021, p. 155).

Para sobreviverem, as travestis precisam encontrar meios para não serem presas, já que, uma vez fora da rua, não conseguiam dinheiro o suficiente para seu sustento. Nos processos de prisão, algumas travestis carregavam consigo uma navalha com o objetivo de se mutilarem em caso de apreensão policial. A automutilação acontecia pois era a única forma de não serem levadas para a prisão, uma vez que cuidados médicos eram necessários. Ao se cortarem, a polícia era obrigada a mandá-las para o Pronto Socorro. Essa técnica de sobrevivência através do corte nos braços com navalhas não era utilizada somente pelas travestis de São Paulo. O Grupo Gay da Bahia também relatou o mesmo acontecendo com as travestis que trabalhavam na região do Pelourinho, em Salvador. A violência policial contra esses indivíduos também as afastavam do atendimento médico. Como eram constantemente presas sem crime algum, as travestis acabavam se afastando dos atendimentos médicos oferecidos de forma gratuita, perdendo suas consultas e, objetivamente, se afastando da possibilidade de uma saúde digna. Muitas travestis relataram ao jornal LGBT *O Lampião*, (símbolo de resistência dos homossexuais do fim de 1970 ao início de 1980) que, além das prisões completamente arbitrárias, era comum sessões de espancamento executadas pelas forças do Estado Militar. Muitas vezes elas sequer sabiam o motivo pelo qual estavam sendo coercitivamente levadas para a delegacia. (QUINALHA, 2021, p. 52).

Dentro do contexto criminológico de desvio, era muito comum que travestis e homossexuais fossem automaticamente associados a crimes. Em 1982 foi deflagrada a Operação Bicha, no Rio de Janeiro, que acusava justamente travestis e homosexuais de praticaram furtos na região da Lapa. Essa operação "catalogou" todas as pessoas que trabalhavam no ramo do sexo na região. Esse tipo de operação não era exclusiva no Rio, acontecendo também em outras cidades como Belo Horizonte e São Paulo. A ditadura apoiou e deu todo o suporte necessário para que tais operações de "limpeza" moral fossem levadas a cabo. (QUINALHA, 2021, p. 54).

A violência contra travestis e homossexuais, além de respaldado pela moral ditatorial, foi institucionalizada. É fato, como já mencionado anteriormente, que o ordenamento jurídico brasileiro não possuía nenhuma tipificação para punir a homossexualidade ou prostituição. Foi justamente através de malabarismos jurídicos com a lei de vadiagem que essa parcela constantemente vulnerabilizada da sociedade foi brutalmente encarcerada e, eventualmente, executada. Segundo Quinalha (2021, p. 61):

> No que se refere às agressões físicas e outros tipos de torturas, para além das detenções arbitrárias, as travestis afirmaram que apenas as que adotavam uma postura de resistência frente aos desmandos da polícia sofriam tais sevícias. Essas travestis que reagiam às violências, seja "partindo pra cima" dos agentes públicos ou mesmo se auto mutilando com giletes para serem levadas da prisão para um hospital, ficaram conhecidas como "do babado", uma gíria tipicamente utilizada neste universo LGBT.

Vale ressaltar que, além das prisões ilegais, torturas e agressões, as travestis também eram obrigadas a trabalhar nas delegacias, exercendo papéis tidos como femininos - o que também deixa claro o viés machista do Estado -, eram obrigadas a limpar celas, lavar banheiros e fazer demais serviços para os policiais (QUINALHA, 2021, p. 63).

Em 1987 tem-se uma nova operação que visava dar continuidade às operações de limpeza moral que aconteceram anteriormente, a Operação Tarântula. A data nos mostra que, mesmo à iminência da nova constituição e de um processo político de abertura democrática, as sexualidades dissidentes seguiram marginalizadas e criminalizadas.

(Fonte: Folha de São Paulo. 1º de março de 1987. 2º caderno)

No final dos anos 1980 a epidemia de AIDS era um assunto que trazia, ainda, muitas dúvidas e preconceitos no Brasil, levantando questões morais e de saúde pública. Era possível perceber o uso do discurso de quanto a saúde pública como justificativa para avanços morais quanto à saúde dos indivíduos, mais uma intervenção do Estado na vida pessoal. E foi justamente pelo argumento da saúde pública que a polícia de São Paulo deflagrou a Operação Tarântula, com o objetivo de fazer uma limpeza moral de todas aquelas pessoas teoricamente responsáveis pela epidemia; travestis e homossexuais (BICALHO, BARBOSA, CAVALCANTI, 2018).

A operação consistiu na perseguição de travestis e homossexuais com o objetivo de tirá-los das ruas de São Paulo, vitimando muitas travestis (Idem, 2018).


Polícia Civil "combate" a Aids prendendo travestis

As travestis foram o foco principal, pois, segundo as forças policiais do Estado, elas estariam incorrendo contra o art. 130 do código penal, que versa:

Art. 130 – Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

§ 1º Se é intenção do agente transmitir a moléstia:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa (Decreto-Lei Nº 2.848, 1940).

A operação deixa explícito como se criam verdadeiras normas para além da lei. Isso quer dizer que, em um momento onde as tensões sociais são explícitas e latentes, como se tem durante a ditadura militar, a narrativa culpabilizadora mantida por grande parte da sociedade brasileira acaba aumentando ainda mais a lógica punitivista que, por sua vez, pautada no pensamento social da época, consegue esparramar essa lógica no ordenamento jurídico, acirrando o punitivismo com criação de tipos penais. Esse processo se dá dentro do extremo medo social transformado em ódio. Esse medo tem sua gênese na moral tradicional, transformado em ódio uma vez que se identifica quem são os responsáveis por essa suposta ruptura social (BICALHO, BARBOSA, CAVALCANTI, 2018).

A operação tarântula durou cerca de um mês e, além das mais de 300 travestis vitimadas pela sua violência, vários foram os crimes de extermínio de travestis. Juntava-se a intolerância para com elas e a ideia de uma doença causada por elas e tinha-se um cenário perfeito para grupos de extermínio.

5. CONCLUSÃO

Muitas foram e ainda são as violências vivenciadas pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil. Ao olharmos para todos os estudos existentes sobre como travestis e homossexuais lutaram e ainda lutam pela sobrevivência e reconhecimento, fica claro que a máquina mortífera da ditadura militar brasileira foi muito além de "comunistas" em suas perseguições, criando uma fantasia social onde se deveria existir uma homogeneidade social, composta por famílias-margarina, heterosexuais e patriarcais.

É evidente que não podemos falar em uma realidade com as mesmas condições em comparação a 1964-85, mas, por mais que tenhamos tido uma evolução como, por exemplo, o reconhecimento do nome social, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, o avanço médico no campo da sexualidade, não como saber-poder normalizador, mas como instrumento para uma vida mais saudável e digna, a possibilidade de travestis e homens que se relacionam com outros homens poderem doar sangue, ainda há um cenário de extrema instabilidade e violência. O Brasil segue, como já mencionado anteriormente, o país que mais mata membros da comunidade LGBTQIA+ no mundo. Esses dados, inclusive, não são levantados pelo Estado brasileiro, o que demonstra a clara negligência para com essas existências. A invisibilidade no quotidiano é uma das ferramentas conservadoras para que o extermínio continue existindo. O uso do aparato jurídico para justificar violências institucionais ainda acontecem nos presídios, onde mulheres trans e travestis são presas em presídios masculinos, não tendo sua identidade e performance de gênero respeitadas. E, mesmo já no cárcere, são muitas vezes marginalizadas a profissionais do sexo dentro dos presídios, reiterando a lógica perversa que se perpetua do lado de fora das grades.

Ao mesmo tempo que a realidade pode -e deve- ser alterada, se faz necessária a produção de conhecimento quanto a estas existências, mostrando todo o processo de produção da verdade, dos limites da existência que são, eventualmente, impostos a essas pessoas.

É difícil concluir algo que não seja a verificação de uma crescente na violência contra minorias, em especial LGBTIQA+. Por mais que falemos de 36 anos passados do fim da ditadura, não é possível falar em um processo emancipatório completo.

Avanços foram feitos, mas a violência continua sendo uma força constante e, muitas vezes, decisiva na vida dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA R., BICALHO P., CAVALVANTI C. **Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização.** Psicologia: Ciência e Profissão 2018 v. 38 (núm. esp.2), 175-191.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia Brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 2011

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. São Paulo: Zahar, 2001.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Mario. **"Travesti", "mulher transexual", "homem trans" e "não binário": interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas.** Cadernos Pagu ed.52, 2018.

CARVALHO, Salo de. **Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais. Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas.** /Celso Naoto Kashiura; Oswaldo Akamine Junior; Tarso de Melo (organizadores). -1.ed--São Paulo: Outras Expressões: Editorial Dobra, 2015.

CARVALHO, Salo de. **O Encarceramento Seletivo da Juventude Negra Brasileira: a Decisiva Contribuição do Poder Judiciário.** Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 67, pp. 623 - 652, jul./dez. 2015.

DORLIN, Elsa. **Sexo, Gênero e sexualidades.** São Paulo. crocodilo/Ubu editora, 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 41.ed. Petrópolis:Vozes, 2013.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GARCIA M., MATTOS A., **"Terapias de Conversão": Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos.** Psicologia: Ciência e Profissão 2019 v.39 (n.spe 3), e228550, 49-61.

GREEN, James N & QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade.** São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MISKOLCI, Richard, "**Do desvio às diferenças**". Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, Vol. 47, pp. 9-42. 2015

OLIVEIRA, Eduardo Alexandre Santos de. **O conceito de dispositivo de sexualidade na obra foucaultiana A vontade de saber.** Revista de Filosofia. Fortaleza, CE, v. 12 n. 24, Verão 2015

Polícia Civil "combate" a Aids prendendo travestis. (1987). Folha de SP Recuperado de https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9793&keyword=Tarântula&anchor=4104113&origem=busca&pd=ef05d4e9c5760ee525b552f38274c5c8 » https://acervo.folha.com.br/leitor.do?

QUINALHA, Renan. **Congra a moral e os bons costumes.** São Paulo. Companhia das Letras. 2021

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Global, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais.** 9. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WOLF, Sherryl. **Sexualidade e socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT.** São Paulo: Autonomia, 2021.

O DIREITO COMO PROBLEMA TEOLÓGICO: O DIREITO COMO RELAÇÃO

Douglas Jorge Arão[1]

1. INTRODUÇÃO, FILOSOFIA DO DIREITO

A consideração ontológica, não conclusiva, do Direito de expressão unitária da práxis humana, consente abordagens extremamente diversificadas entre si. A Filosofia é, como demonstra a sua história, "o reino do pluralismo hermenêutico". Vamos à procura do que é ontologicamente próprio do Direito por aproximações sucessivas, na esperança de que

> O quadro sinótico de um discurso construído em graus possa ser mais iluminador do que qualquer líquida indicação de síntese. E nos referimos àquela tradição filosófico-jurídica que, mesmo mantendo atenta consciência dos limites do Direito, possui sempre reconhecido valor e necessidade. (D'AGOSTINO, 2005. P. 11).

Uma tradição que parte da antiga afirmação Aristotélica segundo a qual "o Direito pertence ao homem enquanto homem, enquanto, portanto, ser intermediário entre os animais irracionais e os Deuses." "Nem os brutos, nem os imortais precisam do Direito". Observação que indica como a realidade do Direito seja conexa, indissoluvelmente ao particular status ontológico em graus, por aproximação, que "torna possível ao homem a degradação ao sub-humano, assim como a sublimação no super-humano", historicamente isso é demonstrável. A Filosofia ocidental reelaborou em diversas maneiras esse dado. Para essa filosofia, essa total degradação do ser humano em sub-humano e sua total elevação a ser eterno, mostra a fundamental ambiguidade do ser humano, mostra, igualmente, a incidência da categoria do *Risco*. Isso foi e é importante para o Direito, como veremos (D'AGOSTINO, 2005. P. 12).

Ambivalência peculiar à práxis humana: "Que não é como a animal, práxis necessária de mera sobrevivência, nem como a dos Deuses, práxis livre na sua absoluta gratuidade". A do ser humano é uma práxis de *autotranscedência*, práxis que busca ser reconhecida no interior da necessária dialética, "eu-outro". Na dinâmica da coexistência humana (de fato o ser humano se humaniza na relação com *humanos*), a dúplice polaridade do ser do homem se manifesta em uma trágica ambivalência: O ser humano pode dirigir-se ao outro como *homo homini lúpus*, assim como sob o signo da gratuita fraternidade (*homo homini deus*). Ambos esses êxitos extremos constituem o próprio da consistência humana, enquanto humana (D'AGOSTINO, 2005. P. 12).

Se, pois, o agir humano é visto como radicalmente afetado por essa ambiguidade ontológica que é própria do homem como ser que está no limite entre a gaiola que o prende à finitude, à morte e as asas que o libertam na plena consciência da ideia, irredutível ao menos enquanto ideia, de infinito, é imediatamente somado a isso a irreconciliável não equivalência axiológica, valorativa, entre o sub-humano e o super-humano. Nem tudo é relativo. "As ações que fomentam a agressividade, a violência, o ódio, mesmo que sejam estruturalmente próprias do ser humano, tornam a convivência impossível e irreconciliável em seu valor (D'AGOSTINO, 2005. P. 12). Aquelas

[1] Mestre em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Gregoriana e Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Laterana de Roma, Professor de Filosofia na PUC-Minas.

ações que potencializam a colaboração e a amizade e os laços intersubjetivos, são coerentes com a qualidade do viver e buscam o fim de garantir que 'o ser-com-os-outros' se desenvolva em 'ser--para-os-outros', ao invés de regredir em 'ser-contra-os-outros'. Sob esse prisma, fica clara a raiz ontológica de todo "dever" e do "dever jurídico" em particular.

> O Direito, como a seu modo a Moral e a Política (e mais genericamente, toda atividade que coloque os homens em relação recíproca) é considerado relacional exatamente porque fortalece os vínculos positivos entre as pessoas e freia a, sempre presente, possibilidade que entre essas mesmas pessoas se instaure a inimizade e a guerra (D'AGOSTINO, 2005. P. 12-13).

Mas, essa vocação pacificadora é, na verdade, própria de toda experiência coexistencial. Aquilo que constitui a especificidade do Direito é o modo no qual ele se faz instrumento de paz, através de sua própria estrutura específica, associativa e aberta.

Como forma associativa, o Direito cria entre os homens vínculos que superam a afetividade interpessoal. Como forma aberta, o Direito cria relações entre *socius* ligados pelas regras comuns de coexistência onde o aspecto filantrópico agápico é superado, nos termos da síntese de D'Agostino, objeto desta comunicação.

2. FIDES ET RATIO

Considerando que o direito tenha uma face teológica, surge imediatamente, uma pergunta epistemológica. O direito pertence ao reino do racional, enquanto a Teologia pertence ao reino, exclusivamente, da Fé? D'Agostino percebe um "vício" de considerar a razão como um órgão neutro, numa perspectiva "ao seu modo, bem dogmática do Iluminismo", e a teologia que queira "dobrar-se" a traduzir-se em argumentos racionais, "ou cairá no erro (ideológico)" de assumir "um dos tantos modelos de racionalidade como único verdadeiro e consistente" ou de dissolverá em uma "multiplicidade de epifanias racionais", todas, fundamentalmente, relativas" (D'AGOSTINO, 1997. P. 23). Isso não significa que a teologia não deva respeitar até o fim a razão e suas exigências, mesmo porque, é próprio do estatuto da teologia, como disciplina que pretende possuir uma cientificidade, o saber renunciar ao "mito e ao símbolo" para entrar no debate de ideias racionais, científicas. Mas a racionalidade que a teologia abraça não é neutra. É uma razão que, desde o início, seja aberta a acolher significados que a razão enquanto tal é incapaz de produzir, "e este é o âmbito que indispensável ao *querigma* para poder entrar na história humana" (D'AGOSTINO, 1997. P. 23-24).

A pergunta epistemológica, pois, coloca a teologia de fronte ao pensamento laico não com o ímpeto de sacralizá-lo, nem o torna absoluto como valor teológico, mas dá uma nova perspectiva e proposta de solução. A teologia não deve dar ou buscar uma última e definitiva palavra para exaurir o significado da realidade do direito, também pela própria inexauribilidade da experiência humana. Sua tarefa mais salutar e interdisciplinar é a de, em cada novo contexto cultural, ser sempre uma nova solicitação hermenêutica (D'AGOSTINO, 1997. P. 25). Exemplo disso, no âmbito da práxis social, provavelmente seja a leitura do materialismo histórico que a Teologia da Libertação faz (D'AGOSTINO, 1997. P. 25).

O Direito é laico, é uma realidade estritamente laica, sobre isto não deve pairar nenhuma dúvida. A Teologia se torna teologia do direito não para dar conteúdos dogmáticos; a razão e a consciência são capacidades humanas, não oráculos. Haja vista a abundância histórica de desastres humanos em nome da teocracia. A teologia torna-se teologia do direito, isto sim, quando entra no círculo hermenêutico com uma palavra nova que nem a consciência e nem a razão, por si só, possuem. Essa palavra é uma palavra de paz e busca a serena harmonia, mas é também uma palavra corajosa e profética, é *Parresia*. O espiritual e o temporal entram em uma dialética que não se resolveu com o tempo, mas que continua a ser uma busca fascinante de compreensão e integração mútua. Uma ponte para que se possa caminhar da cidade de Deus à cidade dos humanos.

3. A VIOLÊNCIA E O DIREITO – O DISCURSO DO ÓDIO

Em uma análise da filosofia de Kant, Michael Sandel, o Filósofo de Königsberg, admite a violência para deter o violento. Deter o violento ou cultura da violência é, indubitavelmente, um Imperativo Categórico, ou seja, implementar os meios para detê-lo consiste em agir de acordo com uma máxima que pode ser universalizada. O esforço de Kant nasce da presença constante da violência e do mal na história (SANDEL, 2009, p. 135-153). De fato, quem busca denunciar a violência, ganha inimigos. A *Parresia* incomoda. Essa abordagem da violência não se trata de uma concepção que constata que o conflito e as divergências são um motor para a evolução das sociedades, ideia contida no adágio "a guerra é a mãe de todas as coisas", mas de um discurso de ódio que cria um ambiente de ódio e de conflito. Ambiente esse que mata qualquer possibilidade de diálogo e debate. Porém, adverte D'Agostino, "não se pode lutar contra a violência com a violência mesma" (D'AGOSTINO, 1997, p. 25). Há uma fratura no ser, que corresponderia à sua dualidade irresoluta que, contudo, exige uma tomada de consciência e escolha ética pelo bem contra o mal, pelo direito contra a iniquidade, pela justiça contra a violência.

> Quando não consigo mais enxergar o rosto do outro, mas me limito a pensá-lo em meu pensamento, eu, de fato, já o excluí do âmbito daquilo que para mim é a realidade; ao relacionamento o substituo com a imagem do relacionamento, conformando-o, segundo os meus modelos mentais; e assim eu cedi - consciente ou não – à tentação sutil da absolutização da minha subjetividade (D'AGOSTINO, 1997. P. 116-117).

A atividade do direito, pensada como *atividade-para*, como atividade que se concretiza em seu agir como atenção para com o outro em toda sua racionalidade. O "direito vivente, que não se incarna nas normas, nos códigos e nos tratados dos juristas, mas que vive nas relações, nos diálogos humanos" (D'AGOSTINO, 1997. P. 118). Não há, a seu turno, diálogo recíproco sem regras e o fruto do diálogo é a compreensão certa. Este esforço pode se tornar uma aproximação da não-violência e do absoluto do qual "Deus" é uma forma de conceber. No diálogo do direito e da teologia, dois princípios são importantes: o princípio do primado do cognitivo sobre o normativo e o princípio da possibilidade de comunicação do conteúdo a todas as "pessoas de boa vontade".

3.1. 2.1. O primado do cognitivo sobre o normativo

O primeiro princípio norteador do direito como problema teológico é o primado do cognitivo sobre o normativo, ou a antecedência da verdade sobre o bem. Se a verdade vem antes do bem, o bem deve ter um caráter de universalidade, ou seja, é capaz de congregar todos os seres humanos na busca por uma legislação justa, mesmo que seja uma busca árdua. "Este é o antigo tema do bem comum como único possível fundamento da consistência social (D'AGOSTINO, 1997, p. 94-95).

Se o bem não se funda na verdade, o que existe são bens relativos, subjetivos e incomunicáveis e não se pode sair do ciclo violento do mais forte que pode impor sua subjetividade. Ao buscar uma normatização universal, declarando direitos que congregam todos os seres humanos debaixo de uma garantia mínima que pretende ultrapassar barreiras culturais, étnicas, geográficas e, na medida do possível, políticas e religiosas, fica claro o caráter universal do bem como uma verdade a ser buscada.

3.2. 2.2. "Communicatio facit civitatem"

A comunicação faz a cidade. Há uma pretensão de comunicabilidade da verdade sem a qual o próprio conceito de verdade decai em relativismo e torna-se improdutivo usar este termo. De fato, se são tantas verdades quanto tantas as interpretações, pode-se falar em interpretações e não em verdades, na acepção própria do termo. A comunicação da verdade é possível nas categorias hermenêuticas, essencialmente interpessoais, com uma validade social e relacional. Exemplos claros

dessa valência e pretensão de verdade, podem ser, a concepção que busca direitos universais dos seres humanos e mais recentemente é reivindicação do movimento "Animal Rights", por exemplo.

Consequência desta forma de perceber a verdade, em âmbito cristão, é impedir e subtrair qualquer tendencia tradicionalista de tipo espiritualista intimista e irracionalista, chamando o agente a assumir-se como protagonista do anúncio e materialização da verdade e, consequentemente, da norma justa que se pretende, uma via necessária ao bem comum. D'Agostino vê nesta luta pela verdade o único caminho para superar as suspeitas com relação à ética e à comunicação da verdade, evitando a negociação, ou a mera tolerância, ou o cego proselitismo (D'AGOSTINO, 1997, p. 96).

O tirano pode impor normas, mas, propriamente, não impõe o Direito. Sua tirania, por ferir o bem comum e os princípios mais básicos da civilidade e democracia, fogem da verdade, tornam-se fake politics, não é um bem e não é verdade.

4. DIREITO E POLÍTICA

Numa breve consideração, como forma coexistencial aberta, o Direito foge à lógica que domina uma outra grande força associativa, a Política, a saber:

A Política tende a criação de grupos sociais dotados de específica identidade e, por isso mesmo, fechados, ao passo que o Direito oferece a possibilidade de uma associabilidade universal, além e através das singulares comunidades políticas.

O Direito é, como estrutura aberta, universalmente pacificadora porque não conhece obstáculos ou fronteiras, língua, raça ou cultura; não há outra condição a que se possa abrir uma relação jurídica que aquela de reconhecimento do outro com o outro, isto é, como humano. E propriamente pela sua universal abertura, a relação jurídica é, ao contrário da relação política numa relação *fraca*, no sentido que pode bem mais facilmente ser imparcial (D'AGOSTINO, 2005, p. 118-19).

5. DIREITO E JUSTIÇA

A qualidade específica das regras jurídicas é a justiça. A justiça é o predicado que deve estar presente em toda experiência coexistencial: a justiça visa, propriamente, a proteção da coexistência. Um ulterior esforço de esclarecimento conceitual é necessário. Em primeiro lugar, a justiça é voltada à alteridade em sentido universal (não ao meu amigo, mas à humanidade, ao ser humano). Na alteridade há, portanto, uma validade ontológica, não depende em sua importância de um reconhecimento, sua estrutura não nasce de um reconhecimento. Em segundo lugar, a justiça cria uma ordem, que é a ordem da liberdade: a justiça existe quando a liberdade de cada sujeito é compossível, é simultaneamente possível à liberdade dos demais. Não há justiça quando a liberdade de um ou de alguns inibe a liberdade dos demais. Eis porque o próprio da justiça não está tanto nos conteúdos que ela impõe às normas jurídicas (que como se nota facilmente, varia historicamente e culturalmente) mas está, isso sim, na estrutura que as normas jurídicas, enquanto justas, não podem não assumir. A justiça enquanto tal, não diz aos homens o que eles devem querer para coexistir pacificamente, mas como devem querer para relacionar-se reciprocamente como seres livres (D'AGOSTINO, 2005, p. 20-21).

O princípio *natural* do Direito, se existe de fato, é estrutural, não de conteúdo: que os homens se reconheçam reciprocamente iguais, livres, responsáveis, como agentes de boa-fé, na renúncia à violência, à fraude etc. Há um erro que se pode imputar ao "jus naturalismo" clássico, ou seja, a busca de conteúdos normativos "naturais" (como se pode notar na negociação de Direitos por questões raciais, por exemplo), mas hoje o erro vai mais para o lado de um "anti-juridismo" (*antigiuridismo*) que, em nome da absolutização de liberdade subjetiva, julga repressivo não somente todo conteúdo jurídico material, mas antes a estrutura do Direito enquanto tal. Este "anti-juridismo" não compreende que a liberdade se dá ao humano ser somente na finitude da existência e que o caráter mais próprio de um sistema coexistencial associativo de liberdades finitas é que as vontades nunca se consideram espontaneamente, mas só no respeito a regras precedentemente

dadas e livremente reconhecidas e aceitas. Ademais, a justiça tem como caráter a igualdade (não em conteúdo, ou seja, que todos sejam iguais em tudo) em sentido estrutural (igualdade de todos os seres humanos em relação ao papel que desempenham ou à situação na qual se encontram) (D'AGOSTINO, 2005, p. 22).

O princípio de justiça não requer o nivelamento igualitário dos sujeitos (tanto que há direitos que são próprios de minorias, de pessoas idosas, de cidadãos de um país etc.); exige que alguém que aja juridicamente, se comporte como qualquer outro no seu lugar, deveria agir no respeito às regras jurídicas. Para entender bem este ponto é preciso dizer que a violação da igualdade jurídica está na raiz do Direito penal: o que há de comum em todo crime é a intenção da parte do réu de subtrair-se unilateralmente a observância geral do Direito, consequentemente, o que há de comum a toda pena é a tentativa de fazer voltar à simetria, não tanto à ordem real dos relacionamentos intersubjetivos (que o delito pode ter destruído irremediavelmente, como no caso do homicídio) mas a ordem de intenções, ou seja, aquela ordem na qual é pensável uma coexistência na liberdade (D'AGOSTINO, 2005, p. 22). Pode-se considerar, pois, a *pena*, não somente como um dever a ser cumprido pelo condenado, mas como um direito de oportunidade para ficar quites com a sociedade. Eis porque a atitude revolucionária, que procura uma exceção no tratamento jurídico do homem singular, mas busca uma substituição da inteira ordem jurídica no que diz respeito a todos os envolvidos, sai da atuação do Direito (do Direito penal em particular) e atém – justo ou errado que seja – unicamente à dimensão dialética da política – privilegiando, por exemplo, os "filhos do rei".

6. ALGUNS LIMITES SALUTARES DO DIREITO

Na análise fenomenológica é possível individualizar os limites do Direito: trata-se de uma estrutura frágil e fria: não dá a garantia coorporativa dos vínculos políticos nem o calor essencial dos relacionamentos sociais amigáveis. A consciência desses limites sempre levou à tentação de subordinar o Direito à moral e à política. Com Rousseau, ética e política chegam-se a confundir na vontade geral, parecendo resolver esses limites. Esse conceito quer simplesmente dizer que, uma vez que os indivíduos se emancipem e gerem contratualmente a sociedade a que pertencerão, segue-se que a voz de comando em todos os assuntos de interesse coletivo tem que ser a voz dos que integram o coletivo político – voz que não pode ser mais do que a expressão estrita e fiel do querer conjunto de todos os cidadãos (ROUSSEAU, 2011, p. 9).

Uma comunidade de homens livres, que se autodeterminam por si mesmos, sem necessidade de vínculos apriorísticos ou formas porque a vontade deles entra em acordo reciprocamente em virtude da solidariedade comum: isso se revela, quando perseguido radicalmente, algo que deforma a estrutura do Direito e revela tragicamente opressivo. Ao lado disso está a natural objeção da vontade de minorias sempre presentes invalidando uma pretensa "vontade geral". Na raiz do projeto de Rousseau, se põe um deslocamento da origem da liberdade que não é considerada coisa própria do indivíduo - não limite das formas gerais jurídicas, mas como totalmente coletiva: "lutar pelo Direito" significa lutar pelo reconhecimento que o homem é um ser livre e que a liberdade está em relação coexistencial a outros seres humanos livres, igualmente se não a um "todo" coletivo (D'AGOSTINO, 2005, p. 23).

Falar em uma comunidade de homens livres, que se autodeterminam por si mesmos parece utópico em uma sociedade na qual:

> ... aqueles que colheram a recompensa econômica dos mercados globais, da gestão de cadeias logísticas e do fluxo de capital passaram a contar cada vez menos com os companheiros cidadãos como produtores ou consu- midores. Suas perspectivas econômicas e sua identidade já não dependiam de co- munidades locais ou nacionais. À medida que os vitoriosos da globalização se afastavam dos derrotados, eles praticavam seu próprio tipo de distanciamento social. (SANDEL, 2020, p. 9).

7. CONCLUSÃO

A busca de um inimigo comum é própria de uma falsa "vontade geral" da qual se autoproclama arauto o governo fascista. A luta contra os moinhos de vento ou os "inimigos da nação", com as armas das fake News e do discurso de ódio, "torna possível ao homem a degradação ao sub-humano", o humano torna-se "bruto", *homo homini lúpus*. Como afirmado acima. não há equivalência axiológica, valorativa, entre o sub-humano e o super-humano. Não são alternativas de vida, mas uma escolha entre a vida e a morte. O Direito é considerado relacional exatamente porque fortalece os vínculos positivos entre as pessoas e freia a possibilidade que entre essas mesmas pessoas se instaure o ódio e a consequente destruição.

O primeiro princípio norteador do direito como problema teológico é a antecedência da verdade sobre o bem. Há, contudo, uma pretensão de comunicabilidade da verdade sem a qual o próprio conceito de verdade decai em relativismo e torna-se improdutivo usar esse termo. Faz parte dessa verdade estrutural do direito que os seres humanos se reconheçam reciprocamente iguais, livres, responsáveis, como agentes de boa-fé, na renúncia à violência, à fraude etc. O contrário dessa renúncia e, consequentemente do direito e da justiça, são, respectivamente, o discurso do ódio, como não recurso à violência como busca do poder e a prática contumaz das chamadas fake News, como ode à fraude.

Ademais, o próprio limite do Direito como uma estrutura frágil e fria, consiste em sua maior contribuição para a sociedade e sua operação digna de conceder ao Direito o título de atividade "pacificadora" – em sua contribuição para que o ser humano se eleve a ser-para-os-outros – consente de ir contra o adágio popular relativo a esta atividade humana, ou seja, "aos amigos, tudo, aos demais, a lei". A lei é para todos.

Embora D'Agostino tenha afirmado que o princípio de justiça não requer o nivelamento igualitário dos sujeitos, quando o nível de desigualdade torna-se extremamente desumanos, chega a ser um crime de lesa humanidade. Em uma sociedade propensa a ser condescendente com as leis do mercado, que supervaloriza o mérito quase como o único critério para se ter um lugar ao sol na sociedade, com condições dignas de existência, há que se ter um cuidado e uma proteção jurídica aos mais vulneráveis. Se não há um nivelamento igualitário, a lei e o exercício do Direito devem proteger mais o bem comum e o critério não deve ser o mérito.

E, último, mas não menos importante, quando se considera que não há justiça quando a liberdade de um ou de alguns inibe a liberdade dos demais, significa, talvez, que para que o homem não se torne lobo do homem, é necessário que haja uma busca no sentido de equacionar as leis mercadológicas em um tempo no qual o neoliberalismo de um projeto de globalização orientado pelo mercado se apresenta como alternativa, de tal forma perversa e hegemônica, que a outra imagem que surge é a da "raposa livre no galinheiro livre", outro adágio, antigo, lugar comum, déjà vu, chame-se como quiser, contudo, atualíssimo.

REFERÊNCIAS

D'AGOSTINO, Francesco. *Filosofia del diritto*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2005.

D'AGOSTINO, Francesco. *Il diritto come problema teologico ed altri saggi di filosofia e teologia del diritto*. Torino: G. Giappichelli Editore, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Porto Alegre: L&PM Editores, 2007.

SANDEL, Michael j. *A tirania do mérito*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020.

SANDEL, Michael j. *Justiça*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020.

RESISTÊNCIA E RECONHECIMENTO EM TORTO ARADO: RECONHECIMENTO, MEMÓRIA E PARRESÍA NA OBRA DE ITAMAR VIEIRA JR

Sofia Rocha A. Gontijo[1]

1. INTRODUÇÃO

Torto Arado é contado a partir da narrativa das duas irmãs Bibiana e Belonísia. Suas vidas de quilombolas, mulheres e trabalhadoras da fazenda Água Negra são ricas em cultura, em movimentos sociais em nome de seus direitos.

As duas irmãs são inseparáveis desde o início do livro, mas à medida que suas vidas seguem, cada uma segue seu caminho. No final do livro, a luta pelos seus direitos e a necessidade de se reconhecerem as faz se aproximarem.

A literatura mostra a realidade de maneira que reconhece-se em personagens fictícios nossas próprias angústias, medos, felicidades, esperanças e,principalmente, nossa cultura.

A subjetividade dos personagens, construída a partir da observação da realidade, toca e faz reconhecer-se, através da identificação com o outro, e por isso é possível debruçar-se a devorar páginas aprendendo sobre o mundo real.

No presente artigo, buscar-se-á compreender exatamente esta premissa: o reconhecimento de si, do outro e o resgate da memória como formação de identidade a partir da obra de Itamar Vieira Junior, o livro Torto Arado.

Em primeiro momento, buscar-se-á compreender a noção de reconhecimento de si e os simbolismos presentes nas culturas que formam as subjetividades de um ser social. É possível se ater,principalmente, à noção de interação com o outro, pois visa-se explicar como, através do reconhecimento de si, a possibilidade de mudança e rompimento de códigos racistas, machistas e de subalternidade puderam ser construídos na narrativa do livro.

Para tal, a noção de memória coletiva também será abordada, visto que o resgate a ela é fundamental para que haja autoconsciência, tanto da comunidade quanto do sujeito.

Através da análise da literatura, refletir-se-á sobre o reconhecimento identitário do sujeito social e como isso se deu no livro, possibilitando o ato de parresia praticado por Bibiana e o reconhecimento de si como quilombola, como mulher negra e sem terra.

2. IDENTIDADE COMO RECONHECIMENTO INTERSUBJETIVO

Os seres humanos devem sua identidade a uma experiência de reconhecimento intersubjetivo, sendo que suas características são formadas ao longo da vida a partir de atravessamentos sociais, culturais e, mesmo, físicos. As características que moldam um sujeito não são apenas individuais, mas intersubjetivas de maneira que obrigam a pessoa a assumir determinados papéis e posições na sociedade, sendo eles bons, ruins, árduos ou fáceis.

[1] Estudante de psicologia da PUC Minas e pesquisadora dos grupos de estudo de psicologia e arte, psicologia social e psicologia e família.

O reconhecimento da sua própria identidade, dessa maneira, é um posicionamento no mundo e, também, uma interlocução política com o outro; seja na interpretação dos simbolismos presentes na comunidade, que são internalizados a partir do momento que são reconhecidos, como forma de adaptação; ou mesmo no confronto aos vícios sociais estabelecidos.

A criança, desta maneira, aprende as normas generalizadas através da observação de pessoas reconhecidas ao seu entorno, como a mãe, o pai ou outros que sejam referência na sua vida, absorvendo e se apropriando dos simbolismos presentes no grupo. Ela interpreta, através da interação com os demais, as expectativas dos outros sobre si, possibilitando a compreensão de seu papel no funcionamento grupal.

É na interpretação de simbolismos que se dá a formação da consciência de si e, também, do outro. Ao reparar nos códigos e maneiras de agir dos demais sujeitos bem adaptados da comunidade, é esperado que a pessoa possa aderir a esse comportamento para que, também ela, se encaixe e faça parte. Um sujeito que pratique as atitudes normativas, advindas das normas generalizadas comunitárias, será alguém reconhecido e servirá de modelo para os demais. Assim, a interação é fundamental para a formação tanto da identidade quanto da consciência, à medida que ele assuma as atividades sociais do grupo ao qual ele pertence.

Na obra de Itamar Vieira Junior, Torto Arado, a infância das duas irmãs é permeada por aprendizados e observações de seu entorno e dos outros personagens. Cada um ali é construído de maneira que suas histórias e interlocuções afetem as vidas das meninas e suas personalidades.

A formação da consciência depende da existência de outro sujeito e só pode ser compreendida através da interlocução e da percepção sobre suas ações diante de um segundo sujeito, o que

> fez chegar a uma concepção subjetivista da autoconsciência humana: um sujeito só pode adquirir uma consciência de si mesmo na medida em que ele aprende a perceber sua própria ação em perspectiva, simbolicamente representada, de uma segunda pessoa (HONNETH, 2009 p 131)

O livro começa com a perda da fala de uma das protagonistas. Já nesse momento, a interação que podem gerar com o entorno se diverge e elas passam a ver o mundo cada uma à sua maneira, uma através da escuta e outra se prontificando para a fala. Por muito tempo da vida delas, as meninas se encontravam sujeitas ao modo de vida dos trabalhadores da fazenda, mas também imersas em um rico mundo de afetos e simbolismos que as construíam como meninas, como mulheres e como trabalhadoras. Nesse primeiro momento, sua autoconsciência está imersa nas normas generalizadas de subalternização que perpetua a família por gerações: por exemplo, cada vez que o pai ou a mãe baixava a cabeça para o fazendeiro branco, ou o deixavam levar sua colheita que preveniria a fome da família, o código se tornava claro: o comportamento colocava seu povo em um lugar e assegurava que este não era o mesmo lugar do homem branco.

A interlocução com os outros personagens, dessa maneira, proporciona uma identidade intersubjetiva e que se estabelece aos poucos, colaborando para quem elas se tornariam, ainda de maneira passiva e como resposta às normas do ambiente no qual se encontravam. Os códigos que elas aprendem são códigos racistas, são de subalternização e são machistas. Aprendem que não valem tanto quanto outras pessoas brancas e ricas e que não tem direitos sobre suas terras, sobre suas próprias vidas e posses. Suas consciências de identidade estão sustentadas pela passividade e apreensão do entorno.

Nos deparamos, diante do pensamento de Mead (1980), com duas dimensões da identidade: com o Me, identidade passiva, são incorporadas as normas do ambiente de maneira a expressar as ações generalizadas mas que é fundamental para a compreensão da subjetividade da autoconsciência.

O indivíduo só pode se conscientizar de si mesmo na posição de objeto, pois o self que entra em seu campo de visão quando ele reage a si mesmo é sempre parceiro da interação, percebido na perspectiva de seu defrontante (HONNETH, 2009 p 130)

O Me, portanto, só pode ser compreendido a partir da reação de um segundo sujeito e de sua interação com o grupo, respondendo a simbolismos e à maneira como o sujeito se adapta a eles e os incorpora em suas ações.

Essa é a primeira noção fundamental para a construção e reconhecimento de si. A segunda dimensão é de qualidade criativa: o Eu. Este existe a partir da existência do me, que força o sujeito a engajar-se nos interesses de seu eu, em busca de novas formas de reconhecimento social, ou seja, o me incorpora as normas sociais que o indivíduo incorpora a si mesmo, a fim de dar expressão social aos impulsos criativos do seu eu.

Daí, é possível para o sujeito a condição de autoafirmação de sua identidade, a partir da autoconsciência, mas também da ruptura social que o eu criativo pode, eventualmente, proporcionar.

É importante colocar que o eu não é uma evolução do me, mas sim é subsidiado por ele é uma ação reconstrutiva da da subjetividade e não se abstém dos simbolismos sociais e culturais. Sua manifestação está na problematização das ações que se tornam habituais devido ao funcionamento grupal e, sob a pressão de um problema, se manifesta de forma criativa e impulsiva.

Diante de uma crise, o sujeito é forçado a reelaborar sua interpretação da situação de maneira criativa e, para isso, a consciência de sua subjetividade se faz fundamental visto que " o comportamento social bem sucedido leva a um domínio em que a consciência de suas próprias atitudes auxilia no controle do comportamento de outros"(HONNETH,2009, p 128).

A autoconsciência, diante desse momento, está em saber o significado social de suas ações, e em saber o que o próprio gesto significa para o outro que o interpreta e o recebe. Honneth explica que Mead denomina esse movimento como gesto vocal, presente na interlocução:

> Através de seu gesto vocal, ele (o sujeito) é capaz ao mesmo tempo de desencadear em si mesmo a reação dele, visto que sua própria expressão é perceptível a ele próprio como um estímulo vindo de fora. (HONNETH,2009, p 129)

O gesto vocal, assim, seria a capacidade de gerar em si o significado que a sua ação tem para o outro e, a partir disso, abre-se para o sujeito a possibilidade de considerar-se um sujeito social. Esta é uma experiência de identidade ao reagir a si mesmo a partir do que se gera no outro: aquele que interage e que escuta.

O reconhecimento de si, dessa maneira, é dependente do reconhecimento do sujeito como sujeito social e também do outro. A subjetividade construída na interação é constitutiva da consciência de si e dos simbolismos que os cercam.

As meninas se constituíram como comunidade de Água Negra mas é apenas na metade do livro que se percebem como mulheres e como quilombolas. O reconhecimento da própria identidade se dá pelas vivências que cada uma passa, atravessadas por situações que as obrigam a refletir sobre si mesmas e sobre sua realidade.

Quando Belonísia vai morar com seu companheiro, pela primeira vez percebe o que é ser mulher, e todas as dificuldades que sua vida fora da casa de seus pais pode trazer. De maneira dolorosa ela conta:

> Sabia que, mesmo depois de muitos anos, carregaria comigo aquela vergonha por ter sido ingênua, por ter me deixado encantar por suas cortesias, lábia que não era diferente da de muitos homens que levavam mulheres da casa de seus pais para lhe servirem de escravas. Para depois infernizarem seus dias, baterem até tirar sangue ou a vida , deixando rastro de ódio em seus corpos (...) Para nos apresentarem ao inferno que pode ser a vida de uma mulher (VIEIRA JUNIOR, 2018, p.136)

A partir da necessidade de se fortalecer, ela toma consciência de si mesma para enfrentar sua história:

Falando de um gesto vocal, imagina-se que isso viria a partir da fala, mas a autoconscientização de Belonísia, que perdeu sua língua, é manifesta através de ações silenciosas e, ao mesmo tempo, muito ricas.

Quando Tobias, seu companheiro morre, ela se liberta do fardo de ser sua esposa, mas nunca mais volta a ser a mesma ou esquece de sua identidade atravessada por suas experiências. Por isso, quando se faz necessário, ela ajuda sua vizinha a se defender de seu marido abusador, reconhecendo não apenas ela mesma, Belonísia, como mulher, mas a outra também. O seu gesto só é possível porque ela reconhece a si mesma a partir de sua identidade e se auto afirma dessa maneira, se dispondo a reagir diante da dor de sua parceira identitária, sendo esta, também, sua própria dor.

As mulheres são tema central no livro e, ao longo da história, acompanhamos suas trajetórias fortes, mostrando como protagonizam a vida em Água Negra, a fazenda, e como suas vivências sustentam e norteiam a narrativa.

Não deixam, em nenhum momento, de estarem conscientes das expectativas comunitárias do ser mulher e não abrem mão de suas identidades e, ainda assim, não são simples personagens passivas: são identidades atuantes e criativas, se reconhecendo como tal e se unindo dessa maneira. É herança de Donana, que enterrou 3 maridos e seguiu sendo o centro de sua família e ponto de partida para as dimensões subjetivas que traçariam, como sulcos, as identidades de Belonísia e Bibiana, protagonistas da história, como é narrado no trecho: " A faca de Donana havia fendido nossa história, decepando a língua (...) mas unindo as irmãs nascidas do mesmo ventre, em tempos diferentes, pela vida até aquele instante" (VIEIRA JUNIOR, 2018, p. 52).

Mesmo Zeca Chapéu grande, homem e pai de família, não consegue escapar do feminino ao participar dos ritos pelos quais é responsável, usando trajes femininos.

3. MEMÓRIA E INTERSUBJETIVIDADE

É importante observar que o reconhecimento de si é indissociável do reconhecimento do outro, de maneira que as histórias dos personagens se constroem a partir dos encontros, das conversas e da subjetividade tecida através da interação entre eles, o que promove a construção dos simbolismos que os caracterizam.

Quando Bibiana conhece Severo e se permite questionar a vida na fazenda e se aquela vida realmente era justa, é o primeiro momento que toma consciência de quem ela é, de onde veio e quem é sua família. Embora todos ali o soubessem, estavam imersos na obrigação de cumprir com as expectativas numa lógica de subalternização a qual os homens brancos os obrigavam a permanecer.

Pela primeira vez no livro, aparece a palavra "quilombola" e aos leitores também é permitido dar mais um passo em direção à conscientização de quem são os personagens.

> Meu irmão vivia para cima e para baixo com Severo, entre um trabalho e outro, para ganhar atenção dos moradores. Não podemos mais viver assim. Temos direito à terra. Somos quilombolas (VIEIRA Jr, 2018, p 187)

O movimento de pensar sobre quem eles eram não termina aí, mas vai crescendo e ganhando cada vez mais vozes que endossam aquela narrativa.

O que Severo desencadeia ao falar de quem eles são ali, afirmando que eles são pretos, que são trabalhadores, quilombolas e sujeitos de direitos, dá para todos uma tímida dimensão de quem são.

> Queremos ser donos de nosso próprio trabalho, queremos decidir o que plantar e o que colher além de nossos quintais. Queremos cuidar da terra onde nascemos, da terra que cresceu com o trabalho de nossas famílias (VIEIRA Jr, 2018, p 187)

As pretensões do eu de Severo estão dispostas a mudar o entorno e romper com as normas generalizadas até então. Ele é uma voz que está disposta a mudar e enfrentar o passado, trazendo à tona a memória de seu povo e reivindicando seus direitos e seu espaço.

Enquanto Zeca Chapéu Grande, respeitado na comunidade, viveu, Severo acatou sua vontade de respeitar os donos da fazenda que tinham dado abrigo aos pretos que ali chegaram, quando precisaram. Questionar a vontade daquele homem, pilar da comunidade, seria um desrespeito a sua cultura, povo e família e por isso ele não o faz.

Com a morte de Chapéu Grande, pai de Bibiana e Belonísia, os discursos voltaram, cada vez mais intensos, incitando a comunidade a refletir sobre suas origens, sobre quem eram e porque estavam ali.

> Fez discursos sobre os direitos que tínhamos. Que nossos antepassados migraram para as terras de Agua Negra porque só restou aquela perigrinação ppermanete a muitos negros depois da abolição. Que havíamos trabalhado para os antigos fazendeiros sem nunca termos recebido nada, sem direito a uma casa decente, que não fosse de barro, e precisasse ser refeita a cada chuva (VIEIRA Jr, 2018, p 197)

O resgate da memória do povo preto, um processo iniciado por Severo e, mais tarde, por Bibiana, é um passo fundamental para a autoconsciência deles como um grupo e é o que lhes dá força para atuar no ambiente, ativamente incitando mudança e aspirando uma vida diferente, distante dos códigos de subalternidade aos quais estavam submetidos. Eles tinham direito à terra e estavam dispostos a reivindicá-lo pois ali estavam a gerações. Trabalhavam na terra: sem eles, ela não era nada.

O papel da memória e da apropriação dela é fundamental para que a luta continuasse e para que a comunidade tomasse consciência de seu lugar no mundo e sua subjetividade e, então, questionasse, ousasse romper com as normas sociais. O papel de Bibiana, nas escolas, era abrir os olhos das crianças para seu passado, apropriando-se das memórias, das vivências e das dores de gerações que passaram por aquelas terras e, assim, pudessem tomar nas mãos o futuro:

> [...] ensinava matemática, ciências e fazia as crianças se orgulharem de serem quilombolas. Que contava e recontava a história de Agua Negra e de antes, muito antes, dos garimpos, das lavouras de cana, dos castigos, dos sequestros de suas aldeias natais, da travessia pelo oceano de um continente para outro. As crianças ficavam atentas, não sabiam que havia uma história tão antiga por trás daquelas vidas esquecidas. Uma história triste, mas bonita. E passavam a entender por que ainda sofriam com preconceito no posto de saúde, no mercado ou nos cartórios da cidade. Onde lhes apontavam dizendo: 'olha o povo do mato' ou 'negrinhos da roça'. Compreendiam que tudo aquilo não havia terminado. Você incutiu naquelas vidas um respeito grande por suas histórias (VIEIRA Jr 2018, p 243)

As movimentações de resistência que ganhavam cada vez mais força na fazenda não passavam despercebidas ao novo dono da fazenda, Salomão, que percebia que aquilo era perigoso para seu poder e domínio sobre as terras. Por isso, da parte dele também algumas atitudes são tomadas: o uso do recurso do medo.

Quando Severo é assassinado a seis tiros no peito, um rio de sangue escorre pela terra e se ouve um grito: é Bibiana. A morte do líder do movimento não só deixa todos em Água Negra muito abalados como também traz o medo. A ameaça estava ali, pairando em meio ao luto que todos enfrentavam.

O assassinato de Severo serviu para lembrá-los que é perigoso sair do seu lugar e que a luta é dura; que há disputas de poder sangrentas. Quando o caso foi apurado, mentiram, deixaram que sua morte fosse esquecida e justificada como uma disputa de drogas que acontecia na região.

Mais uma vez, o confronto de se saber negro pesa sobre os personagens, em forma de desesperança.

4. O ATO DE PARRESIA EM TORTO ARADO

Quando, enfrentando o medo, as personagens se posicionam diante de sua comunidade, a posição que tomam é de coragem.

Depois de um tempo de luto, de dor e ressentimento, Bibiana pede que reúnam o pessoal da fazenda e se prontifica a assumir o papel que seu marido cumpria: ela toma para si a fala corajosa e irrompem de sua boca as palavras que tanto tentaram calar: ela fala de quem eles são, do que estão fazendo ali e qual a sua história: ela fala da verdade.

> Todos sabem o que Severo fez por Água Negra. Chegou aqui muito pequeno, fomos morar fora para arranjar a vida, porque aqui as coisas foram ficando difíceis. Mas tinha gosto e respeito por vocês. Tinha consciência da nossa história. Sabia o que nosso povo tinha sofrido antes de Água Negra. Desde muito tempo. Desde os dez mil escravos que o coronel Horácio de Matos usou para encontrar diamante e guerrear com seus inimigos. Quando deram a liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade? Não podíamos construir casa de alvenaria, não podíamos botar a roça que queríamos. Levavam o que podiam do nosso trabalho. Trabalhávamos de domingo a domingo sem receber um centavo. O tempo que sobrava era para cuidar de nossas roças, porque senão não comíamos. Era homem na roça do senhor e mulher e filhos na roça de casa, nos quintais, para não morrerem de fome. Os homens foram se esgotando, morrendo de exaustão, cheios de problemas de saúde quando ficaram velhos" (VIEIRA JR., 2019, p. 220)

O falar que parte de Bibiana é um falar sobre o seu lugar no mundo e é um falar ético, que não foge a luta: as consequências da possível morte não são suficientes para calarem as palavras de força que precisam sair e precisam ser ouvidas, mesmo que os fazendeiros daquele lugar queriam encobrir com mentiras ou dissimulações a vida daquela gente.

Sua voz, de início, sai temerosa, mas à medida que suas palavras confrontam os ouvidos daqueles que a rodeiam, ganham força pela imponência da verdade.

O perigo que sua fala encontra não é mais importante do que o ato de parresía que pratica, a busca de liberdade que promete que seu povo não irá desistir e, no corpo e na voz de Bibiana, ele resiste contra a herança de dor que carregam. Independentemente se o fazendeiro Salomão deseja escutar a verdade ou não, ela está posta, denunciando a vida penosa que as famílias vivem cotidianamente e confrontando a mentira das acusações de tráfico feitas contra Severo. E continua Bibiana:

> A mentira de que ele cuidava do plantio de maconha não ficará de pé. Nós sabemos quem planta", continua," Nós moramos na periferia da cidade, e lá os policiais usavam da mesma desculpa de drogas para entrar nas casas, matando o povo preto. Não precisa ser julgado nos tribunais, polícia tem licença para matar e dizer que foi troca de tiro. Nós sabíamos que não era troca de tiro. Que era extermínio. (VIEIRA JR., 2019, p. 221)

Para Lacan, a parresia possui valor ético e surge pelo lugar onde o locutor se encontra e o que ele precisa fazer para dizer a verdade abertamente; falando de si para o outro independentemente se aquele que escuta quer saber a verdade ou não (1971-1972).

Parresía significa dizer tudo, é uma fala franca e é ainda uma virtude e um dever daquele que exerce o poder político. Mas, na perspectiva foucaultiana, a parresía não é apenas o falar verídico, mas precisamente a subjetividade daquele que enuncia a verdade: há parresia quando o locutor se posiciona mesmo sob condições adversas a si mesmo, expondo-se ao perigo, sobretudo quando a adversidade é extrema, como, por exemplo, a enfrentar a própria morte.

Portanto, a ação corajosa que Bibiana pratica, ao falar abertamente sobre a história de seu povo e se colocar para a luta não se resume apenas aquele momento, mas é composto por toda a subjetividade que a permeia naquele momento, vinda da sua trajetória de vida.

A coragem e, portanto, o ato corajoso,não são construídos a partir da ausência ou supressão do medo e, sim, no enfrentamento deste, de maneira que agir é mais importante do que a inércia covarde.

Uma segunda dimensão da coragem que devemos nos atentar é que o ato corajoso deve estar em função do bem do outro e não só em benefício próprio (COMPTE-SPONVILLE, 1999). A coragem egoísta é apenas egoísmo: quando matam Severo, mesmo que haja risco, é um ato covarde e não de coragem.

Ao Bibiana tomar para si a tarefa de falar e praticar o ato de parresía, está levando a efeito um ato de coragem: está enfrentando o medo e se colocando a serviço do bem de todos os trabalhadores de Agua Negra: a parresía é um ato de alteridade (FOUCAULT, 1983).

5. CONCLUSÃO

A narrativa de Torto Arado, atravessada pelas irmãs Belonísia e Bibiana, se constrói em três partes: as duas primeiras narradas pelas duas irmãs, cada uma tecendo a história de acordo com sua subjetividade: a prática ação e intelecto de Bibiana e a ação espiritual e silenciosa de Belonísia. A terceira parte é narrada a partir de uma dimensão da memória do povo preto de Água Negra; compilando suas vivências, suas crenças e motivações.

Acompanhando o livro, como leitores e expectadores da história, não podemos deixar de perceber a dose de realidade presente nas vivências dos personagens, que possuem memórias da vida do povo preto, por mais que se trate de um romance. Mas é isto: a literatura espelha a realidade e nos faz refletir sobre a mesma, a partir de uma invenção dos fatos e do próprio sujeito.

Quando fala-se do autoreconhecimento das personagens, fala-se de toda uma cultura e por isso é essencial que a terceira parte do livro seja narrada pelo espírito: nos lembra que aquela história é mais real do que é possível perceber, a princípio.

No livro, é possível crescer com as meninas e, da mesma maneira que elas, descobre-se quem são e acompanhamo-las tomando consciência dos códigos e símbolos presentes na fazenda, no seu entorno e entre os familiares. Percebemos como elas aprendem através dos conflitos, através das expectativas que os outros têm delas e como se constroem a partir da intersubjetividade, adentrando na realidade que as cercam.

O encontro com Severo, para Bibiana, é um impulso para que ela tome consciência de si e resgate a memória de seu povo, de maneira a compreender seu papel no mundo, as subjetividades de ser mulher, de ser sem terra, de ser quilombola e preta. Esses atravessamentos, embora sempre presentes e tema de suas vidas, atuavam como o peso de uma existência miserável e dolorosa, obrigando-as a aceitar a posição subalterna de vítimas de racismo. No entanto, ao ser trazido para a consciência, através da percepção da memória, pode-se ver que a identidade se torna algo valioso e algo do qual as personagens passam a se orgulhar: serem quilombolas.

Aqui, vemos como o reconhecimento de si é fundamental para o sujeito. Por isso, o resgate da memória coletiva é tão importante para uma sociedade compreenda a própria dimensão cultural e subjetiva, de maneira que seus membros possam se fortalecer e se proteger.

Sem saberem a trajetória de seus antepassados, os personagens estão perdidos no tempo e presos a lógica de serviência da fazenda. De maneira elegante e coesa, assim como as personagens tomam consciência de quem são e se reconhecem a partir de seus companheiros, também o autor apresenta a história dos antepassados, como chegaram ali e como viviam.

A construção dos personagens, desde o início do livro até o final, quando observa-se o ato de parresía, só é possível pelo processo de reconhecimento de si; sendo a noção de parresía fundamental para a estrutura do cuidado de si e para a relação com o outro. Como apontado por Foucault, dizer a verdade é uma virtude essencial para formar tanto relações com nós mesmos quanto com o outro; numa dimensão de convivência política e interativa.

A compreensão dos códigos presentes na comunidade, assim como a consciência e auto afirmação de quem eles são, possibilita que haja movimentação e construção de uma nova narrativa e do rompimento de normas generalizadas e seus códigos racistas, machistas e opressores.

O resgate a memória atua de forma fundamental para que esse processo possa acontecer, visto que é a partir da percepção de quem eles são que os trabalhadores da fazenda, Bibiana, Severo e Belonísia, tem o impulso de mudança: o enfrentamento dos fazendeiros, da sua própria posição de inferioridade.

O ato de parresia é importante pois a interação com o outro é fundamental para que possa se construir a memória coletiva, a partir da verdade, e reconhecer-se como sujeito: sem a interlocução, as ações seriam apenas vazias e sem significado. Quem dá os significados às ações, aos objetos ou interações são aqueles que os constroem, que os compreendem e interagem, dando sentido à experiência do outro a partir da sua, pois esta é semelhante.

Quando Bibiana fala e expõe para todos os ouvintes a verdade sobre Severo, ela fala também de si própria e, ao falar de si, ela fala dos outros e os reconhece como iguais: o significado de sua fala é construído na interação que ela provoca com seus companheiros: reconhecimento de sua identidade:"... era quilombola. Escutou que ninguém nunca havia falado sobre quilombos naquela região." Mas nossa história de sofrimento e luta diz que nós somos quilombolas" (VIEIRA JR. 2018, p 256).

REFERÊNCIAS

COMPTE-SPONVILLE, André. **O pequeno tratado das grandes virtudes.** São Paulo, Editora Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O Governo de si e dos outros:** Curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2010.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais, São Paulo: Editora 34, 2009.

LACAN, J.. **Le savoir du psychanalyste,** 4 novembre 1971**.** 1971-1972. http://ferbos.jeanfrancois.free.fr/guppy/jff/seminaires/Le-savoir-du-psychanalyste-1971-1972.pdf

SQUVERER, Amos. **A castração e seus efeitos estilísticos: da** parresia foucaultiana a uma postura psicanalítica. Ágora (Rio de Janeiro) v. XVI n. 2 jul/dez 2013 313-323

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado.** São Paulo, Todavia, 1 ed. 2019.

SEÇÃO

SELETIVIDADE DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA, JUSTIÇA NA AMÉRICA LATINA E DEMOCRACIA

A AUTORIDADE DA COISA INTERPRETADA PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E SEUS REFLEXOS NO DIREITO INTERNO BRASILEIRO

Laís Barreto Caldeira[1]

1. INTRODUÇÃO

A atuação da mídia nos últimos anos tem facilitado o acompanhamento das consequências fáticas da atuação do Supremo Tribunal Federal no cotidiano da sociedade brasileira. É a partir das decisões tomadas pelos funcionários públicos mais bem pagos, na mais alta Corte do país, que a vida e o imaginário sociais são moldados ao longo dos anos.

Um claro exemplo de como o Supremo desde sempre moldou a realidade por meio do controle da "legalidade" é a forma como se comportou no período da ditadura militar (1964-1985). Assim como narra Felipe Recondo em seu livro "Tanques e Togas: o STF e a ditadura militar", Oswaldo Trigueiro, ministro do STF à época do governo do General Castelo Branco, conceituava a "mistura de Constituição democrática com atos excepcionais" do governo militar golpista como "legalidade revolucionária":

> A chamada "legalidade revolucionária" não se confundia com o estado de direito. O Supremo julgava seus processos tendo como premissas o direito e as leis vigentes. Os militares não haviam reformado o arcabouço legal que lhes permitisse atingir seus objetivos. Assim, o Supremo julgava de uma forma e o Executivo pensava de outra.
>
> **Não havia, portanto, oposição explícita do Supremo ao governo militar recém-empossado. Não havia nem sequer reação pública contra o golpe por parte dos ministros**. O STF não praticava o antigoverno [...]. As decisões da corte, da mesma maneira que as políticas do Executivo, faziam parte da missão do Estado de preservar a cidadania, as liberdades e a estrutura jurídica do país (RECONDO, 2018, p. 31, grifo nosso).

Da mesma forma que o STF não se opôs ao governo militar, nem às atrocidades por ele cometidas, a sociedade brasileira seguiu a posição de, mesmo depois de terminado o período ditatorial e com a Lei de Anistia (Lei nº 6.689/79)[2], não reagir às violações e aos excessos cometidos pelo Estado. Como bem descrito por Heloísa Starling:

> A sociedade brasileira ainda não está disposta a exigir conhecer alguns dos fatos que formam a incômoda memória sobre a ditadura. Na maior parte das vezes, as operações da memória ocorridas a partir do início de 1979, o ano da aprovação da Anistia, optaram por construir uma simplificação narrativa, mas de impacto eficaz, que vem funcionando em duas direções: numa ponta, estabelece a ruptura entre o passado recente e o presente; na outra, produz esquecimento (STARLING, 2015, p. 2).

[1] Aluna graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pesquisadora do Programa de Iniciação Científica (PROBIC), orientada pelo Prof. Dr. Ricardo Guerra Vasconcelos.

[2] O inteiro teor da Lei de Anistia pode ser consultado no site oficial do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em 19 nov. 2019.

A Lei de Anistia foi sancionada pelo então Presidente da República João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979. Promulgada logo após o período mais duro da repressão instaurada durante a ditadura militar, essa lei beneficiou não apenas os diversos presos e exilados políticos que supostamente cometeram crimes contra o regime, mas também conferiu auto-anistia aos militares e "agentes de governo" que foram identificados e acusados de cometer crimes de violações de direitos humanos.

Revogado o AI-5 e instaurada a auto-anistia, assim como continuou fazendo o STF (que julgou em 2010 pela manutenção dos efeitos da lei de 1979[3]), "a sociedade brasileira estava disposta a fazer acrobacias políticas para repudiar a ditadura e queria muito acreditar na ideia de que suas opções pela democracia tinham fundas e autênticas raízes históricas" (STARLING, 2015, p. 4).

Desde 1985 com o fim do governo militar e com a promulgação da Constituição de 1988, que tinha a missão de encerrar a ditadura e o compromisso de assentar as bases para a afirmação da Democracia no país, a sociedade brasileira ainda não se mostra disposta a conhecer (ou exigir conhecimento sobre) os fatos que realmente se desenrolaram no período ditatorial; nem quais mecanismos legais foram colocados em prática para garantir a suspensão de direitos; ou muito menos quais dessas práticas jurídicas ainda estão em uso na tradição judiciária brasileira (STARLING, 2015, p. 2).

Por isso, nesse trabalho tentaremos explicar, mesmo que de forma breve, como se dá, nos dias atuais, a interação entre a aplicação das previsões internacionais e a aplicação estipulada pelo Supremo Tribunal Federal – e como elas não estão ligadas ao "advento" da nova Constituição democrática.

2. O PAPEL DA OEA NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA

Ao pensarmos no sistema global de integração entre os Estados-soberanos – substantivado pela ONU – pensamos na promoção da paz mundial e na defesa de direitos humanos. Porém, temos, em uma esfera muito mais próxima, um sistema regional que protege de forma muito eficaz nossos direitos humanos e fundamentais e que, além disso, pretende promover a paz, o consenso e o respeito, via construção de uma democracia eficaz e inclusiva.

Quando consideramos que a Organização dos Estados Americanos (OEA) é uma organização interestatal presente no continente americano desde 1889 (apesar de só ter sido formalizada em 1948), é muito relevante pensar que, por sua proximidade fática (no sentido territorial) aos países que a integram, ela seja um grande instrumento de construção e consolidação de discussões e resoluções para tratar de temas que afetem a região.

Contudo, apesar de seu intuito de promoção da democracia e da autodeterminação dos povos, no séc. XX, a América Latina viveu imersa em séries de governos autodeclarados, pautados na violência, na supressão de liberdades, no silenciar de vozes e no esvaziamento do espaço público (popular) de debate e representação, que levou aos conhecidos regimes ditatoriais de exceção; sem que houvesse um posicionamento efetivo da OEA em contraposição a essas práticas.

Quando se percebe a mudança na postura da Organização ao longo dos anos para se reestruturar no cenário internacional no sentido de se reafirmar como defensora e construtora da democracia como elemento essencial a todo o continente, percebe-se que a OEA luta constantemente para, além de permanecer relevante diante das grandes ondas conservadoras que reiteradamente ameaçam as instituições democráticas (especialmente nos países latino-americanos), comprovar sua eficiência na proteção e promoção democrática no continente.

Todavia, apesar de, algumas vezes, encontrar dificuldades para se afirmar como instituição relevante e eficiente, a OEA é, em primeiro lugar, uma organização coerente. Partimos da hipótese de que muitos desses problemas se dão pelo fato de a OEA ser verdadeiramente uma instituição democrática, que prima pela construção conjunta de debates e entendimentos e por isso, às vezes

[3] A notícia a respeito do julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal pode ser encontrada em http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515. Acesso em 10 out 2019.

tem sua atuação fática tardia. Ainda nesse sentido, é importante destacar a fundamental discrepância entre o que a OEA promove e o que tenta combater: o diálogo inclusivo versus o autoritarismo egocentrista e reacionário.

Assim sendo, pretendemos verificar se, a partir de exemplos latino-americanos de superação das crises do Estado Moderno – centralizado no Estado-Nação – a partir da adoção do modelo constitucional plurinacional, embasado na construção democrática de respeito e inclusão de todas as identificações culturais e étnicas presentes dentro de um mesmo território soberano, tal qual demonstram as Constituições boliviana e equatoriana, que percebemos a real efetividade da atuação paciente (a longo prazo) da OEA.

O papel da OEA na edificação de uma discussão consensual, com participação multinacional, sem ferir o princípio da soberania de cada um desses Estados e sem que qualquer um deles tenha a prerrogativa de sobrepor sua vontade e/ou entendimento sobre outro, fortalece o ideário do que seria uma sociedade democrática participativa, autodeterminada, inclusiva e popular e, a falta de conhecimento (mesmo no círculo jurídico) sobre a atuação da Organização é um desserviço para a emancipação latino- americana das teorias colonizadoras da Europa e dos Estados-Unidos.

Sendo assim, é importante dar enfoque aos espaços de debate em que os países (geralmente subjugados e tratados como de "terceiro mundo") sejam atores principais, tendo voz ativa e igualitária, no intuito de fortalecer o protagonismo da América Latina na criação de seu próprio conhecimento, advindo de sua própria experiência e na elaboração de suas próprias teorias emancipatórias, ao invés de manter o sistema de dominação repetitiva pela aplicação de teorias estrangeiras (pensadas para funcionar em realidades estranhas às nossas), para conseguir construir, se possível em conjunto, um sistema adaptado à nossa vivência; e não à experiência de quem nos colonizou.

3. A ATUAÇÃO BRASILEIRA NA ELABORAÇÃO DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS

Em primeiro lugar é preciso relembrar, de forma cronológica, o contexto histórico que antecedeu a elaboração da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) – Pacto de São José da Costa Rica –, que cria, além da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

No cenário interno, em 1964 o governo eleito pelo povo brasileiro foi destituído por uma junta civil-militar, configurando o Golpe Militar que instaurou uma ditadura em nosso país até 1985.

Dentre todos os aspectos autoritários da ditatura de 64-85, uma de suas características mais marcantes foi a alteração realizada à "Constituição" promulgada em 1967. Com a publicação do Ato Institucional nº5 (AI-5) e posteriormente da Emenda de 69, a Constituição anteriormente promulgada pelo próprio governo ditatorial foi drasticamente alterada, de forma a suspender garantias básicas outrora impassíveis de suspensão (como por exemplo o habeas corpus), em tempos que, posteriormente viriam a ser conhecidos como os Anos de Chumbo (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Sendo assim, ao mesmo tempo em que internamente cometia as maiores arbitrariedades e violações a direitos humanos e fundamentais da história da República, no cenário internacional, paradoxalmente, o governo brasileiro participava da construção da Convenção Americana sobre Direitos Humanos[4], que consolidou os direitos à vida, à integridade pessoal, à garantia judicial, à proteção da honra e da dignidade, à circulação e às liberdades de consciência, pensamento, expressão e associação, aspectos ampla e violentamente reprimidos pelo governo mediante a ação de seus agentes.

[4] As atas e documentos elaborados como resultados das Conferências para a elaboração da Convenção Americana sobre Direitos Humanos podem ser conferidos no site oficial da Organização dos Estados Americanos. Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/mandato/Basicos/actas-conferencia- interamericana-Derechos-Humanos-1969.pdf Acesso em: 29 ago. 2019.

Ou seja, para o governo do Brasil, desde o começo, o Pacto já não foi construído para ser respeitado. Provavelmente por esse motivo não se prestou a assinar a Convenção que ajudou a elaborar[5].

A Convenção expressamente prevê em seu artigo 27[6] a não autorização da suspensão dos direitos básicos de dignidade e vida por ela estabelecido, mas, em detrimento disso, o Estado brasileiro, à época, fazia exatamente o contrário.

Uma forte característica da prática jurídica construída no período do regime militar brasileiro foi a distinta preocupação, no momento de elaboração das novas normas internas, em fazê-las de modo que fossem capazes de sustentar medidas arbitrárias e opressivas advindas do poder Executivo, traduzindo, portanto, a importância que campo jurídico assumiu nas relações de dominação política.

Por isso mesmo, a atenção deflagrada à construção de um novo aparato legal e da institucionalização do regime militar não pode ser tratada como elemento secundário. Nesse contexto, o funcionamento do Judiciário e do Parlamento durante o período ditatorial – ainda que sob constante e rígida vigilância do Executivo – não representou mera formalidade, mas foi o que impediu que o Estado brasileiro mergulhasse de fato em um regime de total suspensão de direitos (BARBOSA; PAIXÃO, 2008, p. 1).

Os atos institucionais eram manifestações de um poder constituinte "revolucionário", mas que se apresentavam, a cada novo Ato Institucional, como verdadeiras manifestações de poder constituinte originário, que possuíam autoridade suficiente para superar obstáculos Constitucionalmente impostos: quase todos os atos publicados previam expressamente cláusulas de auto-imunização, que os afastavam de apreciação judicial, portanto, passando por cima do princípio de inafastabilidade da prestação jurisdicional, previsto desde a Constituição de 1946 e mantido nas Constituições do próprio regime (as de 1967 e 1969). Com bem explicitam Barbosa e Paixão:

> Da mesma forma, as Cartas de 1967 e de 69 preocuparam-se em aprovar e excluir de apreciação judicial os "atos do Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964". Além dos atos praticados diretamente pelo "poder revolucionário", as Cartas autoritárias ratificaram e excluíram da apreciação judicial: a) atos praticados pelo governo federal com base nos Atos Institucionais e Complementares (art. 173, I da Carta de 1967 e art. nº 181, I da Carta de 69); b) resoluções das Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores que cassaram mandatos eletivos ou declararam o impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos e Vereadores, com fundamento nos Atos institucionais; c) atos de natureza legislativa, expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares; d) e até mesmo a correção monetária que incidiu até 27 de outubro de 1965 sobre vencimento, ajuda de custo e subsídios de componentes de qualquer dos Poderes da República em decorrência da desvalorização da moeda e elevação do custo de vida. (BARBOSA; PAIXÃO, 2008, p. 3).

---

[5] Assim como pode ser verificado no site oficial da Organização dos Estados Americanos, o Brasil não foi um dos países que assinou o Pacto no dia em que foi firmado e só aderiu a ele em 1992. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif..htm Acesso em: 29 ago. 2019.

[6] **Artigo 27 da CADH: (1)** Em caso de guerra, de perigo público, ou de outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado Parte, este poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitados às exigências da situação, suspendam as obrigações contraídas em virtude desta Convenção, desde que tais disposições não sejam incompatíveis com as demais obrigações que lhe impõe o Direito Internacional e não encerrem discriminação alguma fundada em motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião ou origem social. **(2)** A disposição precedente não autoriza a suspensão dos direitos determinados seguintes artigos: 3 (Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica); 4 (Direito à vida); 5 (Direito à integridade pessoal); 6 (Proibição da escravidão e servidão); 9 (Princípio da legalidade e da retroatividade); 12 (Liberdade de consciência e de religião); 17 (Proteção da família); 18 (Direito ao nome); 19 (Direitos da criança); 20 (Direito à nacionalidade) e 23 (Direitos políticos), nem das garantias indispensáveis para a proteção de tais direitos. **(3)** Todo Estado Parte que fizer uso do direito de suspensão deverá informar imediatamente os outros Estados Partes na presente Convenção, por intermédio do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, das disposições cuja aplicação haja suspendido, dos motivos determinantes da suspensão e da data em que haja dado por terminada tal suspensão.

A preocupação em relação ao tamanho da extensão de atuação do Judiciário transcorreu por todo o período militar, apesar de ter sido mantido em funcionamento. Assim como as determinações que restringiram os direitos do "cidadão-comum", várias medidas foram colocadas em vigor para atingir a independência dos magistrados, como, por exemplo, suspensão de garantias de vitaliciedade e estabilidade, pois a continuação do exercício do Poder Judiciário representava um possível poder concorrente. A impossibilidade de o Judiciário atuar sem que restrições, nos termos do Ato Institucional nº 2, tem ligação com a concepção constitucionalmente estabelecida de que o poder revolucionário jamais poderia ser passível de censura, na medida em que manifestaria "o interesse e a vontade da Nação" (BARBOSA; PAIXÃO, 2008, p. 2).

Segundo essa lógica, ao contrário do que se pode imaginar acerca do período ditatorial militar no Brasil, ele não foi de puro autoritarismo. Havia um entendimento entre as demais instituições de poder e o Executivo: existia um uso seletivo do direito, principalmente por parte do Judiciário. As leis estavam postas, mas os juízes nem sempre escolhiam por aplicá-las.

A presença de uma comissão de brasileiros (representantes do governo militar que cometia violações de direitos contra civis) nos encontros internacionais pela elaboração da Convenção Americana sobre Direitos Humanos demonstra como a situação interna era conflitante: havia um contexto de *suposta* legalidade (já que ora as normas eram cumpridas, ora eram ignoradas, ora eram feitas segundo o devido processo legal, ora eram simplesmente impostas por um poder incompetente para legislar) que mascarava, para todos os efeitos, os abusos e as violências perpetrados pelo Estado contra seus cidadãos.

Assim, até os dias de hoje, o Pacto de São José da Costa Rica não foi assinado pelo Estado brasileiro. Contudo, em 1992 (quatro anos após a promulgação da "Constituição Cidadã") aderiu à Convenção. Já em 1998 reconheceu a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e declarou:

> O Governo da República Federativa do Brasil declara que reconhece, por tempo indeterminado, como obrigatória e de pleno direito a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em todos os casos relacionados com a interpretação ou aplicação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em conformidade com o artigo 62, sob reserva de reciprocidade e para fatos posteriores a esta declaração[7].

A despeito de tal declaração, não é perceptível a atuação judiciária em acordo com a interpretação da Corte "em todos os casos relacionados com a interpretação ou aplicação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em conformidade com o artigo 62".

4. A APLICAÇÃO DO PACTO NOS DIAS ATUAIS

Em uma percepção atual, mesmo após a redemocratização do país, com a incorporação de muitos dos direitos humanos estabelecidos pelo Pacto de São José pela Constituição de 1988 como fundamentais, ainda há desrespeito às normas previstas internacionalmente. A situação social de desigualdade, de crescente concentração de renda e de desemprego em alta[8] fazem com que direitos básicos à vida, dignidade, moradia e educação sejam completamente desconsiderados e desrespeitados no convívio cotidiano do cidadão brasileiro.

Apesar de entender que as raízes dos problemas contemporâneos da nossa sociedade são passíveis de análises muito mais profundas e complexas que as que teremos tempo de elaborar neste estudo, entendemos que todas elas são reflexo de anos de falta de educação de base, pouco

[7] As datas citadas e a declaração emitida pelo Governo brasileiro estão disponíveis no site oficial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif..htm . Acesso em: 09 nov. 2021.

[8] Os dados foram apurados pela Fundação Getúlio Vargas e podem ser facilmente compreendidas na matéria realizada pela Rádio Brasil Atual. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/06/desigualdade-aumenta-com-queda-de-quase-40- na-renda-da-metade-mais-pobre-da-populacao/ Acesso em: 08 nov. 2021.

investimento em cultura e educação política. Nessa mesma perspectiva, percebe-se que a postura dos membros do Supremo Tribunal Federal mantém o padrão histórico brasileiro de uso da função pública para manutenção da hegemonia de um determinado grupo no poder: a "nobreza togada" (ALMEIDA, 2010) é o reflexo da elite brasileira que tem acesso à educação plena e completa, sem fazer a distinção entre os âmbitos público e privado, em detrimento das classes sociais menos abastadas (SOUZA, 2019). Ainda, no que diz respeito ao Supremo Tribunal Federal, seus membros atuam deliberadamente em desrespeito ao dever constitucional com o qual foram incumbidos.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo o caput do artigo 102, "compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente a guarda da Constituição"; bem como, nos termos do parágrafo 2º do referido artigo:

> As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Ainda, segundo a "Constituição Cidadã", os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria qualificada, serão equivalentes às emendas constitucionais, nos termos do parágrafo 3º de seu artigo 5º.

Mesmo tendo o dever de guardar a Constituição e garantir que ela seja plenamente realizada no ordenamento jurídico, o STF muito faz por subverter sua normatividade.

Pensando no contexto atual, segundo o método de interpretação das normas do Direito Brasileiro empregado pelos juristas dos tribunais nacionais, é possível verificar que a prática interpretativa dominante é a que se afasta do Constitucionalismo Clássico dos anos 50 do séc. XX, em que o culto literal da norma deixava pouco (quase nenhum) espaço para a subjetividade interpretativa do juiz. O Neoconstitucionalismo surge, portanto, com o advento da Constituição de 1988, um "novo constitucionalismo", interpretado a partir de um texto normativo com caráter mais social e democrático, com recomendações morais de efeito vinculante às regras (BALDISSERA, 2016).

Muito pautado nos conceitos de Alexy, o estudo do Direito no Brasil entende os princípios constitucionais principalmente como valores, uma vez que ambos exprimiriam uma exigibilidade de critérios de aplicação e a possibilidade de *colisão* e *ponderação*. Ainda para o autor, a diferença existente entre o valor e o princípio está no "ser" (princípio axiológico) e no "dever ser" (princípio deontológico), respectivamente (ALEXY, 2002). Nesse giro, é possível perceber como "valores são preferências individuais ou intersubjetivamente compartilhadas entre os membros de uma comunidade ou cultura" (ALMEIDA apud SPATES, 2008, p. 503) e porque escolher um critério de valoração em detrimento do outro, de forma a hierarquizar qual valor é mais importante em uma sociedade plural é um ato arbitrário da autoridade que o profere (ALMEIDA, 2008).

Portanto, traduz-se esse comportamento nos dizeres do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, acerca do papel que se atribui ao juiz nesse novo e equivocado modelo de apreciação de normas:

> Quanto ao papel do juiz, já não lhe caberá apenas uma função de conhecimento técnico, voltado para revelar a solução contida no enunciado normativo. O intérprete torna-se coparticipante do processo de criação do Direito, completando o trabalho do legislador, ao fazer valorações de sentido para as cláusulas abertas e ao realizar escolhas entre soluções possíveis (BARROSO, 2006, pp. 22-26).

A partir das novas diretrizes interpretativas surge o pressuposto duvidoso de que o magistrado agora teria a faculdade e o dever de, em suas decisões, fundamentar-se nos princípios sintetizados na Constituição a partir de suas concepções éticas e morais e não somente em regras pré-estabelecidas, com o objetivo de "fazer justiça ao caso concreto". (BALDISSERA, 2016)

Ou seja, ao colocar a normatividade constitucional sob a consciência subjetiva da pessoa que julga retira-se o caráter cogente da norma.

Verifica-se, porém, em outros ordenamentos jurídicos, a transição do pensamento interpretativo principiológico nacionalista para uma interpretação que vê os princípios como normas imperativas. Nesses cenários, os princípios são tratados como "leis" e, por isso, são insuscetíveis de ponderação, sendo mais que meras recomendações, em respeito a uma orientação mais internacionalista da leitura dos direitos fundamentais constitucionalmente previstos.

Tendo em mente que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece a característica vinculante *erga omnes* não só das sentenças proferidas pela Corte Internacional de Direitos Humanos, mas também da matéria por ela interpretada, entendemos que, apesar de o Brasil reconhecer a competência da Corte IDH desde 1998, até hoje não faz valer, na aplicação do direito em âmbito interno, o diploma internacional que escolheu integrar.

Assim sendo, nos termos enunciados pela Convenção:

> Artigo 62
>
> Todo Estado Parte pode, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação desta Convenção ou de adesão a ela, ou em qualquer momento posterior, declarar que reconhece como obrigatória, de pleno direito e sem convenção especial, a competência da Corte em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação desta Convenção.
>
> A declaração pode ser feita incondicionalmente, ou sob condição de reciprocidade, por prazo determinado ou para casos específicos. Deverá ser apresentada ao Secretário-Geral da Organização, que encaminhará cópias da mesma aos outros Estados membros da Organização e ao Secretário da Corte.
>
> A Corte tem competência para conhecer de qualquer caso relativo à interpretação e aplicação das disposições desta Convenção que lhe seja submetido, desde que os Estados Partes no caso tenham reconhecido ou reconheçam a referida competência, seja por declaração especial, como prevêem os incisos anteriores, seja por convenção especial (grifo nosso).

Dessa disposição extrai-se o instituto da "*coisa interpretada*" e é a partir dele que podemos começar a discutir sua autoridade, assim como usualmente é feito com a "coisa julgada". Em um panorama hermenêutico, seria a partir dessa interpretação elaborada em última instância, após discussões em múltiplas instâncias e sob diversas percepções teóricas, que se constroem entendimentos e aplicações prioritariamente democráticos.

Consideramos que é de suma importância entender o que, em tese, justifica a atuação contraditória dos tribunais, tendo em vista que, no momento de reconhecimento da competência da Corte IDH, o governo brasileiro estabeleceu a seguinte formulação:

> O Governo da República Federativa do Brasil declara que reconhece, por tempo indeterminado, como obrigatória e de pleno direito a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em todos os casos relacionados com a interpretação ou aplicação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em conformidade com o artigo 62, sob reserva de reciprocidade e para fatos posteriores a esta declaração[9].

A resistência dos tribunais brasileiros, principalmente nos âmbitos superiores, em aplicar as regras da Corte supranacional pode acabar por enfraquecer, consequentemente, não só a autoridade da Corte Interamericana como um todo, mas também desmerecer a constitucionalidade do Pacto de São José da Costa Rica (integrado à Constituição de 1988 como equivalente a emenda constitucional). Quando o Supremo Tribunal Federal escolhe relativizar as regras da Corte ao escolher quais delas quer seguir e quais quer ignorar, relativiza também os próprios direitos hu-

[9] Trecho extraído do site oficial da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif..htm. Acesso em 26 out. 2021.

manos que o diploma internacional visa garantir, deixando-os vazios de sentido, à mercê de uma "principiologização" dos direitos na adequação do Direito positivado face ao "caso concreto".

Exemplo disso são os casos que chegaram à jurisdição da Corte, em razão do desleixo das autoridades e do judiciário brasileiros em atuar e julgá-los segundo as disposições do Pacto. Em todos os casos relacionados ao Brasil julgados pela Corte, o Estado brasileiro sofreu sanções aplicadas pela Corte IDH (Favela Nova Brasília *vs*. Brasil[10]; Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil[11]; Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil[12]).

5. CONCLUSÃO

Necessidade de menção à aplicação subsidiária dos tratados e convenções internacionais, inclusive em relação à realização do controle de convencionalidade, pois deve ser feito prioritariamente no âmbito interno.

Interpretação, aplicação e entendimento jurisdicional *pro homini* – apesar de o entendimento do STF (via julgamento de RE) determinar que convenções e tratados não aprovados por 3/5 em votação de ambas as casas do Congresso tem força apenas supralegal, há de se ressaltar que tratam de **matéria** constitucional.

A breve análise comparativa dos contextos históricos interno e externo da atuação do Estado brasileiro, especialmente por volta dos anos 1967 a 1969, em relação às tratativas de elaboração de um marco decisivo na história dos Direitos Humanos, principalmente na América Latina, demonstra a incoerência do Estado brasileiro; incoerência esta que se perpetua atualmente.

O fato de, já em 2010, sob as normas de uma Constituição que incorpora um rol tão extenso de direitos e garantias fundamentais[13], o Supremo Tribunal Federal decidir em julgamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153[14]) pela validade da Lei de Anistia mostra como os membros do STF ainda acreditam viver sob a "legalidade revolucionária", que permite que escolham se querem ou não aplicar as normas a determinado caso – normas estas que deveriam ser cogentes.

A decisão de não conceder revisão à Lei de Anistia e de manter seus efeitos válidos, garante a impossibilidade de processar e punir penalmente os agentes de Estado que praticaram crimes de tortura, assassinato e desaparecimentos forçados contra civis (crimes de lesa-humanidade) é proferida em clara violação das disposições da Constituição pátria e do Pacto de São José da Costa Rica, com especial desrespeito ao artigo 62 da Convenção, em relação ao caráter vinculativo das decisões e interpretações dadas pela Corte.

A conivência entre as esferas de Poder nacionais e os acordos políticos entre elas não podem ser mais importantes que a vigência e a aplicação de tratados internacionais, especialmente quando eles têm por objetivo garantir a defesa incondicional dos indivíduos contra o *imperium* do próprio Estado que os deveria proteger.

---

[10] A sentença proferida pela Corte no caso *Favela Nova Brasília vs. Brasil* pode ser consultada, em português, em seu inteiro teor no site do Itamaraty: http://www.itamaraty.gov.br/images/Banco_de_imagens/SENTENCIA_FAVELA_NOVA_PORTUGUE Sfinal.pdf. Acesso em 14 jun 2019.

[11] A sentença proferida pela Corte no caso *Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil* pode ser consultada, em português, em seu inteiro teor no site do Itamaraty: http://www.itamaraty.gov.br/images/Banco_de_imagens/Sentenca_Fazenda_Brasil_Verde.pdf. Acesso em: 14 jun 2019.

[12] A sentença proferida pela Corte no caso *Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil* pode ser consultada, em português, em seu inteiro teor no site do Itamaraty: http://www.itamaraty.gov.br/images/2018/Sentencia_Xucuru.pdf. Acesso em 15 jun 2019.

[13] Art. 5º da CRFB/88, caput: *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade,* à *igualdade,* à *segurança e* à *propriedade, nos termos seguintes* [...].

[14] O inteiro teor da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal pode ser encontrado em http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf. Acesso em 13 nov. 2021.

As regras de direito não são auto-aplicáveis. Para que os comandos normativos sejam executados, segundo a cultura jurídica atual, é preciso que haja atuação do juiz em processo hermenêutico. Por isso, ao invés de aplicar as normas já previstas na Constituição ou de fazer valer os tratados internacionais de direitos humanos, ou, no caso específico desta análise, a obrigatoriedade da aplicação da *coisa interpretada* pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em todos os casos relacionados com a interpretação ou aplicação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o juiz tem, mesmo em desconformidade com o devido processo legal, a prerrogativa de continuar violando direitos, assim como escolhia fazer à época da ditadura militar.

Entendemos, portanto, que, para que se forme um parâmetro de unidade e coerência dentro do próprio sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e para que a Corte IDH seja efetiva, é necessária a real aplicação da interpretação vinculativa dada pela Corte, que abarque também os juízes na aplicação do direito interno, em acordo com o *rule of law* internacional, de forma a homogeneizar a garantia e o respeito aos direitos humanos e fundamentais na região da América Latina.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. **A nobreza togada:** as elites jurídicas e a política da Justiça no Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: doi:10.11606/T.8.2010.tde-08102010-143600. Acesso em: 14 set. 2021.

BALDISSERA, Rafaela dos Reis. **Neoconstitucionalismo:** sua interpretação teórica, moral e jurisprudencial. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIX, n. 150, jul 2016.

Disponível em:

http://ambito- juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17479. Acesso em: 23 out. 2021.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **História constitucional brasileira:** mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

BARBOSA, Leonardo de Andrade; PAIXÃO, Cristiano. A memória do direito na ditadura militar: a cláusula de exclusão da apreciação judicial observada como um paradoxo. In: **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica** – RIHJ. Belo Horizonte, ano 1, n. 6, jan./dez. 2008.

BARROSO, Luís Roberto. **A Nova Interpretação Constitucional**. São Paulo: Renovar, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, [...]. Brasília, DF: Planalto, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02 set. 2021.

COSTA, Marcelo Cacinotti. **A hermenêutica filosófica como condição de possibilidade para o resgate do "DNA" do direito nas decisões judiciais**. 2013. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e0be0edcb00cc770 Acesso em: 11 nov. 2021.

FERREIRA, Francisco Felipe Ximenes. **Evolução Histórica Das Constituições Brasileiras**. Março de 2018. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/64629/evolucao- historica-das-constituicoes-brasileiras. Acesso em: 08 out. 2021.

MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer. **Eficacia de la sentencia interamericana y la cosa juzgada internacional:** vinculación directa hacia las partes (res judicata) e indirecta hacia los Estados Parte de la Convención Americana (res interpretata)(Sobre el cumplimiento del Caso Gelman Vs. Uruguay). In: Estudios Constitucionales, Año 11, Nº 2, 2013, p. 641 – 694.

MONTI, Laura Campolina. **O estado de exceção e o supremo**

soberano: Contribuições agambenianas para uma análise do posicionamento do Supremo Tribunal Federal quanto a tratados de direitos humanos. Belo Horizonte: 2018.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RECONDO, Felipe. **Tanques e togas:** o STF e a ditadura militar. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil, uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Silêncios da Ditadura. In: **Revista Maracanan**. Rio de Janeiro: n.12, Julho 2015, p. 37-46.

VASCONCELOS, Ricardo Guerra. **A Natureza Definitiva Das Sentenças Proferidas Pela Corte Interamericana De Direitos Humanos**. Belo Horizonte: 2014. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_VasconcelosRGd_1.pdf Acesso em 10 set. 2021.

A SELETIVIDADE DAS AGÊNCIAS DE CONTROLE NA REPRESSÃO AO CONSUMO DE DROGAS ILÍCITAS NO BRASIL

Glaison Lima Rodrigues[1]

Renato Almeida Feitosa[2]

1. INTRODUÇÃO

As agências de controle formais são responsáveis pela persecução criminal, em busca da materialização das diretrizes legais que selecionam condutas reputadas como penalmente relevantes por supostamente comprometerem a ordem social, enquanto normas proibitivas que legitimam a sanção penal.

A noção de bem jurídico a ser protegido pelo Direito Penal deve observar, com extremo rigor, os princípios que são próprios deste ramo do ordenamento jurídico, a exemplo da intervenção mínima (ou *ultima ratio*), da fragmentariedade e da subsidiariedade, que, por fim, visam limitar o poder de punir do Estado.

Desde a criminalização primária, com a seleção de condutas passíveis de sancionamento penal, à criminalização secundária, promovida pelas agências formais de controle social, o que se verifica é a expansão sem critérios do direito penal em esferas da vida social que deveriam restar adstritas aos âmbitos administrativo e cível, em clara manifestação reacionária e simbólica da repressão de condutas. Este fenômeno ocorre sob pretexto da prevenção geral negativa, por intermédio da ameaça da pena, quando o que ocorre é a tentativa de supressão da lacuna material deixada pelo Estado noutros setores da vida, quando omisso ou ineficaz no cumprimento dos seus deveres constitucionais.

Neste prisma, o presente estudo alcança duas dimensões sobre a problemática das drogas no Brasil: i. o abandono da questão enquanto matéria de saúde pública e ii. a *construção do imaginário do usuário de entorpecentes - ou daquele que porta substâncias sem fins de tráfico - visto como inimigo da sociedade*, enquanto reflexo dos influxos do neoliberalismo no controle penal, na política criminal e na formação da cultura do delinquente (sendo-lhe imputado o lugar de violência (dele e contra ele) a partir da ótica da sociedade neoliberal), intimamente ligado à criminalização da pobreza.

---

[1] Doutorando e Mestre em Direito Público, com ênfase em Direito Penal pela PUC-Minas. Especialista em Ciências Criminais pela UNICAM. Especialista em Direito Público pela UNISEB. Graduado em Direito pela PUC-Minas. Professor da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais. Foi professor de Graduação da PUC-Minas e de Cursos Preparatórios para Concursos Públicos. Professor e articulista do portal jurídico Bebendo Direito. Professor da pós-graduação em Segurança Pública do IEJUR. Servidor Público de Minas Gerais. Coautor do livro 'Lei de Abuso de Autoridade: uma análise sob a ótica de agentes públicos e advogados'. Autor do livro 'A teoria da imputação objetiva e sua aplicação pela polícia judiciária'. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3098777923618594. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

[2] Doutorando em Direito Público, com ênfase em Direito Penal pela PUC-Minas. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direito Tributário pelo IBET. Professor da Faculdade Damas de Instrução Cristã. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3318648766245975. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Este, portanto, é o escopo no qual se conforma o objeto deste artigo, analisando o exercício seletivo desempenhado pelas agências formais de controle social, incidindo sobre usuários e dependentes químicos de drogas ilícitas, além de promover críticas à criminalização da posse de drogas para consumo pessoal, conduta prevista como infração penal, reconhecida como despenalizada e descaracterizada, mas que gera a mácula dos antecedentes criminais e suas consequências deletérias.

O trabalho das agências oficiais de controle repressivo a incidir sobre usuários de drogas resta oneroso e despiciendo, já que o problema de saúde pública tem sido tratado como uma questão penal, restando ao usuário a pecha formal de criminoso que em nada contribui para uma discussão séria sobre as alternativas de solução ou abrandamento do problema.

Assim, pretende-se trabalhar o tema da seletividade penal com supedâneo nas bases teóricas da criminologia, trazendo à baila discussões sobre as criminalizações primária e secundária, as atividades discriminatórias exercidas pelas agências formais de controle social em atuação sobre usuários e dependentes de drogas e as consequências relativas aos antecedentes criminais dos infratores.

Ademais, pretende-se refletir sobre o problema de saúde pública que representa o consumo de entorpecentes, sem descurar da discussão promovida pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento do Recurso Extraordinário 635.659, ainda inconclusivo, que versa sobre a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal.

2. O DILEMA DAS DROGAS ILÍCITAS NO BRASIL: DA REPRESSÃO À DESCRIMINALIZAÇÃO

A legislação brasileira sobre drogas foi profundamente modificada no ano de 2006 com a entrada em vigor da Lei nº 11.343/06, que além de ter instituído o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, definindo crimes e respectivas penas.

A par das discussões sobre a política antidrogas no Brasil, caracterizada por uma importação cega da suposta guerra às drogas, cujo protagonismo norte-americano beira à desconfiança em relação aos seus propósitos, a lei brasileira trouxe uma avanço em relação ao trato dos usuários e dependentes de drogas ilícitas.

A lei anterior (Lei nº 6.368/76) previa no art. 16 como crime a conduta consistente em adquirir, guardar, trazer consigo, para o uso próprio, substância entorpecente ou que determinasse dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, sendo cominada pena de detenção de 6 meses a 2 anos, além do pagamento de multa.

Agora, conforme dispõe o art. 28[3] da novel legislação, a mesma conduta praticada impede, por completo, qualquer possibilidade de aplicação da pena privativa de liberdade, conferindo um caráter descarcerizador à ação, não obstante remanesçam eventuais antecedentes na ficha criminal do usuário.

Mas o que se questiona são os motivos da repressão ao consumo de entorpecentes, qual a efetiva afronta ao bem jurídico tutelado, ou melhor, qual o bem jurídico que a norma visa proteger, além de refletir sobre o princípio da lesividade, característico do direito penal e, porque não, sobre a ideia de descriminalização do consumo de drogas.

2.1. O bem jurídico tutelado pela norma penal na repressão ao porte de drogas para consumo pessoal

[3] Prevê o art. 28 da Lei nº 11.343/06 que é crime adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, prevendo como penas a advertência sobre os efeitos das drogas; a prestação de serviços à comunidade; e a medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, submetendo-se às mesmas medidas quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

Apurar o bem jurídico protegido pela norma penal é de fundamental importância para que se possa aferir as justificativas de existência do próprio tipo penal, sob pena de relegar ao direito penal, marcado pela exceção, uma função que pode ou deve ser atribuída a outros ramos do ordenamento jurídico.

Cláudio Brandão (2019), ao tratar do bem jurídico, afirma que ele tem "uma função teleológica, isto é, uma função que visa esclarecer a finalidade da lei penal" (BRANDÃO, 2019, p. 49), ressaltando que o bem jurídico representa o conteúdo material do crime, ou seja, um valor protegido pelo direito penal.

O crime de porte de drogas para consumo pessoal tem como bem jurídico tutelado a saúde pública, tratando-se de infração penal de perigo abstrato que, flagrantemente, materializa a expansão do direito penal (SILVA SÁNCHEZ, 2001) via tutela antecipatória que faz questionar sobre qual saúde pública se está visando proteger com a apenação do usuário ou dependente de drogas.

Ademais, embora pairem sérios questionamentos sobre a afronta ao bem jurídico tutelado em decorrência da existência, em si, do crime de porte ou posse de drogas para consumo pessoal, a tipicidade material da infração resta comprometida diante do princípio da insignificância, não obstante o posicionamento das cortes superiores rechaçando a possibilidade de se considerar a conduta uma infração bagatelar, reiterando argumentos de que o porte ou posse representaria uma característica do próprio tipo penal, o que, em tese, seria um impedimento à insignificância da conduta.

Como lembra Salo de Carvalho (1996), "Além das violações no plano material e constitucional, a definição do crime como de perigo abstrato impede que se sustente a tese da atipicidade e a consequente descriminalização judicial do porte de ínfima quantidade de estupefacientes" (CARVALHO, 1996, p. 49-50).

Resta evidenciado que a tutela do bem jurídico decorrente da posse ou do porte de drogas para consumo pessoal não encontra um suporte seguro que justifique a tipificação penal, seja pela dificuldade de se encontrar um valor digno de proteção por parte do direito penal àquele que, no máximo, estaria albergado pela autolesão, situação que atrai o princípio da ofensividade; seja em razão do princípio da insignificância alusiva à conduta em si, que pretere a tipicidade material da infração e torna injustificada a incidência do direito penal, cujo problema de saúde pública não se confunde com a tutela do bem jurídico relativo à saúde pública nos estritos limites formais e materiais que amparam a existência de um crime.

2.2. A descriminalização do uso de drogas: manutenção de um tabu que fomenta o tráfico e a violência

Há muito se tem falado sobre a 'guerra às drogas', termo que subjaz uma carga beligerante e repressiva e que indica o tipo de política criminal adotada pelos Estados no combate (outra acepção belicosa) ao tráfico e consumo de drogas ilícitas.

No que tange à repressão e prevenção ao consumo de entorpecentes, embora a guinada descarcerizadora operada no ano de 2006 com a novel legislação, é evidenciado que o porte ou a posse de drogas para consumo pessoal figuram como um tabu ínsito à famigerada 'guerra às drogas', mantendo o usuário na condição de criminoso, credenciando-lhe antecedentes por sua conduta que, não raras vezes, se revelam como um problema de saúde pública cuja trato é completamente destoante dos fins atribuídos ao direito penal.

Percebe-se que a importação da máxima intitulada 'guerra às drogas', com suas consequências deletérias, resulta na subsunção de uma política norte-americana que se intenta globalizada, que foi acoplada à realidade do Brasil sem qualquer tipo de filtro, resultando em manutenção de um tabu sobre as drogas, cujo efeito evidencia o fomento ao tráfico e à violência, afinal, a forma como é feita a repressão tem um invariável efeito reverso, com majoração da procura dos entorpecentes e

consequentemente dos preços, resultando numa criminalidade disseminada em circuito que urge ser repensada.

Zaffaroni e Ílison (2020), ao remeterem o engodo da guerra às drogas e ao postulado da defesa nacional, destacam que:

A proibição dos tóxicos é a nova alquimia, pois ao reduzir a oferta e manter uma demanda rígida ou crescente, provoca-se uma mais valia astronômica do serviço de distribuição que, lançado em uma sociedade altamente desigual, oferece um exército de partícipes para esse comércio e uma boa porcentagem de presos em condições geradoras da reprodução da violência. (ZAFFARONI; ÍLISON, 2020, p. 128).

A Lei nº 11.343/06 promoveu a descarcerização do porte de drogas para consumo pessoal, o que representou um inegável avanço sobre as políticas públicas objetivadas pelo Estado no trato com os usuários e dependentes de drogas, mas é assente que a tímida medida não enfrenta o um problema que, reitere-se, é alheio ao direito penal e apenas tem servido de esteio para discursos punitivistas e populistas que não enfrentam os fundamentos reais envoltos na questão, servindo tão somente para tangenciar temas que arrastam votos para o próximo pleito eleitoral.

O tabu da criminalização do consumo de drogas mantém-se a serviço de uma convincente propaganda antidrogas que, ao revés, tem se mostrado ineficaz em um desserviço que tão somente fomenta o tráfico e a violência desenfreada vista a olho nu em países periféricos.

2.3. O STF e porte de drogas para consumo: solução inacabada para um grave problema de saúde pública que apenas reconhece o fracasso da 'guerra às drogas'

Tramita no Supremo Tribunal Federal desde o ano de 2011 o Recurso Extraordinário nº 635.659, no qual se discute a constitucionalidade da criminalização, ou não, do porte de drogas para consumo pessoal.

Dos três ministros que já apresentaram seus votos, o relator, Min. Gilmar Mendes, foi favorável à declaração de inconstitucionalidade do art. 28 da Lei de Drogas, votando pela descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal. O Min. Roberto Barroso também deu provimento ao recurso, mas discutiu sobre o tipo de droga que estaria abrangido pela descriminalização, atendo-se à maconha e estabelecendo quantidade limite para que seja considerado usuário, sem preterir a avaliação do caso concreto. Já o Min. Edson Fachin acompanhou os ministros votantes, atendo-se à maconha como droga descriminalizada para o porte do usuário.

Pelos votos já proferidos, ainda que os ministros divirjam quanto à extensão dos efeitos de cada uma das decisões, há um reconhecimento, ainda que tácito, de que o uso de drogas é um problema de saúde pública e que a vetusta e midiática 'guerra às drogas' é política fracassada que não colabora com a solução do problema.

Não à toa, Zaffaroni e Ílison (2020) denunciam o engodo da 'guerra às drogas' aduzindo, de forma contundente, que "A persecução internacional a esse tráfico, a cargo de agências estrangeiras que operam em quase toda a região, parece não querer erradicá-lo, mas limitar-se a uma função análoga à de um conselho regulador do preço internacional do tóxico" (ZAFFARONI; ÍLISON, 2020, p. 129).

É assente, portanto, que o combate às drogas não perpassa pela repressão ao usuário, cuja guerra, se eventualmente existir, ele trava consigo mesmo, não servindo de pressuposto inseri-lo no cerne da repressão ao tráfico como bode expiatório de uma política entregue ao mercado internacional e marcada por interesses escusos. Afinal, em termos de drogas ilegais, o que se vende não é, necessariamente, a mercadoria, mas sim o risco de sua proibição.

3. A ESTIGMATIZAÇÃO PROMOVIDA PELAS AGÊNCIAS OFICIAIS DE CONTROLE SOCIAL SOBRE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS

As agências oficiais de controle social, responsáveis pela criminalização primária e secundária, realizam a estigmatização de usuários e dependentes de drogas ilícitas ao formularem políticas que invariavelmente se voltam à segurança pública e reduzem o âmbito de incidência que figura como cerne do problema, voltado à saúde pública.

O princípio da lesividade, de observância obrigatória no âmbito penal, é preterido ao tratar dos usuário ou dependentes de drogas ilícitas, reservando-se às agências centrais de controle social a promoção da seletividade penal cujos esforços envidados afastam a essência da ofensividade e prestam um desserviço ao focar em fatos que não irão colaborar com a pretensa solução dos problemas.

Nesse sentido, usuários e dependentes de drogas ilícitas são marcados com a pecha de criminosos, ainda que não sejam levados ao cárcere por força da lei, sendo registrados seus antecedentes criminais que passam a constar em bancos de dados judiciais que tendem a acompanhar seu detentor, seja para efeitos de reincidência, seja para os de maus antecedentes.

3.1. A criminalização primária e secundária em papéis centrais na seletividade penal de usuários e dependentes de drogas

O processo de eleição dos indivíduos ou grupos que serão alvo da ação repressiva do Estado decorre com a busca de reconhecimento do criminoso. A fixação de critérios ou reconhecimento de padrões aparentes de associação de um sujeito ao crime são afetos à perspectiva teórica do *labelling approach* e acabam traçando linhas genéricas de definição de quem seria um criminoso (BARATTA, 2004).

Segundo BARATTA (2004), o questionamento em torno da natureza do sujeito e do objeto na definição de comportamentos criminosos orientou a busca dos teóricos do *labelling approach* no sentido de construir, por um lado, a identidade criminosa, também estabelecendo as linhas da criminalidade secundária, ou seja, os efeitos decorrentes da aplicação da tarja de criminoso a determinado sujeito ou grupo. Mas, também, a de desenvolver a constituição do criminoso enquanto qualidade que se atribuiria a um dado comportamento ou qualidade do sujeito.

Essa dinâmica do *labeling approach* desvela o problema de quem irá reconhecer o outro como criminoso. Os parâmetros estabelecidos, como visto, não se vinculam ao sujeito apenas, mas àqueles tipos penais que a ele são predominantemente afetos. Neste contexto, BARATTA (2004) expõe a problemática do poder atribuído àqueles que estabelecem essas taxações, quais sejam, as agências formais de controle que elegem como prioridade à defesa - simbólica - da sociedade os crimes de natureza patrimonial e o tráfico de entorpecentes. Para ilustrar a questão, ***40,96%*** da população carcerária estava cumprindo pena privativa de liberdade pela prática de ***crimes de natureza patrimonial*** e ***29,91%*** estava cumprindo pena pela prática de ato relacionado a ***drogas ilícitas*** (situações vinculadas às leis 6.368/1976 e 11.343/2006)[4]. Nos Boletins 2017 a 2021 da Fundação Casa a média observada do total de jovens internados pela prática de tráfico de entorpecentes variou numa crescente de 43,95% chegando a mais de 50% do contingente de internos[5].

No que concerne à criminalização primária, o Poder Legislativo avalia, em tese, os pressupostos mínimos que justificam a incidência do direito penal sobre determinada conduta, devendo valer-se, ao menos é o que se espera, dos princípios que regem este ramo excepcional do direito, com destaque para a proteção a um bem jurídico cujo valor se extrai como sendo de fundamental importância para a vida em sociedade. Resta ao Poder Executivo sancionar ou vetar as escolhas de desvios eleitas pelos parlamentares como dignas de proteção pelo direito penal.

Já a criminalização secundária é promovida pelas agências formais de controle social, representando a ação punitiva por parte do Estado visando, concretamente, efetivar as disposições

[4] Em dados levantados pelo Departamento Penitenciário Nacional, com apuração do período de julho a dezembro de 2020, . Disponível em https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen. Acesso em 15 de nov. de 2021.

[5] Dados da Fundação Casa. Disponível em https://www.fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/boletins/. Acesso em 15 de nov. de 2021.

legais selecionando, dentro do espectro de condutas proibidas, aquelas possíveis de serem objetos de persecução penal.

Sobre o tema, com clareza destaca Cláudio Brandão (2018):

O programa de condutas declaradas como dignas de uma pena criminal pelas agências legislativa e executiva (criminalização primária) é uma plataforma de penalização tão vasta e complexa que se torna irrealizável em sua inteireza. Assim, as agências de controle do sistema penal selecionam os clientes do sistema, através de uma escolha (criminalização secundária), que tende a ser direcionada àqueles que não apresentam capacidade reativa. Nessa dicotomia, que se traduz em atos de poder, a criminalização secundária exerce uma pressão sobre a criação de modelos de criminosos e estereótipos de clientes do sistema penal. (BRANDÃO, 2018)

Ademais, o fetiche pela norma penal e pelas instituições oficiais como solução para as relações sociais conflituosas apenas evidencia a falha em se creditar simplista solução a tão complexo tema, já alertado por Carvalho (2009) ao salientar que "A visão liberal dos direitos humanos, ao reduzir o conceito à esfera meramente formal (legal), provoca a fetichização das instituições, pressupondo o conjunto normativo como hábil instrumento de proteção" (CARVALHO, 2009, tradução nossa).

Relevante observar, ainda, que a seletividade penal é flagrantemente direcionada às condutas praticadas pelos desbastados, preterindo ou mitigando condutas de afortunados que revela o tratamento distinto, como bem lembra Juarez Cirino (2012):

(...) condutas criminosas próprias dos segmentos sociais hegemônicos, que vitimizam o conjunto da sociedade ou amplos setores da população, são diferenciadas ao nível da criminalização primária (tipos legais) ou da criminalização secundária (repressão penal): no nível da criminalização primária, ou não são definidas pelo legislador como crimes, ou são definidas de modo impreciso e vago, ou as penas cominadas são irrisórias; no nível da criminalização secundária, portanto, ou frustram a repressão penal, ou a natureza das penas cominadas transforma essas práticas criminosas em investimentos lucrativos. (SANTOS, 2012, p. 12).

Verifica-se, pois, que os poderes envolvidos na escolha dos tipos penais considerados como relevantes para proteção pela lei penal têm exercido papel fundamental na estigmatização de usuários e dependentes de drogas ilícitas, mantendo uma política criminal que se espelha em modelos de combate e de 'guerra às drogas' em detrimento da necessária e profunda reflexão que o tema exige, especialmente pelo viés voltado à saúde pública.

3.2. Os antecedentes criminais resultantes do crime de porte de drogas para consumo pessoal: uma mácula da segregação do sistema penal

A condenação decorrente do porte de drogas para consumo pessoal não resulta em pena privativa de liberdade, tratando-se de conduta que o STF considera infração criminal despenalizada[6], não obstante seja mais adequado considerar que houve descarcerização.

De todo modo, é assente que não houve a descriminalização da conduta. Por esta razão, usuários e dependentes de drogas ilícitas estão sujeitos ao famigerado registro de antecedentes criminais, tachados de criminosos e cujas consequências, além da pecha de delinquentes, é a geração de reincidência[7] e de maus antecedentes.

A reincidência, no caso de crime, é uma circunstância agravante que incide quando o agente comete novo crime depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior. No caso de porte ou posse de drogas para consumo pessoal, que tem como penas a advertência sobre os efeitos das drogas, a prestação de serviços à comunidade

[6] O STF decidiu no RE 430105/2007 que houve despenalização da conduta. Porém, a pena privativa de liberdade é que não mais existe para este tipo de conduta, subsistindo, porém, outras espécies de pena.

[7] A 5ª e a 6ª Turmas do STJ têm o entendimento consolidado de que, mesmo sendo considerado um crime, a condenação pelo art. 28 da Lei de Drogas não configura reincidência para outros crimes. Servirá, tão somente, para fins de reincidência específica (STJ - 5ª Turma - HC 453.437/SP; 6ª Turma - HC 1672654/SP - ambos do ano de 2018).

ou mesmo a medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, a dosimetria da sanção penal pode levar em conta, portanto, a existência ou não de reincidência.

Embora a reincidência esteja adstrita ao prazo de 5 anos, contados da data de cumprimento ou de extinção da pena, a sua não incidência não impede que o agente permaneça com maus antecedentes[8] (que figuram como um dos elementos da pena base) aferidos pelas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal. Situação que assume flagrante caráter de perpetuidade das consequências de uma pena, em afronta direta à Constituição Federal.

A situação incide sobre aquele que porta ou está na posse de drogas para consumo pessoal. Caso seja condenado, não obstante jamais incida no risco de ser privado da liberdade, carregará a mácula dos antecedentes criminais, seja para fins de reincidência, seja para fins de maus antecedentes, figurando como criminoso para todos os efeitos, restando selecionado pelo sistema penal como portador da mancha criminal e seus deletérios reflexos nas mais diversas relações sociais.

3.3. A construção do usuário inimigo no imaginário social

A famigerada política de 'guerra às drogas' associada aos interesses corporativos e à atuação midiática, cuja essência está distante do verdadeiro enfrentamento ao real problema que os entorpecentes ilícitos causam, resultam na criação do usuário-inimigo no imaginário social, sujeito ao opróbrio e à marginalização.

A discussão franca e fundamentada sobre os usuários de entorpecentes e a questão de saúde pública que está envolta no tema é relegada a segundo plano, cedendo espaço para uma política baseada na repressão, na criminalização da conduta e na geração de antecedentes criminais que se eternizam na ficha criminal do usuário. Como ressaltam ALEIXO e PEREIRA (2015), "a real função do sistema penal não é de combate ao crime, mas a construção seletiva da criminalidade" (ALEIXO; PEREIRA, 2015).

O inimigo construído pelo direito penal é encampado na figura dos usuários e dependentes de entorpecentes, especialmente se pertencerem às classes mais desfavorecidas, restando entregues à própria sorte em franco abandono estatal e social, maculados pelos registros criminais que inviabilizam a retomada da própria dignidade.

Esta seletividade penal fica bem evidenciada nas palavras de Vera Andrade (2012), ao se insurgir, de certa forma, contra o discurso oficial:

Ora, se a conduta criminal é majoritária e ubíqua e a clientela do sistema penal é composta, regularmente e em todos os lugares do mundo, por homens adultos jovens, pertencentes ao mais baixos estratos sociais e em grande medida não brancos, isto significa que a impunidade e a criminalização (e também a vitimação) são orientadas pela seleção desigual de pessoas, de acordo com uma fortíssima estereotipia presente no senso comum e nos operadores do controle penal, e não pela incriminação igualitária de condutas, como programa o discurso jurídico-penal. (ANDRADE, 2012, p. 138).

Ao tratar do *labeling approach*, Brandão (2018) rememora sobre aquele que é classificado pelo grupo como desviante, rotulado como marginal e tido por transgressor, sendo que o domínio de um grupo sobre o outro é fundamental para gerar o etiquetamento.

Desta feita, toda a trama desenvolvida em torno do usuário-inimigo parece referendar o desvio estigmatizante produzido pelas agências oficiais de controle social, rotulando pessoas sob justificativas pouco ou nada convincentes, satisfazendo interesses escusos e valendo-se de táticas persuasivas para conduzir a população a formar coro pela marca de inimigo atribuída ao usuário ou dependente de drogas ilícitas fechado-se para um problema cuja solução encontra-se distante das propostas anunciadas.

---

[8] Conforme destaca Bitencourt (2018), "(...) sob o império de uma nova ordem constitucional, e 'constitucionalizando o Direito Penal', somente podem ser valoradas como 'maus antecedentes' decisões condenatórias irrecorríveis." (BITENCOURT, 2018, p. 1222).

4. CONCLUSÃO

As agências formais de controle social possuem papel fundamental na construção da seletividade no direito penal, figurando como protagonistas na eleição de infrações que concretamente serão objetos da repressão criminal, materializando a criminalização penal secundária.

Nesse contexto, a repressão ao consumo de drogas ilícitas faz parte da política criminal que desloca um problema de saúde pública para o rol de proteção do excepcional e fragmentário direito penal, havendo claras dúvidas sobre o bem jurídico que se busca tutelar com a criminalização da conduta consistente no porte ou na posse de drogas para consumo pessoal.

A enunciada guerra às drogas tem se mostrado uma política obtusa cujos propósitos em muito se afastam das diretrizes preconizadas, com reflexos diretos na repressão aos usuários e dependentes de drogas ilícitas e na criação do estigma de criminoso, especialmente aos desafortunados, cujo fomento conta com apoio diuturno da grande mídia.

O porte ou a posse de drogas para consumo pessoal e seus reflexos penais precisam ser seriamente discutidos, existindo uma tendência do próprio Supremo Tribunal Federal em descriminalizar a conduta, talvez em reconhecimento do fracasso da guerra às drogas, alicerçado pelo viés de saúde pública que circunda ou mesmo prepondera sobre a questão.

Em decorrência da existência do tipo penal e da seletividade exercida pelas agências formais de controle social, usuários e dependentes de drogas ainda têm sido reprimidos penalmente e passam a ser portadores de antecedentes criminais. Quando condenados, ficam marcados como inimigos sociais em uma guerra na qual entram desarmados e viram alvos do tráfico e do próprio Estado, com reflexos diretos na sociedade, urgindo que sejam repensados os sistemas de políticas criminal, dissociando a atuação das agências de controle do viés da criminalização secundária e ressignificando o desvalor sobre determinadas condutas.

Nesse sentido, sem qualquer pretensão de esgotar o complexo, instigante e multidisciplinar tema proposto, é perceptível que a política criminal desenvolvida pelo Estado Brasileiro, seja na criminalização primária, promovida pela atividade legiferante, seja pela secundária, capitaneada pelas agências formais de controle social, tem resultado em equívocos ao tratar do usuário ou dependente de drogas como criminosos, contribuindo para a estigmatização e elevando um problema de saúde pública à proteção penal que, a nosso sentir, em nada colabora para a busca de alternativas que solucionem ou minimizem a situação existente.

5. BIBLIOGRAFIA

ALEIXO, Klélia Canabrava; PEREIRA, Henrique Viana. Para além das ambivalências: por uma política criminal desencarceradora. **Revista Duc In Altum Cadernos de Direito**, Recife, v. 7, nº 13, 2015. Disponível em: https://revistas.faculdadedamas.edu.br/index.php/cihjur/article/view/21/21. Acesso em: 06 out. 2021.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia:** o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012. (Pensamento Criminológico; 19), 1. reimpressão, 2014.

BARATTA, Alessandro. **Criminología crítica y crítica del derecho penal:** introdución a la sociología jurídico penal. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BRANDÃO, Cláudio. **Teoria Jurídica do Crime.** Coleção: Ciência Criminal Contemporânea – vol. 1. Coordenação: Cláudio Brandão. Belo Horizonte: Ed. D'Plácido, 2019.

_____. As teorias norte-americanas do consenso e do conflito vistas pelas lentes da sociedade latino-americana: a criminalidade na sociedade periférica e os modelos teóricos pro-

duzidos pela modernidade central. **Caderno De Relações Internacionais**, Recife, v. 9, nº 16, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22293/2179-1376.v9i16.696. Acesso em: 05 out. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). **RE 635659**. Tema 506 – Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal. Relator: Min. Gilmar Mendes. Brasília. STF, [2021]. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4034145&numeroProcesso=635659&classeProcesso=RE&numeroTema=506#. Acesso em: 04 out. 2021.

CARVALHO, Salo de. Criminología, garantismo y teoría crítica de los derechos humanos: ensayo sobre el ejercicio de los poderes punitivos. **Novum Jus**, Colômbia, v. 3, nº 1, 2009. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/213559497.pdf. Acesso em: 04 out. 2021.

_____. **A política criminal de drogas no Brasil** (do discurso oficial às razões da descriminalização). 1996. 365f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106430. Acesso em 06 de out. 2021.

FUNDAÇÃO CASA. **Boletim estatístico**. Disponível em https://www.fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/boletins/. Acesso em 21 nov. 2021.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal** – Parte Geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **La expansión del derecho penal:** aspectos de la política criminal e las sociedades posindustriales. 2 ed., rev. e ampl. Madrid: Civitas, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; SANTOS, Ílison Dias dos. **A nova crítica criminológica:** criminologia em tempos de totalitarismo financeiro. Tradução de Rodrigo Murad do Prado. 1. ed. São Paulo: Tirant to Blanch, 2020.

AS FRAGILIDADES DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NA BUSCA DA DEMOCRATICIDADE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL NO ESTADO DE DIREITO

Clarissa Dias Alvarenga[1]

Laís Barreto Caldeira[2]

1. INTRODUÇÃO

Quando se pensa na disposição constitucional de que "todo o poder emana do *povo*", em democracia, no Estado de Direito e nos *loci* público e popular, geralmente, associa-se a conceitos como participação *popular*, soberania nacional, constitucionalismo, sistema representativo, população e outros correlatos.

Segundo o dicionário, público é aquilo "que pertence a todo o povo" e popular é o que é "do povo ou relacionado a ele". Porém, pouco esforço é empreendido em conhecer a carga de violência histórica que esses termos parecem assimilar, e, mais ainda, quais são as repercussões e os reflexos de seus usos descuidados na construção e na aplicação do sistema jurídico, enquanto a polissemia aqui identificada acarreta sérios desafios sociológicos, tais quais os já abordados por Giorgio Agamben, e jurídico-doutrinários, como explicita o professor Rosemiro Pereira Leal.

Sendo assim, tendo em vista a exigência da referência ao povo, como instância de legitimidade do direito no constitucionalismo moderno, a adoção da democracia representativa é suficiente a que se alcance a democraticidade jurídica no paradigma jurídico- constitucional do Estado Democrático de Direito?

Parte-se da premissa de que a forma de Estado que "importamos" dos Estados Unidos da América contém, desde seu momento genético, algumas especificidades bastante desconhecidas pela maioria das pessoas, inclusive por alguns estudiosos do Direito (GARGARELLA, 2005). Assim, é preciso questionar para quem é feita a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e quem de fato é tutelado quando da efetivação fática das normas constitucionais.

A pesquisa, que busca uma ruptura com a linguagem do direito dogmático[3] para explicitar como a reprodução da violência se oculta na utilização indemarcada de expressões como povo, público, civil e cidadão, a partir de uma análise alinhada com as conjecturas elaboradas pelos referidos autores, parte da hipótese de que as próprias bases do nosso sistema jurídico não são passíveis de fiscalidade democrática, como somos levados a imaginar. Assim, diversas das instituições e dos mecanismos criados pelo ordenamento são materializados como formas de controle de corpos e de manutenção de um seleto grupo de pessoas no poder, sob o falso e ilusório discurso de que

[1] Administradora de Empresas e aluna graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pesquisadora do Programa de Iniciação Científica (PROBIC), orientada pelo Prof. Dr. André Cordeiro Leal.

[2] Aluna graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pesquisadora do Programa de Iniciação Científica (PROBIC), orientada pelo Prof. Dr. André Cordeiro Leal.

[3] Aqui entende-se por "direito dogmático" aquele que é produzido segundo lógicas de dominação, que produz (e se reproduz por) atos de autoridades e seus estados mentais, sem qualquer compromisso com a diminuição permanente dos níveis de violência jurídica-política-social, ou que seja passível de fiscalidade ampla.

esse poder estaria, desde sua gênese, depositado no povo que seria o beneficiário último das atividades governamentais.

A partir de uma análise alinhada com as conjecturas elaboradas pelos referidos autores, parte-se da hipótese de que as próprias bases do nosso sistema jurídico não são passíveis de fiscalidade democrática, como somos levados a imaginar. Assim, diversas das instituições e dos mecanismos criados pelo nosso ordenamento são materializados como formas de controle de corpos e de manutenção de um seleto grupo de pessoas no poder, sob o falso e ilusório discurso de que esse poder estaria, desde sua gênese, depositado no povo (coletivo de indivíduos), que seria o beneficiário último das atividades governamentais. Dessa forma, a promessa de inclusão do povo, pela via de representação, na tomada das decisões que determinam os destinos da sociedade, apenas reproduz os violentos pressupostos da dominação popular, porque não permite a esse povo o exercício da fiscalidade decisória.

Sendo assim, seja na figura do Estado de Exceção, do *homo sacer* ou da *vida nua* – nos termos agambenianos (AGAMBEN, 2002; 2004), seja na lógica de reprodução velada de um autoritarismo institucional intrínseco, na ótica do professor Rosemiro (LEAL, 2005; 2019), ambos autores escancaram a violência contida na (bio)política ocidental (FOUCAULT, 2018).

2. O POVO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

As Constituições são figuras que representam ponto em comum entre a maioria dos Estados Democráticos contemporâneos, sendo o alicerce de seus sistemas jurídicos. Em especial, no caso da República Federativa do Brasil, a Constituição é, em grande medida, baseada no modelo constitucional estadunidense, contando com a forma federalista do Estado, separação tríplice dos Poderes, sistema de freios e contrapesos, repartição bicameral do Parlamento, presidencialismo unipessoal como forma de governo e regime político democrático exercido sob o sistema representativo.

O artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu parágrafo único, estabelece que "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente". Sendo, a partir dessa frase, natural inferir que, constituindo o povo o sujeito que emana todo o poder, é ele também o referencial de legitimidade das decisões tomadas pelos dirigentes na ordem jurídica.

Para tentar aludir a esta instância de legitimidade, o próprio texto constitucional traz em seu corpo diversos vocábulos que supostamente se encarregam dessa referenciação, em especial, os termos *povo*, *civil*, *cidadão*, *popular* e *público* aparecem repetidas vezes. Apesar destas palavras estarem, segundo a compreensão corriqueira, intrinsecamente ligadas e possivelmente serem sinonímicas, o jurista Rosemiro Pereira Leal discorre em sentido contrário.

Em seu texto intitulado *Processo Civil e Sociedade Civil* (2005), a partir de uma análise histórica que remonta ao direito romano, Rosemiro P. Leal explicita a obscuridade que circunda esses termos, de forma a deliberadamente causar confusão e uma falsa congruência de significados, quando, na verdade, cada uma dessas palavras tem um significado muito próprio e que remetem a "lugares de poder" bastante distintos.

Para o autor, o *civil* é o indivíduo patrimonializado, que detém o monopólio da organização da vida comum, de forma que é o único capaz de conceder a quem quer que seja permissão para ocupar e transitar nos espaços (cidades) que organiza. Sendo assim, aquele que o *civil* adota em seu ordenamento, concedendo-lhe lugar em sua cidade, denomina-se *cidadão*. Por outro lado, aquele despojado de lugar, que resta excluído das ordens social e legal e desprovido de patrimônio é o *povo* (*potus*). Nas palavras de Leal:

> Se ***ci***, traduzível do italiano por **aí**, ou seja, lugar (espaço) habitado pelo ente (*zoé*) em sua condição de **bios** que é o orgânico-relacional e *villa* (casa) como índice patrimonial do *oikos* (esfera privada humana-clã) em face do *potus* (do errante, tonto, vadio, despossuído), poder-se-ia remover o engano dos dicionaristas de traduzir *civilis* (latim) como qualificativo de cidadão. Ora, **cidadão** jamais, a rigor, seria sinônimo de **civil**, porque cidadão seria o habitante da *ci-datus* (cidade) – o lugar dado pelo **civil** ao povo (*potus*), daí o substantivo latino *civilitas* que é a ciência de governar, politicar. O **povo**, quando adotado pelos **CIVIS**, torna-se o coletivo de **cidadãos livres** de sua vida errante, vadia, despossuída. Não são pessoas inatamente portadoras de liberdade, são **cidadãos livres** no sentido de libertados da errância e desorganização. Por isso, exercer a *potestas* correspondia a ter o povo, cidadanizado ou não, sob comando, porque o libertado ainda não seria livre a tal ponto de ser o libertador de outrem ou de si mesmo.
>
> Historicamente, o *potus* é falado (falhado) quando fala. O seu *self* não lhe pertence, porque é uma metáfora que habita a língua do **CIVIL**. O governo civil é dirigido aos cidadãos (povo adotado) e dirigente do *potus* (não adotado) e que confere a este *vilejar* (andar na vila), portar e usar as feitorias civis, **cientificando-se** na elaboração preservadora da *villa*, continuando *potus* a quem é dado um espaço sem *villa*, isto é, uma cidade (*ci-datus*) sem edificações arquitetônicas (hoje ao morador de rua, favelado, campesino, excluído social, ao despojado de lugar (*topos*) na *villa*) (LEAL, 2005, p. 1, grifos do autor).

De forma similar, o italiano Giorgio Agamben também denuncia a confusão semântica que permeia a acepção da palavra "povo" e já deixa clara a oposição contida na designação dos que pertencem às classes nobres e dos que pertencem às classes pobres:

> Em italiano *popolo*, em francês *peuple*, em espanhol *pueblo* [em português povo] (como os adjetivos correspondentes *popolare*, *populaire*, popular e os latinos tardios *populus* e *popularis* dos quais todos derivam) designam, na língua comum e no léxico político, tanto o conjunto dos cidadãos como corpo político unitário (como em "povo italiano" ou em "juiz popular") quanto os pertencentes às classes inferiores (como em *homme du peuple, rione popolare, front populaire*). Também em inglês *people*, que tem um sentido mais indiferenciado, conserva, porém, o significado de *ordinary people* em oposição aos ricos e à nobreza. Na constituição americana lê-se, assim, sem distinção de gênero, "*We people of the United States...*"; mas quando Lincoln, no discurso de Gettisburgh, invoca um "*Government of the people by the people for the people*", a repetição contrapõe implicitamente ao primeiro povo um outro. O quanto essa ambiguidade era essencial também durante a Revolução Francesa (isto é, exatamente no momento em que se reivindica o princípio da soberania popular) é testemunhado pelo papel decisivo que cumpriu ali a compaixão pelo povo entendido como classe excluída. Hannah Arendt lembrou que "a própria definição do termo havia nascido da compaixão e a palavra tornou-se sinônimo de azar e de infelicidade – *le peuple, les malheureux m'applaudissent* [o povo, os infelizes me aplaudem], costumava dizer Robespierre; *le peuple toujours malheureux*, [o povo sempre infeliz] como se exprimia até mesmo Sieyès, uma das figuras menos sentimentais e mais lúcidas da Revolução". Mas já em Bodin, num sentido oposto, no capítulo da République no qual é definida a democracia, ou État populaire, o conceito é duplo: ao *peuple en corps* [povo como corpo político], como titular da soberania, corresponde o menu *peuple* [o povão], que a sabedoria aconselha excluir do poder político (AGAMBEN, 2015, p. 20, grifos do autor).

Segundo o filósofo, a "ambiguidade semântica tão difundida e constante" referente ao termo *povo* não é mera casualidade e se relaciona diretamente à função desse conceito na política ocidental, já que não existe qualquer outra palavra capaz de ser referente único e compacto deste sentido, suportando a "oscilação dialética entre dois polos opostos" (AGAMBEN, 2015, p. 20).

Ainda aproximando as teses de Agamben e Leal, tem-se que a figura do *banido* proposta pelo italiano se aproxima do *potus* teorizado pelo mineiro, ao passo que ambos são descobertos pelo ordenamento, largados à violência e à exclusão:

> Aquele que foi banido foi também descoberto pela lei, numa circunstância tal que se encontra numa zona de indiferença entra vida e norma, abandonado à própria sorte. Sua relação com o ordenamento jurídico é a de indiferença. [...] o banido é aquele indivíduo que pertence a uma coletividade na qual é excluído, e de forma simultânea encontra-se incluído nessa mesma sociedade através do seu não mais pertencimento (AGAMBEN apud MATTEDI, 2013, p. 48).

No campo da sociologia, por sua vez, as proposições de Jessé Souza são capazes de ilustrar esse contraste entre os que detém o poder e os que são excluídos no contexto da sociedade brasileira, sendo que "a elite dos proprietários" se concilia com o conceito de *civil* explanado por Leal (2005) e "a ralé dos escravos" com o *potus*:

> No contexto das quatro grandes classes sociais e suas diversas frações que marcam a sociedade brasileira contemporânea – a saber: **a elite dos proprietários**, **a classe média**, **a classe trabalhadora semiqualificada** e **a ralé de novos escravos** –, a mais estratégica para o padrão de dominação social que foi instaurado no Brasil é a classe média. [...] A elite dos proprietários mantém seu padrão predatório de sempre. A grilagem de terra, covarde e assassina como sempre, foi e ainda é uma espécie de acumulação primitiva de capital eterna no Brasil. Os grandes latifundiários aumentavam sua terra e riqueza pela ameaça e pelo assassinato de posseiros e vizinhos, como, aliás, acontece ainda hoje. Nada muda significativamente com a elite do dinheiro de hoje, que compra o Parlamento, sentenças de juízes, a imprensa e o que mais for necessário para manter seu bolso cheio – como o mal explicado "acidente" com o avião do ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki comprova. O que importa é garantir o saque ao orçamento, a rapina das riquezas nacionais como sócio menor do capital estrangeiro e a quebra do ânimo e da solidariedade dos trabalhadores para a maior exploração possível do trabalho. [...] Com a ralé dos novos escravos, a mesma coisa. O mesmo ódio covarde devotado ao escravo, não apenas pela exploração do trabalho a preço vil, mas pela humilhação diária, pelo desejo e a alegria com assassinatos e massacres, pela recusa em tolerar qualquer melhora nas suas condições. [...] Com os trabalhadores, especialmente a partir dos anos 1980, com a fundação do PT, a situação de completa subjugação aos interesses elitistas pôde ser mitigada e contrabalançada em alguma medida. Os trabalhadores e os movimentos sociais das classes populares tiveram um mínimo de poder de fala, ainda que sempre vigiados de perto e expostos ao poder de difamação e distorção sistemática da informação pela grande imprensa (SOUZA, 2019, p. 118- 119, grifo nosso).

Nesses termos, Jessé Souza demonstra a partir de exemplos fáticos do cotidiano brasileiro a divisão entre as classes dos que governam e dos que são governados, ficando clara a subjugação das classes "inferiores" por aqueles que detém o poderio do patrimônio.

Assim sendo, propomos ainda uma maior afinidade entre a teoria de Souza e àquela de Rosemiro P. Leal (2005), de forma que o *cidadão* deste engloba a "classe média" e a "classe trabalhadora semiqualificada" daquele, pois são os que recebem do *civil*, ou seja, da elite patrimonializada a autorização para participar da vida pública a partir da "colonização pelo dinheiro" (SOUZA, 2019, p. 126).

Da mesma forma que Rosemiro Pereira Leal teoriza o *cidadão* como um meio termo entre o *potus* e o *civil* (2005), Jessé Souza fala sobre essas classes intermediárias como as garantidoras da lógica exploratória e excludente da sociedade brasileira:

> a chave para a compreensão da iniquidade e vileza singulares da sociedade brasileira é a classe média. É ela que forma um pacto antipopular comandado pela elite dos proprietários, onde se misturam aspectos racionais, como preservação de privilégios, e aspectos irracionais, como necessidades de distinção, ódio e ressentimento de classe. É esse mecanismo essencial, construído de modo consciente e planejado pelas elites a partir da década de 1930, que explica a recorrente vitória do pacto antipopular do último século (SOUZA, 2019, p. 119-120).

Ainda numa aproximação entre os dois autores, demonstra-se na obra de Jessé como o *civil* se utiliza da esfera ***pública*** (e não popular) para perpetuamente colonizar o *cidadão* segundo seus interesses de violenta dominação, a partir da promessa de obtenção de patrimônio (dinheiro):

> No Brasil, a classe média sempre foi, desde meados do século passado, a tropa de choque dos ricos e endinheirados. [...] Afinal, é na esfera pública que a classe média é colonizada pelos interesses do dinheiro. O domínio da elite sobre ela é simbólico e pressupõe convencimento. O domínio sobre as classes populares baseia-se, ao contrário, mais na repressão e na violência material (SOUZA, 2019, p. 127).

A Constituição atual do Brasil, apesar de também ser chamada de "Constituição Cidadã", em tese, garante diversos direitos ao povo, mas em sua redação menciona a palavra *público* 102 vezes, ao passo que a palavra *popular* aparece em somente 12 ocasiões (BRASIL, 1988). Por sua vez, a palavra *civil* é utilizada 45 vezes, enquanto a palavra *povo* é mencionada apenas 9 vezes, o que, segundo as óticas interpretativas de Leal (2005), Agamben (2015) e Souza (2019), é um contrassenso por si só, pois demonstra que, apesar de retoricamente o "poder emanar do povo" e "em prol do cidadão", faticamente, esse poder decorre da elite, do *civil*, dos patrimonializados e é exercido por eles e para eles.

3. DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

No que diz respeito ao estudo do Estado de Direito e da democracia, muitas vezes essas matérias são dissociadas, de forma que esta consiste em objeto de estudo da Ciência Política e aquela da Ciência do Direito. Contudo, na realidade cotidiana e da vida jurídica, esses dois "institutos" necessariamente se unem, pois, na contemporaneidade ocidental, não há como se falar em um Estado de Direito que não seja democrático. Assim como explica Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira em comento à obra habermasiana:

> Segundo Habermas, embora possa haver tais razões empíricas para um tratamento acadêmico do Estado de Direito e da democracia marcado pela divisão de trabalho entre Ciência do Direito e Ciência Política, isso não significa que possa haver, do ponto de vista normativo, Estado de Direito sem democracia, e vice-versa, abordando a relação interna entre Estado de Direito e democracia sob alguns aspectos centrais. Segundo ele, tal relação resulta do próprio conceito moderno de Direito e da circunstância de que o Direito positivo – histórico, contingente, modificável e coercitivo – não pode mais obter legitimidade recorrendo a um Direito natural, superior. Segundo Habermas, o Direito moderno legitima-se a partir da autonomia garantida igualmente a todo cidadão, sendo que autonomia pública e autonomia privada pressupõem-se mutuamente (CATTONI DE OLIVEIRA, 2012, p. 51).

No Brasil, o Estado não só é de Direito, como é também Democrático, nos termos do *caput* do art. 1º da CRFB/88[4]: "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos

[4] Art. 1º da CRFB/88: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019) V - o pluralismo político.

Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]" (BRASIL, 1988).

Contudo, o regime político que "importamos" dos Estados Unidos da América contém, desde seu momento genético, algumas especificidades bastante desconhecidas por grande parte das pessoas, inclusive por alguns estudiosos do Direito. Nesse sentido, Roberto Gargarella explica que:

> O atual sistema representativo, desde o momento em que foi concebido, teve como objetivo a separação dos representantes dos representados. [...] Procurou-se colocar distância entre a classe dirigente e os cidadãos, resultando que não é absolutamente nada estranho que hoje tenhamos sistemas políticos muito mais permeáveis à influência dos (assim chamados) grupos de interesse do que às vontades das maiorias (GARGARELLA, 2005, p. 89, tradução nossa)[5].

Como explica o autor argentino, as maiorias teorizadas por Hamilton, Jefferson e Madison se referem à parcela quantitativa dos indivíduos em geral da sociedade, as minorias dizem respeito aos que detém o poder, que representam, quantitativamente, número menor de pessoas (GARGARELLA, 2005, p. 5-8).

Como colocado por ele, *in verbis*, "a noção de minorias, ao contrário, aparecia restringida ao que chamavam de *selected few*, ou, nas palavras de Alexander Hamilton, *the rich and well born*" (GARGARELLA, 2005, p. 10, tradução nossa)[6]. Justamente por essa noção que o esquema de representação e de elaboração legiferante foi pensado para que o Senado desempenhasse um papel chave em proteger as minorias elitizadas: "o Senado devia 'proteger a minoria de opulentos contra as maiorias'" (GARGAARELLA, 2005, p. 10, tradução nossa)[7].

A Constituição estadunidense, portanto, foi elaborada com o claro objetivo de ser direcionada à proteção das minorias detentoras do patrimônio (GARGARELLA, 2005, p. 10), modelo este que foi copiado fidedignamente quando da elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Assim, na concessão das prerrogativas de veto e indulto ao Poder Executivo, na transferência ao Executivo de uma competência extensiva de indicar e nomear servidores, nos critérios restritivos que devem ser atendidos para ocupar cargos no Senado ou judiciais, na predileção de concentração das funções mais "sensíveis" no corpo legislativo mais reduzido (Senado) ao invés daquele mais extenso (Câmara dos Deputados), nas dificuldades impostas ao procedimento de alterações constitucionais (GARGARELLA, 2005, p. 16), residem formas nítidas de respostas dos dirigentes ao temor que sentiam das maiorias, que constam no próprio corpo constitucional.

Já que são instituídos mecanismos de desestímulo à participação cidadã e popular dos debates políticos da vida conjunta, esses entraves não só são demonstrativos da vontade intencional em afastar essas classes do *locus* de poder, como são também sintomas da normalização do Estado de Exceção[8], como denunciado por Agamben (2002; 2004).

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

5 No original, em espanhol: "*El actual sistema representativo, desde el momento en que fue concebido, tuvo como objetivo el separar a los representantes de los representados.* […] *Se procuró poner distancia entre la clase dirigente y la ciudadanía, a resultas de lo cual no es en absoluto de extrañar que hoy contemos con sistemas políticos mucho más permeables a la influencia de los (así llamados) grupos de interés, que a la voluntad de las mayorías"* (GARGARELLA, 2005, p. 89).

6 No original, em espanhol: *"La noción de minorías, por el contrario, aparecía restringida a lo que llamaban the selected few, o, en palabras de Alexander Hamilton, the rich and well-born"* (GARGARELLA, 2005, p. 10).

7 No original, em espanhol: *"El Senado debía 'proteger a la minoría de los opulentos en contra de las mayorías'"* (GARGARELLA, 2005, p. 10).

8 Sumariamente, o Estado de Exceção, segundo teoriza Giorgio Agamben seria a suspensão do Estado de Direito pelo próprio uso do direito, de forma que é o soberano (Estado) quem detém o poder e a legitimidade para determinar a validade e a respectiva suspensão de toda e qualquer norma do ordenamento jurídico, que ele mesmo institui (impõe) e no qual ele se situa ora dentro, ora fora, a depender da sua necessidade momentânea (AGAMBEN, 2002; 2004).

Considerando que a Constituição determina o envolvimento do *povo* enquanto instância de legitimidade e legitimação das decisões tomadas, já que estipula um "Estado **Democrático** de Direito", ao passo que são colocados em ação engenhos que impedem sua presença nos debates e decisões, o Estado esvazia e se coloca fora da própria lei, ao determinar a existência de um governo *popular* em que não são ofertadas possibilidades para que esse *povo* participe dele.

De forma adversa, percebe-se atualmente a extensão cada vez maior de um dito discurso democrático, em que se clama pelo envolvimento dos cidadãos na vida *pública*, apesar do contínuo esforço das instituições políticas em distanciar governantes e governados:

> Atualmente presenciamos a existência de um discurso "democrático" cada vez mais extenso, que permanentemente fazer alusão à importância da participação dos cidadãos nos assuntos públicos, assentado em instituições políticas que restringem ao máximo tal participação e dificultam ainda mais a comunicação entre a classe dirigente e seus eleitores (GARGARELLA, 2005, p. 3, tradução nossa)[9].

É exatamente por isso que Roberto Gargarella defende que a sistemática de representação é lastreada na ideia de que o envolvimento direto dos cidadãos nas discussões de questões públicas não é produtivo, nem ideal (GARGARELLA, 2005, p. 6), de forma que elucida a opinião dos Federalistas[10] de que a ideia representativa "é oposta à de sistema democrático" (GARGARELLA, 2005, p. 7).

Ao colocar intermediários – *civis*, segundo Rosemiro Leal (2005) – como representantes eleitos para exprimir a vontade de classes as quais não pertencem – "classe média" e "classe trabalhadora semiqualificada", segundo Jessé Souza (2019) – qualquer possibilidade de debate conjunto se desarticula.

Nesses termos, ainda que a democracia seja, por excelência, o regime político no qual as decisões governamentais emanam da vontade e determinação do povo, o sistema de representação como forma de exercício democrático existe justamente para obstar tal participação popular. Considerando as proposições de Leal (2005) sobre o *potus*, de Agamben (2015) sobre a *vida nua* e de Souza (2019) sobre a "ralé de novos escravos", percebe-se que justamente aqueles que a Constituição estabelece como titulares de todo o poder que emana, são aqueles excluídos e marginalizados pelo ordenamento social como um todo.

4. CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, primeiramente, considerada a obra de Rosemiro Pereira Leal, é possível concluir que o público não se confunde nem se assemelha ao popular, pois, segundo a proposta interpretativa do autor mineiro, o primeiro parece referir-se ao civil e o segundo ao povo (LEAL, 2005) – o que falseia a hipótese pressuposta na linguagem da dogmática de que tudo que é público é também popular. Na teoria rosemiriana, portanto, estabelece que cada um desses "entes" tem seu lugar próprio de ocupação bem delimitado, qual seja, o *locus* popular do *povo* e o *locus* público, referente ao *civil*.

Ademais, assim como estabelece o italiano Giorgio Agamben, *povo* é um léxico cuja ambiguidade semântica se dá propositadamente, para servir aos interesses de manutenção do poder da nobreza nas mãos dela mesma e não depositado nas classes pobres e ditas inferiores (AGAMBEN, 2015). É segundo essa falta de demarcação conceitual e contínua ambivalência semântica que pode ser perpetuada a lógica de dominação que opõe ricos e pobres, incluídos e excluídos.

---

[9] No original, em espanhol: "*actualmente presenciamos la existencia de un cada vez más extendido discurso "democrático" que hace permanentemente alusión a la importancia de la participación ciudadana en los asuntos públicos, asentado sobre instituciones políticas que restringen al máximo dicha participación, y dificultan aun la comunicación entre la clase dirigente y sus electores*" (GARGARELLA, 2005, p. 3).

[10] Alexander Hamilton, Thomas Jefferson e James Madison.

Nos termos postos por Jessé Souza (2019), essa dominação, na sociedade brasileira, é extremamente velada a partir do uso da classe média como "massa de manobra", ou, em suas palavras, como *tropa de choque* (SOUZA, 2019, p. 127) das vontades e gozos da elite. A classe média, constantemente colonizada e recolonizada pelos "ricos e endinheirados" é convencida a agir segundo estes propõem, de forma que resta desprovida de vontade própria, não sendo sequer capaz de participar da vida político-social segundo seu arbítrio, pois está submetida ao querer da "elite oculta" que a manipula através do poderio da mídia e do capital (SOUZA, 2019, p. 126-141).

Sendo assim, a predileção pelo sistema representativo enquanto forma de exercício da democracia, com o distinto objetivo de afastar o *civil* do *potus*, os dirigentes dos dirigidos, os representantes dos representados, os *jurisdizentes* dos jurisdicionados, demonstra que, apesar de assim a Constituição apresentar, em momento algum se vê um corpo unificado de pessoas que fazem parte de uma mesma nação, pois é clara a existência de uma cisão fundamental, que separa os patrimonializados dos desprovidos de patrimônio.

Ainda, em que pese a utilização do sistema representativo como estratagema para fazer as classes ditas inferiores continuarem na errância de não compreenderem ou se aperceberem que não detém qualquer controle sobre sua sociedade, seus corpos e suas vidas, apreende-se que a proposta da Constituição de 1988 (CRFB/88), no que diz respeito à busca de uma democraticidade jurídico-constitucional é bastante frágil, por obstar a si mesma na realização deste objetivo. Por não ser capaz de traduzir efetivamente os anseios e vontades *populares* (ainda que esse tenha sido seu real intuito), qualquer democraticidade, ao ser buscada por intermédio do exercício de representantes, não é reflexo de "democracia" no sentido original da palavra, sendo apenas um outro simulacro para a perpetuação de violência, exclusão e dominação de indivíduos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer:** o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **Meios Sem Fim:** notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Teoria da Constituição.** Belo Horizonte: Initia Via, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2018.

GARGARELLA, Roberto A. Crisis de representación y constituciones contramayoritarias. *In:* **Isonomia:** Revista da Teoría y Filosofía del Derecho, n.2, abril. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel Cervantes, 2005.

LEAL, Rosemiro Pereira. **Processo civil e sociedade civil.** Disponível em: www.fmd.pucminas.br, revista Eletrônica Virtuajus, 2005. Acesso em: 29 nov. 2021.

LEAL, Rosemiro Pereira. Processo Legislativo e Escravismo Político. In: Álvaro Ricardo de Souza Cruz; Poliana Lino Rodrigues. (Org.). **Trinta Anos de Constituição e 130 Anos de Lei Áurea - avanços e retrocessos.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2019, v. 1, p. 885- 902.

MATTEDI, Milton Carlos Rocha. **Estado de exceção e pluralismo político:** Schmitt, Agamben e Arendt. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica.** São Paulo: Cultrix, 2001.

POPULAR. **Dicionário didático básico:** ensino fundamental. São Paulo: Edições SM, 2008.

PÚBLICO. **Dicionário didático básico:** ensino fundamental. São Paulo: Edições SM, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia.** São Paulo: Boitempo, 2014.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** São Paulo: Boitempo, 2011.

AS REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA COMO DISPOSITIVOS DE NEUTRALIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUSTRANSICIONAIS

Giovanni Fernando de Carvalho Medeiros Cardoso[1]

Adalberto Antonio Batista Arcelo[2]

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objeto a análise crítica e interdisciplinar das políticas internacionais de cunho neoliberal propostas pelo Banco Mundial para a América Latina, privilegiando-se a reforma dos sistemas judiciais latino-americanos a partir de 1989. O problema que impulsionou a pesquisa indica que o amplo processo de reformas jurídico-judiciais na América Latina, e particularmente no Brasil, atendeu a uma demanda neoliberal, logo bio-necro-política, que impactou e continua impactando na sociedade e nas instituições de poder do estado brasileiro, de modo a inviabilizar um autêntico processo justransicional.

Sustenta-se que o impacto de tais reformas na dinâmica jurídico-judicial brasileira tem acentuado o panorama de precarização da vida de significativa parcela da sociedade brasileira contemporânea, levando a um quadro de intransitividade, ou seja, de permanência de uma tradição colonial que nutre a atual dinâmica de desconstituição de direitos e garantias fundamentais e humanos das parcelas mais populares e vulneráveis da sociedade brasileira.

Para tanto, este trabalho adota referências da filosofia social crítica, do pensamento decolonial latino-americano, bem como as referências da documentação produzida pelo Banco Mundial, além de produções acadêmicas acerca do neoliberalismo.

Para a concretização e compreensão do tema de maneira objetiva, propomos a análise do que veio a ser denominado por John Williamson (2000) como Consenso de Washington, um conjunto de regras e reformas de caráter neoliberal, organizadas de acordo com as diretrizes do Banco Mundial, com o fim de propor diretrizes para as reformas de Estado vistas como necessárias à América Latina. Como decorrência direta deste evento, é elaborado o Documento Técnico nº 319 do Banco Mundial, pela pesquisadora Maria Dakolias (1996), com o fim de direcionar as proposições do Consenso de Washington às reformas neoliberais dos judiciários latino-americanos. O DT/BM nº 319 possuía um tripé reformista que podemos sucintamente listar: a) controle externo do judiciário; b) verticalização de entendimentos judiciais e jurisprudencialização e reforma do sistema recursal, com o fim de enxugar as possibilidades de recursos; c) a utilização de Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos - MARCs. Procederemos com análise mais criteriosa acerca de cada um dos temas.

Neste ensejo são verificadas quatro legislações, no período subsequente ao das reformas propostas pelo Banco Mundial, que aderem perfeitamente ao discurso neoliberal do capital interna-

[1] Graduando do Curso de Direito da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. @giovannifcarvalho@outlook.com

[2] Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas. @adalbertoarcelo@gmail.com

cional: a) a primeira delas, a Lei nº 9.307/1996, conhecidamente a Lei de Arbitragem, que entra em vigência poucos meses após a elaboração dos estudos; b) a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, em grande parte responsável pela jurisprudencialização e verticalização de entendimentos no direito brasileiro; c) O Código de Processo Civil, que dentre muitas *inovações*, é o maior responsável pela precarização do sistema recursal no Processo Civil Brasileiro; e d) a Lei de Mediação, que em conjunto com o CPC fecha o arco de legislações responsáveis pela institucionalização e estímulo à autocomposição no direito brasileiro.

Por fim, analisadas as ligações entre as medidas propostas pelo Banco Mundial para a América Latina e as medidas legislativas efetivamente tomadas pelo Brasil, faz-se necessário analisar os impactos dessas medidas sob o prisma do Direito Constitucional Democrático do paradigma proposto pela Constituição de 1988, em razão de uma crescente influência dos imperativos atrelados à globalização dos mercados e da financeirização da economia, que têm inviabilizado ou, pelo menos, deteriorado radicalmente os processos justransicionais visando a uma (re)conciliação entre sociedade e estado brasileiros.

2. O CONSENSO DE WASHINGTON

Inicialmente, faz-se necessário discutir o tema do Consenso de Washington, visto ser este o ponto de partida para o imbróglio das reformas judiciárias brasileiras estimuladas pelo Banco Mundial. Este termo polêmico é cunhado por John Williamson em 1989, para cunhar um conjunto de regras que é considerado um marco histórico na implementação de políticas internacionais por parte do Banco Mundial (SANTOS, 2008, p. 42). Também é necessário mencionar que se tratou de congregação de caráter acadêmico, não deliberativo, embora suas propostas tenham atingido valor institucional no decorrer dos anos que lhe seguiram, e também é responsável por compilar e sistematizar uma série de reformas exigidas pelos países desenvolvidos às periferias da modernidade. (RAMOS; NETTO, 2020, p. 129). O Consenso apresentou as seguintes pautas como essenciais ao desenvolvimento do bloco latino-americano:

> 1- Disciplina fiscal, [...]; 2- Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura, [...]; 3- Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária (elevação dos impostos); 4- Liberalização financeira, [...]; 5- Taxa de câmbio competitiva [...]; 6- Abertura do comércio exterior, [...]; 7- Eliminação das restrições ao capital estrangeiro, [...]; 8- Privatização, [...]; 9- Desregulação da economia, [...]; 10- Direito à propriedade intelectual. (BRANDÃO, 2017, p. 34)

Observadas as várias medidas de austeridade e enxugamento da máquina pública, é claro o caráter neoliberal das *propostas* do Consenso para as reformas. Referidas propostas teriam como fim a implementação de um bloco de influências dos Estados Unidos em seu "quintal", a América Latina, com o fim de formar uma aliança de estados dependentes dos direcionamentos políticos norte americanos e da economia deste país, especialmente no que tange à política internacional implementada por Ronald Reagan (BRITO, 2014, p.4). Neste sentido:

> Determinados autores consideram que a doutrina político-econômica neoliberal representada no Consenso de Washington corresponde a uma faceta de um novo imperialismo exercido pelos EUA após a derrocada da URSS e o fim da guerra fria, com aquele país assumindo o papel de detentor de um poder de polícia internacional (HARDT; NEGRI, 2006). Tratar-se-ia de um imperialismo não baseado – somente – na força e no poderio militar, mas na gradativa inclusão dos diversos países ao bloco norte-americano sob o argumento da garantia da liberdade e da democracia (BAGNOLI, 2009). (RAMOS; NETTO, 2020, p. 130).

Também há de se observar a congregação de interesses para a formulação de tais regras, que representavam o ápice da teoria econômica capitalista, em espécie de regramento miraculoso, capaz de solucionar as mazelas dos estados latino-americanos: "Erguido sobre os escombros do muro de

Berlim, tal decálogo expressava a convergência entre o *mainstream* do pensamento econômico, o governo republicano dos EUA e os interesses financeiros simbolizados por Wall Street" (PEREIRA, 2015, p.4). São sob estes parâmetros que o Banco Mundial estabelece diversas frentes com o fim de implementar as políticas e regras do Consenso de Washington.

Porém, há de se observar que algumas das ideias defendidas pelo Consenso de Washington sofreram grave desgaste nos últimos anos. Este desgaste em parte decorre da ausência de sucesso destas políticas em diversos países, sendo o caso mais emblemático o da Argentina, que através de Menem, adota o monetarismo da Escola de Chicago, conhecida por seus ideais liberais (BRANDÃO, 2017, p. 48). O próprio responsável por cunhar o termo "Consenso de Washington", John Williamson, no ano 2000 tenta se esquivar das acusações de que se trataria de um apanhado de medidas a serem impostas à América Latina, ou de um pacote neoliberal a ser adotado pelo bloco, afirmando que nunca teve essa intenção (WILLIAMSON, 2000, p.5).

Observadas as consequências das medidas tomadas pelo Banco Mundial, torna-se difícil de aceitar a visão de Williamson. Além do insucesso em locais onde suas regras foram implantadas, algumas de suas medidas foram alvos de maiores ataques acadêmicos e políticos, e se mostraram impopulares, com o passar dos anos:

> Há uma parte do núcleo do Consenso de Washington que permanece intacto e ainda goza de uma aceitação generalizada quando se trata da implementação de políticas económicas. Isto é particularmente verdadeiro no caso da liberalização do comércio. A liberalização financeira é, talvez, a recomendação mais atacada. O reconhecimento de que a regulamentação do governo é frequentemente necessária e desejável é outro exemplo de afastamento em relação ao consenso original. Da mesma forma, os defensores da privatização começam agora a reconhecer os seus defeitos. Em resumo, o debate acerca das ideias provocou um desgaste do «Consenso de Washington» e levou a algumas mudanças na política, mas estas parecem ser relativamente pequenas em comparação com a amplitude do escrutínio de que é objecto. (MARGHERITIS; PEREIRA, 2004, p. 98)

Este desgaste limita-se a pautas relacionadas ao campo econômico, de modo que as pautas elencadas pelo Banco Mundial, em seu Documento Técnico nº 319, passaram por grande aceitação e se tornaram hegemônicas no direito contemporâneo brasileiro.

3. O DOCUMENTO TECNICO Nº 319 DO BANCO MUNDIAL

Num passo seguinte ao da compilação das regras do Consenso de Washington, é elaborado pelo Banco Mundial o Documento Técnico nº 319, de autoria de Maria Dakolias (1996), intitulado "O setor judiciário na América Latina e no Caribe: elementos para reforma". O documento tem como fim analisar, sob a ótica da instituição financeira internacional, a conjuntura da prestação jurisdicional na América Latina, e propõe medidas e reformas a serem adotadas pelo bloco como solução a estas questões. A autora destaca os seguintes déficits e suas causas:

> O Poder Judiciário, em várias partes da América Latina e Caribe, tem experimentado em demasia longos processos judiciais, excessivo acúmulo de processos, acesso limitado à população, falta de transparência e previsibilidade de decisões e frágil confiabilidade pública no sistema. Essa ineficiência na administração da justiça é um produto de muitos obstáculos, incluindo a falta de independência do judiciário, inadequada capacidade administrativa das Cortes de Justiça, deficiência no gerenciamento de processos, reduzido número de juízes, carência de treinamentos, prestação de serviços de forma não competitiva por parte dos funcionários, falta de transparência no controle de gastos de verbas públicas, ensino jurídico e estágios inadequados, ineficaz sistema de sanções para condutas anti-éticas, necessidade de mecanismos alternativos de resolução de conflitos e leis e procedimentos enfadonhos. (DAKOLIAS, 1996, p. 7)

Para o correto endereçamento de tais questões, o Documento se apoia nas regras do Consenso de Washington para formular sua agenda reformista. Ao declarar expressamente suas intenções, o documento afirma que o objetivo é "aprimorar a qualidade e a eficiência da Justiça, nos países da Região, dotando o Judiciário de transparência e previsibilidade de decisões, para fomentar um ambiente propício ao comércio, financiamentos e investimentos" (MELO FILHO, 2003, p. 80). Em uma análise das propostas do documento, e do que ocorreu na prática em alguns países do América Latina, poderíamos sumarizar suas intenções em três aspectos: a) controle externo das funções administrativas e correcionais do poder judiciário; b) enxugamento do sistema recursal processual, com o fim de se resolver demandas e litígios com a maior celeridade possível e jurisprudencialização ou verticalização de entendimentos judiciários, com o fim de criar uma previsibilidade jurídica artificial à partir da vinculação de decisões inferiores ao *decisum* dos tribunais superiores; c) promoção dos Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos, com o fim de mover a maior carga possível de litígios para resolução autocompositiva das partes, retirando-os da competência do judiciário, com uma pretensa celeridade e personalização de métodos de resolução de litígios.

3.1. Controle externo do judiciário

O controle externo do judiciário surge no Documento Técnico nº 319 como forma de corrigir as ingerências das forças políticas no judiciário, cujos magistrados deveriam estar submetidos à correição de membros eleitos a um conselho externo, independente do judiciário. Outro fim seria o de garantir a correta avaliação dos melhores magistrados, com o fim de premiar corretamente com a promoção aqueles que seriam os merecedores. Por fim, podemos citar que o documento defende que as funções administrativas do judiciário, seja de gerenciamento de pessoas ou de contas do próprio órgão, também deveriam ser feitas por órgão externo ao poder. (DAKOLIAS, 1996, p. 27).

Esta medida é concretizada no Brasil através da Emenda Constitucional nº 45, responsável pela criação do Conselho Nacional de Justiça, com a pretensão de efetivar o discurso do controle externo, através da inserção do art. 103-B na Constituição Federal. Porém, em razão de escambo político com o Supremo Tribunal Federal, o CNJ é colocado hierarquicamente abaixo do STF, de modo que as ações correcionais não possam se dirigir a ministros da Suprema Corte.

Lembramos também que o Presidente do CNJ é o ministro do STF que for indicado ao cargo no CNJ. A despeito da patente ineficiência[3] do CNJ, consideramos que esta é a menos nociva das políticas defendidas pelo Banco Mundial, apesar de claramente ainda ser necessário que se estude a ineficiência do órgão e manutenção da influência de forças políticas em suas decisões.

3.2. Verticalização de entendimentos judiciais e jurisprudencialização e reforma do sistema recursal

Com o fim de dar aparente celeridade e previsibilidade à prestação jurisdicional, o documento advoga em favor de uma centralização de entendimentos do judiciário em sua cúpula superior, atribuindo aos juízes de instâncias inferiores a função de apenas implementar o que já foi decidido pelas cortes superiores (MELO FILHO, 2003, p. 82). Para corroborar com sua visão, o documento se utiliza de entrevistas com os próprios magistrados, afirmando que a culpa da lentidão de procedimentos reside no excesso de recursos:

> No Brasil, 82% dos magistrados indicaram que o excesso de formalidades processuais é a causa de uma administração da justiça ineficiente . Em certas Cortes a morosidade é atribuída, em parte, a existência de um grande número de recursos. No Brasil, por exemplo, 73% dos juízes entrevistados citaram o grande volume de recursos como a principal causa

[3] Conforme lê-se em matéria da Folha de São Paulo: "O CNJ, por exemplo, já autuou ao menos 13.638 processos disciplinares, mas em apenas 104 casos, o equivalente a 0,78%, houve punição ao magistrado". (TEIXEIRA, 2021). Concluímos que há a abertura de PADs para investigação dos magistrados, com o fim de "acalmar os ânimos", mas são poucos os casos onde há verdadeiramente alguma sanção.

da morosidade. **A imposição de pressupostos recursais estritos apresenta-se como uma opção**. (grifo nosso) (DAKOLIAS, 1996, p.36).

Como solução inicial à questão, o estudo propõe reformas dos Códigos de Processo "para que os magistrados tenham mais controle no andamento de seus processos" (DAKOLIAS, 1996, p. 37), sem que seja levada em conta a carga solipsista[4] e de arbitrariedade do órgão jurisdicional possível ao se defender tal medida como remédio à morosidade do judiciário. Também nos atentamos para a precoce defesa do documento para a imposição de recursos estritos, com o fim de diminuir as possibilidades de recursos das partes às decisões judiciais, discurso posteriormente adotado em massa com o advento do Código de Processo Civil de 2015, em especial com a ênfase dada pelo Código às tutelas de urgência e evidência. Novamente, também não são levadas em conta quaisquer danos à ampla defesa e contraditório decorrentes de uma concepção economicista e utilitarista do recurso como entrave à execução do provimento judicial. Cria-se, através destes mecanismos, um direito *urgencialista*, cuja a rápida resolução da demanda, e consequente relativização do devido processo legal, é a prioridade do judiciário e legisladores. (LEAL, 2018, p. 340).

3.3. Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos - MARCs

Logo no prefácio do DT/BM 319, já é indicado que os Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos - MARCs "podem ser utilizados para minimizar a morosidade e a corrupção no sistema." (DAKOLIAS, 1996, p. 13), e que "Esta estratégia permite um competição na resolução de conflitos e consequentemente a discussão sobre o monopólio do judiciário." (DAKOLIAS, 1996, p. 13). O que o Banco Mundial deseja, com o estímulo à utilização dos MARCs para a resolução de conflitos na América Latina é a implementação do sistema concorrencial capitalista à lógica de funcionamento judiciária (MELO FILHO, 2003, p. 82), sob a justificativa de que o Estado, ao praticar o monopólio da jurisdição, não teria estímulos concorrenciais para a melhoria da prestação destes serviços, o que poderia ser sanado pela abertura de mercado, com o fim de tornar a resolução de conflitos um serviço como qualquer outro prestado pelo livre mercado. (DAKOLIAS, 1996, p. 19). A autora prossegue justificando que é exatamente a morosidade dos judiciários que leva os litigantes a optarem pela autocomposição como alternativa (DAKOLIAS, 1996, p. 38).

Já em setembro de 1996, entra em vigor a Lei nº 9.307, que regulamenta a prática da arbitragem em território nacional, em rápida confluência com as propostas de reformas do Banco Mundial. Posteriormente, em 2010, é publicada pelo CNJ - órgão criado à partir dos parâmetros do Banco Mundial - sua Resolução nº 125, que dispõe sobre a política nacional judiciária de tratamento de conflitos à partir da autocomposição; um dos grandes pontos desta resolução é a utilização da autocomposição como efetivadora da "paz social". Acerca deste tema, Luhmann é o responsável por erigir a função da pacificação social como condição estabilizadora do sistema capitalista, em consonância com as propostas do Banco Mundial:

> Decorre disso que a crença de Luhmann numa justiça e equidade era distinta dos escolásticos. Não se destinava a "dar a cada um o que lhe era devido", mas a enganar cada qual pela manipulação dos temperamentos, sendo que o nível de eficácia do engano era o que graduaria a legitimação do procedimento. Aliás, Luhmann reconhece, no prefácio de sua obra em 1969, que suas idéias traduzem a ideologia reinante do capitalismo e, por essa confissão, entende-se melhor o caráter delinquente do sistema de espertezas estruturais proposto por Luhmann em que as *instituições*, como mecanismos de poder estratégico de perpetuação do engano coletivo (mundo da vida), são centros e fatores decisórios de artificiosa sustentação

[4] À respeito do solipsismo judicial e sua relação com o "maior controle do juíz sobre o processo": O solipsismo judicial é uma forma de sacralização da atividade judicante. A sacralização ocorre no sentido agambeniano (AGAMBEN, 1995), ou seja, há um obscurecimento da atividade de julgar, tornando-a sagrada e, portanto, inacessível à crítica. Estabelece-se, assim, uma crença de que o julgador, por características que lhes são subjetivas e imanentes, seja capaz de dizer o que é bom, justo, certo e verdadeiro para o restante da sociedade, em especial, para aqueles que sofrerão os efeitos de suas decisões, notadamente, as partes. (MADEIRA, 2020, p. 194).

> pacífica e de suprimento dos "déficits" de convicção e expectativas da Sociedade Capitalista, e não de efetiva resolução ou remoção dos conflitos emergentes.
>
> [...]
>
> O *procedimento* na visão de Luhmann é um instrumento de distensão dos conflitos sociais sob o comando dos operadores do sistema social, político e jurídico, em suas ordens clássicas de composição ideológica. Não se busca a verdade ou a falsidade das questões debatidas ao longo desse procedimento, porque ele só se legitimaria pela única e exclusiva finalidade de encaminhar decisões para evitar o rompimento do sistema. [...] É uma justiça estratégica de perenização das estruturas dominantes. (LEAL, 2017, p. 74-75).

Posteriormente, há a publicação das Leis 13.105 e 13.140, respectivamente o Código de Processo Civil de 2015, e a Lei que regulamenta a prática da mediação no Brasil. Deve-se prestar especial atenção à nova tratativa dada ao tema pelo CPC, visto que a mediação e arbitragem não apenas estavam autorizadas, mas como também deveriam ser estimuladas pelo judiciário, conforme seu art. 3º, § 3º, em uníssono às políticas de utilização dos MARCs do Banco Mundial, onde a própria legislação se torna ferramenta para repelir conflitos da apreciação judicial, em espécie de anarquia legislativa. (LEAL, 2018, p. 175).

Vemos que, assim como ocorre com a jurisprudencialização do direito, há nos últimos 25 anos uma mudança brusca no interesse legislativo, que coincide com as propostas do Banco Mundial para a América Latina.

4. AS REFORMAS NEOLIBERAIS E A PSEUDO TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

A tradição colonial brasileira foi forjada pelo paradoxo: o Brasil como um vasto e complexo empreendimento colonial. Para o êxito de tal empreitada – um empreendimento colonial de dimensões continentais num contexto de grandes limitações tecnológicas – seria necessário uma massa incontável de mão-de-obra (trabalhadores/escravos), fundamentalmente porque toda essa mão-de-obra seria – potencialmente, ao menos – exaurida pela imensidão do projeto em questão.

Por tal perspectiva o Brasil, desde suas origens, se caracteriza como uma grande empresa que tem seu povo identificado com um corpo de extração, um povo material e existencialmente condicionado à transferência das riquezas para a metrópole. Daí a formação das elites coloniais brasileiras. Tratou-se, como ainda se trata, de uma exígua parcela da sociedade brasileira que, à medida em que mimetiza e reproduz o eurocentrismo, teve – e tem – acesso aos lugares de poder institucionalizado.

Considerando-se que a justiça de transição emerge como um complexo de dispositivos que objetivam conciliar sociedade e estado, de modo que se supere toda uma tradição de graves e sistemáticas lesões aos direitos humanos e fundamentais a partir da responsabilização do estado e de seus agentes pelas lesões aos direitos, e do reconhecimento e da reparação dos danos sofridos pelas vítimas, tais dispositivos assegurariam uma refundação do pacto entre sociedade e estado, de modo que os elementos da memória, da verdade, mas também do perdão e do esquecimento, pudessem ser enfrentados, visando à reconciliação e à superação de uma história ou tradição marcada pela subalternização, pelo silenciamento e pela eliminação de contingentes sociais discrepantes do padrão de ordem imposto.

Contudo, o processo justransicional, no Brasil, foi represado e filtrado de acordo com as conveniências das tradicionais elites políticas e jurídicas. Logo, se não chegou a haver um genuíno processo de justiça de transição no Brasil, permanece, na sociedade e no estado brasileiros, o espectro da colonialidade do poder.

Pela lógica da subalternização, do silenciamento e da eliminação das diferenças, esvazia-se o discurso do Estado Democrático de Direito à medida em que o próprio estado faz um uso discri-

minatório do direito: a opção pela governamentalidade neoliberal é uma opção pela desconstituição de direitos e garantias fundamentais.

Tratar do processo justransicional brasileiro sob o filtro crítico e decolonial implica, inicialmente, o diagnóstico de continuidade, de manutenção da tradição colonial que, por sua vez, inviabiliza a transição para um Estado Democrático de Direito.

A partir da confluência de interesses entre o legislativo e judiciário brasileiro, é impossível não concluir que houve, por parte do Banco Mundial, uma tentativa - bem sucedida - de pautar o funcionamento do judiciário brasileiro a partir de parâmetros econômicos de utilidade financeira, a partir do que pode ser considerado útil aos grandes *players* do mercado financeiro internacional, que buscam investir suas riquezas na América Latina, obtendo lucros exorbitantes em um novo modelo de colonialismo pautado na crença de que a concentração de riqueza traria uma elevação geral do investimento em uma nação, propiciando o crescimento econômico almejado pelos países periféricos. (BRAGA, 2000, p. 56).

Ocorre que na década de 1980, especificamente no caso do Brasil, este processo de ingerências do capital externo ocorre na exata sequência à queda de um regime militar ditatorial, que foi publicamente apoiado - sendo discutível apenas em que ordem de grandeza - pelo governo norte americano.

Especialmente após a Constituição de 1988, verificamos no Brasil uma tentativa de mudança de paradigmas, com a responsabilização dos agentes que perpetraram atos de violência para a manutenção do regime, e de construção de instituições sólidas de caráter democrático. O que vemos, porém, é uma nova tentativa de pautar as reformas jurídicas do país através de parâmetros impostos pelo poder internacional. Especialmente no que tange ao Banco Mundial, não seguir suas cartilhas implica em descrédito e boicote de uma economia perante o resto do mundo globalizado e seus investidores, o que normalmente implica em pesadas sanções extra jurídicas à economia de países já frágeis.

Em estudo anterior à EC 45/2004, é apontada a grande ausência do Supremo Tribunal Federal no processo de transição democrática, em razão de seus entendimentos não vincularem as instâncias inferiores ao seu entendimento, conforme acontece nos Estados Unidos (OLIVEIRA , 2004, p. 103). Porém, em 2021, após a aguda jurisprudencialização do direito, e exacerbada proeminência do STF como órgão capaz de mudar o entendimento de questões jurídicas, visto a vedação imposta a um magistrado de instâncias inferiores para decidir diferentemente do STF, questionamos se a ingerência do Banco Mundial trouxe algum benefício à democracia brasileira, que hoje ainda aparenta estar em eterna transição democrática, sempre a um passo de retornar a uma ditadura.

Daí a indagação quanto à capacidade de um estado economicamente frágil e submetido ao capital externo, com uma história democrática ainda a ser escrita, de efetivar alguma justiça de transição.

Conforme estudo de Abrão e Torelly (2010), é indicado que um dos quatro pilares da justiça de transição é "regularização das funções da justiça e re-estabelecimento da igualdade perante à lei" (ABRÃO, TORELLY, 2010, p. 27). Prosseguem os autores ao afirmar que parte da morosidade da reparação e reconhecimento de atentados pelo regime militar se deu em razão da transição gradual e não revolucionária assegurada pelos militares, sem grandes conflitos e rupturas com o regime anterior, e em especial em razão da lei de anistia (ABRÃO, TORELLY, 2010, p. 47).

Novamente, encontramos dificuldades em estabelecer que houve a "regularização das funções da justiça" num estado que passou por reformas no sentido de remover litígios da apreciação jurisdicional, e de precarização da capacidade de recorrer de entendimentos judiciais estabelecidos em provimento, de modo que existiram outras influências externas, além da gradualidade da transição para o regime militar, que mitigaram possibilidades de efetividade da justiça de transição no Brasil.

5. CONCLUSÕES

Faz-se necessário frisar que não vemos como inexistentes ou inúteis quaisquer atos praticados pelas diversas comissões formadas ou recepcionadas pelo estado nas últimas décadas com o fim de publicizar os atos praticados pelo regime militar, e eventualmente reparar aqueles que foram de alguma forma afetados. Apenas questionamos se este processo não foi, em grande parte, impedido pelas reformas neoliberais que seguiram imediatamente após o fim do regime ditatorial.

Também é necessário rechaçar a concepção de que institutos como a mediação e arbitragem, bem como a jurisprudencialização de entendimentos judiciais, surgiram como tendências acadêmicas de um natural evoluir das ciências jurídicas após os anos 2000. É ampla a documentação que confirma interesses, pautas e regras para a reformulação dos sistemas de resolução de conflitos na América Latina a partir dos parâmetros do Banco Mundial.

Em 2021, já estamos ao final da janela de resolução de muitas questões relacionadas à transição democrática e à participação do cidadão - seja na política, seja na resolução de seus próprios litígios - e é necessário prover as oportunidades e ferramentas institucionais constitucionalmente adequadas para a efetivação da cidadania no Estado Democrático de Direito, o que será impossível enquanto nossa organização judiciária e econômica for pautada por reformas neoliberais promitentes de uma prosperidade econômica a ser colhida pelas periferias globais que, porém, nunca é alcançada e permanece como cenário encantador de um futuro eternamente distante.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro**, p. 26, 2010.

BRAGA, Ruy. Globalização ou neocolonialismo? O FMI e a armadilha do ajuste. **Revista Outubro**, v. 4, 2000.

BRITO, Gilton Batista. **GERENCIALISMO COMO TENDÊNCIA: CONSENSO DE WASHINGTON, REFORMA DO APARELHO DE ESTADO E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**. 2014. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=47248f6127fcae1d. Acesso em: 28 set. 2021.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Reformas Neoliberais na América Latina: um balanço geral. **Revista Aedos**, v. 9, n. 21, p. 31-56, 2017.

DAKOLIAS, Maria. **O setor judiciário na América Latina e no Caribe**: elementos para reforma. Documento técnico, v. 319, 1996.

LEAL, Rosemiro Pereira. **Teoria Geral do Processo**: primeiros estudos – 14. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

LEAL, Rosemiro Pereira. **Teoria Processual da Decisão Jurídica**. 3. ed. - Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

MADEIRA, Dhenis Cruz. O que é solipsismo judicial? **Revista Jurídica da Presidência**, v. 22, n. 126, p. 191-210, 2020.

MARGHERITIS, Ana; PEREIRA, Anthony W. A América Latina e o fim do «Consenso de Washington». **Relações Internacionais**, v. 4, p. 89-101, 2004.

MELO FILHO, Hugo Cavalcanti. A reforma do Poder Judiciário brasileiro: motivações, quadro atual e perspectivas. **Revista Constituição e Justiça**, Brasília, n. 21, p. 79-86, 2003.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. O Supremo Tribunal Federal no processo de transição democrática: uma análise de conteúdo dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, p. 101-118, 2004.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Continuidade, ruptura ou reciclagem? Uma análise do programa político do Banco Mundial após o Consenso de Washington. **Dados**, v. 58, p. 461-498, 2015.

RAMOS, Edith Maria Barbosa; DE MIRANDA NETTO, Edson Barbosa. O NOVO IMPERIALISMO E O NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS DAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO E DA BUSCA PELA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. **Revista Direito em Debate**, Ijuí, v. 29, n. 53, p. 128-140, 2020.

SANTOS, André Luis Nascimento dos. **A influência das organizações internacionais na reforma dos judiciários de Argentina, Brasil e México**: o Banco Mundial e a agenda do acesso à Justiça. 2012.

TEIXEIRA, Matheus. Investigações de juízes e procuradores travam em órgãos de controle; CNJ pune menos de 1% dos casos. **Folha de São Paulo**, 21 jul. 2021. Paulo Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/investigacoes-de-juizes-e-procuradores-travam-em-orgaos-de-controle-cnj-pune-menos-de-1-dos-casos.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2021.

WILLIAMSON, John. What should the World Bank think about the Washington Consensus?. **The World Bank Research Observer**, v. 15, n. 2, p. 251-264, 2000. Disponível em: <http://scienzepolitiche.unipg.it/tutor/uploads/williamson_on_washington_consensus_002.pdf>. Acesso em: 15 de nov. de 2021.

BOLSONARO E O POVO QUE EXISTE: REFLEXÕES ŽIŽEKIANAS SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIRO

Marcus Vinicius Quessada Apolinário Filho[1]

1. INTRODUÇÃO

O Estado sou eu.
Rei Luís XIV
Não se pode reinar inocentemente.
Louis Antoine de Saint-Just

Tomando por horizonte de ação e perquirição as recentes declarações do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro — principalmente as emanadas no contexto dos atos antidemocráticos de 7 de setembro — que fazem explícita referência ao significante "povo", sob as perspectivas político-filosóficas do filósofo e psicanalista esloveno Slavoj Žižek, o presente trabalho vale-se de uma metodologia de pesquisa de cunho teórico-bibliográfico, objetivando-se a promoção de um diagnóstico crítico de tais declarações fundado no aparato conceitual desenvolvido por Žižek em suas obras iniciais — sendo elas *O mais sublime dos histéricos* e *O sublime objeto da ideologia* —, sobretudo naquilo toca e diz respeito à relação do "povo" com a forma democrática.

Disto, intenta-se dispor, num primeiro momento do trabalho a ser realizado, o pano de fundo político-teórico da obra žižekiana que valer-nos-emos, realizando uma incursão biográfica do autor, a fim de situar e esclarecer a função e a pertinência de suas elucubrações sobre a democracia para o presente trabalho, sobretudo no que toca o então contexto político de definhamento e queda do regime socialista na então república Eslovênia — terra natal de Žižek — pertencente ao bloco Iugoslavo.

Depois, dar-se-á ênfase às relações teóricas estabelecidas entre Žižek e Lefort, a fim de trazer luz à conceituação da democracia como cena política em que requer que o povo "inexista" como entidade positiva, tal como estabelecida e empregada por Žižek para realizar uma renovada análise dos fenômenos do autoritarismo/totalitarismo valendo-se do cabedal do psicanalista Jacques Lacan — sua principal referência, junto de Hegel.

Por fim, levar-se-á a cabo uma análise crítica de algumas falas do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro que fazem menção à categoria de "povo", apontando para os elementos que representam — de acordo com as reflexões žižekianas a serem anteriormente explicitadas — um claro atentado às condições mesmas de possibilidade e mantimento da democracia, além do conteúdo de teor abertamente autoritário.

2. CONTEXTOS INICIAIS

[1] Graduando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Campus Poços de Caldas e pesquisador bolsista pelo PIBIC-CNPq; áreas de interesse: Filosofia Política, Filosofia do Direito, Filosofia Francesa contemporânea e Teoria da Democracia.
E-mail: marcusapoli@gmail.com;
Telefone: (19) 98285-0338
CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/7664187009474030;
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7541-932X

Slavoj Žižek, nascido em 1949, na cidade de Liubliana, capital da Eslovênia — a mais próspera e mais "ocidental"[2] das províncias da antiga República da Iugoslávia —, tornou-se, nas últimas décadas, um dos principais filósofos contemporâneos do campo crítico. Detentor, junto da *Sociedade de Psicanálise Teórica* de Liubliana, de uma leitura renovada da tradição do idealismo alemão (Kant, Fichte, Schelling e Hegel) sob as lentes críticas do psicanalista francês Jacques Lacan, Žižek toca — por toda sua extensa obra — questões que concernem diretamente às problemáticas próprias da filosofia e da política.

Além de possuir certos trejeitos teóricos do estruturalismo francês a que, em grande medida, é devedor, Žižek possui uma trajetória biográfica e intelectual que é — para dizer no mínimo — muito singular. Vindo da experiência do "socialismo real" na antiga República Socialista da Iugoslávia, Žižek, além de trazer outros ares para os debates filosófico-psicanalíticos da França do fim dos anos 1980 — sobretudo no que diz respeito ao modo com que traz a figura de Hegel e Marx para um ambiente psicanalítico que se via como estranho a esses dois autores — também inova com sua nova proposição de funcionamento da ideologia, que se daria através de um aparato cínico e fantasista que, segundo ele, imperava nos meandros da *nomenklatura* da Liga dos Comunistas da Iugoslávia — partido que detinha o poder sob o regime socialista Iugoslavo.

Nisso, insta salientar que no contexto filosófico da república da Eslovênia imperavam, à época de formação do filósofo, duas vertentes filosóficas principais: uma fortemente influenciada por Heidegger e outra seguidora do pensamento marxista-frankfurtiano (IRWIN; MOTOH, 2014). E será já nesse contexto inicial de formação que, por parte de Žižek, dá-se uma primeira tomada de distanciamento da ideologia marxista oficial, pois o filósofo opta por seguir seus estudos em uma linha heideggeriana, somada com as reflexões do estruturalismo francês proporcionadas por Jacques Derrida[3], publicando, em 1971 — mesmo ano em que se forma em filosofia — sua primeira obra, chamada *A dor da diferença*.

Mais tarde, no ano de 1975, a influência do estruturalismo francês — sobretudo de via psicanalítica, trazida por Jacques Lacan — passa a exercer peso maior sobre Žižek e parte de seus conterrâneos, o que o leva a apresentar uma dissertação de mestrado intitulada *A relevância prática e teórica do estruturalismo francês* e fundar, junto de Mladen Dolar, a *Sociedade de Psicanálise Teórica*. Importante colocar que a primeira metade da década de 1970 foi, para Žižek, marcada por uma forte experiência de desemprego, fruto de um boicote, por não ter escrito uma dissertação "suficientemente marxista," (ŽIŽEK; DALY, 2006) e por ter se alinhado ao pensamento estruturalista francês, malvisto pela ideologia oficial e pelos heideggerianos/frankfurtianos, que lideraram os departamentos de filosofia. No entanto, conseguiu, em 1977, um emprego de redator de discursos para a burocracia do *Comitê Central da Liga de Comunistas da Eslovênia*, o que foi, em larga medida, central, para que Žižek entendesse a forma *cínica* de funcionamento da ideologia oficial:

> Devo dizer que outras duas experiências também foram muito instrutivas para mim e ainda hoje marcam minha abordagem da ideologia: o exército iugoslavo e o trabalho no comitê central, onde pude observar como funcionava por dentro o poder do Partido Comunista. Ali eu já tinha aprendido com a própria vida a ideia básica do funcionamento cínico da ideologia: a ideia de que, para funcionar, a ideologia não deve levar-se demasiadamente a sério. (ŽIŽEK; DALY, 2006, p. 47)

Já em 1981, Žižek torna-se Doutor em Filosofia na Eslovênia e viaja para a França a fim de selar o distanciamento de seu passado regado às leituras de Heidegger e Derrida, sob a orientação de doutorado, do psicanalista Jacques-Alain Miller — genro e então "herdeiro" da obra de Lacan —, o que o leva a publicar, no ano de 1988 (dois anos após a defesa dessa sua segunda tese), sua obra de entrada no cenário intelectual ocidental, *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Apesar

[2] Tal rótulo se deve tanto pela localização geográfica da Eslovênia quanto por seu papel econômico durante o regime Iugoslavo. Para uma análise mais detalhada, *Cf.* Parker (2004, p. 28-30) e Irwin, Motoh (2014, p. 13-33).

[3] A esse respeito, *Cf.* Žizek e Daly (2006, p. 38-39).

de não ter alcançado grande projeção fora de círculos psicanalíticos e acadêmicos, Žižek publicará, logo em seguida, no ano de 1989, uma versão editada do texto em língua inglesa — tida como uma de suas principais e mais influentes obras —, chamada *O sublime objeto da ideologia*. Obra esta que foi na contramão da então chamada "condição pós-ideológica"[4], sendo responsável por uma importante retomada do conceito de ideologia no léxico filosófico de seu tempo, realizada por meio de um "retorno a Hegel" que fora proporcionado pela psicanálise lacaniana (ŽIŽEK, 2008).

E é este contexto inicial da obra de Žižek — na qual toma grande proximidade do pós-marxismo de orientação lacaniana, estabelecendo como suas principais referências filosófico-políticas da época os filósofos críticos do totalitarismo e defensores da democracia, Claude Lefort, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau — que nos fornece o aparato conceitual necessário para criticar o autoritarismo do governo Bolsonaro e suas menções à categoria de "povo". No entanto, antes de prosseguirmos neste ponto que se faz vital para nosso trabalho, uma pequena digressão aqui se faz necessária.

Ao fim da década de 80, o regime iugoslavo passava por grandes desgastes internos e dava claros tons de seu desmoronamento, o que, de certa forma, favoreceu muito para o surgimento de grupos dissidentes críticos do regime, tais como a *Neue Slowenische Kunst* (movimento vanguardista de música, teatro e artes visuais) e a banda de rock industrial *Laibach*. Deste modo, Žižek — muito amparado nas problematizações postas pelos supramencionados filósofos do campo pós-marxista e em sua teoria do funcionamento cínico da ideologia — passará a ter um engajamento político cada vez maior, envolvendo-se diretamente com tais movimentos políticos dissidentes que clamavam por democracia e eleições livres, tornando-se, inclusive, o principal norte teórico de tais movimentos[5]. Por fim, como a história mesmo nos mostra, tais movimentações da sociedade civil culminaram na independência da federação da Eslovênia com a realização de eleições livres, da qual Žižek foi um dos principais candidatos ao *Comitê Presidencial*, se candidatando com outros pelo Partido Democrático Liberal.

E, apesar de colocar-se, neste primeiro momento, como um ávido crítico da experiência socialista em seu país, Žižek não deixa de tratar o capitalismo de forma sumamente crítica e de ter Karl Marx como uma de suas principais referências filosóficas. Em larga medida, isso se deve ao fato de Žižek ver, também, a psicanálise como uma ferramenta de crítica cultural. Como observou Vladimir Safatle: "Žižek compreendeu bem que a psicanálise nunca se contentou em ser apenas uma clínica da subjetividade, mas que procurou impor-se desde o início como crítica às formações socioculturais da modernidade capitalista." (SAFATLE, 2005, p. 119) Nesse sentido, os pós-marxistas Claude Lefort, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe fornecem a articulação da psicanálise com a política, da qual Žižek se servirá em suas obras iniciais para refletir sobre a democracia e nela, o estatuto do povo. O que veremos a seguir.

3. O LUGAR VAZIO DO PODER E O POVO QUE INEXISTE

Responsável por uma vasta produção teórica sobre a democracia e o totalitarismo, Claude Lefort foi influente, sobretudo na década de 1970 e 1980, nos principais debates filosófico-políticos da França e do Brasil. Apesar de sua grande importância nas reflexões iniciais de Slavoj Žižek, Lefort tem sido negligenciado por diversos de seus comentadores políticos[6]. Assim, a fim de elucidar tal influência e o desenvolvimento do conceitos de *invenção democrática*, *lugar vazio do*

[4] Tal "condição pós-ideológica" dá-se sobretudo naquilo que ficou conhecido como "o fim das grandes narrativas" de Jean-François Lyotard em seu *A condição pós-moderna* e, também, em "o fim da história" de Francis Fukuyama, em seu *O fim da história e o último homem*, isto é, o sentimento que ganhou corpo na academia e na política após a queda do muro de Berlim e fim da URSS de que não haveria mais alternativas ao capitalismo liberal e democrático e de que projetos fortemente nacionalistas e socialistas deveriam ficar no passado e serem, assim, denegados por não serem mais possíveis num mundo não mais regido por grandes ideologias e avesso aos totalitarismos.

[5] A esse respeito, *Cf.* Parker (2004, p. 26-35), Žizek e Daly, (2006, p. 64-65) e Irwin e Motoh (2014, p. 29-33).

[6] A esse respeito, *Cf.* Parker (2004), Cinatti (2015) Teles (2009).

poder e da categoria de *povo* — todos vitais para a elucidação e compreensão do trato que Žižek dá à democracia — restringir-nos-emos, aqui, às suas primeiras obras publicadas.

Visando conceituar o totalitarismo e as dinâmicas próprias que o constituem, Žižek segue continuamente Lefort, para quem "o totalitarismo só se esclarece sob a condição de captar a relação que mantém com a democracia. É dela que surge exatamente no momento em que ele se implanta" (LEFORT, 1983, p. 116). Isto é, deve-se ter de antemão que o totalitarismo é uma criação propriamente *moderna*, pois ele só se faz possível sob o pano de fundo do que Lefort chamará de *invenção democrática*. Tal invenção é fruto da Revolução Francesa que, por meio do *povo*, fez irromper uma profunda subversão da estrutura política do *Ancien Régime*[7], realizando aquilo que ele chama de "uma dissolução da corporeidade social", corporeidade esta que se realizava na unidade e identidade da sociedade ao corpo do rei, que, como apontará Žižek, "legitima seu poder por referência a uma autoridade extra-social [Deus]" (ŽIŽEK, 1991, p. 190).

Assim, por meio de uma *dessacralização do lugar do poder* e de uma *desincorporação social*, a possibilidade da democracia como o governo do povo emergiria, pois o que legitima e institui o poder, passa a ser um elemento da própria sociedade, o povo, não mais algo sagrado, divino. Nesse sentido, como bem coloca Vladimir Safatle:

> tal desincorporação [...] permitiria a abertura à potência de "indeterminação do social" que nos forneceria um forte princípio de distinção entre a democracia e todas as formas variadas de totalitarismo. Pois a democracia seria o governo que impede o preenchimento do exercício simbólico do poder por construções imaginárias de completude. (SAFATLE, 2020, p. 66)

Essa "indeterminação social" própria à democracia perfila-se, então, através do retrato de uma contínua resistência da sociedade civil a uma calcificação das relações sociais — principal característica do *Ancien Régime* com sua organização social baseada em estamentos. Nisso, a *invenção democrática* seria o nascimento da democracia como regime de uma sociedade fundada pelo imperativo da indeterminação dos lugares ocupáveis na sociedade — não haveria mais a atribuição de lugares iminentemente fixos, como na sociedade estamental — e de um contínuo questionamento daqueles que ocupam o *locus* do poder. Lefort dirá que a democracia se torna o "teatro de uma aventura indomesticável, tal que o que se vê instituído não está nunca estabelecido, o conhecido permanece minado pelo desconhecido, o presente se revela inominável" (LEFORT, 1983, p. 119). Ou seja, *na democracia não haveriam leis e enunciados que não fossem passíveis de questionamento e, menos ainda, ocupantes de lugares do poder instituídos que não pudessem ser destituídos*.

Com isso em mente, Žižek enxergará na experiência democrática de indeterminação social firmada sob o poder do povo, um paradoxo constitutivo: o *povo* — como entidade soberana que funda a democracia — não pode existir *positivamente*, pois isto implicaria sua instituição como um *corpo* no seio da sociedade, entrando em contradição com a definição própria da democracia como sociedade que se firma através da *desincorporação* e da *indeterminação social*. Assim, Žižek coloca que o povo, na democracia, só existe enquanto uma entidade *negativa*, como "um limite, uma borda que impede a identificação daquele que reina com o lugar do Poder" (ŽIŽEK, 1991, p. 193). Sendo o detentor do poder de instituir/destituir os enunciados e aqueles que ocupam o lugar do poder, "o único momento de existência efetiva do 'povo' são as eleições, o momento em que toda a rede social se desfaz e fica reduzida a uma coleção dispersa de 'cidadãos' de indivíduos atomizados." (ŽIŽEK, 1991, p. 193)

Žižek aponta que é nessa incapacidade de lidar com esse caráter paradoxal da democracia que os governos totalitários se constituem, pois nestes governos, liderados pelo partido/nação/religião, "o Poder é exercido em nome do Povo como entidade positiva, o que quer dizer que o

[7] "A revolução democrática, por muito tempo subterrânea, explode, quando o corpo do rei se encontra destruído, quando cai a cabeça do corpo político, quando, simultaneamente, a corporeidade do social se dissolve. Então se produz o que eu ousaria chamar uma desincorporação dos indivíduos." (LEFORT, 1983, p. 117).

detentor do Poder não mais ocupa um lugar originariamente vazio" (ŽIŽEK, 1991, p. 193). O partido (encarnando, dando *corpo* aos interesses do *povo*) ocuparia, desta forma, o *locus* do poder deixado originariamente vazio pela invenção democrática, daria uma identidade fixa e uma unidade ao poder. Como coloca Lefort: "[no totalitarismo,] o partido não aparece como distinto do povo ou do proletariado que dele é a quintessência [...] O partido é o proletariado [e o povo] no sentido da identidade. Isso ao mesmo tempo em que é o seu guia" (LEFORT, 1983, p. 113; 119).

Importante colocar que tal crítica ao partido como "guia" do povo — conhecedor de supostas "leis objetivas da história" — vem também de um posicionamento crítico a certa teleologia da história marxista[8], que veria uma necessidade histórica do comunismo e do proletariado como sujeito político privilegiado. Assim, para Žižek, ocupar o lugar do poder valendo-se de um "conhecimento objetivo da história" implicaria tirar da democracia a indeterminação política que a caracteriza como tal[9].

Também nesse sentido, Žižek seguirá na contramão das correntes críticas marxistas às eleições "burguesas" como "meramente formais", que propiciam apenas uma "democracia meramente formal" constituída por "indivíduos atomizados" e "cidadãos abstratos". Disso, localizando as eleições como ponto culminante da experiência democrática, Žižek observará que "no momento das eleições, toda a rede hierárquica das relações sociais fica suspensa, posta entre parênteses, a 'sociedade' como unidade orgânica deixa de existir, transforma-se numa coleção contingente de indivíduos" (ŽIŽEK, 1991, p. 193-194).

As eleições seriam, então, o momento de instituição/destituição dos ocupantes dos lugares de poder, momento de dissolução do edifício social entregue ao puro acaso, a uma mera contagem dos indivíduos abstratos conjugados no todo. E, por mais que se possam haver fraudes, manipulações e toda sorte de problemas nas eleições, "tão logo se elimina a possibilidade dessas deformações, perde-se a própria democracia" (ŽIŽEK, 1991, p. 194). Pois isso seria uma tentativa de eximir a política democrática do encontro com a contingência e com suas impurezas próprias seria, então, a atitude antidemocrática por excelência, uma vez que buscaria dar determinações e impedimentos àquilo que possui como principal traço uma indomável indeterminação. Como Žižek mesmo ilustra a respeito da "democracia efetiva" defendida por diversos campos do marxismo, alegadamente aquele que semeava o solo do "socialismo real":

> A "democracia efetiva", portanto, é o outro nome da não-democracia: se quisermos excluir a possibilidade das "manipulações", teremos de "verificar" antecipadamente os candidatos, introduzir a diferença entre o "verdadeiro interesse do povo" e sua opinião contingente, submetida à demagogia e a toda sorte de provocações etc. – e com isso chegaremos ao que se chama a "democracia organizada" do "socialismo real", onde as "verdadeiras eleições" já tem lugar antes das eleições e onde já têm lugar antes das eleições onde o ato de escrutínio já não tem valor senão plebiscitário. O que está em jogo na "democracia organizada" do "socialismo real", portanto, é justamente *excluir a irrupção do real que marca as eleições "burguesas": o momento da "disseminação" do edifício social numa coleção numérica de indivíduos atomizados.* (ŽIŽEK, 1991, p. 194, grifo nosso)

Então, neste momento de seu percurso intelectual, fica claro para Žižek que o papel das lutas por emancipação política é manter-se fiel ao legado deixado pela Revolução Francesa através da *invenção democrática*. Tais lutas deveriam fazer valer *o lugar vazio do poder*, resistindo às tentações totalitárias de fuga da indeterminação democrática — que, como vimos anteriormente, Žižek opunha-se veementemente na Eslovênia do fim da década de 80. E, tendo em mente a suma importância de se levar a cabo a *inexistência do povo* colocada por Žižek para a defesa da democracia, seguiremos, agora, à uma breve análise de algumas falas repercutidas pelo então Presidente Jair Bolsonaro.

---

[8] Como encontramos, por exemplo, em Lukács (2002).

[9] A crítica a essa necessidade/teleologia histórica marxista também é feita por Lacan, maior referência de Žižek, a propósito, *Cf.* Safatle (2020a p. 135-139).

4. BOLSONARO E O FECHAMENTO DA DEMOCRACIA

O Brasil tem presenciado, ao longo de todo o mandato do Presidente Jair Messias Bolsonaro, uma série de ininterruptos ataques à democracia, às instituições e às eleições vindouras, no ano de 2022. E podemos dizer que os pronunciamentos exarados pelo Presidente que compreendem, principalmente, o período o de realização das manifestações antidemocráticas de 7 de setembro de 2021, fornecem um vívido exemplo do que vem a ser o fechamento da democracia em totalitarismo que Žižek vem a pontuar.

Ao participar das supramencionadas manifestações, Bolsonaro conclamou que "eu apenas hoje quero ser o porta voz (*sic*) de vocês e dizer que o que falarmos a partir de agora, estou falando em nome de vocês, povo brasileiro" (SOARES, 2021). Esta sua alegada capacidade de "ouvir" e ser o "porta-voz" do *suposto* povo brasileiro o leva justamente à operação de tomar o povo como entidade positiva, possivelmente capaz de ser delimitada. Tal capacidade epistemológica de aceder ao "verdadeiro interesse do povo" que Bolsonaro diz ter e de poder, desta forma, "falar em seu nome", nada mais é que o gesto *totalitário* de fechamento da democracia *par excellence*, uma vez que, segundo Žižek (1991, p. 193) "o totalitarismo poderia ser definido como uma espécie de reviravolta pela qual o Povo ganharia consistência e se tornaria uma entidade positiva" que ganha *corpo* naquele "que supostamente representaria os 'verdadeiros interesses do povo'."

Bolsonaro se identifica e ocupa, então, o *locus* do poder que, na democracia, é originalmente *vazio*; agora, ele diz corporificar efetivamente os "interesses do povo". Afirmando — mesmo com pesquisa do Datafolha informando absolutamente *o contrário* (DATAFOLHA, 2021) — que "o povo quer voto auditável" (SOARES, 2021a), Bolsonaro fala em voz ativa em nome do povo pois com ele se identifica e não querendo, em antecipação, aceitar o processo eleitoral, pretende "justamente excluir a irrupção do real que marca as eleições 'burguesas': o momento da 'disseminação' do edifício social numa coleção numérica de indivíduos atomizados." (ŽIŽEK, 1991, p. 194)

Disto, sua enfadonha e jocosa afirmação de que "o povo brasileiro me ama" (QUEIROZ; FAGUNDES, 2021) possui todo o sentido, uma vez que, para Bolsonaro — que fala em nome de um povo *positivo* —, o único traço que defino o povo é apoiá-lo e amá-lo (ŽIŽEK, 2021, p. 191). Com Bolsonaro, *as margens de indeterminação e contingência do político não estariam mais abertas* e, se um dia o revolucionário Saint-Just afirmou que "não se pode reinar inocentemente" — *i. e.*, que não se pode pretender ocupar "naturalmente" o lugar do poder, como no *Ancien Régime* (ŽIŽEK, 1991, p. 192) — não há que se negar que o lugar do poder perdeu toda sua precariedade e vazies, sumamente necessários para qualificar nosso regime como efetivamente democrático.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse esforço, o presente trabalho buscou, num primeiro momento, realizar um breve excurso sobre a biográfico-histórico de Slavoj Žižek, apontando para pontos determinantes de sua problematização filosófica e política da democracia, sobretudo no contexto Iugoslavo, vivenciado pelo autor. Em diante, pretendeu-se dar cabo à fulcral — e negligenciada por diversos de seus importantes comentadores — referência de Žižek a Claude Lefort em suas reflexões que concernem à democracia/totalitarismo e o papel das eleições no seio da sociedade democrática; ao que foi fornecido o pano de fundo conceitual para uma análise e crítica de algumas colocações manifestadas pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro.

Apesar de no atual momento Žižek ter se tornado grande partidário de uma problematização política leninista e chegar mesmo a denegar toda e qualquer defesa irrestrita da democracia liberal, e renegando o uso do conceito de "totalitarismo", sua reflexão inicial sobre a democracia fornece, além de um belo registro da efervescência política que ganhara corpo na Eslovênia do fim da década de 80, um aparato conceitual poderoso de identificação e luta contra governos autoritários. A propósito de Lefort e a reflexão de Lacan sobre as instituições psiquiátricas, Safatle aponta que

"*o vazio é uma resposta possível ao fascismo*"[10]. E talvez, em momentos de profunda crise institucional e política — como a que se faz presente e literalmente encarnada na figura de Bolsonaro —, fazer valer o legado da *invenção democrática*, impedindo que o detentor deste precário *locus* do poder se identifique com ele através de um povo que inexiste, faz-se como sumamente vital.

REFERÊNCIAS

CINATTI, Claudia; DANTAS, Gilson; FEIJOO, Cecilia. Žižek e seu diálogo com Marx, Lacan e Lenin. São Paulo: Edições ISKRA, 2015.

DATAFOLHA. **Folha de São Paulo**. 2021. Disponível em : https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2021/01/1989199-73-defendem-urnas-eletronicas-e-23-querem-volta-do-voto-impresso.shtml Acesso em: 23 nov. 2021.

GUERRA, Elizabete; TELES, Idete. (org.) **Lacunas do Real**: leituras de Slavoj Žižek. Florianópolis: NEFIPO, 2009.

IRWIN, Jones; MOTOH, Helena. Žižek and his contemporaries: On the emergence of the Slovenian Lacan. Londres: Bloomsburry, 2014.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: Os limites do totalitarismo. Trad. Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PARKER, Ian. **Slavoj Žižek**: a critical introduction. Londres: Pluto Press, 2004.

QUEIROZ, Vitória; FAGUNDES, Murilo. "O povo me ama", diz Bolsonaro a repórter da Itália... **Poder 360**. 2021. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/o-povo-me-ama-diz-bolsonaro-a-reporter-da-italia/ Acesso em: 23 nov. 2021.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos**: Lacan, política e emancipação. Belo Horizonte: Autêntica, 2020a.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro: "O nosso país não pode continuar refém de uma ou duas pessoas". **Correio Brasiliense**. 2021. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4948112-bolsonaro-o-nosso-pais-nao-pode-continuar-refem-de-uma-ou-duas-pessoas.html Acesso em: 23 nov. 2021.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. Depois da culpabilidade: figuras do supereu na sociedade de consumo. *In:* DUNKER, Christian Ingo Lenz; PRADO, José Luiz Aidar. (org.). Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo. São Paulo: Hacker, Editores, 2005.

ŽIŽEK, Slavoj. **O mais sublime dos histéricos**: Hegel com Lacan. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

ŽIŽEK, Slavoj. **The sublime object of ideology**. 2. ed. Londres: Verso, 2008.

[10] SAFATLE, Vladimir. *Maneiras de transformar mundos*: Lacan, política e emancipação. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 54. Grifos nosso.

CRIMINOLOGIA E RACISMO: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO POSITIVISMO CRIMINOLÓGICO E SUAS INFLUÊNCIAS NO BRASIL.

Marcelo Augusto Amaral de Carvalho[1]

1. INTRODUÇÃO

É consenso, ou ao menos deveria ser dentre os juristas e magistrados do direito contemporâneo, que o julgamento de acusados criminalmente deve ocorrer dentro do princípio da legalidade, diante da presunção de inocência e analisando o caso concreto em si, ao passo que se distanciará do perfil do réu ao máximo a fim de evitar a parcialidade e que a mesma se transforme em uma política de Estados antidemocráticos e excludentes. Mas nem sempre foi assim. Sob a luz das novas descobertas científicas e o auge do evolucionismo *'darwinista'* na segunda metade do século XIX, pontuou-se que o criminoso era um salto para trás da evolução humana, fruto de características biológicas que não haviam evoluído (Anitua, 2008, p. 304). Seus teóricos, o político Enrico Ferri e o médico Cesare Lombroso, inauguraram nesse instante a tese de que o comportamento delituoso estaria ligado não apenas às questões sociais, mas aos fatores biológicos. O objeto de estudo deixa de ser o delito e passa a ser o delinquente (Malaguti, 2011, p. 45). Sob esse viés, pretende-se mostrar nesse artigo de qual forma o Positivismo Criminológico foi usado como motor e base de diversas discriminações, sobretudo raciais e de que maneira ele influenciou o controle social de negros durante a história brasileira.

2. CRIMINOLOGIA

Durante as décadas de produções acadêmicas, diversos autores se dedicaram a estudar e conceituar a criminologia. A definição mais aceita hoje tem base no apontamento de Edwin H. Sutherland (1883-1950):"Criminologia é um conjunto de conhecimentos que estudam o fenômeno e as causas da criminalidade, a personalidade do delinquente, sua conduta delituosa e a maneira de ressocializá-lo" (N. Fernandes;V. Fernandes, 1995, p. 38).

Entretanto, há outras interpretações que proporcionam uma ampla reflexão crítica a respeito do tema. Para a criminóloga venezuelana Lola Aniyar de Castro, criminologia é a "atividade intelectual que estuda os processos de criação das normas penais e das normas sociais que estão relacionadas com o comportamento desviante dessas normas e a reação social [...] que aquelas infrações ou desvios tenham provocado." (Castro, 1983, p. 52). As circunstâncias aplicadas pela advogada, trazem para o campo dos estudos uma nova pauta, que é a reação social e a noção de reprovabilidade em cada um dos crimes.

Já Eugênio Raul Zaffaroni, um dos maiores penalistas e criminólogos da atualidade, definiu o tema em questão como "saber e arte de despejar discursos perigosistas" e nada mais do que o "curso dos discursos sobre a questão criminal" (Zaffaroni, 1988).

[1] Graduando em Direito pela PUC-Minas, Belo Horizonte. Membro dos grupos de pesquisa "Teoria Crítica do Direito" e "Mídia e Garantismo Penal" junto à PUC-MG.

Feitas as análises epistemológicas iniciais, e as concluindo com destaque de Zaffaroni, grande crítico das ineficientes penas de privação de liberdade, cabe, com a intenção de introduzir a natureza que circunda a criminologia, refletir sobre a origem histórica da temática.

O surgimento dos estudos criminológicos é sempre um dos assuntos mais delicados e debatidos pelos criminólogos que direcionam suas pesquisas em busca de respostas para a natureza dos crimes e das penas. Para uma ala, discorre-se que a criminologia tem origem com o economista e jurista Marquês de Beccaria (1738-1794 que, ao publicar seu manifesto *"Dos Delitos e das Penas"* no auge do iluminismo, questionava assuntos sensíveis à época como a legitimidade das penas de morte e das penas exemplares (Beccaria, 1764, p. 10-11). É inegável a importância desses questionamentos que, mesmo ocultados por séculos, finalmente foram postos em palanque pelo fato da voz ecoar de cadeiras da aristocracia de Milão. Ao lado de outros autores humanistas, propôs uma mudança no método punitivo que marcaria sua geração: o desaparecimento dos suplícios. Tal humanização das penas passava pela ocultação do corpo como alvo principal da repressão penal (Foucault, 1975).

Entretanto, há uma corrente majoritária que, mesmo reconhecendo o sucesso do sepultamento das penas corporais, afirma que esse período histórico se propôs principalmente a abordar temas referentes às punições, mas não estudos voltados para o crime e ao criminoso e por isso não é digno considerar a Escola Clássica, como foi denominada a corrente defendida por Beccaria, como o marco teórico que deu início aos estudos da Criminologia.

Assim, surge no final do século XIX, marcada pelo cientificismo e organicismo, a criminologia como matéria de estudo e ciência autônoma (Gonzaga, 2018, p. 12). Aquele discurso em voga na época transferiu para o campo do controle penal a necessidade de uma explicação científica para o crime, baseada principalmente no determinismo e empirismo (Anitua, 2008, p. 297).

Segundo Newton Fernandes e Valter Fernandes, em determinado momento histórico, o Direito Penal abandonou o terreno da abstração em que se colocava ao tempo da chamada Escola Clássica, passando para o concretismo das verificações objetivas sobre o delito e, fundamentalmente, sobre o criminoso. (N. Fernandes; V. Fernandes, 1995, p. 84).

Diante do exposto, as seguintes explanações serão voltadas para esse período racista da criminologia com o objetivo de mostrar à frente como ele foi usado como forma de controle social em países como o Brasil, expondo também os reflexos causados na contemporaneidade.

3. ANTROPOLOGIA CRIMINAL

Historiador da medicina e das mentalidades, Pierre Darmon expõe em sua obra *"Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime"* passagens que ocorreram na Exposição Universal de Paris sobre antropologia, no ano de 1889. Dentre elas destaca-se a fala de Cesare Lombroso ao analisar o crânio de Charlotte Corday, marcada pelo assassinato do líder jacobino da Revolução Francesa, Jean-Paul Marat:

> Este crânio é muito rico em anomalias. Ele é platicéfalo, característica mais rara nas mulheres que nos homens. Tem uma apófise jugular muito proeminente, uma capacidade média de 1 360 em lugar de 1 337, que é a média, uma saliência temporal muito acentuada, uma cavidade orbital enorme e maior à direita que à esquerda. Tem, enfim, este crânio anormal, uma fosseta occipital. Trata-se de anomalias patológicas e não de anomalias individuais. (DARMON, 1991, p. 13)

Ao examinar essa passagem, é perceptível como o médico, por meio dos estudos de frenologia, detalha o crânio de uma pessoa marcada pelo cometimento de um crime. Essa forma de associação do crime às características biológicas ficou conhecida historicamente como antropologia criminal.

Originando-se na Europa no final do século XIX, especificamente na Itália, seus precursores pretendiam explicar o comportamento criminoso partindo de características atávicas presentes no indivíduo. O atavismo é definido com essas marcas que representam o atraso na evolução biológica

e extrapola-se ao plano real, segundo os defensores da época, através de defeitos endócrinos, falhas genéticas, deformações no crânio, tamanho dos órgãos, entre outros. Segundo Darmon "as síndromes desse mal já estariam gravadas na espécie humana através da multiplicação das taras físicas que testemunharam o abastardamento da raça: malformações do crânio, da orelha e das extremidades assimetrias faciais" (Darmon, 1991, p. 42).

A partir disso, faz-se a diferenciação dos seres humanos em duas categorias, sendo a primeira, pessoas que têm tendências a cometer crimes e a segunda, pessoas que não possuem tal anseio. O que os motivou a essas constatações foi o fato de deduzirem erroneamente, que o problema da criminalidade estaria associado aos criminosos diretamente, ignorando totalmente a premissa atual de que o crime é uma situação social. Logo, infere-se que, segundo essa escola, há um fator que liga todos os casos concretos de violação das normas morais e penais positivadas, e esse fator é a pessoa do criminoso, que carrega consigo esse atavismo.

Segundo Alessandro Baratta a escola positivista é definida como aquela que produz a explicação patológica da criminalidade (Baratta, 2002, p. 38). Essa ideia está diretamente ligada às justificativas de que o delito, por ser incidência advinda da natureza, possui como importância de estudos o seu autor e a partir disso tecer classificações, afinal a transgressão era uma plena manifestação sintomática da sua personalidade patológica, que tinha como causa os fatores que produzem a degenerescência (Malaguti, 2011, p. 45). Nesse diapasão surge a rotulação, emitida por Lombroso, a respeito do criminoso nato ou criminoso instintivo. O médico, que teve sua obra *"L' Uomo delinquente"* publicada no ano de 1876 dá início a sua coletânea de repertórios pontuando o ato criminoso na sua dimensão universal, afastando-a de ser uma desordem acidental, mas sim correspondente a um fenômeno natural cuja extensão no tempo e no espaço contribuem para prolongar a atuação e nascimento de indivíduos atávicos. (Lombroso, 1876).

Dando sequência aos estudos, Lombroso dá início a visitas em casas de correção, o qual produz suas medições e análises em menores infratores, os quais ele afirmou apresentar os estigmas de criminalidade como as orelhas com tamanho desproporcional, achatamento do crânio, maxilares desconfigurados, bocas deformadas, entre outros (Darmon, 1991, p. 48).

Com o intuito de introduzir as pautas no que toca ao controle social e ao Brasil, propõe-se a reflexão de Anitua:

> A influência do racismo é evidente, pois quando se destacava que alguém era diferente, isso queria indicar também que era inferior, de acordo com toda construção teórica que se faria no século XIX. Vale assinalar, contudo, a novidade dessa construção, as inumeráveis continuidades que existem entre seres "inferiores" – negros, doentes mentais e, para a criminologia, delinquentes – e aqueles que durante o Antigo Regime, eram destacados pela possessão demoníaca.[...] A justificativa racista e não igualitária do positivismo criminológico baseava-se no que as polícias – no caso, do nascente Estado italiano – realmente faziam. Mediante a observação daqueles pobres homens que eram mandados para os calabouços, o positivismo realiza a síntese do delito e do delinquente. (Anitua, 2008, p. 298-299)

Diante desta reflexão, fica evidente o cerne do positivismo criminológico, que seu objeto, por meio da redução causal, não eram corpos apenas, mas corpos historicamente incriminados como forma de controle social por serem vistos como subversivos e para manter uma hierarquia de privilégios que é construído desde a origem da sociedade moderna.

Entretanto, no início do século XX, as ideias e a insana propagação das pesquisas sobre antropologia criminal encontraram um vasto descrédito na Europa e, foi nesse período que elas são agraciadas diante dos países latino-americanos, "verdadeiros eldorados da Nova Escola" (Darmon, 1991, p. 110), como é o caso do Brasil que veremos a seguir.

3.1. POSITIVISMO CRIMINOLÓGICO NO BRASIL

O marco da recepção da criminologia no Brasil já foi tema de inúmeros estudos, principalmente no período supracitado (Freitas, 2002). Ele é tido por muitos historiadores a partir das publicações de João Vieira de Araújo (1844-1922), pois além de integrar o corpo docente da Faculdade de Direito do Recife, foi o primeiro autor a demonstrar ciência das obras de Lombroso, (Alvarez, 2002) como exposto no trecho:

> O direito criminal dentre todos os outros direitos é justamente o que está sujeito às mais constantes e rápidas mudanças em seu conceito. Basta ler a obra do grande professor italiano Cesare Lombroso " *L'Uomo Delinquente*" e ter uma ligeira notícia da importância dos estudos realizados na antropologia em diversos países adiantados da Europa para avaliar ou prever que progressos estupendos estão reservados no futuro às instituições criminais. (Araújo, 1884)

Sob esse viés, é notório que o crime e o criminoso são observados inicialmente no país por uma intuição de que o Brasil deveria seguir ideologias que, para a época eram vistas como vanguardas, por serem dotadas de caráter científico no meio das grandes descobertas das ciências modernas. As consequências desse cenário são vistas no Brasil a partir de então, diante de um contexto de abolição da escravidão (1888) e Proclamação da República (1889), em que a criminologia, revestida do discurso de combate à criminalidade serve de instrumento para o controle social, principalmente por parte das elites republicanas, que por décadas caracterizou-se por atos contrários a democracia.

Surge então nesse cenário a figura principal sobre a antropologia criminal no Brasil, Raimundo Nina Rodrigues. Médico legista maranhense, que foi considerado por Lombroso, o apóstolo da antropologia criminal no novo mundo (RIBEIRO, 1995, p. 64). Nina Rodrigues ateve-se aos postulados positivistas para tentar explicar os graves problemas sociais perceptíveis no Brasil, dentre as quais suas escrituras são dotadas de teores racistas na medida em que ele expõe suas teorias sobre a herança dos afrodescendentes e a miscigenação do povo brasileiro (Rodrigues, 1932). Segundo Nina, essa miscigenação poderia ser interpretada como uma reprodução das características primitivas que levariam ao crime, uma vez que ao diferenciar as raças presentes no Brasil, postulou por hierarquia o domínio qualitativo das características presentes nos brancos diante das presentes nos negros (Rodrigues, 1894, p. 141).

Além disso, o médico foi marcado por dois grandes momentos na história da criminologia. O primeiro, e mais teórico, está presente na sua obra, nos ensaios em que propõe a divisão das legislações penais de acordo com a classificação racial dos indivíduos, uma vez que segundo ele, a criminalidade estaria diretamente associada à miscigenação, como vemos a seguir no trecho:

> Posso iludir-me, mas estou profundamente convencido de que a adoção de um código único para toda a república foi um erro grave que atentou grandemente contra os princípios mais elementares da fisiologia humana.
>
> Pela acentuada diferença da sua climatologia, pela conformação e aspecto físico do país, pela diversidade étnica da sua população, já tão pronunciada e que ameaça mais acentuar-se ainda, o Brasil deve ser dividido, para os efeitos da legislação penal, pelo menos nas suas quatro grandes divisões regionais, que, como demonstrei no capítulo quarto, são tão natural e profundamente distintas. (Rodrigues, 1938, p. 225-226)

Ao analisar suas proposições sobre essa segregação, vê-se que seus questionamentos passavam pelo fato de que era impossível, ou ao menos, inviável, que um legislador tentasse abranger em apenas uma seleção de normas penais todas as condutas praticadas por indivíduos dotados de características amplamente heterogêneas. Seria como se o legislador tapasse os olhos para toda a diversidade construída na Terra de Vera Cruz durante séculos.

Já a segunda passagem de Nina Rodrigues de grande expressão para a criminologia brasileira, foi a análise da cabeça de Antônio Conselheiro partindo dos atavismos descritos por Lombroso e suas métricas de frenologia. O fato é que, por estar atento aos conflitos existentes principalmente

na sua região, além de explicar o delito pela miscigenação, o legista se deparou diante da Guerra de Canudos e tentou compreender todo o contexto a partir da síntese do crânio de seu líder, já que Conselheiro era uma das maiores figuras subversivas da época, por ter ido contra a ordem imposta pelos dominantes. A reputação da figura que liderou o movimento foi interpretada como paranoica, com temperamento vesânico e um caso evidente de degenerescência intelectual, além de incompreendido, desequilibrado, retrógrado e rebelde no meio em que agiu (Cunha, 2003, p. 98). Possivelmente a característica mais valiosa que despertou tal interesse analítico, foi que Antônio Conselheiro era mestiço e, nesse sentido, ele estaria então diante de uma das maiores comprovações científicas do positivismo criminológico o qual tanto devotou. Portanto, com o fim do conflito, a cabeça, fruto da decapitação do líder, foi enviada para as futuras observações de Nina Rodrigues em Salvador, por esta ser uma das lideranças do corpo docente da Faculdade de Medicina da Bahia. Feitos os estudos, o legista confirma estar diante de uma situação a qual não poderia compreender. As métricas da caixa craniana não comprovaram o estado subversivo de Antônio Conselheiro. O jornalista e estudioso de Canudos, Edmundo Moniz, define esse momento:

> A caixa em que vinha a cabeça de Antônio Conselheiro foi aberta na Faculdade de Medicina da Bahia, "a fim de que fosse estudada pelo famoso antropólogo Nina Rodrigues que gozava em todo país de grande autoridade científica. (...) Esperava-se de Nina Rodrigues um laudo que apresentasse Antônio Conselheiro como um louco ou um criminoso de nascença. Assim haveria a justificativa científica para a guerra de Canudos. Mas Nina Rodrigues, depois de minucioso exame segundo os cânones da escola positivista, emitiu honestamente a sua opinião autorizada (...) A ciência da época ditava seu julgamento: nem louco, nem criminoso" (Moniz, 1981, p. 97-98).

Após introduzir a antropologia criminal no Brasil, através principalmente dos estudos do médico Raimundo Nina Rodrigues, que contribuiu com a ascensão da exclusão dos negros diante de um cenário de intensa instabilidade no Brasil, passa-se, nesse mesmo período, a ter por parte das legislações, a criminalização de condutas que se encaixariam na situação principalmente dos afrodescendentes. Logo, é notório que essas circunstâncias acarretaria em um ciclo para essa teoria, pois o encarceramento compulsório como forma de controle social serviria de base para que essas pessoas que foram instigadas ao delito fossem analisadas como atávicas e suas características fossem tidas, a partir de constatações do positivismo criminológico brasileiro, como atrasos evolutivos. Nesse contexto, a brilhante criminóloga venezuelana, Rosa Del Olmo resume essa análise na sua obra a partir da seguinte fala:

> Os índios cometeriam delitos devido ao seu atraso e ignorância, segundo os 'especialistas' da época [refere o debate científico na América Latina no final do século XIX, momento da recepção das ideias de Comte, Darwin e Spencer, no plano geral, e de Lombroso, Ferri e Garófalo, no campo das ciências criminais], em razão de características congênitas que os impediam de se superar, e não à exploração de que haviam sido objeto durante séculos (...). O mesmo ocorria com os negros, que além disso foram objeto de atenção especial – de parte sobretudo dos médicos legistas – por praticarem suas religiões trazidas da África, consideradas sintomas de patologia e expressão de bruxaria fomentadora da delinquência. (Olmo, 2004, p. 175)

E é segundo essas constatações que finalizamos esse artigo, ao expor as mais significativas criminalizações compulsórias de condutas negras da história.

Sob a égide da promulgação da Lei Áurea (1888), a qual determinou o fim do trabalho escravo, mas foi seguida pela ausência de qualquer política que buscasse integrar os recém libertos na sociedade (Schwarcz, 2019, p. 30), as estruturas jurídicas foram marcas que determinaram o encarceramento e a segregação dos negros, problemática que até os dias atuais assombra o país (Malaguti, 2011). Como pode-se observar no Código Penal de 1890, houve um capítulo (XIII)

destinado especialmente a tratar de assuntos como a vadiagem e o exercício da capoeira. Nele, destaca-se os seguintes artigos:

> 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicilio certo em que habite; prover a subsistência por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes (...) (CÓDIGO PENAL, 1890)

> 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal (...) (CÓDIGO PENAL, 1890)

No que tange aos vadios, o primeiro artigo citado evidencia a necessidade que se tinha na época pelo corpo jurídico, de enclausurar as pessoas que não gozavam de um tipo de ocupação laboral. Em se tratando de desemprego, é importante ressaltar que a promulgação dessa lei se deu dois anos após da abolição da escravidão no país. Se hoje ainda é perceptível a alta taxa de desemprego entre essa população, imaginemos na época.

Além disso, a repressão da capoeira é anterior ao Código de 1890, mas foi com a positivação da lei que as entidades policiais passaram a mandar, sob a égide da lei penal, negros que praticavam tal conduta para o cárcere com o aparato jurídico-penal. Esses negros transportados para as celas, eram assim forçados ao recrutamento militar, o que custou a vida de inúmeros afrodescendentes diante da participação deles em guerras e conflitos, paradoxalmente, para defender uma ordem que era responsável pelo extermínio de seus semelhantes (Vidor; Reis, 2013).

O resultado dessa persecução penal por décadas é visto hoje por meio da estigmatização do negro como perfil do criminoso, análise essa racista e que precisa ser combatida com urgência na atualidade por meio de pensamentos decoloniais, como os de Aníbal Quijano, que, segundo ele, a descolonização da sociedade era o ponto de partida para a garantia ampla dos direitos sociais (Lander, 2005, p. 126).

Além do estigma, é notório a superpopulação negra encarcerada nos dias atuais, o que é demasiadamente preocupante na medida em que, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança, 64,7% dos indivíduos presos se declara negro ou pardo.

4. CONCLUSÃO

O presente artigo, seguindo sua linha de proposições, não pretende servir como um manifesto de soluções a respeito do problema-tema em destaque, mas sim como um acervo de críticas a um sistema construído historicamente sob a luz de uma teoria que, por natureza, pretendia o afastamento de uma raça do campo de convívio social.

Diante disso, é possível perceber que o comportamento do positivismo criminológico em sua origem italiana, chegou ao Brasil por meio da amplificação das obras de Lombroso e encontrou um cenário fértil para ser posto em prática. As elites que sempre comandaram a organização estrutural do poder no Brasil se apropriaram dos discursos e práticas da antropologia criminal, mesmo após a liberação dos escravos pela Lei Áurea, para impulsionar a segregação e subalternização das populações negras, o que reflete na hodiernidade através de estigmas e números escabrosos da população negra nos calabouços.

5. BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Marcos César. **A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais**. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais Vol. 45,

nº 4, 2002

ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos Pensamentos Criminológicos**. [S. l.]: Editora Revan, 2007.

ARAÚJO, João Vieira de. (1884). **Ensaio de direito penal ou repetições escritas sobre o código criminal do império do Brasil**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal; tradução Juarez Cirino dos Santos – 3 ed. – Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos delitos e das penas**. Trad. Flório de Angelis. 2. Reimpr. São Paulo: EDIPRO, 1999.

CARVALHO, Salo de. O Encarceramento Seletivo da Juventude Negra Brasileira: a Decisiva Contribuição do Poder Judiciário. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte: n. 67, pp. 623 - 652, jul./dez. 2015.

Decreto-Lei nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. **Diário Oficial da União** Brasília: [*S. l.*], 1890.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na "Belle Époque: a medicalização do crime**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro: 31 dez. 1940.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública, **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, n. 08, 2014, p. 76.

FOUCAULT, M. . **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREITAS, Ricardo de Brito A. P. **As razões do positivismo penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

GONZAGA, Christiano. **Manual de Criminologia**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente**. São Paulo: Ícone, 2013.

MACHADO, Maíra Rocha. A pessoa-objeto da intervenção penal: Primeiras notas sobre a recepção da criminologia positivista no Brasil. **Revista Direito GV**, Vol 1, nº 1, 2005.

MONIZ, Edmundo (1981). **Canudos**: a luta pela terra. 4. ed. São Paulo: Global, 1986.

Olmo, Rosa del. **A América Latina e sua Criminologia**. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 175.

RIBEIRO, Marcos A. P. A morte de Nina Rodrigues e suas repercussões. **Afro-Ásia**, n. 16. Salvador: Centro de estudos Afro-orientais, 1995.

RODRIGUES, Nina. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil** (3ª ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. Companhia Nacional, 1932.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019

VIDOR, Elisabeth; REIS, Letícia Vidor de Sousa. **Capoeira**: Uma herança cultural afro-brasileira. 1. ed. São Paulo: [*s. n.*], 2013.

O PONTO CEGO DA JUSTIÇA CRIMINAL: UMA ANÁLISE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL SOB O PRISMA DA NECROPOLÍTICA

Mateus Muniz de Souza[1]

Paloma Silveira Pique Dourador[2]

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Pierre Dardot e Christian Laval (2016), a sociedade do século XXI está circunscrita a uma "racionalidade neoliberal" que percorre toda conjuntura social de ponta a ponta, constituindo novas aspirações e influências que exercem poder sobre esferas políticas, sociais e econômicas. Além disso, a racionalidade neoliberal é uma instância de segregação em que os sujeitos que não conseguem se adequar a sua lógica são geridos como "não visíveis", abandonados, dispensáveis e personagens no processo de exclusão. Nesse contexto, a obra *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*, de Saskia Sassen (2016), apresenta a explicação de uma variedade de acontecimentos históricos por trás do fenômeno da expulsão que permeia a conjuntura social atual. A autora desenvolve uma reflexão no sentido de que o fenômeno do neoliberalismo origina quatro elementos, a saber: mundo tecnológico, expansão progressiva do capitalismo, aceleração dos fluxos financeiros e aumento da desigualdade. Nesse ponto a autora pontua que na fase atual há um aumento no número de pobres no mundo; um número maior de pessoas em campos de refugiados; minorias em prisões; trabalhadores cujos corpos são destruídos precocemente; populações confinadas em guetos e favelas.

Disto, valendo-se por meio da estratégia de revisão de caráter teórico bibliográfico de abordagem dedutiva, a pesquisa pretende investigar a ação estatal sob o prisma da Necropolítica, na qual o poder do Estado legitima a decisão de quem está dentro da sociedade e quem deve estar fora, quem deve ser ente de direito e quem não deve. Nesse ponto, a pesquisa pretende analisar o Estado de exceção quando da delimitação do povo, compreendido como a parcela beneficiada pelo acordo de não persecução penal e aqueles que para os quais o Estado exerce tão somente a política da morte. Por fim, busca-se identificar quem é o povo afastado do povo brasileiro, para quem o direito não deve chegar ou proteger, qual vida é descartável para que o neoliberalismo continue a lucrar com o domínio dos corpos.

2. NEOLIBERALISMO ENQUANTO INSTÂNCIA DE SEGREGAÇÃO

[1] Mestrando em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Agraciado pela medalha Dom Serafim Fernandes de Araújo pela distinção e eficiência no núcleo de prática jurídica da PUC-Minas. Professor. E-mail: mateusmunizipu25@gmail.com.

[2] Mestranda em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM). Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pós-Graduanda em Direito Penal e Processo Penal pela Pontifícia Universidade Católicas de Minas Gerais. Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católicas de Minas Gerais. Advogada. E-mail: palomaspd@gmail.com.

Para os filósofos e pesquisadores Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 17), em obra intitulada *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, o neoliberalismo, "antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade" e, nesse sentido, pretende com tal, organizar, converter e atribuir todo papel do Estado, bem como a própria conduta e subjetividade humana à dinâmica da lógica de mercado. Nesse sentido, a racionalidade neoliberal estabelece uma força motriz que promove uma codificação de todas esferas da vida em códigos e normas de conduta, determinando que a ação dos sujeitos sejam reguladas a partir de eixos empresariais de máximo desempenho, produção, atuação e performance. Ou seja, a subjetividade dos sujeitos é relegada e reduzida a uma "humanidade supérflua", uma vez que toda sua existência é fabricada e reconfigurada em termos econômicos, isto é, dos interesses do mercado (BROWN, 2019; HAN, 2018; MBEMBE, 2020).

Partindo da obra *O nascimento da biopolítica* (2008), de Michel Foucault, Pierre Dardot e Christian Laval (2016) caracterizam a racionalidade neoliberal em quatro aspectos: em primeiro lugar, o mercado apresenta-se não como um dado natural, como sustentavam os liberais clássicos por meio da política do *laissez-faire*, mas como uma "ordem econômica legal" construída que, como tal, recomenda a intervenção vigilante, máxima e permanente pelo Estado em favor do mercado. Ou seja, o Estado através de um sistema específico se subordina ao mercado com adaptação do direito interno às necessidades do capital financeiro (BERCOVICI, 2006, p. 96).

Nesse contexto, Wendy Brown (2019, p. 31), em seu livro *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente* sustenta que no paradigma neoliberal "todo governo é para os mercados e orientado por princípios de mercado e, por outro lado, os mercados devem ser construídos, viabilizados, amparados e ocasionalmente até mesmo resgatados por instituições políticas". É a tradução daquilo que Michel Foucault (*apud* DARDOT, 2013) resume em uma passagem famosa: "devemos governar *para* o mercado e não *por causa* do mercado". Nesse sentido, o neoliberalismo não seria "Adam Smith reativado", pois longe de buscar em algum "curso natural das coisas" o fundamento de sua própria legitimidade, ele assume deliberadamente uma governamentalidade ativa, o que não requer abstenção; em segundo lugar, a essência do mercado reside não na troca e na satisfação de necessidades como no liberalismo clássico, mas na concorrência, na eficiência e no desempenho.

Em terceiro lugar, o Estado é obrigado a ver a si mesmo como uma empresa, isto é, o Estado é concebido como empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com os outros Estados. Desse modo, todas as instituições estatais são submetidas em função de normas de concorrência, ou seja, uma "sociedade de direito privado" (BROWN, 2019; CHAUÍ, 2020). Assim, a escola é uma empresa, o amor é uma empresa, a Administração Pública é uma empresa, a clínica médica é uma empresa, o local de trabalho é uma empresa, o centro cultural é um empresa. Nota-se um desmantelamento das regras de direito público em detrimento da primazia das regras de direito privado. Em outras palavras, há uma "diluição do direito público em benefício do direito privado, em conformação aos critérios de rentabilidade, produtividade", eficiência, desempenho e gozo com promoção do cidadão-consumidor, moldável e alienado encarregado a se reconfigurar permanentemente, sem nem sequer hesitar em autoinstrumentalizar para otimizar seu desempenho[3] e produção (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379; MBEMBE, 2020, p. 17; HAN, 2017).

Além disso, o modelo de Estado concebido como empresa seria uma forma de desmantelar o protecionismo e o mecanismo de solidariedade conduzido pelo Estado, uma vez que o excesso de democracia, bem como o apoio coletivo promovido pelo Estado de bem-estar social é apresentado como um "peso", isto é, como uma "estrutura perniciosa" que provoca o fracasso do Estado, dese-

[3] "O dispositivo de desempenho distribui-se em mecanismos diversificados de controle, avaliação e incentivo e participa de todas as engrenagens da produção, de todos os modos de consumo, de todas as formas de relações sociais". DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo - Coleção estado de sítio, 2016, p. 362.

quilíbrios orçamentários e descrença na capacidade de gerenciamento do mesmo (NUNES, 2003). Ou seja, a função pública é direcionada e transformada pelos princípios do direito privado com a prevalência comum da concorrência, baseada na substituição das normas e métodos do direito público por uma gestão fundada na lógica privada. Nas palavras de Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 288) o "Estado é visto agora como uma empresa a serviço das empresas". A partir desta perspectiva de um Estado enquanto empresa econômica é possível identificar uma estrutura que transforma o ser humano em objeto, que tritura toda dignidade do povo.

Em outros termos, os objetivos do Estado que são públicos, desaparecem em detrimento da política neoliberal. Concebe-se que, quando a organização e a gerência de uma população são regulamentados de forma que o objetivo não seja a preservação e manutenção da vida, mas sim o ajuste aos interesses do mercado. E quando os elementos de risco a serem protegidos não são apenas aqueles que dizem respeito à existência humana, mas também os riscos inerentes à especulação do mercado. E quando o último substitui o primeiro, a cidadania social desaparece. O sujeito se transforma naquilo que Gilberto Dimenstein (2009) batizou de "cidadãos de papel", cidadãos sem cidadania. Wendy Browm (2019) denomina essa prova de fogo do início deste século de processo de "desdemocratização": desvalorização da lógica da cidadania social e desaparecimento da responsabilidade coletiva em detrimento dos valores mercadológicos. Dessa maneira, os valores caros da democracia, a figura do cidadão investido de cidadania, os direitos sociais e os serviços públicos são concebidos a partir de uma estrutura de mercado.

Na realidade, a racionalidade neoliberal corrói a crença no modo de gestão do Estado e no setor público. A referência pública não é mais o sujeito de direitos, mas um ator autoempreendedor. Este não é apenas "o consumidor soberano, mas o sujeito ao qual a sociedade não deve nada, aquele que tem de se esforçar para conseguir o que quer. Nada de direitos se não houver contrapartidas" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 381). Sob esse aspecto, utopia e distopia se embaraçam, não sendo possível distinguir o *status* de sujeito pessoa e sujeito objeto.

Em quarto lugar, para fazer cumprir o princípio norteador regulador da concorrência em toda sociedade, a empresa é promovida a modelo de subjetivação (DARDOT, 2013). Esta subjetivação envolve uma transformação profunda da relação que cada sujeito tem consigo mesmo: cada sujeito é um empresa que deve gerir-se como um empreendimento, sem direitos e garantias. Desse modo, há a consolidação de um novo sujeito humano, empresário de si mesmo, sujeito de "desempenho e produção" à maneira da empresa que, como tal, procura em função da lógica da competição e eficácia otimizar a sua parcela de fruição. *"Yes, we can"*[4], *"impossible is nothing"*[5], *"where do you want to go today?"*[6] – esses são os lemas do novo sujeito "empreendedor de si mesmo". Expressões significativas da consolidação da mentalidade líquida neoliberal, de uma ordem ou de um caos pós-liberal. Deste modo, o sujeito enquanto empreendimento se encontra superexposto, fragilizado e precarizado, porque não é mais amparado por sistemas de proteções coletivas (CASTEL, 2005, p. 46). Nas palavras de Robert Castel (2005, p. 47) "cabe a cada um enfrentar situações, assumir a mudança, e encarregar-se de si mesmo". Porém, nem todo mundo está igualmente preparado para enfrentar essas exigências. "As celebrações neoliberais comportam um não-dito" (CASTEL, 2005, p. 48). Esquecem-se de sublinhar que a economia neoliberal das sociedades ocidentais é paradoxal e insurgente, a qual introduz um novo paradigma que reforça o desmantelamento da lógica da cidadania e dos direitos fundamentais. Vestido do arcabouço da eficácia, da produção e da eficiência, o neoliberalismo promove a lógica da exclusão que fabrica "um número crescente de subcidadãos e não cidadãos" (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 381).

Nesse cenário tem-se a gênese de uma dualidade no seio social, "há os que ganham com a mudança que podem aproveitar-se das novas oportunidades e realizar-se através delas no plano

[4] Tradução livre: sim, nós podemos.
[5] Tradução livre: o impossível não é nada.
[6] Tradução livre: aonde você quer ir hoje?

profissional e no plano pessoal" (CASTEL, 2005, p. 48). No entanto, "há também todos aqueles que não podem enfrentar esta redistribuição das cartas e se acham inválidos pela nova conjuntura" (CASTEL, 2005, p. 48). Assim, quando investigamos o segundo grupo de indivíduos, estamos posicionando a análise sob o grupo que não logrou êxito em se tornar um investimento bem sucedido, caracterizando-se pela interiorização da culpa, marcada pela angústia e frustração de não ter mais uma existência para além de si. O que está em discussão aqui é a ideia de que a angústia e o sentimento de frustração favorece o surgimento e a consolidação daquilo que Robert Castel (2005) chama de ressentimento. O ressentimento é o desejo de inimigo, o desejo da barbárie, o desejo de *apartheid,* é uma mistura de inveja, menosprezo, aversão, desprezo, raiva e agressividade que atua como vetor por excelência que joga a responsabilidade da frustração e injustiça sofrida contra populações vulneráveis. É um sentimento "que se esforça por encontrar responsáveis ou bodes expiatórios que poderiam explicar o seu desamparo" (CASTEL, 2005, p. 51), desencadeando ódios e violência de todo tipo, particularmente contra "imigrantes, migrantes, negros, índios, idosos, mendigos, sofredores mentais, *lgbtq+*" (CHAUÍ, 2020, p. 322).

Ilumina-se, portanto, que a racionalidade neoliberal que inaugura e legitima o estado empreendedor dos corpos, vem criando cada vez mais o indivíduo pertencente ao grupo afastado dos ganhadores, cuja resposta se perfaz na destruição da "percepção de si mesmo como membro ou parte de uma classe social, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio" (CHAUÍ, 2020, p. 322). A par disso, as democracias modernas sob a ótica neoliberal, vêm assistindo o verdadeiro resplandecer de um Estado tipo como Estado de exceção. Nessa conjuntura, se faz necessário salientar que "quando o sujeito empresarial vincula seu narcisismo ao sucesso de si mesmo conjugado com o da empresa, num clima de guerra concorrencial, o menor revés do destino pode ter efeitos extremamente violentos" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 363).

3. O ESTADO DE EXCEÇÃO BRASILEIRO

A racionalidade neoliberal transformou estruturas e criou novos padrões de normalidade. Disto, tem-se um novo modelo de Estado, cada vez mais agindo em conformidade com os interesses atribuídos ao setor privado, obedecendo à lógica da biopolítica de controle e gerência dos corpos, decidindo sobre aqueles que merecem estar sob o manto de sua proteção e aqueles para os quais somente resta o descarte, a barbárie, o terror e a catástrofe. Nas palavras de Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 382) "o cinismo, a mentira, o menosprezo, a aversão à arte e à cultura, o desleixo da linguagem e dos modos, a ignorância, a arrogância do dinheiro e a brutalidade da dominação valem como títulos para governar em nome apenas da eficácia". Nesse contexto, o neoliberalismo contemporâneo atuando em nome da eficácia e, em conjunto com movimentos de ódio e ressentimento, formações engajadas na política da hostilidade, da inimizade e aversão ao outro, permite uma proliferação de práticas de violência e eliminação daqueles que, "por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político" (AGAMBEN, 2004, p. 13).

A experiência liberal proporcionou a ascensão dos regimes denominados totalitários e, nesse sentido, "a humanidade conheceu um novo regime político, o totalitarismo, no qual a vida passou a ser elemento determinante da ação de governo" (TELES, 2010, p. 299). Assim, ao analisar o caso da ditadura brasileira e o *apartheid* na África do Sul enquanto democracias com passado autoritário, Edson Teles (2010, p. 301) coloca em pauta o ensurdecedor questionamento "qual o papel desempenhado pelo passado no tempo presente e, em especial, o papel da memória dos anos autoritários na ação política atual?" Podemos ousar incluir a pergunta sobre quais resquícios de um passado autoritário estão presentes ainda no direito brasileiro, em especial, quais são os elementos cada vez mais apresentados como normais e aceitáveis dentro do direito penal?

Nesse palco totalitário em que passado, presente e futuro são articulados pelas mãos invisíveis das práticas neoliberais há o surgimento desenfreado de práticas intimamente ligadas ao Estado de exceção, na perspectiva trabalhada pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2004). De

acordo com Matos e Gomes (2016, p. 1762), o Estado de exceção é conceituado nas doutrinas tradicionais de Direito Público como uma medida excepcional à legalidade, sendo tão somente autoridade pelo ordenamento diante de situações tidas como emergenciais. Nesse ínterim, Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (2016, p. 287) identifica que a característica marcante do Estado de exceção se perfaz na anormalidade na conjuntura de uma pretensa normalidade, disto, tem-se que no período de anormalidade constitucional se pretende regrar, limitar e nomear, em razão de alcançar a "normalização, em termos constitucionais e, no limite também com balizas legais e regulamentares" (GODOY, 2016, p. 287). Assim, é possível analisarmos que o Estado de exceção, nas constituições modernas, principalmente nas democracias com legado autoritário, conforme denominação atribuída por Teles (2010, p. 301), tem-se feito presente muito mais no sentido de regra do que instrumento de exceção, a essa percepção se faz possível a atribuição de "uma das características essenciais do Estado de exceção – a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário – mostra aqui sua tendência a transformar-se em prática duradoura de governo" (AGAMBEN, 2004, p. 19).

Diante da estreita ligação entre medidas caracterizadoras de um estado de suspensão da normalidade, a dizer, Estado de exceção e a histórica política de um país, se faz necessário lançarmos luz sobre alguns apontamentos realizados por Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (2016) no que concerne a análise histórica constitucional do Brasil. Nesse viés, identifica-se que na história nacional o Estado de exceção entrou em cena a partir um desdobramento terminológico[7], transitando entre as seguintes expressões: segurança do Estado na Constituição de 1824 encontrando suposta justificativa na rebelião e invasão de inimigos; estado de sítio nas Constituições de 1891, sob o argumento de agressão estrangeira e grave comoção intestina) de 1934 em decorrência da iminência de agressão estrangeira e a emergência da insurreição armada, de 1946 pela guerra externa, 1967 e 1988, estado de emergência na Constituição de 1937 sob argumento da ameaça externa, conspiração ou plano para a perturbação da segurança estatal, estado de guerra na Constituição de 1937 e estado de defesa na atual Constituição de 1988 (GODOY, 2016, p. 287-288).

A par da presença da exceção sob diferentes terminologias na história constitucional brasileira, torna-se cristalino que "as medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o Estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal" (AGAMBEN, 2004, p. 11-12).

A realização de breves apontamentos sobre os estados de exceção no Brasil, se fez necessária para que adentramos na análise detidamente do acordo de não persecução penal, haja vista que o mesmo pode ser lido como instrumento próprio do Estado de exceção penal da democracia brasileira. É necessário salientar que utilizamo-nos de exceção como "o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão" (AGAMBEN, 2004, p. 12). Disto, Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (2016, p. 288), compreende que o Estado de exceção no presente é justificado "por comoção grave de repercussão nacional, fatos comprovatórios de ineficácia de medidas tomadas durante o estado de defesa, declaração do estado de guerra e resposta a agressão armada estrangeira", lançando luz sobre como o Estado de exceção torna possível a decisão de quem é descartável e quem não é, quem deve ser abrangido pelos benefícios conferidos ao povo e quem não goza desse status.

Em análise ao *military order,* promulgado pelo presidente dos Estados Unidos, no dia 13 de novembro de 2001, Giogio Agamben (2004, p. 14) ilustra que "a novidade da ordem do presidente Bush está em anular radicalmente todo estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, dessa forma, um ser juridicamente inominável e inclassificável". No próximo tópico, caminharemos juntos no sentido de desvelar como o acordo de não persecução penal se traduz como instrumento próprio

[7] De acordo com Giorgio Agamben "A escolha da expressão Estado de exceção implica uma tomada de posição quanto à natureza do fenômeno que se propõe a estudar e quanto à lógica mais adequada à sua compreensão" (2021, p.15).

do Estado de exceção no contexto criado e sustentado pela racionalidade neoliberal, na medida em que ao atribuir garantias constitucionais a uma parcela do sistema criminal, seleciona e discrimina quem é o povo brasileiro e quem não o é, quem deve ser temido, estigmatizado e sequestrado do seio social.

4. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E O DESMANTELAMENTO DA VIDA.

Inicialmente, se faz necessários estruturarmos alguns apontamentos sobre a ideia de Necropolítica e, nesse viés nos munimos do exposto pelo professor e historiador camaronês Achille Mbembe, em sua obra *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* (2016), em que analisa a gestão da morte e o risco permanente desta como critério de poder, que visa erradicar e minimizar o valor da vida humana definindo "quem é descartável e quem não é descartável". Ainda, Achille Mbembe constrói o conceito de Necropolítica demonstrando como o mundo se transforma sob o prisma da morte, num processo de desumanização permanente, suspendendo todos os direitos fundamentais, de modo que a manutenção do Estado de Direito é exceção e não regra. Achille Mbembe se apropria da biopolítica de Michel Foucault (2008) e visa atualizá-la apresentando contribuições a partir da periferia do capitalismo com ênfase sobre o racismo, levando em conta a experiência colonial, o contexto de guerra contra o terrorismo instaurado pelo ataque ao *Word Trade Center*, o neoliberalismo, o Estado de exceção como padrão de normalidade, o estado de sítio, o estado de emergência e a sociedade da inimizade (MBEMBE, 2016).

A Necropolítica, portanto, se apresenta como um novo modo de gestão da morte inserida na política neoliberal. É uma administração da morte que se opera na violação das proibições, baseada na distribuição da espécie humana em grupos, subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma divisão biológica entre aqueles que "devem viver e aqueles que podem morrer" (MBEMBE, 2012, p. 136). Tal política de gestão da morte dentro da tecnologia neoliberal tem por objetivo a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações (MBEMBE, 2016, p. 125).

Nesse cenário em que a exceção vem se fazendo cada vez mais presente e o seio social é dividido entre quem deve se fazer presente e quem não deve "ter um inimigo é importante não somente para definir a nossa identidade, mas também para encontrar o obstáculo em relação ao qual medir nosso sistema de valores e mostrar, no confronto, o nosso próprio valor" (ECO, 2021, p. 12). Dessa forma, torna-se cristalino que "as democracias liberais dependem no dia de hoje, para sua sobrevivência, da divisão entre o círculo dos semelhantes e dos dissemelhantes, ou então entre os amigos e aliados e os inimigos da civilização" (MBEMBE, 2020, p. 91).

O cenário da racionalidade neoliberal em que a Necropolítica ganha espaço, faz nascer um núcleo de indivíduos tidos como indesejáveis e para os quais o Estado deve manter para além das fronteiras da cidadania. No Brasil, sob o pretexto de combater, controlar e neutralizar esse objeto indesejável que, supostamente, ameaça a segurança de uns poucos, forma-se um verdadeiro Estado Penal para governar e expulsar toda e qualquer ameaça do espaço de pertencimento a uma sociedade. Apoiado pelo processo penal de exceção (SERRANO, 2020), pelo direito penal do inimigo (ZAFFARONI, 2000) e pelo encarceramento em massa, o Estado brasileiro define "quem é descartável e quem não é descartável". É a Necropolítica (2016) em uma sociedade da inimizade e do medo que lança luz sobre o conceito de Estado de exceção, o qual apresenta-se cada vez mais como um paradigma de governo dominante na política contemporânea (AGAMBEN, 2004, p.13).

É nesse ponto que encontramos o recente Pacote Anticrime, o qual estabeleceu uma variedade de alterações em dispositivos do Código de Processo Penal, do Código Penal e da Lei de Execuções Penais, em especial quanto ao instituto do acordo de não persecução penal, que merece destaque no atual contexto de políticas de segurança pública em relação ao combate do tráfico de drogas. Desse modo, o artigo 28-A do Código de Processo Penal, introduzido pelo Pacote Anticrime prescreve que o Ministério Público poderá propor o acordo de não persecução penal nos

casos em que o agente pratica infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a quatro anos, mediante algumas condições ajustadas. O limite da pena mínima inferior a quatro anos posto no dispositivo legal é exatamente o motivo que inviabiliza o acordo de não persecução penal para o crime de tráfico de drogas, cuja pena, conforme preceitua o artigo 33, da Lei 11.343/2011, é de cinco anos. Dessa feita, pode-se observar uma nítida seletividade; já que grande parcela da população carcerária não é abarcado pela norma prevista no artigo 28-A. Aqui ganha especial relevância o conteúdo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 347 julgado pela Suprema Corte que retratou o estado de coisa inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro como gerador de forte transgressão à dignidade humana. É através da seletividade, proporcionando um estado de coisa inconstitucional, que o Estado também anula radicalmente todo estatuto jurídico do indivíduo, produzindo o que Agamben denomina de "um ser juridicamente inominável e inclassificável" (2004, p. 14).

Desse modo, utilizando-se do conceito de Necropolítica, tem-se no presente que se impõe que o acordo de não persecução penal não é fato isolado, mas sim insere-se no conglomerado de "buscas, apreensões, controles dos mais diversos, inclusão na legislação ordinária de disposições decorrentes do estado de emergência, proliferação de práticas derrogatórios de direitos, ampliação dos poderes conferidos à polícia - tudo é colocado em vigor para atingir, nos golpes cada vez mais duros, que são nos deferidos" (MBEMBE, 2020, p. 92). Salienta-se, portanto, que é através do devido processo legal de criação e implementação de normas que a exceção é posta no ordenamento jurídico, atribuindo para si status legal e inquestionável. É pelo verniz da democracia que se instaura o caos.

Desse modo, tem-se que de maneira oculta, quase imperceptível, instaura-se o paradigma do Estado Deteriorado de Direito, o qual se apresenta com nomenclaturas diferentes, demonstrando pontos de partida para análise e descrição do referido fenômeno a partir de metodologias próprias, como em Bernd Ruthers (2016) com o conceito de *Direito Degenerado*, Pedro Serrano (2020) trabalha com o termo *Autoritarismo Líquido*, *Constitucionalismo Abusivo* de David Landau (2013), Norberto Bobbio (2016) utiliza o neologismo *Novos Despotismos*, Luigi Ferrajoli (2014) utiliza o termo *Poder Desconstituinte,* Boaventura de Souza Santos (2016) trabalha com o termo *Democracia de Baixa Intensidade,* Claus Roxin propôs denominar de *Populismo Penal,* Rubens Casara (2017) utiliza do termo *Estado Pós-Democrático* e, por fim, o *Estado de exceção* em estado permanente bem analisado por Giogio Agamben (2004). No entanto, respeitando as esparsas diferenças entre os autores, resta uníssono que a reiterada tomada de decisões que deterioram o Estado Democrático de Direito, estão cada vez mais presentes nas democracias modernas.

Assim, partindo do arcabouço conceitual da Necropolítica, temos que o acordo de não persecução penal, nascido na legalidade do ordenamento jurídico, na verdade, traduz-se como instrumento próprio da política da morte, no sentido de esvaziar todo o instituto jurídico do indivíduo, dividindo o povo naquele que deve ser agraciado pelo acordo e aquele para o qual o garantismo penal não deve ser aplicado. É na legalidade do dispositivo normativo que reside a verdadeira exceção presente nas democracias modernas, a suspensão da ordem pela própria ordem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo trabalhado pela presente pesquisa, enquanto racionalidade, atua como instância de segregação, no sentido de munir o Estado com atribuições tão próprias das instituições privadas e, consequentemente, tornando-o cada vez mais um agente gerenciador do corpo empregado para ser lucrativo. No entanto, nesse cenário de biopoder, uma grande parcela populacional não consegue lograr êxito no sentido caracterizador de uma eficácia produtiva para o Estado. Esse núcleo de indivíduos passa a compreender uma instância que reside no interior social, mas desprovida de cidadania, totalmente nua em direitos e garantias e silenciada pelo poder.

Disto, o Estado lança mão de políticas da morte, da inimizade e da violência para continuar no comando de uma empreitada que deve senão resolver, minimizar, os olhares - tão precisos - para os povos marginais e estigmatizados. Para tanto, o Estado legitima-se a partir de um verdadeiro Estado de exceção, a qual torna-se cada vez mais a regra nas democracias modernas. É necessário, portanto, ressaltar que o ordenamento jurídico é utilizado como instrumento próspero para alcance desses objetivos, tornando-se um verdadeiro parto de extermínio. A par disso, a pesquisa analisou o acordo de não persecução penal como dispositivo da Necropolítica, na medida em que segrega o povo detentor das garantias constitucionais e o povo destituído das mesmas, o povo que não é povo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção.** 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

BERCOVICI, Gilberto. O estado de exceção econômico e a periferia do capitalismo. **Pensar**, Fortaleza, v. fev. 2006, p. 95-99, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Contra os novos despotismos**: escritos sobre o berlusconismo. 1ª ed., São Paulo: Editora Unesp; Instituto Norberto Bobbio, 2016.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

CASARA, Rubens. **Estado pós-democrático:** neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTEL, Robert. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Trad. Lúcia M. Endlich. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e irrupción**, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020.

DARDOT, Pierre. Capitalismo à Luz do Neoliberalismo, **Razões Políticas**, vol. 52, nº. 4, p. 13-13, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo - Coleção estado de sítio, 2016.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel:** a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 2009.

ECO, Umberto. **Construir o inimigo e outros escritos ocasionais.** Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2021.

FERRAJOLI, Luigi. **Poderes Selvagens:** a crise da democracia italiana. São Paulo: Saraiva, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduarda Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. O estado de exceção na experiência constitucional brasileira. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 8, n. 3, p. 286-302, set./dez., 2016. Disponível em: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2016.83.03 Acesso em: 20 nov. 2021

HAN, Byung Chul. **Psicopolítica:** o neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Trad. Maurício Liesen. Belo horizonte: Ed. Âyine, 2018.

HAN, Byung Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

LANDAU, David. **Abusive constitucionalism**. UC Davis Law Review, Estados Unidos, v. 47, n. 1, p. 189-260, nov. 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Arte e Ensaios, 32, p. 123 – 151, 2016.

MBEMBE, Achille. Necropolítica, una revisión crítica. Em Helena Chavés Mac Gregor (Orgs.). **Estética y violência**: necropolítica, militarización y vidas illoradas. Ciudad de México, México: Universidad Nacional Autónoma de México, p. 130 – 139, 2012.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade.** Lisboa: Antígona. 2020.

NUNES, António José Avelãs. Neoliberalismo e direitos humanos. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 98, p. 423-462, 2003.

RUTHERS, Bernd. **Derecho Degenerado**: teoria jurídica y juristas de câmara en el Tercer Reich. Madrid: Marcial Pons, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SASSEN, Saskia. **Expulsões:** brutalidade e complexidade na economia global. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. Autoritarismo líquido e as novas modalidades de prática de exceção no século XXI. **THEMIS: Revista da Esmec**, v. 18, n. 1, p. 197-223, 2020. Disponível em: http://revistathemis.tjce.jus.br/index.php/THEMIS/article/view/769. Acesso em: 8 out. 2021.

TELES, Edson. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **O inimigo do Direito Penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

OS REFLEXOS DA SELETIVIDADE PENAL NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E A REAFIRMAÇÃO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL

Renato Almeida Feitosa[1]

Glaison Lima Rodrigues[2]

1. INTRODUÇÃO

São crônicas as graves violações aos direitos humanos no sistema carcerário brasileiro, tratando-se de um espaço de confinamento cuja estrutura e tratamento ao qual o indivíduo é submetido configuram atroz violação à dignidade humana, sendo esta realidade um lugar comum, onde as pessoas são reduzidas a coisas cujos corpos docilizados são mantidos em condições inumanas sob o assentimento e fomento do próprio Estado.

Desde 2015 o cárcere brasileiro tem reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal o seu *estado de coisas inconstitucional*, à vista dos profundos problemas carcerários agravados pelo modo que se dão as políticas criminais, o tratamento dos presos, e a ausência de manutenção e melhoramento da rede carcerária existente, refletindo em toda sorte de violações à dignidade humana. O indivíduo é tolhido de sua liberdade e exposto à violência do Estado brasileiro que, pela sua condição de poder-dever punitivo e indiferença política à realidade que se apresenta, aparenta estar habilitado a desprezar os mais básicos direitos da pessoa humana. Esta situação fomenta a criminalidade, destitui o direito penal dos fins que justificam sua existência e põe em questão a própria dimensão de validade do direito.

A sensível questão foi agravada pela pandemia da COVID-19 que ameaçou colapsar os sistemas de saúde no globo, tornando o confinamento das prisões em locais propícios à contaminação de todos os integrantes da realidade carcerária. Esta situação poderia ter sido mitigada no plano da saúde carcerária e, em especial, no plano da execução penal, com medidas descarcerizadoras e uma mudança de mentalidade sobre a custódia de presos, tidos como inimigos matáveis do Estado, um *homo sacer* do século XXI cuidadosamente selecionado pelo totalitarismo financeiro.

Nesse contexto que surge o tema proposto, que tem por fim promover reflexões sobre: i. a seletividade penal decorrente da criminalização primária e secundária (com destaque para a atua-

[1] Doutorando em Direito Público, com ênfase em Direito Penal pela PUC-Minas. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Faculdade Damas de Instrução Cristã. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3318648766245975. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

[2] Doutorando e Mestre em Direito Público, com ênfase em Direito Penal pela PUC-Minas. Especialista em Ciências Criminais pela UNICAM. Especialista em Direito Público pela UNISEB. Graduado em Direito pela PUC-Minas. Professor da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais. Foi professor de Graduação da PUC-Minas e de Cursos Preparatórios para Concursos Públicos. Professor e articulista do portal jurídico Bebendo Direito. Professor da pós-graduação em Segurança Pública do IEJUR. Servidor Público de Minas Gerais. Coautor do livro 'Lei de Abuso de Autoridade: uma análise sob a ótica de agentes públicos e advogados'. Autor do livro 'A teoria da imputação objetiva e sua aplicação pela polícia judiciária'. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3098777923618594. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

ção das agências de controle); ii. a precarização do sistema carcerário brasileiro, pelos fundamentos da seletividade penal; iii. o reconhecimento do *estado de coisas inconstitucional* do cárcere enquanto sintoma da demonização do economicamente vulnerável; iv. o agravamento da crise carcerária em razão da pandemia da COVID-19; v. a adequação da política carcerária à dimensão de validade do direito, investigando a díade *validade social* e *legitimidade* das normas de encarceramento e sua manutenção no contexto do *estado de coisas inconstitucional*, com esteio teórico em Habermas.

A pesquisa objetivada terá como método o estudo das bases teóricas da criminologia, do direito penal material e instrumental, bem como da teoria do direito articulada à criminologia, com aportes práticos decorrentes da análise de dados estatísticos atuais e jurisprudência correlacionada, cujos estudos terão o escopo de apresentar a flagrante seletividade penal que conseguiu se fazer ainda mais representada, em tempos atuais, por decorrência da pandemia do corona-vírus.

2. A CONSTRUÇÃO DA SELETIVIDADE NA POLÍTICA CRIMINAL E O PROBLEMA PENITENCIÁRIO

Um Estado de Direito deveria atender aos axiomas constitucionais essenciais à preservação da dignidade humana em todas as suas dimensões. Esta afirmação deveria, por consequência, implicar na observância destes postulados no processo legislativo, na razão do intérprete do direito, nas manifestações formais e materiais do Estado, *in casu*, especialmente, no âmbito das agências formais de controle penal.

Não obstante, o desenho que se perfaz a partir dos parâmetros de atuação e dos objetivos do Estado e de suas agências é condicionado por fatores estranhos àqueles axiomas reconhecidos enquanto direitos fundamentais expressos nos títulos um e dois da Magna Carta. Esta situação se constrói a partir de uma razão de mercado que está desvirtuada dos esteios constitucionais que concretizam o resguardo às garantias e direitos do cidadão e delimitam a atuação do Estado em face destes.

Logo, resta evidenciado o abismo gnosiológico entre realidade das práticas de controle e repressão exercidos pelas agências formais de controle penal e as previsões principiológicas e normativas que deveriam reger as suas práticas, as condicionando e limitando.

Neste escopo, observa-se que a ideia de segurança pública se revela desqualificada do seu real espectro de controle e mitigação da criminalidade e, consequentemente, da otimização das políticas públicas a elas vinculadas que reduzam a janela para o crime (i.e.: garantia à saúde, moradia, educação, segurança, vida digna a todos). Em verdade, o conceito de segurança pública está adstrito não à ideia de proteção, mas à vigilância e repressão violenta, não necessariamente àqueles que manifestam perigo ou lesão a bens jurídicos penalmente tutelados, mas àqueles que são vinculados à condição de inimigo, eleitos como clientes pelas agências formais de controle penal (BRANDÃO, 2020).

Este processo de escolha dos clientes do direito penal e manutenção desta condição se dá pelo fenômeno do pânico social que se constrói e dissemina em uma cultura social. Neste fenômeno, pessoa ou grupo de pessoas são reconhecidas e definidas como uma ameaça aos valores e interesses sociais. Neste sentido, Cohen (Apud GARLAND, 2019) explica que a natureza do pânico moral:

> É apresentada de uma maneira estilizada e estereotipada pelos *mass media*; as barricadas morais são constituídas por editores, bispos, políticos e outros indivíduos que pensam à direita; experts socialmente reconhecidos proferem seus diagnósticos e soluções; formas de enfrentamento são desenvolvidas ou (mais frequentemente) a elas se recorre; a condição então desaparece, submerge ou se deteriora e torna-se mais visível. Às vezes o objeto do pânico é bastante recente e em outras vezes é algo que existe há algum tempo, mas subitamente entra em cena. Às vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva; em outros tempos possui repercussões mais sérias e duradouras, produzindo tais

> mudanças... nas políticas sociais e legais ou mesmo na maneira como a sociedade concebe a si mesma. (GARLAND, 2019, p. 38)

De acordo com Brandão (2018), no contexto latino americano, em especial no Brasil, o estigma que se forma em torno do cliente do direito penal se dá a partir de um processo paulatino de desumanização, que sedimenta no imaginário social a figura hostil e odiosa daqueles eleitos.

Assim, a construção cultural do imaginário social acaba sendo um instrumento das próprias agências de controle. Garland (2019) aponta algumas características indicativas do pânico social que podem integrar este processo de desumanização, com a ostensiva cobertura midiática de eventos que envolvem esses eleitos, com um superdimensionamento da conduta ou ameaça quanto à sua gravidade ou extensão, e/ou dramatização do evento, suscitando uma resposta valorativa desproporcional dos espectadores, gerando um consenso valorativo negativo por parte da sociedade em função da dimensão moral que é afetada.

Não por menos, esse processo de demonização dos eleitos pelo direito penal, através do fomento à indignação pública, gera um sentimento de hostilidade geral por indivíduos e grupos, ao mesmo tempo em que se forma uma preocupação em face daqueles, disseminando o medo e ansiedade da população, consubstanciando o processo de fortalecimento do populismo penal.

Logo, grupos economicamente vulneráveis (marcadamente pessoas com a tez escura, em função da herança colonialista) e grupos que lutam por direitos fundamentais daqueles negligenciados (v.g. movimentos de luta pela reforma agrária e garantia do direito de propriedade como direito humano universal) são alvos da violência institucional das agências de controle.

Este panorama se concretiza nas dimensões dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. No legislativo percebe-se o recrudescimento e inflacionamento de leis em matéria penal, situação que pode ser observada ao se analisar a evolução da produção de normas penais ao longo de quase um século. Para ilustrar, em cinco décadas (da década de 40 à década de 80) foram 122 leis penais aprovadas; da década de 90 (i.e. pós Constituição Cidadã) a 2017 (aproximadamente 3 décadas) foram 199 leis penais aprovadas, entre novos tipos penais, qualificadoras, crimes hediondos (FERREIRA, Carolina Costa; MASIERO, Clara Moura; AMARAL MACHADO, Érica Babini Lapa do. Fls.33). No judiciário verificam-se jurisprudências que distorcem a própria estrutura normativa para dar cabo ao anseio punitivista arraigado no ideário dos atores jurídicos, como se pode observar no caso do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu em sede de repercussão geral o princípio da insignificância a um caso (o que implica na atipicidade material do evento tido por delituoso), mas em virtude da "reincidência" (aspas porque se o crime não existiu, não há que se falar em recidiva), mantiveram a responsabilização penal para criar uma regra de exceção ao inciso dois do artigo 44 do Código Penal para aplicar ao condenado (por crime que não existiu, segundo o próprio STF) a uma pena restritiva de direitos em substituição à privativa de liberdade[3]; preterição de garantias dos processados, sendo regra a manutenção da prisão em flagrante, sua conversão em prisão provisória ou a sua perpetuação ao longo do processo. E no Executivo, através das suas forças policiais que atuam como agências de repressão ao crime, assumindo uma política de tolerância zero que ultrapassa, não raro, os limites normativos postos.

Destarte, construiu-se e perenizou-se um sistema positivista penal colonialista que faz pretensa a legitimação do Estado, através das suas agências de controle, ao impingir violência contra indivíduos eleitos como inimigos da "sociedade", criminalizados e colocados num lugar de segregação, afastando-os da chance concreta de buscar um espaço dentro da dinâmica social, e de anulação física e identitárias, enquanto enquadrados no modelo estereotipado criado por aquelas agências. A segregação e a anulação são concretizadas com o encarceramento em massa destes grupos vulneráveis dentro de um sistema penitenciário que se expande com o fortalecimento da crença de que a prisão é um mal necessário à manutenção da ordem social.

[3] STF. 1ª Turma. HC 137217/MG, Rel. Min. Marco Aurélio, red. p/ ac. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 28/8/2018 (Info 913).

Feitas essas considerações, a aporia entre norma e realidade desvela reflexos insolúveis na sociedade, em especial ao sistema carcerário.

2.1. Sistema penitenciário brasileiro: da negação do problema penitenciário à exaltação do sistema

Quando observados os fenômenos midiáticos e políticos punitivistas, percebe-se a exaltação da retribuição penal, o fomento ao recrudescimento do ideário que se faz em torno daqueles que estão à margem e se enquadram no escopo de eleitos do sistema penal, sendo demonizados pela grande mídia à comunidade que se revolta e clama pela violência do Estado, pelo sofrimento daqueles que são objeto desta violência, muitas vezes o próprio sujeito oprimido assumindo essa mesma lógica, colocando-se num lugar alheio ao de um sujeito de direitos, assumindo o papel que a sociedade lhe impõe num lugar de violência (ZAFFARONI; SANTOS, 2020).

Não por menos, as questões prementes do sistema carcerário brasileiro são postas em um limbo, pois não há convergência entre os movimentos técnico-científicos que observam esses fenômenos e os movimentos políticos que deixam de realizar uma análise do problema ou de considerá-lo enquanto tal, romantizando o sistema penitenciário numa retórica de justificação aos fins da pena, enquanto peça chave para afirmação dos fins de reprovação e reinserção social, *pari passu* ao negligenciamento das demandas básicas à manutenção e melhoria desse sistema.

O que deveria ser um espaço reservado àqueles que são condenados pela prática de ato que denote um maior grau de reprovabilidade penal, passa a ser o lugar comum e preferencial das políticas criminais, alocando indistintamente os vulneráveis dentro deste espaço de exclusão. Presos provisórios, injustiçados, condenados, esquecidos pelo sistema (e pela sociedade) aglomeram-se dentro de um local de indignidade, amontoados, esfomeados, sujos, doentes, desamparados. Essa realidade é a antítese da previsão normativa para o cárcere, que envolve, ademais, obrigações internacionais ratificadas pelo Estado brasileiro.

É notório que o quadro delineado do sistema carcerário não suscita preocupação com a vida no cárcere, com afirmação dos direitos fundamentais, com a formação humana e chances de reintegração desses indivíduos.

Segundo dados do World Prison Brief, em dezembro de 2020 havia no Brasil 811.707 presos – oitocentos e onze mil setecentos e sete presos (inclusos presos provisórios e em regime domiciliar, sobretudo, em virtude da pandemia), ocupando no mundo o terceiro lugar[4] de país com maior número de presos, com uma razão de 381 presos a cada 100 mil habitantes. Neste universo, 28,9% dos presos são provisórios (não tem condenação transitada em julgado, não obstante a impossibilidade da prisão em segunda instância, evidenciada a problemática da reincidência na realidade brasileira como fator de aprisionamento sem julgamento) com uma taxa de ocupação de 146,8% em um sistema que comporta 455.283 presos[5].

Se observado o percentual de presos em função do tipo de delito praticado, fica indiciado o problema citado alhures da seletividade penal que toca aos grupos economicamente vulneráveis. Em dados levantados pelo Departamento Penitenciário Nacional, com apuração do período de julho a dezembro de 2020[6][4], ***40,96%*** da população carcerária estava cumprindo pena privativa de liberdade pela prática de ***crimes de natureza patrimonial*** e ***29,91%*** estava cumprindo pena pela prática de ato relacionado a ***drogas ilícitas*** (situações vinculadas às leis 6.368/1976 e 11.343/2006). Ou seja, 70,87% da população carcerária está presa pela prática de crimes que poderiam ser manejados pelo Estado de outra forma, diga-se, tratando o problema das drogas como questão sanitária, e não penal ou investigando as causas da prática dos crimes de natureza patrimonial para

[4] Disponível em: https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison_population_rate?field_region_taxonomy_tid=All. Acesso em 16 de nov. de 2021.

[5] Disponível em: https://www.prisonstudies.org/country/brazil. Acesso em 16 de nov. de 2021.

[6] Disponível em https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen. Acesso em 15 de nov. de 2021.

estabelecer políticas que minorem a ocorrência deste tipo delitivo ou busquem vias alternativas que não o encarceramento de pessoas que não representam um perigo à sociedade (o latrocínio, por exemplo, representa 4,47% do universo de encarcerados).

Os eleitos pelas agências de controle penal para clientes do sistema têm proeminência na esteira destes dois gêneros de tipos penais com seu contingente manifestamente atrelado a práticas que dizem respeito às formas de sobrevivência que se mostram possíveis dentro do lugar de violência no qual estão inseridas.

Neste sentido, Garland (2005) afirma que o Estado emprega uma retórica de lei e ordem enquanto um gesto firme de domínio sobre todos e de suposta proteção da sociedade e traz três pontos importantes do fenômeno punitivo: i. a da severidade das penas impostas como uma forma expressiva de traduzir o sentimento público de busca do castigo, com um viés instrumental aflitivo dissociado dos fins da pena, buscando-se afirmar a falácia da proteção social com a consequente segregação e anulação do indivíduo; ii. o populismo punitivistas e uso dessa dimensão da política criminal como instrumento de politização, criando uma imagem positiva perante a opinião pública concordante com a desvalorização do humano e exaltação do cárcere; iii. e por último, a busca de dar destaque à vítima, mas que não é valoração da vítima – que é objeto desta política – e, sim, da sua projeção que é instrumentalizada no discurso punitivista. Aqui, a opinião pública ganha relevo na razão do Juiz que chega a utilizar razões de ordem pública para motivar a decretação ou manutenção de prisão provisória de indiciado. Ademais, o autor indicia a ilegitimidade deste sistema, quiçá irracional, considerando que o recrudescimento do punitivismo é razão mesma do agravamento da criminalidade violenta.

3. DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL DO SISTEMA CARCERÁRIO

Em 2015 o Supremo Tribunal Federal, em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (BRASIL, 2015) reconheceu o estado de coisas constitucional do sistema carcerário brasileiro com a profunda e extensa precariedade infraestrutural e humana dos presídios[7], o que viola claramente os direitos fundamentais de um largo número de pessoas encarceradas. Realidade que se perpetuou e se agravou ao longo de anos, e ainda perdura.

A situação revelou-se tão gravosa a ponto de ter sido necessária uma postura ativista do Poder Judiciário, impondo mudanças em estrutura, alocação de recursos, ajuste de políticas públicas, envolvendo uma complexa articulação de diversos setores da Administração que tocavam à realidade carcerária, com vistas à gradual mitigação dos gravames carcerários. Inclusive, essa situação serviu de justificativa para uma quebra do pacto federativo com a interferência do Poder Judiciário noutros Poderes da República, revelando o profundo desequilíbrio que uma omissão na garantia de direitos fundamentais pode gerar na preservação do princípio fundamental de harmonia dos Poderes.

Apesar da situação narrada, se for observado o planejamento orçamentário dos últimos anos para utilização do Fundo Penitenciário Nacional, é possível perceber a omissão que se operou na manutenção e melhoramento do sistema carcerário brasileiro. Com a fixação de diretrizes programáticas pelo Supremo Tribunal Federal, a Administração Pública criou um plano de ação para atender a este programa de recuperação e aprimoramento do sistema carcerário, passando a prever no orçamento a implementação de empenhos com a construção de presídios, contratação de pessoal, qualificação de funcionários, etc, o que não foi feito a contento, sendo o orçamento de recuperação e aprimoramento do sistema carcerário paulatinamente redirecionado para programas de segurança pública.

3.1. A Inefetividade prática da decisão do STF: declaração formal e mantença do status

[7] Diga-se: infraestrutura precária ou insuficiente para as demandas dos presos; falta de pessoal (de segurança; manutenção; saúde; educação etc.); má qualidade das instalações; violações ao próprio princípio da legalidade ao longo da execução da pena; alimentação, com encarcerados comendo alimentos em estágio de putrefação etc.

segregacionista do sistema carcerário

A ineficácia do reconhecimento do Estado de Coisas inconstitucional do sistema carcerário e implementação de medidas que possam operar mudanças se dá pela confluência de fatores sócio-políticos que convergem para o desprezo do humano em função de um populismo punitivo que se alimenta de um ciclo viciado de reconhecimento do capital eleitoral sectário de políticas prisionais austeras, fomentadas por diversos atores replicando o imaginário de que "a prisão funciona", de que a prisão deve ser "sem luxos", da ideia de tolerância zero.

Logo, a reafirmação do Estado de coisas inconstitucional não é o problema *per se*, mas um sintoma de um problema muito mais grave que assola a realidade brasileira.

A ideia de política criminal abarca perspectivas que passam pela repressão, enquanto viés mais gravoso e último dessa política, às medidas de prevenção, tanto na perspectiva do cidadão vulnerável que demanda assistência à saúde, educação, trabalho pelo Estado como condição de vida digna e inserção social, mas também na perspectiva dos sujeitos perseguidos pelo Estado (condenados ou com processos em curso), enclausurados num sistema penitenciário que deveria oferecer condições necessárias à manutenção da dignidade humana

Tidos como espaço de eliminação (GARLAND, 2005), as prisões funcionam como locais de isolamento cuja finalidade não se comunica com os fins de reabilitação, mas de eliminação do sujeito.

Dentro do panorama traçado da ADPF 347 evidencia-se a problemática já largamente discutida sobre a condição de desumanização do sujeito excluído do espaço social e posto num lugar de neutralização. Esses espaços que configuram a rede carcerária e deveriam ser dotados de infraestrutura física e humana para viabilizar o processo de reeducação e consequente ressocialização do encarcerado, em verdade, são espaços de extermínio físico e/ou psíquicos (ZAFFARONI, 2002), aproximando-se do que AGAMBEN desenvolve em *homo sacer*[8]. Nessa perspectiva, Klélia Aleixo e Flávia Penido (2018) refletem sobre a alegoria do campo de concentração posta por Agamben, certo que o sistema carcerário brasileiro é um espaço de exceção ao regime jurídico correlato. Assim, o indivíduo tem seus direitos suspensos, podendo ser morto sem que o evento configure um homicídio, razão pela qual resta posta a sua condição de *homo sacer*, enquanto sujeito matável.

Para ilustrar, com a devida atenção à previsão de repasses do fundo aos Estados, Distrito Federal e Municípios a título de transferência obrigatória, conforme alteração da Lei nº 13.500 de 2017 no art. 3º-A da Lei Complementar nº 79 (Regulamento do Fundo Penitenciário Nacional que agora também alcança políticas de segurança pública – ou seja, fora do contexto do sistema carcerário), teve-se no período 2016 a 2018 (BRASIL, 2016-2018) uma redução expressiva tanto na previsão de despesas i. com aprimoramento e modernização da infraestrutura do sistema penitenciário; ii. ações de promoção da cidadania, alternativas penais e ao controle social; quanto no efetivo dispêndio das receitas provisionadas para estes fins. Numa razão inversa, passou a haver um aumento na previsão de despesas com segurança pública (i.e. combate à criminalidade)[9].

---

[8] Faça-se a ressalva de que Agamben difere o cárcere do campo de concentração, vistas que aquele seria regido por um ordenamento jurídico. Não obstante, o presente artigo posiciona-se de forma distinta, haja vista o reconhecimento - citado alhures - do abismo gnoseológico entre forma e matéria

[9] No ano de 2016 a previsão de despesa para aprimoramento da infraestrutura e modernização do sistema penitenciário foi de R$1,335,466,974.72 (um bilhão trezentos e trinta e cinco milhões quatrocentos e sessenta e seis mil novecentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos), sendo executado R$1,119,662,794.88 (um bilhão cento e dezenove milhões seiscentos e sessenta e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos); em 2017 a previsão de despesa para aprimoramento da infraestrutura e modernização do sistema penitenciário foi de R$486.554.935,72 (quatrocentos e oitenta e seis milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil novecentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos) com execução de R$468.465.393,72 (quatrocentos e sessenta e oito milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil trezentos e noventa e três reais e 72 centavos) e a previsão de gastos para promoção da cidadania, alternativas penais e controle social foi de R$139.857.339,88 com despesa executada de R$128.899.427,60; Em 2018 a previsão de gastos com aprimoramento da infraestrutura e modernização do sistema penitenciário foi de R$40.205.236,36, sendo executado apenas R$6.487.807,31, enquanto que gastos com

A situação se agravou com a pandemia da COVID-19, deixando os presos ainda mais vulneráveis às sevícias do cárcere. O Poder Judiciário pouco se movimentou para minimizar os impactos da situação excepcional vivida nas prisões, reafirmando a sua atuação segregadora e seletiva.

Se for analisado em números os cuidados com a saúde dentro do sistema prisional, a questão revela a gravidade da negligência do Estado (BRANDÃO; FEITOSA, 2020):

> i. 38% das prisões não tem, ao menos, um consultório médico;
>
> ii. 66% dos estabelecimentos não tem estrutura física que permita a coleta de material para laboratório;
>
> iii. 67% dos estabelecimentos não têm áreas de observação/quarentena;
>
> iv. 67% dos estabelecimentos não tem banheiro para os pacientes;
>
> v. 77% dos estabelecimentos não têm materiais esterilizados ou equipamentos de esterilização;
>
> vi. 79% não tem salas de esterilização;
>
> vii. 88% dos estabelecimentos prisionais não tem sala de lavagem e descontaminação.
>
> viii. 96% of establishments do not have a diagnostic laboratory.
>
> Neste universo de 748,009 encarcerados, o sistema prisional tem 395 enfermeiro(a)s (536.2 encarcerados para cada enfermeiro), 2,473 técnicos em enfermagem/ assistentes (302.4 técnicos em enfermagem/ assistentes), 1,151 médicos, entre clínica geral e especializada (649.8 encarcerados or médico), números que estão muito abaixo do necessário à garantia da saúde dos prisioneiros. (BRANDÃO; FEITOSA, 2020, *tradução nossa*).

Observe-se, mais uma vez, o distanciamento entre o panorama normativo vigente e a realidade com as Recomendações nº62 de 17 de março de 2020 - e alterações - e recomendação nº91 de 15 de março de 2021 do Conselho Nacional de Justiça que tratam de medidas preventivas adicionais à propagação da infecção pelo novo Corona-vírus e suas variantes – Covid-19 – no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo que buscaram garantir a saúde dos ingressos do sistema, considerando o risco de manutenção da privação de liberdade. Mesmo com disposições expressas do CNJ com orientações expressas pela proteção da vida e redução da propagação do vírus, priorizando a aplicação de medidas outras que não a internação ou privação de liberdade, é notório o distanciamento da jurisprudência dessas recomendações, certo que a mesma linha de raciocínio de rigor punitivo se manteve presente, agravado o fato das dificuldades procedimentais iniciais de viabilizar a soltura dos encarcerados ou internados.

É nesse sentido que, não obstante o reconhecimento do estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário brasileiro pelo STF, as unidades prisionais, em sua maioria, se mantêm como ambientes indignos e de fomento à recidiva propiciados pelo próprio Estado.

3.2. A validade social e a legitimidade das normas de encarceramento: um contributo de Habermas ao entendimento do estado de coisas inconstitucional

A realidade presente expressa a conformação estrutural do Estado a partir de premissas capitalistas, situação que revela a razão prática regente das dinâmicas do Estado, preterindo o direcionamento das suas ações a partir do reconhecimento da sociedade composta por indivíduos.

promoção da cidadania, alternativas penais e controle social teve previsão de R$16.748.623,20, com execução de apenas R$835.978,07.

Neste prisma, os axiomas constitucionais que resguardam a afirmação dos direitos fundamentais de cada ser humano restam claudicantes enquanto parâmetros para as políticas de Estado, nomeadamente as de natureza criminal.

Aqui, Habermas (1997) traz a perspectiva de Luhmann com a sua teoria dos sistemas que parte de um marco hobbesiano de auto-afirmação dos indivíduos como processo de extirpação da razão prática em função da *autopoiesis* dos sistemas que são dirigidos autorreferencialmente, afetando, em tese, a incidência formal e material que a razão prática possa exercer dentro de um sistema. Neste sentido, a razão comunicativa desvela um processo dissociado dos influxos de grupos hegemônicos nacionais e transnacionais, através de um meio linguístico como forma de estruturação social e estatal.

Os participantes deste processo buscam abertamente os fins a que se propõem, correlacionando-se intersubjetivamente nos seus consensos, permitindo submeter-se às consequências decorrentes dos denominadores comuns alcançados pelo consenso. Observe-se que a razão comunicativa, diversamente da razão prática, não é uma fonte normativa de agir, embora possua conteúdo normativo. A sua cogência só se perfaz na medida em que os indivíduos atuam pela razão comunicativa, obrigando-se a buscar amparos pragmáticos de tipos contrafactuais (HABERMAS, 1997).

Assim, é possível oposição ao estado de coisas daquele dado recorte temporal, pautando-se por idealizações passíveis de operar mudanças na realidade. E o "dever" do que age pela razão comunicativa não se relaciona "com o 'ter que' prescritivo de uma regra de ação e, sim, com o 'ter que' de uma coerção transcendental fraca – derivado da validade deontológica de um mandamento moral" (HABERMAS, 1997, p.20). Esta validade axiomática resta vinculada àqueles valores constitucionais ou à eficácia empírica de uma regra formal.

Desta forma:

(...) um leque de idealizações inevitáveis forma a base contrafactual de uma prática de entendimento factual, a qual pode voltar-se criticamente contra seus próprios resultados, ou transcender-se a si própria. Deste modo, a tensão entre ideia e realidade irrompe na própria facticidade de formas de vida estruturadas linguisticamente. Os pressupostos idealizadores sobrecarregam, sem dúvida, a prática comunicativa cotidiana; porém, sem essa transcendência intramundana, não pode haver processos de aprendizagem (HABERMAS, 1997, p.21).

Essa construção argumentativa de Habermas é chave teórica que pode ser tida por essencial à análise e superação do problema. Em outras palavras, a razão comunicativa reconhece a realidade através do agir comunicativo, estranho a reservas e obliterações da realidade, delineando o consenso no problema, e vislumbrando soluções que se oponham àquele estado de coisa e possam mudar a própria estrutura material, transcendendo os valores correntes.

Seria, concretamente, uma superação dos influxos da razão de mercado através do reconhecimento e consenso pelos atores políticos do problema da seletividade e das consequências nefastas que esse modelo traz aos grupos afetos a essa política criminal, especialmente no que diz respeito à realidade carcerária.

4. CONCLUSÃO

O sistema carcerário brasileiro é marcado por um espaço de indignidades que revela a seletividade penal na escolha dos corpos matáveis. Não por outra razão, o STF considera que no sistema prisional vige o estado de coisas inconstitucional, demandando uma plêiade de órgãos estatais para atuação conjunta visando dar cabo ao grave problema enfrentado com reflexos diretos em toda a sociedade.

Não obstante o reconhecimento da lástima que vige no sistema prisional brasileiro, os apontamentos feitos pelo STF têm se atido a questões formais, permanecendo o cárcere como um espaço de infâmia ao ser humano, que é lançado à própria sorte em ambiente desagregador e distante de permitir o mais rasteiro intento ressocializador anunciado pela lei.

A pandemia da COVID-19 deixou ainda mais evidenciada a vulnerabilidade do sistema prisional, expondo os confinados à proliferação do vírus de forma ainda mais intensa e sem um efetivo plano de contenção por parte do Estado.

Percebe-se, portanto, que o conteúdo decisório do STF ao reconhecer o estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário tem natureza meramente recomendatória e não concretista, tratando-se de resposta formal sem solução eficaz e servindo, por vezes, para ocultar os reais interesses na mantença de tão perverso sistema.

Nesse sentido, a análise da validade social e legitimidade das normas de encarceramento podem ser aferidas sob as lentes de Habermas e contribuir para o entendimento fático do estado de coisas inconstitucional e sua consequente ineficácia e, porque não, ao fomento à seletividade penal do sistema carcerário brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Klélia Canabrava; PEREIRA, Henrique Viana. Para além das ambivalências: por uma política criminal desencarceradora. **Revista Duc In Altum Cadernos de Direito**, Recife: v. 7, nº 13, 2015. Disponível em:

https://revistas.faculdadedamas.edu.br/index.php/cihjur/article/view/21/21. Acesso em: 06 out. 2021.

ALEIXO, Klélia Canabrava; PENIDO, Flávia Ávila. **Execução penal e resistências**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

BRANDÃO, Cláudio. As teorias norte-americanas do consenso e do conflito vistas pelas lentes da sociedade latino-americana: a criminalidade na sociedade periférica e os modelos teóricos produzidos pela modernidade central. **Caderno De Relações Internacionais**, Recife: v. 11, nº 20, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22293/2179-1376.v9i16.696. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRANDÃO, Cláudio; FEITOSA, Renato A. Prison by human rights' lens and covid19 pandemic - the brazilian crisis. **Humanities and Rights Global Network Journal**. Vol.2 (2020) Issue 2. Disponível em: https://doi.org/10.24861/2675-1038.v2i2.41. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 347/DF**. Decisão liminar determinando realização de audiência de custódia. Relator: Min. Marco Aurélio, 09 set. 2015. Brasília. STF, [2021]. Disponível em:

https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665 Acesso em: 04 out. 2021.

_____. **HC 137217/MG**. 1ª Turma. Rel. Min. Marco Aurélio, red. p/ ac. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 28/8/2018 (Info 913). Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur395037/false. Acesso em: 22 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução nº 213, de 15 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2234. Acesso em: 02 out. 2021.

_____. Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020. Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3246. Acesso em: 01 out. 2021.

FERREIRA, Carolina Costa; MASIERO, Clara Moura; AMARAL MACHADO, Érica Babini Lapa do. Pós-Constituição de 1988;. Um cruzamento entre produção legislativa e impactos de encarceramento. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. Vol 147. Ano 26. p.27-65. São Paulo: Ed. RT, 2018.

GARLAND, David. **La cultura del control**. Crimen y orden social em la sociedade contemporânea. Trad. Máximo Sozzo. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005.

_____. (2019). Sobre o conceito de pânico moral: on the concept of moral panic. **Delictae Revista De Estudos Interdisciplinares Sobre O Delito**, *4*(6), 36–78. https://doi.org/10.24861/2526-5180.v4i6.90.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, Vol. I. Trad.: Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; SANTOS, Ílison Dias dos. **A nova crítica criminológica**: criminologia em tempos de totalitarismo financeiro. Trad.: Rodrigo Murad do Prado. 1. ed. São Paulo: Tirant to Blanch, 2020.

_____. **Criminología crítica e control social**: El poder punitivo del Estado. Rosario: Editorial Juris. 1993.

_____. **Derecho Penal. Parte General**. Buenos Aires: Ediar. 2002.

WORLD PRISON BRIEF. **Prison population rate**. Disponível em https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison_population_rate?field_region_taxonomy_tid=All. Acesso em 16 de novembro de 2021.

_____. **World Prison Brief data from Brazil**. Brasilian prisonDisponível em https://www.prisonstudies.org/country/brazil. Acesso em 16 de novembro de 2021.

PROMABEN: UM PORTAL BIOPOLÍTICO

Bruno de Pinheiro Tavares[1]
Camila Letícia da Silva Azevedo[2]

1. INTRODUÇÃO

Belém, cidade localizada na Amazônia Oriental, de clima tropical, tem devido à sua bacia hidrográfica toda uma relação com o rio em seu processo de ocupação. De intenso comércio de mercadorias, transporte fluvial, principal meio conexão com as ilhas do município, e construções palafíticas, também será marcado pelos aterramentos para edificações e projetos de macrodrenagem para a drenagem de água, compondo um complexo ambiente urbano, de diferentes classes sociais, espaços, atividades, cores e modos de vida, que apresentarão distintos níveis de acesso aos serviços e centros da cidade, componentes do exercício a vida cidadã.

Neste processo, as regiões de baixadas, notórias por serem propensas a alagamentos, serão na urbanização da cidade também historicamente marcadas por conflitos de território, tanto por abrigarem os grupos de menor baixa renda da cidade, previamente empurrado a estas áreas, que por estarem afastados da urbe se tornariam estereótipos de pobreza, violência e precariedade, quanto pela expulsão das famílias previamente estabelecidas nestas regiões, para fins de especulação imobiliária e segurança, viabilizado por meio da formação de um direito público e coerções disciplinares.

Nota-se, portanto, um grande manejo sobre a vida, ditadas tanto pelas teorias de soberania, como pelo saber da arquitetura. Tendo como caso prático o projeto do PROMABEN (Programa de Macrodrenagem e Saneamento da Estrada Nova), o presente estudo propõe analisar suas implicações biopolíticas, tecendo um estudo crítico sobre os mais recentes fenômenos do projeto, que terminam não somente por afetar diretamente a população desta região, como também as relações socio-especiais da cidade como um todo.

Utilizando-se do conhecimento da arquitetura, do urbanismo e da teoria do direito, o trabalho se divide em três partes: a primeira dedicada a compreender como se deu no processo da urbanização da cidade a criação e composição das baixadas, a segunda no que tange sobre as técnicas de poder envolvidas no projeto, e a terceira referente ao paradigma imunitário jurídico envolvido no Plano Diretor do Município de Belém (Lei nº 8655/2008) e o Projeto de Lei Complementar nº 01 de 21 de outubro de 2020. Com uma síntese dos tópicos previamente elaborados, conclui o estudo, elaborando pelo seu corpo uma teoria sólida sobre o assunto.

2. A URBANIZAÇÃO DE BELÉM E A INTERVENÇÃO EM BAIXADAS

Processos de urbanização no Brasil seguem um padrão, no que tange a remoção de pessoas que vivem na área de interesse da obra. Tal afirmação se dá devido a diversas experiências que

[1] Doutorando em Teoria do Direito e da Justiça e mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Membro do grupo de pesquisa Teoria Crítica do Direito, junto a PUC-MG. Tem como interesse de pesquisa atual: neoliberalismo, justiça e democracia. E-mail para contato: bptavares@outlook.com.

[2] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Intercambista no Instituto Politécnico de Tomar (IPT) na área de Conservação e Restauro. Tem como áreas de pesquisa: habitação social e políticas urbanas. E-mail para contato: camila.silva.azevedo@itec.ufpa.br.

ocorreram de norte ao sul do país (LEÃO, 2013), como as intervenções urbanas em assentamentos informais a partir da década de 1930, das obras relacionadas aos megaeventos esportivos e outras obras ditas em prol do "benefício da cidade". Em Belém, na região do Pará, o processo urbano marginal se iniciará na década de 70, o qual pela sua bacia hidrográfica e razões climáticas terá no projeto de urbanização de suas favelas, também a elaboração dos projetos de macrodrenagens, espalhados em variadas regiões da capital, período que seguindo até a década de 80 coincidiria com o arranjo de um pensamento mais humanizado sobre o desenvolvimento da cidade, incluindo-se programas habitacionais e de reassentamento para as famílias envolvidas, mas que nem sempre será efetivamente implementado (LEÃO, 2013).

Em seu processo de urbanização, a cidade de Belém será caracterizada pela ocupação da população mais abastada da cidade e das instituições públicas em suas regiões mais altas, com frequentes aterramentos de rios para a criação de traçados retilíneos de ocupação, enquanto que as regiões mais baixas, sobretudo na década de 60, será ocupado por pessoas do interior, que em razão da estagnação econômica, de conflitos rurais e na busca de melhores condições de vida, ocupariam as regiões mais baixas, formando-se as periferias da cidade (LEÃO,2013 e LEÃO ET AL, 2019).

Segundo Silva et al. (2018), essa configuração foi concebida devido a escolha das áreas que seriam ocupadas e urbanizadas, processo que ignorou a topografia local, aterrando e secando o terreno e contornando as áreas alagadiças. Com o tempo, as pessoas menos abastadas foram sendo expulsas das áreas centrais devido a necessidade de liberação de terras para o mercado, fosse economicamente ou através de remoções físicas, fazendo com que, como modo de resistência, essas famílias ocupassem as áreas adjacentes, mesmo sendo ambientes alagadiços e inapropriados para moradia.

Essas áreas, excluídas dos centros urbanos estruturados de Belém, manterão e herdarão o aspecto de assentamento ribeirinho que fez parte da construção da cidade, como os costumes e construções regionais interioranas adaptadas ao ambiente urbano, os seus modos de vida com o rio, a pesca, comércio, atividades focadas em extrativismo e até o modo de construir, a exemplo das edificações palafíticas[3] (RODRIGUES ET AL., 2018 e LEÃO,2013).

Na década de 70, como referência à topografia e ao relevo, essas áreas propensas a alagamentos durante os períodos de chuva ou cheia de rio serão denominadas oficialmente por "baixadas"[4] pelo governo local (SUDAM; DNOS; Pará, 1976), mas que por conta da precariedade dessas áreas, terão no linguajar popular um sentido pejorativo similar ao de "favela", estigmatizando o perfil das pessoas que nela habitam (LEÃO, 2013).

A precariedade das baixadas será associada ao modo de construir das vilas palafíticas, contudo a construção em si não gera precariedade. Leão (2013) e Rodrigues et al. (2018) explanam que tal condição seria devido as estruturas serem feitas através da autoconstrução, com uso de materiais de baixa qualidade, em ambientes inadequados de moradia afetados por alagamentos, marcados pela falta de saneamento básico, ausência de infraestrutura e de ligação viária. Isso criará um ambiente propenso a contaminação destes rios, que pelo frequente despejo direto do esgoto *in natura*, lixo, dejetos e resíduos, altera as áreas de movimentos dos rios, a capacidade de contenção de águas e intensifica alagamentos em períodos de cheia.

Em busca de alcance às escolas, equipamentos públicos e infraestrutura urbana, essas regiões se desenvolverão próximas aos centros da cidade, formando-se os aglomerados suburbanos belenenses, que sofrem com a falta de infraestrutura e grande densidade de ocupação (LEÃO,2013). Tais fenômenos levarão ao inchamento da cidade, apresentando Belém em seu relevo uma grande área passível de alagamento permanente, temporário ou inusual.

---

[3] Habitação adaptada para áreas de alagamento, feitas madeira, telhas de palha ou cerâmica e com pilares que elevam a construção prevendo as elevações das marés ou dos rios. Tais construções são encontradas não somente nas regiões amazônicas, mas também em outras localidades que sejam por via de regra próximas a rios e marés.

[4] Área de cota altimétrica entre 4m e 4,5m.

Um processo de urbanização que será retrato de uma divisão geográfica característica das cidades do Brasil como um todo, de considerável segregação socioespacial (LEÃO,2013), que por meio da polícia terá os Estados modernos o meio pelo qual essas regiões serão organizadas e rearranjadas, intervindo conforme necessário, que moldará o território do espaço urbano, como que condição da existência da urbanidade, da qual sem ela não haveria os atuais espaços urbanos, responsáveis por manejar a circulação de pessoas, os "guardiões" da cidade:

> Ora, quando observamos, de fato, quais são esses diferentes objetos definidos portanto como do domínio da prática da intervenção e também da reflexão da polícia e sobre a polícia, vemos parece-me, primeira coisa a observar, que esses objetos são afinal de contas essencialmente objetos que poderíamos chamar de urbanos. Urbanos no sentido de que uns, alguns desses objetos, só existem na cidade e porque existe urna cidade. São as ruas, as praças, os edifícios, o mercado, o comércio, as manufaturas, as artes mecânicas, etc. Os outros são objetos que são problema e que são do domínio da polícia, na medida em que é principalmente na cidade que eles adquirem o essencial da sua importância. A saúde, por externo, a subsistência, todos os meios para impedir que haja escassez alimentar, [a] presença dos mendigos, [a] circulação dos vagabundos - os vagabundos só vão ser problema no campo bem no fim do século XVIII. Digamos que tudo isso são problemas da cidade. Em termos mais gerais, são os problemas da coexistência e da coexistência densa. (FOUCAULT, 2008, 451 pg.)

Não obstante, também de mercadorias (FOUCAULT, 2008), que numa relação íntima entre comércio e desenvolvimento urbano, organiza a relação entre pessoas e produção, passando a ser de seu âmbito problemas de coabitação, circulação de pessoas, vigilância e circulação monetária, relacionando a existência humana com as relações da mercadoria e do valor da troca. Em suma, surge a polícia como uma instituição dos interesses do mercado, que se valerá de determinadas técnicas como o racismo de estado.

Um racismo não necessariamente étnico (embora possa ser relacionado), mas antes como uma técnica de poder que data desde os períodos antigos (FOCAULT, 2019), o qual por meio da soberania do Estado e de suas instituições direciona meios para a integridade, segurança e proteção de uma raça considerada superior por meio de uma estrutura binaria que permeia a sociedade. Organizando-se o direito público, surgirá um discurso e uma legislação em torno do princípio da soberania social, o qual por meio de coerções disciplinares buscará garantir uma coesão social que será garantido pelo poder jurídico através dos códigos e teoria de soberania.

Esta técnica de poder estaria, portanto, relacionada com a vida, ou seja, de meios para manejar, proteger e estendê-la, um biopoder, que pode vir a envolver vários aspectos do poder estatal como saneamento, transporte, saúde e segurança, algo que para Foucault é inescapável ao poder do Estado a partir do século XIX, não podendo-se dissociar modo de governo e biopolítica, fruto de um processo histórico que da evolução da medicina resultará na politização da vida (ESPOSITO, 2004).

Diante da dificuldade de expansão da cidade por conta dessas regiões periféricas e alagadiças, que acabaram por delimitar e ter forte influência no seu traçado urbano, políticas de urbanização dessas áreas serão expandidas pela cidade, integrando-as ao sistema viário por meio de projetos de macrodrenagem que não só diminuiriam os alagamentos, como afetariam o funcionamento da cidade como um todo, liberando áreas para especulação imobiliária (LEÃO, 2013).

Dentre os mais recentes, está em implementação o Programa de Macrodrenagem e Saneamento da Estravada Nova, ou PROMABEN. Abrangendo quatro sub-bacias para sua execução, financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), foi dividido em duas fases: uma iniciada em 2006 e finalizada 2012, e a segunda inaugurada em 2019 e previsão de entrega para 2022. O programa envolve a realização da macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova e da criação de uma orla para

fins de lazer e turísticos, chamado Portal de Amazônia, ambos situados na região da sub-bacia 1, objeto deste trabalho.

3. O PROMABEN

Possuindo o objetivo de realizar a macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova e a criação e aprimoramento do turismo e lazer para a cidade, o programa tem como slogan da capital do Estado "mudar a cara de Belém", prevendo a construção "de uma orla com uma abertura até a Universidade Federal do Pará (UFPA) com seis pistas de 70 metros de largura, com área de passeio, estacionamento e ciclovia" (BARBOSA ET AL, 2014). Sua intervenção urbana divide-se em quatro eixos: melhoria da drenagem urbana; implementação da infraestrutura viária e ligação da mesma com a existente na cidade; infraestrutura de saneamento; e sustentabilidade social e institucional através da participação comunitária e educação ambiental.

De acordo com dados do próprio *site* do projeto (PROMABEN, S.D), um total de 236 imóveis e 234 famílias foram remanejadas na primeira fase do projeto. Para a segunda, os remanejados previstos seriam de 890 imóveis, com 66 famílias recebendo auxílio aluguel. Na área da sub-bacia 1 especificamente, onde se localiza a orla, um total de 355 famílias foram deslocadas, sendo 272 imóveis de uso residencial, 120 de unidades comerciais e 44 de unidades mistas, num total de 436 imóveis (LEÃO, 2013).

A princípio, apesar do projeto incluir o envolvimento da comunidade nas decisões relacionadas a remoção, realocação e remanejamento, relatos de violência, abaixo-assinados de moradores, má organização das etapas do projeto, remoções forçadas, falhas de comunicação da Prefeitura com a população atingida, baixas indenizações, negociações arbitrárias, atrasos na entrega da habitação e do auxílio moradia, culminariam na abertura de um inquérito pelo Ministério Público Federal (BARBOSA ET AL, 2014; LEÃO, 2013 e LEÃO & LIMA, 2016).

Segundo Leão (2013), as famílias que sofreram desapropriações, recebendo valores irrisórios de auxílio moradia, indenizações que não cobriam o valor de uma nova residência e ausentes de conjuntos habitacionais para morar (com longas demoras de entrega dos projetos para os reassentados e remanejados), terminaram não somente empurradas de seus locais de origem, como também transferindo os seus problemas de habitação para outras localidades, estas ainda mais afastadas dos centros da cidade.

Desta forma, 115 famílias da sub-bacia 1 foram efetivamente alocadas para o Residencial Cabano Vinagre, localizado a 6,5 km do local de suas antigas residências. A distância de seus lugares de origem gerou não somente a perda de contato com vizinhos e clientes, como também aumento de custos relacionados a transporte, interrupção de atividades econômicas de diversas famílias e distanciamento dos benefícios do projeto, o que levaria ao consequente descontentamento da população (LEÃO & LIMA, 2016).

O segundo projeto, nomeado Residencial Portal da Amazônia, que foi programado para ser construído no mesmo local da sub-bacia 1 e posicionado de frente para a orla, apesar de ter iniciado a primeira fase do programa no início de 2013, com 221 unidades previstas, apenas um bloco foi entregue, tendo a obra por diversas vezes sido paralisada e, embora retomada em 2019, até o momento não finalizado (LEÃO, 2013). Ainda que próximo do local onde as famílias já habitavam, o residencial se agrava por não levar em consideração o modo de vida ribeirinho que muitos dos reassentados possuíam.

Referentes medidas regulamentadoras, no caso mediadas pelo próprio direito, que legitimam a remoção destes corpos, só se faz possível num sistema de biopoder, que tende não a morte direta de seus adversários, mas sua eliminação. Uma vez que direitos básicos como a vida, saúde e moradia foram sendo estabelecidos, fenômeno recorrente das sociedades pós-industriais (PRICE e GONTIJO, 2018), que pela concepção iluminista burguesa de direitos como "liberdade" e "propriedade" traria mudanças ao aparato jurídico (sobretudo na determinação das relações entre os indivíduos

mediante um contrato), apresentando o indivíduo não mais como objeto, mas como sujeito de poder político. Matar ou prender deixaria de ser aceitável nas atuais democracias modernas.

O racismo de estado se apresenta como uma condição para que se tire a vida dos sujeitos, um perigo biológico a ser eliminado, uma função assassina que se utilizando da linguagem médica, arquitetônica, psiquiátrica, jurídica e etc., definirá regras, parâmetros e modelos de normalização, modelos estes que normalizarão a morte, e que pelo direito, sob uma égide de legitimidade, exercita o direito de matar em suas mais variadas formas:

> "Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo. E se, inversamente um poder de soberania, ou seja, um poder que tem o direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia da normalização, ele também tem de passar pelo racismo. É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassínio direto, mas também tudo o que pode ser assassínio indireto: o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte, ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc." (FOUCAULT, 2019, EDS p. 216)

Tal fenômeno leva a um controle sobre a vida sutil, identificado por Giorgio Agamben (2007) como vida nua. Esta vida exposta chamada de *homo sacer* ou homem santo, de um homem não sacrificável, mas matável, figura ambivalente que invoca tanto uma imagem sagrada quanto profana, insere o sujeito no ordenamento jurídico pela sua exclusão, em outras palavras, por sua matabilidade. A sacralidade da vida, que nos tempos antigos era reservada para algumas figuras específicas como o exilado, o bandido e a alguns sujeitos, é estendida hoje nos Estados modernos a todos os sujeitos de sua soberania, estando intrinsecamente relacionado com o modo de governo.

A biopolítica, que pelo aparato jurídico determinará o modo econômico por meio da regulação de suas atividades, permitindo o desenvolvimento do capitalismo de tipo monopolista, acelerado e propiciando o acumulo de capital, produzirá em seu interior o povo dos excluídos, a exemplo do regime nazista, expressão máxima da crise capitalista, que por meio das mencionadas técnicas de poder elege os párias a serem eliminados. De forma análoga, assim ocorre com o projeto democrático-capitalista em relação as classes pobres e as populações do Terceiro Mundo (AGAMBEN, 2007).

A luta pelo uso do espaço urbano, que envolve questões de moradia, acesso a serviços e bens públicos, saúde, educação, cultura e lazer, envolvem a administração da vida no âmbito da espacialidade da cidade, que se perfaz pela prática da segregação, exclusão e guetização dos espaços de circulação de riqueza, seja pelos dispositivos de segurança, como as abordagens policiais para inspeção ou averiguação, ou por meios implícitos, como a identificação de estereótipos por olhares discriminatórios da parcela mais rica da população (GONTIJO, 2015).

Excluídos do acesso a serviços públicos e concentrado em guetos (que se tornam lugares estereótipos de precariedade e violência), esta exclusão tem no "vagabundo", o pobre, o "favelado", um invasor, seres que não possuem respeito a direitos de propriedade, incapazes de civilidade, e que como tal devem ser expulsos, ironicamente de espaços que a princípio não eram priorizados. Uma razão, fruto de uma lógica do capitalismo excludente, que enxerga pessoas não como sujeitos de direitos, mas antes os divide entre "proprietário" e "não-proprietário", condicionando cidadania a propriedade.

Este raciocínio, chamado de governabilidade, que se encontra ditado por razões de mercado, insere não somente os sujeitos, mas também o direito a sua lógica, que submetido a um cálculo de utilidade, sobretudo na prática penal (FOUCAULT, 2008), irá gerir o sujeito penalizável, onde por meio do tribunal penal, responsável por obter a punição e eliminar as condutas consideradas nocivas a sociedade, terá como objetivo não a eliminação, mas limitar a incidência do crime, dentro de uma lógica de oferta.

De pensamento utilitário, traduzirá de forma individualizante os termos da norma, que de natureza correcional trata questões sociais como problemas de conduta, "governatilizando" o indivíduo. Nesta lógica, o ato considerado nocivo pouco teria haver com questões sociais, geográficas ou políticas, como a crise econômica, a violência e a precarização de seus lares, mas sim por um problema de criminalidade: se há uma lei formulada, uma pena estabelecida (acompanhada de uma gradação conforme gravidade), o sistema judiciário há de aplicar o crime, que acompanha um custo e uma eficiência.

Ao invés da elaboração e da implementação eficiente de políticas públicas, que visem oferecer infraestrutura, auxílio, acesso ao espaço urbano, saneamento e condições adequadas de moradia para o adequado exercício de cidadania, se insurge a lei, que transfere a questão do social para um problema de segurança. Incumbido por uma necessidade de punir, busca um indivíduo infrator que servirá de exemplo para outros possíveis infratores como forma de reduzir a oferta do crime ou a reiteração de novas condutas, no caso, as invasões. Sua eficácia medida não antes pela melhora de qualidade de vida dos moradores locais, mas pela quantidade de presos, de indivíduos reassentados a força e de expulsos.

Substituindo as políticas públicas e recaindo a solução ao próprio indivíduo, que se vê de encontro com as forças do Estado e que deve obediência a legislação e o respeito a norma, a lei articulará o problema da penalidade com o problema da economia, que visando impedir atos nocivos e sua reiteração, se apresenta como a solução mais econômica pela figura do *homo penalis*/ sujeito penalizável.

4. PARADIGMA IMUNITÁRIO

De concepções mercantis, a lei dos Estados modernos também pode ser definida por suas qualidades imunológicas, ou seja, por sua característica anti-comunitária, por determinar no âmbito de sua descrição do poder a parcialidade, daquilo que cabe a quem, ou em outras palavras por aquilo que se define como "justiça", do contrário, estender o seu escopo a todos é esvaziar seu sentido, tratando-se não de uma lei, mas de um fato, uma vez que ela perde o seu sentido de privação. Como tal, exige uma demanda de contradição:

> A forma legal salvaguarda a comunidade do risco de conflito por meio da regra fundamental que as coisas estão completamente disponíveis para serem usadas, consumidas, ou destruídas por quem quer tenha a legitimidade de possuí-las, sem ninguém mais ser capaz de interferir. Mas desta maneira, reverte o vínculo afirmativo de obrigação comum no direito puramente negativo de cada indivíduo de excluir outros de usar o que é próprio dele ou dela. Isto significa que a sociedade é legalmente governada e unificada pelo princípio de separação comum: a única coisa em comum é a reivindicação do que quer seja individual, assim como o objeto do direito público é precisamente a proteção daquilo que é privado. (ESPOSITO, 2002, p.32, tradução nossa).[5]

Logo, situa-se a imunidade entre as esferas da vida e do direito, que enquanto na biologia se refere numa relação determinada entre um organismo vivo e uma doença específica, o direito referencia a certos deveres ou responsabilidades vinculadas a determinados sujeitos em relação a outros. Se conserva, nega, incrementa, violenta, exclui, desenvolve, protege, reproduz, objetiva ou subjetiva, numa linguagem positiva e negativa, sem meios termos, de cunho ora conservador ora destrutivo (ESPOSITO, 2017).

[5] The legal form safeguards the communit from the risk of conflict through the fundamental rule that things are completely available to be used, consumed, or destroyed by whoever can legitimately claim to possess them, without anyone else being able to interfere. But in this way it reverses the affirmative bond of common obligation into the purely negative right of each individual to exclude all others from using what is proper to him or her. This means that society is legally governed and unified by the principle of common separation: the only thing in common is the claim to whatever is individual, just as the object of public law is precisely the safeguarding of that which is private.

Esta proteção da vida assegura ou conserva um determinado coletivo, indivíduo ou organismo, por meio de um poder coativo exterior, que de forma política hobbesiana funda um poder soberano seu princípio imunitário, inserindo no corpo político por meio da lei, de forma similar a vacina, substâncias patogênicas que visam proteger daquilo que não é desejado. Uma autopreservação imunitária que se conserva inserindo uma modalidade negativa. O Plano Diretor do Município de Belém (PD/2008), Lei nº 8655, de 30 de julho de 2008, que se propõe como um projeto de cidade ideal, indica o desenvolvimento da cidade, a justiça social, a melhoria das condições de vida de seus habitantes e usuários, e desenvolvimento das atividades econômicas como fim da política urbana do Município, o instrumento base de sua política urbana. Definindo o ordenamento do território municipal, divide seu espaço urbano especificamente em sete ambientes, dentre eles a zona número 5:

> Art. 92 A Zona do Ambiente Urbano 5 (ZAU 5) caracteriza-se pelo uso predominante residencial, com alta densidade populacional, ocupação de comércio e serviço nos principais eixos viários, edificações térreas ou de dois pavimentos, carência de infra-estrutura e equipamentos públicos, alta incidência de ocupação precária, núcleos habitacionais de baixa renda e risco de alagamento.

Tal descrição, que transpõe para termos jurídicos o que é uma baixada de condições precárias e concede validade a metafísica jurídica, é onde a sub-bacia 1 se encontra inserida (Anexo X, PD/2008). Conforme seus parágrafos e incisos, regiões enquadradas nesta zona tem como objetivos o complemento e ampliação da infraestrutura básica, promover a urbanização, a regularização fundiária dos núcleos habitacionais de baixa renda e promover a inclusão sócioespacial, além de ter como diretriz a consolidação e ampliação de infra-estrutura, estimular atividades de comércio e serviço, e dotar de infra-estrutura os espaços públicos de uso coletivo.

O Projeto de Lei Complementar nº 01 de 21 de outubro de 2020, propõe três alterações a legislação urbanística municipal de Belém: a) alterar o art. 98, § 1º, inciso V, da Lei Complementar de Controle Urbanístico (LCCU), Lei Complementar nº 02, de 19 de julho 1999, de forma a permitir o parcelamento do solo em áreas e empreendimentos que já se encontravam loteados antes da vigência do PD/2008; b) alterar o anexo X do PD/2008 de forma a incluir no modelo urbanístico das ZAUs 5 o uso do solo para construções de varejo, atacadista e depósito; c) alterar no anexo X da PD/2008 a definição dos serviços do tipo C de forma a também incluir projetos de transporte aquaviários, logística, portuário e retroportuário.

Tais alterações ao PD/2008 e a LCCU afetam diretamente as áreas classificadas como ZAU 5, que em seus textos originais conserva as populações das famílias locais dos efeitos de construções de edificação, como empreendimentos que visem a elaboração e o benefício de varejo, atacadista, depósito e de projetos portuários direcionadas a estas atividades, imunizando-os. Essa população, que possui não somente um modo de vida próprio com o rio, como também com suas comunidades, e de atividades não somente de comércio, mas também sociais, termina diretamente afetada por empreendimentos do setor privado, que pela inserção de um comércio varejista numa ZAU 5 pode vir a provocar uma série de transformações na área.

Estabelecimentos desse tipo se tornam um polo gerador de tráfego, inserindo ao redor um fluxo maior de carros para frequentar o local, fluxo de caminhões que abastecem este comércio, poluição sonora e ambiental devido a este aumento de tráfego, e propõe um gabarito de edificação que pode destoar do padrão existente, algo que Silva (2010) trata, em parte, ao explicar os impactos de supermercados de vizinhança na mobilidade urbana nos casos de Araguari -MG e Itumbiara-GO.

Em uma localidade predominantemente residencial, esse tipo de varejo também impacta na economia do bairro ao competir com os pequenos comércios e mercearias locais, como o caso dos pequenos comércios de bairros de Maringá (GARCIAL et al, 2019), que após a abertura de uma rede de supermercado local passou a ameaçar o comércio local, visto ter mais diversidade de mercadoria, menor preço, além de mais resistência à falência.

A permissão dessa categoria de projeto em uma área de preservação como esta, tende a impulsionar construções de prédios de luxo e estabelecimentos que visam atender a classe média e alta. Segundo Leão (2013), o shopping center é o único permitido nesta zona, o que demonstra uma contradição, visto que os demais estabelecimentos desse tipo não são permitidos e a construção de um empreendimento como este na região traz os mesmos problemas que comércio varejista, algo previsto desde a elaboração do PD/2008.

O projeto de lei, tende a acarretar um cenário conhecido, pois aos poucos, as famílias que moram no local são "empurradas" dali, visto que o custo de vida pode vir a se tornar mais alto, assim como as ofertas de compra de terrenos podem se tornar atraentes, fazendo com que os moradores locais se mudem para bairros distantes da Orla e neste lugar desocupado seja construído então empreendimentos de alto padrão, levando a uma segregação social que se concretiza aos poucos (SOARES & CRUZ, 2018). Com o tempo, ocorre a ruptura das atividades socioeconômicas que eram praticadas pelos habitantes da área, pois com a autorização dessas construções, é facilitado a modificação dos usos, algo questionado desde o início do PROMABEN (LEÃO, 2013). Se o programa durante o projeto permitiu essa possibilidade, o atacadão atualmente em construção na orla é a continuação dessas mudanças socioeconômicas na região.

5. CONCLUSÃO

Sob uma égide jurídica que lhe confere legitimidade, o projeto PROMABEN apresenta no seu curso de implementação uma continuação do processo de expulsão das populações de baixa renda que datam desde o início da criação dos centros urbanos das cidades do Brasil, os afastando não somente de seus lugares de origem, como também os exclui dos eventuais benefícios que tais projetos possam vir a oferecer. Útil para os subempregos dos centros urbanos quando desejado, mas uma despesa a ser manejada quando não necessário, tais populações são os candidatos a vida exposta, o *homo sacer* que ameaça os cidadãos-proprietários ou cidadãos-consumidores.

Pelo direito, consubstanciado pelas normas do ramo público e penal, as populações das baixadas belenenses enfrentam um paradigma imunitário que ora os recebe como um invasor, a doença a ser eliminada, que transfere as questões sociais para o âmbito da segurança, onde em sua linguagem tem sua eficiência pelo número de presos e reassentados a força, e por outro os preserva pelas diretrizes e objetivos do Plano Diretor de Belém, como que integrante do sistema, que amarra em sua estrutura desenvolvimento e participação a cidade, de objetivos a consolidar infra-estrutura, regularização fundiária, urbanização e estímulo a atividades de comércio e serviço.

O PD/2008, ainda que com falhas a serem destacadas em relação aos shopping centers, oferece todo um envelope de proteção que tem sido minado, como o Projeto de Lei Complementar nº01 de 2020, que ao propor a inclusão de grandes edificações a ZAU 5, como que alvo de mesma proteção, termina por justamente anular os efeitos dos quais a lei PD/2008 no momento protege, entrando em processo autofágico que deprime as populações de baixa renda provenientes da região, este pela via econômica e que favorece grandes atores privados, incompatibilidade já demonstrada em estudos similares.

As populações das baixadas, além de construções palafíticas, carregam todo um modo de vida que vai além do rio e impacta a cidade pelos costumes que carregam e crenças, além de preservar e desenvolver ritmos regionais. Mais que sua relação extrativista, é do comércio regional e de seus vínculos com o interior que se irá conceber a tradicional dieta paraense. Sua sujeição as mais variadas formas do direito de morte resultam não somente no apagamento desta população, mas na identidade da própria cidade, de tendência cada vez mais verticalizada, tanto social quanto arquitetônico, de aspecto cinza e aterrado. Se Belém existe, é por seu povo e seus hábitos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer O Poder Soberano e a Vida Nua I. Tradução: Henrique Burigo. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2007

BARBOSA, André. Et al. Portal da Amazônia: Uma análise sobre o processo de ocupação e (des) ocupação. In: Anais do VII CBG, 2014, Vitória/ES. A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos, 2014.

BELÉM. Lei nº 8655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o plano diretor do município de Belém, e dá outras providências. Belém, 2008.

BELÉM. Projeto de Lei Complementar nº 01, 21 de outubro de 2020. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 02, de 19 de julho de 1999. Belém, 2020.

ESPOSITO, Roberto. Bios: Biopolítica e Filosofia. Tradução: Wander Melo Miranda. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2017.

ESPOSITO, Roberto. Immunitas: The Protection and Negation of Life. Polity Press, 2011.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2019.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica – Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução: Eduardo Brandão. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População – Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 27º edição, 1987.

GARCIA, Maria. Impacto Econômico da Abertura das Grandes Redes de Supermercados aos Domingos e Feriados nos Pequenos Comércios de Bairros de Maringá. A Economia em Revista, Volume 26, Número 2, 2018.

GONTIJO e ARCELO. A Biopolítica nos Estados Democráticos de Direito: a reprodução da subcidadania sob a égide da constitucionalização simbólica. Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI. São Paulo, 2009.

GONTIJO, Lucas. Insurreição Popular, Geografia Social e Teoria do Reconhecimento: teoria versus práxis em análise da experiência de luta por moradia na região Izidora de Belo Horizonte. Caderno de Relações Internacionais, vol. 6, nº 11, Jul-Dez. 2015.

LEÃO, Monique et al. A questão habitacional em projetos de urbanização de baixadas em Belém/PA: dois estudos de caso, p. 481-488. In: Anais do II Simpósio Nacional de Gestão e Engenharia Urbana. São Paulo: Blucher, 2019.

LEÃO, M. B. M. S. Remoção e reassentamento em baixadas de Belém: Estudos de caso de planos de reassentamento (1980-2010). Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LEÃO, M. B. M. S.; LIMA, J. J. F. Reassentamento involuntário em projetos de saneamento em Belém do Pará. e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 25, p. 35-43, 2016.

PRICE et GONTIJO. Culture of Urban Violence: The Theory of Recognition and Creative Expansion of Rights Versus Biopolitical Practices of Safety Devices. Revista Jurídica Unicuritiba. Curitiba. V.01, n.58, p.244-269, Jan-Mar. 2020.

PROMABEN. Remanejamento. Disponível em: < https://promaben.belem.pa.gov.br/remanejamento/>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

RODRIGUES et al. Urbanização das Baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. Anais do XV ENANPUR, 2018

SILVA, Cricyla et al. Urbanização em Belém do Pará: uma análise do projeto de urbanização e habitação da Vila da Barca. Anais do Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

SILVA, Marcos. Os Supermercados de Vizinhança Como Referência de Comércio e Consumo e Seus Impactos na Mobilidade Urbana. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v. 2, n. 4, p. 56-73, jul. 2010.

SOARES, Pedro e CRUZ, Sandra. O Direito à Cidade no Projeto Orla. Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social. Universidade do Espírito Santo, 2018.

SALVE JORGE!

Jorge Augusto Xavier de Almeida e Camila Silva de Almeida[1]

Salve
negro que ousa sonhar no sertão
Jorge
homem que lança palavra contra o dragão
Delito neste país
é ter defeito de cor
polícia, estado, juiz
jagunços do grande senhor
Um latifúndio de dor
salve Jorge
(Canção "Salve, salve", de Raphael Sales)

Figura 1 Fotografia de Jorge, por João Gabriel Martins



Jorge Augusto Xavier de Almeida, 53 anos de idade, brasileiro, nascido no sertão de Pernambuco, casado, agricultor familiar, beneficiário da parcela 33 do Projeto de Assentamento Vanderli

[1] O autor e a autora, que são, respectivamente, pai e filha, propuseram o presente texto com a colaboração do coletivo "Salve Jorge", grupo formado por pessoas que se juntaram a partir do ano 2020 com o propósito inicial de construir uma campanha pela liberdade de Jorge, bem como para dar visibilidade a este caso bastante ilustrativo do racismo estrutural e da criminalização da luta social no âmbito do Poder Judiciário. Fizeram parte desta composição coletiva pelo movimento "Salve Jorge" as seguintes pessoas: Ângela Maria Quinto, Emmanuelle Jacqueline Gomes, João Gabriel Martins, Joviano Maia Mayer, Raphael Sales e Raul Sampaio.

Ribeiro dos Santos em Buritis-MG. Jorge tem 16 filhos, sendo 09 (nove) menores de idade que dependem de seus cuidados.

> *O latão é o ambiente carcerário mais temido por todos os detentos. Acho que só poderei concluir esse meu relatório que ora inicio, após lhe escrever umas dez (10) cartas de 3 folhas. Estou com muitas histórias arquivadas memorialmente. Tanto a que vivi, como também as que apurei em conversas com detentos. Tudo que tenho pra te dizer sobre esse local extremamente insalubre, não me permitirá, em nome de um relato fiel dos acontecimentos, narrá-los numa lavra diminuta, por mais que eu tente resumi-lo*. (trecho de carta de Jorge)

Homem negro, poeta, líder camponês, esteve preso até recentemente, em regime fechado, por mais de 4 (quatro) anos, vítima do racismo e da criminalização dos movimentos sociais. O presente artigo proposto é uma confluência entre a poesia e as reflexões de Jorge, manuscritas em cartas enviadas do Presídio de Unaí - MG, e o clamor de sua filha Camila pela liberdade e pela reparação deste líder camponês que um dia ousou ocupar a fazenda improdutiva de um Presidente da República em pleno exercício do cargo[2].

> *O que mais me perturbou durante os dias que por ali estive, é o fato daquele lugar ser infestado de "muriçocas", e o cantar desses bichinhos me afeta sobremaneira. Pareceu-me que a presença delas alí, propositalmente, faz parte do castigo.* (trecho de carta de Jorge)

Jorge foi preso por condenações em processos em que respondia em consequência da luta do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), do qual fez parte de 1994 até 2005. Por sua atuação no movimento agrário, as "autoridades" policiais e judiciárias locais, agindo por conivência e interesse dos poderosos do campo, personalizaram o movimento em sua pessoa.

> *(…) como eu já havia dito, (no latão), tinha uma enorme quantidade de "rola bostas". O bom, é que os mesmos não conseguiam adentrar no interior das celas. As duas aberturas que haviam eram protegidas com tela de aço. Com malhas em quadros, que media cerca de 1x1 cm, por onde não caberia um inseto do tamanho deles.*
>
> *Durante à noite, esses animais chegavam aos milhares na unidade prisional atraídos pelas fortes luzes dos enormes refletores. Os que acessavam o corredor do "latão", ali entravam atraídos e ofuscado pelas luzes que jamais ficam apagadas no período noturno, e caiam em uma verdadeira armadilha; um alçapão do qual, não conseguiam se devencilharem, e retornar por onde haviam entrado. O corredor da morte tem seu fim junto às celas 05 e 06.*
>
> *Não me refiro ao corredor dessa forma apenas por lamentar às mortes de tantos besouros, mas também, e, principalmente porque ele adentrou ao "latão", pessoas, que poucos dias depois – sairão dele envelopadas em sacos mortuários para serem entregues aos seus familiares*. (trecho de carta de Jorge)

Fizeram com que Jorge respondesse, só na comarca de Buritis, mais de 60 processos, dos quais ele já havia sido absolvido em 47, até que ele se deparou com o juiz Dalmo Luiz da Silva Bueno. Agindo de forma parcial e motivado por um sentimento de raiva e vingança pessoal, o referido juiz resolveu condenar Jorge a 26 anos de prisão, após recursos, a somatória das penas ficou em 15 anos de condenação. Como fica explícito neste caso concreto, *nunca se deve subestimar o ressentimento dos ricos em relação à insolência dos pobres.* (Comitê Invisível, 2016, p. 161).

> *Há uma continuidade histórica na luta dos afro-brasileiros por sua identidade étnica e cultural que vem desde o século XVI, com a resistência dos quilombos e da República dos Palmares (1595 a 1695), até à série de revoltas entre 1805 a 1835 na Bahia. Essa luta armada existiu até 1888 e, com a emancipação formal dos negros escravizados, os esforços dos descendentes africanos por sua total*

[2] Jorge foi uma das lideranças que organizou, no final da década de 1990, a ocupação de uma fazenda do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, localizada no Norte de Minas Gerais.

> *libertação e resgate de sua dignidade humana continuaram através de diversas organizações* (Nascimento, 2019, p. 251).

Jorge foi preso em 26 de março de 2016, em sua casa, às 23 horas, em um Sábado de Aleluia. As condenações são referentes a supostos furtos. Primeiro de um grampeador de papéis nas dependências da agência do Banco do Brasil, em Buritis/MG. Depois pelo suposto furto de um jogo de facas, brinde do banco aos seus clientes mais ilustres. Fatos esses que supostamente teriam ocorrido durante a ocupação daquela agência bancária pelo movimento agrário nos anos de 2003 e 2004 respectivamente, onde mais de 300 pessoas ocuparam a agência reivindicando a liberação de créditos rurais visando a implantação de seus projetos produtivos.

Embora as ocorrências policiais que deram origem a esses processos relatam que ele jamais poderia ter furtado esses pertences do banco, tendo em vista que não foram encontrados em seu poder, mesmo assim, ele foi condenado a pesadas penas por furto qualificado. Estes dois processos já transitaram em julgado.

Mesmo tendo as condições previstas em lei de poder responder aos processos em liberdade, por ser réu primário, ter trabalho, residência fixa e bons antecedentes, esse direito foi negado a Jorge. A terceira condenação a qual foi imposta pena de 6 (seis) anos e 2 (dois) meses, se refere ao suposto roubo de uma grade aradora (implemento agrícola), que um grupo de trabalhadores do MST usou durante uma ocupação na fazenda Palmeira em Buritis-MG. O uso desse implemento se deu dentro do próprio imóvel, a grade não saiu do perímetro da propriedade. O uso da grade aradora teve como objetivo preparar o solo para plantio de lavoura de subsistência para as famílias que ocupavam o imóvel naquele momento. O trator que conduziu o implemento era de propriedade da Prefeitura de Buritis e Jorge não era o tratorista e nunca foi prefeito, Jorge apenas figurava como coordenador do Movimento Sem Terra.

> *Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, "este velho direito soberano de matar". Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é "a condição para a aceitabilidade do fazer morrer".* (Mbembe, 2018, p. 18).

Nesse processo, o Ministério Público Federal pediu a anulação da sentença penal condenatória, por não haver provas que a grade aradora saiu das dependências da fazenda, esse parecer foi juntado ao AREsp n° 1205653/ MG no Superior Tribunal de Justiça. Apesar disso, o STJ absurdamente manteve a condenação.

Jorge é diabético. Em 2020 também entramos com um recurso (RHC 128.190/MG, STJ) para que ele pudesse cumprir prisão domiciliar por ser pessoa do grupo de risco da pandemia de Covid-19 em razão de diabetes. Mais uma vez, nosso clamor foi negado pelo poder judiciário, o mais racista dos poderes da República.

> *Parei por 48 horas o que estava a escrever sobre o latão, em razão da caneta e o papel ter acabado. Fui ao banho de sol nesta sexta-feira 27-11 no objetivo de comprar de algum detento esses materiais tão necessário. O sistema só permite a entrada mensal de uma caneta e um caderno de 60 folhas. Para mim que estou a escrever: "Heranças de um vintém", o relato do "latão", e as cartas aos amigos e familiares, essa cota é totalmente irrisória.* (trecho de carta de Jorge)

Durante o período em que esteve preso, Jorge escreveu muitas cartas, memórias e poemas. Apesar da brutalidade do cárcere somada ao gosto amargo de injustiça, Jorge fez de sua dor motor de criação artística, estética e política. Seus escritos finalmente poderão vir à público e precisam muito ser difundidos. Tanto pelo teor da denúncia direcionada ao Estado racista, quanto pela beleza da narrativa poética que anuncia a superação do trauma e a esperança de um mundo melhor, onde seja menos difícil amar, como dizia Paulo Freire. Por oportuno, compartilhamos aqui três poesias escritas por Jorge nas celas da prisão:

PEDAGOGIA DA OPRESSÃO

Escrevo hoje esse tema

A situação precária

De homens e mulheres

E as notícias não são raras

De como vive no Brasil

População carcerária

Manter pessoas em cárcere

Digo a você, camarada

Submetido a maus tratos

Faz o homem virar fera

De forma justificada

Aqui num procedimento

Vi invadir o pavilhão

Sem justificar o ato

Não tinha rebelião

População carcerária

Vivendo em humilhação

E, assim, o sistema reprime

Tortura mata e consome

Como assisti num massacre

Morrer cento e onze homens

Sob a guarda do Estado

O 'Carandiru' vidas comem

Tô pagando uma pena extra

Só nos procedimentos

Um tal senta e levanta

Humilhação e sofrimento

Peço a Deus todos os dias

Pra suportar o tormento

Em culto religioso

Nos proibiram afirmar

Que "O Senhor é meu pastor

E nada me faltará"

"A porta que Deus abre, ninguém fecha"

E "Operando Deus quem impedirá"

Entenderão as frases bíblicas

Como uma provocação

Que ali não se admite

Esse tipo de oração

Deram ordens ao Pastor

Que não fizesse sermão

O procedimento cruel

Realizados em visitas

Muito constrangedor

Procedendo uma revista

Que viola a intimidade

Por mais que você resista

Minha mãe sem conhecer

Os tais procedimentos

Pensando que evitaria

Aqueles constrangimentos

- 'Só cês exigir os seis pulos'

Garanto que não aguento

Porque eu sofro de artrite

E bico de papagaio

Se eu descer até o chão

É certeza que eu caio

E com a saúde pior

Deste lugar hoje saio

Responderam para ela

Aqui não vou 'pagar pau'

Minha mãe sem entender

O que era aquilo afinal?

Se é remédio ou veneno

Se é bom ou se é mal

E a pressão continuou

De uma maneira tal

Deram nela um 'baculejo'

Que só vi em marginal

Tire logo sua roupa

Não atrase o pessoal

Minha mãe que suportou

Todo esse sofrimento

Ao encontrar-se comigo

Um leve contentamento

Percebi nos olhos dela

A revolta do momento

Ela disse, filho desculpe

Eu não volto mais aqui

Não tenho disposição

Pra esse caso repetir

Fui muito desrespeitada

Na PAOJ de Unaí

No teatro dos horrores

Tem atores terroristas

Que tem a satisfação

De reprimir as visitas

De forma que faz chorar

O mais alegre humorista

E a proposta do sistema

É ressocializar

Aqueles que simplificam

Chamam de reeducar

Mas cassetete, bala e bombas

Não são itens escolar

E desenvolvendo um método

Que está sempre em mutação

Qualificando a tortura

Fazem a CA-PA-CI-TA-ÇÃO

Forma muitos professores

E da pedagogos da opressão

Por aqueles proceder

Minha mãe não voltou aqui

Nunca mais tive visita

Espero um dia sair

E Deus me livre retornar

À SUAPI de Unaí

POESIA INACABADA

É possível caminhar sobre a escrita

Pra dizer quase tudo que se pensa

Desde opinião política e até crença

A intolerância muitas vezes é o que me irrita

Intolero a intolerância de ativista

Que propondo o ódio não se abala

Não entendo o porque do dom da fala

Em pessoas de ato tão mesquinho

100% de ódio e nada de carinho

Morde a língua sempre e não se cala

L,G,B,T,Q,I,+

Seja a letra do alfabeto que quiser

Para identificar quem de fato você é…

A opção sexual não é capaz

de mudar a essência de quem trás

Amor e respeito ao semelhante

É preciso que honramos a cada instante

A clareza dessa singularidade…

Que a homofobia não seja essa eterna tempestade

Transformada nesse furação constante

Toda forma de violência é reprovável

Toda forma de amor só nos faz bem

Ultrapassa fronteiras e vai além…

O amor, na diversidade é confiável

Mesmo em forma singular é aceitável

O mais importante é saber amar

Amor sem preconceito e sem amarrar

Se o objetivo de todos é ser feliz

Não faça papel de ator, não seja apenas uma atriz

Assuma ser bem-confiar, e ame seu bem-estar

A violência contra uma mulher

Me entristece e me deixa pensativo:

O movimento feminista é combativo

E na briga de casal põe a colher

O feminicídio praticado por mané

Numa teve tão em evidência

Ao criminoso é imposta a consequência

Que a lei com atraso faz cumprir

Dona Maria da Penha há de me ouvir

Que a sua luta teve muita eficiência

Essa poesia ficará inacabada

Sempre haverei de acrescê-la mais um verso

A violência segue o curso do progresso

E o amor diante do ódio vencerá

O amanhã a vitória nos trará;

A esperança na mudança é o que nos resta

A combater tudo isso que não presta;

Não podemos aceitar tanto horror

Que imprime no ser humano tanta dor

E a minha caneta ora contesta

ROUCA VOZ

No Brasil não há poder pior

Que o judiciário absolutista

Que oculta por trás da toga um ativista

Ou o protege com um escudo bem maior

Errar para essa classe é bem melhor

O prêmio para quem erra é salutar

O castigo severo é aposentar;

Regalias, benefício e privilégios

São matérias que se aprende em seu colégio

E que as cortes insistem em executar

Na balança enganosa da justiça

Não se afere com o peso da igualdade

Comprometem sua imparcialidade

Sentenças tendenciosas e racistas…

Jurisdições, jurisprudência elitista!

A confirmarem o racismo estrutural

E a maior corte arbitral

Tem um lado propenso a de defender:

Abusam da autoridade abusando do poder…

Suprema Violação Brutal

A justiça brasileira tem errado

Condenado sem prova o pobre réu

As sentenças pesadas e bem crueis

São lavradas por todos os magistrados

Levando pra cadeia o condenado

Que sem ter ao seu dispor boa defesa

pra justiça classista vira presa

E submetido aos rigores da prisão

Só aguarda do céu absolvição

E a fé passa ser sua fortaleza

Quem governa esse lugar é satanás

Ambiente de tortura e de tormento

É escuro, sem sol, nem sinto o vento

A saudade em mim é um peso a mais

Suportar tudo isso sou capaz

Domo a dor através da resiliência

Pra sobreviver nesse lugar em que caí

Quero voltar ao sertão que "nasci"

Aonde muitos sentem minha ausência

O público daqui é pobre e preto

Escolaridade é quase zero

Vê mudar isso é o que mais quero

Na periferia, nas favelas e lá no gueto…

Quero abolição do preconceito

E que o Brasil garanta a igualdade…

Garantir direitos: É liberdade!!!

Cativeiro não é só a prisão !!

Condenação coletiva é a exclusão

Que afeta o campo e a cidade

Os dias e os meses passam lentos

Um ano parece uma eternidade

Não se sente o calor d' uma amizade

Reina o frio gélido dos lamentos

Sairei desse infecto aposento

Seguirei meus dias sem olhar para trás

Crê numa vida boa me compraz

Esquecer o pesadelo que vivi

Apagar as marcas de tudo que sofri

E voltar ao Paoj nunca mais

A minha rouca voz é a escrita

A elaborar o que chamam de protesto

A contestar os que orem que eu não presto

E a provar que uma peona também grita!

Ontem recebi carta da Anita

Da Ana Júlia e o Luís carinho igual

Eduardo me falou d' um milharal

E a santinha que me aguarda há tanto tempo

Diz que sente o meu cheiro até no vento

E que me espera para o próximo Natal

Esse último poema de Jorge (*Rouca Voz*) foi feito em 27 de agosto de 2021. Com as bênçãos de Oxalá, ele irá passar o próximo Natal com sua família. Atualmente, Jorge está em liberdade condicional, entre a literatura e a labuta da lida cotidiana, aproveitando as chuvas de fim de ano para semear e cuidar da roça de sua família, tentando reconstruir sua vida. Cumpriu pena em regime fechado até novembro de 2021, na Penitenciaria Agostinho Oliveira Junior em Unaí – MG (PAOJ). Eu sou Camila Silva de Almeida, uma das filhas mais velha dele que, assim como familiares e amigos, luto por justiça e reparação para o negro.

> *Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" […] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço […]. No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão.* (Gonzales, 1984, p. 232).

Salve Jorge!

Figura 2 Fotografia de Jorge, por Raul Sampaio



REFERÊNCIAS

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos*: crise e insurreição. São Paulo: n-1 edições, 2016.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Anpocs, v. 2, p. 233-244, 1984.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*: Documentos de uma Militância Pan-Africanista. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e intelectual*: possibilidades nos dias de destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

AUTORES

Adalberto Antonio Batista Arcelo

Alexandre de Pádua Carrieri

Ana Cecília de Oliveira Bitarães

Ana Luísa Diniz Silva

Ana Paula Santos Diniz

Andrea Schettini

Bianca Tito

Bruno de Pinheiro Tavares

Camila Letícia da Silva Azevedo

Camila Paula de Menezes Souto

Clarissa Dias Alvarenga

Cleisson Junior dos Santos

Cláudio Luiz Gonçalves de Souza

Danyele da Silva Machado

Diógenes V. Hassan Ribeiro

Douglas Jorge Arão

Emmanuel Petersen de Azeredo

Felipe Amore Salles Santiago

Felipe Gomes Santiago

Felipe Guimarães Assis Tirado

Gabriel Oliveira Bitarães de Carvalho

Giovanni Fernando de Carvalho Medeiros Cardoso

Giselle Villela Maletta

Gisleule Maria Menezes Souto

Glaison Lima Rodrigues

Gracielle Carrijo Vilela

Guilherme Rodrigues da Silva

Iago Eanes Batista Sousa

Isabella Arruda Pimentel

Isadora de Oliveira Costa e Silva

Jamilla Monteiro Sarkis

Janaína Gomes da Silva

Jessica Holl

Joaquim Leonardo Lopes Louzada de Freitas

Jorge Augusto Xavier de Almeida e Camila Silva de Almeida

Josiane Veridiana Carmelito

Júlia Guimarães

Laís Barreto Caldeira

Laís Barreto Caldeira

Lucas de Alvarenga Gontijo

Luciana Sabbatine Neves

Luciano Nascimento Silva

Malu Stanchi

Marcelo Augusto Amaral de Carvalho

Marcus Vinicius Quessada Apolinário Filho

Marcus Vinícius Honório Correia

Maren Guimarães Taborda

Mariana Porto de Paula

Mateus Muniz de Souza

Maíra Gondim Almeida

Mário Diógenes Garrido Eva

Natália Aparecida Godoy da Silva

Paloma Silveira Pique Dourador

Paola Alcântara Lima Dumont

Paula Gontijo Martins

Rafael Augusto Pinheiro Libaneo

Rane Ferreira R. H. C. de Morais

Raphael Luiz Corrêa de Melo

Renata Mesquita Rios

Renata Rodrigues Marmol

Renato Almeida Feitosa

Roberta C. Mamede

Rodrigo de Medeiros Silva

Sabrina Durães Veloso Neto

Samuel Torres Bueno

Sofia Rocha A. Gontijo

Sofia S. Chagas

Thiago G. Viana

Tiago Medeiros Leite
Ícaro Fellipe Alves Ferreira de Brito

Conselho Editorial

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecília Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUC/SP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professor Titular da USP – Brasil

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Enzo Zaqueu Prates

Diagramação
Enzo Zaqueu Prates

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2022, D'Plácido Editora
Copyright © 2022, Os Autores.

Belo Horizonte
Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

São Paulo
Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catalogação na Publicação (CIP)

A96 Anais: direitos humanos, crimes de lesa humanidade, regimes de exceção e lawfare / Lucas de Alvarenga Gontijo... [et. al.] (orgs.). - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.

Organizadores: Isadora de Oliveira Costa e Silva, José Luiz Quadros de Magalhães, Lucas de Alvarenga Gontijo, Mariana Ferreira Bicalho
ISBN 978-65-5589-495-0 (EPUB)

1. Políticas públicas. I. Magalhães, José Luiz Quadros de. II. Gontijo, Lucas de Alvarenga. III. Bicalho, Mariana Ferreira. IV. Título.

CDD: 320.6